

Menina e moça me levaram de casa...
**O Mosteiro de Aracoeli de Alcácer do Sal
(1573-1874): a comunidade, o espaço e o quotidiano**

Maria Teresa Lopes Pereira

**Tese de Doutoramento em História – Área de Especialização em
História Moderna**

Vol. I: Tese

Julho, 2021

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História – Área de Especialização em História Moderna - como autoproposta.

*“Tudo tem o seu tempo determinado,
e há tempo para todo propósito debaixo do céu”*

Eclesiastes: 3,1

Para os meus Professores e para os meus Alunos.
Fazemos parte de uma maravilhosa cadeia!

AGRADECIMENTOS

É longo o caminho percorrido, do início desta investigação até ao presente. Focar a minha pesquisa numa instituição religiosa feminina fundada já em plena época moderna, pode parecer estranho à partida, quando muita da minha investigação se dedicou à Idade Média e começos da Idade Moderna. Foi sobretudo a presença santiaguista em Alcácer do Sal que desde cedo me atraiu e o seu estudo convocou durante muitos anos o meu entusiasmo. Talvez porque ela era muitas vezes silenciada, como se um estranho hiato se estendesse entre a presença muçulmana e a fundação de *Aracoeli*, com omissão dos tempos cristãos posteriores à “reconquista”. Também dediquei anos de pesquisa à figura do Doutor Pedro Nunes, um grande cientista nascido em Alcácer do Sal – *Pedro Nunes. Em busca das origens* (2009).

O projeto inicial deste trabalho visava um único livro falando de dois conventos que se sucederam, no alto do castelo de Alcácer, ocupando a antiga alcáçova muçulmana. O primeiro, pertencente à Ordem Militar de Santiago que aí teve a sua cabeça mestral, do século XIII a 1482. O segundo, um mosteiro feminino de clarissas, fundado em 1573 e extinto em 1874. Pela extensão e problemáticas diferenciadas, resultaram dois estudos, um localizado na Baixa Idade Média - *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer, século XII a fins do século XV* (2015) - e o trabalho que, agora, aqui se apresenta, *o Mosteiro de Nossa Senhora de Aracoeli*, já da Idade Moderna.

Nesta viagem foram muitos os amigos que acolheram as alegrias das minhas descobertas, mas também as inquietações, os impasses e algum desalento, ajudando-me com palavras de incentivo e amizade, a olhar para mais longe. Do fundo do coração, agradeço aos Professores Doutores João Luís Inglês Fontes que, sem ser orientador, me orientou de facto; a Adelaide Miranda, a António Camões Gouveia e a Maria Filomena Andrade pelo apoio científico e humano que me deram, pelos incentivos e leituras do texto. Ultimamente, a frescura, o saber e a técnica do Doutor Gonçalo Melo da Silva que foi essencial no fechar deste ciclo. Sem eles, hoje, não estaria aqui.

Dos meus professores da Faculdade de Letras, destaco o Professor Doutor Jorge Henrique Pais da Silva, que me inculcou o gosto pela História de Arte, e os Professores Doutores José Mattoso e Iria Gonçalves para quem vai a gratidão de uma vida. Marcaram-me profundamente na forma de pensar, de analisar criticamente as fontes, de “fazer História” e de a ensinar aos meus alunos. Relembro com emoção a memória de Luís Krus que fundou na Universidade Nova de Lisboa, o Instituto de Estudos Medievais, ao qual pertenceço, assim como a todos os Diretores que continuaram e expandiram o seu legado

Agradeço à Dr.^a Ana Paula Amendoeira, Diretora Regional da Cultura do Alentejo a autorização da cedência da consulta e imagens do espólio arqueológico das escavações do Convento de *Aracoeli*. Ao Dr. Vítor Proença, Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, agradeço o interesse pela concretização deste trabalho e a autorização da consulta do espólio dos dois museus da cidade de Alcácer e das suas reservas.

Uma enorme gratidão aos três diretores da Biblioteca Municipal de Alcácer que aí se sucederam no cargo. O Mestre Jorge Chaves que me deu a conhecer os Livros de Contas de *Aracoeli* que me fascinaram, a Dr.^a Clárisse Maria Campos e a Dr.^a Cristina Barreira. Agradeço à Dr.^a Sucinda Rocha, do Arquivo Histórico Municipal, bem como o acolhimento e disponibilidade de toda a equipa, a começar por Lurdes Maria e, de um modo muito especial, o meu obrigada à Dr.^a Cristiana Vargas Martins pelo seu apoio e ajuda nas muitas maratonas paleográficas, pois conhece como ninguém a documentação do fundo de *Aracoeli*, quer do espólio escrito quer das fotografias antigas. A ela, para além do profícuo diálogo, devo também o mapa oitocentista das herdades do cenóbio.

Agradeço ao Serviço de Arqueologia do Município de Alcácer, em especial, à Diretora Dr.^a Marisol Ferreira pela partilha do conhecimento das peças arqueológicas (muitas nas reservas ou por estudar), às fotos das ruínas e das escavações dos anos noventa. Incluo a Dr.^a Esmeralda Gomes, a trabalhar em Évora na Direção Regional de Cultura, concededora dos objetos arqueológicos de *Aracoeli* cujo saber generosamente partilhou, a Dr.^a Rita Balona e o Dr. António Carvalho. E, no do Museu da Cripta Arqueológica, a Andreia Paulino e a Luís Barata, excelentes interlocutores nas minhas visitas para o estudo do espaço e das peças.

Não posso deixar de agradecer também ao alcacerense Baltazar Flávio, sempre interessado na história da sua cidade, pela generosa partilha de fontes.

Invoco aqui a memória do arquiteto Diogo Lino Pimentel (1934-2019). Guiou com o Arquiteto Hugo Venade uma excelente visita à Pousada D. Afonso II, há quase meia dúzia de anos de cuja construção foram responsáveis. Depois de caminharmos pelo edifício a tentar ver tudo, sentados os três na sala de refeições, os dois desfiaram histórias, ocorrências, problemas e soluções, alguns factos insólitos e rocambolescos. Através de Hugo Venade acedi a fotografias, a desenhos e a determinadas informações, o que constituiu um verdadeiro privilégio. De facto, não conheci ninguém que melhor conhecesse as entranhas daquele espaço construído e da totalidade do Castelo de Alcácer do Sal. Na época, lamentámos que o nosso encontro e amizade não tivesse acontecido mais cedo, pelos idos anos noventa do século passado. Considero que, perante o amontoado de ruínas, das quais a breve trecho, parecia não poder restar pedra sobre pedra, foi notável o trabalho de reconstituição. Conservaram o que, à época foi possível, e conseguiram trazer ao de cima estruturas escondidas de que destaco alguns arcos góticos da antiga sede mestral espatária.

Ao Dr. Silvestre Lacerda, Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que agilizou a leitura dos processos da Inquisição de Évora relativos às freiras de *Aracoeli* que, pelo seu mau estado de conservação, deixaram de poder vir à consulta pública.

À Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa, na pessoa da sua Diretora Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade, venho agradecer a diligência em obter o empréstimo inter-bibliotecário da tese de mestrado de Lucília do Carmo dos Santos Ruas Marrafa, originalmente defendida na Universidade do Minho e apenas aí acessível.

Agradeço ao franciscano Padre Rema a cota de documentos da sua Ordem, guardados no Arquivo da Torre do Tombo, assim como mais informações. Não esqueço a Carla Silva Maurício que na Biblioteca do Seminário da Luz, foi sempre encontrando o livro necessário.

Lembro as Irmãs Clarissas de Fátima que me acolheram e fizeram experimentar, ao vivo, o funcionamento da roda, das grades e do parlatório. Quebraram o seu silêncio para falar do seu carisma comunitário e da Regra Urbanista. Responderam às muitas perguntas que lhes fiz sobre a sua vivência espiritual e o seu quotidiano. Impressionou-me o seu grau de informação e a alegria que irradiavam. À Lucy Wainwright que, nesta e noutras aventuras, me acompanhou com muito entusiasmo.

Às amigas e amigos que foram seguindo o trabalho e me deram muitas boleias, inscrevendo Alcácer do Sal na aventura da nossa amizade: Isabel e Artur Ascenso Pires, Maria de Fátima e Manuel Lopes Correia, Zélia e Luís Pedro, Carlos Fontes, Delmira Custódio, Alice Gago, Gonçalo Bolas, Conceição Bragança Dias, Isabel Pereira, Catarina Guerreiro, Celeste Reis e Maria da Graça Ribeiro.

Para a minha FAMÍLIA uma imensa gratidão. Os meus netos divertiram-se com uma avó cheia de TPCs. - “Avó, consegues estudar mais que nós!” São cinco netos (os mais velhos já estão na Faculdade e dois sobrinhos netos). O Nuno e o Diogo, os filhos que são a minha alegria e força de viver. Invoco aqui a memória querida do meu filho Tiago e do meu marido Armando António Lopes Pereira que, ao defender a sua tese de doutoramento, disse-me, ao ouvido: - “agora, é a tua vez”. Passou tempo demais? Passou... Mas, “há um tempo certo para cada propósito debaixo do céu”.

Menina e moça me levaram de casa...O Mosteiro de Aracoeli de Alcácer do Sal (1573-1874): a comunidade, o espaço e o quotidiano

Maria Teresa Lopes Pereira

RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo o Mosteiro de Nossa Senhora de *Aracoeli*, construído no castelo de Alcácer do Sal, parecendo a quem o olhava de longe, um verdadeiro “altar do céu”. Aproveitou as ruínas da antiga sede mestral da Ordem de Santiago que, por sua vez reutilizara já estruturas de povos que aí, anteriormente, tinham habitado. Cenóbio fundado por Rui Salema e Catarina Sotomaior, sua mulher, no século XVI, foi confiado à Ordem de Santa Clara, segundo a Regra Urbanista. A religiosa entrava menina no mosteiro e aí, em clausura, permanecia até ao fim.

A investigação desenvolvida abarca todo o período de vida do mosteiro, desde o seu processo de fundação que, durando mais de uma década, se concluiu em 1573, e o ano de 1874, data da morte da última religiosa, o que originou, de forma automática, a supressão desta casa conventual e a integração dos seus bens no Estado. A escolha dos limites temporais não foi aleatória, uma vez que permite estudar e acompanhar um cenóbio feminino desde o início até à extinção, uma oportunidade nem sempre possível e/ou realizada. Pretendeu-se analisar esta comunidade de mulheres a fim de responder a três questões distintas, mas complementares: Como se organizava e caracterizava a comunidade de *Aracoeli*? Como era o espaço edificado onde as religiosas residiam? Como era o quotidiano das freiras? A prossecução destes objetivos também não foi fortuita, pois possibilitam uma reflexão, entre outros aspetos, sobre o reaproveitamento e a vivência de um espaço arquitetónico masculino por uma ordem feminina de clausura.

A estrutura do presente trabalho organiza-se em cinco capítulos que procuram responder às questões referidas anteriormente. No primeiro apresentam-se as disponibilidades documentais para o estudo deste cenóbio, analisando as suas potencialidades e limitações. Dedicar-se o capítulo seguinte a apresentar e contextualizar o processo fundacional do mosteiro. Procura-se, depois, no capítulo terceiro estudar a comunidade que habitou esta casa, percebendo o quadro normativo em que se movimentou e a efetiva relação entre o ideal e a vida concreta das religiosas. Observa-se ainda a forma como se organizou e funcionou o governo da comunidade, assim como a relação das religiosas com os franciscanos que as tutelavam, visitavam e assistiam espiritualmente. Segue-se, no capítulo quarto, a análise do espaço edificado onde a vida quotidiana das religiosas se desenrolava, sendo precedida por uma breve abordagem do seu património, como os bens e rendas que garantiam o sustento das freiras. O capítulo quinto, concentrado na vida quotidiana, centra-se nos momentos de oração e de trabalho, nos processos de abastecimento e na alimentação da comunidade e ainda, na vivência da doença e da morte. Um curto epílogo encerra este itinerário, ao apresentar o processo de extinção do mosteiro.

PALAVRAS-CHAVE: História Religiosa, História Moderna, História das Mulheres, Ordem de Santa Clara, Espiritualidade Feminina.

ABSTRACT

This thesis aims to study the Monastery of Nossa Senhora of *Aracoeli*, built in the castle of Alcácer do Sal. For those who looked at it from afar it appeared as a true “altar of heaven”. The ruins of the former headquarters of the Order of Santiago were used, which, in turn, had reused the structures of peoples who had previously inhabited there. *Aracoeli* was founded by Rui Salema and Catarina Sotomaior, his wife, in the 16th century, and entrusted to the Order of Santa Clara, according to the Urbanist Rule. The future nun entered the monastery as a girl and would remain there in confinement until the end.

The research carried out covers the entire life of the monastery. Starting in the foundation process, which lasted more than a decade and was completed in 1573. It finishes in 1874, when the death of the last nun originated the suppression of this convent and the integration of its assets in the State. The choice of this chronology was not random, as it allows the study of a female monastery from its beginning to its extinction, an opportunity not always possible and realized. We will focus on three major questions: How was the community of *Aracoeli* organized and characterized? How was the space where the nuns lived? How was the daily life of the nuns? The pursuit of these goals was also not fortuitous, as they allow a reflection, among other aspects, on the reuse of a male architectural space by a cloistered female order.

This thesis is organized into five chapters that seek to answer the questions mentioned above. The first presents the available documents for the study of this monastery, analysing its potentialities and limitations. The following chapter is dedicated to presenting and contextualizing the foundational process of the monastery. Afterwards, the third chapter, seeks to study the community that inhabited this house, realizing the normative framework in which it moved and the effective relationship between the ideal and the concrete life of the religious. The way in which the government of the community was organized and operated is also observed, as well as the relationship of the nuns with the Franciscans who supervised them, visited, and assisted spiritually. Then, in chapter four, the analysis of the space where the daily life of the nuns took place, was preceded by a brief approach to their patrimony, such as the assets and income that guaranteed the nuns' livelihood. The fifth chapter, centred on daily life, focuses on moments of pray and work, on the processes of supplying and feeding the community, and on the experience of illness and death. A short epilogue closes this itinerary by presenting the process of extinction of the monastery.

KEYWORDS: Religious History, Modern History, Gender History, Order of Saint Claire, Women's Spirituality.

Lista de siglas:

A.C.S.E. – Arquivo da Arquidiocese de Évora
PT/ADEVR/FE/DIO-CEEVR/K ou ADE – Arquivo Distrital de Évora
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AA e AHMALCS – Arquivo Histórico Municipal de Alcácer do Sal
BPE - Biblioteca Pública de Évora
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
UNL – Universidade Nova de Lisboa

Lista de abreviaturas:

CNSA – Convento de Nossa Senhora de *Aracoeli*
alq. /alqs. - alqueire /alqueires
c.a. – cota antiga
ch. - chancelaria
coord. - Coordenação
cx. - Caixa
dir. Direção
doc. /docs. - documentos
ed. Edição
fl. /fls. – fólio /fólios
liv. /livs. – livro /livros
mç. / mçs. – maço – maços
MCO/OS/CP – Mesa da Consciência e Ordens / Ordem de Santiago/ Convento de Palmela
OFM - *Ordem dos Frades Menores*
proc^o - processo
Prov. - Província
TSO/IE – *Tribunal do Santo Ofício / Inquisição de Évora*
v - verso
vs - varas
vol. - volume

Índice	
Introdução.....	6
Capítulo I – AS FONTES.....	11
Capítulo 2 – A FUNDAÇÃO.....	25
2.1. Os fundadores.....	25
2.2. O processo de fundação: das ruínas do Convento espatário ao de <i>Aracoeli</i>	28
2.3. Uma fundação negociada: as condições impostas pelo rei e pelos fundadores...	33
2.4. O Mosteiro de <i>Aracoeli</i> e a celebração da memória dos fundadores.....	35
Capítulo 3 – A COMUNIDADE.....	41
3.1. Na obediência à Regra, às Constituições e ao Concílio de Trento.....	41
3.2. “Viver encerradas”: uma vida de clausura.....	46
3.2.1. Vigiante: o funcionamento normal da portaria.....	46
3.2.2. Costumes proibidos em <i>Aracoeli</i> relacionados com a portaria.....	52
3.2.2.1. Proibição de montar um altar de S. Sebastião na portaria.....	52
3.2.2.2. Proibição da representação de comédias ou loas na portaria.....	52
3.2.2.3. Proibição de tanger e cantar na zona da portaria.....	53
3.2.2.4. Proibição da entrada na clausura a mulheres leigas, crianças e cachorrinhos.....	54
3.2.3. Mais cuidados especiais com a preservação da clausura no edifício.....	55
3.2.4. A quebra da clausura.....	61
3.2.4.1. Problemas causados pela construção de uma casa.....	61
3.2.4.2. Religiosas a braços com a Inquisição.....	63
3.2.4.3. Problemas de opção ideológica e política.....	68
3.2.4.4. O Terramoto de 1755 e a ida das religiosas para os Mártires.....	69
3.2.4.5. Saídas autorizadas para tratamentos de saúde.....	69
3.3. O governo da Comunidade.....	71
3.3.1. Os cargos de governo.....	77
3.3.1.1. A Abadessa.....	77
3.3.1.2. A Vigária.....	87
3.3.1.3. As Discretas.....	88
3.3.1.4. A Escrivã.....	88
3.3.2. Outros cargos ou ofícios na comunidade.....	90
3.3.2.1. A Mestra de noviças.....	91
3.3.2.2. A Vigária do Coro.....	92
3.3.2.3. A Madre das Confissões e a Sacristã.....	93
3.3.2.4. As Porteiras da Porta Regular.....	93
3.3.2.5. As Rodeiras e as escutas.....	94
3.3.2.6. As Guardas do Silêncio (dormitórios).....	94
3.3.2.7. As Enfermeiras.....	95
3.3.2.8. A Refeitoreira e a Provisora.....	96
3.3.2.9. A Celeireira.....	97
3.3.2.10. A Tesoureira ou Depositária.....	98
3.3.3. As noviças.....	99
3.3.3.1. O dote.....	105
3.3.4. As educandas ou pupilas.....	109
3.3.5. As recolhidas.....	111
3.3.6. As criadas.....	113
3.3.7. As relações do mosteiro com o exterior.....	116
3.3.7.1. O pessoal de fora.....	116
3.3.7.1.1. O Sacristão e o donato.....	116

3.3.7.1.2. A veleira	117
3.3.7.1.3. O carreiro	118
3.3.7.1.4. Os criados da portaria	119
3.3.7.1.5. A lavadeira.....	120
3.3.7.2. Outros profissionais	121
3.3.7.2.1. Os procuradores	121
3.3.7.2.2. Médico, cirurgião e sangrador	123
3.4. O Convento e a Ordem Franciscana	125
3.4.1. O serviço litúrgico e espiritual: capelães, confessores e pregadores	125
3.4.2. Os visitantes e autoridades da Ordem	129
3.4.3. A comunidade de <i>Aracoeli</i> e a relação com outros conventos femininos..	130
Capítulo 4 – O PATRIMÓNIO	134
4.1. Bens imóveis e de raiz	134
4.1.1. A dotação inicial	134
4.1.2. Compras, dotes, heranças e legados pios.....	135
4.1.3. Juros, consignações por dívidas, vendas e plano de reestruturação económica	143
4.1.4. Um ponto de chegada: os bens imóveis em 1874.....	146
4.1.5. Algumas fontes específicas de rendimento	150
4.1.5.1. O sal	150
4.1.5.2. A madeira	153
4.2. O espaço edificado.....	156
4.2.1. A cerca	162
4.2.2. A igreja conventual.....	165
4.2.2.1. A capela-mor	168
4.2.2.2 O corpo da Igreja	173
4.2.2.3. Os azulejos.....	176
4.2.2.4. A talha dourada.....	179
4.2.2.5. Os altares laterais e colaterais.....	179
4.2.2.5.1. Os altares em honra de Santiago e de Nossa Senhora do Socorro	180
4.2.2.5.2. Os altares de S. José e de Nossa Senhora da Piedade.....	183
4.2.2.6. A igreja hoje	184
4.2.2.7. O duplo coro: coro alto e coro baixo	185
4.2.2.8. A sacristia	189
4.2.2.9. A torre sineira ou casa do sino	190
4.2.2.10. O exterior da Igreja.....	191
4.2.3. A Portaria ou Porta Regral	193
4.2.4. O Claustro.....	196
4.2.5. Divisões em redor do claustro, no andar de baixo.....	201
4.2.5.1. A Sala do Capítulo.....	201
4.2.5.2. O Refeitório	202
4.2.5.3. A cozinha.....	205
4.2.5.4. A Casa da Abadessa ou casa da Prelada e a Casa dos Lavores	208
4.2.5.5. A Casa do Sepulcro	209
4.2.6. Divisões do piso de cima (dando para a galeria do claustro)	210
4.2.6.1. Os Dormitórios	211
4.2.6.2. A enfermaria e a botica.....	214
4.2.6.3. O Noviciado.....	214
4.2.7. O Mirante.....	215
4.2.8. As casas localizadas em frente da igreja e da sacristia.....	215

4.2.8.1. A Casa da Veleira	218
4.2.8.2. O Hospício	219
4.2.8.3. A Casa do Carreiro	223
4.2.8.4. A Casa das criadas, a do casal da Portaria e outras casas.....	224
4.2.9. O pátio próximo da Cozinha.....	225
4.2.9.1. Casas em torno do pátio	227
4.2.10. O Pátio (zona de serviço).....	232
4.2.10.1. “Portaria de serviço” e “porta do carro”	232
4.2.10.2. O(s) celeiro(s)	233
4.2.10.3. O quintal	235
4.2.10.3.1. As capoeiras, a abegoaria, os estábulos e o palheiro	236
Capítulo 5 – O QUOTIDIANO	238
5.1. Entre a oração e o trabalho	238
5.1.1. A vida litúrgica e de oração	238
5.1.2. Ao ritmo do ano litúrgico	241
5.1.2.1. O ciclo do Natal	241
5.1.2.2. A Semana Santa e o Tempo Pascal	242
5.1.3. A devoção à Virgem e a Santa Clara	247
5.1.4. A devoção a S. Francisco e a outros santos franciscanos.....	251
5.1.5. A devoção a S. José	251
5.1.6. A permanência do culto de Santiago	252
5.1.7. São Sebastião, São João Baptista e a festa de Todos os Santos	254
5.1.8. Oração mental, meditação e estudo	257
5.1.9. Os suportes da vida devocional	260
5.1.9.1. A iconografia religiosa	260
5.1.9.1.1. Pintura e escultura	260
5.1.9.1.2. A ornamentação nos livros do mosteiro	265
5.1.9.2. Novenas, Ladainhas e Relíquias	267
5.1.10. O silêncio	268
5.1.10.1. A Música e o Canto	270
5.1.10.2. Instrumentos musicais	278
5.1.11. O trabalho manual	282
5.1.12. Desobediências (ou infrações) e castigos	284
5.1.13. A vida confraternal: confrarias e irmandades.....	285
5.1.13.1. Confraria da Senhora do Socorro e Confraria das Almas do Purgatório	285
5.2 – O abastecimento e a alimentação.....	287
5.2.1. O abastecimento	287
5.2.1.1. Os cereais.....	288
5.2.1.2. O peixe.....	289
5.2.1.3. A carne.....	290
5.2.1.4. Os legumes, as hortaliças e a fruta	293
5.2.1.5. O arroz, o açúcar e o mel.....	293
5.2.1.6. A manteiga e o leite	295
5.2.1.7. A água.....	295
5.2.2. A alimentação	296
5.2.2.1. O calendário gregoriano	298
5.2.2.2. Dos cereais ao pão	300
5.2.2.3. A sopa, os legumes e as saladas	301
5.2.2.4. O peixe e os alimentos dos “dias magros”	303

5.2.2.5. As refeições de carne e as festas.....	308
5.2.2.6. Temperos e especiarias.....	316
5.2.2.7. O queijo.....	317
5.2.2.8. Bebidas.....	319
5.2.2.8.1. Vinho, aguardente e água-pé.....	319
5.2.2.8.2. As bebidas exóticas: chocolate, café e chá.....	319
5.2.2.9. A Fruta: fresca e seca.....	321
5.2.2.10. Sobremesas e doçaria.....	325
5.2.2.10.1. Bolos e doces.....	327
5.2.2.10.2. O arroz-doce e a aletria.....	331
5.2.2.10.3. O alcorce ou a alcorça.....	332
5.2.2.10.4. O doce de escorcioneira.....	334
5.2.2.10.5. Doces feitos com fruta fresca.....	334
A marmelada.....	335
O doce de ginja e o doce de abóbora.....	336
<i>O doce de cidra, de laranja e de limão</i>	337
O doce de pera, a perada, o doce de pêsego e de ameixa.....	338
5.3. A saúde, a doença e a morte.....	339
5.3.1. O cuidado posto na alimentação das doentes.....	339
5.3.2. Tratar das doentes na enfermaria.....	341
5.3.3. Os remédios da botica conventual e os comprados fora.....	343
5.3.4. A morte.....	351
<i>Epílogo do mosteiro – a extinção</i>	354
Conclusão.....	359
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	364
1. Fontes Manuscritas.....	364
2. Fontes Impressas.....	368
3. Dicionários e obras de referência.....	368
4. Estudos.....	369

Índice de Gráficos:

Gráfico nº 1: Receita de cereais (em alqueires) do Mosteiro de <i>Aracoeli</i> em 1705. ..	301
Gráfico nº 2: A evolução dos preços da carne de vaca, carneiro e porco adquirida pelo mosteiro no açougue, entre 1699-1822.....	313

Índice de Quadros:

Quadro nº 1: As religiosas do Mosteiro de <i>Aracoeli</i> (1573-1874).....	72
Quadro nº 2: Outra população feminina residente no mosteiro (1699-1874).....	73
Quadro nº 3: Lista das religiosas em 2 de maio de 1730.....	74
Quadro nº 4: Religiosas de <i>Aracoeli</i> em setembro de 1787: nomes e idades.....	76
Quadro nº 5: Os cargos de abadessa, vigária e escritã no interior da comunidade (1573-1874).....	82
Quadro nº 6: Casas em Alcácer pertencentes ao Mosteiro de <i>Aracoeli</i> segundo os inventários de 1858, 1872 e 1874.....	149
Quadro nº 7: Casas em Setúbal pertencentes ao Mosteiro de <i>Aracoeli</i> segundo os inventários de 1858, 1872 e 1874.....	149

Índice de Figuras:

Figura nº 1: Representações de Santa Clara, São Francisco de Assis e Nossa Senhora de <i>Aracoeli</i> (Assunção).....	18
--	----

Figura nº 2: Parede com vestígios materiais de épocas anteriores deixada após as obras de restauro do convento.....	22
Figura nº 3: Novas fundações de Conventos de Clarissas em Portugal no século XVI	32
Figura nº 4: Frontispício do livro de contas de 1747-1750.....	90
Figura nº 5: Propriedades rústicas pertencentes ao Convento de Nossa Senhora de Aracoeli segundo os inventários de 1858, 1872 e 1874	148
Figura nº 6: Localização do Mosteiro de Aracoeli da planta de Alcácer do Sal (séculos XV e XVI).....	157
Figura nº 7: Vista atual da Pousada de Afonso II, construída no antigo Mosteiro de Aracoeli.	158
Figura nº 8: Reconstituição hipotética dos antigos espaços do complexo monástico de Aracoeli (Piso térreo) sob a planta da Pousada de D. Afonso II	159
Figura nº 9: Reconstituição hipotética dos antigos espaços do complexo monástico de Aracoeli (Primeiro Piso) sob a planta da Pousada de D. Afonso II.....	160
Figura nº 10: Reconstituição da igreja do convento de Aracoeli sobre a planta atual.	166
Figura nº 11: A capela-mor da igreja antes e depois das obras de restauro de 1990..	170
Figura nº 12: Cúpula da capela-mor da Igreja das Onze Mil Virgens e da de Aracoeli.	171
Figura nº 13: Testemunhos do revestimento de azulejos das paredes da igreja de Aracoeli.	178
Figura nº 14: Capela de Santiago antes e depois das obras de restauro da década de 1990	181
Figura nº 15: Cobertura da igreja e capela de Nossa Senhora do Socorro antes e depois das obras de restauro da década de 1990.....	182
Figura nº 16: O corpo da igreja e os coros antes e após os restauros (década de 1990).	186
Figura nº 17: Vestígios dos espaços do interior do Convento de Aracoeli (Piso térreo) antes e depois dos restauros da década de 1990.	197
Figura nº 18: Vestígios dos espaços do interior do Convento de Aracoeli (Primeiro Piso) antes e depois dos restauros da década de 1990.....	210
Figura nº 19: Vestígios arquitetónicos da ala sul do Convento de Aracoeli antes e depois dos restauros da década de 1990.	217
Figura nº 20: Objectos devocionais	264

Introdução

“Menina e moça me levaram de casa de minha mãe para muito longe...”
Vivi ali tanto tempo quanto foi necessário para não poder viver em outra parte”.

Bernardim Ribeiro, *História de Menina e Moça*¹

A presente tese tem como objeto de estudo o Mosteiro de Nossa Senhora de *Aracoeli*², ligado à Ordem de Santa Clara e localizado no interior do castelo de Alcácer do Sal, onde até 1482, estivera o convento/sede da Ordem de Santiago em Portugal. A investigação que desenvolvi abarca todo o período de vida do mosteiro, desde o seu processo de fundação que, durando mais de uma década, se conclui em 1573, e o ano de 1874, data da morte da última religiosa, o que originou, de forma automática, a supressão desta casa conventual e a integração dos seus bens no Estado. A escolha dos limites temporais não foi aleatória, uma vez que permite estudar e acompanhar um cenóbio feminino desde o início até à extinção, uma oportunidade nem sempre possível e/ou realizada. Pretende-se analisar esta comunidade de mulheres a fim de responder a três questões distintas, mas complementares: Como se organizava e caracterizava a comunidade de *Aracoeli*? Como era o espaço edificado onde as religiosas residiam? Como era o quotidiano das freiras?

A prossecução destes objetivos leva-nos ao estudo de outros aspetos, como por exemplo: como reaproveitaram as clarissas um espaço arquitetónico masculino ligado à Ordem Espatária, depois do Concílio de Trento? O que é possível conhecer sobre o edifício do convento e os seus anexos? E sobre o património móvel aí conservado? Como se relacionava o mosteiro com os moradores de Alcácer? Qual era o seu percurso interno no tocante aos cargos e ofícios? Quais as interações existentes com as educandas, as recolhidas e as criadas? Há notícias de desvios em relação à norma? Como se relacionava a comunidade com os membros masculinos da Ordem ou mesmo com outras casas religiosas? De onde provinha o essencial do sustento da comunidade e como procuravam

¹ Reprodução fac-similada da edição de Ferrara, 1554, Estudo introdutório por José Vitorino de Pina Martins, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

² O nome aparece na documentação como Convento ou Mosteiro de Santa Maria de *Aracoeli* ou Nossa Senhora de *Aracoeli* e até de Nossa Senhora da Assunção. No entanto diverge a forma de escrever a expressão latina. As variantes identificadas foram as seguintes: *Araceli*, *Aracoeli*, *Aracaeli*, *Aracelli*, *Arac&li*, *Araselli*, *Araçeli*, *Arceli*, *Ara Coeli*, *Ara Caeli*, *Arâ Celi*. A primeira e a segunda são as mais frequentes na documentação. Contudo, por ser de grafia mais fácil, optámos por escrever sempre *Aracoeli*.

suprir as suas necessidades? Como se processava o quotidiano no tocante à oração e ao trabalho? À alimentação? À saúde, à doença e à morte?

Nesse sentido, a estrutura do presente trabalho organiza-se em cinco capítulos que procuram responder às questões referidas anteriormente. No primeiro apresentam-se as disponibilidades documentais para o estudo deste cenóbio, analisando as suas potencialidades e limitações. Dedicar-se o capítulo seguinte a apresentar e contextualizar o processo fundacional do mosteiro. Procura-se, depois, no capítulo terceiro estudar a comunidade que habitou esta casa, percebendo o quadro normativo em que se movimentou e a efetiva relação entre o ideal e a vida concreta das religiosas. Observa-se ainda a forma como se organizou e se estruturou o funcionamento e governo da comunidade, assim como a relação das religiosas com os franciscanos que as tutelavam, visitavam e assistiam espiritualmente. Segue-se, no capítulo quarto, a análise do espaço edificado onde a vida quotidiana das religiosas se desenrolava, sendo precedida por uma breve abordagem do seu património, como os bens e rendas que garantiam o sustento das freiras. O capítulo quinto, concentrado na vida quotidiana, explora os momentos de oração e de trabalho, os processos de abastecimento e a alimentação da comunidade e ainda, a vivência da doença e da morte. Um curto epílogo encerra este itinerário, ao apresentar o processo de extinção do mosteiro.

A pertinência e o carácter inovador deste trabalho compreendem-se melhor se o contextualizarmos na produção científica sobre os mosteiros femininos portugueses na época moderna. Com efeito, em Portugal, apesar da abundância de documentação conhecida para muitos cenóbios, existe uma surpreendente escassez de produção historiográfica sobre o monaquismo feminino no período moderno, o que dificulta a sua avaliação global, sendo poucos os estudos mais sistemáticos ou de maior profundidade sobre estas comunidades e os seus quotidianos. Assinale-se como exceção, por exemplo, para a Ordem de Cister o estudo sobre o Mosteiro de Cós de Maria André de Pina e Sousa e Saul António Gomes³ e a tese de doutoramento de Maria Antónia Conde sobre São Bento de Cástris, nas imediações de Évora⁴.

Apesar disso, o panorama historiográfico é um pouco mais animador para o universo das filhas de Santa Clara presentes em Portugal desde o período medieval. Com

³ Saúl António Gomes e Cristina Maria André de Pina e Sousa, *Intimidade e Encanto, O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Edições Magno, 1998.

⁴ Antónia Fialho Conde, *Cister a Sul do Tejo. O Mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça*, Lisboa, Ed. Colibri, 2009.

efeito, a tese de doutoramento de Maria Filomena Andrade sobre os primeiros séculos da presença das clarissas em Portugal, constitui um ponto de partida fundamental para estudar a época que segue. Além de se apresentar como um estudo modelar e inovador a vários títulos, carregando uma informação imensa, permite uma visão de conjunto sobre os processos fundacionais das primeiras comunidades de clarissas em Portugal, os seus patronos e estratégias de recrutamento. É-nos ainda fundamental pelo modo como apresenta o carisma de Clara, as características muito próprias da forma de vida por ela proposta e as suas diversas mutações, sobretudo por via da pressão pontifícia. Por fim, explora as condicionantes vividas por estas comunidades, a sua forma de organização e as suas relações com a Ordem dos Frades Menores, mas também com outros grupos e poderes, tanto leigos como eclesiásticos⁵. Pertencem-lhe ainda alguns estudos importantes sobre os movimentos de reforma, na senda de Coleta de Corbin, que chegam a Portugal por meados do século XV, moldando diversas fundações, muitas delas associadas a membros da família real ou da sua envolvente⁶.

Para a Idade Moderna, época que nos propomos tratar, dispomos do estudo de síntese sobre a presença da Ordem de Santa Clara em Portugal proposto por António Montes Moreira, que intenta um olhar mais integrador e global da diversidade de fundações⁷. Além disso, existem importantes estudos sobre os mosteiros de clarissas em diferentes núcleos urbanos e áreas do território português, como o Porto, Beja, Setúbal, Madeira e Açores, focando *grosso modo* a normativa e o recrutamento social dos cenóbios, o património, as igrejas e os espaços monásticos e o quotidiano das religiosas. São disso exemplo os trabalhos de Margarida de Sá Nogueira Lalanda para os Açores⁸, de Maria Eugénia Matos Fernandes para o Porto⁹, de Otília Rodrigues Fontoura para a

⁵ Maria Filomena Andrade, *In Obediencia, Sine Proprio. Et in Castitate, Sub Clausura. A ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII e XIV)*. Lisboa: Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, 3 vols.

⁶ Ana Maria S. A. Rodrigues, João Luís Inglês Fontes e Maria Filomena Andrade, “La(s) reforma(s) en el franciscanismo portugués en la Edad Media”. *Hispania Sacra*, ano 72, nº 145, 2020, pp. 51–63. <https://doi.org/10.3989/hs.2020.004>

⁷ António Montes Moreira, “Breve Historia das Clarissas em Portugal”, in *Las Clarisas en España y Portugal – Congreso Internacional* (Salamanca, 20.25 septiembre, 1993 *Actas*, II/1, Madrid, 1994, Archivo e Historia, 1994, pp. 211-231.

⁸ Maria Margarida de Sá Nogueira Lalanda, *A Admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI-XVII)*, dissertação de mestrado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987; *Ibidem* e Rolando Lima Lalanda Gonçalves, *Regra e comunidade: os poderes das Constituições Gerais de 1641 para os mosteiros de Clarissas, Arqueologia do Estado, 1.as Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, séculos XIII – XVIII*. Lisboa, História & Crítica, 1988, tomo 2, pp. 969-994.

⁹ Maria Eugénia Matos Fernandes, *Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-1780)*, Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1992.

Madeira¹⁰, de Alfredo Saramago¹¹ para Beja, de Maria Margarida Caeiro¹² e de Maria Teresa Graça Valente¹³ para a Província dos Algarves e de Saul António Gomes para Setúbal¹⁴. Somam-se a estes trabalhos, os que Elisa Lessa tem desenvolvido de forma muito original sobre a atividade musical nos mosteiros femininos, e em particular nos de clarissas, aspetos até então pouco tratados¹⁵. Embora mais concentrados nos Franciscanos, os trabalhos de Frei Fernando Félix Lopes¹⁶ e de Frei Henrique Pinto Rema¹⁷ fornecem dados importantes para o estudo das filhas de Santa Clara, destacando-se, no primeiro caso, o elenco exaustivo de fontes normativas e narrativas sobre esta ordem em Portugal.

Diretamente relacionados com o estudo do mosteiro de *Aracoeli*, surgiram dois trabalhos, ambos elaborados no âmbito de mestrados em arqueologia e com perspetivas muito específicas. O primeiro, defendido em 1996 por Lucília Marrafa, com o título *Vida e morte no Convento de Aracoelli (Alcácer do Sal), séc. XVII a XIX*, dedicou-se ao estudo do espólio das sepulturas das religiosas surgido aquando das escavações feitas imediatamente antes da construção da Pousada¹⁸. Mais recente (2015) é a tese de Catarina Parreira, sobre *A Faiança Portuguesa do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli (Alcácer do Sal)*. Nela se procura dar a conhecer, através do estudo das faianças

¹⁰ Oflia Rodrigues Fontoura, OSC, *As Clarissas na Madeira - Uma presença de 500 anos*, CEHA, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 2000.

¹¹ Alfredo Saramago, *Fé e Grandeza. A Boa Vida de uma Casa Monástica. (Para uma história do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja)*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2005.

¹² Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas Caeiro, *Clarissas em Portugal. A Província dos Algarves. Da Fundação à Extinção. – Em busca de um Paradigma religioso feminino*, Lisboa, Dissertação em História das Ideias apresentada à NOVA FCSH, 2006. Esta tese disponibiliza em anexo um considerável apêndice documental.

¹³ Maria Teresa Graça Valente, *Espaço nas igrejas dos Conventos de Clarissas da Província dos Algarves*, Faro, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Universidade do Algarve, 2007.

¹⁴ Saul António Gomes, “Doces obrigações. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – séc. XVI a XVIII”, *Revista de História, da Sociedade e da Cultura*, nº9, (2009), pp. 43-85.

¹⁵ Elisa Lessa, «As Senhoras Músicas, Cantoras, e Tangedoras de Órgão: Um olhar sobre a Actividade Musical nos Mosteiros Femininos Portugueses nos séculos XVII e XVIII», in *Conversas à volta dos conventos*, coord. da edição Virgínia Fróis, Évora, Casa do Sul Editora, 2002, pp. 243-249; «Conventos de Religiosas Franciscanas em Braga: Pompa, Cerimonial e actividade musical quotidiana (séculos XVII a XIX)», in *A Música na Província Portuguesa da Ordem Franciscana*, *Revista Itinerarium*, Ano LX / N.º 209, maio – agosto, 2014, pp. 546-562; «Cantochão ou polifonia? Música e devoção nos Mosteiros Femininos Portugueses, no período moderno», in *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*, coord. João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques Lisboa, 2017, pp. 159-168.

¹⁶ Fernando Félix Lopes, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, Vol. I, *Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*; Vol. II, *A Ordem franciscana na História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.

¹⁷ Henrique Pinto Rema, “A Música na Província Franciscana dos Algarves (1532-1834)”, *Itinerarium: Revista Quadrimestral de Cultura*, Ano 60, N.º. 209, (2014), pp. 535-546.

¹⁸ Lucília do Carmo dos Santos Ruas Marrafa, *Vida e morte no Convento de Aracoelli (Alcácer do Sal), séc. XVII a XIX*, Dis. de Mestrado em Arqueologia, espec. Paleoambiente, Braga, Univ. do Minho, 1996.

portuguesas, recuperadas nas citadas escavações, uma parte da história e das vivências que marcaram o quotidiano das clarissas desse Convento, durante cerca de três séculos¹⁹. Baseados, pois, em fontes de tipologias muito particulares, ambos os trabalhos acabam por repetir, quanto à história da comunidade, os elementos já conhecidos, sem evidenciar investigação das fontes de arquivo. Permaneceram, por isso, por integrar e estudar quase toda a informação hoje disponível no Arquivo Histórico de Alcácer sobre *Aracoeli*, que adiante apresentamos de forma mais detalhada.

Assim, e apesar de não termos pretensões de elencar aqui todos os estudos sobre os conventos de clarissas portuguesas na época moderna, com exaustividade, consideramos que a presente tese pode ser um contributo importante para alargar o conhecimento sobre estes cenóbios. Desde logo, este trabalho não se limita a caracterizar a história isolada de um mosteiro, como o de *Aracoeli*, que começou a funcionar já depois do Concílio de Trento e extinguiu-se com o liberalismo, mas antes contextualiza-o de diferentes ângulos – comunidade, espaço e quotidiano - parecendo-nos ser de fulcral importância para a compreensão da história local e regional e contribuir também para um melhor conhecimento acerca da presença franciscana em Portugal na época moderna a sul do Tejo, concretamente na expansão da Província dos Algarves. Não se deixou também de ver e comparar com estudos sobre conventos franceses e espanhóis, como foi o caso do ainda habitado mosteiro de Pedralbes em Barcelona. Mais acresce, como elemento original desta tese, tratar-se de um convento de clarissas de clausura fundado sobre um conjunto edificado pré-existente, neste caso as ruínas de um antigo complexo monástico ligado à Ordem Militar de Santiago, um aspeto pouco frequente e original.

¹⁹ Catarina Sofia Delgado Parreira, *A Faiança Portuguesa do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli (Alcácer do Sal)*, Lisboa, Dis. de Mestrado em Arqueologia apresentada à Univ. NOVA, FCSH, 2020. Outros estudos similares foram desenvolvidos para o espólio cerâmico encontrado para outros mosteiros, como é o caso do estudado por Nuno Teixeira, *Aspetos do quotidiano no Convento de Nossa Sra. da Assunção: a cerâmica de vidro estanífero*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2015.

Capítulo I – AS FONTES

Em 1858, seguindo uma portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, procedeu-se à avaliação do edifício conventual²⁰ e ao arrolamento do seu recheio artístico, em particular das obras de arte e alfaias litúrgicas, sumariando-se ainda o conteúdo do respetivo cartório²¹. Este é o inventário mais antigo que se conhece do cartório de *Aracoeli*. Nele sob o título “Livros e documentos” incluiu o escrivão os seguintes itens:

“Hum Livro (Tombo) da Propriedade do Convento, com 284 folhas todas numeradas
Hum Livro (Tombo) mais antigo, escripto ate folhas 301.
Hum Livro chamado de Fazenda, escripto ate folhas 75.
Hum dito de Profissões das Religiosas
Hum dito de Receita e Despesa do Convento.
Cincoenta e três Escripturas, de reconhecimentos antigos de vários Emphyteutas
Nove pergaminhos antiquíssimos
Cincoenta e seis Escripturas, de vários reconhecimentos e arrendamentos antigos, e poucas modernas.
Quarenta e dois privilégios em pergaminho, muito antigos que foram concedidos ao Convento em epochas remotas”²².

O olhar do inventariante não foi decerto exaustivo. Com efeito, volvidas menos de duas décadas, em 1874, aquando da morte da última freira e extinção do convento, procedeu-se a um novo inventário dos seus bens, desta feita em ordem à definitiva passagem de todo o mosteiro e do seu recheio, assim como das propriedades para a tutela do Estado (ainda que as alfaias litúrgicas pudessem ser destinadas pelo prelado diocesano a outras igrejas)²³. No novo arrolamento é descrito que o convento conservava:

1. Um masso contendo as escripturas respectivas a um foro imposto em um olival em Vila Nova da Baronia.
2. Uma escriptura de mútuo de 410.000 reis do Dr. Francisco António da Cunha Abreu Tavares – das Alcáçovas.
3. Um auto de posse de um foro imposto na Herdade de Castello d’Arez.
4. Diversos títulos respectivos da Herdade de Vale de Figueira de Baixo, foreira ao Convento.
5. Diversos títulos da Herdade de Paço de Broegas, foreira ao Convento.
6. Escriptura de um quinhão na Herdade de Vale d’Arca.
7. Dita d’um foro na Sesmaria d’Aroeirinha.
8. Título d’um foro de um olival em Arpilla.

²⁰ ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora de Aracoeli de Alcácer do Sal*, caixa 1950, doc. sem nº - Caderno com a «descrição e avaliação do Edifício, e mais pertenças do Convento das Religiosas de N. Snr.^a de Aracoeli da Villa de Alcacer do Sal» (21.09.1558).

²¹ *Ibidem*, doc. sem nº - Caderno com a «descrição dos Paineis, Alfaias, Ornamentos, Paramentos, Livros e todos os documentos d’importancia pertencentes ao Convento das Religiosas de N. Snr.^a d’Aracoeli da Villa d’Alcaçer do Sal» (30.09-1858). Ambos são assinados por Soror Ana José Adelaide do Coração de Maria, Abadessa, pelo Vigário da Vara José Vicente Passos e por Manuel Joaquim Bugalho, encarregado do inventário. Este recheio artístico-religioso dispersou-se. Algum terá ido parar às igrejas de Alcácer.

²² *Ibidem*, fl. 4-4v.

²³ ANTT, *Minist^o das Finanças, [...] Aracæli de Alcácer do Sal*, cx. 1950, doc 2, [fl. 6], Auto de posse.

9. Dito d'um foro na Horta da Foz.
10. Dito d'um foro na Herdade de Pomares d'Agua de Moura, na Freguesia de São Romão do Sado.
11. Título d'um quinhão na Herdade da Serra do Pinhal.
12. Dito d'um foro em uma marinha em Bombaralho.
13. Dito d'um quinhão na Herdade das Vicentas, freguesia de Cabrella, Concelho de Monte Mór Novo.
14. Título d'um quinhão na Herdade de Sanchares, freguesia de S. Romão do Sado.
15. Título de um moinho de Beirões, freguesia do Torrão.
16. Dito d'um foro na Herdade de Corte Cerrada, freguesia de Santa Margarida da Serra, concelho de Grândola.
17. Publica forma da escriptura d'um quinhão imposto na Herdade das Fontainhas, freguesia de São João de Negrilhos, Concelho d'Aljustrel.
18. Título d'um prazo na herdade de Abrafema, Concelho de Ferreira de Alentejo.
19. Título d'um foro nas Sesmarias das Pedras Brancas, freguesia de Santa Suzana.
20. Título d'um foro na herdade da Corte d'Abreu, freguesia de Santa Margarida, Concelho de Ferreira.
21. Título d'um foro na herdade de Val de Bezerro, freguesia de Santa Margarida da Serra, Concelho de Grandola.
22. Título d'um foro na herdade do Pinhal, freguesia de Nossa Senhora do Monte.
23. Título d'um foro na herdade do Pisão Bravo, freguesia de Nossa Senhora do Monte.
24. Título d'um foro no moinho da Carrasqueira, freguesia de Nossa Senhora do Monte.
25. Título da posse da Fonte denominada - das Freiras -.
26. Dito d'um foro na horta de São Jeronymo de Palmella, Concelho de Setubal.
27. Título de dois moinhos na herdade d' Arapouco, freguesia de N.^a Senhora do Monte.
28. Título d'um quinhão na herdade da Torre, freguesia de Santa Catharina de Sitimos.
29. Título d'um foro em uma vinha na Guarda de São João.
30. Título d'um foro na herdade d'Asseiceira, freguesia de Santa Maria do Castello.
31. Títulos d'umas casas junto ao Convento.
32. Um maço contendo títulos e diversos papéis respectivos à herdade d' Arapouco, freguesia de Nossa Senhora do Monte.
33. Títulos de dois foros impostos em duas moradas de casas, uma rua de João Gallo, e outra nas Fontainhas, Cidade de Setubal.
34. Título do foro em umas casas na Rua Direita d'esta Villa.
35. Título do foro em umas casas na Rua das Douradas.
36. Título do foro em umas casas na Rua Direita d'esta Villa.
37. Título do foro em umas casas na Rua dos Marmelinhos - Setúbal.
38. Título do foro em umas casas no canto da Praça d'esta Villa.
39. Título do foro em umas casas na Rua dos Ourives - Setubal.
40. Título do foro em umas casas na Travessa da Misericórdia d'esta Villa.
41. Título do foro em um Cerrado na Guarda de São João.
42. Título do foro em umas casas na Rua do Senhor da Pedra
43. Carta d'arrematação das casas no Castello.
44. Título d'um foro imposto na herdade da Volta, Freguesia de São Martinho.
45. Título d'um foro em umas outras casas na cidade de Setúbal.
46. Título d'um foro imposto n'umas malhadas de vinha na Guarda da esquerda.
47. Título d'um foro em outras casas na cidade de Setúbal.
48. Um masso contendo diversos papeis avulsos, de contas etc.
49. Um livro para assento das noviças.
50. Um dito para registo dos covães.
51. Um dito do Tombo do Convento d'Ara Coeli.
52. Um dito de registo d'eleições para Abbadessa.
53. Um dito de registo d'eleições para diversos cargos.
54. Um dito de registos dos foros.
55. Um dito de registo do compromisso do Convento.
56. Um dito das Actas do Convento.

57. Um livro do Tombo novo do Convento.
58. Um dito contendo os nomes das religiosas”.

Na tomada de posse por parte do Estado em 1874, importa-nos também o inventário então feito do quarto da última freira, onde, a par de dinheiro, móveis e outros objetos, se refere a existência de duas arcas contendo documentos que, em nome da comunidade, ela continuava a guardar: “*uma arca de madeira de caixa com duas fechaduras, onde estavam diversos livros e documentos, pertencentes ao cartório*” e “*uma arca velha contendo os vários livros de contas muito antigas, que foi lacrada com o selo d’Administração*”²⁴.

O conjunto inventariado não primou pela exaustividade e pela uniformidade de critérios. Se o oficial então encarregado de listar o acervo documental do cenóbio se deteve a registar de forma pormenorizada as escrituras relativas às propriedades do mosteiro, foi mais sucinto no registo de outros livros e, para os que se conservavam no quarto da última religiosa, pouco se deve ter demorado a examinar o respectivo conteúdo, antes de mandar lacrar as arcas que os guardavam.

No inventário nada de espantoso face ao que seria de esperar do arquivo de uma comunidade religiosa que acabara de celebrar três séculos de existência: aí encontramos os livros que registavam a entrada e profissão das religiosas, as eleições das abadessas, os óbitos das suas moradoras, os tombos dos bens e os registos dos foros, a contabilidade ordinária da casa, as escrituras atestando compras, permutas e vendas, os pleitos judiciais, as cartas régias e as bulas ou breves pontifícios.

O mais surpreendente é o pouco que chegou até nós de todo este acervo, atestando, também aqui, os problemas que afetaram a passagem dos fundos arquivísticos e bibliográficos dos conventos e mosteiros para as instituições culturais tuteladas pelo Estado²⁵. Algo que, no caso de Santa Maria de *Aracoeli* de Alcácer do Sal se torna por

²⁴ ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora de Aracoeli de Alcácer do Sal, cx. 1950 [doc. nº. 2], *Inventário dos papéis e mais documentos [...] feito em 14-2-1874*.

²⁵ Vejam-se, a este propósito, as considerações tecidas por José Mattoso em «Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto», in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 553-557; para o caso dos fundos monástico-conventuais hoje conservados na Biblioteca Pública de Évora, cf. João Luís Inglês Fontes, Joaquim Bastos Serra e Maria Filomena Andrade, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Ed. Colibri – CIDEHUS, 2010, pp. 27-41. Consulte-se ainda sobre a incorporação dos cartórios e bibliotecas monásticas nos arquivos públicos: Paulo Barata, *Os Livros e o Liberalismo. Da Livraria Conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*. Lisboa: BNP, 2003.

demais evidente, dado o desaparecimento por completo da sua biblioteca²⁶ – da qual, aliás, não existe o inventário que deverá ter sido feito aquando da extinção – e a sobrevivência de uma pequena parte do seu arquivo, correspondente a pouco mais do que os “livros de contas antigas” que, em 1874, se encontravam numa das arcas guardadas no quarto da sua última religiosa.

É desconhecido se alguma desta documentação do cartório das freiras terá ido parar ao anterior Arquivo da Câmara Municipal de Alcácer (que ardeu em 1965)²⁷. Mas, o que quer que lá tivesse sido depositado, o fogo reduziu-o a cinzas. Sabe-se apenas que algum do acervo documental do mosteiro, por vias e razões que desconhecemos, acabou por integrar os fundos da Biblioteca Municipal de Alcácer, inaugurada em 1995. Daí transitou para o novo Arquivo Histórico Municipal, aberto ao público em 2003. Para estas instalações foram transferidos os livros de receita e despesa, os de patentes e documentação avulsa e antiga de *Aracoeli*, como bulas de papas, diplomas das chancelarias régias e da Ordem de Santiago, cartas e recibos que, pelo acaso de salvaguardas antigas, sobreviveram. Tudo isto, sem aparente lógica e organização, praticamente a granel²⁸.

Continua, no entanto, a ser um enigma quando e quem lá entregou este espólio, sendo possível apontar, pelo menos, duas hipóteses que o podem explicar. Por um lado, aquando da extinção do cenóbio, esta documentação poderá ter sido integrada num “arquivo de família” e incorporada mais tarde na biblioteca municipal, uma vez que se encontram no fundo de *Aracoeli* alguns documentos que não estão relacionados com o mosteiro. Não menos despiciente poderá ser a hipótese de o concelho ter ficado com a posse da arca da última freira e o seu conteúdo, quando esta faleceu.

Constata-se assim ser no atual Arquivo Histórico Municipal de Alcácer do Sal que se encontra o maior volume documental conhecido oriundo do cartório de *Aracoeli*. O fundo é composto por um conjunto de fontes, entre as quais se encontram integradas algumas que nada têm a ver com o mosteiro, como acima referimos.

²⁶ Sobre o assunto, cf. Paulo J. S. Barata, «As livrarias dos mosteiros e conventos femininos após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer», *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo 24, jul.-dez. 2011, pp. 125-152. Note-se a ausência de informação sobre o convento de *Aracoeli* de Alcácer do Sal nos quadros finais onde lista as referências encontradas à incorporação das livrarias dos conventos e mosteiros femininos de Portugal. A mesma ausência de livros provenientes de *Aracoeli* nos fundos da Biblioteca Nacional foi-nos confirmada oralmente por Fernanda Campos, que desde há muito se tem dedicado a este assunto de forma exímia.

²⁷ Sobre este arquivo apenas se conhece a descrição breve que dele fez Virgínia Rau que o consultou em data anterior ao incêndio. Cf. Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Colibri, 2007, p. 19 e a bibliografia aí citada.

²⁸ Agradecemos esta informação a Jorge Chaves, então Diretor da Biblioteca Municipal de Alcácer.

O núcleo relativo a *Aracoeli* é formado por um conjunto de 36 livros de contas (despesa e receita), cobrindo um período compreendido entre 1699 e 1874, oscilando o número de folhas entre 200 e 300. Os livros de contas começavam quando uma abadessa iniciava funções, mas em dois casos foram aproveitados para registrar os gastos e receitas de quatro abadessados. Estes códices tinham sempre o número de páginas aposto, sendo cada folha rubricada pelo frade destacado pelo Provincial para o fazer, conforme ficava registado na última folha. No primeiro fólio dos diferentes livros, geralmente decorado e colorido, resumia-se a sua finalidade: receita e despesa do triénio da abadessa (nome e data do início do mandato). Por fim, no penúltimo fólio, a escritã registava o seu nome²⁹.

Somam-se a estes códices quatro livros de patentes³⁰ (antes, classificados por erro “livros de Ordenações Religiosas”) para o período entre 1688 e 1857. Só o primeiro de 1688 a 1722 é mais pormenorizado e com maior potencial para os nossos objetivos. Contém um manancial de informações sobre as visitas às clarissas de Alcácer e termina com a notícia da convocação do capítulo geral da Ordem marcado para a Igreja de *Aracoeli* em Roma, em 1723, e a beatificação de André Comitibus. Os outros três livros reportam sobretudo a normas gerais e pouco aludem ao cenóbio alcacerense. No entanto, respigaram-se algumas informações avulsas: a nomeação de Soror Ana José Adelaide para abadessa de *Aracoeli* e cartas do rei D. João VI, quer no Brasil quer na Ajuda, anunciando o nascimento de alguns descendentes³¹.

Encontram-se ainda neste fundo 120 documentos avulsos, entre bulas, cartas régias e cartas da prática administrativa, elencados na bibliografia final deste trabalho. Se alguns são originais, outros são cópias.

Não se conservam no arquivo os seguintes documentos referidos nos inventários de Oitocentos: os 42 pergaminhos com os mais antigos privilégios concedidos ao mosteiro, bulas papais, o livro com o nome das noviças, o das suas profissões, o que registava o nome de todas as religiosas e o dos óbitos, o das eleições para abadessa, o das eleições para os outros cargos, o das atas do convento, o do registo dos foros, os “chamados” tombo velho e tombo novo das propriedades, “um dito” registo do compromisso do Convento e a maioria das escrituras assinaladas³². Não se constata

²⁹ Assim acontece em todos os livros. Exemplo: AA, (c.a.), liv. 95. Todas as folhas têm a rúbrica de Frei João São Lourenço. O termo de abertura no fim, datado de 2-04-1699. O nome da abadessa – Madre Soror Catarina da Graça – vem no início e na última folha o nome da escritã Soror Ana Maria Batista.

³⁰ AA, CNSA/03/001, CNSA/03/002, CNSA/03/003 e CNSA/03/004.

³¹ AA, CNSA/03/004, passim.

³² ANTT, *Ministº das Finanças, [...] Aracæli de Alcácer do Sal*, cx. 1950, doc 2, [fl. 6], Auto de posse.

também neste espólio obras escritas pelas próprias clarissas (ultimamente muito estudadas para outros conventos³³), nem mesmo o manuscrito elaborado por Soror Maria da Apresentação (freira falecida cerca de 1654) contendo as “*Notícias das Religiosas que lhe precederão em o Convento onde viveo, e morreo, e das que professarão depois de ser já professa*”, assinalado por Diogo Barbosa Machado³⁴. Também não apareceu qualquer nota de encomendas de imagens ou obras de arte.

Para além do Arquivo Municipal, as paróquias de Alcácer guardam também alguns elementos desta memória conventual. Destacamos, pela sua originalidade, a *Regra de Santa Clara do Mosteiro de Aracoeli*, copiada no cenóbio em 1618 e que se conservou, após a extinção, no arquivo da paróquia de Santiago³⁵. Em Portugal, conhecem-se outros manuscritos da mesma Regra, escritos sobre pergaminho, designadamente um exemplar da Universidade de Coimbra, seis na Biblioteca Nacional³⁶, um no Museu Nacional de Arte Antiga e dois no Museu Nacional de Arqueologia³⁷, mas com características diferentes do códice em análise, a começar pelo suporte que neste caso é em papel. Distingue-o também a composição gráfica das gravuras em circulação, mais afeiçoadas com traços de esquadria, cercaduras e colagens das cartelas laterais, revelando uma preocupação estética muito cuidada (consulte-se a figura nº 1)

Ainda entre os documentos pertencentes à Igreja Paroquial de Santiago de Alcácer existe um do século XVII, referente a um litígio ganho pelos Padres desta igreja às freiras do Mosteiro a propósito de uma herança³⁸. Por sua vez, na paróquia de Santa Maria do Castelo identificou-se um livro de canto gregoriano, copiado em 1773, por Soror Francisca Clara de Assis, na altura vigária do coro, existindo aí mais dois livros semelhantes, mas sem qualquer marca de posse. Como era frequente acontecer, poderão ter ido parar às paróquias de Alcácer os vários livros litúrgicos e devocionais do Mosteiro, mas só o exemplar ornamentado da Regra e este livro de canto registam essa proveniência.

³³ Ver , por exemplo, Isabel Morujão, *Por Trás da Grade. Poesia Conventual Feminina em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2013.

³⁴ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Tomo III, Lisboa, Officinas de Ignácio Rodrigues, 1752, reimpressão: Coimbra, Atlântida Editora, 1965, p. 429.

³⁵ Tive oportunidade de consultar este códice em Évora graças a Artur Goulart, o primeiro a dar conhecimento da sua existência. Cf. BORGES, Artur Goulart de Melo Borges (coord. científica), *Inventário Artístico no Concelho de Alcácer do Sal*, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2011, pp. 78-79 (entrada da autoria de David Nunes). O mesmo autor atribui-lhe a cota PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288.

³⁶ Ver *As Regras da Regra de Santa Clara. Códice do século XVI*. Ed. e estudo de Maria José Azevedo Santos, colab. Francisco Pato de Macedo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 31.

³⁷ Informação, amavelmente cedida por Delmira Espada Custódio e Alice Borges Gago.

³⁸ Arquivo da Igreja de Santiago de Alcácer, Caixa 69 - Ordem de Santiago, s/nº. Documento hoje exposto no museu da Igreja de Santa Maria do Castelo. Foi António Carvalho que o inventariou.

No Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer guardam-se registos relativos a *Aracoeli*, aos seus fundadores D. Catarina e Rui Salema e a outros beneméritos do Convento, como Diogo Lameira, e, sobretudo à Confraria ou Irmandade de Nossa Senhora do Socorro, que tinha capela própria na igreja conventual³⁹. Embora o arquivo se encontre fechado e não tenha sido possível proceder a um levantamento sistemático e exaustivo da documentação aí conservada, foram-nos facultados alguns documentos por Baltazar Flávio da Silva, a quem agradecemos.

³⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Pedro II*, liv. 63, fl. 102.

Figura nº 1: Representações de Santa Clara, São Francisco de Assis e Nossa Senhora de *Aracoeli* (Assunção)



A construção de um *corpus* documental que potenciase o estudo de *Aracoeli* implicou também a consulta dos arquivos centrais (Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca Nacional), devido a guardarem os acervos de vários poderes que se relacionaram com esta casa, como a Coroa e a Ordem Militar de Santiago. Com efeito, a consulta dos fundos ligados a estas instituições (Chancelarias Régias e Mesa da Consciência e Ordens), conservados na Torre do Tombo, assim como o arquivo da família

patronal do mosteiro, aí recentemente depositado (Arquivo Gama Lobo Salema⁴⁰) permitiu recensear vários documentos sobre o processo de fundação do mosteiro, como por exemplo doações régias e legados pios, e os primeiros tempos da comunidade. Muitos dos registos encontrados no arquivo da família patronal são originais.

A par destes fundos, foi ainda muito importante a consulta do acervo documental da Ordem dos Frades Menores da Província dos Algarves⁴¹. As dezenas de documentos encontrados alusivos a *Aracoeli* distribuem-se cronologicamente desde o século XVI a XIX, datando a maioria do século XVIII. Para além de fornecerem mais dados sobre o processo de fundação, apresentam informações sobre os clérigos que serviam as clarissas, as eleições para os cargos de abadessa, a dimensão do número de religiosas do cenóbio em determinados momentos, a verificação das contas do mosteiro, as dívidas declaradas da comunidade, os legados pios e testamentos. São ainda relevantes neste fundo a obra cronística de Frei Rodrigo de Santiago: *Memorial da Província dos Algarves*⁴². De igual modo, o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças possibilitou também uma pesquisa frutífera, uma vez que nos revelou documentação alusiva à extinção de *Aracoeli* e os inventários do seu património móvel e imóvel nessa data. Por fim, ainda na Torre do Tombo, identificámos alguns processos da Inquisição relativos a clarissas de Alcácer ou aos seus familiares, presos no Tribunal de Évora que, embora poucos em número, resultaram de grande interesse para o conhecimento da vida do mosteiro e das religiosas que o habitaram⁴³.

Em nítido contraste, a investigação realizada na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca do Palácio da Ajuda produziram resultados mais parcos. Se na primeira

⁴⁰ Consultei este fundo em Tomar, na quinta da Anunciada Velha, mas foi recentemente doado pelos proprietários ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Assim, gostaria de fazer aqui vai o meu público agradecimento ao Embaixador António Pinto da França (1935-2013-9 e a Maria Sofia Costa Macedo, sua esposa, pelo acolhimento e generosidade que sempre me dispensaram na sua Quinta, o que transformou esta pesquisa num tempo maravilhoso de convívio humano, de partilha e de grande abertura de horizontes que a morte do Senhor Embaixador interrompeu. Sobre este Arquivo, cf. Rita Luís Sampaio da Nóvoa, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História, área de especialização de Arquivística Histórica apresentada à FCSH da UNL, policop., 2016.

⁴¹ Sobre este fundo, leia-se: *Ordens monástico/conventuais. Ordem de São Bento. Ordem do Carmo. Ordem dos Carmelitas Descalços. Ordem dos Frades Menores. Ordem da Conceição de Maria. Inventário*, coord. José Mattoso, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha; Elab. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. Lisboa, IAN/TT, 2002.

Consulte-se na bibliografia final o levantamento das fontes encontradas neste fundo arquivístico.

⁴² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22.

⁴³ Cf. Maria Teresa Lopes Pereira, “Que as irmãs estejam continuamente no mosteiro encerradas: entre a observância e o abandono da clausura no mosteiro de Nossa Senhora de *Araceli* de Alcácer do Sal”, in *Itinerarium*, ano LXV, nº 221/222: *Oito séculos de presença franciscana em Portugal. Memória e Vivência*, 2019, pp.165-184.

encontrámos apenas um punhado de documentos, na segunda deparamo-nos com fontes transcritas em Roma sobre a história do mosteiro. Embora já tivéssemos encontrado estes dados em outros fundos, entre os seus registos deparamo-nos com informações sobre alguns ingressos de jovens, favorecidas por causa da sua aptidão em música e canto⁴⁴.

Além dos arquivos centrais, realizaram-se também pesquisas em acervos regionais que pudessem guardar fontes relacionadas com o cenóbio. Em Évora, no Arquivo do Cabido da Sé, na Biblioteca Pública e no Arquivo Distrital, foi possível recolher dados sobre procissões e, sobretudo nos dois últimos, informações sobre a origem geográfica e social de algumas religiosas, educandas e criadas dos séculos XVIII e XIX⁴⁵. Por sua vez, no Arquivo Distrital de Setúbal, os livros notariais recenseados permitiram identificar algumas clarissas, dotes, doações e informações sobre as propriedades das famílias das religiosas para o século XVII e, em menor número, para o seguinte. Contudo, não foi possível consultar alguns dos livros de tabeliães mais antigos, devido ao seu mau estado de conservação.

Embora pouco numerosas para os primeiros tempos, as fontes sobre o processo de fundação revelaram-se de excelente qualidade e com claras potencialidades para responder aos objetivos desta tese, como: pareceres sobre as vantagens da instalação do cenóbio em Alcácer; apoios régios à fundação; normativa e condições que a comunidade devia cumprir; ligação do cenóbio à Ordem de Santiago; apoio e relação da família patronal com o mosteiro e doações de bens patrimoniais para a sustentação das clarissas e manutenção do edificado. Também em menor número, os livros “de patentes”, compilando as atas das visitas, revelaram-se de grande importância para o estudo da comunidade e da sua vida quotidiana. A sua leitura permite analisar a relação das clarissas com a hierarquia franciscana e, sobretudo, identificar e compreender melhor a eventual conformidade e as transgressões à normativa que as regia.

Apesar da série não se encontrar completa, foram os livros de contas os principais pilares desta tese e as fontes de resposta para muitas das interrogações iniciais sobre a, a comunidade, o quotidiano e o património. Estes códices permitem, entre outros casos, reconstituir alguns governos e identificar os cargos que as religiosas ocupavam (abadessa, escritã e discretas), detetar a entrada de noviças e a morte de freiras e o pagamento de

⁴⁴ Veja-se a este propósito os documentos indicados na bibliografia final.

⁴⁵ O fundo do convento não parece ter integrado os acervos incorporados na Biblioteca Pública de Évora, onde dele resta apenas um documento (cf. João Luís Inglês Fontes, Joaquim Bastos Serra e Maria Filomena Andrade, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, p. 305).

montantes aos servidores da casa (sacristão, carreiro e criadas). As escritãs registaram nestes códices as receitas, despesas e, por vezes, as dívidas do cenóbio. A sua leitura fornece informações sobre celebrações religiosas (missas solenes, sermões, objetos litúrgicos e cera), a realização de obras, a contratação de mão-de-obra (pedreiros, carpinteiros, caieiros e pintores) e a aquisição e transporte de matérias-primas (cal, madeira, ferragens). Quanto ao quotidiano, estes registos revelam-se fundamentais e de grande riqueza para a análise de dois elementos básicos de cada dia: a alimentação e o vestuário. Possibilitam conhecer, entre outros aspetos, o consumo de produtos de primeira necessidade, como o pão, a carne e o peixe, assim como detetar a chegada de novos e exóticos sabores, como o cacau, o café e o chá. E, através das despesas com a aquisição de remédios, o pagamento aos médicos e sangradadores, vislumbraram-se aspetos da doença e da cura e dos gestos e atitudes perante a proximidade da morte.

Para a concretização dos objetivos desta tese, recorreu-se, para além das fontes escritas, ao *corpus* documental visual: iconografia, gravuras antigas, cerâmica, espólio arqueológico e fotografias antigas. Assim, na tentativa de reconstituir o espaço edificado, onde as clarissas viveram, pesquisou-se e recolheu-se mais informação em outros arquivos e tipologias documentais. Desde logo, no SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico –, pertencente à Direção-Geral do Património Cultural, uma vez que conserva registos escritos e fotografias sobre a evolução, estado de conservação e delapidações do mosteiro após a sua extinção. Contém ainda ofícios sobre a transferência de materiais, como por exemplo azulejos e talha dourada, do mosteiro para outras instituições. Completa-se este leque de fontes com fotografias do edifício em ruínas, antes das obras de reconversão em Pousada fornecidas pelo arquiteto Hugo Venade, pela arqueóloga Marisol Ferreira e por Cristiana Martins, algumas conservadas, hoje em dia, no Arquivo Histórico Municipal de Alcácer.

Figura nº 2: Parede com vestígios materiais de épocas anteriores deixada após as obras de restauro do convento.



A consulta e o estudo das fotografias e plantas não dispensaram a observação *in loco* do antigo complexo monástico, antes e depois das obras de restauro, a fim de conhecer melhor a sua implantação e plano organizativo, sendo inúmeras as visitas feitas ao espaço⁴⁶. Com efeito, o edificado é também ele um testemunho, um *monumento*, no sentido que a Nova História lhe deu. Testemunho nem sempre fácil de “ler”, com uma

⁴⁶ Não tivemos acesso ao relatório destas escavações, tendo entretanto falecido os dois arqueólogos principais: António Cavaleiro Paixão e João Carlos Faria.

arqueologia construtiva complexa e por vezes mal documentada ou insuficientemente estudada. As sucessivas fases de ocupação deste espaço, com as suas diferentes funcionalidades, motivaram transformações profundas, derrubes⁴⁷ e adaptações a novos usos e gostos, implicando muitas vezes a reutilização de materiais mais antigos, sobretudo de pedra aparelhada. Repare-se como o canto da parede representada - consulte-se a figura nº 2 - revela, no período islâmico emiral, a construção de uma torre que incorporou materiais romanos, como colunas, e, talvez, espólio visigótico, como uma pilastra que demonstram a interpenetração do legado dos povos que se fixaram neste lugar, onde ficou um lastro dos seus saberes, práticas e vivências.

Esta como outras estruturas anteriores foram sendo reaproveitadas pelos Espatários e, depois, pelas Clarissas. que contribuíram para deslindar a interpenetração do legado dos povos que se fixaram neste lugar, onde ficou um lastro dos seus saberes, práticas e vivências. O que subsiste exige (e exigiu) o cruzamento com os testemunhos documentais, as gravuras e as fotografias antigas.

Com grande utilidade para o nosso estudo, as escavações arqueológicas realizadas, sobretudo, na década de 1990, num clima de emergência, por causa da construção da Pousada, permitiram identificar algumas sepulturas das clarissas no claustro, sala do capítulo e coro de baixo, nas quais para além dos esqueletos se encontram objetos ligados às práticas devocionais, instrumentos de costura, restos de vestuário, botões e sapatos. (Consulte-se a figura 20 e a figuras 4, 5 e 6 no vol. II: Anexos).

Essas campanhas permitiram descobrir e recuperar vários elementos da cultura material do mosteiro, como objetos de barros e outros oriundos do serviço de cozinha, cerâmicas e faianças do refeitório, de higiene pessoal, da botica e da enfermaria. Nas reservas dos serviços de Arqueologia, há muitos fragmentos de peças, ainda por estudar, mas muitos objetos aí encontrados estão expostos no Museu da Cripta Arqueológica, Museu, entretanto, construído por baixo da atual Pousada⁴⁸, onde se podem contemplar, comparar e perceber o seu uso e integração no quadiano monástico das clarissas.

⁴⁷ A propósito da degradação do património português construído, ver Vítor Serrão, *Portugal em Ruínas*, fotografias de Gastão de Brito e Silva, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

⁴⁸ Por causa da importância do espólio encontrado, os trabalhos da construção da Pousada foram suspensos, para dar lugar a um empreendimento arqueológico de grande envergadura iniciado em Novembro de 1993 com o apoio dos Serviços Centrais do IPPAR, da Direcção Regional de Cultura de Évora, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e da Enatur. Ver António Cavaleiro Paixão, João Carlos Faria e António Rafael Carvalho, «O Castelo de Alcácer do Sal, Um projecto de Arqueologia Urbana», *Bracara Augusta*, Vol. XLV, nº 97 (110), *Actas do Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, 1994, pp. 215-255; M. Filomena Barata (coord.), *Roteiro, Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal*, Lisboa, IGESPAR, 2007.

Concluído o levantamento e organização do *corpus* documental, a reflexão sobre as fontes recolhidas colocou em evidência as suas potencialidades, mas também limitações para a concretização dos objetivos propostos. Com efeito, a documentação escrita foi um manancial de informações, mas como é mais numerosa e expressiva a partir dos finais do século XVII, para o período anterior, há carência de certos dados. Desapareceram algumas tipologias documentais como livros de professas, de eleição de abadessas e de óbitos, o que representou um entrave para reconstituir e estudar a comunidade, como por exemplo as suas estratégias de recrutamento, as ligações familiares das religiosas e o seu percurso na vida do cenóbio. Esta forte assimetria cronológica dificulta o estudo do primeiro século de vida deste mosteiro.

Em relação às fontes visuais, os sucessivos reaproveitamentos de espaço edificado, as ruínas a que mosteiro foi votado durante mais de um século, a ausência de cartografia histórica do cenóbio e do próprio núcleo urbano, bem como não estarem acessíveis à consulta cadernos de campo e relatórios das escavações arqueológicas dos anos noventa, colocaram algumas dificuldades na interpretação, reconstituição e análise do complexo monástico.

Assim, uma vez apresentado o *corpus* documental, com as suas potencialidades e limitações que se analisaram, vamos agora concentrarmo-nos no processo de fundação do Mosteiro de Nossa Senhora de *Aracoeli*.

Capítulo 2 – A FUNDAÇÃO

2.1. Os fundadores

As memórias da Província Franciscana dos Algarves são unânimes em apontar o ano de 1573 como data da fundação do mosteiro de *Aracoeli* de Alcácer do Sal⁴⁹. A 3 de junho do mesmo ano, Rui Salema e Catarina Rosa Sotomaior Salema, sua mulher, doavam a esse mosteiro, por eles fundado e patrocinado, um conjunto significativo de bens necessário ao sustento da comunidade. O próprio ato teve lugar no “Castelo desta vila de Alcácer do Sal, onde ora novamente está situado o Mosteiro para Freiras da Ordem de Santa Clara, da invocação de Nossa Senhora de *Aracoeli*”⁵⁰. Tudo aponta para que tenha sido um grupo das Clarissas do Convento de Santa Clara de Évora a estar na fundação religiosa do Convento de Alcácer do Sal, mas não conseguimos confirmação documental⁵¹. Citamos Frei Rodrigo de Santiago no *Memorial da Província dos Algarves*, onde, sem data, refere que o Convento de Évora “reformou também este conuento de *Aracæli* de Alcaçere, mandando lhe por Abadessa a madre jzabel da costa”⁵².

Os fundadores eram gente com importantes ligações, tanto a Alcácer como à Corte e ao mundo das ordens militares, pertencendo a uma nobreza que ascendera socialmente graças ao serviço régio, tanto em Portugal como no Império⁵³. De Rui Salema, sabemos-lo filho do primeiro casamento de António Salema com Leonor Anes, tendo como irmãos Diogo, Tomé e Cristóvão Salema⁵⁴. Todos eles fariam carreira ao serviço da família real:

⁴⁹ Assim Fr. Rodrigo de Santiago, no seu *Memorial da Província dos Algarves*, de 1615-1618 (TT, *OFM, Província dos Algarves*, lv. 22, publ. por Maria Margarida C. N. Mascarenhas Caeiro, *Clarissas em Portugal. A Província dos Algarves, da fundação à extinção: em busca de um paradigma religioso feminino*, Tese de Doutoramento, FCSH-UNL, 2006, vol. II, Anexos, pp. 13-17); Fr. Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano*, Lisboa Occidental, Na Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 143; BNP, Cód. 6293 – *Notícia sobre o convento de Nossa Senhora de Aracoeli de Alcacere*, 1768. Frei Jerónimo de Belém (1692-1761) não chegou a tratar dos conventos e mosteiros fundados depois de 1552, projetados para um volume V da sua *Chronica Seráfica* que nunca foi publicado (cf. Fernando Félix Lopes, “Fontes narrativas e textos legais para a história da Ordem Franciscana em Portugal”, in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 53).

⁵⁰ Consulte-se o doc. 3 transcrito no vol. II: Anexos.

⁵¹ Esmeralda Helena Gomes e Marisol Ferreira, “Detalhes da vida privada no Convento de *Aracæli*”, in *Alcácer do Sal: Terra de Deusas*, Alcácer, Gab. de Arq^a do Município Alcácer do Sal, 2008 p. 9. As autoras fazem esta informação, mas não indicam qualquer documento ou bibliografia que a comprove. O Padre Henrique Rema transmitiu-nos que saíram religiosas do mosteiro de Évora para reformar os de Elvas, de *Aracoeli* de Alcácer do Sal, de Santa Clara de Coimbra e de Nossa Senhora do Desterro da Baía (Brasil), mas não nos indicou a documentação que suporta esta afirmação.

⁵² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante citado: ANTT ou TT), *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 225v, (1615), publ. por M^a Margarida C. N. Mascarenhas Caeiro, *ob. cit.*, vol. II, Anexos, pp. 52.

⁵³ O percurso da família é reconstituído por Rita Luís Sampaio da Nóvoa a partir do Arquivo da Família Gama Lobo Salema (*ob. cit.*, pp. 110-185).

⁵⁴ A estes importa acrescentar o seu meio irmão Rui Gago, filho do segundo casamento de seu pai com Maria Gaga. Este Rui Gago viria a falecer sem sucessores (cf. *ibidem*, p. 152).

Diogo Salema foi tesoureiro da rainha D. Catarina e sesmeiro na capitania do Espírito Santo no Brasil; Tomé Salema, também ele intimamente ligado à mesma capitania por via da posse de terras e do desempenho do cargo de provedor e contador das rendas e direitos aí devidos ao rei, foi ainda cavaleiro da Ordem de Santiago e membro da casa do Mestre D. Jorge; Cristóvão Salema foi escrivão e depois feitor em Sofala e receberia carta de brasão de armas em 1535⁵⁵. Tomé Salema, que não casou nem deixou descendência, instituiu morgado, mais tarde incorporado no morgado de Diogo Salema, seu sobrinho. Este vínculo tinha por obrigação custear os estudos dos seus dois sobrinhos, Diogo e António, e dos herdeiros de nome Salema que usassem as armas da família⁵⁶.

Rui Salema aparece atestado como cavaleiro da Ordem de Cristo, com um percurso na Corte que se inicia na casa do Infante D. Luís, de quem é tesoureiro, passando depois para o serviço régio⁵⁷. Em 1537, casou com D. Catarina Rosa Sotomaior Salema, filha de Álvaro Vaz e de Maria Salema (à data já falecidos) e neta de Gonçalo Salema e Maria Viçosa. Por ser órfã, o casamento exigiu a intervenção de um curador, Diogo Salema, seu tio por afinidade e que viria a ser seu cunhado⁵⁸.

O dote por ela aportado foi avaliado em um conto e seiscentos mil reais, integrando uma parte em dinheiro e outra em bens de raiz, distribuídos por Alcácer e seu termo: umas casas na Praça da Vila⁵⁹, outras casas também na vila localizadas “à estacada da praia”, um forno de cozer pão na Rua do Celeiro, a Herdade de Alapega e vários quinhões em herdades do termo, duas marinhas (Chão da Abadessa e Índia), olivais (Pedreira, Foz e Fontainhas), duas vinhas nas Fontainhas; entre os bens móveis, incluem-se dois escravos mulatos, Beatriz e Manuel, dinheiro, “joias e pertencas de casa”⁶⁰.

Do património fundiário do casal faziam ainda parte a Herdade da Portagem, a Quinta de Arapouco, onde chegaram a residir, casas na Rua Direita, e ainda uma outra

⁵⁵ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 73º, fl. 5 (Évora, 22-9- 535); *Arq. Gama Lobo Salema*, cx. 1, pt. 2, traslado pedido por Tomé Salema (1558) da carta de armas (1535). Descrição das armas: “campo de verde com um castelo de ouro de três torres com as portas e frestas e guarnido de preto e uma bordadura azul com sete peixes Salema de prata e por diferença uma estrela de ouro, elmo de prata aberto guarnido de ouro, paquife de ouro e por timbre o mesmo castelo”. Ver Rita Sampaio da Nóvoa, *ob. cit.*, p. 160 e, para o percurso dos três irmãos, pp. 153-161.

⁵⁶ Cf. *ibidem*, p. 160.

⁵⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, liv. 3, fls. 342-342vº. (1563-7-20), liv. 6, fls. 185-185v (5-4-1566).

⁵⁸ Consulte-se o doc. 1 transcrito no vol. II: Anexos.

⁵⁹ Estas casas sitas na Praça da Vila vão estar no património do Mosteiro de *Aracoeli* desde 1582.10.25, até à extinção do Convento (cf. ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, cx. 950, inventário de 1872, fl. 14). Vão sendo aforadas sucessivamente, sempre pelo preço de 1.500 réis. No inventário de 1858 detinha-as João Mesquita Pimentel, sendo os seus herdeiros os detentores em 1874.

⁶⁰ Consulte-se o doc. 1 transcrito no vol. II: Anexos.

morada que possuíam em Lisboa, junto à Porta de Santa Catarina, que também utilizavam como residência⁶¹. Sem filhos, os dois optaram, como tantos outros nobres da sua época, por investir em instituições de cariz assistencial e no patrocínio de fundações conventuais associadas a ordens de particular prestígio, como meio de exaltação da própria família e de promoção social, ligando, como veremos, o templo do novo mosteiro à perpetuação da memória familiar e à intercessão pelas suas almas⁶².

Rui e Catarina Salema desenvolvem, assim, em paralelo, dois projetos fundacionais, ambos com sede em Alcácer: a construção e dotação de um Hospital associado à Misericórdia na parte baixa da vila e a edificação de um Mosteiro de Clarissas nos antigos paços e convento espatários no castelo.

O Hospital seria assumido por inteiro pelo casal, sem a Santa Casa *nyso fazer despesa allgũa*, passando definitivamente para a posse da Misericórdia por doação celebrada a 26 de junho de 1568, *em esta vylla d'Alcacer do sall, no castello della, nas pousadas do senhor Ruy Sallemma, fidalgo da Casa dell Rey noso senhor*⁶³. Para isso, tinham previamente comprado e escambado as casas e os chãos necessários. As enfermarias construídas eram compostas pela casa dos homens com oito leitos, a casa das mulheres com cinco, a botica, a cozinha, a casa do enfermeiro e a casa da entrada ou portaria. Na doação, incluíam-se também os rendimentos que sustentavam a instituição. Assim, entregaram as *logyas das dyvtas casas todas que estam com as portas na Rua Direita*, e ainda a Herdade da Portagem que possuíam junto a Santa Susana. Os rendimentos daí obtidos poderiam ser ainda aplicados na compra de medicamentos para *pobres de fora das dyvtas hemfermaryas*, satisfeitas as necessidades destas. A Misericórdia

⁶¹ Ficava junto à Porta de Santa Catarina, na Rua do Outeiro: TT, *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, cx 31, mç. 1, doc. 220, fl. 1, (1549). As casas na Rua Direita de Alcácer e a Herdade da Portagem são explicitamente doados pelo casal à Misericórdia da vila para custearem as despesas inerentes às enfermarias por eles erigidas e entregues à instituição em 1568 (*Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. José Pedro Paiva, vol. 4, dir. Ângela Barreto Xavier e José Pedro Paiva, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005, doc. n.º 380, pp. 596-598). Na Rua Direita, aliás, concentravam-se, desde longa data, casas pertencentes a membros da família Salema (M. Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 2ª ed.ª, Lisboa, Ed. Colibri, 2007, pp. 113, 115, 186; *idem*, *Pedro Nunes. Em busca das suas Origens*, Lisboa, Ed. Colibri, 2009, p. 36. A Herdade de Arapouco integrou o património fundacional de *Aracoeli*.

⁶² Veja-se, a propósito: Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in Carlos A. Moreira Azevedo (dir), *História Religiosa de Portugal*, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 480-492; *idem*, *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*, Lisboa, Imp. Nacional – Casa da Moeda, 2012.

⁶³ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4, doc. 380, p. 596 (documento de doação existente no Arquivo da Misericórdia de Alcácer do Sal, *Família Salema*, cod. 28, mç. 1, fls. 1-4v).

recebeu esta doação, que valorizava muito a sua missão de assistência e, nos primeiros dias de julho desse ano, tomou posse do hospital e da herdade⁶⁴.

O segundo projeto do casal voltou-se, pois, para a fundação de um mosteiro da Ordem de Santa Clara, aproveitando as ruínas do antigo convento e dos velhos paços, onde fora a sede da Ordem Militar de Santiago, até à sua partida para Palmela, em 1482⁶⁵. O edifício estava abandonado, com exceção da capela do apóstolo que continuava a funcionar. Aí, no castelo, encontravam-se também as pousadas do casal Salema, como se documenta em 1568. O caminho deste projeto foi, contudo, mais complexo e demorado, implicando muitas negociações e a obtenção, nem sempre fácil, de licenças, breves e patentes, com o envolvimento de múltiplas instituições, tanto civis como eclesiásticas. Mais do que um ato ligado a uma data, a fundação foi, na verdade, um processo, que procuraremos agora escrutinar⁶⁶.

2.2. O processo de fundação: das ruínas do Convento espatário ao de Aracoeli*Erro! Marcador não definido.*

O processo conducente à fundação remontava aos anos sessenta do século XVI, ou seja, mais de uma década antes do começo do funcionamento do convento. Não é claro, no estado atual da investigação, quando se iniciaram as negociações dos fundadores em ordem a erigir em Alcácer um convento de clarissas. Um breve dado pelo legado apostólico João de Campos, datado de 6 de outubro de 1561, concede já ao casal Salema a licença para a fundação, e refere a prévia autorização dada pelo rei para o efeito, enunciando algumas das condições que seriam reiteradas sete anos depois pelo mesmo monarca⁶⁷.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 596, nota 29.

⁶⁵ Sobre este assunto, ver o que deixámos escrito em: “O Convento da Ordem de Santiago em Alcácer do Sal”, in *Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2009, pp. 142-155; “O castelo espatário de Alcácer do Sal”, in *Castelos das Ordens Militares – Atas do Encontro Internacional*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. I, Lisboa, DGPC, 2013, pp. 287-315; *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal (século XII a fins do século XV)*, Lisboa, Ed. Colibri, 2015, pp. 37-102.

⁶⁶ O conceito de fundação enquanto processo e os seus matizes encontra-se discutido em José María Miura Andrades, *Frailas, Monjas y Conventos. Las Órdenes Mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1998, pp. 123-137.

⁶⁷ Arquivo Histórico Municipal de Alcácer do Sal, CNSA/02/003 – documento original, datado de 6-10-1561); com traslados em AA, CNSA/02/002 (1618.02.12, Lisboa) e AA/CNSA/02/038 (1769.08.29, Alcácer). No livro de contas AA, (cota antiga, livro 110), fl. 33v, do mesmo Arquivo (despesas/agosto/1769), há um registo do pagamento de oitenta réis por dois traslados do breve da fundação do Convento e da carta da mesma fundação. Por comodidade, a documentação atribuída ao Convento de Nossa Senhora de *Aracoeli* conservada no Arquivo Histórico Municipal de Alcácer do Sal será citada a

Note-se que a instalação de uma nova comunidade religiosa remete sempre para um processo fundacional que poderá durar mais, ou menos tempo, ser mais ou menos complexo, implicar a intervenção de variadas instâncias, em momentos distintos e com exigências diferentes⁶⁸.

O projeto em causa seria definitivamente viabilizado por D. Sebastião em 1568, ao renovar a sua licença à novel fundação, para a qual cede então os antigos paços da Ordem de Santiago⁶⁹. Na carta emitida, faz todo o historial do processo, atestando como se iniciam nesse mesmo ano de 1568 as diligências desenvolvidas junto do monarca para a sua viabilização. O próprio rei refere como, na sua qualidade de governador e perpétuo administrador da Ordem de Santiago, recebera um requerimento de Rui Salema, fidalgo da sua casa, e de sua mulher, no sentido de lhes serem cedidos os Paços Velhos dos Espatários em Alcácer, no castelo, onde outrora fora a sede da Ordem, incluindo a cerca, torres e quintal que estavam dentro dos muros, assim como a capela de Santiago. Manifestavam a vontade de reaproveitar esse espaço para a edificação de um mosteiro franciscano feminino, que desejavam dotar com bens suficientes para a sua manutenção e sustento da respetiva comunidade.

Apesar dos argumentos invocados pelo casal Salema no seu requerimento - não terem filhos nem herdeiros diretos, sentirem ser serviço de Deus e bem para as suas almas e estarem na disposição de dar o dote que bastasse à construção e ao funcionamento do convento no futuro, o rei D. Sebastião decidiu nomear uma comissão para estudar o assunto *in loco*. Encabeçava-a Manuel Cerveira, fidalgo da sua casa e seu contador, o juiz de fora Pedro Nunes⁷⁰, os vereadores de Alcácer em exercício no ano de 1568 e no anterior, os priores das igrejas de Santa Maria do Castelo e de Nossa Senhora da Consolação que, na época, eram as duas únicas igrejas paroquiais; e ainda, algumas pessoas da vila, consideradas idóneas e importantes. A sua missão consistia em inteirarem-se: primeiro, da existência de algum inconveniente de segurança ou possibilidade de dano ou prejuízo para a fortificação militar, caso o rei cedesse parte do castelo para a construção conventual; segundo, se o referido espaço seria apropriado para a edificação de um mosteiro de freiras clarissas; terceiro, se os bens doados pelos

partir da sigla do convento (AA), seguido da numeração da série e peças constantes do atual inventário. Note-se que a citação completa das fontes utilizadas consta da bibliografia final.

⁶⁸ É o que refere Ángela Atienza López *Tiempos de Conventos. Una historia social de las fundaciones en la Espana Moderna*, Madrid, Univers. de La Rioja, Marcial Pons, Edic. de Historia, SA, 2008, pp. 35-36.

⁶⁹ Consulte-se o doc. 2 transcrito no vol. II: Anexos.

⁷⁰ Consulte-se o doc. 2 transcrito no vol. II: Anexos.

instituidores eram suficientes para, após a conclusão da obra, ser mantido o novo edifício e, sobretudo, garantido o posterior sustento da comunidade religiosa⁷¹.

O relatório da comissão, com um parecer favorável, foi enviado ao rei pelo seu contador, em carta selada, e nele se declarava “*ser muito proveito da terra e nobreza dela fazer-se o dito mosteiro*” por ser a “obra ser tão pia [...] e pera amparo e agasalho de mulheres nobres”. Mais acrescentavam que era vantajoso, uma vez que as antigas casas do convento da ordem de Santiago estavam na sua maioria, “caídas por terra e os muros derribados e muito ruinosos”⁷². Incluía ainda a informação que, se Rui Salema não tivesse antes arranjado, à sua custa, duas casas pertencentes aos espatários, todo o conjunto edificado estaria já tombado no chão. Nele se afirmava também que a quinta de Arapouco, adscrita pelo casal Salema à nova fundação, incluía uma capela, casas, pomar, terras de pão, pinhal, olival e três moinhos, cujo rendimento ascendia a cerca de quinze mil reais, o que era considerado “boa renda e dote conveniente para o mosteiro”⁷³. Este aspeto revelava-se de extrema importância para uma nova fundação, que se destinava a mulheres sujeitas a uma vida de clausura, impossibilitadas de recorrer à mendicância ou de obter outros proventos decorrentes de qualquer atividade pastoral, que pela sua condição feminina lhes estava vedada.

Assim, D. Sebastião, em maio de 1568, como já vimos, concede finalmente que sobre o antigo convento espatário se construísse um mosteiro de clarissas⁷⁴, impondo, no entanto, determinadas condições, que analisaremos mais adiante⁷⁵. O monarca autoriza que, em caso de necessidade, a antiga Capela de Santiago, ainda em serviço, pudesse ser derrubada, no todo ou em parte, para a sua adaptação à clausura. Contudo, como Mestre da Ordem de Santiago, exigiu que, mesmo durante as obras, não houvesse interrupção da missa diária celebrada por alma dos mestres espatários, mesmo que para isso se tivesse que recorrer à igreja de Santa Maria do Castelo⁷⁶. Em janeiro de 1577, o mesmo monarca

⁷¹ A Quinta de Arapouco e vários moinhos. Cf. ANTT, *MCO/OS/CP*, liv. 52, fls. 14vº-15vº.

⁷² Arquivo Gama Lobo Salema, caixa 17, pasta 137, [doc.1] (Lisboa, 1568, maio, 21).

⁷³ Consulte-se o doc. 3 transcrito no vol. II: Anexos.

⁷⁴ Consulte-se o doc. 2 transcrito no vol. II: Anexos.

⁷⁵ ANTT, *MCO/OS/CP*, liv. 52, fl. 14-19 (21 de maio de 1568), em traslado de 1613; TT, *OFM, Província do Algarve, Província*, lv. 22 – Fr. Rodrigo de São Tiago, *Memorial da Província dos Algarves* [1615.11.09], fls. 339v-342, publ. Margarida Caeiro, em anexo à tese *Clarissas em Portugal. Província dos Algarves...*, pp. 14-15 [com data errada de 1578]; ANTT, Arq. Gama Lobo Salema, caixa 17, pasta 137, doc. 3 (carta em pergaminho e selada com selo pendente, passada em Setúbal, Convento de S. Francisco, 1578) e ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*: mç. 101 (livro em papel); AA, *CNSA*, 02/038 que inclui o traslado do breve da fundação do Convento, aí dado, em 1561 e AA, (c.a.)livro, 110, fl. 33v (agosto 1769) que regista a despesa de 880 réis pelos traslados.

⁷⁶ Estas novas condições impostas por D. Sebastião conhecem-se através de um documento de Filipe I, datado de 1595, e que desenvolveremos, no capítulo sobre o espaço edificado. Transcrito por Fr. Rodrigo

declarou, em benefício do novo mosteiro, que qualquer pessoa que cortasse lenha, árvore, pinheiro ou sobreiro na herdade de Arapouco incorria numa pena⁷⁷.

Outros aspetos cruzam-se ainda nesta fundação que merecem ser apontados. Para além do interesse dos instituidores em ligar a nova casa religiosa à exaltação da própria família e à salvaguarda de uma intercessão exemplar e prestigante pelas suas almas, o próprio monarca age como administrador da Ordem de Santiago (os monarcas eram-no, a título próprio, desde 1551), mas também como agente interessado na promoção e ordenamento da vida religiosa do reino. Lembre-se como era já longo o envolvimento da dinastia de Avis neste projeto⁷⁸, e como o antecessor D. João III conseguira, com bastante eficácia, sujeitar a maioria das ordens religiosas a um efetivo processo de reforma, muitas vezes com recurso a prestigiadas figuras oriundas de fora de Portugal⁷⁹.

É também significativa a escolha das filhas de Santa Clara para o novo mosteiro. Sabe-se que, no início do século XVI, Brites Salema, tia de Rui Salema, professou no mosteiro de Santa Clara de Beja e uma outra parente chegada foi religiosa em Santa Clara de Lisboa. Sabe-se ainda que o Infante D. Luís, de quem Rui Salema foi tesoureiro, fundou em Estremoz o convento das religiosas de S. João da Mata, mas que foi entregue tal como *Aracoeli* à Província franciscana dos Algarves. Embora se desconheçam outras ligações dos Salemas a círculos próximos da Ordem Franciscana, é muito provável que existissem. Na verdade, esta opção por um mosteiro de clarissas acontece numa época de grande expansão das “Damianitas”, que se faz sentir ao longo de toda a centúria de quinhentos: nada menos do que 52 novas fundações de casas clarissas, entre o território continental e os Açores, 23 na primeira metade da centúria e 29 na segunda (consulte-se

de São Tiago, *Memorial da Província dos Algarves*, liv. 22, fls. 342-342v, publ. Margarida Caeiro, em anexo à tese *Clarissas em Portugal. Província dos Algarves...*, p. 16.

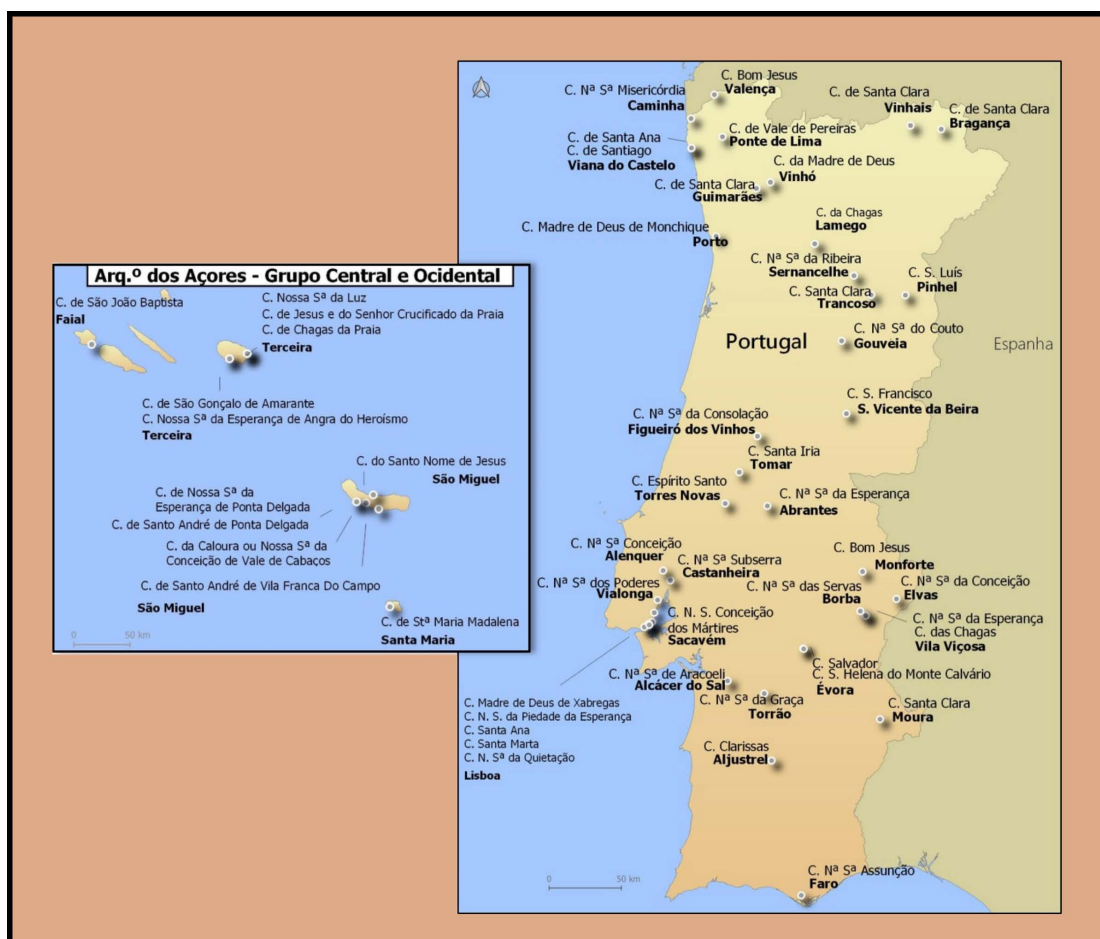
⁷⁷ *Ibidem*, fls. 345-455: pena de mil réis. Existe um traslado de um documento de 1578 (Lisboa), datado de 1-4-1613, existente no Arquivo Municipal de Alcácer, que refere estar a Abadessa isenta de pagar dízima “da madeira e lenha e sepa, caruão pedra, com origem na Herdade de Arapouco” (AA, CNSA/02/010/1-5).

⁷⁸ Cf. Maria de Lurdes Rosa, *As Almas Herdeiras...*, pp. 168-290.

⁷⁹ Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade”, in Carlos A. Moreira Azevedo (dir), *História Religiosa de Portugal*, vol. II – *Humanismos e Reformas*, coord. João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 15-38.

a figura nº 3)⁸⁰. *Aracoeli* encontra-se, em virtude da sua localização, integrado entre os mosteiros filiados na Província franciscana dos Algarves que fora criada em 1532⁸¹.

Figura nº 3: Novas fundações de Conventos de Clarissas em Portugal no século XVI⁸²



No fim do século XVI, em Portugal como em toda a Europa, havia mosteiros franciscanos femininos da 1ª Regra, vivendo a pobreza de forma mais radical, conforme o ideal de Santa Clara; mosteiros urbanistas, tendo adotado a Regra de Urbano IV, mais mitigada quanto ao rigor da pobreza e à posse de bens próprios; e os mosteiros de

⁸⁰ Seguimos aqui o cômputo recente proposto por Fernanda Maria Guedes de Campos, *A ordem das Ordens em Portugal (séculos XII-XVIII): um roteiro identitário*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 255-256. Para uma panorâmica geral da história da Ordem de Santa Clara, cf. António Montes Moreira, «Breve história das Clarissas em Portugal», in *Las Clarisas en España y Portugal. Congreso Internacional (Salamanca, 20-25 de septiembre de 1993) – Actas*, vol. II/1, Madrid, Archivos e Historia, 1994, pp. 211-231; Otília Rodrigues Foutoura, *As Clarissas na Madeira. Uma presença de 500 anos*, CEHA, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 2000. No século XVI, não houve nenhuma nova fundação na Madeira, o Convento de Santa Clara do Funchal remonta aos finais do século XV.

⁸¹ Em 1750, segundo Frei Jerónimo de Belém, a Província dos Algarves tinha 17 conventos de religiosas (cf. *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância*, Tomo I, liv. 1, pp. 19-24).

⁸² Para a elaboração deste mapa, agradece-se a ajuda de Ângela Matos Pité (Univ. Nova de Lisboa - Laboratório de Humanidades Digitais).

coletinas, seguindo as constituições de Santa Coleta⁸³ que com as suas reformas procurou que as suas religiosas se aproximassem do rigor proposto por Santa Clara. São exemplos destes últimos o Convento da Madre de Deus em Lisboa e o de Jesus em Setúbal.

O convento de clarissas de Nossa Senhora de *Aracoeli* em Alcácer é fundado, na sujeição à Regra Urbanista ou 2ª Regra e acompanha o vasto movimento de expansão franciscana pelo sul do país, no século XVI⁸⁴.

Relembre-se, como Alcácer acolhia, desde 1524, o Convento franciscano masculino de Santo António, fora do perímetro amuralhado, embora relativamente perto, ligado à Província franciscana dos Algarves, ao qual se anexou, na 2ª metade do mesmo século, a capela das Onze Mil Virgens, panteão de D. Pedro de Mascarenhas. E nas suas proximidades viria a fundar-se, ainda na centúria de Quinhentos, o convento de Nossa Senhora da Graça do Torrão, a partir de um anterior beatério, já existente em 1560⁸⁵.

2.3. Uma fundação negociada: as condições impostas pelo rei e pelos fundadores

Perante o parecer do já citado relatório, D. Sebastião outorgou ao casal Salema a doação dos *ditto paços com sua çerca torres e quintal que da ditto çerqua adentro estam pera ahy fazer o ditto moestejro*, doação que foi, depois, confirmada pelo Cardeal D. Henrique⁸⁶. No entanto, D. Sebastião impôs, pelo menos, três condições:

1. Em caso de guerra, todo o espaço então doado pelo rei deveria retornar aos freires de Santiago, obrigados a defender Alcácer do Sal⁸⁷.
2. A Ordem Espatária ficaria com o privilégio de ter disponível uma vaga para uma religiosa, filha de um dos seus cavaleiros e, quando ela morresse, para outra e assim sucessivamente. A candidata deveria trazer como dote apenas um moio de trigo⁸⁸.
3. Na cedência do espaço sagrado da capela que servira os espatários, foi aceite pelo rei a mudança da invocação de Santiago Maior para Nossa Senhora de *Aracoeli*, mas

⁸³ Pierre Moracchini, “Les Clarisses de l’Ave Marie de Paris aux XVIII^e Siècle”, publication du comité du comité du VIII^e centenaire de Sainte Claire, Paris, 1995, pp. 287-312.

⁸⁴ Para uma panorâmica da presença franciscana no Alentejo, cf. Henrique Pinto Rema, “A Ordem Franciscana no Alentejo”, in *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora – Actas*, Vol. I, Évora, Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1994, pp. 361-388.

⁸⁵ Ver *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da BPE*, *ob. cit.*, p. 314. Este recolhimento foi fundado por Brites Pinto, em 1560, sob a égide de Santa Marta. Em 1599, foi reconvertido num mosteiro de Freiras Terceiras Regulares, consagrado a Nossa Senhora da Graça.

⁸⁶ ANTT, *MCO/OS/CP*, liv. 52, fl. 10-14.

⁸⁷ *Ibidem*, fl. 13v^o.

⁸⁸ *Ibidem*; lv. 356, fl. 56; liv. 22, fls. 341-341v. O moio equivalia a 60 alqueires.

D. Sebastião exigiu que continuasse a haver culto a Santiago com a obrigação de uma missa diária e de as religiosas rezarem pelos freires e mestres da Ordem⁸⁹.

4. Também Rui Salema num documento que inclui a assinatura de D. Catarina, sua mulher, pôs uma condição que foi aceite pelo monarca: se este Convento fosse entregue a outra ordem religiosa, mudasse de sítio, ou deixasse de existir, todos os bens que lhe tinham doado, nomeadamente a Herdade de Arapouco, reverteriam para as enfermarias da Misericórdia de Alcácer⁹⁰.

É interessante verificar que, do início até à sua extinção em 1874, as clarissas mantiveram enraizada a devoção a Santiago, como refere a 3ª condição, conservando a imagem deste santo, primeiro no altar-mor e posteriormente na primeira capela lateral do lado direito, logo a seguir à capela-mor, e garantindo o respectivo culto⁹¹.

Quanto à 1ª condição – em caso de guerra – como o monarca era, de facto, o mestre de Santiago, as obrigações de defesa e ataque passaram também a ser régias. Há alguns aspetos relacionados com o convento e o castelo de Alcácer que focaremos, mais adiante, a propósito das questões de defesa, sobretudo aquando das invasões francesas e das lutas liberais, mas constatámos que, apesar das dificuldades, transtornos e aflições, as freiras não tiveram de abandonar o Mosteiro por causa dessas guerras.

A 2ª condição - que dava o privilégio à Ordem Espatária de ter disponível uma vaga para uma freira, filha de um dos seus cavaleiros, e por sua morte a outra - é também cumprida várias vezes, ao longo do tempo; contudo foram mais visíveis as entradas de religiosas no lugar que o padroeiro poderia dispor⁹².

Em relação à 4ª condição, se o Convento fosse entregue a outra ordem religiosa, mudasse para outro sítio, ou deixasse de existir, todos os bens doados pelo casal Salema, sobretudo a Herdade de Arapouco⁹³, reverteriam para as enfermarias da Misericórdia de Alcácer também por ele fundadas, veio a ser muito importante no futuro⁹⁴. Aquando da morte da última religiosa e da extinção do Convento, a Santa Casa invocou esta providência cautelar e, em sequência, foi feita uma pesquisa na documentação antiga que

⁸⁹ *Ibidem*, lv. 52, fl. 13vº e Arq. Municipal de Alcácer, Ms. Doc. 38, fl. 2vº.

⁹⁰ Consulte-se o doc. 3 transcrito no vol. II: Anexos.

⁹¹ Para além da referida imagem de Santiago, as Religiosas possuíam também no próprio coro outra imagem do santo. Cf. AA, (c.a.) liv. 119, fl. 34 (abril 1803): pagou-se por um resplendor de prata para Santiago que está no Coro, 1.200 réis.

⁹² Ver, como exemplo, TT, *OFM, Províncias dos Algarves*, mç. 101, [doc. 10] - 1730: “Como Padroeiro que sou do Convento de *Aracoeli* da Vila de Alcácer nomeyo para entrar no lugar do meu Padroado que se acha vago Arcângela Teresa de Brito” a) Fernando Xavier de Miranda Henriques.

⁹³ A herdade oferecida por D. Rui Salema para a fundação foi entregue ao Convento de *Aracoeli*, por provisão de El-Rei D. Sebastião, de 1571-10-16. Cf. ANTT, *Ministério das Finanças*, cx. 1950, [fl. 527].

⁹⁴ Consulte-se o doc. 3 transcrito no vol. II: Anexos.

acabou por confirmar a sua veracidade. A Herdade de Arapouco, na Senhora do Monte, deixou de poder ser vendida em hasta pública, como aconteceu a outros bens conventuais. O património fundacional foi entregue à Misericórdia de Alcácer, passando a fazer parte integrante do conjunto das suas propriedades⁹⁵.

Da família Salema, em geral, e do casal Rui e Catarina Salema, em particular, regista-se que deixaram em Alcácer um enorme rasto da sua importância social e da sua ação benfazeja, uma vez que fundaram o hospital da Santa Casa da Misericórdia e o Convento de *Aracoeli*. Marca que, ainda hoje perdura, na memória dos alcacerenses avivada pela existência da Rua Rui Salema e da Biblioteca Municipal com o mesmo nome, inaugurada em 1995, e que ocupa o antigo solar dos Salemas.

2.4. O Mosteiro de *Aracoeli* e a celebração da memória dos fundadores

Voltando ao acordo feito entre o rei D. Sebastião e o casal Salema, as antigas construções santiaguistas do castelo⁹⁶ e o espaço envolvente - confrontando do Norte, do Poente e do Sul com as muralhas da fortaleza e, em parte, feitas sobre ela e do Nascente com o caminho que ia para o Postigo e com outro caminho que seguia para a Porta Nova – foi convertido num lugar de clausura de freiras clarissas, batizado com o nome de Convento de Nossa Senhora de *Aracoeli*, ou seja, Nossa Senhora do Altar do Céu, reproduzindo na invocação, a de um dos templos famosos de Roma, a igreja de Santa Maria de *Aracæli* (entregue pelo Papa aos franciscanos, no século XIII).

Rui Salema e D. Catarina pagaram as obras feitas para o funcionamento do mosteiro, reutilizando muitas das pedras já talhadas das construções anteriores, nomeadamente do convento, paços e capela dos espatários. Deverão ter sido generosos nos gastos com a sua decoração, como se pode deduzir pelos inventários das alfaias religiosas, pinturas e mobiliário que, embora oriundos de uma época tardia, sem nos darem detalhes, a não ser o do envelhecimento, arranjo, transformação e até venda de algumas das peças, ajudam-nos, no entanto, a vislumbrar o que teria sido o seu primitivo recheio. Não nos esqueçamos que Rui Salema fora tesoureiro do Infante D. Luís, tendo nessa condição, pago a Jorge Rodrigues, ourives, muitas obras de prata que este Infante

⁹⁵ ANTT, *Minist^o das Finanças*, caixa 1950, Convento de *Aracoeli*, Ofício de 30 de junho de 1874, enviado de Alcácer para o Director Geral dos Próprios Nacionais: “Da Herdade de Arapouco não se tomou posse, por causa da cláusula com que foi doada ao Convento, segundo consta a folhas 23 do inventário”.

⁹⁶ Ver Maria Teresa Lopes Pereira, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal, século XII a fins do século XV*, pp. 65-79.

lhe encomendou⁹⁷. Pensamos ser plausível pôr a hipótese de que o cálice e a custódia, inicialmente oferecidas pelos patronos e reservadas às funções mais sagradas do Mosteiro, pudessem ter sido deste ou de outro reputado ourives, mas infelizmente as peças não chegaram até nós, nem qualquer nota ou apontamento de encomenda.

Como já vimos, os instituidores também dotaram o convento de bens imóveis para a manutenção futura do complexo habitacional e o sustento das religiosas, pois em todos os mosteiros femininos que seguiram a regra de Urbano IV, menos rigorosa na questão da pobreza, do que a primitiva regra de Santa Clara, é visível a importância do papel da dotação inicial em propriedades e bens de raiz. Sujeitas à clausura, as clarissas ficavam assim mais libertas de dependências económicas exteriores. Os padroeiros asseguravam ainda a entrega anual à Comunidade de seis alqueires de azeite para alumiar a lâmpada do Santíssimo Sacramento na Capela-mor, cláusula que sempre foi cumprida⁹⁸.

A inauguração do cenóbio ocorreu, com grande probabilidade, durante a primeira metade do ano de 1573, embora, até agora, não se tivesse conseguido apurar a data exata. A comunidade da Ordem de Santa Clara já aí se encontrava instalada, em 3 de junho de 1573⁹⁹. A tradição refere que as primeiras freiras vieram do Convento de Clarissas de Évora o que nos parece verosímil.

No capítulo geral celebrado no convento de São Francisco de Setúbal, no domingo da Santíssima Trindade de 1578, na presença de Frei Filipe de Jesus, Comissário, e de Frei Manuel de Cocilha, Ministro da Província do Algarve, foi confirmada e aceite a fundação do convento. Nele se declara o estatuto de fundador do casal Salema que “*ante outras muy heroycas e sanctissimas obras que tem feitas, [...] com aprazimento desta prouincia, e cõ consentimento de todo o capitulo prouincial edificarão na villa de Alcacere do sal hũ Convento para rellegiozas da bẽ auenturada Sancta Clara para o qual tinhão hũa patente do Padre frey Antonio Cerueira sendo ministro, & depois confirmada pello Padre frey Aluaro de Oliuença outrosim sendo ministro, e outra do Padre Damião da Torre sendo comissario nestes reinos de Portugal*”¹⁰⁰.

⁹⁷ ANTT, *Casa Real, Núcleo Antigo*, 177, fl. 51 (Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Artes industriais e indústrias portuguesas, Ourivesaria, quinquilharia e bijutaria*, Coimbra, Imp. Univ., 1914, pp. 59-60). Ver Hugo Miguel Crespo, “«lhe nam faltou mais que não nascer Rei»: *splendore et magnificentia* no «tesouro» e guarda-roupa do infante D. Luís”, *Artis*, 9-10, 2010-2011, pp. 163-186.

⁹⁸ António Lopes Salema era padroeiro em 1615, o padroado foi da família Sande, a família Miranda Henriques herdou-o. Ver AA, (c.a) liv. 106, fls. 8, 37 e 56 (rec.º do 1º quartel de 1756, 1757, 1758): 6 alq.

⁹⁹ Ver doc. 3 transcrito no vol. II: Anexos.

¹⁰⁰ Consulte-se o doc. 4 transcrito no vol. II: Anexos.

Neste documento vem ordenado que o convento não pudesse nunca ter mais do que 33 religiosas (idade com que Cristo morreu na Cruz), sob pena de excomunhão e de privação do cargo à Abadessa, com a justificação de “*que com este numero se poderá muy bem manter o convento, por que o grande numero de freiras destrue hos conventos*”¹⁰¹.

A constituição da comunidade será marcada, pelas próprias circunstâncias que presidiram à fundação do mosteiro. Com efeito, se o Rei D. Sebastião, na sua qualidade de Mestre da Ordem de Santiago, ao ceder os velhos paços espatários, assegurou no contrato que no novo mosteiro estivesse sempre uma freira, filha de um cavaleiro santiaguista. O casal fundador, por seu lado, recebeu da autoridade religiosa franciscana a garantia de que, em vida de ambos, teriam vários privilégios e um grande controlo sobre a comunidade monástica. E isto, não apenas pelo número de religiosas que livremente aí poderiam colocar, logo no início - quatro noviças sem dote e seis de mais modestos dotes (um moio de renda). Poderiam ainda colocar uma freira sem dote, apenas com cama e entrada. Tinham a prerrogativa de, enquanto fossem vivos, depender da sua anuência a receção de qualquer candidata, quer como freira, quer como servidora do mosteiro¹⁰².

Os privilégios aligeiraram-se após a morte dos fundadores. Rui Salema, casado com D. Catarina em 1537, faleceu em 2-1-1579. A viúva recebeu uma carta de padrão, concedida pelo Cardeal-Rei D. Henrique (80.000 reais de 100.000 reais), em continuidade da tença que o Infante D. Luís atribuíra a Rui Salema por ser um dos *mais antigos Crjados de sua Casa*¹⁰³. D. Catarina morreu depois do marido, mas não conseguimos apurar a data exata. Os herdeiros do casal Salema receberam os direitos de padroado que lhes garantiam a possibilidade de colocar uma freira na comunidade, dependente da sua escolha pessoal, “só com a sua legítima, cama e entradas”¹⁰⁴. Para as restantes, mantinha-se a obrigação de trazerem consigo o respetivo dote, suportado por bens próprios, da família ou de benfeitores, que permitissem à comunidade garantir o seu sustento.

Na prática, desde o início, ao *numerus clausus* de 33 religiosas acordado, acrescentou-se a possibilidade da entrada de mais duas legalmente: uma no lugar destinado a uma filha de um cavaleiro da Ordem de Santiago, e outra no lugar reservado a uma candidata escolhida pelo padroeiro. Assim, o número passou a ser de 35 mais uma

¹⁰¹ Consulte-se o doc. 4 transcrito no vol. II: Anexos.

¹⁰² Consulte-se o doc. 4 transcrito no vol. II: Anexos.

¹⁰³ ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, livro 43, fls. 287v-288v – Carta de padrão de tença. Agradece-se a Hugo Crespo ter-nos dado a conhecer este documento.

¹⁰⁴ A título de exemplo consulte-se: TT, *OFM, Províncias dos Algarves*, mç. 101, doc. 10; *ibidem*, doc. 45 (1749): Teresa, filha de Rodrigo Afonso Carneiro e de sua mulher Antónia Teresa de Jesus.

religiosa para uma parente do Dr. Diogo Lameira, Desembargador do Paço, que deixou em testamento a este mosteiro cem mil réis de juro na Alfândega de Lisboa¹⁰⁵.

Os instituidores de *Aracoeli* trataram também de assinalar a sua própria “marca”, ao manter viva a sua memória, depois da sua morte. Ao ser-lhes associado o padroado do convento, era-lhes garantido, logo em 1578, na sequência do Capítulo Geral celebrado nesse ano, uma intercessão quase perene por suas almas¹⁰⁶. Reservou-se exclusivamente para os fundadores o espaço da capela-mor para aí se fazerem sepultar, numa proximidade privilegiada com o lugar da celebração litúrgica dos mistérios divinos¹⁰⁷. Era-lhes também garantida a celebração de repetidos sufrágios, quer na missa diária da comunidade, quer nas festas principais do ano litúrgico (cerca de 34), quer na semana de Finados. À lembrança do seu nome entre os defuntos nomeados na liturgia eucarística, acresciam os responsos sobre a sua sepultura – mais solenes aos Domingos, quando eram cantados – e o Ofício de nove lições que, por suas almas, a comunidade era obrigada a dizer na semana dos Fiéis Defuntos, juntamente com uma missa cantada¹⁰⁸.

Embora a capela-mor estivesse destinada apenas à dupla sepultura do casal Salema, D. Querubina (1572-1580), filha de D. João, VI Duque de Bragança, e de D. Catarina foi sepultada junto do altar-mor, do lado do Evangelho, sendo uma das primeiras leigas a ser enterrada no Convento de *Aracoeli*. A jovem viajara para Alcácer do Sal, por estar doente e necessitar de uma mudança de ares, mas acabou por aí morrer, a 11 de março de 1580.

Poucos anos passados, em 20 de julho de 1597, Frei André de Santarém, confessor das Religiosas, e a Madre Maria da Graça, abadessa do convento, mediante um breve das autoridades e um alvará de procuração, permitiram a transladação do corpo de D. Querubina. Aberta a sepultura, foi causa de espanto e “compunção” dos presentes, estar inteira a cabeça da menina, com os cabelos loiros intactos, ainda entrançados e com uma fita. Cuidadosamente, a sua formosa cabeça e o que restava do seu corpo foram colocados num caixão. As religiosas velaram-no, durante uma noite inteira, com muitas orações e

¹⁰⁵ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344, onde se refere que o testamento fora feito em 5/10/1603 e estava na Misericórdia de Alcácer, com um traslado autêntico no Convento de Santo António. Ver também *Ibidem, Prov. dos algarves, Convento de Aracoeli de Alcácer do Sal*, mç. 101, [doc. 40], (1721).

¹⁰⁶ Consulte-se o doc. 4 do vol. II: Anexos.

¹⁰⁷ Abel Viana, em 1948, nas «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo», in *Arquivo de Beja*, vol. V, Fascs. I e II, Janeiro/Junho/1948, p. 38. escreve: “no sítio correspondente à capela-mor consegui avistar parte de várias lajes, possivelmente brasonadas e de interesse histórico e epigráfico”. Atualmente, desaparecem pormenores dos túmulos dos fundadores, como revela a figura 11 no subcapítulo 4.2.2.1. Ver, a propósito do “patrono”, José Maria Miura Andrades, *Frailes, Monjas Y Conventos. Las Órdenes Mendicantes Y la Sociedad Sevillana Bajomedieval*, Sevilha, 1998, pp. 132-133.

¹⁰⁸ Consulte-se o doc. 4 do vol. II: Anexos.

cânticos. No dia seguinte, os capelães da capela ducal de Vila Viçosa cantaram uma missa e um responso. As clarissas de *Aracoeli*, afamadas na música e no canto, entoaram outro responso, antes mesmo da saída do cortejo fúnebre. Este seguiu de Alcácer para Alcáçovas, passou por Estremoz e seguiu até Vila Viçosa, onde, depois de várias cerimónias, foi depositado no coro das religiosas do Convento das Chagas de Cristo, igualmente de clarissas e sob o patronato do ducado de Bragança¹⁰⁹.

A associação da família Salema ao mosteiro manter-se-ia ao longo das gerações, inclusive na escolha do cenóbio como local de sepultura. Um eloquente testemunho deste facto é-nos dado pelo testamento de Isabel Salema Soares, redigido em Alcácer, onde morava, em 1637-07-16¹¹⁰. Filha de João Soares Salema e de Guiomar Gonçalves Gramaxa, vira já falecer os seus progenitores, ambos sepultados nesta igreja conventual, ele na capela-mor e sua mãe no coro das freiras. Em tempos de elevada mortalidade, Isabel Salema assistira também à morte pelo menos de uma das suas filhas, Guiomar de Sande, e do próprio marido, Rui Gil Magro de Almeida, ambos sepultados junto do túmulo do pai da testadora. Esta revelava uma forte ligação ao mosteiro e ao seu carisma, determinando ser inumada vestida com o hábito franciscano. Contudo, o testamento é também curioso pelas disposições deixadas sobre o destino a dar, não apenas ao seu corpo como também aos restos mortais dos que já a haviam precedido nessa última viagem. Com efeito, solicita à sua filha D. Francisca, sua testamenteira, que a sepulte junto do pai e que, junto a essa sepultura, mandasse abrir «um carneiro», ou seja, uma cova, onde se pudessem reunir as ossadas daqueles que lhe haviam sido mais próximos em vida, trasladando dos lugares dispersos em que estavam: a mãe, o marido e a filha já falecida.

Apesar das muitas alterações que o cenóbio sofreu, no decorrer dos tempos, é ainda visível na capela-mor, sem qualquer inscrição, o local das sepulturas dos fundadores (consulte-se a figura nº 11). Outras pedras sepulcrais, mantendo nomes e até brasões, permanecem na igreja-salão atual, nomeadamente da família Salema e Sande, com ligações familiares aos patronos do Mosteiro, mas também de Abreus, Sequeiras, Peçanhas¹¹¹ e muitos outros que deixaram dinheiro e bens à comunidade, para aí serem sepultados e lhes mandarem dizer missas por alma¹¹². Note-se que o culto relacionado

¹⁰⁹ Ver António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem*, Tomo VI, Lisboa Regia Officina Sylvia e da Academia Real, 1739, pp. 247-249.

¹¹⁰ Arquivo Salema Gama Lobo, caixa 09, pasta 065.

¹¹¹ Em 1681, Martim Peçanha da Fonseca foi sepultado em *Aracoeli*, conforme registara em testamento.

¹¹² AA, (c.a.) liv. 97, fls. 111 e 115 (1708 e 1709): Recebemos dos ofícios que se fazem na nossa Igreja pela alma de João Rodrigues de Siqueira e da irmandade de Nossa Senhora do Socorro, 4.000 réis em cada ano; ver também ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, liv. 22, fl. 344; AA, (c.a.) liv. 101, fl. 96v.

com a «intercessão pelas almas» difundiu-se muito em Portugal, depois do Concílio de Trento¹¹³. Por exemplo, desde antes do Terramoto, até quase à extinção, a comunidade registou a entrada anual de cinco mil réis paga pelos herdeiros de Tomé Farinha, cuja capela instituíra, sendo, às vezes, designada por Capela do Morgado de Veiros¹¹⁴.

Com a construção da Pousada, as escavações arqueológicas, então feitas, revelaram sepulturas com esqueletos de religiosas: duas na igreja, quatro no coro baixo, dezoito no claustro e trinta e cinco na sala do capítulo. Os vestígios osteológicos, para além de uma dentição muito incompleta, talvez devido a cáries, revelam deformações e artroses nos joelhos. Isto podia resultar certamente das muitas horas de postura ajoelhada. Em todos estes enterramentos foi encontrado uma maior ou menor quantidade de espólio, como contas, anéis, tiaras, toucas, pedaços de tecido, alfinetes, pregos, entre outros, mas verificou-se ser a zona escavada do claustro a que forneceu mais espólio arqueológico¹¹⁵.

¹¹³ Ver Ernesto Veiga de Oliveira, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1984.

¹¹⁴ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 10 (1753): Recebemos dos Herdeiros de Tomé Farinha, 8.000 réis; fl. 45 (1754): p/ mesmo, 5.000 réis” e continua, exemplo, (c.a.) liv. 123, fl. 72 (1818): recebemos do Sr. Sargento-Mor José Manuel Lobato pelo guisamento da Capela que ele administra do Morgado de Veiros, 5.000 réis.

¹¹⁵ Lucília do Carmo dos Santos Ruas Marrafa, *Vida e morte no Convento de Aracoelli (Alcácer do Sal), séc XVII a XIX*, Dis. de Mest^o em Arqueologia, espec. Paleoambiente, Braga, Univ. do Minho, 1996, p. 14.

Capítulo 3 – A COMUNIDADE

3.1. Na obediência à Regra, às Constituições e ao Concílio de Trento

"Eis aquela que parou em frente
Das altas noites puras e suspensas.
Eis aquela que soube na paisagem
Adivinhar a unidade prometida:
Coração atento ao rosto das imagens,
Face erguida,
Vontade transparente
Inteira onde as outras se dividem."

Sophia de Mello Breyner Andresen, *Obra Poética*, Lisboa, Caminho, 2010, p. 296.

Embora a Ordem de Santa Clara se tivesse instalado em Portugal logo no século XIII, a sua expansão atingirá o auge no nosso país, só no século XVI, período de maior desenvolvimento da Ordem, com a criação de 52 mosteiros, como atrás vimos. Foi nesta conjuntura que surgiu o Mosteiro de Nossa Senhora de *Aracoeli*, no Castelo de Alcácer, no ano de 1573, seguindo a Regra Urbanista ou Segunda Regra de Santa Clara.

Clara de Offreducci, fundadora das Clarissas, nasceu em Assis, na Itália, em 16 de julho de 1194, no seio de uma família rica, e morreu também nessa cidade, no dia 11 de agosto de 1253. A amizade e o convívio espiritual com S. Francisco de Assis, doze anos mais velho, levou-a a fundar o ramo feminino franciscano, Ordem de Santa Clara ou Ordem das Clarissas. Desde os primórdios que Clara de Assis teve que lutar com muita determinação para conseguir que a Igreja aceitasse a prática da vida de pobreza das irmãs que a seguiam, mas teve ainda que enfrentar e vencer outras dificuldades, sobretudo a da sua ligação espiritual e jurídica aos franciscanos.

O IV Concílio de Latrão, em 1215, determinou que quem desejasse seguir a vida religiosa deveria escolher uma das regras já existentes. Assim, às Irmãs Pobres foi recomendado que fizessem a sua profissão sob a Regra de S. Bento. Mas, com grande tenacidade e espírito voluntarista, firme na defesa da “pobre vida”, Clara conseguiu, logo no ano seguinte, ver reconhecido pelo Papa “o privilégio da pobreza”, carisma próprio da Ordem. Entretanto, em 1227, é eleito Gregório IX que procurou que as comunidades femininas pobres adoptassem a Regra Hugoliniana, redigida por si, ainda como Cardeal

Hugolino, com uma forte influência da regra de S. Bento¹¹⁶. Em 16 de julho de 1228, em Assis, o papa Gregório IX celebra solenemente a canonização de S. Francisco. Perante esta imensa alegria, Clara não perde tempo, aproveita o momento favorável para defender ainda mais a pobreza evangélica, ideal da sua vida. E, assim, consegue que o Pontífice lhe confirme pela Bula *Sicut manifestum*, de 17 de setembro de 1228, a continuidade da vivência da pobreza mais radical.

As vicissitudes e dificuldades continuaram no pontificado de Inocêncio IV, eleito em 1243. Este elaborou uma regra (1247) que ficou com o seu nome e que visava os mosteiros femininos de espiritualidade franciscana: tinha a vantagem de colocar as Irmãs Pobres sob a Jurisdição dos Frades Menores e a Regra de S. Francisco substituir a de S. Bento. Mas a esta vitória surgia associado um grave problema que punha em causa os ideais de vida que Clara e que as suas irmãs, defensoras da “pobre vida”, não podiam aceitar: “*seja lícito ter em comum e reter livremente rendas e possessões*”¹¹⁷.

Perante a resistência de muitos mosteiros de mulheres pobres, o Papa Inocêncio IV afirmou não ter como objectivo a obrigatoriedade de aplicação da sua regra. Clara assume que chegara a sua hora de redigir um texto que unificasse as várias comunidades que haviam seguido o seu chamamento. Alicerçada nas normas recebidas diretamente de S. Francisco, recorrendo ao modelo da própria Regra dos Frades Menores, há muito aprovada pela Igreja, a outros escritos do Santo, a elementos da Regra de S. Bento, da Regra hugoliana e da de Inocêncio IV, Clara elaborou uma regra própria. Regra que se enraizava na *Formula Vitae* e no *Privilégio de Pobreza*, adaptava princípios franciscanos, mas sobretudo registava com palavras suas o que fora a prática de uma comunidade que Clara dirigira e que, na senda de Francisco de Assis, havia criado em S. Damião. A experiência da sua própria vida evangélica e da vivida pelas suas irmãs na fé, seguidoras dos seus ideais, sobretudo o da pobreza total, foram o princípio orientador de Clara nas sucessivas frases que escreveu na Regra, com uma inspiração, entusiasmo e um amor completamente apaixonado à causa de Jesus Cristo.

O caminho de ascensão religiosa que Clara escolhera implicava uma vida *In oboedientia; Sine Proprio; Sub clausura; Et in castitate*¹¹⁸. A sua Regra recebeu a

¹¹⁶ Chiara Giovanna Cremaschi, *Clara de Asís, Un silencio que grita*, Sevilla, Versión Castelhana Ediciones Franciscanas Arantzazu, Oñti, 2011, p. 132.

¹¹⁷ Ver Otília R. Fontoura, *ob.cit.*, p. 24.

¹¹⁸ Foi este o título escolhido por Maria Filomena Andrade para a sua tese sobre a implantação e expansão da Ordem de Santa Clara em Portugal nos séculos XIII e XIV: Maria Filomena Pimentel de Carvalho Andrade, *In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura [...]*, *ob. cit.* As origens evolução desta opção religiosa e da sua normativa são cuidadosamente tratadas nas pp. 42-73 e 152-170.

aprovação do cardeal Reinaldo e, em 1252, o Papa Inocêncio IV promulga-a, através da Bula *Soluet annuere* que chegou às mãos de Clara dois dias antes da sua morte, ocorrida a 11 de agosto de 1253¹¹⁹. Foi a primeira regra aprovada, tendo sido escrita por uma mulher. É ainda mais extraordinário, ter sido tão rápida a homologação do sumo pontífice. Na hora derradeira, Clara partiu com o coração pacificado, tendo a noção de que deixava às suas Irmãs um guia para viver com toda a paixão o Evangelho de Jesus. Dois anos depois do seu passamento, Santa Clara foi canonizada pelo Papa Alexandre IV, em 1255. Portugal foi precoce no acolhimento às Irmãs Clarissas que aqui chegaram em 1258¹²⁰.

Desde cedo, a questão da pobreza – *Sine Proprio* – levantou problemas por causa da clausura e outras questões inerentes. Com o objectivo de maior unidade e de condições para a organização da vida comunitária, o Papa Urbano IV promulgou, em 18 de outubro de 1263, a chamada *Regra Urbanista* ou Segunda Regra de Santa Clara que unificava os mosteiros sob o nome genérico de Ordem de Santa Clara e dava força de voto à clausura. Esta Regra passou a coexistir com a Primeira Regra, a da própria Santa Clara, aprovada dez anos antes e que exigia uma vida de grande pobreza. A Regra Urbanista representou um recuo em relação ao espírito da fundadora porque determinava que os mosteiros pudessem *receber, possuir e reter em comum rendas e possessões*, para sua própria subsistência¹²¹. Foi sob esta Regra que viveram as religiosas de *Aracoeli*.

Houve, nos alvares da época moderna, reformas mais radicais, como a de Santa Coleta que procurou voltar ao texto inicial da regra da fundadora Santa Clara, sendo adotada pelo Convento de Jesus de Setúbal, pelo Convento da Madre de Deus em Lisboa, e ainda antes destes, pelo de Santa Clara de Beja.

Chegou até ao nosso tempo, um códice manuscrito com uma cópia da *Regra Urbanista* do Mosteiro de *Aracoeli* de Alcácer do Sal, datada do ano de 1618. Ao longo deste estudo, citaremos muitas vezes este exemplar da Regra, para exemplificarmos as normas e capítulos referidos¹²². A Comunidade vivia segundo as normas da Regra Urbanista, podendo possuir em comum bens e rendas. Dadas as características da vida em clausura e o papel que a Igreja reservava às mulheres, as clarissas não podiam, como acontecia com os franciscanos, viver da mendicidade ou da administração dos

¹¹⁹ Ver Otília R. Fontoura, *ob. cit.*, p. 24 e seguintes.

¹²⁰ Maria Filomena Pimentel de Carvalho Andrade, *ob. cit.*, p. 71 e seguintes.

¹²¹ Ver Otília R. Fontoura, *ob. cit.*, pp. 26 e 27.

¹²² Este manuscrito da Regra de Santa Clara do Mosteiro de *Aracoeli* pertence ao património da Paróquia de Santiago de Alcácer do Sal e consultei-a em Évora graças a Artur Goulart. *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618. PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288. Doravante, citá-la-ei como *Regra de Santa Clara do Convento de Aracoeli* (1618), ou só *Regra* (1618).

sacramentos. Dependiam hierarquicamente da Ordem dos Frades Menores da Província do Algarves, com sede no Convento de S. Francisco de Xabregas, em Lisboa. O Mosteiro estava sujeito aos visitantes da Ordem que verificavam o cumprimento da Regra e das Constituições Gerais emitidas em Roma em 1639 e traduzidas para português em 1693¹²³. E recebia apoio espiritual dos frades do Convento de Santo António de Alcácer do Sal, da mesma província. Só aos pregadores franciscanos, as religiosas poderiam encomendar os sermões solenes, as práticas e as missas cantadas das festas litúrgicas¹²⁴.

O dote dos fundadores permitia prover à manutenção da comunidade de clarissas e à conservação do edifício, sendo o número estipulado de 33 religiosas, elevado para o máximo de 35/36¹²⁵, mas foram entrando freiras supranumerárias. O rendimento dos dotes das noviças ajudava nos crescentes gastos conventuais. A partir de finais do século XVIII, vão sendo cada vez menos as clarissas aí residentes.

Até agora, não se conseguiu encontrar o manuscrito do registo memorial de que nos fala Diogo Barbosa Machado¹²⁶. Soror Maria da Apresentação, freira em *Aracoeli* (falecida antes de 1654), teria sido autora de umas “*Notícias das Religiosas que lhe precederão em o Convento onde viveo, e morreo, e das que professarão depois de ser já professa*”. Desempenhou os cargos de Mestra da Ordem, Vigária do Coro e Escrivã do Convento. Nesta sua crónica, deixava as biografias de todas as freiras que tinham morrido antes dela neste mosteiro e falava também das que haviam professado depois dela, o que seria para este estudo um documento muito valioso, sobretudo pelas muitas lacunas de conhecimento acerca das primeiras gerações de clarissas de Alcácer¹²⁷.

Como o Mosteiro de *Aracoeli* foi criado em 1573, já depois do fim dos trabalhos de Trento, desde o início da sua história, as normas deste Concílio terão influenciado as características físicas, espirituais e organizativas do cenóbio. Algumas aplicaram-se ao arranjo interno e externo do edifício, desde o rigor da clausura que implicava uma portaria com portas que se encerravam, muros altos na cerca, isolando-a do exterior, grades nas

¹²³ *CONSTITUIÇÕES Geraes pera todas as Freiras, e Religiosas sogeitas a obediência da Ordem de N.P.S. Francisco, nesta Família Cismontana. De novo recopiladas das antigas, E acrescentadas, com acordo, consentimento, & aprovação do Capitulo Geral, celebrado em Roma a onze de Junho do Anno de Mil, seiscentos & trinta & noue. Traduzidas do Espanhol em Portuguez, & acrescentadas com as nouas ordenações, que se fizeram em os Capitulos Geraes, que se seguirão, por mandado do N.R.P. Fr. Ioseph Ximenes Samaniego, Ministro Geral, que se celebrou em Roma, no Anno de 1676.* – Lisboa: na Officina de Miguel des Landes, 1681.

¹²⁴ ANTT, *OFM, Prov. Algarves*, mc. 101, nº 25 e caderno s/nº. Ver despesa, por exemplo, *ibidem*, nº 41.

¹²⁵ ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, mc. 101, nº 41. Como vimos, foi, depois, aceite o legado de Diogo Lameira para haver um lugar para uma freira da sua família.

¹²⁶ Citado, como M.S.4., por Diogo Barbosa Machado, *ob. cit.*, p. 429.

¹²⁷ *Ibidem*.

portas e janelas com determinadas medidas e espessuras. Durante três séculos, aí viveu uma comunidade de mulheres, sujeitas às normas da 2ª Regra de Santa Clara ou Regra Urbanista que permitia à comunidade a propriedade coletiva de bens e rendas. Havia religiosas de véu preto ou de coro e outras de véu branco conhecidas também por conversas ou “serviçais”¹²⁸.

O caminho de aperfeiçoamento das clarissas implicava os três votos de *obediência, castidade e pobreza*, aos quais se acrescentou o da clausura. Segundo a *Regra Urbanista*, o voto de pobreza perde força, pois os mosteiros poderiam *receber, possuir e reter em comum rendas e possessões*, para a sua própria subsistência¹²⁹, daí a importância dos dotes. Reforçou-se o voto de clausura, pois viveriam “encerradas para sempre”¹³⁰. A *Bula Circa Pastoralis* publicada por Pio V, em 1566, implicava o cumprimento dos decretos tridentinos e determinava que qualquer freira que fizesse votos e profissão teria que viver enclausurada, fosse qual fosse a Ordem religiosa a que pertencesse.

Assim, as religiosas não poderiam sair do mosteiro, salvo raríssimas exceções, e a entrada de seculares deveria ser muito restrita, seguindo as normas. No entanto, entre a teoria e a prática ia uma grande distância, como os relatórios das visitas confirmam, ao apontar alguns desvios e as melhorias a implementar¹³¹.

A Regra estipulava amor fraterno e um grande respeito das religiosas umas para com as outras. Mas, em 1706, o visitador vê-se obrigado a relembrar que o Concílio de Trento estipulara “que nenhuma religiosa descomponha a outra de palavra chamando-lhe nomes que toque na sua geração”, o que indicia haver infrações¹³².

As Constituições gerais apontavam com rigor que do hábito da clarissa deveria transparecer modéstia e simplicidade, daí os tecidos serem pobres de cor castanha ou acinzentada e o véu negro (professas) ou branco (novicas e conversas), sem o mínimo toque pessoal, proibindo-se joias, adereços ou sinais de maquiagem. Certamente, por haver abusos, em 1691, pede-se a todas as freiras que usem de *compostura e decência em os trajes* como ordena a Regra e Estatutos, *e que não usem cauda em os hábitos*. Em 1707, volta a insistir-se: *algumas freiras usam de fraldelins de pano da moda, com várias cores que parecem de primavera, e de anéis de ouro em os dedos e toucados de bico*

¹²⁸ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. VIII: “As Irmãs offiçiais, e serviçais, em horas e lugares estabelecidos segundo for hordenado trabalhem em honestos trabalhos [...]”.

¹²⁹ Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, *ob. cit.*, pp. 26 e 27; Maria Filomena Andrade, *ob. cit.*, p. 153 e ss.

¹³⁰ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. I.

¹³¹ AA, CNSA, 03/001, ver entre outros, os fls. 1 (1688), 2 (1689), 3-5 (1691).

¹³² *Ibidem*, fl. 17v (maio 1706).

parecendo-lhe os cabelos da cabeça, o que poderá levar a escândalo e mau exemplo¹³³. Oito anos depois, refere-se *que as Religiosas Moças usam sapatos de salto e picados*, o que afronta a santa pobreza, a modéstia e compostura que deveria existir nas esposas de Cristo, proibidas de usarem *sapatos de salto e muito menos dos picados*; só deveriam calçar sapatos brancos, pretos e pantufos (consulte-se a figura nº 4 em anexo). Quanto aos toucados, aconselhavam-se os da criação do convento, sem fitas, exceto as pretas e roxas; e as camisas não poderiam ter mangas com renda¹³⁴. Estas advertências levam-nos a pensar em situações de afastamento da norma, confirmadas nas escavações arqueológicas.

3.2. “Viver encerradas”: uma vida de clausura

Ao entrar no Mosteiro, a religiosa adquiria, desde logo, a noção de que havia um tempo e um espaço marcados pelo “cá dentro” em oposição ao “lá fora” que acabara de deixar. A sua vida passava a ser de clausura, ou seja, confinava-se ao interior de um espaço, fechado por grades e onde predominava o silêncio a que se tinha de adaptar. Aí só podia conviver com as irmãs religiosas, as educandas, as recolhidas e as criadas.

Era praticamente impossível, após a profissão, a uma religiosa sair da clausura e ultrapassar a zona da portaria, sob qualquer pretexto, pois ao professar morria para o mundo e havia verdadeiras barreiras físicas que a separavam do exterior. A clausura tinha um carácter perpétuo e irrevogável. Depois do concílio de Trento (1542-1563), no âmbito do reforço da disciplina, foram exaradas constituições gerais para todas as freiras, com normas ainda mais minuciosas, rigorosas e severas no tocante à clausura, como a *Bula Circa Pastoralis de Pio V* confirma (1566).

A Regra Urbanista permite, no entanto, que as “irmãs serviçais” ou de véu branco, apesar da clausura, pudessem “sair às vezes, com mandado e com licença da Abadessa, por desembargarem as couzas”¹³⁵.

3.2.1. Vigiar: o funcionamento normal da portaria

Para a clausura funcionar como mandava a Regra, era necessária uma apertada vigilância e controlo no cumprimento das normas estabelecidas, sobretudo em relação à

¹³³ *Ibidem*, fl. 6v (1691) e fl. 22v (1707). Nas escavações do fim do século passado, apareceram anéis.

¹³⁴ *Ibidem*, fl. 43v (set.º 1715). *Ibidem*, fl. 62.

¹³⁵ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. II.

portaria. Para esse fim, eram designadas as irmãs porteiras, as rodeiras¹³⁶ e as escutas¹³⁷ que ouviam as conversas nos parlatórios¹³⁸. Eram todas religiosas “maduras”, escolhidas pela abadessa para a missão de grande responsabilidade: vigiar a ligação da comunidade com o exterior¹³⁹. Deviam chegar à porta regal sempre *cobertas com o seu véu*¹⁴⁰, não expondo o rosto. Mesmo as cartas enviadas e recebidas eram lidas pelas freiras que tinham autoridade para isso (abadessa, vigária, mestra de noviças). Em fevereiro de 1688, em carta aos Inquisidores de Évora, a abadessa, compadecida com a conduta e contrição de uma religiosa, a quem a penitência impunha os ofícios mais humildes, confiara-lhe o cargo de escuta. Isto valeu à prelada uma reprimenda, a que ela respondeu, desvalorizando o ofício de escuta face ao das rodeiras¹⁴¹.

Ligados ao serviço da portaria havia dois leigos: um homem (dito “moço”) e uma mulher que faziam muitos dos serviços de ligação ao exterior. Por vezes, referem-nos como “o casal da portaria”, mas sem grandes pormenores¹⁴². Chegaram a estar neste serviço dois moços em simultâneo. A veleira também fazia trabalho na portaria e na roda, embora às vezes se furtasse a esse dever. Assim, por causa das suas faltas, decidiu-se quando ela *se ausentar da assistência da porta e não cumprir com a obrigação do seu ofício, lhe desconte a ração do tal dia (...) porque não é justo se pague a quem não serve*¹⁴³. E, a escritã anota, a este propósito, que tiveram que pagar a quem “acudiu ao serviço da roda” por ter morrido a veleira¹⁴⁴.

A chave da portaria de dentro estava na posse da abadessa e/ou na das porteiras¹⁴⁵. Mas, a partir de 1694, foi ordenado que as chaves ficassem só na mão da abadessa, para que a prelada controlasse melhor quem ia às grades¹⁴⁶. Quanto à chave da portaria de fora,

¹³⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 98 (1690-94) - Soror Catarina da Trindade foi uma das duas rodeiras; no triénio de 1740-43 foi rodeira Soror Teresa Micaela - liv. 101, fl. 126; TT, *OFM, Província dos Algarves*, mç. 101, doc. 52 (1774-5-25): eram rodeiras: Soror Rosa Isabel da Madalena e Soror Rosa Angélica.

¹³⁷ TT, caixa 1950, capilha 2, caderno, fl. 34, março de 1872.

¹³⁸ “O falar das Religiosas não diminui o martírio da Cruz, [...], porque o seu falar é com escutas, e falar com escuta é maior pena que calar”, P. A. VIEIRA, *Sermões*, pp. 63-64), citado por Isabel Morujão, «Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos». *Rever. Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, ano 11, n°1, 36, 2011.

¹³⁹ AA, CNSA, 03/001, fl. 11 (out.º 1694).

¹⁴⁰ *Ibidem*, fl. 10v (Out.º 1694): “como manda a Regra”.

¹⁴¹ ANTT, *TSO/IE*, proc. 8288 (12 fev.º 1688) – Era abadessa Soror Joana Batista.

¹⁴² AA, (c.a.) liv. 97, fls. 12v, 19v e fl. 28v.

¹⁴³ AA, 03/001, fl. 43 (set.º 1715).

¹⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 118, fl. 3 (março 1800): 240 réis; mais 2.250 réis por 15 missas por sua alma.

¹⁴⁵ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, cap. XIII, 1618. PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288.

¹⁴⁶ AA, CNSA, 03/001, fl. 10v (out.º 1694).

estava entregue ao confessor ou capelão que, depois das Ave-Marias, encerrava esta porta, só a podendo abrir para o médico, sangrador ou outra necessidade extrema¹⁴⁷.

As visitas eram dos poucos momentos em que as religiosas contactavam com a família. O seu tempo de duração, o lugar e a forma como decorriam estavam definidos nas normas, sendo o seu cumprimento muito vigiado e controlado. Havia uma ampulheta de areia para marcar o espaço de duração que as religiosas poderiam falar com alguém externo¹⁴⁸. Nos três séculos da existência do mosteiro, é, muitas vezes, através das proibições e esclarecimentos dos visitantes que se vai perscrutando este contacto fugidio das religiosas com as pessoas de fora.

O locutório possuía grades e cortinas, de modo a que, estando “da banda de dentro”, as religiosas pudessem ser ouvidas sem ser vistas¹⁴⁹. As grades impediam o contacto físico. As crianças também deveriam confinar-se a esse lugar, embora haja notícias de que por vezes, entravam e até dormiam no espaço de clausura¹⁵⁰. Também os procuradores ou outras pessoas com negócios com a comunidade eram aí atendidos, sendo lidas e assinadas escrituras e procurações, geralmente, na presença do Padre Confessor, tabelião e outras testemunhas¹⁵¹. Os visitantes recomendavam que fosse dada prioridade aos negócios da comunidade em relação aos contactos e visitas particulares. Nos assuntos e cobranças, era proibido a qualquer religiosa fazer escrituras ou assinar documentos a título particular, devendo todos ser redigidos em nome do Convento e, previamente autorizados, *porque o mais em contrário he contra a pobreza que professam*¹⁵². Proibiam-se “tratos” *com pessoa com quem possa haver suspeita de devoção ilícita*¹⁵³.

Nesse local eram discutidas as contas da comunidade e aí se lia a sentença final da sua aprovação no fim dos triénios das abadessas. Em várias visitações foi reafirmada esta norma, sendo expressa a necessidade de as contas serem assinadas pelos intervenientes, depois de auditadas¹⁵⁴. Por exemplo, foi “na grade nova” que Frei Manuel

¹⁴⁷ *Ibidem*, fls. 2, 3v e 4v (nov.º 1689 e Out.º 1691).

¹⁴⁸ *Ibidem*, fl. 11 (1694).

¹⁴⁹ TT, MCO, OS/CP, liv. 52 [Tombo 1613], fl. 8.

¹⁵⁰ AA, CNSA, 03/001, fl. 11 (out.º 1694) e fl. 34 (maio, 1712).

¹⁵¹ TT, MCO, OS/CP, liv. 52 (maio, 1613), fl. 8: “da banda de fora, estando ahy o licenciado Antonio Machado da Silva, Juiz dos Tombos da messa mestral da ordem de cavalaria do mestrado de santiago, o Reverendo Padre confessor frey Costodio dos Santos, [...] elle juiz mandou fazer este termo que assinou com as ditas madres [abadessa, vigária e 4 discretas] sendo testemunha Gaspar Tinoquo medidor dos ditos Tombos e eu Matheus de Aguiar escrivão do cargo o escrevj e assjne”. Constam dez assinaturas.

¹⁵² AA, CNSA, 03/001, fl. 10 (out.º 1694).

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ *Ibidem*, fls. 3, 5 (out.º 1691). Era obrigatório o uso de um livro de *contas* “em papel em o qual mandam por todas as fazendas e rendas do Convento”.

de Santa Maria, enviado pelo provincial, e o padre Frei Aleixo de S. Francisco, confessor das religiosas, receberam o livro e os papéis das contas do governo da Madre Soror Leonor Maria da Trindade (falecida) entregues pela nova abadessa e pela escritvã. Conferidas as contas, e verificando estar tudo correto, leram a sentença de aprovação, que foi assinada por eles e pela nova Abadessa, pela Escritvã e por cinco Discretas, convocadas ao som da “campã tangida”, em 10-10-1709¹⁵⁵. Mais outro exemplo, em 10-05-1744, na “casa das falas da grade velha”, foi lida a sentença da aprovação das contas da Abadessa Soror Caetana Maria Alberta (jan.º 1741- jan.º 1744) assinada pelos dois franciscanos destacados, pela nova abadessa, pela vigária da casa, da escritvã e das discretas¹⁵⁶.

Também o plano de reestruturação da administração económica do mosteiro, assinado em 1824, mandava que o cofre conventual fosse aberto na grade nova, no primeiro dia de cada mês, na presença das testemunhas nele estipuladas¹⁵⁷.

Embora fosse mais habitual fazer esse procedimento no locutório, a documentação relata outros casos em que a sentença da aprovação das contas foi lida pelo secretário franciscano dentro da igreja, “na grade do coro [baixo] de *Aracoeli*, perante toda a Comunidade, junta” e depois assinada pelos intervenientes habituais¹⁵⁸.

A comprovar a continuidade do respeito pela clausura, a dois anos da extinção de *Aracoeli* (05-03-1872), Soror Maria da Conceição de S. José, passou na grade velha uma carta de procuração a José Fernandes de Carvalho, último procurador do convento¹⁵⁹.

Sobre as normas do contacto da comunidade com o exterior, verificamos que os visitantes pediam uma grande atenção e cuidado: nas visitas dos familiares às religiosas; nos recados que estas recebiam; na obrigação de existirem grades nas janelas; no comportamento imposto pela Regra a quem aí residia; e a eficácia da vigilância da hierarquia religiosa do convento. As recorrentes chamadas de atenção revelam a existência de desvios. Pediam, amiúde, que na portaria houvesse sempre um ambiente adequado à vida de religiosas consagradas¹⁶⁰ e que a comunicação fosse aí feita *com toda a modéstia*. As mulheres que trouxessem recados não deveriam entrar para dentro desta

¹⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 96, fls. 164 e 164v.

¹⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 101, fls. 184v-185. Foi assinada pelo secretário Frei Félix da Apresentação e do padre Vigário Frei Vicente de Jesus Maria, nova abadessa Soror Catarina Inácia da Anunciada, Vigária da Casa Soror Josefa Caetana de Santo António e das Madres Discretas

¹⁵⁷ AA, CNSA/02/063 (15-2-1824).

¹⁵⁸ Ver, entre outros: AA, (c.a.) liv. 100, fl. 169 (fev.º 1742) e (c.a.) liv. 104, fls. 103v/104 (maio 1753).

¹⁵⁹ ANTT, caixa 1950, capilha 2, caderno, fl. 34 (março 1872). Extinção em 2-2-1874.

¹⁶⁰ AA, CNSA, 03/001, fl. 1 (outº 1688): “na porta regral não poderá falar pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, nem nela se possam receber recados, nem se poderá abrir sem estarem as duas porteiras, Abadessa ou Vigária”.

porta, podendo servir-se só da roda¹⁶¹. Obrigavam a que, se existisse alguma escada particular com *serventia para a porta regral*, a mesma fosse fechada. Proibiram também que nas grades *se não poderá nunca jantar, a respeito dos dispendios que em ela se fazem; e que em tudo resplandeça a santa pobreza*¹⁶². Em 1691, foi reforçado que na porta regral, uma religiosa só pudesse falar com *o pai ou mãe, irmãos ou tios que por recreação espiritual lhe queirão lançar sua benção e que a dita porta estará sempre fechada, pela parte de fora*¹⁶³.

O visitador, três anos depois, afirma ter sido informado de que algumas freiras, a pretexto da visita de parentes ou irmãos, vão às grades do locutório, mas passam-nas *a outras de suspeita ou introduzem nelas alguns leigos, algumas leigas para falarem com pessoas seculares; e também algumas discretas e religiosas graves solicitam a ida às grades com o pretexto de serem para sy e as largam ás Religiosas Moças para conversações ilícitas*¹⁶⁴. Considerada uma transgressão muito grave, exigia-se à Abadessa que punisse as infratoras, privando-as de grades *por hũ ano e o mesmo da portaria e locutório, e do véu, a seu arbítrio*. Caso as delinquentes fossem as educandas ou criadas, deveriam ser expulsas¹⁶⁵. Assegurava-se que só *as Madres escutas* deveriam acompanhar a religiosa convocada para falar com os seus parentes masculinos. Quanto às visitas de mulheres (seculares) achavam que na sua companhia as freiras corriam menos perigo¹⁶⁶.

Foi determinado que na portaria só poderiam sentar-se para atendimento as religiosas com o ofício de porteiras¹⁶⁷ e ordenou-se que *os hóspedes, pais e irmãos das religiosas não tenham mais de oito dias [seguidos] de grade; e os tios quatro dias, em os quais havendo negócio urgente do Convento, este seria prioritário*¹⁶⁸.

A portaria do Convento era também o lugar aonde acorriam os peregrinos, os romeiros, os pobres, os aleijados, os soldados desmobilizados, os frades, sobretudo depois de 1834, a gente marginalizada e a tocada por flagelos, todos à espera da ajuda de uma esmola, dada por amor de Deus, recorrente, mas, em geral, de pouca monta, embora atingisse uma soma significativa no total das despesas¹⁶⁹. Procuravam ajuda também

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem* e também fl. 3v.

¹⁶³ *Ibidem*, fl. 2, 3v (out.º 1691) e 6v (dezº de 1692).

¹⁶⁴ *Ibidem*, fl. 10v (outº 1694).

¹⁶⁵ *Ibidem* fls. 5e 10v (out.º 1691 e 1694).

¹⁶⁶ *Ibidem*, fl. 10v (outº 1694).

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ *Ibidem* fl.3v (out.º 1691).

¹⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 59 (nov.º 1707): esmola por intenção da comunidade, 20 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 7 (abril 1747): esmolas dadas por Amor de Deus, 260 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 24 (1754); liv. 123, fl. 5 (maio

aqueles a quem o fogo queimara as casas e os atingidos pelas intempéries e cheias, como era o caso dos chamados “infelizes do Ribatejo”¹⁷⁰. Vinham também aí pedir as confrarias e irmandades de diferentes devoções: Menino Jesus e S. Pedro¹⁷¹, Santa Bárbara, Senhor dos Mártires¹⁷² e S. Vicente¹⁷³. Também enviavam esmolas para outras comunidades religiosas, geralmente, mais pobres, femininas e masculinas como os Religiosos de S. Vicente de Paula¹⁷⁴ e os Monges de Montemor-o-Novo¹⁷⁵.

Os Irmãos Franciscanos foram os destinatários privilegiados da ajuda em dinheiro e em géneros como cereais e madeira extraída em Arapouco. Enviavam as ofertas, quer para o Convento de Santo António de Alcácer e S. Francisco de Setúbal, quer para a Província com sede em Xabregas¹⁷⁶, e todos os anos uma esmola das religiosas de *Aracoeli* era destinada aos cristãos maronitas e aos franciscanos que guardavam o culto católico em Jerusalém¹⁷⁷, havendo o registo de uma esmola para um príncipe do Líbano¹⁷⁸. Eram também solícitas a ajudar os padres brancanes, missionários franciscanos, a contribuir para o resgate dos cativos e para os mouros convertidos¹⁷⁹.

Na portaria, para além das dádivas em moedas, trigo e centeio, procuravam matar a fome a alguns pobres e a peregrinos, ali mesmo. Por sacrifício, as religiosas chegaram a dar aos pobres, o que costumavam comer no jantar do Entrudo¹⁸⁰.

1816): outras esmolas aos pobres que costumam vir à Portaria, 920 réis; (c.a.) liv. 124, fl. 1 (março 1819): 980 réis, (c.a.) liv. 125, fls. 25, 35v e 36v (1824): esmolas a Religiosos e Peregrinos, 180, 720 e 750 réis.

¹⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 122v (fev.º 1855): Esmolas a pobres particulares e mendicantes, vinho p/ missas e mais uma esmola para os infelizes do Ribatejo, 5.700 réis.

¹⁷¹ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 26v (agosto 1738): “esmola a hũ Menino Jesus”, 20 réis; fl. 60 (julho 1739): ao Menino Jesus e S. Pedro, 120 réis; fl. 79 (jan.º 1740): esmola ao Menino Jesus, 70 réis; fl. 91v (junho 1740): esmola ao Menino Jesus, 10 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 14v (julho 1747): esmola ao Menino Jesus, 20 réis; fl. 60 (julho 1739): esmola a dois religiosos, ao Menino Jesus e a São Pedro, 120.

¹⁷² AA, (c.a.) liv. 106, fl. 60 (março 1758): “esmolas aos Senhor dos Mártires e Santa Bárbara, 30 réis; liv. 109, fl. 58v (janeiro 1767): uma esmola ao Senhor dos Mártires, 20 réis.

¹⁷³ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 4v (fev.º 1750): “esmola a S. Vicente” [...], 310 réis.

¹⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 217v (1733) e (c.a.) liv. 100, fl. 151v (1738): esmola às religiosas de Santa Teresa, 1 alq. de trigo; (c.a.) liv. 115 (nov.º 1783): esmolas às Religiosas de S^a Teresa e aos Religiosos de S. Francisco de Paula, 90 réis; liv. 121, fl. 40v (1810): trigo p/ o Convento de Santa Clara de Évora.

¹⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 123 fl. 7v (junho 1816): esmola aos Monges de Montemor e aos pobres que costumam vir à portaria, 1.220 réis; (c.a.) liv. 123v, fl. 23v (jan.º 1817): esmola aos Monges de Montemor, 480 réis.

¹⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 15 (1699): esmola p/ se renovar o Senhor de Santo António, 50; (c.a.) liv. 103, fl. 105 e 109 (1749-50): deu de esmola ao convento da terra 26 paus e à Província (p/ a obra do Conv. de S. Francisco de Setúbal) 250 paus; (c.a.) liv. 108, fl. 105 (1763): 1 alq. de cereal; (c.a.) liv. 103, fl. 105 (1750): deram à Província 250 paus; c.a.) liv. 101, fl. 169 (1742): deram aos nossos Religiosos do Convento 1/2 alq. de cereal; (c.a.) liv. 117, fls. 106, 110v e 115 (1791, 1792 e 1793): esmola a Nosso Padre S. Francisco, 1 alq.; (c.a.) liv. 121 (1810), fl. 40: deu-se de Esmola aos Religiosos de S. Francisco 1 alq. de trigo.

¹⁷⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 9 (1693) mandamos aos padres capelães que mandem remeter as esmolas ao síndico de Xabregas para as entregar ao de Jerusalém; (c.a.) liv. 95, fl. 29v (1700): esmola a Jerusalém, 50 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 97 (1707): p/ Jerusalém, 60 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 111 (1737): a Jerusalém, 20 réis.

¹⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 47 (maio de 1751): “esmola a hum príncipe do Monte Líbano”, 480 réis.

¹⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 18 (maio 1744): “Derão de esmola a huns captivos”, 60 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 4v (fev.º 1750): “[...] esmola a hũ sacerdote e a hũ moço que se fez cristão”, 310 réis.

¹⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 127, fl. 5 (fev.º 1826): deram de esmola aos Pobres, o preço do jantar do Entrudo, 1.500.

3.2.2. Costumes proibidos em *Aracoeli* relacionados com a portaria

3.2.2.1. Proibição de montar um altar de S. Sebastião na portaria

Era habitual armar-se na portaria do mosteiro um altar na festa do mártir S. Sebastião. Frei Manuel do Horto, visitador, ordenou em 1689, que as Religiosas não pudessem fazer na portaria tal *armação nem altar [...] sob pena de suspensão à Madre Abadessa e ao Padre Confessor se o consentissem*¹⁸¹.

Durante toda a vida do mosteiro, é documentada a muita devoção da comunidade a este Santo Mártir, bem como aos gastos que as celebrações litúrgicas nas suas festas implicavam e que aparecem anotados. Daí estranhar-se esta proibição que deveria relacionar-se com algum pormenor que nos escapa. Esboçam-se duas hipóteses:

Primeira, o visitador considerar que ter na portaria um altar do santo poderia ser um elemento de perturbação para o silêncio conventual, uma vez que atraía a vinda de mais gente, para contemplar a imagem. Segunda, talvez a proibição se relacionasse antes com a iconografia do santo, representado bastante desnudo e cravado de setas, o que em contexto pós-tridentino, poderia considerar-se impróprio ter exposta assim a imagem de S. Sebastião na portaria.

Mas, o facto é que o visitador proíbe, sem dar razões justificativas. E, até quase à extinção do mosteiro, continua a haver uma imagem do santo, para a qual se compram enfeites, sem que conheça o lugar onde era venerado¹⁸².

3.2.2.2. Proibição da representação de comédias ou loas na portaria

A representação na portaria de comédias ou loas era também proibida. O visitador em 1691, diz ter recebido, por via hierárquica, essa diretiva: *se remova e barre totalmente de aqui em diante e para sempre o costume perniciosamente introduzido de fazer comédias ainda que seja com o pretexto ou título de representações devotas*¹⁸³. As Religiosas costumavam fazer cenas de teatro, muitas vezes, inspiradas na Bíblia: as mulheres fortes do Antigo Testamento, a paixão e o sofrimento de Cristo, episódios da vida da Virgem, da vida de Santa Maria Madalena e do Cântico dos Cânticos. No entanto, apesar desta matriz sagrada, as freiras foram intimadas a apartarem-se *de semelhantes desenfadados*, não podendo adequar a veste à personagem, nem mudar de traje, nem se

¹⁸¹ AA, CNSA/03/001, fl. 2 (nov.º 1689).

¹⁸² AA, (c.a.) liv. 129, fl. 27v (jan.º 1845): 320 rs p/ enfeites da imagem de S. Sebastião (s/ indicar o lugar).

¹⁸³ *Ibidem*, fl. 9 (1693).

mascararem ou representarem. Caso desobedecessem, ser-lhes-ia aplicada a pena *que merecer o seu atrevimento, em se não sujeitarem ao suave jugo das religiosas admoestações que tem por fundamento, a observância da Regra e o desapego das cousas do século*¹⁸⁴. O problema deveria relacionar-se com o facto de ser necessário às freiras tirar o hábito para melhor representarem as personagens. De facto, proibía-se que as religiosas se disfarçassem com trajes seculares para fazer comédias, autos ou entremezes, ainda que seja ao divino”¹⁸⁵. Certamente, por não se ter acatado sempre esta última proibição, trinta anos depois, o visitador reitera, que *de nenhuma sorte [...] religiosas, hajão representações de Loas, ou Comedias, debaixo de graves penas [...] que daqui por diante se evitem todas as representações referidas*¹⁸⁶.

3.2.2.3. Proibição de tanger e cantar na zona da portaria

Se cantar era vulgarmente considerado “rezar duas vezes” e o canto e a música eram muito cultivados e apreciados no Mosteiro de *Aracoeli*, daí a obrigação que as religiosas tinham de participar nas celebrações do coro, como prescrevia a Regra, já o mesmo não se passava com o cantar e tanger para deleite pessoal ou dos convidados vindos do exterior, sem ser no contexto das celebrações litúrgicas para louvar a Deus.

Na documentação surgem proibições claras de que as freiras o façam na própria portaria ou perto dela. Em 1691, os visitantes determinaram que as religiosas não *se ponham a tanger e a cantar, nas casas particulares*, pois, poderia escandalizar quem as ouvia da parte de fora e quebrava o silêncio na parte de dentro do mosteiro. O visitador alude ter conhecimento que no locutório se tocava e cantava até horas tardias. *Aí se costuma dar grades e nelas assistirem os hóspedes até oito e nove horas da noite, tangendo e cantando as religiosas, de que se segue natural escândalo*. Assim, no início do século XVIII, ordena-se que as religiosas sob *pena de privação de voto na primeira eleição* e a Madre Abadessa, *logo em dando as Ave Marias, mande fechar as grades, e evite nelas os cantos de que segue o escândalo e também proíba o dar-se de comer nas grades sem urgente causa*¹⁸⁷. Em 1750, este costume deveria ainda manter-se, pois

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ *Constituições Gerais pera todas as Freiras e religiosas sogeitas a abediencia da Ordem de N. P. S. Franmcisco, nesta Família Cismontana De novo recopilados das antigas, e acrescentadas, com acordo, consentimento, & aprovação do Capiúlo Geral, celebrado em Roma a 11-06-1639*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1693, Cap. IV, p. 94.

¹⁸⁶ AA, CNSA, 03/001, fl. 62, (out.º 1721).

¹⁸⁷ *Ibidem*, fl. 3 (outubro 1691) e fl. 17v (maio 1706).

renovou-se a recomendação à abadessa, para não permitir que as Religiosas cantassem ou tocassem instrumentos musicais nas grades, a não ser que estivessem presentes avós, pais ou irmãos das religiosas cantoras¹⁸⁸.

3.2.2.4. Proibição da entrada na clausura a mulheres leigas, crianças e cachorrinhos

Os visitantes tinham sido alertados para que, em determinadas circunstâncias, havia permissão para algumas mulheres entrarem na clausura, a fim de fazerem serviços que, em princípio, cabiam às criadas. O prejuízo era duplo, pois não só a clausura recebia dano, mas também quem entrava poderia vir, cá para fora, dizer o que se passava dentro do convento. Assim, ordenavam à Abadessa e Madres Porteiras, em virtude da Santa Obediência, que dali em diante, não permitissem que mulher alguma entrasse no convento, salvo por causa muito justa, a qual deveria ser examinada pela Abadessa, por duas Madres da Ordem e pelo Confessor do Convento¹⁸⁹.

As crianças - meninos e meninas - estavam proibidas de aceder à clausura e o mesmo acontecia com os cachorrinhos. Se por acaso estes entrassem, deveriam ser lançados “logo fora”¹⁹⁰. Esta norma foi implementada para que as religiosas não se distraíssem e afeiçoassem a animais de estimação, assim como às crianças, ainda que fossem da família, pois poderiam quebrar o silêncio, ocupar-lhes o tempo, desviando-as do cumprimento dos seus votos de entrega total. Na documentação, não voltámos a encontrar notas sobre a entrada de cachorrinhos ou de outros animais na clausura, o que poderá indiciar o cumprimento da diretiva. Mas, são recorrentes os *meninos e meninas que entram no Convento e também que nele pernoitam continuamente, causando muita falta de silencio e muita perturbação*. Os visitantes estipulam que, doravante, as porteiras e rodeiras não poderiam deixar entrar no espaço de clausura as crianças, parentes próximos de freiras, exceto os meninos de menos de três anos e as meninas, *de seis anos para baixo*. No entanto, estes não deviam ali passar a noite, nem entrar ou espreitar no coro, a fim de não perturbar as celebrações religiosas¹⁹¹.

¹⁸⁸ TT, *Livro das Patentes e das Actas capitulares, que teve princípio no governo do M.R.P. Comissário Provincial Frei José de S. Boaventura* [1750], Ms. 880 da Livraria, fls. 69ss. Cit. por Henrique Pinto Rema, *A Música na Província Franciscana do Algarve*, p. 539.

¹⁸⁹ AA, CNSA, 03/001, fl. 34 (maio 1712).

¹⁹⁰ *Ibidem*, fl. 11 (out.º 1694).

¹⁹¹ *Ibidem*, fl. 34 (maio 1712) e fl. 62v (dez.º 1720); repetida (1777) – ver AA, CNSA, 03/003, fl. 74v.

3.2.3. Mais cuidados especiais com a preservação da clausura no edifício

Tudo o que atrás vimos, relaciona-se com o cuidado especial da preservação da clausura, na linha do decretado pelo Concílio de Trento, nas Constituições Gerais e vigiado nas visitas. De acordo com a normativa do século XVII, “*todas as vezes, que alguma pessoa por causa necessária entrar no Mosteiro, como he o Confessor, Medico, Cirurgião, Sangrador ou por causa de meter trigo, vinho, azeite, lenha, farinha & oficiais não vão a outro lugar, mais que àquele pera o qual forão chamados, & sempre iram com eles quatro Religiosas sinaladas pera isto [...] e huma das Religiosas [...] vá fazendo sinal com huma campainha, pera que as Religiosas [...] se retirem, & recolham de maneira a que não sejam vistas*”¹⁹². Importava, assim, preservar a vida claustral, impedindo a intromissão de estranhos na vida privada e religiosas das irmãs.

Nas visitas, estipulava-se que no ralo existente na portaria *não possa falar Religiosa alguma com pessoa de fora, mais que por espaço de hũa hora, para o que a madre Gradeira terá sua ampulheta de areia de hũa hora*. Se não cumprisse esta obrigação, sofreria penas¹⁹³. Apesar das advertências, o visitador foi informado que na roda, no ralo e na porta se continuava a falar em demasia e até tarde, costume a que se deveria pôr cobro¹⁹⁴. Assim, invoca os deveres das madres escutas, para que em *nenhum instante faltem à Escutaria [...] sob pena de excomunhão mayor*¹⁹⁵.

Havia também no convento um postigo utilizado para passar o que não coubesse na roda. Para prevenir o uso ilícito que dele pudesse ser feito, ordenou-se pôr-se no *postigo por onde se lança o cesto para fora hũ varão ou grade de ferro, porque assim vimos com os nossos olhos ser necessário para maior recato, e guarda da clausura, pois fica a terra da parte de fora muito baixa e próxima*¹⁹⁶.

Devia haver grande rigor em *tapar todos os buracos, que a malícia curiosa tem aberto na porta Regral, pela qual não entrará senão o que puder caber pela Roda*, pelo que se pedia vigilância nestas obrigações¹⁹⁷. Norma que se repete em 1706: *se não abra a porta regular mais que para entrar por ela aquilo que não puder entrar pelo torno, e que entrando o que for necessário logo se feche*¹⁹⁸. As irregularidades teriam continuado,

¹⁹² *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. VI, p. 103; AA, CNSA, 03/001, fls. 10v- 11 (out.º 1694).

¹⁹³ *Ibidem*, 10v – 11 (out.º 1694).

¹⁹⁴ *Ibidem*, fl. 42v (set.º 1715). No texto acrescenta-se “escândalos”.

¹⁹⁵ *Ibidem*, fl. 62v (out.º 1721). Ordena também à Abadessa para não recolher nenhuma secular, nem deixar que faça qualquer ofício no interior do convento, sem licença superior.

¹⁹⁶ AA, CNSA, 03/001, fl. 4v (out.º 1691).

¹⁹⁷ *Ibidem*, fls. 11-11v (out.º 1694).

¹⁹⁸ *Ibidem*, fl. 18 (maio de 1706).

pois, em 1738, numa carta régia ao provincial, ordenou-se que se tapassem com pedra e cal todos os buracos, frestas e janelas ilícitas, abertas por iniciativa das freiras, sem autorização superior, podendo por aí ter “trato ou conversação” com os padres assistentes, com os seculares e até com hóspedes¹⁹⁹.

Era norma que, ao toque das Ave-Marias, a portaria, o locutório, a roda, o ralo e o torno, tudo estivesse completamente fechado. Ordenava-se ao Confessor que, dali em diante, *faça fechar as portas de fora em dando as ave-Marias e mande à Abadessa que, em tocando a completas, faça levantar qualquer religiosa que esteja no ralo e as madres porteiras não abram a porta, nem falem nela, mais que o preciso e necessário ao uso do seu ofício e ponham todo o cuydado em que se feche com a brevidade possível*²⁰⁰.

Só, em casos graves, como veremos, as portas do convento poderiam reabrir²⁰¹. Era obrigatório que *a porta Regular esteja sempre fechada por dentro e por fora*, mas de facto, estas abriam-se *muitas vezes sem haver necessidade de a elas chegar muitas pessoas a falar*, do que às vezes *resulta escândalo*²⁰². O visitador revelou também ter sido informado de que o torno, que só se deveria abrir para passar o comer dos padres, era usado por *muitas religiosas* e até por criadas para *falar [...] com seculares*. Ordenou então que o tivessem sempre fechado à chave, só o abrindo na hora das refeições²⁰³.

Acerca das visitas, relatou-se que, desde há muito no mosteiro, havia o costume das Religiosas só terem acesso à grade, depois de assistirem à *missa do dia*²⁰⁴, o que o visitador, em 1718, considerou ser uma tão “boa prática” que deveria ser continuada. Mas, apelou a que a abadessa cuidasse ou mesmo proibisse às *pessoas das quais se possa suspeitar alguma relaxação*, irem à visita nas grades, pois os tempos exigiam rigor²⁰⁵.

Foi relatado que muitas religiosas pediam *licença para falarem com seus Pais, Irmãos e sobrinhos; que por serem e viverem fora desta terra, costumam vir em tardes seguidas visitar as suas parentes, e estas com razão e justiça devem ser preferidas a todas as naturais* de Alcácer que tinham mais *ocasiões para falar* com os seus familiares. O visitador, consciente da justiça do pedido, ordenou que, doravante, a Abadessa procurasse *com tal providência, a igualdade na repartição da grade*. Acrescentou ainda que *havendo grave e urgente causa, para algum dos ditos parentes haver de jantar em grade* (o que

¹⁹⁹ ANTT, OFM, *Província dos Algarves*, liv. 2, liv. de Patentes, fl. 8v (1738).

²⁰⁰ AA, CNSA, 03/001, fls. 42v e 43 (setº 1715).

²⁰¹ *Ibidem* fl. 4v (out.º 1691). Os casos graves estão aí descritos, assim como na Regra.

²⁰² *Ibidem*, fl. 17v-18 (maio de 1706): *antes de se fazerem as portas novas*.

²⁰³ *Ibidem*, fl.49v (dez.º 1716).

²⁰⁴ *Ibidem*, fls.10v-11 (out.º 1694); fl. 18 (maio 1706), fl. 22v (agosto 1707).

²⁰⁵ *Ibidem*, fl. 53v (setembro 1718).

era proibido), *poderá dispensar nesta matéria, guardando sempre entre todas, igualdade, de modo, a que os que vierem antes possam dar lugar aos que vierem depois*²⁰⁶.

Em 1691, o visitador, ao inspecionar a clausura em todo o edifício, vira com os seus próprios olhos, que algumas janelas não possuíam grades, o que era contrário à Regra. E, por vezes, falava-se de lá para quem passava. Perante tal situação, ordenou que, para maior compostura, modéstia, e recato necessários ao estado religioso: *todas as janelas passassem a ter grades que se não possam de todo tirar, como pessoalmente experimentámos*²⁰⁷. Proibiu, com veemência, *que nenhũa [religiosa] fale nas janelas*²⁰⁸.

No ano seguinte, Frei Pedro de Santo Aleixo voltou ao mesmo assunto, ao ordenar que as grades das janelas que dão para fora do convento e para o campo *estejam pregadas de sorte que se não possam tirar e sejam de tal modo miúdas que não possam prejudicar ao decoro religioso*. E que *nenhuma religiosa possa falar das ditas janelas para baixem fazer outra alguma acção* (sinais ou gestos) *que possa ser notada e o mesmo todas as moças, recolhidas e educandas*. Pede à Abadessa para que *achando algumas religiosas delinquentes, as castigue privando-as do véu, da Portaria e das Grades*. Ao verificar que *hã janelinha de hã casa particular* ficava próxima do postigo²⁰⁹, mandou colocar *grades e rótula para maior resguardo da clausura*. Aconselhou ainda a abadessa a percorrer e a inspecionar, com duas discretas, *todas as janelas, para ver se observam este mandado, e havendo delinquentes ou transgressoras* teriam de receber castigo²¹⁰.

Com o mesmo fim, o visitador, em 1694, ordenou *que todas as janelas que ficam para a parte do campo, e por cima da portaria, se lhe ponham grades na forma legislada, sendo obrigatório fazer o mesmo nas casas ou celas das Religiosas Donas*. Se não obedecessem, deveriam ficar *sem as chaves até que se determinem a fazer as tais grades, e não as fazendo em três meses, [...] a abadessa daria as tais celas, ou casas a outras Religiosas disponíveis para fazer as benfeitorias*²¹¹.

Em 1707, os visitantes esclarecem que as janelas em causa são todas as *que caem para fora da clausura da parte do Santo Cristo dos Mártires*, ou seja, sobretudo do lado poente, as mais expostas e com melhor vista²¹². A Abadessa e o Capelão diligenciarão

²⁰⁶ *Ibidem*, fl. 23 (agosto 1707): visitador Frei Manuel da Apresentação; item repetido em fl. 63 (outº 1721).

²⁰⁷ AA, CNSA/03/001, fl. 3 (outº 1691).

²⁰⁸ *Ibidem*. Era visitador Frei Diogo da Madre de Deus.

²⁰⁹ Era utilizado para passar o que não coubesse na roda. Geralmente, faziam-no através dum cesto.

²¹⁰ AA, AA, CNSA, 03/001, fls. 4v-5 (1691).

²¹¹ *Ibidem*, fl. 10v (20/outubro/1694).

²¹² Esta é, até agora, a referência mais antiga que encontrámos à mudança do nome do Santuário de Santa Maria dos Mártires para Santo Cristo dos Mártires. AA, CNSA, 03/001, fl. 22v (agosto 1707).

para que fossem aí colocadas grades. Decretavam que as religiosas, com casas e janelas dando para os Mártires, *não falem dellas, nem permitam que outras religiosas possam falar com pessoa alguma que estiver ou passar por fora da clausura, pelo escândalo e mau exemplo que pode resultar das tais falas*²¹³. Como, em 1720, durante a sua visita, o visitador constatou que *“algumas religiosas ... falam das janelas a quem passa”*, pela santa obediência, proíbe que se faça tal coisa, devendo as infratoras ser punidas²¹⁴.

Ainda em relação à observância da clausura, o visitador em 1709, ordenou que a Abadessa e as Porteiras, não deviam consentir a entrada de nenhum *oficial no Convento, assim pera obra da Comunidade, como para qualquer outra particular*, sem licença superior. Constará que se tinham aberto janelas e portas *em detrimento da clausura*, sem pedir autorização²¹⁵. Mais acresce, segundo o visitador, que as janelas eram baixas e sem grades e as portas de pouca fortaleza, podendo ser invadidas com facilidade. Assim, durante a redação da ata, o eclesiástico parecia alarmado com o estado do cenóbio: *“visitando nós a clausura do Convento, a achamos em devasidade tão demasiada, que não achamos em outro nenhum”*²¹⁶.

Para pôr cobro a estes abusos, o visitador ordenou ao franciscano que superintendia nas obras do convento, providenciasse, de imediato, para que, no prazo de um mês, *se mandem tapar as ditas portas de pedra e cal*. Apenas se permitia que ficasse *huma fresta para dar claridade*, trabalho que poderia ser feito à custa das “obras gerais” do Mosteiro. Se as Religiosas quisessem uma fresta maior, teriam de lhe pregar *grades de ferro* a expensas próprias, de tal maneira que não pudesse caber nelas *mais que huma mão*. Ordenou ainda que se alguma freira tivesse mandado abrir uma *janela para a cerca, ou para qualquer outra parte*, seria obrigada a mandar tapá-la, mas se já tivesse sido há muito tempo, as despesas com as grades poderiam entrar nas “obras gerais” do cenóbio²¹⁷.

A preocupação com o respeito pela clausura nos conventos femininos foi também manifestada pela Coroa. Se já nos reinados anteriores, a questão da familiaridade de leigos com as religiosas se colocara, D. Pedro II retoma-a e D. João V insiste sobre as chamadas

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ *Ibidem*, fl. 55v (abril 1720).

²¹⁵ *Ibidem*, AA, CNSA, 03/001, fl. 25v (julho 1709). Estipulou que, a seguir, só entrassem no Convento os oficiais necessários para acabarem de cobrir com telha as varandas já começadas.

²¹⁶ *Ibidem*, fl. 25v (julho 1709).

²¹⁷ *Ibidem*, fls. 25v-26 (julho 1709). Frei Manuel de Santa Maria.

“questões freiráticas”²¹⁸. Os reis usam como intermediários os superiores das ordens, neste caso os franciscanos.

É interessante ver D. João V, que manteve vários casos amorosos fora do matrimónio, incluindo a célebre relação com a Madre Paula, freira do Convento Cisterciense de Odivelas, a enviar uma carta para o provincial franciscano, datada de Pedrouços, em julho de 1712. Nela o rei afirma saber que *nos mosteiros das religiosas há ilícitos escandalosos, comrrespondencias com pessoas de fora, o que muito contraria a Regular observância que devem ter as mesmas [...] eu como [para] evitar semelhantes escândalos [...]*, recomendo aos franciscanos que nos mosteiros, sujeitos à sua jurisdição, imponham às abadessas *que religiosa alguma tenha ilícito trato por conversação ou escrito com pessoa alguma secular ou eclesiástica*. Ordenava ainda que em *Aracoeli* se escrutinasse *todos meses se há alguma comunicação ilícita [...]*, tomando esta informação com as religiosas mais graves, bem reputadas e tementes a Deus. No entanto, a abadessa deveria ter o cuidado de não se informar sempre com as mesmas freiras. Eram os padres confessores obrigados *[...] a fazerem aviso de toda e qualquer religiosa que aia de escrever ou falar em grades ou locutórios sem licença, o que poderá sugerir alguns laivos de sigilismo*²¹⁹.

Assim, os superiores exortavam todas as religiosas que se apartassem *de terem amizades e trato particular com clérigos, frades, e seculares sob pena de perda de voz activa e passiva por dois anos e sendo incorrigíveis serão postas na Casa da Disciplina por quatro meses*. As abadessas não poderiam consentir *que as religiosas tenham correspondências, visitas nem conversações continuadas [...] mandar ou receber regalos*. Não deveriam dar locutório a nenhuma religiosa de quem se presumisse não estar nele com a modéstia, exemplo e compostura religiosa conveniente²²⁰.

Em 1715, Frei Manuel de S. Tomás, Ministro Provincial, em visitação, começou por confirmar a patente do seu antecessor, na qual vinha incerta a carta do rei onde se procurava evitar correspondência e comunicações escandalosas por parte das freiras. Surpreende-o o facto das *Religiosas, esposas de Christo, [...]*, *usem trajes e toucados curiosos e estranhos o que serve mais de fomento da vaidade e escândalo, que de*

²¹⁸ Ficou célebre a luta que o franciscano de Varatojo Frei Gaspar da Encarnação, amigo e grande colaborador de D. João V, travou contra os abusos dos freiráticos, Fr. António Pereira da Silva, O.F.M., *A Questão do Sigilismo em Portugal no século VIII. História, Religião e Política nos reinados de D. João V e de D. José I*, Braga, 1964, p. 145.

²¹⁹ AA, CNSA, 03/001, fls. 37- 38 (julho e agosto de 1712).

²²⁰ *Ibidem*, fls. 38v- 39 (agosto de 1712).

composição e ornato. Assim, manda para que *resplandeça a modéstia e gravidade lícita e conveniente* a Abadessa deveria empenhar-se, sob pena de suspensão do seu ofício, neste processo de melhoria comportamental, castigando quem não obedecesse²²¹.

O visitador esclarece ainda que as religiosas só poderiam assistir no coro baixo às poucas cerimónias determinadas, não devendo ir para lá rezar ou fazer outras funções, pois o seu lugar era no coro alto²²². As grades de ferro e um tapa-vento escondiam-nas aí dos olhares das pessoas, sendo proibida qualquer troca de palavras.

Só os Bispos aí poderiam falar, ou ser comunicado algo breve indispensável para o serviço litúrgico, havendo proibição de se darem recados²²³. Se alguma religiosa tentasse falar na grade do coro de baixo, deveria ser logo impedida, caso contrário, quer a infratora, quer a abadessa sofreriam penas²²⁴. Houve desobediências, como se pode deduzir da afirmação do visitador, em 1706, que diz não se dever confundir a grade do coro com o locutório. Avisa que nesse lugar não se deveria falar com ninguém do exterior, *ainda que seja pai ou Mãe*, ou os próprios padres do convento *porque só para o ministério da Igreja com pouca demoaçõora se poderá falar o que for preciso*. A desobediência poderia levar à excomunhão maior. Se alguma religiosa, temerariamente reincidisse na culpa pela terceira ou mais vezes, era declarada *por pública, excomungada*, não a podendo absolver o Padre Guardião *in forma Ecclesiae, como he no Choro de Baixo, perante toda a Comunidade ou ao menos perante as discretas do Convento*²²⁵.

Era permitido às religiosas ir à cerca, lugar de clausura, para descansar, recrear-se, rezar e contemplar. Deviam ser avisadas, sempre que um trabalhador tivesse que ir lá cavar, semear, reparar muros, ou fazer qualquer outra obra. Como último reduto que as isolava do mundo exterior, a cerca era muito importante do ponto de vista físico e simbólico. “Pular a cerca” tinha para a religiosa professa a conotação de ter desobedecido e saído dos limites impostos pela clausura, ou seja, significava o abandono da Ordem.

²²¹ *Ibidem*, fl.42 (set.º 1715).

²²² *Ibidem*, fl. 4 (nov.º 1689). A Abadessa deveria vigiar este cumprimento, sob pena de privação do seu ofício, e a Madre Vigária do Coro sob pena de privação de voz ativa e passiva e outras.

²²³ *Ibidem*, fl. 1 (outubro 1694).

²²⁴ *Ibidem*, fl. 4 (novembro 1689).

²²⁵ *Ibidem*, fl. 18 (maio 1706); AA, CNSA, 03/001, fls. 25-25v (julho 1709); fl. 55v (abril 1720) e fl. 61v (out.º 1721): o visitador clarifica as situações permitidas e reitera a excomunhão para quem transgredisse: *Nenhuma religiosa fale na grade da igreja com pessoa alguma [...], exceptuando os senhores arcebispos, Bispo, ou titulares, com quem poderão falar alguma vez; e também poderão falar as preladadas, vigária do coro, Madre das Confissões e Sacristãs as palavras somente [...] para o ministério da Igreja*.

3.2.4. A quebra da clausura

Segundo a Regra Urbanista, a saída da clausura só se justificava em casos de particular gravidade como a ameaça de fogo, o cerco de inimigos ou qualquer perigo semelhante²²⁶. A tratadística moderna, mais casuística, procura enumerar todas as situações em que as religiosas podiam legitimamente abandonar a clausura: as inundações e a ruína iminente dos edifícios; a nomeação de religiosas para o cargo de superiores noutros mosteiros; a saída de freiras para fundar novos estabelecimentos; a deslocação de religiosas para reformar outras casas, sobretudo as comunidades mais refratárias à disciplina monástica²²⁷. Por fim, as razões de saúde também podiam levar uma religiosa a obter licença para sair da clausura.

Em relação a este cenóbio, focaremos, de seguida, algumas ocorrências documentadas, em que existiu permissão superior para que as religiosas professas pudessem sair do interior do mosteiro, quebrando a clausura, mas seguindo as normas. Mas, houve também outro tipo de situações que contrariaram ordens da hierarquia ou do estipulado na Regra, como, por exemplo, sinais de amotinação, acusações de judaísmo e de defesa de ideais políticos liberais. Estes contextos forçaram, por vezes, a que membros da comunidade saíssem da clausura com “estrondo” ou “ruído”.

3.2.4.1. Problemas causados pela construção de uma casa

A disciplina conventual, por mais rigorosa que fosse, poderia ser afetada por as ondas de choque do mundo exterior que, ao interferirem, desestabilizavam a quietude da vida conventual. Causa espanto, perplexidade e algumas interrogações a narração de um evento em *Aracoeli* que implicou a quebra da clausura e a amotinação das religiosas. Possivelmente, para conseguir um maior isolamento, ou por qualquer outra razão que desconhecemos, no fim do seu mandato, a abadessa Soror Josefa Caetana de Santo António²²⁸, secundada por Soror Teresa Micaela de S. José, escritã, mandou construir uma casa (temos notícia de outras no mosteiro), afastada das celas, sem licença da hierarquia franciscana.

Não chegou até nós o livro de contas deste triénio, embora se tenha guardado um documento com o pedido que a referida abadessa enviou ao superior franciscano para

²²⁶ Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli, 1618, cap. II.

²²⁷ Jean-Baptiste Thiers, *Traité de la Clôture des Religieuses...*, Paris, chez Antoine Dezallier, 1681, p. 102.

²²⁸ Terminou o mandato em 10 de janeiro de 1732.

mandar certificar as contas, como era habitual fazer-se no fim dos mandatos, tendo o seu governo terminado em janeiro de 1732²²⁹. Assim, é já no governo da prelada seguinte, Catarina do Deserto, que o problema acaba por eclodir²³⁰. Deveria ter havido denúncias e intrigas, de que não subsistiram os documentos, nem os resumos do seu teor, mas na realidade, este “assunto da casa” acabou por chegar aos ouvidos do rei.

Há um relato franciscano a noticiar que, por carta de 3 de julho de 1734, Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736), secretário de estado de D. João V, referiu que a Coroa, ao saber do facto, procurou que se cumprisse a Regra, a qual proibia qualquer tipo de construção sem autorização prévia da hierarquia franciscana e aconselhava as religiosas a utilizarem as celas dos dormitórios comuns. Logo, havia que deitar abaixo, de imediato, a casa recém-construída. No entanto, as autoridades que foram cumprir essa disposição encontraram pela frente algumas freiras que impediram a sua entrada, resistiram e, saíram da clausura, o que era verdadeiramente insólito e revelador do espírito de grupo e de união existente entre as religiosas. O rei encarregou então o Provincial Franciscano de apurar e inquirir as “culposas”, para depois aplicar as devidas sanções²³¹.

Ao mesmo tempo que esta carta saía, outra chegou às mãos do juiz de fora de Alcácer do Sal, na qual o rei solicitava a intervenção da justiça. Ordenava ao representante judicial que fosse ao mosteiro com os seus oficiais, mais um pedreiro e um carpinteiro que, acompanhados pelo Capelão e Confessor das Freiras, entrariam na clausura e deitariam abaixo a nova construção. Autorizava o Juiz de Fora a usar soldados de Setúbal, se as religiosas se revoltassem, como já tinham feito no passado. Ordenava ainda que se averiguasse quais as freiras que levaram as outras a sair da clausura e se haveria alguns leigos a fomentar a desobediência e a revolta das Religiosas. Se conseguisse achar os culpados, deveria prendê-los de imediato, informando o Rei desta diligência²³².

Depois desta decisão de usar a força, não sabemos como, nem porquê, mas, pouco a pouco, tudo foi serenando. A casa não foi derrubada, de imediato. A sua demolição esperou até outubro do mesmo ano, como atestam as contas de despesa do mosteiro, onde, laconicamente, nesse mês, a escritã de serviço regista: “despesa com a casa que se demoliu”²³³. Depois desta nota, não se encontrou o mais pequeno rasto desta ocorrência.

²²⁹ TT, *OFM*, Prov. Alg., mç. 101, doc. 16.

²³⁰ Em 1734, era abadessa Catarina do Deserto e a anterior abadessa assinou sempre o livro de contas, até ao fim do triénio (janeiro 1732 a janeiro 1735), como “Mestre da Ordem” – Cf. AA, (c.a.) liv. 98.

²³¹ ANTT, *OFM*, Prov. dos Algarves, liv. 1, «Livro das Patentes», pp. 60-60v.

²³² *Ibidem*.

²³³ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 151 (out.º 1734).

As duas religiosas continuaram bem integradas na Comunidade, como comprovam os registos da sua intervenção posterior. Soror Josefa Caetana de Santo António assina os livros como mestra da Ordem e nos triénios de 1741 a 1744 e de 1744 a 1747 desempenhou mesmo o cargo de vigária do convento²³⁴, tendo morrido em abril de 1758²³⁵. Soror Teresa Micaela de S. José não voltou a ser escritã, mas desempenhou várias vezes o cargo de rodeira²³⁶, função exigente e de confiança da abadessa e a sua assinatura, como discreta, aparece nos livros de vários triénios²³⁷ até à sua morte em novembro de 1766²³⁸.

3.2.4.2. Religiosas a braços com a Inquisição

Apanhadas nas redes do Tribunal do Santo Ofício, acusadas de judaizar em segredo, conhecemos, pelo menos três religiosas que pertenciam a famílias cristãs-novas e, por terem recebido mandados de prisão, saíram da clausura de *Aracoeli* “com ruído”.

Duas religiosas que, apesar de novas, eram já freiras professoras, foram presas e levadas à força da portaria do seu convento para o Tribunal da Inquisição de Évora, na década de setenta do século XVII. Eram primas, nascidas e moradoras em Alcácer do Sal, pertencentes a um nível social elevado, ambas cultas e ligadas ao canto e à música: Soror Ana Maria da Conceição, exímia a tanger um instrumento chamado “baixão” e Soror Violante de S. Francisco, entendida em música, cantava e tinha a sua cadeira no coro.

Destas, a primeira a ser presa foi Soror Ana Maria da Conceição, de 22 anos, filha de Francisco Duarte da Silva, cirurgião, e de Joana de Oliveira²³⁹, a qual detiveram em setembro de 1670. Fora denunciada por várias pessoas, algumas muito próximas, incluindo a própria mãe. Mas, também ela, depois de presa e submetida a tormento, denunciou muitos parentes, como a prima, tal como ela, religiosa de véu preto, em *Aracoeli*. Confessou as suas culpas e saiu, na cidade de Évora, no Auto de Fé de 3 de abril de 1672, onde abjurou publicamente e ouviu a sentença de que resultou ficar sujeita a cárcere e hábito penitencial a arbítrio. Depois de receber doutrinação intensa, deixaram-na regressar ao seu mosteiro. Aí, com hábito penitencial por cima das vestes religiosas,

²³⁴ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 8, até 184v; liv. 102, fl. 11v até 77.

²³⁵ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 61.

²³⁶ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 126; liv. 102, fl. 148v; assina como discreta os livros (cota antiga) 103, 104, 105, 106, 107, 108 e 109 (início de 1766), onde no fl. 53 (nov.º 1766), consta a sua morte e sepultura.

²³⁷ AA, (c.a.) liv. 105 (1753-1756) e liv. 106.

²³⁸ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 53 (nov.º 1766).

²³⁹ ANTT, *TSO/IE*, proc. 8288.

era obrigada a servir só nos ofícios mais humildes da Religião. Ficou privada de voz ativa e passiva, não podia tanger o baixão, nem cantar no coro.

Soror Violante de S. Francisco, um pouco mais velha que a prima, pois ao ser presa já tinha mais de trinta anos²⁴⁰, era filha de Duarte Alves, médico, já falecido, e neta, por via paterna, de Francisco Álvares também médico, confirmando o estatuto social elevado daquela família. Foi denunciada por várias pessoas, a começar por Soror Ana Maria da Conceição, primeira religiosa a ser presa, como já vimos, mas também por outros parentes, incluindo os irmãos e a própria mãe, presos na Inquisição, que escreveram o seu nome como crente na Lei de Moisés. Mariana de Matos, a mãe, era cristã nova, natural de Lisboa e moradora, em Alcácer, desde o casamento. Fora presa em 14 de abril de 1672, com a idade de 60 anos e, na prisão, confessou que vivera como recolhida em *Aracoeli*, a seguir à Restauração, por causa da insegurança, aflição e guerra. Habitara aí numa casa particular, comprada pelo marido, e que pertencia à filha freira. Segundo confessou, este facto proporcionou alguma intimidade às duas, e possibilitou-lhes judaizarem em segredo, durante essa estadia.

Todas estas denúncias confirmam, na realidade, que “os estabelecimentos do Santo Ofício foram fábricas de denúncias”²⁴¹, umas reais, outras fruto da pressão e da tortura, sendo a maior parte dos delatores familiares próximos e amigos chegados. Nos processos destas religiosas e de outras pessoas com elas relacionadas, todas afirmam que, uma ou outra vez, nas grades do locutório, se deram conta “como criam e viviam na Lei de Moisés”. E para salvação das suas almas e testemunho dessa fé, guardavam os sábados de trabalho, vestindo nesse dia roupa lavada, rezavam o Pai Nosso ao Padre Eterno e na recitação dos Salmos de David calavam-se no *Gloria a Patris*. Não criam no Mistério da Santíssima Trindade nem que Jesus Cristo fosse o Salvador²⁴². Procuravam guardar os jejuns judaicos e, do habitual rol de alimentos proibidos, sempre que conseguiam iludir a vigilância, não comiam: coelho, lebre, peixe sem escamas e carne de porco.

Ao serem interrogadas, estas religiosas afirmaram que nas refeições comunitárias, seguiam o ritual quotidiano imposto pela Regra que descrevem. Começavam pela oração e bênção dos alimentos e na obrigação de se sentarem nos lugares distribuídos. A

²⁴⁰ ANTT, *TSO/IE*, proc. 1902.

²⁴¹ Ver António Borges Coelho, «Judeus e Cristãos-Novos Portugueses (séculos XVI e XVII)», *Revista Oceanos*, nº 19, p. 44; Adelaide Filomena Amaro Lopes Cardoso, *As Religiosas e a Inquisição no Século XVII, Quadros de vida e espiritualidade*. Dissertação de Mestrado em História Moderna, Facul. de Letras da Univ. do Porto, Porto, 2003.

²⁴² ANTT, *TSO/IE*, proc. 1902, fl. 23.

Abadessa presidia à mesa, seguindo-se as Discretas, a Vigária, e, depois, as demais religiosas, nas quais elas se incluíam. Comiam o que a todas era servido, mesmo que fossem os alimentos que a Lei de Moisés proibia. Faziam-no, para passarem despercebidas. A transgressão só era feita nas refeições particulares que elas próprias ou as suas criadas preparavam, não incluindo nunca os alimentos proibidos pela lei judaica.

Sem terem processo no Tribunal da Inquisição, mas com os seus nomes inscritos nos autos das religiosas de que estamos a tratar, também pertencentes a famílias cristãs novas, surgem na documentação outras freiras deste cenóbio. É o caso de Arcângela de Jesus, religiosa em *Aracoeli*, onde estava também Soror Violante de S. Francisco, sua sobrinha, que acabou por ser presa em 1672, mas nessa altura a tia já tinha morrido²⁴³. Soror Felícia da Glória, religiosa professa, com 50 anos de idade na altura das prisões referidas, era natural de Alcácer e os seus pais, então já falecidos, tinham estado presos na Inquisição, daí as denúncias de que também ela judaizara em segredo. O mesmo se tinha passado com Soror Margarida de Jesus, freira professa no referido convento, cujo pai era cristão-novo, natural de Setúbal. As duas religiosas detidas denunciaram ainda Soror Simoa da Assunção, meia cristã-nova, de ter judaizado com elas na sua cela²⁴⁴.

Presa em abril de 1672, Soror Violante de S. Francisco foi submetida a tormento²⁴⁵, sendo depois reconciliada no Auto de Fé, na cidade de Évora, em dezembro de 1673, onde abjurou publicamente e ouviu a sua sentença. Ficou sujeita a cárcere e hábito penitencial perpétuo, só podendo servir nos ofícios humildes da Religião. Era privada da voz ativa e passiva e, perdia mesmo o direito a ocupar a sua cadeira no coro²⁴⁶.

O Tribunal da Inquisição permitiu que as duas religiosas Ana da Conceição e Violante de S. Francisco, depois da sentença e após doutrinação intensa nas coisas da fé católica, fossem autorizadas a ir cumprir as penas impostas no recolhimento e intimidade do seu mosteiro. No primeiro ano, deviam confessar-se nas festas de Natal, Páscoa, Espírito Santo e por Nossa Senhora da Assunção, de que o capelão teria de enviar certidão ao Tribunal. Deviam rezar um rosário à Virgem Maria cada semana e às sextas-feiras cinco Padre-Nossos e cinco Ave-Marias “em honra das cinco chagas de Cristo Nosso

²⁴³ ANTT, *TSO/IE*, proc. 1902; No fl. 13v (11-8-1672) surge como tia paterna na informação da Genealogia, sendo nesta data, já falecida.

²⁴⁴ ANTT, *TSO/IE*, proc. 1902, fl. 31:Disse [...] no Convento de *Aracæli*, [...], em hua casa particular de Soror Simoa da Assunção, meia cristã-nova, religiosa professa de véu preto, filha de Mateus de J., cristão novo [...] se deram conta e declararam como criam e viviam na lei de Moisés”.

²⁴⁵ ANTT, *TSO/IE*, proc. 1902, fl. 33.

²⁴⁶ ANTT, *TSO/IE*, proc. 1902.

Salvador”²⁴⁷. Só poderiam receber o Santíssimo Sacramento da Eucaristia com especial licença da mesa da Inquisição, por escrito. E estavam obrigadas a cumprir tudo, o que haviam prometido na mesa do Santo Ofício e na sua abjuração pública. São raros e pouco precisos os elementos apensos aos processos que nos mostram o seu caminho de conversão e o regresso às rotinas conventuais, incluindo receber a comunhão.

Imaginamos o sofrimento pessoal e a perturbação provocada na vida quotidiana do mosteiro, aquando da prisão destas religiosas. Foi grande o receio ao saber-se que ao confessar os seus erros, poderiam mesmo denunciar outras irmãs. Umhas sofreram, ao longe, enquanto as próprias passaram os tormentos e os horrores do cárcere, sendo grande quer a humilhação da condenação, quer o serem obrigadas a sair em procissão pública de penitentes, para além do uso do sambenito²⁴⁸. Tinham de o usar por cima das vestes religiosas, mesmo quando as autorizaram a voltar ao seu mosteiro. Aí regressadas, foram vivendo em penitência diária, à vista de todas.

Constata-se que pouco tempo depois de chegar a *Aracoeli*, como se pode ver num termo inserido no processo, Soror Violante de S. Francisco recebeu licença para deixar de usar o hábito penitencial por cima das vestes religiosas²⁴⁹. Pensamos que o mesmo deverá ter sucedido com a sua prima, mas não há confirmação documental.

Uma denúncia, não se sabe de quem, levou a uma inspeção da Inquisição de Évora ao Convento, onde a Abadessa Soror Joana Batista era acusada de brandura e desobediência ao determinado pelos inquisidores em relação às duas penitenciadas. A acusação baseava-se no facto da abadessa ter dado o cargo de escuta a Soror Ana Maria da Conceição e ainda mais por tê-la autorizado a tocar baixão no coro. A Prelada, apoiada pelo conselho das Discretas, com muita coragem, justificou-se por escrito²⁵⁰, explicitando que o ofício de escuta “he dos menores”, dos mais humildes do mosteiro, pois fica sob as ordens da rodeira maior e da rodeira menor. Acrescentou ainda a abadessa Joana Batista que Soror Ana Maria era muito “prestativa no louvor de Deus com o baixão que tange”, assim como a sua prima Soror Violante na música e no canto. As duas religiosas haviam mostrado contínuo arrependimento e cumpriram sempre os seus deveres perante a

²⁴⁷ *Ibidem* (12-12-1673).

²⁴⁸ O sambenito era uma peça de vestuário utilizada originalmente pelos penitentes católicos para mostrar público arrependimento dos seus pecados. Mais tarde, a Inquisição obriga os condenados e reconciliados a usá-los, tornando-se assim num símbolo infame. Este era de forma retangular com uma abertura para passar a cabeça, cobrindo o condenado, pela frente e pelas costas, até um pouco abaixo da cintura.

²⁴⁹ Termo assinado pelo Reverendo Comissário Diogo Salema e Novaes, pelo Padre Manuel Mouzinho da Costa, escrivão, e pela Madre Soror Violante de S. Francisco, em 29 de dezembro de 1673.

²⁵⁰ ANTT, *TSO/IE*, proc. 8288, carta de 12-2-1688.

comunidade. Assim, como prelada, perdoava-as e tinha compaixão delas porque as tinha acompanhado no seu percurso penitencial, e, em sua consciência, sentia não ter desobedecido, ou cometido qualquer pecado, nem sequer venial perante os senhores Inquisidores.

É “tocante” ver como esta abadessa, numa época em que o medo imperava, se comporta como “uma verdadeira Mãe” a defender as suas filhas, algo que as mães de sangue não tinham conseguido fazer. Responde aos inquisidores, luta e enfrenta os poderes constituídos, com garra e coragem na defesa destas suas religiosas cujo sofrimento e humilhação tinha acompanhado de perto.

Na análise dos processos, verifica-se que qualquer uma das freiras penitenciadas escreveu várias vezes aos Inquisidores, incluindo ao Inquisidor Geral, lamentando-se de não receberem propinas e por isso não se poderem sustentar, sobrecarregando uma comunidade que, já de si, era pobre. Soror Violante de S. Francisco escreveu que com “muita desconsolação não servia no coro”. Implorava que a dispensassem de só poder fazer os serviços mais humildes e a deixassem ocupar “a sua cadeira no Coro” e nos mais atos da comunidade, podendo assim receber alguns proventos, como as demais religiosas.

Depois de alguma correspondência trocada e de a abadessa assegurar às autoridades inquisitoriais a conduta penitente e cumpridora das duas freiras sentenciadas, estando elas já débeis de saúde, o Arcebispo D. Veríssimo de Lencastre despachou favoravelmente este assunto, em Lisboa, em janeiro de 1684. E, logo no mês seguinte, o Comissário e o Padre Manuel Martins, escrivão, enviados pelo Tribunal da Inquisição, apresentaram-se com este comunicado nas grades do locutório do Convento, dando-o a conhecer à prelada Soror Joana Baptista e às duas principais interessadas, com a entrega das respetivas certidões. Soror Ana da Conceição e Soror Violante recuperavam a voz ativa, mas a voz passiva nunca mais²⁵¹. Com efeito, a partir dessa data, poderiam votar, recuperar a sua cadeira no coro, tocar baixão e integrar-se nas diferentes atividades comunitárias, mas nunca poderiam ser eleitas para quaisquer cargos.

Já em pleno século XVIII, regista-se o caso de Soror Antónia Maria Tavares dos Ramos, também apanhada na malha das denúncias inquisitoriais. Era natural de Alcácer e filha de Manuel Tavares, pedreiro, e de Maria das Candeias, de alcunha, *a sem Sal*. Não sabia ler nem escrever. Caso único documentado. Talvez fosse freira conversa, mas não se apurou a notícia da sua profissão. Foi presa em 5 de novembro de 1749, sentenciada

²⁵¹ ANTT, *TSO/IE*, proc. 1902, três últimas folhas do processo.

com cárcere e hábito penitencial perpétuo. Saiu em liberdade em 25 de agosto de 1752²⁵², mas ficou obrigada a permanecer e a cumprir a pena na cidade de Évora²⁵³. Não encontramos sinal da sua volta ao convento de *Aracoeli*.

3.2.4.3. Problemas de opção ideológica e política

Olhemos agora a prisão de uma religiosa por razões ideológicas e políticas. Trata-se de Soror Felizarda Ludovina da Purificação Vidigal, filha de João de Góis e de D. Antónia Rosa Vidigal. Obtém licença para entrar neste Convento em 1814, acompanhada de uma criada, o que evidencia um certo nível social. Durante doze anos – 1822-1834, exerceu as funções de escritã²⁵⁴.

A zona de Alcácer foi uma área de recontros sangrentos entre liberais e miguelistas. Apesar da clausura, do silêncio e abandono do mundo, as religiosas de *Aracoeli* sofreram, realmente, sem que consigamos descortinar até que ponto, as repercussões da guerra civil. Pelos livros de contas verificamos que, apesar das dificuldades económicas, o mosteiro das freiras foi obrigado, em plena luta, a fornecer alimentos a um e outro lado, conforme o exército que detinha a vila, embora a maioria das religiosas tivesse o coração mais inclinado para a causa miguelista²⁵⁵.

Em fevereiro de 1834, quase no fim deste conflito entre absolutistas e liberais, vieram prender Soror Felizarda Ludovina da Purificação Vidigal, com a acusação “de ter e defender ideias liberais”. “Foi desterrada” para o “Convento das Terezias de Évora”, ou seja, uma Casa de Carmelitas Descalças. Para esta deslocação para o exílio, a comunidade de *Aracoeli* teve de pagar 17.600 réis, incluindo a gorjeta obrigatória aos soldados que a acompanharam, o que representou uma despesa elevada.

Após a Convenção de Évora Monte (26 de maio de 1834), a religiosa ainda teve de esperar, algum tempo, só voltando ao seu Convento pela festa de S. João Batista, do ano seguinte. Mas a viagem de regresso, já sem o acompanhamento dos militares, foi muito menos dispendiosa, não chegando a atingir metade dos gastos (7.230 réis)²⁵⁶.

²⁵² ANTT, *TSO/IE*, proc. 8548.

²⁵³ Como o processo está muito mau estado, não pode vir à consulta. Assim, não nos foi possível ir mais além no conhecimento deste caso.

²⁵⁴ AA, livros de contas (c.a.) 125 (1822-25 e 1831-34) e 127 (1825-28 e 1828-31): com a Abadessa Soror Maria Vitória de Assis Ferreira e com a Abadessa Soror Felizarda Rosa de S. José.

²⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 125, (2ª parte), fls. 80-80v (set.º, outº, novº e dez.º 1833) e fl. 84 (jan.º 1834).

²⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 125, (2ª parte), fl. 84 (fev.º 1834): gastou a comunidade na sua ida: para a “caleça” 11.200 rs, mais 1.600 para uma besta de carga e mais 4.800 réis p/ os gastos da jornada e para gorjeta aos soldados que a acompanharam; (c.a.) liv. 128, fl. 8 (junho 1835): o regresso foi mais barato, só custou 7.230 réis.

Reintegrada, não voltamos a encontrá-la a desempenhar cargos no Convento de Alcácer. A documentação refere a autorização da sua transferência para o Convento de Santa Clara de Évora em 1843²⁵⁷, assim como estando já aí a viver, no ano seguinte²⁵⁸.

3.2.4.4. O Terramoto de 1755 e a ida das religiosas para os Mártires

Perante as enormes ruínas provocadas pelo Terramoto de 1755, em que a igreja e os dormitórios ficaram sem telhados, verificámos que toda a comunidade religiosa de *Aracoeli* foi obrigada a refugiar-se no Santuário do Senhor dos Mártires, a cerca de um quilómetro do Castelo de Alcácer. A situação de calamidade estava prevista nas normas “*passem as Irmãs a outro lugar que lhe conuem em qual morem ençerradas quanto mais puderem*”²⁵⁹. Assim, nessa hora de aflição, por uma questão de sobrevivência e grande necessidade, toda a comunidade foi autorizada a deixar o seu mosteiro.

O Santuário dos Mártires tinha mais instalações do que as que subsistiram até hoje. Mesmo nos últimos tempos da permanência dos Espatários em Alcácer era habitual os freires irem para lá para fazer os seus retiros espirituais e rezar “trintários”²⁶⁰.

Chegou até nós a notícia da Comunidade se ter transferido para o Senhor dos Mártires por um registo de 1 de fevereiro de 1756. Com efeito, na sentença da aprovação das contas do *deve e haver* do governo da Abadessa Guiomar das Brotas (1753-1756), anota-se que as mesmas foram vistas, aprovadas e assinadas pelos dois franciscanos - Frei José de Santa Isabel e Frei Manuel de Jesus Maria e José - e por algumas religiosas “para este Ministério deputadas”, tendo a sentença de aprovação sido “dada na Hermida do Senhor dos Martyres aonde se achão as Religiosas por cauza das Ruínas do Convento”²⁶¹.

3.2.4.5. Saídas autorizadas para tratamentos de saúde

A partir do século XVIII, estão documentados artigos que legalizavam os pedidos de graça apostólica autorizados para saída de religiosas da clausura, a fim “de mudarem de ares”, “irem a banhos como remédio”, a tratamento “de águas férreas” e “outros remédios adequados à moléstia”²⁶².

²⁵⁷ Arquivo Distrital de Évora, *Convento de Aracoeli*, cx. 17, dc. 00079.

²⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 26v (Dezº 1844): Deu-se à Revª. Madre Soror Felizarda Ludovina, transferida no Convento de Santa Clara de Évora, 69.030 réis que esta Comunidade lhe devia dos governos pretéritos.

²⁵⁹ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. II.

²⁶⁰ Ver Maria Teresa Lopes Pereira, *Os cavaleiros de Santiago*, ob. cit., p. 108.

²⁶¹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 63v. O documento está assinado por um grupo significativo de religiosas.

²⁶² Como se lê em AA, CNSA/02/063 (fev.º 1824), art.º 14.

As religiosas tinham que apresentar dois atestados médicos para serem autorizadas a sair, para fazer tratamento. Poderiam ser consultados os médicos da casa. Mas, por vezes, a família trazia certidões de facultativos ou cirurgiões exteriores ao convento, a relatar a doença e os benefícios das curas fora da clausura. Contudo, a saída de uma religiosa para fora, ainda que por razões de saúde, devidamente justificadas, tinha de receber a aprovação da maioria da comunidade, obtida em votação.

Na maior parte dos casos, quem as cuidava era a família, mas a comunidade continuava a pagar-lhe a ração diária e o vencimento²⁶³. Damos vários exemplos.

A fim de melhorar a sua saúde, Soror Ana Peregrina de S. José, em 1775, recebe autorização para sair da clausura. Dois anos depois, a mesma religiosa consegue outro breve apostólico “para continuar fora da clausura e continuar com os remédios”²⁶⁴.

Soror Maria Teresa Severina dos Anjos, religiosa de véu preto, natural de Alcácer do Sal, filha do Capitão Manuel Ferreira Dias, a seu pedido, recebe um breve apostólico que a autoriza, a sair da clausura, em abril de 1781, para mudar de ares e ir a banhos. A sua petição foi acompanhada dos atestados dos médicos: Remoaldo de Brito e Freitas e de José de Abreu do Ó e uma certidão de Manuel Pereira Faio, cirurgião²⁶⁵.

Em 1787-88, Soror Teresa Rita da Graça e Soror Helena Teresa do Santíssimo Sacramento, autorizadas por um documento de beneplácito régio e indulto apostólico, também saíram da clausura para casa das respetivas famílias, a fim de se tratarem²⁶⁶.

No verão de 1813, foi despachado um breve apostólico que possibilitava à Madre Francisca Clara de Assis, religiosa de véu preto, sair da clausura e ir “tomar ares e a remédio de banhos”. Era filha do Capitão António José Ferreira e afilhada da Abadessa com o mesmo nome que ainda a recebeu (c. 1800). A sua saúde era tão frágil que, apesar de todos os cuidados, morreu no ano de 1813, ano em que saiu para se tratar²⁶⁷.

Há mais casos de religiosas que conseguem licença superior “para sair a banhos e mudar de ares”. Destacamos: a M^e Ana Jacinta Castanheira que recebeu um breve

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ *Ibidem*, dc. 0031, cx. 2 (1775-10-26): entre outros documentos, inclui a declaração do médico José de Abreu do Ó. *Ibidem*, dc. 0032, cx. 2 (1777-07-02): estão anexas as declarações dos médicos - Jesualdo de Brito e Freitas e de Miguel do Couto Guerreiro.

²⁶⁵ Arquivo Distrital de Évora, *Convento de Aracoeli*, dc. 0036; cx. 2. O capitão Agostinho José Freire declarou que a impetrante é sua prima e irmã de D. Ana Inácia Joaquina de São José, viúva do capitão André Lopes, moradores de Setúbal.

²⁶⁶ ANTT, *OFM, Província dos algarves*, mc. 101, [doc. 41 a) – setembro de 1787.

²⁶⁷ Arq. Dist. de Évora, *Convento de Aracoeli*, dc. 0039; cx. 2. AA, liv. 122, fl. 15 (nov.º 1813): de quem abriu a cova para a Madre Francisca Clara, 480 réis; fl. 19v (fev.º 1814): 2 trintários de missas pelas almas da Madre Mariana Leocádia e da Madre Francisca Clara, 9.000 réis.

apostólico e Beneplácito Régio em 1822²⁶⁸, assim como a M^e Maria José de Santa Ana²⁶⁹; já na década de trinta, saiu a M^e Paula do Coração de Jesus²⁷⁰ e outros casos²⁷¹.

Seria tão habitual surgirem pedidos e documentos a comprovar a necessidade de algumas freiras irem tratar as doenças fora do convento, que, em 1824, o Ministro Provincial, num dos artigos do Plano de reestruturação económica do Mosteiro: adverte que nenhuma religiosa possa fazer diligências para obter o breve para sair da clausura por doença, sem primeiro comparecer perante uma junta constituída pelos médicos da casa, na presença da Comunidade. Os facultativos teriam de estar de acordo sobre a necessidade de a religiosa doente procurar fora os remédios, pois poderia haver forma de o fazerem, no convento²⁷². Com um mosteiro, quase sem freiras, foi ainda autorizada a sair, nos anos cinquenta, para tratar da sua saúde em casa de família, a religiosa Francisca Máxima de Nossa Senhora do Carmo que fora vigária e mais do que uma vez abadessa²⁷³.

3.3. O governo da Comunidade

O mosteiro, segundo o acordado na sua fundação, não poderia ter mais do que 33 religiosas, sob pena de excomunhão e de privação do cargo à Abadessa. Mas, como já vimos, a comunidade, quase desde o início, estava autorizada a receber mais uma monja no lugar destinado a uma filha de um cavaleiro espatário e outra no lugar reservado a uma candidata escolhida pelo padroeiro. Perfazia, assim, um total de 35 religiosas, o que as Constituições de 1639 confirmam²⁷⁴. A Misericórdia de Alcácer podia ainda nomear mais uma freira, devendo privilegiar as parentes de Diogo Lameira, desembargador do paço, uma vez que este legou rendimentos ao convento com essa condição²⁷⁵.

²⁶⁸ Arq. Dist. Évora, *Convento de Araceli*, 00051, cx.2 (1822-10-31/1822-11-22): Breve apostólico e Beneplácito Régio, a favor Madre Ana Jacinta Castanheira; liv. 128 (julho 1838): deu-se à Religiosa [não diz o nome] que saiu a tratar da sua saúde, pelos dias de razão, 930 réis.

²⁶⁹ *Ibidem*, [00052 - a favor Madre Maria José de Santa Ana \(1822-08-29/1822-10-27\)](#)

²⁷⁰ AA, antigo liv. 125, fl. 86v (1834) refere que em fev.º de 1830, chegou a *Araceli* uma sentença apostólica favorável a M^e Paula do Coração de Jesus, permitindo-lhe estar fora um ano, por razões de saúde.

²⁷¹ AA, (c.a.) liv. 128, fl. 41 (julho 1838): deu-se 930 réis à Religiosa [sem nome] que saiu a tratar-se.

²⁷² AA, CNSA, 02/063 (1824).

²⁷³ AA, CNSA, 03/004, fl. 89 (1857); ver também: ADE, cx.2, doc. 0060, fl. 5 (Carta de 1858-03-30).

²⁷⁴ ANTT, OFM - *Prov. Algarves, Província*, liv. 4.

²⁷⁵ Fundou a Capela dos Reis Magos no Convento de Santo António de Alcácer para sua capela funerária e para onde transferiu, ainda antes do fim do século XVI, os restos mortais de seus pais e avós. Deixou quatro mil cruzados para um lugar de freira em *Aracoeli* destinada a uma sua parente. Cf. Frei Jeronymo de Belém, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observancia de Nosso Serafico S. Francisco*, Lisboa, 1758, Cap. XVIII, p. 395. São disso exemplo: Soror Isabel da Trindade que já tinha falecido em 1721, ANTT, OFM, *Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344; *ibidem*, *Convento de Araceli de Alcácer*, mc. 101, [doc. 40], (22-6-1721); D. Joana de Sande Salema e [doc. 53], (20-4-1752); D. Clara Isabel Mascarenhas Salema, de Lisboa.

No entanto, entraram "supranumerárias" com várias justificações: ter uma boa voz para cantar, saber tocar algum instrumento; ser indicada pelo superior franciscano, arcebispo de Évora ou por algum benfeitor que, não obstante não haver nenhum lugar vago e estar completo o número das religiosas do coro, autorizavam a entrada de noviças supranumerárias, pagando um dote mais elevado, ou dando para além deste, uma esmola significativa. Acabado o ano que durava a provação do noviciado, poderiam professar, aguardando a sua vez para passar a freiras do número, não podendo ultrapassar ninguém²⁷⁶. Os pedidos de entrada no Mosteiro de *Aracoeli*, até ao tempo do Terramoto, vinham de geografias diversas, incluindo o Brasil²⁷⁷.

Apresentamos os quadros com a população do cenóbio que, embora incompletos, nos podem dar uma ideia da evolução do seu número. No total de religiosas incluímos as noviças e conversas (quadro nº 1). No quadro nº 2, referente à outra população que também vivia na clausura, só o número das criadas da comunidade surge com mais regularidade, só fugazmente aparece o das criadas particulares, educandas e recolhidas.

Quadro nº 1: As religiosas do Mosteiro de *Aracoeli* (1573-1874)

Data	Religiosas	Noviças	Conversas	Total	Fonte
1573	33?			33?	²⁷⁸
1683				c. 70	TT, <i>OFM</i> , <i>Prov. Alg.</i> , liv. 4 ²⁷⁹
1699	54	4	1	59	AA, (c.a) liv. 95, fl. 118v
1707	57	1	1	59	AA, (c.a) liv. 96, fl. 160
1725	53	1	1	55	AA, (c.a) liv. 97 A/3, fl. 170
1730	51	3	2	56	TT, <i>OFM</i> , Pr. Algarves mç. 101, doc. 12
1735	43	1	1	45	AA, (c.a) liv. 99, fls. 195-195v
1740	48	2	1	51	AA, (c.a) liv. 100, fl. 164v
1745	48	3	2	53	AA, (c.a) liv. 102, fl. 165
1755	59	2	3	64	AA, (c.a) liv. 105, fl. 85
1760	59		3	62	AA, (c.a) liv. 107, fl. 83
1765	48		3	51	AA, (c.a) liv. 109, fl. 150v
1770	42		3	45	AA, (c.a) liv. 110, fl. 182
1775	35		3	38	AA, (c.a) liv. 112, fl. 113
1780	28		2	30	AA, (c.a) liv. 114, fl. 110v
1785	25		2	27	AA, (c.a) liv. 115, fl. 132v ²⁸⁰
1791	12		1	13	AA, (c.a) liv. 117, fl. 105
1794	11	3		14	AA, (c.a) liv. 117, fl. 114 ²⁸¹
1800	15			15	AA, (c.a) liv. 118, fls. 62 e 65
1805	9			9	AA, (c.a) liv. 120, fl. 86v
1810	7			7	AA, (c.a) liv. 121, fl. 40

²⁷⁶ ANTT, *OFM*, *Prov. do Algarve*, mç. 101, n.ºs. 18, 20 (1733), 27 (1746), 28 (1741?), 32 (1747), 34 (1748), 38 (1749), 39 (1750); AA, liv. 100, fl. 65 (1739): dote da noviça Soror Antónia Jacinta 600.000 réis.

²⁷⁷ Ver, entre outros, AA, (c.a) liv. 98, fl. 145v (3º trimº 1734) e fl. 167v (1735).

²⁷⁸ Número acordado entre as partes na fundação de *Aracoeli*, mas não sabemos se havia 33, logo no início.

²⁷⁹ Agradece-se esta informação ao Padre Rema.

²⁸⁰ Os dados são da última distribuição, tendo o triénio acabado em janeiro 1785. Um documento, do triénio seguinte (setº 1787), fala de 18 religiosas e 1 conversa. ANTT, *OFM*, *Prov. Algarves* mç. 101, doc. 41.

²⁸¹ Não existem os livros dos dois triénios seguintes.

1815	7	2		9	AA, (c.a.) liv. 122, fl. 90
1820	12 ²⁸²			12	AA, (c.a.) liv. 124, fl. 41v
1825	12 ²⁸³			12	AA, (c.a.) liv. 125, fl. 45 e CNSA/02/063
1835	10			10	AA, (c.a.) liv. 123b), fl. 110v
1841	9			9	AA, (c.a.) liv. 129, fl. 1 e seguintes.
1845	7 ²⁸⁴			7	AA, (c.a.) liv. 129, fls. 25v e 26v
1850	4			4	AA, (c.a.) liv. 129, fl. 77
1855	3			3	AA, (c.a.) liv. 139, fl. 122
1857	2			2	AA, (c.a.) liv. 130, fl. 34 ²⁸⁵
1864	1 +1 ²⁸⁶			2	<i>Ibidem</i> ; ANTT, <i>M.º Fazenda</i> , cx 950
1870	1			1	AA, (c.a.) liv. 130
1872-74	1			1	AA, (c.a.) liv. 130 ²⁸⁷

Quadro nº 2: Outra população feminina residente no mosteiro (1699-1874)²⁸⁸

Data	Recolhidas	Educandas	Criadas Comunidade	Outras	Total
1699	1	1	5		7
1707	1		5		6
1725	1		6		7
1730	5	9	7	22 criadas particulares 9 aposentadas	52
1735		3 brasileiras	6		9
1740		2			2
1745			6		6
1755	4		7		11
1760		2	6		8
1765			6		6
1770			6		6
1775			6		6
1780			6		6
1785				1 organista	1
1791			6	1 organista	7
1794		1	6		7
1800			6		6
1805			6		6
1810/12		2	6		6
1815			6		6
1820			6		6
1825	4 ²⁸⁹		5		9
1835		1	5		6
1841		1	5		6
1845		1	5		6

²⁸² AA, (c.a.) liv. 124, fl. 41v: lista com 11 religiosas, a quem o convento devia dinheiro. Como na lista não figura Soror Maria Vitória de Assis Ferreira, pensamos que o número total de freiras ascenderia a 12.

²⁸³ São 12 as religiosas que assinam o plano de reestruturação das contas feito por Frei Eusébio da Estrela, Ministro Provincial Franciscano, em visita. Cf. AA, CNSA/02/063 (12-2-1824).

²⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 129, fls. 25v e 26v (nov.º 1844): morreu a R. Madre Vitória de Assis Ferreira e Soror Felizarda Ludovina foi transferida para o Convento de Santa Clara de Évora.

²⁸⁵ A partir de abril de 1861, a assinatura é só de Soror Maria da Conceição de S. José.

²⁸⁶ Em 1864, as autoridades pensavam extinguir o convento, pois nele vivia apenas M^a da Conceição de S. José e Francisca Máxima de N^a S^a do Carmo, estava fora há vários anos. Cf. ANTT, Minist^o da fazenda, cx. 950, *Conv. de Aracoeli*. E ofícios de 28 e 30 de nov.º, 2^a *Repartição dos Próprios Nacionais*, aí inseridos.

²⁸⁷ As últimas contas remontam a janeiro de 1872, embora a última freira só tenha ocorrido em 2-2-1874.

²⁸⁸ As fontes utilizadas são as mesmas do quadro anterior, pelo que não as repetimos aqui.

²⁸⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, caixa 69, n^o 2, doc. 1 (sem data – mas datável de 6/3/1819 a 6/3/1822), indicam-se para além de 12 religiosas, 4 recolhidas: D. Silvéria Teresa de S. José, D. Francisca Germana da Fonseca, D. Francisca Máxima de Campos e D. Ana Benedita Henriques.

1850		4	5		9
1855		6/ 5	5		10
1857		7	4		11
1864		7	4		11
1870	1	1	4		6
1872-74	1	1	2		4

Com a intenção de melhor exemplificar a população de *Aracoeli*, apresentamos o quadro nº 3 que apresenta os dados contidos num documento, datado de 2 de maio de 1730, em que se nomeiam as 33 religiosas do número e as 21 supranumerárias, às quais acresciam 2 religiosas de véu branco, cujo nome não é registado²⁹⁰.

Quadro nº 3: Lista das religiosas em 2 de maio de 1730

	Nomes	Cargos
Religiosas do número	1 - Madre Soror Josefa Caetana de Santo António	Abadessa
	2 - Madre Soror Maria de São Diogo	Madre mais antiga
	3 - Madre Soror Catarina Eugénia da Conceição	Discreta
	4 - Madre Soror Catarina da Trindade	mestre da ordem
	5 - Madre Soror Ana Maria Batista	Discreta
	6 - Madre Soror Mariana da Coluna	Discreta
	7 - Madre Soror Helena Maria dos Prazeres	Discreta
	8 - Madre Soror Vicência Micaela do Paraíso	Discreta
	9 - Madre Soror Mariana Luísa da Conceição	
	10 - Madre Soror Maria da Trindade	
	11 - Madre Soror Catarina do Deserto	
	12 - Madre Soror Caetana Maria Alberta	
	13 - Madre Soror Brites dos Arcanjos	
	14 - Madre Soror Catarina Inácia da Anunciada	
	15 - Madre Soror Andreza Maria da Madre de Deus	
	16 - Madre Soror Teresa Antónia de Jesus	
	17 - Madre Soror Francisca Josefa do Menino Jesus	
	18 - Madre Soror Teodora Arcângela de Santa Clara	
	19 - Madre Soror Brites Guiomar das Brotas	
	20 - Madre Soror Filipa Jacinta de Jesus	
	21 - Madre Soror Maria Eugénia da Trindade	
	22 - Madre Soror Vicência Maria da Purificação	
	23 - Madre Soror Custódia do Sacramento	
	24 - Madre Soror Josefa Leocádia do Céu	
	25 - Madre Soror Joana Narciso das Saudades	
	26 - Madre Soror Maria Josefa da Mãe de Deus	
	27 - Madre Soror Joana das Chagas	
	28 - Madre Soror Margarida Angélica da Degolação	
	29 - Madre Soror Rosa Isabel da Madalena	
	30 - Madre Soror Catarina Luísa da Conceição	
	31 - Noviça Soror Arcângela Engrácia de S. Bernardo	
	32 - Noviça Soror Arcângela Micaela dos Serafins	
	33 - Noviça Soror Inês Batista da Conceição	
Religiosas Supranumerárias	1 - Madre Soror Catarina do Monte Sinai	Mestre da Ordem e Vigária
	2 - Madre Soror Maria Teresa da Conceição	Mestre da Ordem
	3 - Madre Soror Maria Baptista da Conceição	Mestre da Ordem
	4 - Madre Soror Antónia do Espírito Santo	Discreta

²⁹⁰ ANTT, OFM, *Províncias dos Algarves*, Convento de *Aracoeli*, mç. 101, doc. 12 (1730.05.02).

5 - Madre Soror Antónia Luísa das Chagas	Discreta
6 - Madre Soror Maria da Virtude	
7 - Madre Soror Francisca Micaela de Santa Teresa	
8 - Madre Soror Teresa Micaela de São José	Escrivã
9 - Madre Soror Brites Maria de S. Francisco	
10 - Madre Soror Ana Josefa Batista	
11 - Madre Soror Antónia da Encarnação	
12 - Madre Soror Catarina Micaela do Paraíso	
13 - Madre Soror Cecília Rosa de Jesus	
14 - Madre Soror Brites Maria da Apresentação	
15 - Madre Soror Maria Angélica de S. José	
16 - Madre Soror Francisca Jerónima de Jesus	
17 - Madre Soror Andreza Peregrina da Glória	
18 - Madre Soror Catarina Tomásia do Sacramento	
19 - Madre Soror Inácia Teresa de Deus	
20 - Madre Soror Catarina Filipa da Anunciação	
21 - Madre Soror Maria Vitoriana da Conceição	

Assim, em maio de 1730, o número de religiosas em *Aracoeli* atinge um total de 56, sendo 33 religiosas do número, 21 supranumerárias e mais 2 religiosas de véu branco. Na mesma data, para além das freiras, indicam-se também como habitantes do mosteiro 9 educandas, 5 recolhidas, 7 criadas da comunidade, 22 criadas particulares e 9 aposentadas, ou seja, mais 52 pessoas. Somando este número às 56 religiosas, obtém-se um total de 108 pessoas a viver no mosteiro em 1730. Afirma-se no mesmo documento, que então não residia no cenóbio nenhuma “brasileira”.

Em 1755, eram 60 as freiras, passando para 57 em 1760 e 34 em 1777²⁹¹. A partir daí, o seu número vai diminuindo, sendo a comunidade cada vez menor e as religiosas mais velhas. Repare-se no quadro 4, feito a partir de um documento sem indicação de data, mas atribuível a setembro de 1787²⁹², onde se constata estes dados. Só 18 freiras de véu preto (duas estavam fora) e uma de véu branco faziam parte da comunidade. Como se vê pelas idades anotadas, tratava-se de uma comunidade envelhecida, pois a mais nova tinha 40 anos e não referem a existência de nenhuma noviça.

Em toda a documentação, ao longo dos três séculos de existência deste mosteiro, as religiosas de véu branco ou conversas que surgem são em número muito reduzido. De facto, como não chegou até nós nem o livro de noviças, profissões e óbitos e, nos livros

²⁹¹ ANTT, *Ordem dos Frades Menores, Prov. Dos Algarves*, mc. 101 [doc. 41 b)]. A lista surge com 34.

²⁹² ANTT, *Ordem dos Frades Menores, Prov. Dos Algarves*, mc. 101 [doc. 41 a)]. De jan.º de 1785 a jan.º de 1788 foi abadessa Arcângela Engrácia de S. Bernardo, tendo por escritã Soror Maurícia Clara das Mercês que morreu em janeiro de 1787. Como já não consta da lista, a data do documento será de janeiro de 1787 até janeiro de 1788, fim do triênio da abadessa. Apercebemo-nos que se trata da “declaração do Mosteiro de *Aracoeli* de Alcácer feito na conformidade do aviso da Secretaria de Estado em 17-09-1787, e da Parte do Nosso Reverendíssimo Padre Mestre Provedor em 29 do dito Mês e Ano”. A Abadessa seguinte Soror Clara de Assis juntamente com a escritã Soror Joaquina Teresa de S. José certifica a anterior declaração em 23-2-1788, dando algumas notícias mais sobre o estado do convento.

de contas, não nos aparecem as assinaturas das conversas, não se conseguiu apurar se o seu número foi sempre pequeno, ou se a documentação sobrevivente pouco as refere.

Em 1814, com a entrada de Ana Jacinta Joaquina Rita de Santo António Castanheira²⁹³, totalizou a comunidade 9 freiras, sendo duas delas ainda noviças.

Quadro nº 4: Religiosas de *Aracoeli* em setembro de 1787: nomes e idades²⁹⁴

Nome	Idade
Soror Arcângela Engrácia de S. Bernardo, Abadessa	76 anos
Soror Rosa Isabel da Madalena, Vigária	78 anos
Soror Francisca Clara de Assis, Madre da Ordem	50 anos
Soror Andreza Peregrina da Glória, Discreta	83 anos
Soror Maria Antónia do Santíssimo Sacramento, Discreta	67 anos
Soror Cândida Maurícia do Céu, Discreta	67 anos
Soror Teresa Rita da Graça, Discreta (fora da Clausura, por beneplácito régio e indulto apostólico).	64 anos
Soror Antónia Angélica dos Arcanjos, Discreta	61 anos
Soror Ana Josefa da Estrela	57 anos
Soror Ana Maurícia [Clara] das Mercês	63 anos
Soror Ana Vitorina do Nascimento	59 anos
Soror Maria Perpétua da Estrela	59 anos
Soror Francisca Inácia do Santíssimo Sacramento	57 anos
Soror Rosa Narcisa do Paraíso	60 anos
Soror Umbelina do Império, vigária do coro	50 anos
Soror Helena Teresa do Santíssimo Coração de Jesus (fora da Clausura, por beneplácito régio e indulto apostólico).	48 anos
Soror Joaquina Teresa de S. José	48 anos
Soror Josefa Ludovina de Santa Rosa	40 anos
Soror Mariana de Jesus, freira de véu branco	72 anos

Quanto às criadas da comunidade, raramente excederam a meia dúzia (7 foi o seu máximo), diminuindo o seu número, até atingir duas no final. Sobre as criadas particulares só nos aparecem informações avulsas, a propósito da licença da sua entrada na comunidade. O documento de 1730, atrás citado, dá-nos a informação de que seriam, nessa data 22 as criadas particulares e 7 as criadas da comunidade.

Perante a existência de só 13 religiosas em 1792, a Abadessa Francisca Clara de Assis apresentou uma petição ao Príncipe regente D. João (futuro D. João VI), através do seu confessor para que autorizasse a entrada, ao menos, de doze noviças. Invocou o facto de o número instituído na fundação ser de 33 religiosas e, as freiras existentes serem, de bastante idade e doentes, tendo como consequência que não pudessem cumprir, como gostariam, o Ofício Divino no Coro e outras obrigações que a Regra estipulava. Esta grande falta de religiosas explicava-se, segundo o documento, pelo facto de não terem

²⁹³ AA, (c.a.) liv. 122, fl. 59 (consumo do trigo no ano de 1814).

²⁹⁴ ANTT, *Ordem dos Frades Menores, Prov. Dos Algarves*, mç. 101 [doc. 41 a)].

quase entrado noviças desde 1755. Recorde-se que à sombra dos princípios regalistas, o Marquês de Pombal empreendeu uma série de medidas que conduziram à diminuição da vida monástica e ao controle do clero em geral, levando à abolição de vários mosteiros masculinos. Embora as comunidades femininas não tenham sido atingidas por atitudes similares, o seu cerceamento irá concretizar-se na fase imediata. Segundo José Marques, ocorre então uma «mudança de estratégia de poder, que em vez da extinção radical preferiu a agonia lenta das comunidades femininas», obstando à sua renovação pelo levantamento de grandes obstáculos ao ingresso no noviciado e na profissão religiosa, ao impedir a entrada sem prévia autorização régia. E, por outro lado, o monarca facilitava a concessão de autorizações para as seculares se recolherem no convento²⁹⁵.

Assim, era de recear que a comunidade, em breve, pudesse extinguir-se, se a Coroa continuasse a dificultar este acesso e favorecer e motivar o ingresso de noviças noutros mosteiros, não obstante, esses terem já mais religiosas do que o de *Aracoeli* e estarem mais endividados. Declarava que o seu convento se achava “desempenhado”²⁹⁶ e com rendas suficientes para sustentar, com dignidade, o número de consagradas exigido pela fundação. Embora o pedido fosse deferido, a população religiosa não teve um aumento significativo, como se pode ver no quadro n.º 1.

Do número inicial de 33 religiosas da fundação, o número total de freiras foi tendo oscilações, diminuindo após o Terramento de 1755 até à extinção.

3.3.1. Os cargos de governo

3.3.1.1. A Abadessa

A abadessa, como em outras casas monásticas femininas, era a principal autoridade do mosteiro, tanto em termos espirituais como temporais. Cabia-lhe assegurar o cumprimento e respeito pela normativa que geria o convento e a ordem; estipular as penas e castigos para quem a desobedecia; manter a disciplina e a organização da comunidade, desde as aspirantes, noviças, religiosas de véu negro e as de véu branco ou conversas; consolar as aflitas e atribuladas, “como primeiro e último socorro” para que não desesperassem²⁹⁷; assegurar que as religiosas chegavam pontualmente aos Ofício

²⁹⁵ José Marques, *Regalismo e a Mulher em Religião*, Separata de *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio realizado de 20 a 22 de Março de 1985, Coimbra, Coimbra Editora, 1986, pp. 5-23.

²⁹⁶ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves, Convento de Aracoeli de Alcácer do Sal*, mc. 101, doc. 54 (8/9/1792). A gestão desta Abadessa e os bens que herdou possibilitaram reduzir a dívida do mosteiro.

²⁹⁷ Ver *Constituições Gerais*, ob. cit., cap. IV, p. 7.

Divinos, lições e orações; garantir que as freiras cumpriam os seus votos, como o de pobreza, andando com o seu simples hábito²⁹⁸.

Como figura máxima do mosteiro, era também responsável por garantir a harmonia e o respeito-mútuo entre os membros da comunidade, o que nem sempre acontecia. Com efeito, os visitantes foram informados que algumas religiosas chamavam umas às outras nomes “que tocavam na sua geração”, ofensas, trazendo à baila pais, irmãos e parentes. Ordenaram, assim, que a prelada punisse as culpadas da seguinte forma: na primeira vez, ficavam proibidas de falar em grades, torno ou locutório durante um mês; na segunda, a proibição prolongava-se, por dois meses; à terceira ficavam impedidas para sempre ou até à sua total emenda²⁹⁹. Em certos casos, a abadessa deveria obrigar as maledicentes a levar um pão na boca e assumir a culpa perante a comunidade, beijando os pés a todas as religiosas como penitência e, se fosse renitente em corrigir-se, ficaria sem véu³⁰⁰. No caso das freiras jovens faltarem ao respeito às mais velhas, deveriam ser admoestadas: na primeira vez, a abadessa levaria a culpa ao capítulo; na segunda, avisaria os superiores franciscanos para a castigarem; e, caso “algũa ouzadamente, se atreva a perder o respeito à Rev^a Madre Abadessa, lhe mandará levar hum pão na boca a Capítulo, pella primeyra vez e, pella segunda, nos avisará para procedermos contra ella, com toda a severidade”³⁰¹.

A prelada estava ainda encarregue de controlar os contactos entre a comunidade e o exterior, começando pela porta regrad e as grades. Devia, por isso, ser rigorosa na nomeação das madres porteiras e gradeiras, as quais deviam ser freiras de vida exemplar e da sua total confiança. O controlo das relações com o mundo exterior também incluía os contactos com os religiosos³⁰².

Por fim, a abadessa tinha como missão “indispensável tratar da conservação material do convento, assim como de todos os prédios urbanos e rústicos que lhe pertencessem, havendo o cuidado de acudir à mais pequena ruína, a fim de evitar outras maiores”. Cabia-lhe pedir e aprovar os orçamentos e vigiar o cumprimento dos que

²⁹⁸ AA, CNSA, 03/001, fl. 23 (1707): sem saias ou fraldelins de cores, anéis de ouro e toalhas de bicos.

²⁹⁹ *Ibidem*, fls. 17v-18 (maio de 1706).

³⁰⁰ *Ibidem*, fl. 33v (out.º 1711) e fl. 49 (dezº 1716).

³⁰¹ *Ibidem*, fl. 62v (1720).

³⁰² *Ibidem*. Foi reportado o caso de uma religiosa do mosteiro que fazia de comer e lavava a roupa a um clérigo seu parente, como se fora sua ama ou criada, o que causava constrangimento às oficiais da portaria que assistiam a estas ocorrências. Foi então ordenado à abadessa que proibisse a religiosa de o fazer. Se não obedecesse, deveria privá-la de chegar à porta, grade ou locutório, durante um ano.

tivessem aceitado³⁰³. Embora, o procurador estabelecesse pontes, era obrigado a pedir instruções e a submeter os seus atos administrativos à abadessa e ao capítulo conventual.

Devemos, no entanto, salientar que o poder da prelada era limitado em alguns aspetos. Em primeiro lugar, havia uma subordinação à hierarquia franciscana masculina, dependendo da sua autorização, por exemplo, para ordenar a realização de obras e dispender o dinheiro dos dotes. Se no primeiro caso os franciscanos aprovaram os pedidos com maior regularidade, o mesmo não aconteceu no segundo caso, mesmo em circunstâncias onde o convento enfrentou contextos económicos muito difíceis.

A prelada era auxiliada no governo da comunidade pela vigária e discretas que escolhia para o seu triénio, assim como o capítulo (formado por todas as professoras), num sentido de fraternidade e de corresponsabilidade. O capítulo não era apenas um órgão consultivo, mas também deliberativo, não podendo a prelada contrariar as decisões aprovadas pela maioria das freiras presentes. Nele a comunidade devia debruçar-se, com espírito fraternal, sobre os principais assuntos relativos à vida do mosteiro, nomeadamente a disciplina³⁰⁴, pois esse era o lugar para “amoestar, ordenar e confirmar [...] as Irmãs”. Nenhuma religiosa devia reportar o que se passava nas reuniões capitulares e, muito menos, às noviças³⁰⁵.

No Capítulo votava-se a admissão de novas candidatas, a aceitação das noviças para a profissão, após o seu ano probatório, e ainda as excepcionais saídas das professoras por motivos de saúde. Era também o órgão que elegia a abadessa.

As Constituições Gerais de 1639 determinaram que as religiosas elegessem em sufrágio secreto uma prelada para um mandato de três anos³⁰⁶ e ordenou-se que uma abadessa não exercesse mais do que um triénio seguido. Esta determinação foi respeitada, geralmente, em *Aracoeli* (Ver o quadro nº 5, final deste subcapítulo). Contudo, em 1791, quando a abadessa Francisca Clara de Assis estava a terminar o seu terceiro governo, a comunidade obteve um breve apostólico que autorizava a prelada a continuar em funções, o que lhe permitiu governar durante cinco triénios sucessivos (Consulte-se o quadro nº 5 no final deste subcapítulo e a sua biografia no Vol. II: Anexos).

³⁰³ AA, CNSA, 02/063, art.º15.

³⁰⁴ Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas Caeiro, *Clarissas em Portugal, ob. cit.* p. 76, onde a autora cita Ignacio Omaechvarria, *Las clarisas a traves de los siglos*, p. 278.

³⁰⁵ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. IX, p. 109.

³⁰⁶ *Ibidem*, Cap. IX, pp. 105-106.

A abadessa devia ser escolhida entre as religiosas que cumprissem os seguintes requisitos: ter mais de 40 anos de idade e, pelo menos, 8 de profissão; ter saúde³⁰⁷ e energia que lhe permitissem desempenhar as funções do cargo; demonstrar possuir uma consciência sã, competência e assegurar o respeito pela regular observância; revelar a prudência necessária para bem governar o mosteiro, como convinha ao serviço de Deus, ao bem espiritual e temporal da comunidade³⁰⁸. Estes critérios parecem ter sido seguidos, uma vez que encontramos algumas religiosas a exercer o cargo de abadessa duas ou mais vezes ao longo da sua vida. Caso não existisse uma freira que reunisse as condições estipuladas, poder-se-ia recorrer à escolha de uma religiosa num outro mosteiro de clarissas. E, em casos excepcionais, permitir a eleição de uma monja mais nova, tendo, pelo menos 30 anos de idade e 5 de profissão. É disso exemplo o caso de Soror Clara de S. Francisco, abadessa em *Aracoeli* (1605), eleita por “conveniência”, antes de ter a idade regulamentar, “pela boa consideração que tinham dela”. A mesma é escolhida, em 1609, partindo como Abadessa para fundar o Convento de Santa Clara de Moura³⁰⁹.

Cabia ao Ministro Provincial ou a um seu delegado presidir à eleição da prelada, acompanhado de um secretário, como se pode comprovar pelas atas de eleição e outros registos³¹⁰. Em 1783, o visitador ordenou que, dois meses antes de expirar o tempo de vigência do cargo da prelada, o provincial devia ser alertado, para que se pudessem cumprir os trâmites normais e a eleição decorresse no tempo devido³¹¹. Uma vez avisado, este enviava dois representantes para testemunhar e escrutinar o processo de eleição. Com o intuito de evitar abusos, o valor pago aos enviados pelas freiras foi alvo de tabelamento em 1824³¹². Quando estes chegavam ao mosteiro, deviam informar da sua missão e dirigir-se, logo que possível, para a igreja.

Ao som “da campã tangida”, as religiosas acorriam ao coro de baixo, onde, todas, por dentro das grades, com os dois frades na parte de fora, iniciavam uma pequena

³⁰⁷ Soror Clara de S. Francisco, abadessa em *aracoeli* em 1605, foi nomeada antes de ter a idade regulamentar. Em 1609, foi fundar o Convento de S^a Clara de Moura. Por razões de saúde, Soror Brites M^a de S. Francisco obteve uma dispensa, p/ não ser eleita p/ nenhum cargo, durante 6 anos. TT, *OFM, Prov. Algarves*, mç. 101 (1727-08-12), doc. s/ n.º. Faleceu em 1731.

³⁰⁸ Com base em AA, *CNSA*, 03/004, fl. 88 (1844), onde a propósito da necessidade da nomeação de uma nova abadessa, por não haver já o número de religiosas suficiente para fazer uma eleição, se expõem as qualidades necessárias que a mesma deveria ter.

³⁰⁹ Ver TT, *OFM, Província dos Algarves*, liv. 22, fl. 344. Em 1609, foi fundar o Convento de S^a Clara de Moura. Agradeço esta última informação a Marisa Veiga que estuda o Mosteiro de Santa Clara de Moura.

³¹⁰ Ver, entre outros, ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, mç. 101, [doc. 2] - 21/5/1765; [doc. 5] - 25/2/1804 e [doc. 8] - 25/2/1807; AA, liv. 127, fl. 1 (março de 1825).

³¹¹ AA, *CNSA*, 03/003 (1755-1835). Um dos comissários vindo p/ a eleição, poderia também ser visitador.

³¹² AA, *CNSA*/02/063 (fev.º 1824), art.º 9.º. presidente 19.200 réis, Guardiã 6.400 réis e Vigário 6.400 rs.

“conferência introdutória”. Seguiu-se uma missa solene, cantada, invocando o Espírito Santo (*Veni Sancte Spiritus*)³¹³. Terminada a eucaristia, as religiosas reunidas em capítulo, permaneciam no coro e votavam. Tinham direito a voto as freiras professas, salvo se estivessem a cumprir algum castigo. Com o objetivo de evitar conluios na eleição da abadessa, em 1716, o visitador lembrou a declaração da Sagrada Congregação, redigida em 1616: *em os conventos donde houver mais de duas Irmãs Religiosas não vote a terceira sem que alguma das duas mais velhas seja falecida*³¹⁴.

A comunidade nem sempre conseguiu eleger a abadessa na primeira votação, como foi exemplo a eleição de 1765. Foi necessário votar três vezes e, mesmo na terceira volta, o delegado principal só, “valendo-se do poder, e autoridade que lhe é concedida conforme as nossas leis e constituições apostólicas, nomeou, elegeu e declarou” por Abadessa a Reverenda Madre Soror Catarina Tomásia do Sacramento, mandando-lhe por santa obediência que aceitasse este ofício, ao qual a eleita deu o seu “sim”.

Ao ser investida como abadessa, recebia de todas as religiosas o reconhecimento da missão para que acabara de ser eleita e dava às irmãs a sua bênção. Cita-se textualmente: *“todas sem alteração de ânimo, antes com sua vontade pronto o fizeram, reconhecendo-a por Prelada, tomando-lhe todas a bênção, com patentes demonstrações de affecto e alegria”*³¹⁵. Este era um momento solene, em que a abadessa, recém-investida, como guardiã da comunidade devia receber as chaves e o selo do convento. A comunidade devia abrigar-se no seu “manto da santa obediência”.

A iconografia de Santa Clara (consulte-se a figura 3) apresenta a Santa com a Regra, a custódia, o hábito e o báculo. Pensamos que em *Aracoeli* a abadessa não utilizava o báculo. Não encontramos nenhuma referência que prove o seu uso. Só numa sentença de aprovação de contas, como metáfora, o auditor satisfeito com os dados analisados, elogiou a abadessa em causa, dizendo ser das melhores *“Preladas que sustentaram o Báculo da Prelazia”*³¹⁶.

Terminada a eleição, ainda na reunião do capítulo, a abadessa escolhia as discretas do seu conselho cujos nomes deviam ser aprovados pela autoridade franciscana. A prelada, com as conselheiras ou discretas, tendo em conta a opinião da comunidade, nomeava religiosas para os diferentes ofícios: enfermeira, porteiras, rodeiras, refeitoreira,

³¹³ AA, (c.a.) liv. 128, fl. 106v / 9v. (1835): jantar/padres da Eleição 1.400 e missa do Stº Espírito, 160 réis.

³¹⁴ AA, CNSA/03/001, fls. 47 e 48 (jan.º e dez.º 1716): Frei João de S. Lourenço, Comissário Delegado.

³¹⁵ ANTT, OFM, Prov. dos Algarves, mc. 101 [doc. 2] - 21/5/1765. E, logo nessa tarde foi escolhida Soror Isabel Rosa da Madalena para vigária e para escritã Soror Joaquina Teresa de S. José.

³¹⁶ A título de exemplo ver: AA, (c.a.) liv. 119, fl. 55v (13-11-1804).

provisora, celeireira e outros. Estes cargos eram renovados anualmente, necessitando também confirmação superior dos franciscanos³¹⁷.

A eleição da abadessa constituía um momento de festa, assinalado por uma melhoria alimentar, tanto para a comunidade como para os delegados presentes. Para o “jantar da eleição da abadessa”, anotam-se mais gastos em carne ou peixe, conforme a época do calendário, e em fruta e nos ingredientes para os doces. É disso exemplo a eleição de 12-12-1707, realizada em pleno Advento, em que só se regista a compra de peixe, embora de boa qualidade e abundante³¹⁸. Por sua vez, numa eleição feita em maio de 1765, para além de ovos, arroz e leite, os maiores gastos são em carne, com primazia para frangos, adens e carneiro³¹⁹. Em fevereiro de 1813, na véspera e no dia da eleição, compraram-se peixe e empadas, galinhas e frangos, laranjas e aletria³²⁰.

Mas, perscrutando as despesas, em geral, verificamos que na festa da eleição era habitual comprar também queijos grandes do Alentejo ou queijinhos frescos, fruta da época e frutos secos, para além de fazerem arroz-doce ou aletria e bolos para a comunidade, para os padres e ainda os destinados a um ou outro presente, a uma ou a mais “obrigações”. As despesas registadas, a propósito da eleição da nova abadessa em março de 1825, incluindo o jantar e as “pensões do costume” ascenderam a 40.000 réis³²¹, mas em 1831 a despesa foi relativamente reduzida³²².

Ao contrário de outras casas femininas, como por exemplo o Convento de Jesus de Setúbal³²³, não temos referências a jantares de despedida oferecidos pela abadessa à comunidade religiosa no momento em que cessava as suas funções.

Quadro nº 5: Os cargos de abadessa, vigária e escritã no interior da comunidade (1573-1874)

Data	Abadessa	Vigária	Escrivã	Cota
1573 (?)	Isabel da Costa	?	?	TT, <i>OFM, Prov. dos Algarves</i> , liv. 22, fl. 225v
1599	Maria da Graça	?	?	<i>Hist. Genealógica da casa Real</i> , p. 248.

³¹⁷ Ver o que a este propósito diz Otilia Rodrigues Fontoura, *ob. cit.*, p.175.

³¹⁸ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 1v e fl. 2v (dezº 1707): “hũa dúzia de caxas de 2 arrateis cada hũa para os padres da Eleição”, 280 réis; 2 dúzias de covilhetes, 480 réis; liv. 128, fl. 106v ou 9v. (julho de 1835).

³¹⁹ AA, (c.a.) 109, fls. 11v-12. A eleição foi em 22-05-1765). Morte súbita da abadessa anterior.

³²⁰ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 96v (fev.º 1813).

³²¹ AA, (c.a.) liv. 127, fl. 1 e fl. 3, onde se escreve que houve “engano, a fl. 1, na conta da Eleição que importando esta em 40 mil, só se escreveram 36.800” réis.

³²² AA, (c.a.) liv. 125, fl. 54 (março 1831): Gastou-se no dia da Eleição a quantia de 30.400 réis.

³²³ Saul António Gomes, “Doces obrigações. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – séc. XVI a XVIII”, *ob. cit.*, p. 78.

1605-1607	Clara de São Francisco ³²⁴	?	?	TT, <i>OFM, Província dos Algarves</i> , liv. 22, fl. 344
1607-1609	Batista da Assunção	?	?	<i>Ibidem.</i>
1609	Catarina de São Francisco	?	?	PT/AHMALCS/CMALCS /CNSA/03/001
1613-1615	Maria da Graça	Batista da Assunção	?	TT, <i>MCO/OS/CP</i> , liv. 52, fl. 8; TT, <i>OFM, P. Algarves</i> , lv. 22, fls. 344-345.
1618	Batista da Assunção	Catarina dos Reis (Mestra da Ordem)	?	<i>Regra Urbanista</i> 1618, Ms. Most ^a de <i>Aracœli</i> .
1652	Luísa de Melo	?	?	Bibl. da Ajuda, DECRETA, 44-XIII-14, n ^o 83, fls. 82-83
a. 1654	-----	Maria da Apresentação ³²⁵	Maria da Apresentação	Diogo Barbosa Machado, <i>Bibliotheca Lusitana</i> , tomo III, 1752, p. 429.
1664	Madalena	?	?	AA, <i>CNSA</i> , 02/020
1676 julho	Catarina do Espírito Santo	Lourença de Santa Clara	?	ADS, liv. Notas n ^o 3, fls. 10-12
1676 ag. ¹⁰ 1677	Joana Batista	Filipa da Glória	?	TT, <i>TSO/IE</i> , proc. 8288 (s/fl. – quase no fim)
1680	Filipa de Santa Clara	Vicência da Cruz	?	ADS, Lv ^o Notas n ^o 3, fl. 80-82v
1681	Catarina da Anunciada	Isabel da Visitação	Catarina dos Anjos	ADS, Lv ^o Notas n ^o 3, fl. 167v-169; 173v; 205-205; e 221v
1684	Joana Batista ³²⁶	?	?	TT, <i>TSO/IE</i> , proc ^o 1902 (fólio final)
1688	Joana Batista	Isabel da Santíssima Trindade	?	TT, <i>TSO/IE</i> , proc ^o 8288, s/n, (quase /fim)
1690-1692	Clara do Sacramento	Joana Batista (?)	Catarina dos Anjos	AA, liv. 03/001, fl. 5v [c. a. liv. <i>Orden.</i> 91]; ADS, liv. Notas n ^o 5
1693-1695	Simoa de São Francisco	Joana Batista	Catarina da Trindade	<i>Ibidem.</i> , fl. 9v e Arq. Paróq. Alcácer, cx. 67
1695-1697	Mariana Josefa da Apresentação	Joana Batista (?)	Catarina da Trindade	AA, <i>CNSA</i> , liv. 03/001, fls 14-14v e 15-15v e 16
1697-1699-1-18	Joana Batista ³²⁷	Clara do Sacramento	Ana Maria Batista	AA, (c. a.) liv. 95, fls. 30v, 42v, 106v, 118, 119-119v
1699-2-14 1701-12-11	Catarina da Graça	Clara do Sacramento	Ana Maria Batista	AA, (c. a.) liv. 95 ³²⁸

³²⁴ Foi abadessa em *Aracœli*, antes mesmo de ter a idade regulamentada para o efeito, pela boa consideração que tinham dela. Em 1609 foi nomeada para fundar o Mosteiro de Santa Clara de Moura. Agradeço esta última informação a Marisa Veiga que estuda o Mosteiro de Santa Clara de Moura.

³²⁵ Foi Mestra da Ordem, Vigária do coro e Escrivã do Convento. Morreu em 1564, com fama de santa.

³²⁶ Em 20/2/1684, nas diligências do Tribunal do Santo Ofício de Évora, o Comissário e o Padre Manuel Martins, escrivão, apresentaram-se na grade do Convento de *Aracœli* com certidões para a Abadessa Soror Joana Baptista sobre Soror Violante de S. Francisco que ficou só com a pena de privação de voz ativa.

³²⁷ Já tinha morrido em 18-1-1699, começando a governar como “Presidenta” Soror Catarina da Graça de 18 de janeiro de 1699 até 14 de fevereiro do mesmo ano, quando foi eleita abadessa.

³²⁸ Depois da folha de rosto, regista-se: Livro das Contas do tempo da Rev^a Madre Soror Catarina da Graça que entrou por presidenta em 18 de janeiro de 1699 e foi eleita em Abadessa deste Convento em 14-02-1699. É a única vez que é referido o termo “Prezidenta”. O fim do seu abadessado foi em 11 dez^o de 1701.

1702-1704	Clara Sacramento	Catarina da Graça	Ana Maria Batista	<i>Ibidem</i> , fl. 120v ³²⁹
1704-1707	Leonor Maria da Trindade ³³⁰	Filipa da Madre de Deus	Maria Batista da Conceição	AA, CNSA, liv. 03/001, fls. 17 e 18v; AA, (c.a.) liv. 96.
1707-12-12 1710-11-18	Catarina da Graça	Mariana Josefa da Apresentação	Maria Batista da Conceição	AA, CNSA, liv. 03/001, fls. 21v, 24-24v e 27-27v; AA, liv. 97, fls. 9, 23v.
1710-1713	Catarina do Monte Sinai	Antónia Luísa de Santo Agostinho	Micaela Maria das Saudades	AA, CNSA, liv. 03/001, fls. 28-28v, 31, 33v, 35-36; AA, liv. 97, fls 94 e 173
1714-1716	Catarina da Trindade	?	Francisca Teresa Xavier	AA, CNSA, liv. 03/001, fls. 28v, 36v, 41, 44
1716-1719	Maria Teresa da Conceição	?	Antónia Maria da Encarnação	<i>Ibidem</i> , fls. 48, 50, 54v
1720-1722	Maria Teresa da Conceição	?	Antónia Maria da Encarnação	Arq. Distrital de Évora, cx 1, doc. 2.
1722-12-5 1725-11-25	Catarina do Monte Sinai	Micaela Maria das Saudades	Francisca Micaela de Santa Teresa	AA, (c.a.) 97/A3, fls. 5v, 16v, 142
1725-1728	Maria Batista da Conceição	Mariana Josefa da Apresentação	Antónia M ^a da Encarnação	<i>Ibidem</i> , fls. 177v-178 Arq. Dist. Évora, cx. 1, doc. 5
1729-1-13 1732-1-13	Josefa Caetana de Santo António ³³¹	Catarina do Monte Sinai	Teresa Micaela de S. José	TT, OFM, Prov. Alg., mc. 101, docs. 12, 16 e 43; AA, CNA, liv. 03/001, fls. 60-60v.
1732-1-14 1735-1-15	Catarina do Deserto	Catarina Inácia da Anunciada	Andreza Peregrina da Glória	AA, (cota antiga) liv. 98, fl. 9v.
1735-1-15 1738-1-20	Catarina Inácia da Anunciada	Antónia Maria da Encarnação	Andreza Peregrina da Glória	AA, (c. antiga), liv. 99 fl.16.
1738-1-24 1741-1-24	Antónia da Encarnação	Caetana Maria Alberta	Brites Guiomar das Brotas	AA, (c. antiga), liv. 100 fl. 8
1741-1-24 1744-1-24	Caetana Maria Alberta	Josefa Caetana de Santo António	Brites Guiomar das Brotas	AA, (c. antiga). liv. 101, fl. 8v
1744-1-24 1747-1-26	Catarina Inácia da Anunciada	Josefa Caetana de Santo António	Andreza Peregrina da Glória	AA, (c. a.) liv. 102. fl. 11v
1747-1-26 1750-1-26	Brites Guiomar das Brotas	Francisca Josefa do Menino Jesus	Margarida Angélica da Degolação	AA, (c. antiga) liv. 103, fl. 5v
1750-1-26 1753-1-28	Francisca Josefa do Menino Jesus	Caetana Maria Alberta	Cândida Maurícia do Céu	AA, (c. a.) liv. 104, fl. 11v
1753-1-26 1756-1-27	Brites Guiomar das Brotas	Caetana Maria Alberta	Margarida Angélica da Degolação	AA, (c. a.) liv. 105, fls. 5v-6.
1756-1-30 1759-1-30	Brites Maria da Apresentação	Margarida Angélica da Degolação	Cecília Francisca Xavier	AA, liv. 01/013, 8v [c. antiga liv. 106.
1759-1-29 1762-1-29	Margarida Angélica da Degolação	Brites Guiomar das Brotas	Teresa Rita da Graça	AA, (c. antiga) liv. 107, fl. 4v

³²⁹ Falta o livro/contas do triénio da ab^a Clara do Sacramento. A sua assinatura como Abadessa, a da escriturã e da vigária surgem na aprovação de contas do governo anterior. Cf. AA, (c.a.) liv. 95, fl. 120v (nov^o 1702). No entanto, apareceu no espólio *Aracoeli* resultante das escavações feitas nos anos noventa do séc. XX, dois fragmentos de pratos com o nome de Trindade, Abadessa, 1702, o que parece estranho, dado que a Abadessa Trindade só governa a partir de 1704. Ver Catarina Sofia Delgado Parreira, *A Fainça Portuguesa do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli (Alcácer do Sal)*, Dissert. de Mestrado apresentada em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019, p. 70. A Madre Leonor Maria da Trindade só começa o seu abadessado em 15 de dezembro de 1704. Ver AA, (c.a.) liv. 96.

³³⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 150 (1705): Ab^a Soror Leonor M^a da Trindade - fl. 99, dez^o 1707: “que Deus tem”.

³³¹ Terminou funções a 13-01-1732. Não nos chegou o livro de contas, mas as mesmas foram aprovadas em 25-04-1733 por Frei Diogo da Mãe de Deus mandatado por Frei António da Purificação ministro Provincial. Ver TT, *Ordem dos Frades menores, P. dos Algarves*, mc. 101, doc. 16.

1762-1-30 1765-1-29	Catarina Filipa da Anunciação	Brites Guiomar das Brotas	Rosa Angélica de Jesus Maria	AA, (c.a) liv. 108, fls. 7-7v
1765-1-29 1765-5-12	Margarida Angélica da Degolação ³³²	Rosa Isabel da Madalena	Joaquina Teresa de S. José	AA, (c. antiga) liv. 109, fl. 1
1765-5-13 1768-5-22	Catarina Tomásia do Sacramento	Rosa Isabel da Madalena	Joaquina Teresa de S. José	AA, (c. antiga) liv. 109, fl. 10
1768-5-23 1771-5-23	Catarina Felipa da Anunciação	Cecília Francisca Xavier	Rosa Angélica de Jesus Maria	AA, (c. antiga) liv. 110, fl. 8v
1771-5-24 1774-5-24	Rosa Isabel da Madalena	Andreza Peregrina da Glória	Ana Peregrina de S. José	AA, (c. a.) liv. 111, fls. 7-7v
1774-5-25 1777-5-23	Francisca Clara de Assis ³³³	Cecília Francisca Xavier	Joaquina Teresa de S. José	AA, (c. antiga) liv. 112, fl. 6v
1777-5-24 1779-abril	Filipa Josefa da Madre de Deus ³³⁴	Cecília Francisca Xavier	Joaquina Teresa de S. José	AA, (c. antiga) liv. 113, fl. 7
1779-5-8 1782-1-14	Cecília Francisca Xavier	Rosa Isabel da Madalena	Ludovina de Santa Rosa	AA, liv. 01/021, fl. 6v [c. antiga liv. 114]
1782-1-14 1785-1-14	Francisca Clara de Assis ³³⁵	Soror Teresa Rita da Graça	Joaquina Teresa de S. José	AA, (c. antiga), liv. 115, fl. 7
1785-1-14 1788-1-14	Arcângela Engrácia de S. Bernardo	Rosa Isabel da Madalena	Maurícia Clara das Mercês (morreu em jan ^o 1787) ³³⁶	AA, (c. antiga) liv. 116 fl. 6
1788-1-14 1791-1-	Francisca Clara de Assis ³³⁷	Arcângela Engrácia de S. Bernardo	Joaquina Teresa de S. José	AA, [c. antiga] liv.112 - 2 ^a pte, fl. 129v
1791- 1794	Francisca Clara de Assis ³³⁸	Arcângela Engrácia de S. Berna ^{o339}	Joaquina Teresa de S. José	AA, (c. antiga) liv. 117, fl. 5
1794- 1797	Francisca Clara de Assis ³⁴⁰	Arcângela Engrácia de S. Bernardo	Joaquina Teresa de S. José	³⁴¹
1797- 1800	Francisca Clara de Assis ³⁴²	(?)	Joaquina Teresa de S. José	³⁴³
1800- 1801	Francisca Clara de Assis ³⁴⁴	(?) ³⁴⁵	Joaquina Teresa de S. José	AA, (c. antiga) liv. 118, título, fl. 5 e outros
1801-1-20 1804-fev ^o	Josefa Ludovina de Santa Rosa	(?)	Felizarda Rosa de S. José	AA, (c. antiga) liv. 119, folha do título e outras
1804-2-27 1807-3-15	Joana Felizarda de Santo Tomás	(?)	Maria Vitória de Assis Ferreira	AA, (c. antiga) liv. 120, folha do título e outras
1807- 1810	Joana Felizarda de Santo Tomás ³⁴⁶	(?)	Maria Vitória de Assis Ferreira	AA (c. antiga) liv. 120, fl. 90

³³² O 2º triénio da abadessa Margarida da Degolação foi de 29-01-1765 à sua morte em 12-05-1765.

³³³ É o 1º triénio desta abadessa.

³³⁴ Morreu março/abril 1779. AA, (c.a.) liv. 113, fl. 47: “30 Missas p/ Alma da M^e Soror Filipa 3.800 réis; fl. 37 (20-8-1779): “fiz contas como escritã que fui da R. M. Abadessa Soror Filipa da Madre de Deus”.

³³⁵ Segundo triénio desta abadessa.

³³⁶ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 48 (jan.^o 1787): 3 trintários de missas pelas almas... de M^e Maurícia Clara e p/ quem abriu as sepulturas e cal p/ as mesmas, 14.310 réis. Até ao fim do triénio, ninguém assinam c^o escritã.

³³⁷ Terceiro triénio desta abadessa.

³³⁸ “Por hum Breve Appostolico do Senhor Nuncio com faculdade Regis”, obtido a instância da Comunidade do Convento de *Aracoeli*, foi reeleita Abadessa pela quarta vez com todos os votos.

³³⁹ AA, CNSA, 02/048, fl. 5.

³⁴⁰ Quinto triénio desta abadessa.

³⁴¹ Não apareceu o livro de contas deste triénio.

³⁴² Sexto triénio desta abadessa.

³⁴³ Não apareceu o livro de contas deste triénio.

³⁴⁴ Sétimo triénio desta abadessa.

³⁴⁵ Nos livros, a partir desta data e até as voltarmos a referir, não surge o nome de nenhuma vigária.

³⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 90 (abril 1809): “por comissão do M. R. Frei António dos Remédios [...] Ministro Provincial desta Província dos Algarves viemos a N^a S^a de *Aracoeli* de Alcácer em que [...] se acha por Abadessa a M. R. e Respeitável M^{adre} Soror Joana Felizarda de Santo Tomás para levar a sentença das

1810-2-22 1813-2-19	Francisca Máxima do Coração de Maria	(?)	Mariana Leocádia Benedita ³⁴⁷	AA, (c. antiga) liv. 121, fl. 8
1813-2-20 1816-2-20	Francisca Máxima do Coração de Maria	(?)	Mariana Leocádia Benedita e M ^a José de Santa Ana	AA, (c. a.) livs. 122, fl. 1 e outros
1816-2-20 1819-3-6	Francisca Máxima do Coração de Maria	Felizarda Rosa de S. José	Ana Aurélia do Carmo	AA, (c. antiga) liv. 123 (1 ^a parte), fl. 6v e outros
1819-3-6 1822-3-6	Maria José de Santa Ana Batista ³⁴⁸	Ana Jacinta Castanheira	Maria Paula do Coração de Jesus	AA, CNSA, 02/057 e AA, (c.a.) liv. 124, fl. 3, 5v, 11v, 14, 18v, 21v, 23v, 26, 28, 32, 35, 41
1822-3-6 1825-3-5	Maria Vitória de Assis Ferreira	Felizarda Rosa de S. José	Felizarda Ludovina da Purificação Vidigal	AA, liv. 124. fls. 50, 51; liv. 125 (1 ^a pte), fl. 3 e AA, CNSA/02/063
1825-3-5 1828-3-4	Felizarda Rosa de S. José	Maria Vitória de Assis Ferreira	Felizarda Ludovina da Purificação Vidigal	AA (c.a.) liv. 127, fls. 1v-2, 4, 6v, 13, 20, 27, 34
1828-3-5 1831-3-5	Felizarda Rosa de S. José	Maria Vitória de Assis Ferreira	Felizarda Ludovina da Purificação Vidigal	AA, (c.a.) liv. 127, fls. 30-30v, 32-34, 35v, 37-38, 40, 41v, 48v
1831-3-5 1834-3-5	Maria Vitória de Assis Ferreira	Felizarda Rosa de S. José	Felizarda Ludovina da Purificação Vidigal ³⁴⁹	AA, (c.a.) liv. 125, (2 ^a parte) fls. 54, 89
1834-7-2 1835-4-?	Francisca Máxima Coração de M ^a ³⁵⁰	M ^a José de Santa Ana Batista	Francisca Máxima N. ^a S. ^a do Carmo	AA, (c.a.) liv. 128, fls. 2, 3v, 7 e (c.a.) e liv. 123 (2 ^a parte), fl. 97v
1835-7-? 1838	Francisca Máxima de N. ^a S. ^a do Carmo	Maria José de Santa Ana Batista	Soror Maria da Conceição de S. José	AA, (c.a.) liv. 128 ³⁵¹ fls. 9, 11v, 14v, 17, 18v, 23, 34, 37v, 41, 43,
1838- 1841	Francisca Máxima de N. ^a S. ^a do Carmo	Maria José de Santa Ana Batista	Maria da Conceição de S. José	AA, 01//034, fls. 45v, 49v, 52, 54, 62, 66, 68 [c. antiga liv. 128]

contas do seu primeiro abadessado”. Assina as contas como escritã Maria Vitória de Assis. Infere-se que como o 1^o governo foi de 1804-1807, abadessa e escritã terão continuado no 2^o governo de 1807-1810.

³⁴⁷ Exerceu o cargo de escritã até a out^o 1813, data em que faleceu, ainda tendo iniciado o novo mandato.

³⁴⁸ Na sentença das Contas (17-9-1822), cita-se que o governo desta abadessa foi de 9-3-1819 a 9-3-1822. Recebeu 2:755.124 réis e despendeu 1:923.658 réis, saldo a favor 831.466 réis. “Digna de todo o louvor; e que pelas críticas circunstâncias de tempos tão calamitosos lhe não foi possível praticar, vendo-se obrigada a lançar mão dos líquidos remanescentes de duas antecessoras para completa administração do seu governo. Para resolução da crise é aprovado um plano em fev.^o 1824, já c/ a abadessa Soror Mariana de Assis Ferreira. No Arq. Dist. Évora, Conv. de *Aracoeli*, há um breve e beneplácito régio concedidos à abadessa M^a José de Santa Ana, 00052 (1822-08-29/1822-10-27; *ibidem* a favor de M^{dre} Ana Jacinta Castanheira, vigária – 00051 (1822-10-31/1822-11-22) e em fev.^o de 1830, chegou 1 sentença apostólica p/ a M^{dre} Paula do Coração de Jesus, escritã de 1819-1822, estar fora 1 ano, p/razões de saúde - AA, liv. 125, fl. 86v.

³⁴⁹ Foi desterrada para o Mosteiro das Carmelitas de Évora, em fevereiro de 1834, por ter ideias liberais.

³⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 128: “nós abaixo assignadas e o nosso Padre Confessor, por acharmos os assentos da despesa e receita, tempo em que foi abadessa a falecida M^{dre} Francisca Máxima do Coração de Maria. A partir daí [abril 1835], cessam as assinaturas da abadessa. Em julho de 1835, referem-se despesas com uma Missa de Requiem, outra do Espírito Santo e o jantar da Eleição, o que pressupõe ter-se iniciado então o abadessado de Soror Francisca Máxima de N.^a S.^a do Carmo, escritã Soror M^a da Conceição de S. José e vigária Soror M^a José de Santa Ana. Na 2^a parte do (c.a.) liv. 123 registam-se também os dados do liv. 128.

³⁵¹ Tudo indica que os registos deste livro, embora referentes a um período anterior, foram só escritos em 1841. Cf. AA, (c.a.) liv. 128, fl. 96v: “Aos 26 dias do mês de janeiro de 1841, em Évora, na casa da nossa residência numerámos 96 folhas que todas vão rubricadas (bispo eleito de Beja). Abrange de 1834 a 1840.

1841-1-7 1844-8-30	Francisca Máxima de N. ^a S. ^a do Carmo	Maria José de Santa Ana Batista	Maria da Conceição de S. José ³⁵²	AA, (c.a.) liv. 129, fl. 2, 3v, 4v, 6, 8, 9, 10v, 12, 13v, 16
1844-9-12 1855-3-26	Ana José Adelaide do Coração de Maria ³⁵³	Felizarda Rosa de S. José ³⁵⁴ ; e Francisca Máxima de N. ^a Sr. ^a do Carmo	Maria Paula do Coração de Jesus ³⁵⁵ M. ^a da Conceição de S. José ³⁵⁶	AA, liv. 01/035, fl. 21v, 22, 25v, 26, 28, 29v, 30v, 34v, 35v, 38, 41, 44v [c.a. liv. 129], fl. 54
1855-4-? 1857-	Francisca Máxima de N. ^a S. ^a do Carmo ³⁵⁷	Ana José Adelaide do Coração de Maria	Maria da Conceição de S. José	AA, liv. 01/035 [c. a.129], fl. 120v e liv. 01/036 [c.a liv. 130]
1857-12-10 1862-jan. ^o	Ana José Adelaide do Coração de M. ^a	³⁵⁸ M. ^a da Conceição de S. José	Maria da Conceição de S. José	TT, M. ^o Faz. ^a , Cx. 1950, cap. 1, doc. 644 (1859)
1862-jan. ^o 1874-2-2	Maria da Conceição de S. José ³⁵⁹			AA, liv. 01/036 [c. antiga, liv. 130]

3.3.1.2. A Vigária

A vigária era a colaboradora mais próxima da abadessa e a sua conselheira privilegiada no campo espiritual e material. Tinha muita responsabilidade, pois substituí-a a prelada na sua ausência ou impedimento, presidindo aos atos comunitários. Se a Abadessa morresse durante o triénio ou pedisse renúncia e esta fosse aceite, cabia à vigária assumir o governo até à eleição e à nova abadessa iniciar as suas funções³⁶⁰.

Devia ser uma religiosa, diligente, grave, tendo a idade e as forças que lhe permitissem seguir a vida comunitária no coro, no refeitório e nas outras necessidades do convento. Tinha especial cuidado para que se guardasse silêncio a todas as horas, e zelava para que de noite as religiosas estivessem recolhidas no dormitório. Velava pelo fecho de todas as portas das várias zonas do mosteiro que faziam parte da clausura.

Era responsável pela limpeza de todo o espaço, dividia tarefas e fornecia o material necessário. Distribuía vassouras e outros instrumentos de trabalho,

³⁵² Assina como escritã até junho de 1844, AA, (a.c.) liv. 129 = 01/035, fl. 20.

³⁵³ Por não haver o n.^o de religiosas p/ eleição canónica, foi nomeada Abad.^a Ana José Adelaide. a) Manuel José Fernandes Cicauro, Évora, 30-8-1844, AA, CNSA, 03/004, fl. 88 e 01/035 (cota antiga liv. 129), fl. 24. Assina como abadessa até 26 de março de 1855 – 01/035 (c.a. liv. 129), fl. 123v

³⁵⁴ Assina pela última vez as contas em agosto de 1845, 01/035 (c.a. liv. 129), fl. 34v. Em setembro seguinte, passa a assinar como vigária Francisca Máxima do N.^a Sr.^a do Carmo, fl. 35.

³⁵⁵ Assina pela última vez como escritã em agosto de 1848 – 01/035 (c.a. liv. 129), fl. 64v.

³⁵⁶ Assina como escritã a partir de setembro de 1848 – *Ibidem*, fl. 65v.

³⁵⁷ A 1.^a assinat.^a no liv. 130 = 01/036, fl. 3 é de maio de 1855, mas como faltam os fls. 2 e 2v o seu governo terá início em abril/1855. No livro anterior, na confer.^a de contas assina em 14-07-1855 – AA, liv. 01/035 (c.a. liv. 129), fl. 123v e 03/004, fl. 89 (1857): Francisca Máxima N.^a Sr.^a do Carmo, c/ licença p/ estar fora.

³⁵⁸ Ver *ibidem*. Como Francisca Máxima de N.^a Sr.^a do Carmo, obtém licença p/ estar fora, a Abadessa passa a ser Ana José Adelaide do Coração de Maria e vigária e escritã M.^a da Conceição de S. José – cf. liv. 130 ou 01/036, fl. 36v; ver também AA, CNSA, 03/004, fl. 89 (cópia) em que Sua Ex.^a ordena seja nomeada Abad.^a Soror D. Ana José Adelaide. Grade do Coro de Baixo de Aracoeli d' Alcácer do Sal, 1857-10-12.

³⁵⁹ AA, (a.c.) liv. 130, fl. 84v (jan.^o 1862): morte da abad.^a Ana José Adelaide. Não assinava desde 1861.

³⁶⁰ Ver, como exemplo: AA, (c.a.) liv. 98, fl. 229, na sentença das contas refere-se que o governo de Catarina do Deserto “principiou em 14-01-1732, entrando 4 dias antecedentes que a R. Madre Vigária presidiu”.

providenciava para que todas as semanas as religiosas varressem as áreas principais do convento, as noviças e as cantoras com a sua mestra, limpassem e asseassem as oficinas e o resto da zona conventual³⁶¹.

Neste cenóbio, várias vezes uma mesma vigária foi escolhida para o cargo e antigas abadessas passaram a ser vigárias num outro triénio (consulte-se o quadro 5).

3.3.1.3. As Discretas

Como referimos, a abadessa era assessorada por um conselho de Discretas, cujo número podia oscilar consoante a dimensão da comunidade. Parece nunca ter sido inferior a quatro, exceto perto do fim. Muitas delas tinham sido antigas abadessas, ou desempenharam outros cargos importantes na comunidade (vigárias ou mestras de noviças, por exemplo), eram, por isso, religiosas de reconhecida idoneidade, conhecedoras e experientes, que zelavam pelo cumprimento da Regra e dos costumes do Mosteiro. Ajudavam na administração das coisas do temporal e no cuidado e vigilância do espiritual. A normativa exigia o seu regular assentimento para as principais decisões a tomar pela abadessa e, que depois, eram sujeitas à apreciação de toda a comunidade³⁶².

3.3.1.4. A Escrivã

A escritvã estava encarregue de redigir vários documentos para a comunidade. Desde logo, competia-lhe elaborar o livro de receitas e despesas do mosteiro. Nele registava todos os gastos feitos: em víveres, em obras, no amanho das salinas, no arranjo dos moinhos, em remédios, nos ordenados do confessor, capelão, sacristão, carreiro, moço da portaria, veleira, lavadeira, criadas, procurador e outros. Anotava a despesa em missas e em cera; em vestuário e calçado; no transporte dos produtos e nas esmolas dadas. Registava também o conjunto das receitas, fossem as rendas das propriedades rústicas ou urbanas, os dotes das noviças, os juros do capital, as vendas de produtos ou de propriedades, as esmolas recebidas e outras parcelas, incluindo as miunças, pagas em géneros ou em dinheiro.

A par do livro de contas, a escritvã devia ainda ter ainda mais livros: para registar a entrada das noviças, as religiosas que professavam, os óbitos e as patentes franciscanas.

³⁶¹ *Constituições Gerais*, cap. X, pp. 55-56.

³⁶² Cf. *ibidem*, cap. X, pp. 54-55.

Embora alguns destes livros não tenham chegado até nós, existem referências nos livros de receita e despesa e nos inventários realizados aquando da extinção do convento. As escritãs, tal como referimos no capítulo das fontes, podiam também redigir registos memorialísticos, como foi o caso das “*Notícias das Religiosas [...]*”, em 1654³⁶³.

Os livros de contas registam a compra de outros livros para diferentes fins³⁶⁴; resmas de papel, desde as de melhor qualidade, como as *de Luca*, às de inferior qualidade e as denominadas “mãos” de papel³⁶⁵; e tinta e pintas³⁶⁶. A gestão da casa exigia também a compra de cartas e selos de correio³⁶⁷, bem como de papel selado e mais uma série de despesas relativas ao funcionamento do cartório³⁶⁸.

A escritã era responsável pelo cartório ou arquivo do convento aonde se guardavam as escrituras da fundação, padroados, capelanias, arrendamentos e outros documentos. Registava, arquivava e cuidava de toda a escrita, cabendo-lhe procurar a escritura, a carta ou qualquer outra fonte necessária para fazer prova. Nenhum documento poderia sair, a não ser para conferência nas grades. Só em casos muito excepcionais, o procurador, o advogado ou o letrado poderiam levá-lo para fazer prova em tribunal. Neste caso, era obrigatório ficar um recibo assinado e o notário passar uma cópia autenticada. De toda a carta ou ofício enviado, para fora, tinha que ficar aí guardada uma cópia³⁶⁹.

Todos os registos eram feitos em articulação com a abadessa, o conselho das discretas e o capítulo conventual a quem competia a gestão e administração dos bens. As contas tinham que ser auditadas e aprovadas. Geralmente, a certificação da receita e da despesa dos três anos do governo da abadessa, ocorria, já no início do triénio da prelada seguinte. Os franciscanos, destacados para a fiscalização das contas, elogiaram frequentemente as contas dos triénios que acabavam de examinar, mas também chamavam a atenção para alguns erros e lapsos que obrigavam a corrigir. Em épocas de crise económica, os livros de contas incluem transcritas as decisões do capítulo

³⁶³ Diogo Barbosa Machado, *ob. cit.*, p. 429, citado como M.S. 4.

³⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 5v (1699): 1 livro p/ as contas da comunidade e..., 750 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 32v (1748): livro das Actas e Patentes, 600 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 12v (1823): 1 livro de contas, 3.000 réis.

³⁶⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12 (1699) e fl. 38v (1700): 3 resmas de papel, 2.550 e 2.700 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 13 (1753): 7 resmas, 7.350 réis; (c.a.) liv. 114, fl. 4v (1779): 1 resma de papel de Luca 1.200 réis e fl. 60v (1781): meia resma de papel de Luca 650 réis e meia resma de papel inferior, 350 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 11 (1810): “meia resma de papel azulado na forma de ley”, 4.000 réis e meia de branco, 2.300 réis; fl. 46 (1811): 2.000 réis. Liv. 95, fl. 5v (1699); 17 mãos de papel, 750 réis e fl. 30 (1700): “hua mão de papel” p/ o capelão, 60 réis; liv. 121, fl. 43 (1811): mão e meia de papel de escrever e 3 folhas de selado, 690 réis.

³⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 2 (jan/fev. 1699): “hu maço de penas”, 50 réis; meia canada de tinta, 100 réis.

³⁶⁷ AA, (c.a.) iv. 121, fl. 45; liv. 117, fls. 45e 46v (maio e junho de 1793).

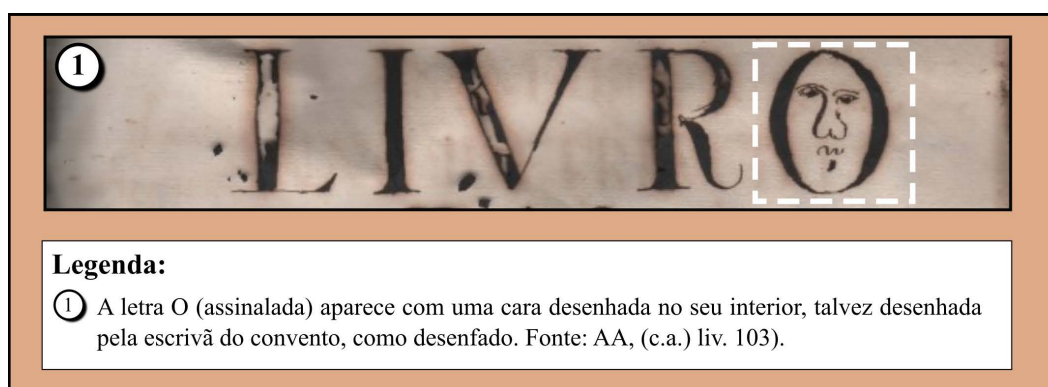
³⁶⁸ *Ibidem.* AA, liv. 121, fl. 43 (1811), entre outros; liv. 117, fl. 42 (1793): “huma resma de papel”, 1.200, fl. 45 (1793): “duas certidoins q se tirarão do Tombo para hum requerimento”, 1.480 réis.

³⁶⁹ *Constituiçoens Gerais, ob. cit.*, Cap. XIX, p. 139.

conventual, referentes a renegociação de dívidas, hipotecas, cativações de colheitas, negócios extra de madeira, vendas de propriedades e gasto autorizado do dinheiro de alguns dotes. Em 1824, para conter o desequilíbrio económico, foi gizado com o superior franciscano um plano de gestão das despesas.

Dadas as funções que exercia, a escritvã devia apresentar um bom domínio da escrita e do cálculo, o que não significava que não pudesse cometer erros³⁷⁰. Algumas escritvãs revelavam ter competências artísticas, pois os livros de contas aparecem decorados. A experiência também parece ser um critério tido em conta na sua escolha, uma vez que encontramos algumas religiosas a exercer essa função durante vários triénios consecutivos (ver o quadro 5).

Figura nº 4: Frontispício do livro de contas de 1747-1750.



Não será despidiendo considerar que a capacidade de organização também fosse tida em conta no momento de escolher a escritvã, uma vez que lhes cabia gerir o cartório do mosteiro. No entanto, o ofício da escrita e da conservação dos documentos devia ser, por vezes, cansativo e monótono, levando algumas a fazer desenhos como desenhado nos livros de contas, como revela a figura nº 4 aqui inserida.

3.3.2. Outros cargos ou ofícios na comunidade

A documentação disponível, para além das informações sobre os cargos de abadessa, vigária e escritvã, como já vimos, é bastante parca em informações sobre os restantes cargos e ofícios existentes, com vista ao regular funcionamento da comunidade e à vigilância exigida para o cumprimento da disciplina conventual. Por isso, reveste-se

³⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 127, fl. 1 e fl. 3, corrige-se o gasto para 40.000 réis, em vez dos 36.800” réis registados.

de particular importância o registo lavrado, em maio de 1774, por ocasião da eleição da Abadessa Soror Francisca Clara de Assis, no qual figuram os nomes e os cargos das religiosas recém-eleitas. Eis a lista:

Abadessa - Soror Francisca Clara de Assis
Vigária da Casa - Cecília Francisca Xavier
Escrivã - Soror Joaquina Teresa de S. José;
Mestra da Ordem - Soror Andreza Peregrina;
Vigária do Coro - Soror Joana Umbelina;
Mestra das Confissões - Teresa Rita;
Sacristã - Soror Maria Gertrudes;
Port.^{as} Porta Regular. Maior: Soror Genoveva Rosa e Menor: Soror Helena Teresa
Escutas: Soror Ana Joaquina e Soror Francisca Inácia;
Rodeiras Maior: Soror Rosa Isabel da Madalena e Menor: Soror Rosa Angélica;
Escutas: Soror Rosa Narcisa e Soror Ana Vitorina;
Enfermeira: Soror Antónia Angélica;
Refeitoreira: Soror Cândida Maurícia;
Escutas da Grade Velha: Soror Luísa Feliciano e Soror Maria Perpétua;
Escutas da Grade Nova: Soror Mariana Josefa e Soror Ana Josefa;
Provisora: Soror Teresa Rita;
Celeireira: Soror Ana Vitorina;
Guardas do silêncio - do dormitório da Capelinha - a própria Abadessa Soror Francisca Clara de Assis e do dormitório de S. João - Soror Catarina Tomásia³⁷¹.

No registo da eleição de oficiais, em 5 de março de 1825, no 1º ano do 1º triénio de Abadessa Felizarda Rosa de S. José aparecem os mesmos cargos, embora surja apenas uma “Guarda do Silêncio” e se registre uma “Madre Depositária”³⁷² em vez da Tesoureira.

3.3.2.1. A Mestra de noviças

A Mestra de noviças era escolhida pela abadessa e pelas discretas do mosteiro. Devia ser uma religiosa, devota, grave, virtuosa, prudente, serena, mas entusiasta e cheia de zelo, pois tinha nas mãos o futuro da comunidade. Ensinaria os principais passos no aprofundar da vida espiritual de uma mulher consagrada, não só pelas páginas da Regra e demais normas, mas sobretudo pelo seu exemplo.

Tinha que gozar de boa saúde e força para poder desempenhar uma tarefa tão exigente perante jovens, cheias de energia, a quem tinha de orientar a refrear os impulsos do corpo e do espírito. Ensinar a vigiar os pensamentos, a conter os anseios do mundo e as saudades da família, para mergulhar numa vida de entrega, obediência, desprendimento e penitência, até se tornar “uma esposa de Cristo”.

³⁷¹ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves, Conv. de Aracoeli de Alcácer do Sal*, mc. 101, doc. 52 (1774-05-22).

³⁷² ANTT, *OFM, Província dos Algarves, Província*, mc. 82 “documentos vários”. Foi a única menção que encontramos ao ofício de “depositária” - exerceria as funções de responsável pela guarda de qualquer valor pertencente a alguma religiosa em nome do Convento. Na restante documentação aparece “tesoureira”.

Acompanhava todas as atividades das noviças, acostumando-as na lição, na meditação e a guardar os jejuns e penitências. Era uma espécie de “galinha” que abrigava debaixo do calor das suas asas estas “filhas”, como se fossem pintainhos, preparando-as para serem as religiosas do futuro, pois, muito embora, vivessem já em clausura, estavam a ser formadas e ainda protegidas no casulo do noviciado.

Os visitantes recomendavam que não devia haver interferências exteriores ao trabalho da Mestra de noviças, proibindo que nenhuma religiosa da comunidade, embora fosse parente chegada de uma qualquer noviça, não podia visitar o noviciado, meter-se com ela ou fazer observações ao modo como a mestra orientava a sua aprendizagem.

Cabia à Mestra ensinar às noviças as normas da Regra Urbanista, as Constituições o Ofício Divino, mas também a serem humildes, desprendidas, não temendo, antes procurando, a anulação e a obediência às superiores, respeitando o silêncio e a vida de mortificação imposta³⁷³. Para poderem professar tinham que passar pelo crivo da sua aprovação, antes do próprio capítulo se pronunciar.

3.3.2.2. A Vigária do Coro

A vigária do coro, para além de conhecimentos de música, deveria saber latim, língua litúrgica na época, ensinava *cantochão* em “lições” diárias às religiosas do coro³⁷⁴. Competia-lhe promover um clima de silêncio no coro para motivar, ensinar, ensaiar e dirigir o grupo de coristas e tangedoras para que o Ofício Divino fosse bem tocado, cantado com devoção e com as vozes afinadas como se fosse uma só. Para obter este resultado a Madre Vigária poderia até ter uma batuta de regência de cantochão³⁷⁵. Escrevia numa tábua a habitual distribuição dos serviços no coro, procurando o melhor resultado para louvor de Deus e da Virgem, mas devia fazê-lo com equidade. Também escolhia e orientava a leitora e o que se lia no Refeitório e na Casa de Labor, seguindo as orientações dos visitantes, dos dois frades franciscanos aí destacados e da abadessa.

Teria que preparar e cuidar com a perfeição possível as cerimónias do calendário litúrgico, sobretudo as das festas mais solenes e também as que o casal fundador e outros

³⁷³ *Constituições Gerais, ob. cit.*, cap. I, p. 702. De 1813 a 1817, foi mestra de noviças Felizarda Rosa de S. José. Em 1827 e 1828, desempenhou este serviço Francisca Máxima do Coração de Maria.

³⁷⁴ É o que refere para o ramo masculino Henrique Pinto Rema “A música na Província Franciscana dos Algarves”, in *Itinerarium*, Ano LX, nº 209, 2014, p. 538, onde cita a legislação seguida.

³⁷⁵ Peça que Elisa Lessa refere ter encontrado no Inventário Geral do Mosteiro de Santa Clara de Guimarães. Ver “Conventos de Religiosas Franciscanas em Braga: Pompa, Cerimonial e actividade musical quotidiana (séculos XVII a XIX), in *Itinerarium*, Ano LX, nº 209, 2014, p. 549

benfeitores haviam acordado com a comunidade³⁷⁶. Assim, para que tudo saísse espiritualmente primoroso, era-lhe exigido, assim como ao grupo de religiosas coristas e tangedoras que dirigia, muita responsabilidade e muitas horas de ensaio.

3.3.2.3. A Madre das Confissões e a Sacristã

À Madre das Confissões cabia velar pelo cumprimento na comunidade do sacramento da penitência. As religiosas deveriam confessar-se, ao menos, uma vez por mês. É natural esta Madre estivesse também atenta a quem poderia receber a comunhão.

Quanto à sacristã superentendia no que dizia respeito ao cuidado, ornamentos e organização do quotidiano da igreja. Era responsável pela conservação e asseio dos paramentos que mudavam de acordo com o calendário litúrgico, assim como pelas vestes das imagens da Virgem, do Menino Jesus e dos Santos. Substituía e mandava limpar as toalhas de altar, as toalhas de mãos, manustérgios, sanguíneos, sobrepelizes, véus de cálices e de sacrário, panos de armar, as alfaias, os candelabros, as velas de cera e a decoração relativa à igreja e ao culto. Era uma das raras religiosas que poderia falar na grade do coro baixo, mas *as palavras somente necessárias para o ministério da Igreja*³⁷⁷.

Era ajudada pela moça do sino. E o seu trabalho era complementado pelo sacristão (ou donato) que desempenhava a sua função na parte da igreja que ficava fora da clausura e na sacristia, em relação e de acordo com as ordens do confessor e do capelão.

Conhecemos apenas o nome de Teresa Rita que em 1774 era Madre das Confissões e Soror Maria Gertrudes que, na mesma data, exercia as funções de sacristã³⁷⁸.

3.3.2.4. As Porteiras da Porta Regular

Havia no mosteiro, pelo menos, duas porteiras - a Maior e a Menor - escolhidas entre as religiosas mais antigas e virtuosas. Nenhuma deveria abrir a porta regular, sem autorização da abadessa e sem estarem presentes todas as porteiras. Não poderiam dar as chaves a outras religiosas, sob pena de privação do cargo. Depois de anoitecer, só em casos muito excepcionais se poderia abrir esta porta, como era o agravar do estado de uma doente. A abadessa e as madres porteiras precisavam da assistência do capelão ou do

³⁷⁶Regra, *cap. X*, pp. 62-63.

³⁷⁷ AA, CNSA, 03/001, fls. 25-25v (1709); fl. 55v (1720) e fl. 61v (1721): “Nenhuma religiosa fale na grade da igreja [...], exceptuando [...] as preladadas, vigária do coro, Madre das Confissões e Sacristã”.

³⁷⁸ ANTT, OFM, *Prov. Algarves, Conv. de Aracoeli de Alcácer do Sal*, maço 101, doc. 52 (1774-05-25).

confessor para abrir a porta de fora e deixar entrar na clausura o médico, o cirurgião ou o sangrador que aí fosse em emergência. As madres porteiras, com os véus lançados sobre o rosto, acompanhavam-nos, não se apartando nunca deles, nem deixando que nenhuma das religiosas, por pretexto algum, deixasse de os acompanhar. Se alguma o fizesse, teria que dizer a culpa à mesa e a madre abadessa castigá-la-ia com rigor³⁷⁹.

3.3.2.5. As Rodeiras e as escutas

As Constituições Gerais de 1639 atribuem às Irmãs Rodeiras a missão de responder na roda a quem fosse falar com as religiosas, dar e receber recados que seriam por elas transmitidos à abadessa e ao interior do mosteiro. Em consonância com a prelada, tinham a responsabilidade da correspondência que, fariam seguir externamente, e distribuir a recebida no interior claustral. Havia no mosteiro duas Religiosas Rodeiras – a Maior e a Menor. Estas tinham sob as suas ordens as Irmãs Escutas. Este ofício exigia a entrega deste serviço a religiosas maduras e devotas, pois implicava inteligência e finura no contacto com o exterior. A rodeira menor substituíria a rodeira maior na roda, quando esta necessitasse de se ausentar.

As madres escutas ouviam as conversas nos parlatórios. Determinava-se que deveriam acompanhar a religiosa convocada para falar com os seus parentes³⁸⁰. Era um cargo de muita responsabilidade e só entregue a religiosas com provas dadas quanto à fidelidade e ao cumprimento da Regra. No entanto, em 1688, em resposta a uma denúncia à Inquisição de Évora, a abadessa desvaloriza este ofício³⁸¹. Em geral, a “escutaria” revelava-se importante. Assim, em 1721, o visitador ordena às madres, deputadas para escutas, que em *nenhum instante falem à Escutaria [...] sob pena de excomunhão*³⁸².

3.3.2.6. As Guardas do Silêncio (dormitórios)

Era obrigatório, pelo menos, desde a construção do Dormitório Novo, a nomeação de duas “guardas do silêncio”, uma para cada um dos Dormitórios: o Velho (ou Dormitório da Capelinha) e o Novo (da Praça ou de S. João). Em 1774, citam como

³⁷⁹ AA, CNSA, 03/001, fl. 49 (dez.º 1716); *ibidem*, fl. 4v (out.º 1691).

³⁸⁰ *Ibidem*, fl. 10v (out.º 1694).

³⁸¹ ANTT, TSO/IE, proc. 8288 (12 fev.º 1688): a abadessa refere que lhe cabia sobretudo dar as roupas às lavadeiras e depois entregá-las lavadas às servas das religiosas.

³⁸² AA, CNSA/03/001, fl. 62v (out.º 1721).

guardas do silêncio: a própria Abadessa Soror Francisca Clara de Assis no da Capelinha e Soror Catarina Tomásia no dormitório de S. João³⁸³. Em 1825, já só foi eleita uma guarda do silêncio, certamente porque com menos religiosas, um só dormitório bastaria.

3.3.2.7. As Enfermeiras

No início do governo de cada abadessa, era escolhida uma religiosa para enfermeira que, sob o olhar atento da prelada, diligenciaria o tratamento das doentes. Era ajudada por uma moça de enfermaria, incluída no número das criadas da comunidade, recebendo um pouco mais, no tocante ao que era pago em cereal³⁸⁴.

À enfermeira exigia-se-lhe conhecimento, coragem, grande sentido dos outros e abnegação, pois as rondas e as noites mal dormidas seriam frequentes. Precisava de ser eficaz, velar pela limpeza, arejamento da enfermaria e pelo conforto das doentes. Era sua obrigação velar pela higiene destas doentes e estar atenta à mudança da roupa das camas (geralmente de linho) que deveria ser lavada à parte da roupa conventual.

Era sua obrigação dar resposta às necessidades. Prestar atenção à compostura das enfermas na visita do sacerdote e do médico, em que tinha que estar presente, a fim de os informar sobre o estado e sintomas da doente. Cabia-lhe também inteirar-se da terapêutica medicamentosa, dos curativos a efetuar (ventosas, clisteres, purgas, gargarejos)³⁸⁵, acompanhar os sangradores na aplicação das sangrias e das sanguessugas. Mantinha uma ligação estreita com a boticária.

A enfermeira trataria das feridas do corpo e estaria atenta ao aproximar da morte, diligenciando a vinda atempada do sacerdote para ministrar a unção dos doentes. Se pressentia iminente o desenlace, devia tocar uma campainha para que a comunidade acompanhasse a agonia da moribunda e lhe cantasse o Credo³⁸⁶.

Dos poucos nomes de religiosas, a servir no ofício da enfermaria, que emergiram da documentação, destacam-se o de Soror Cândida Maurícia em 1759, e o de Soror Antónia Angélica, que foi eleita para este cargo em maio de 1774³⁸⁷.

³⁸³ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves, Convento de Aracoelli*, maço 101, doc. 52 (1774, 25 de maio).

³⁸⁴ *ibidem*, mç. 101, doc.12 (1730) Bernarda M^a era moça da enfermaria; AA, (c.a.) liv. 105, fl. 84v: no fim de 1755, entrou uma moça da Enfermaria que não se nomeia; liv. 106, fl. 52v: Rosa Teresa, que se retirou do ofício da enfermaria e fl. 55 (1757-1758): Jerónima de S. José. AA, (c.a.) liv. 96, fl. 161 - a moça da enfermaria recebeu mais 1 alqueire de centeio (4 em vez de 3) “pelo trabalho que teve este ano [1707] com as doentes”; (c.a.) liv. 105, fl. 95v e 84v (1753 e 1755): Deu-se à Moça da Botica 500 réis e à moça da Enfermaria, que entrou de novo, 12 alqueires de trigo.

³⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 36 (1824): curativo das Religiosas, seg.º a folha da R. M^e Enfermeira, 2.340 réis.

³⁸⁶ *Constituições Gerais, ob. cit.*, cap. X, pp. 64-66.

³⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 96v (fim de 1749); TT, *OFM, Prov. dos Algarves, Aracæli*, mç. 101, doc. 52.

3.3.2.8. A Refeitoreira e a Provisora

A refeitoreira providenciava para que no refeitório tudo decorresse de acordo com a Regra. Era responsável pelo seu bom funcionamento em termos do silêncio, da leitura, da limpeza e da distribuição da comida. Todas as religiosas, mal soasse a campainha, deviam ir para o refeitório, entrando duas a duas, a tempo da bênção inicial proferida pela abadessa que presidia. A seguir, sentavam-se as antigas abadessas, conforme o tempo em que tinham sido eleitas, a vigária, a mestra de noviças, as abadessas que o tinham sido em outros mosteiros e todas as outras religiosas ocupavam os seus lugares, de acordo com as procedências e a ordem de antiguidade na tomada de hábito. Durante a refeição, uma freira lia no púlpito um texto sagrado, para saciar a alma, enquanto alimentavam o corpo. E, as religiosas tomavam o jantar e a ceia e, como pobres, deviam contentar-se “com o muito ou pouco que lhes dessem”. No fim, rezavam uma oração de ação de graças. Quando esta acabasse, iam “todas lavar a louça” e a refeitoreira devia fazer guardar silêncio às que nele ficassem, para evitar “conversação das religiosas”³⁸⁸.

Quanto ao número de refeições comunitárias e aos respetivos produtos e peças necessárias, a refeitoreira fazia a relação com a provisoro da cozinha. No tocante a quem lia e aos textos adequados, era sua interlocutora a Vigária que publicava estas tarefas numa tábua semanal. Cuidava dos objetos de serviço, quer os dos dias comuns quer os das refeições de festa: toalhas e guardanapos, pratos, travessas, tacinhas, especieiros, copos e talheres. Dispunha os cestinhos com o pão, o jarro da água, o sal, as especiarias, os molhos e tudo o que fosse necessário à refeição³⁸⁹.

Cabia à provisoro o abastecimento atempado dos alimentos e víveres necessários, em quantidade e qualidade, assim como os utensílios necessários para “que se cozinhe e guize” e reparta. Superintendia na cozinha e organizava não só as rações individuais como as refeições comunitárias comuns e as de festa, pois para além da programação das refeições, cabia-lhe ainda inspecionar o que se cozinhava, fosse em dias de peixe e de carne, fossem em períodos de jejum ou de abundância.

³⁸⁸ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. IV, pp. 89-91 e 125.

³⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 62 (1758) entraram na receita do Convento 6.400 réis pagos por M^{dre} M^a Perpétua “pello officio do refeitório”; TT, *OFM*, mc. 101, n^o 52 (1774-5-25): Soror Cândida Maurício era refeitoreira; (c.a.) liv. 103, fl. 43 (2^o quartel / 1748): recebeu-se da M^{dre} Antónia Jacinta pelos officios do Refeitório e Donato 50.000 réis e da M^{dre} Mariana Rosa 20.000 pelos officios do Refeitório e Enfermaria.

Tinha uma colaboração estreita com a celeireira que distribuía o “pão” aos membros da comunidade, dando mais cereal à provisorora do que às outras freiras, para a compensar pelo gasto que tinha com a louça da cozinha que se partia³⁹⁰. Era ajudada por serviçais, desde a criada da casa da carne, a da casa do peixe, mas sobretudo pela cozinheira que, com a sua orientação, tinha de planear previamente a ementa do mês ou da semana, incluindo os dias de jejum, os de carne, os dias das refeições comunitárias, a alimentação das doentes e dos que comiam no hospício e ainda as criadas e criados.

3.3.2.9. A Celeireira

A Madre Celeireira tinha um cargo de grande responsabilidade, pois detinha o controlo e vigilância sobre as provisões do celeiro³⁹¹. Aí se guardava: o trigo e outros cereais provenientes de rendas e foros das propriedades conventuais³⁹². Este ofício parece ter sido, quase sempre, desempenhado por uma religiosa conversa, embora não se tenha conseguido confirmação documental para todo o aro temporal, Tinha um rol onde constava quem, quando e quanto deveria pagar ao mosteiro e outro onde listava as quantidades que cada religiosa, médico, padre, criada ou criado recebia³⁹³. Supervisionava não só o recebimento como também a distribuição. Mas nesta, e, sobretudo na venda de cereal, só o poderia fazer com a ordem expressa da abadessa. Velava também para que os moleiros que detinham o aforamento dos moinhos de *Aracoeli*, cada mês, na data combinada, entregassem a farinha estipulada no contrato³⁹⁴.

Havia uma colaboração estreita entre a celeireira e a provisorora. Se o moinho avariava ou não havia moleiro, era certo que a farinha faltava no mosteiro e então a provisorora tinha que diligenciar a compra de farinha ou de pão. É o que verificamos em

³⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fls. 149, 161 e 160v (1705, 1707 e 1709): p/ a M^e Provisora Soror M^a Teresa p/ ajuda dos gastos da cozinha 4 alq. de centeio; (c.a.) liv. 97, fl. 149 (1708): despendeu-se c/ a m^e Provisora 3 alq. [centeio] p/ “ajuda dos gastos da loissa da Cozinha”; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 153, fl. 163 e 172 (1724-1725); (c.a.) liv. 101, fls. 158 e 168 (1741 e 1742): “Deu-se à Madre Provisora” 6 alq.; (c.a.) liv. 105, fls. 76, 81 e 85: por ano (26-1-1753 a 27-1-1756) recebeu a M^e Catarina Teresa, Provisora, 5 alq. de centeio/ano; (c.a.) liv. 117, fls. 105v, 110, 114v (1791, 1792 e 1793): Deu-se à M^{dre} Provisora 6 alq.; (c.a.) liv. 127, fl. 40 (1810): Deu-se à M^e Provisora 6 alq.

³⁹¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 159v (recibo 1707): [...] 3 moios e 6 alq., como consta do rol da Madre celeireira.

³⁹² AA, (c.a.) liv. 106, fl. 104v (Despesa do centeio e do milho 1756: Deu-se à Madre Provisora: 4 alqueires.

³⁹³ Em 1774-5-25, era celeireira Soror Ana Vitoriana. TT, *OFM*, mç. 101, 52.

³⁹⁴ As razões que aparecem para os moleiros não pagarem são: o moleiro ir-se embora; o moinho não funcionar por causa das cheias, quebradas ou outros cataclismos. Exemplo, AA, liv. 104, fl. 133 (receita 1750) - Paga este moinho do Arês 15 alq. de farinha de trigo por mês que fazem 180 alq. e se lhe deu de quebras 6 alq., em razão das cheias e de não moer alguns tempos, entrando para o celeiro, 174 alq.; fl. 146v (receita 1753): Paga este moinho de Arês mais 30 alq. de farinha de centeio, mas só entrou para o celeiro 12 alq., descontaram-lhe 18, por causa de uma quebrada.

abril de 1708, quando foi necessário comprar dois pães por dia para os padres, durante os 15 dias em que faltou o moleiro, e ainda mais 8 pães, para que a provisora com eles pudesse tapar as faltas. Esta situação repetiu-se algumas vezes³⁹⁵.

A celeireira comprava sacas ou alugáva-as para o transporte do cereal, e tinha que possuir madeixas de fiado e agulhas para as coser e fechar³⁹⁶. Cabia-lhe a gestão da receita e despesa do celeiro e, como se pode ver no abastecimento, havia gastos com o transporte, a guarda e a medição dos cereais. A título de exemplo, refere-se que em 1725 entraram no celeiro, entre trigo e farinha, 27 moios e dois alqueires e uma quarta; de centeio e farinha seis moios e trinta e três alqueires e meio; de cevada quarenta e oito alqueires³⁹⁷. E em 1732, recolheram no mesmo, um pouco mais de 32 moios de trigo em grão e farinha, de centeio mais de 8 moios e de cevada 28 alqueires e uma quarta³⁹⁸, mas nesse ano os gastos, excederam a quantidade recebida, exceto na cevada que se equilibraram.

Dependia em muito das condições da natureza que, ora produzia colheitas fartas ora diminutas. Às vezes, a receita e a despesa em cereais equilibravam-se; havia anos com excedentes e outros em que eram recorrentes as faltas. Na lista da madre celeireira figuravam os cereais a pagar ao mosteiro para distribuir aos membros da comunidade, para semear e dar em esmolas³⁹⁹, mas também os que saíam para pagar empréstimos e os que conseguiam vender para equilibrar as contas.

3.3.2.10. A Tesoureira ou Depositária

A tesoureira ou depositária⁴⁰⁰ era responsável por guardar “todo o dinheiro que se der e pertencer a cada religiosa”. Mais do que a pobreza comunitária pretendia-se, assim, garantir a pobreza individual. A normativa determinava que a tesoureira devia registar a quantia recebida por cada freira no “livro do depósito”⁴⁰¹, só podendo emprestá-lo com o

³⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 11 (1708): pão dos padres 960 réis e os 8 da Provisora 120 réis; fl. 14 (1708): um mês de pão p/ os padres, cozinha e p/ os padres que vieram na Ascensão e Pentecostes, 2.360 réis; fl.16 (1708): pão p/ os padres e p/ gasto da cozinha, por falta do moleiro, 1.760 réis; fl. 147v (1708): Despendeu-se com o pão dos padres 59 alq. (out.º 1707-dez.º 1708, tirando 3 meses que comeram pão da praça).

³⁹⁶AA, (c.a.) liv. 95, fl. 48 (setº 1700): 1 madeixa de cordel 40 réis e aluguer de 12 sacos p/ se ir buscar o pão 72 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 130, fl. 130v (setº 1725): aluguer das sacas 188 réis; fl. 131: 5 madeixas de fiado p/ se coserem e 2 agulhas 110 réis.

³⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 169v.

³⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 204.

³⁹⁹ *Ibidem*, fls. 173-173v (1725): “Derão a hũa obrigação da Comunidade” 5 alq. [centeio] e o mesmo de cevada; (c.a.) liv. 108, fl. 98v (1762): ao convento de St.º António de Alcácer deram 1 alq. de trigo.

⁴⁰⁰ Aparece designada assim uma única vez. TT, *OFM, Prov. Algarves, Prov.*, mc. 82, “documentos vários”.

⁴⁰¹ Ver o que a este respeito o que diz Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas Caeiro, *ob cit.*, vol. I, p. 301 com base nas *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. X, pp. 68-69.

consentimento da irmã que lho confiara e da abadessa. A Tesoureira surge, por vezes, citada, a propósito do trigo que recebia para os gastos do sepulcro, certamente porque teria que alimentar os homens que preparavam essa cerimónia em Sexta-Feira Santa⁴⁰².

3.3.3. As noviças

Depois do Concílio de Trento, ficou determinado que as jovens que pretendiam fazer do mosteiro um destino e entrar nele como noviças, quer por vocação e inclinação próprias, quer por estratégias sociais e familiares, tinham de tornar público o seu desejo de seguir a vida religiosa, antes de serem admitidas. A família deveria solicitar e obter um breve de autorização concedido pela hierarquia religiosa masculina⁴⁰³. Os religiosos franciscanos insistiam para que só fossem admitidas as noviças com breves ou patentes autorizadas. Por vezes, existiram dificuldades para obter esse documento de aceitação, sobretudo quando o número total de vagas estava preenchido. Neste caso, as candidatas poderiam entrar como "supranumerárias", justificando-se, como já vimos, por diferentes razões, entre as quais sobressaía o facto de possuírem uma boa voz para o canto e saberem tocar um instrumento⁴⁰⁴.

Proibia-se às abadessas prometer ou ajustar as admissões com os pais das jovens, porque não tinham poder para isso e o dote era taxado pelo definitório⁴⁰⁵. Mas, era recorrente a família pressionar junto do mosteiro, para que a sua parente ali entrasse, alegando, entre outras, as seguintes razões: a proximidade do lugar onde o núcleo familiar habitava; o prestígio de que o cenóbio gozava e estarem já nele tias, irmãs e primas. O facto de tantas vezes este item ser lembrado, leva-nos a concluir que as abadessas continuariam a interferir na admissão das candidatas, “negociando” com as famílias. Passou então a ser exigido que todos os documentos de entrada das candidatas figurassem

⁴⁰² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 148v (1705), fl. 154v (1706) e 160v (1707): p/ ajuda nos gastos do sepulcro deu-se às M^{es} Tesoureiras Soror Joana das Chagas, Francisca Micaela e Margarida Josefa do Sacramento: 2 alq. trigo; (c.a.) liv. 97, fl. 148 (1708): à M^e Tesoureira Soror Brites Maria de S. Francisco p/ ajuda dos gastos dos homens do Sepulcro, 2 alq.; fl. 159v (1709); fl. 170 (1710): “Despendeu-se com a madre tizoireira para ajuda dos gastos dos homens do sepulcro 2 alqueires”.

⁴⁰³ Tinham que ter o consentimento do Ministro da Província dos Algarves. Veja-se, como exemplo: TT, *OFM, Província dos Algarves*, mç. 101, docs. 18 e 20 (20-12-1733): licença apostólica p/ Antónia Jacinta Tomásia Xavier, de Alcácer, p/ ser freira supranumerária.

⁴⁰⁴ Exemplo: Antónia Josefa das Saudades entrou como supranumerária com a justificação de ser necessária para o coro, pagando o dote ordinário. Biblioteca do palácio da Ajuda, *Decreta*, 47-VIII, 18, fl. 508.

⁴⁰⁵ AA, *CNSA*, 03/001 fl. 4 (17-10-1691); fl. 60v (31-12-1720).

no cartório, para que “nenhuma noviça possa professar sem mandar novamente a patente com que entrou no noviciado ao prelado para novamente se confirmar”⁴⁰⁶.

Quando uma candidata possuía licença para ser admitida no mosteiro, a comunidade, reunida em capítulo, devia votar e aprovar a sua entrada, “em segredo com favas brancas e pretas”, simbolizando as brancas os votos favoráveis, pois a Regra recomendava que *a Abadessa não receba nenhũa pro sua própria autoridade, ao menos que o houtroquem todas as Irmãs, ou ao menos as duas partes dellas*⁴⁰⁷.

Todas as que forem recebidas dentro em a claustra [...] loguo deixem as vestiduras do mundo, e os cabelos serçeados (cortados). No início, deveriam mostrar-lhes as coisas mais duras e ásperas que teriam de aguentar no caminho para *yr a Deus [...] por amor*, para que mais tarde, não possam alegar ignorância⁴⁰⁸.

A cerimónia de entrada e tomada de hábito decorriam no Coro baixo da igreja⁴⁰⁹, junto à grade, na presença do bispo, do escrivão da Câmara Eclesiástica e de duas testemunhas, normalmente o capelão e o confessor. A postulante deixava as suas vestes e passava a usar um hábito com um véu branco⁴¹⁰. Para esta cerimónia, a família entregava um donativo, como apontam vários registos⁴¹¹. As noviças eram, em geral, jovens solteiras, que se entregavam a Cristo, renunciando ao matrimónio. No entanto, era também permitida a admissão de viúvas que, ao professarem, faziam voto de castidade, sendo algumas referidas como “perfeitas casadas”, pois de donzelas passaram a diligentes mães de família, a honestas viúvas e, depois, a virtuosas freiras⁴¹².

De um modo geral, preferiam a entrada de candidatas jovens, com saúde e idóneas. Deveriam ser escusadas as de idade avançada, enfermas ou com *necessidade que não convenha nem seja conveniente para guardar esta vida*. Salvaguardava-se, no entanto, os casos justificados por “alguma razão direita” aceite pela autoridade superior⁴¹³.

A documentação insiste na necessidade de uma admissão voluntária e consciente das candidatas jovens, cujo carácter e costumes pudessem ser mais facilmente ajustados à vida conventual e aos rigores da Regra. Mas, verifica-se que muitas entravam, muito

⁴⁰⁶ *Ibidem*, fl. 60v (31/dezº 1720). Os documentos deverão constar no arquivo do convento.

⁴⁰⁷ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. I, p. 68 e *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. III.

⁴⁰⁸ *Ibidem*: *dizer que ho não sabiam*.

⁴⁰⁹ AA, CNSA, 03/001 fl. 4 (out.º 1691): Coro de Baixo apenas se façam ... e entradas de noviças.

⁴¹⁰ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. III: “do hábito das Irmãs” - “As Irmãs nouiças traguão veo branco”.

⁴¹¹ Ver, por exemplo, AA, (c.a.) liv. 101, fls. 75-75v (dez. 1742).

⁴¹² Ver o que a este propósito refere Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Uma clarissa ilustre do século XVI: Ana Ponce de Leon, Condessa de Faria e Monja de Santa Clara de Montilla”, in *Las las Clarissas en España e Portugal, Congresso Internacional*, Actas I, Vol. I, Salamanca, 1993, p. 335.

⁴¹³ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. III.

cedo, às vezes, com cerca de sete anos, na qualidade de educandas e, assim vão permanecendo, até à idade mínima de acesso à profissão religiosa.

Depois de receberem o hábito, iniciavam o seu tempo do noviciado, em geral, um ano⁴¹⁴. As noviças eram confiadas aos cuidados de uma mestra que as ia preparando e informando acerca da vivência da Regra⁴¹⁵, dos costumes do mosteiro, do seu caminho de aperfeiçoamento na prática das virtudes humanas e cristãs e da vida religiosa. No edifício havia uma área reservada ao noviciado⁴¹⁶. Sobre o que a Mestra ensinava às noviças até à sua profissão, pouco nos diz a documentação, mas a Regra indica as normas gerais. Já antes, mas sobretudo depois do Concílio de Trento, os visitantes procuraram que as diretivas fossem cumpridas com rigor, pois, esta aprendizagem era considerada essencial para quem queria consagrar a vida a Deus e viver “encerrada para sempre”.

Como já vimos, a Mestra de noviças era cuidadosamente escolhida, pois ensinaria, não só pela teoria, mas sobretudo pelo exemplo. Nenhuma Religiosa da comunidade, por parente mais chegada que fosse de uma noviça, não podia interferir no trabalho da mestra que as orientava. Era exigido um grande respeito das noviças a todas as religiosas mais velhas e alertavam também para que se acontecesse que alguma não levasse “a bem os castigos de sua Mestra, nem as asperezas, e mais causas árduas que há na religião, seja lançada fora do Convento”⁴¹⁷.

As jovens aprendiam, juntamente com as cláusulas da Regra, o aprofundamento da doutrina cristã, liam os livros de piedade recomendados e os salmos. Deviam levar uma vida de oração, rezar o Ofício Divino, viver recolhidas – daí a necessidade do silêncio e da clausura – empenhar-se na vida da comunidade, crescer na prática das virtudes, viver em profunda união com Cristo e com a humanidade necessitada de auxílio espiritual”⁴¹⁸. As noviças, tal como as professoras, deviam evitar a ociosidade, mas sem cair na tentação do excesso de trabalho, o qual roubaria tempo necessário para orar, adorar e contemplar. Na linha dos ensinamentos de Santa Clara, a mestra de noviças devia preocupar-se em chamar a atenção das suas “filhas” para se prevenirem contra as tentações da soberba, vanglória, inveja, murmuração, discórdia e apego aos cuidados do mundo, respondendo com caridade, desprendimento, amor ao próximo e muita alegria na entrega.

⁴¹⁴ A título de exemplo, ver ANTT, *OFM, Província do Algarve*, mc. 101, nºs. 18, 20 (1733), 27 (1746), 28 (1741?), 32 (1747), 34 (1748), 38 (1749), 39 (1750).

⁴¹⁵ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. III.

⁴¹⁶ ANTT, Ministério da Fazenda *Convento de Aracoeli*, cx. 1950, nº. 41B (17-9-1787).

⁴¹⁷ AA, *CNSA*, 03/001, fl. 4 (17-10-1691).

⁴¹⁸ Ver Otília R. Fontoura, *ob. cit.*, p. 78 que, para além de historiadora, ela própria era freira clarissa.

As noviças exercitavam-se na leitura e na escrita. Como a missa, assim como a maior parte das celebrações litúrgicas eram em latim, as religiosas precisavam de o estudar, embora, às vezes, esse conhecimento fosse superficial e quase só de ouvido. Como o canto gregoriano fazia parte integrante dos rituais litúrgicos, as noviças tinham necessidade de o praticar, cantavam no coro, algumas distinguiam-se como tangedoras e várias sabiam ler pautas de música. Como era necessário cantar o Ofício Divino e acompanhar a liturgia, havia um grande cuidado na preparação musical das noviças. Umaz traziam já conhecimentos do exterior, outras só o iniciavam no convento, mas a todas era exigido entrega e devoção quer nos ensaios quer nos atos litúrgicos.

Não se conhecem obras da autoria de religiosas de *Aracoeli* nem escritas nem peças musicais. Até agora, não se encontrou o livro que Soror Maria da Apresentação, falecida cerca de 1654, escreveu acerca da vida das religiosas deste mosteiro⁴¹⁹. Contudo, a decoração de algumas páginas dos livros de receita e despesa e de um exemplar da Regra revelam uma grande sensibilidade e a prática de desenho e pintura no cenóbio (consulte-se a figura nº 1 no vol. II: Anexos).

O período de preparação das noviças era de um ano, *o ano de provação*⁴²⁰. Mas, só professariam as noviças nas quais se tivessem observado as condições e qualidades necessárias para uma vida consagrada e que estivessem dispostas “a viver em obediência, sem próprio, em castidade e *“emçarrada(s) pera sempre”*⁴²¹.

Segundo a legislação de Trento, era necessário a candidata ter mais de dezasseis anos e manifestar plena liberdade pessoal pela escolha da vida religiosa⁴²². Respondia a um “auto de perguntas” que, depois de aprovado, permitiria a cerimónia⁴²³, desde que fosse feito o pagamento do dote e o Ministro Provincial tivesse autorizado a profissão. Se fosse supranumerária, assim permaneceria, aguardando a sua vez para passar a freira do

⁴¹⁹ Ver Diogo Barbosa Machado, *ob. cit.*, p. 429 que cita o livro manuscrito como M.S. 4.

⁴²⁰ Conhece-se, pelo menos, uma exceção, ver AA, (c.a.) liv. 122, fl. 62 (março 1815): tendo entrado no fim de 1814, Ana Jacinta Joaquina Rita de Santo António Castanheira recebeu da Santa Sé um breve para que pudesse fazer profissão aos 4 meses de noviça e, assim, servir nos Ofícios.

⁴²¹ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Caps. I e III.

⁴²² Antónia Fialho Conde, *Cister a sul do Tejo*, Lisboa, Colibri, 2009, p. 100.

⁴²³ Exemplo: Soror Josefa Ludovina de Santa Rosa, de Alcácer, filha de António Nunes Rolão e de Rosa Inácia do Amor Divino foi-lhe concedido (1769-11-27 a 1769-12-23) um auto de perguntas e aprovação p/ professar – Arq. Distrital de Évora, dc. 0030; cx. 2. Contém: petição dada pela Madre Catarina Filipa da Anunciação. Aviso de sua Majestade enviada pelo Dr. Francisco Xavier de Santa Ana comissão passada pela Cam. Eclesiástica de Évora, para se fazerem as perguntas. Provisão para que o Vigário da vara de Alcácer do Sal e seu escrivão vá ao convento, sendo-lhe entregue uma certidão de batismo da noviça e outra certidão da Mestra de noviças que prove que esta completou um ano de noviciado. Mandada vir à sua presença a noviça, acompanhada das reverendas madres, mestra de noviças e confessor. O vigário, depois de confirmar a identidade da noviça, mandaria retirar os presentes e faria as perguntas segundo a forma e o estilo. O auto de perguntas era enviado depois para o escrivão da Cam. Ecles. de Évora.

número, sem ultrapassar ninguém. Contudo, podia ser eleita para os vários cargos. Os livros com os gastos mencionam uma parcela que regista o montante a pagar pelo “auto de perguntas” que, geralmente, vinha de Évora e antecedia a realização da profissão⁴²⁴.

Neste processo de passagem da noviça para professora, o Vigário da Vara de Alcácer do Sal e o seu escrivão tinham de ir ao convento, onde lhes seria entregue uma certidão de batismo da noviça e outra certidão da mestra de noviças como prova de que a mesma completara um ano de noviciado. A candidata era chamada à presença do vigário, acompanhada das madres, da mestra de noviças e do confessor. Depois do oficial confirmar ser a própria a estar ali presente, mandaria que se retirassem os presentes e passaria então a interrogar a noviça segundo a forma e o estilo habituais. O auto de perguntas, depois de respondido, era enviado para o escrivão da Câmara Eclesiástica de Évora. Nesta linha, o visitador, em 1714, relembra que nenhuma noviça possa professar sem que o provincial referende a patente com que ela entrou no noviciado, sob pena de ser anulada a profissão e haver a suspensão do seu ofício por dois meses⁴²⁵.

Tal como a cerimónia de tomada de hábito, a profissão tinha também lugar no coro baixo⁴²⁶, junto à grade, na presença do bispo, do escrivão da Câmara Eclesiástica e de duas testemunhas, geralmente o capelão e o confessor, dos familiares e amigos. Eram solenidades que lembravam um casamento, neste caso, da religiosa com Cristo. Muitas vezes, regista-se a oferta de cera e de esmolas dadas pelas noviças ou pelas suas famílias que serviam para a compra de livros, imagens e alfaias religiosas para o cenóbio⁴²⁷.

“Nas mãos da Abadessa” e “diante de todo o Convento”, a noviça pronunciava solenemente os seus votos:

*Eu Irmã [nome], prometo a Deus e a Santa Maria sempre Virgem e a nosso Pai São Francisco e a Nossa Mãe Santa Clara e a todas as santas e santos da Corte Celestial e a vós muito Reverenda Madre Abadessa de viver sob a regra de Dom Urbano Papa quarto outorgada a nossa Ordem e tirando todas as cousas que em ella são já despensadas, em todo o tempo da minha vida, vivendo em obediência, sem próprio, em castidade, e em clausura perpétua*⁴²⁸.

⁴²⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 43 (abril 1706): gastaram 170 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 30 (dez° 1708) e (c.a.) liv. 103, fl. 3 (fev.° 1747): “das perguntas das noviças 160 reis”, “das perguntas das 4 que professaram”, 1.920 réis.

⁴²⁵ AA, CNSA, 03/001, fl. 41v (agosto 1714).

⁴²⁶ AA, CNSA, 03/001, fl. 4 (out.° 1691): no Coro de Baixo... façam aí... as cerimónias de profissões.

⁴²⁷ Exemplos: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 110v (1701): recebemos da profissão de Soror Brites de S. Francisco 5 arrobas de cera da cerimónia, 5.000 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 39v (1738): 10.000 réis da cera da cerimónia de Soror Antónia Angélica dos Arcanjos e de Soror Margarida Josefa; (c.a.) liv. 97A fl. 120 (1725): de Miguel Lopes da Silva p/ a cera da cerimónia da filha Soror Rosa 4.800 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 80v (1752): pela cera da cerimónia de Soror Maurícia Joana Evangelista, 5.000 réis; AA, CNSA, 03/001, fl. 22v (1707). No breve para a entrada de Soror Catarina Tomásia do Sacramento, como supranumerária, é referido que deu, antes de sua entrada, as alfaias e dote estimado (TT, OFM, Prov. dos Algarves, doc. 101, mc. 1, n° 1).

⁴²⁸ Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli, 1618 (folha manuscrita colada logo a seguir à capa).

Era também assim a profissão das irmãs serviçais, ou conversas, que só não pronunciariam “o encerramento”, pois poderiam ter que sair ao serviço da comunidade.

Usaria o burel de Santa Clara, véu preto e à cintura um cordão branco, símbolo franciscano, com três nós na ponta, simbolizando a pobreza, a castidade e a obediência. O tecido do hábito devia estar de acordo com o espírito de pobreza, tanto na cor como no preço. Devia ser confeccionado a partir de “tecidos simples e religiosos”, como o burel, a lã, a estamenha e o linho. A humildade e a simplicidade deveriam transparecer na maneira de vestir. O hábito ajudava a eliminar as diferenças entre as religiosas, aproximando-as das mulheres mais humildes e pobres da sociedade. Internamente, era pela cor do véu que se distinguiam as religiosas professoras: irmãs do coro (preto) e conversas (branco).

Depois de pronunciar, publicamente, os votos solenes de pobreza, obediência, castidade e clausura ou “encerramento”, a Religiosa passava a pertencer à 2ª Regra de Santa Clara ou Regra Urbanista, integrando a comunidade⁴²⁹. Deixava o seu nome de família para usar um novo nome religioso que deveria figurar no Livro das Profissões⁴³⁰. Só, após dois anos de profissão, podia votar na aceitação de candidatas a noviças ou na sua passagem a professoras. Já para poder votar na eleição da abadessa, era necessário que já tivessem passado seis anos depois dos seus votos⁴³¹.

Era obrigatório também, como insiste o visitador, em 1720, que logo na entrada, “a Abadessa [...] assente ou mande assentar o dia, mês e ano em que entra qualquer noviça no noviciado, como he uso em todos os conventos e de que pais he filha a que entra para que conste em todo o tempo”⁴³². Verificamos que se cumpriu esta norma, pois nas notas de despesa há menção à compra de livros de registos da entrada de noviças e, no inventário final, diz existir “um livro para assento das noviças”. Só que ao nosso tempo não chegou nenhum deles, o que tornou custoso tomar conhecimento das terras de origem das noviças, das famílias de onde provinham, dos seus nomes, antes e depois de professarem, dificultando a obtenção de dados para a caracterização da comunidade⁴³³. Também não apareceu o livro de óbitos das freiras. Como já vimos, acabaram por ser os livros de contas as fontes que mais ajudaram a colmatar a ausência dos outros códices

⁴²⁹ O Concílio de Trento permitiu, em teoria, que nos 1ºs cinco anos, após a Profissão, a religiosa ainda pudesse sair, mas, na prática, dificultava-se ao máximo essa opção.

⁴³⁰ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, Cap. III.

⁴³¹ *Constituições Gerais*, ob. cit., Cap. I, p. 73.

⁴³² AA, CNSA, 03/001, fl. 55 (abril 1720).

⁴³³ ANTT, Arq. Ministério das Finanças, cx. 1950, capilha 2 - No termo do auto de depósito e entrega (3-6-1874) consta: “Hum dito [livro] de Profissões das Religiosas” que não sabemos que descaminho levou.

3.3.3.1. O dote

A família antes da profissão da noviça, tinha de entregar ao mosteiro um dote, um valor, quase sempre em dinheiro, mas também, uma ou outra vez, um bem correspondente que se destinava ao sustento da enclausurada. Era um recurso indispensável à subsistência da comunidade. Havia toda uma negociação prévia de que resultava um contrato que estipulava as exigências e obrigações recíprocas. O mosteiro comprometia-se a guardar em clausura a nova religiosa por toda a vida, assegurando-lhe a sua sobrevivência e os representantes da candidata comprometiam-se a cumprir o pagamento acordado⁴³⁴.

Nem sempre é fácil perceber os quantitativos registados nos livros de contas, uma vez que não apareceu o livro da entrada de noviças⁴³⁵ e foram poucas as escrituras de dote encontradas. Destacamos um dos poucos casos conhecidos do início do mosteiro (1574 - ano a seguir à abertura de *Aracoeli*), onde consta a entrada para religiosa de Inês Correia. O pai entregou como dote o valor de uma propriedade que rendia um moio de trigo, ficando o documento no cartório de Lopo de Acha, tabelião de Alcácer, e um treslado autenticado no cartório do mosteiro⁴³⁶. Na documentação franciscana masculina cita-se que a comunidade de *Aracoeli* deveria receber quatrocentos mil réis pelo dote das candidatas. Mas pelo dote das religiosas que entrassem na vaga do lugar do Padroeiro ou no do Rei, o valor seria de trezentos mil réis⁴³⁷. Verifica-se que o dote, mais frequente, foi, de facto, de 400.000 réis, mas houve freiras a pagar 600.000 réis e ainda outras quantias. Por exemplo, no ano de 1701, a Madre Catarina da Graça recebeu o dote de quatro religiosas, sendo os montantes diferentes: Soror Arcângela 630.000 réis; Soror Luísa da Madre de Deus 600.000 réis; Soror Francisca Micaela 500.000 réis; e Soror Maria Luísa de Santa Clara, 400.000 réis⁴³⁸. Em 1723, Matias Gomes Parrela, por

⁴³⁴ Ver, Antónia Fialho Conde, *Cister a Sul do Tejo*, p. 256 e seguintes; Maria Margarida de Sá Nogueira Lalanda, *A admissão aos mosteiros de clarissas na ilha de S. Miguel, (séculos XVI e XVII)*, Ponta Delgada, Univ. Açores, 1987, pp. 565-567 (texto polic.) e Maria Marta Lobo de Araújo, *Dotes de Freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII)*, Braga, Univ. do Minho, pp.115 (texto polic.).

⁴³⁵ AA, CNSA, 03/001, fl. 55 (abril 1720): “mandamos a R. M. Abadessa” que deveria assentar o dia, mês e ano em que entra qualquer noviça no noviciado, e de que pais é filha. Seria registado também o dote e as várias cerimónias: tomada de hábito, profissão, etc. O livro das noviças guardava-se na arca das três chaves: uma chave nas mãos da abadessa e as outras nas mãos das duas religiosas mais antigas.

⁴³⁶ ANTT, OFM, *Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344 (1574.09.13). O pai chamava-se Mem Correia. Também surgiram no Arquivo Distrital de Setúbal algumas escrituras de dote.

⁴³⁷ ANTT, OFM, *Província dos Algarves*, liv. 15, fl. 107.

⁴³⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 119v (1701).

bondade do provincial franciscano, deu só 200.000 réis, metade do dote da sobrinha Madre Margarida Angélica da Degolação, sendo a outra metade paga no ano seguinte⁴³⁹.

Pelo dote de *Soror Francisca Clara* de Assis a comunidade recebeu ao todo 600.000 réis, pagando 400.000 réis em 1751 e mais 200.000 réis, em 1753⁴⁴⁰. Soror Joaquina Teresa e Soror Ana Gertrudes deverão ter pago de dote 400.000 réis, pois, em 1754, a escritã regista que a comunidade recebeu 200.000 réis, pela última metade de cada uma⁴⁴¹. Em 1755, o pai de Soror Antónia Narcisa pagou 400.000 réis pelo seu dote⁴⁴², mas Soror Genoveva Rosa pagou apenas 300.000 réis em 1761⁴⁴³.

Se olharmos para o ano de 1764, continua a haver diferenças. No 4.º trimestre deste ano, registou-se o pagamento de quatro dotes : Soror Antónia Jacinta e Soror Cecília Francisca pagaram, cada uma, 200.000 réis⁴⁴⁴; Soror Catarina Teresa pagou 400.000 réis, ou seja, o dobro⁴⁴⁵; e a comunidade recebeu do dote de Clara Antónia, menina brasileira, 454.800 réis⁴⁴⁶. Em 1769, foram pagos 76.100 réis, importância em falta do dote de 400.000 réis da Madre Josefa Ludovina⁴⁴⁷. Miguel Ferreira Dias, coureiro-mor, pagou 400.000 réis pelo dote de Maria Vitória de Assis, sua filha⁴⁴⁸. Em 1801, a comunidade pagou ao Capitão António José Ferreira 200.000 réis que ele tinha gasto antes a reparar os muros da clausura e que pertenciam ao dote de sua filha, já falecida. Estes 200.000 réis juntos aos 400.000 formavam os 600.000 réis, total deste dote⁴⁴⁹.

Nem sempre é fácil perceber a justificação para estas diferenças, sobretudo quando os pagamentos ocorrem, em datas próximas. Algumas supranumerárias pagaram

⁴³⁹ AA, (c.a.) liv. 97 A, fls. 70-71 (1723). Ver também, liv. 98, fl. 132 (2º quartel 1734): recebemos do dote Soror Jerónima Rita do Jordão 400.000 réis. Liv. 99 (c.a.), fl. 166 (1737): pelo dote de Madre Soror Filipa Josefa 400.000 réis e pelo de Madre Soror Cândida 400.000 réis. Liv. 103 (c.a.), fl. 99v (Receita do 4º quartel 1749): recebeu-se 200.000 réis p/ completar o dote de 400.000 réis de Soror Feliciania Dionísia.

⁴⁴⁰ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 35v (rec.ª fim de 1750 e janº 1751): Recebemos pelo dote 400.000 réis e fl. 97v (rec.ª fim de 1752 e janº 1753): recebemos do resto do dote de Soror Francisca Clara de Assis, 200.000 rs.

⁴⁴¹ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 24v e 35v (1754): Recebemos do meyo dote 200.000 réis.

⁴⁴² *Ibidem*, fl. 59.

⁴⁴³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 55.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, fl. 163.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁴⁷ AA, (cota antiga) liv. 110, fl. 41v (Receita de setº, outº e novº 1769).

⁴⁴⁸ PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/048 (1795-09-04). Há confirmação também no Livro de contas *ibidem*, 01/025 (1800-1801), fl. 29 [c. a. Liv, 118]. Ver também PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/030, fl. 6 (1816) - A comunidade continuava a receber juros deste dote então nas mãos de António Calafate.

⁴⁴⁹ AA, (c.a.) liv. 118, fl. 23v fev.º 1801). Era pai de Ana Rosa cujo percurso registado em *Aracoeli* vai de 1793 a 1801. Há no Convento o registo de uma outra religiosa chamada Francisca Clara de Assis, também filha do Capitão António José Ferreira cujo percurso vai de 1800 a 1813, ano em que morreu. Ver liv. 122 (c.a.), fl. 6 (1813): “Ficam igualmente os 400.000 réis pertencentes ao dote da Madre Soror Francisca Clara”. Tinha obtido licença para se tratar fora, mas morreu, entretanto.

mais para obterem um lugar, o dobro como mandavam as Constituições Gerais⁴⁵⁰; e para quem ocupava a vaga do lugar do fundador, a da Ordem de Santiago, ou da concedida ao Doutor Diogo Lameira, o dote era menor do que o de outra religiosa numa entrada normal. Também pagavam menos ou ficavam isentas de pagamento as candidatas que provassem saber tocar bem um instrumento ou ter uma boa voz para cantar. Dos vários casos, salienta-se o de Francisca Máxima de Nossa Senhora do Carmo que fora vigária do coro e mesmo abadessa na comunidade, mas que saía para banhos e se recolhera ao Convento da Esperança de Lisboa. As duas religiosas que restavam em *Aracoeli*, perante o pedido de que lhe dessem uma mesada, responderam à Rainha D. Maria II em 1858, que não lhe pagariam, sendo várias as justificações, a começar pelo facto da mesma ter entrado sem pagar dote (tinha uma boa voz e sabia música)⁴⁵¹.

Geralmente, os pagamentos dos dotes em dinheiro entravam na receita conventual, sendo colocados de forma segura e lícita na mão de particulares a render juros, como podemos exemplificar com vários, nomeadamente os das brasileiras⁴⁵². Há também pagamento em cereais, veja-se o caso acordado pelo Dr. Álvaro Correia de Freitas que, em 1732, ficou de entregar trezentos mil réis, pagos através de um moio de trigo perpétuo pelo dote da sua filha Genoveva Rosa Xavier de Freitas o que se verificou, pelo menos na receita de alguns anos⁴⁵³. Houve, vários pagamentos de dotes, faseados⁴⁵⁴.

Foram admitidas noviças brasileiras⁴⁵⁵, embora algumas só as referenciem como educandas, mas com dotes elevados, como é caso das três que receberam um breve de entrada em 1734. Não se conseguiu apurar se alguma delas, ou qualquer outra, das jovens candidatas vindas do Brasil, chegou mesmo a professor⁴⁵⁶, embora pareça que sim, ao referirem-se-lhes, por vezes, como as “madres brasileiras”⁴⁵⁷.

⁴⁵⁰ Ver *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. II, p. 73.

⁴⁵¹ AA, CNSA, 03/004, fl. 89 (1857): Francisca Máxima de N^a Sr^a do Carmo, com licença de Sua Majestade para estar fora; ver também: ADE, cx.2, doc. 0060, fl. 5 (Carta de 1858-03-30).

⁴⁵² AA, liv. 98, fl. 145v (1734): recebeu-se mil réis de Domingos dos Santos, o Galego, 13.4000 réis de juro do dote das brasileiras, de 13 meses; *ibidem*, fl. 163 : recebeu mil réis do juro de 14.400 réis das brasileiras pagos pela Corcovina “que o pôs noutra mão”; *ibidem*, fl. 163v: M^a da Silva paga 3.200 réis de juros de 50.000 das brasileiras e mais 2.500 réis de juros de 40.000 réis do dote das brasileiras; Manuel dos Santos pagou 12.500 réis de juros de 200.000 réis das brasileiras e Silvestre Francisco Pinto pagou 3.125 de juros de 50.000 réis dos dotes das brasileiras. Liv. 100, fl. 168v (4-02-1742): juros das Brasileiras, 54.730 réis.

⁴⁵³ TT, OFM, *Província dos Algarves*, mç. 1, doc. 14 (17-12-1731). Os 300.000 réis do dote só aparecem declarados, trinta anos depois: AA, liv. 107, fl. 55 (1761).

⁴⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 27 (2^o quartel 1723): Recebemos de Martinho Passanha de Vasconcellos do remanescente do dote de sua filha a Madre Joana Narcisa das Saudades, 48.000 réis.

⁴⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 167v (1735). Dote de Clara Antónia, menina brasileira, 454.800 réis.

⁴⁵⁶ PT/ADEV/FE/DIO-CEEV/K-A/001/00016 (1734-03-06/1734-03-22); A/001/00012 (1733-11-12 a 1734-01-04) e A/001/00013 (1733-11-12/1734-01-04). Como mudavam de nome, é difícil a comprovação.

⁴⁵⁶ PT/ADEV/FE/DIO-CEEV/K-A/001/00013 (1733-11-12/1734-01-04).

⁴⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 168v (4-02-1742): juros das Madres Brasileiras, 54.730 réis.

Em relação ao dote das noviças em geral, existiram alguns problemas, a propósito das que não chegaram a fazer a profissão. Apontam várias razões: terem saído por vontade própria; terem sido expulsas; possuírem uma doença considerada contagiosa; ou mesmo terem morrido antes da cerimónia. Como a maioria dos familiares pagava o dote antes da profissão, ficava em causa o valor entregue e a sua devolução. Este assunto foi tudo menos pacífico. Em maio de 1722, foi emitida no Convento franciscano de Xabregas⁴⁵⁸ uma determinação dirigida a todas as abadessas dos conventos de clarissas da Província dos Algarves, dando conta da decisão. Dado *o prejuízo que nascia aos conventos de freiras desta provincia por algũas noviças não chegarem a professar ou porque algũas sahião dos conventos ou porque outras morrião em cujos termos o convento entregava os dotes por inteiro*, a partir de então, decidiu-se que ficasse sempre alguma “cousa de dote das tais noviças ao convento”. Assim, era obrigatório que, a partir dali, *para a rrecepção de qualquer noviça sem dispensa algũa se pusesse nas escrituras*:

1 - Do dote de qualquer noviça que, voluntariamente, se fosse embora, ficariam cem mil réis ao Convento onde esteve no noviciado;

2 – Do dote da noviça que morresse sem professar, ficariam cinquenta mil réis⁴⁵⁹.

Na mesma linha, insistia-se que era conhecido na Província, que as abadessas por si, ou pelo conselho das discretas, desnatavam os juros adstritos aos dotes das noviças e chegavam a gastar todo o dinheiro a eles pertencente o qual era propriedade do mosteiro. Isto causava muito dano, desgoverno e enfraquecimento das comunidades. Assim, o Definitório ordenou que, dali em diante, nenhuma abadessa pudesse consumir os juros ou gastar o dinheiro dos dotes, sob pena de suspensão do seu ofício. Seria obrigatório pôr este capital num depósito para se conseguir maior rentabilidade, com os juros⁴⁶⁰. Em caso de grave necessidade, só o poderiam fazer com licença expressa da hierarquia franciscana, o que se verificou ter, algumas vezes, acontecido em *Aracoeli*. O dote era um bem inalienável que, quando a religiosa professa morria, passava a integrar o património do cenóbio. Em finais do século XVIII e no XIX na aprovação de contas, os frades que as conferiam aludiam à grande ginástica económica que a abadessa tinha de fazer perante a ausência ou diminuição de entrada de noviças e respetivos dotes⁴⁶¹.

⁴⁵⁸ AA, CNSA, 03/001, fl. 64v (maio 1722).

⁴⁵⁹ *Ibidem*, fls. 64v-65 (maio 1722).

⁴⁶⁰ *Ibidem*, fl. 60v (out. 1729)

⁴⁶¹ A título de exemplo, ver AA, (c.a.) liv. 111, fl. 94v (abril de 1775.)

A finalizar a questão dos dotes, esclarece-se que na 2ª ordem de Santa Clara havia diferença entre uma freira de véu negro, que estava obrigada ao ofício das horas canônicas, e uma religiosa conversa ou leiga, a qual executava sobretudo as tarefas manuais. O seu dote era, geralmente um terço do pago pelas religiosas de véu preto⁴⁶².

3.3.4. As educandas ou pupilas

A entrada de meninas educandas nos mosteiros era habitual⁴⁶³. Só eram admitidas com um breve de entrada, onde, por vezes, constava a intenção da jovem entrar no convento para “*nele viver por educanda até que Deus lhe inspire o Estado que há-de escolher*”⁴⁶⁴. Habitavam num “*comodo distinto daquelle aonde as Religiosas professas, e ainda as noviças costumão habitar*”⁴⁶⁵. Eram obrigadas a respeitar as leis da clausura, andar honestamente vestidas e não exhibir luxos ou joias.

Imersas na prática da vida religiosa conventual, longe do que eram consideradas “as tentações do mundo”, aprendiam, desde governar uma casa, a cozinhar, até às formas de bem receber. Ensinavam-lhes música e canto, a escrever, a contar, a bordar e a pintar. Eram entregues a uma ou mais mestras que as deveriam educar. Na documentação surge a casa das mestras, no andar de cima, perto do coro e dos dormitórios⁴⁶⁶. Talvez por causa desta proximidade, um visitador no pedido que faz à abadessa, para que zele pelo silêncio em todo o mosteiro, acrescenta que “não permita se deem lições às meninas no dormitório”⁴⁶⁷, o que nos leva a poder concluir que, às vezes, isso aconteceria.

Os visitantes dizem ter conhecimento de que “as Mestras defendem as discípulas em tal forma” que lhes desculpam as loucuras, colocando-se ao seu lado, contra outras religiosas, o que era causa de graves perturbações e de faltas de respeito a que a abadessa devia pôr cobro, castigando as “culposas”⁴⁶⁸.

⁴⁶² *Regra de Aracoeli*, 1618, Cap. IV: “As Irmãs serviçais tragam pano branco sobre as cabeças à maneira de toalhas, largo e longo que lhes cubra aspas e os peitos especialmente quando saírem fora”. No Cap. II refere-se que as Irmãs serviçais “possam sair às vezes com mandado, e com licença da Abadessa, por desembargar as couzas que são de procurar do Mosteiro”. *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. XII, pp.128-129.

⁴⁶³ Ver Antónia Fialho Conde, *Cister a Sul do Tejo. O Mosteiro de S. Bento de Castris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Lisboa, ed. Colibri, 2009, pp. 150-151.

⁴⁶⁴ ADE, 0002 (1720-04-03/1720-04-01/1723). Breve Apostólico a favor de Inês batista da Conceição.

⁴⁶⁵ *Ibidem* e PT/ADEV/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00010;1 doc; 24 f. (1727), fl. 4.

⁴⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 2 (janº. 1732): “conserto das varandas e portadas da enfermaria e adiante do coro postigo da Casa das Mestras, pregar nas celas do Dormitório Velho [...]”. 3.140 réis

⁴⁶⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 55v (abril 1720).

⁴⁶⁸ *Ibidem*, fl. 10v (Outº 1694).

Embora, oficialmente, a idade mínima de entrada fosse os 7 anos, muitas educandas entraram com 4 e 5 anos⁴⁶⁹, mas outras eram deixadas no mosteiro em plena adolescência. As famílias resguardavam-nas ali, poupando-as “aos perigos mundanos” e, por vezes, levando uma criada ao seu serviço⁴⁷⁰. Os visitantes insistiam para que não fossem admitidas educandas no mosteiro “sem primeiro ter ordem, ou patente” da hierarquia franciscana⁴⁷¹. Os familiares das educandas tinham de pagar propinas e o piso, ou seja, o alojamento. O visitante em 1718, ordena que, dali em diante, não deveria entrar nenhuma sem pagar “20.000 réis de piso”⁴⁷². Perante as queixas sobre o elevado preço da estadia anual, dois anos depois, é reduzida a quantia para 10.000 réis. A Abadessa ficaria sujeita a castigo, se admitisse alguma pupila sem pagar⁴⁷³. É o caso da educanda Micaela Maria que foi mandada embora porque entrara sem que fosse paga a sua “legítima”⁴⁷⁴.

Estava estipulado que as educandas só podiam estar no convento, sem professar, até ao limite de 25 anos. Muitas, já mulheres, voltaram para a sua família, a maior parte das vezes, para casar ou para se reunir à família dispersa pelas terras do Império português. Há pedidos de famílias para as educandas poderem prolongar a sua estadia, apesar de já terem 25 anos⁴⁷⁵. Mas, existe um número considerável de educandas que manifestaram o desejo de ingressar como noviças para se tornarem clarissas. A autorização da passagem de educanda a noviça teria de seguir os trâmites habituais de autorização e do pagamento do dote. Exemplos: a educanda Ana Peregrina recebeu o breve para freira supranumerária e a educanda Francisca Clara de Assis professou como supranumerária. O número de educandas variou, como se pode verificar no quadro nº 2. Em 1730, as educandas eram nove⁴⁷⁶, mas cerca de 50 anos depois, não há registo de nenhuma⁴⁷⁷, sendo de 7, em meados do século XIX e, apenas uma em 1874.

⁴⁶⁹ PT/ADEVF/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00010;1 doc; 24 f. (1727), fl. 4. Petição de Francisco José de Carvalho para que sua filha de 8 anos, entre para o Convento - PT/ADEVF/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00057

⁴⁷⁰ PT/ADEVF/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00033 e 00034 (1777 e 1778). Dec. Apo. para Joana Batista.

⁴⁷¹ AA, CNSA, 03/001, fl. 4 (out.º 1691).

⁴⁷² *Ibidem*, fl. 54 (5-setembro-1718)

⁴⁷³ *Ibidem*, fl. 55v (abril 1720).

⁴⁷⁴ ANTT, OFM, *Províncias dos Algarves*, mç. 101, doc. 6.

⁴⁷⁵ Há um breve apostólico, com licença p/ M^a Bernarda permanecer mais 6 anos no mosteiro em hábito secular, apesar de já ter 25 anos. Cf. TT, *Ordem dos Frades menores*, *Prov. Dos Algarves*, mç. 1, doc. 17.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, mç. 101, doc. 12 (2-5-1730): Maria Bernarda de Santa Teresa, Isabel Josefa, Maria Caetana da Estrela, Maria Peregrina de Jesus, Andreza Jacinta David, Catarina Teresa, Maria Leocádia de Jesus, [Inácia? ou Jacinta?] dos Arcanjos e Filipa Josefa da Madre de Deus.

⁴⁷⁷ TT, OFM, *Província dos algarves*, mç. 101, doc. 41.

Em janeiro de 1734, três irmãs brasileiras conseguem um indulto apostólico para entrar em *Aracoeli*, a título de educandas, levando uma criada⁴⁷⁸. Maria Antónia Conde num interessante estudo nomeou-as: Maria da Conceição (14 anos), Josefa de Jesus (7 anos) e Ana Maria de Jesus (4 anos), filhas de Miguel Dias de Sousa e de Lourença de Jesus. Nas certidões de nascimento destas é dito que Lourença, a mãe das três jovens, fora escrava de Miguel Dias de Sousa, mas este dera-lhe carta de alforria, quando nasceu a primeira filha⁴⁷⁹ e Lourença entrou, como recolhida, no mesmo cenóbio.

Rita Margarida, com apenas cinco anos, entrou como educanda, em 1824. Era filha de Joaquim José Gomes e D. Maria Antónia, sendo os três naturais de Tavira, mas a residir em Setúbal. Os pais justificam que *a não podem educar com aquela decência que desejam* e sabem que existem esses meios em *Aracoeli*. Apesar da sua pouca idade, o processo teve aprovação régia, dos franciscanos e de todas as religiosas do cenóbio⁴⁸⁰.

Em junho de 1844, Francisco José de Carvalho, lavrador da Horta Velha, fez uma petição, para que sua filha de 8 anos entrasse no convento para ter uma “*boa educação [...] sob o ensino religioso e o mais que he preciso ao seu sexo*”. Foi aceite, mas ressalva-se que “*não pode tomar o hábito nem professar*”, por causa do decreto da extinção⁴⁸¹.

Há um outro caso que – pode talvez não ter sido o único – um pai consegue licença, em 1830-10-05, para que a filha Josefa Rita do Carmo se recolhesse em *Aracoeli*, enquanto durasse o desacordo com o futuro genro por causa do dote de casamento⁴⁸².

Os visitantes aludem à necessidade de controlar comportamentos das educandas, perturbadores da clausura, como a quebra do silêncio, o gosto pelas vaidades mundanas, algumas traquinices que tinham a ver mais com a idade e o meio a que pertenciam.

3.3.5. As recolhidas

As recolhidas eram seculares, muitas vezes viúvas ou solteiras⁴⁸³ que, as famílias ou elas próprias encontravam, no interior do mosteiro, uma solução, uma opção de vida,

⁴⁷⁸ PT/ADEVF/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00013 (1733-11-12/1734-01-04).

⁴⁷⁹ Ver Antónia Fialho Conde, «O quotidiano na clausura feminina eborense e a presença de população escrava», *Revista Portuguesa de História*, n.º 47, Coimbra, Pub. Imp. da Univ. de Coimbra, 2016, p. 51.

⁴⁸⁰ BNP, manuscrito, 65, n.º 3, doc. 44 (fevereiro 1824).

⁴⁸¹ PT/ADEVF/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00057 (1844-06-22).

⁴⁸² ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, maços 97-100, doc. avulso. Citado por Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas Caeiro, *ob. cit.*, vol. I, pp. 266-267.

⁴⁸³ Breve Apostólico a favor de Francisca Bernardina Lamego Sotomaior, viúva, e suas filhas Leocádia Narcisa de Macedo e Raimunda de Macedo e Freitas para entrarem em hábito secular PT/ADEVF/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00028 (1758/59).

pagando para aí morarem. Há recolhidas, quase durante toda a vida do mosteiro, variando o seu número. Se em 1730 eram cinco⁴⁸⁴, na altura da extinção só havia uma⁴⁸⁵.

Estas mulheres tinham de se munir de uma autorização de entrada (breve ou decreto), entregar uma esmola significativa⁴⁸⁶ e sujeitar-se às leis da clausura. Se saíssem, não poderiam voltar. Tinham que pagar o chamado “piso” e sustentar-se à sua custa.

Algumas tinham lá religiosas da família. É o caso de Teodósia e Violante de Almeida, duas irmãs recolhidas em *Aracoeli*, onde haviam professado outras três: Soror Isabel da Natividade, Soror Simoa de S. Francisco e Soror Leonor Catarina da Trindade, todas filhas do Dr. Lopes Soares de Setúbal. Ao ser-lhes exigido, em 1689, o pagamento de cem mil réis, as duas invocaram como argumentos: serem muito pobres; a comunidade ser devedora ao seu pai, que, como médico, vinha de Setúbal ao mosteiro curar qualquer religiosa que estivesse em perigo, sem levar estipêndio algum; as suas irmãs freiras tinham pago os dotes e as mesmas eram credoras ao mosteiro de mais de quinze anos de tenças, a quatro mil réis cada ano. Aceites as razões invocadas, as duas recolhidas ficaram superiormente autorizadas a permanecer no cenóbio, sem mais nenhum pagamento⁴⁸⁷.

Como já aludimos, entra como recolhida (12-12-1733), em *Aracoeli*, Lourença Dias de Jesus, natural do Rio de Janeiro, identificada como *mulata do Brasil*, tendo pago trezentos mil réis e não os habituais cem mil, anotando-se no processo que “*nestes autos se arbitrou a esmola [...] e não se faça duvida o ser de 300 mil réis, que foi por causa de ser mulata do Brasil*”. O pagamento foi mais elevado pela barreira da cor, era mulata, e pela categoria social, embora livre, fora uma antiga escrava. Dizia-se no contrato que tinha meios para se sustentar. Também aí tinham sido admitidas, como educandas, três filhas desta e de Miguel Dias de Sousa que a alforriara, quando nasceu a mais velha⁴⁸⁸.

Das muitas mulheres que aí se recolheram, destaca-se, como exemplo, Maria do Espírito Santo que deu 40.000 réis, em 1748, para ser recebida⁴⁸⁹. No ano seguinte, D. Ana 60.000 réis e Maria Inácia deram como esmola 50.000 réis, para o mesmo fim⁴⁹⁰. Havia também pedidos e pressões dos poderes instituídos, nomeadamente da coroa, para

⁴⁸⁴ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, mç. 101, doc. 12 (2-5-1730): D. Violante Teresa do Amparo, D. Custódia M^a de Almeida (breves), Quitéria Paula de Deus, M^a Inácia Xavier e Cândida Doças (decretos).

⁴⁸⁵ Rita de Jesus Rodrigues Silva, irmã da criada da roda da portaria Maria do Carmo Rodrigues Silva.

⁴⁸⁶ AA, *CNSA*, 03/001, fl. 2 (1689): nenhuma recolhida seja admitida, sem dar cem mil reis de esmola.

⁴⁸⁷ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, mç. 101 [Doc. 7] (junho 1689); (c.a.) liv. 95, fls. 2, 13v (junho 1699) até fl. 82v (dez^o 1701), fl. 120v (nov^o 1702); (c.a.) liv. 96, fl. 35v (jan^o 1706).

⁴⁸⁸ Ver Antónia Fialho Conde, «O quotidiano na clausura feminina eborense e a presença de população escrava», *ob. cit.*, 2016, p. 51. PT/ADEVF/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00015 (1733-12-12/1734-03-20).

⁴⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 103, fls. 51 (Receita do terceiro quartel de 1748).

⁴⁹⁰ *Ibidem*, fls. 82 e 99 (receita do 3^o quartel 1749).

a admissão de recolhidas. Em 1787, o rei solicita à abadessa que recolhesse como secular Teresa Rita de Santa Ana, natural da vila do Torrão, levando uma criada para a servir. As duas seriam alimentadas com os meios que a recolhida possuía, sem gravame algum para a comunidade⁴⁹¹. Algo semelhante deu-se com Joaquina Lúcia de Vasconcelos que foi autorizada a recolher-se aí, com a sua criada, em outubro de 1824, mas as duas “deveriam sustentar-se” à sua custa, embora ficassem isentas do pagamento do “piso”. Em maio de 1841, despachou-se favoravelmente a entrada de Ana Joaquina da Silva Botas, como secular. Era filha de João Batista Botas, Administrador do Concelho de Alcácer do Sal⁴⁹².

As recolhidas ficavam sujeitas às normas internas, devendo usar da simplicidade prescrita para o vestuário e calçado, para não colidir com os hábitos da comunidade⁴⁹³.

3.3.6. As criadas

No Mosteiro havia criadas destinadas a ajudar no serviço da comunidade, mas, como já vimos, também eram permitidas criadas particulares ao serviço de algumas religiosas, educandas e recolhidas. A admissão de qualquer criada tinha que ser autorizada por um breve do superior franciscano, depois de feitas as indagações acerca da família, da idade, robustez física, comportamento, qualidades, conhecimento da doutrina e valores cristãos. A sua entrada era sujeita à votação comunitária. As criadas não faziam quaisquer votos. Deviam ser simples e modestas no trajar, no calçar, cumprir a disciplina⁴⁹⁴ e ser bem comportadas. As religiosas deviam instruir as criadas na doutrina, nas virtudes cristãs⁴⁹⁵ e velar para que se confessassem, ao menos na Páscoa.

Recomendava-se às religiosas, mas também às educandas e recolhidas que tratassem as criadas com respeito, não lhes exigindo tarefas impossíveis, nem lhes falando com aspereza, pois nas relações devia existir sempre caridade. Por sua vez, cabia a estas serviçais obedecer e executar as tarefas que lhes distribuía, também com respeito e educação. O visitador avisa, em 1706, que *se alguma moça se atrever a descompor de palavra ou faltar ao respeito devido às Religiosas, que são esposas de Jesus Cristo, mandamos que logo sejam lançadas fora do convento*⁴⁹⁶.

⁴⁹¹ Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas Caeiro, *tese cit.*, Vol. II, 142.

⁴⁹² Arquivo Distrital de Évora, cx. 2, doc. 0059.

⁴⁹³ BNP, *Reservados*, coleção em organização, caixa 13 «Nossa Senhora de Aracoeli», doc. 23.

⁴⁹⁴ *Constituições Gerais*, *ob. cit.*, Cap. XIII, pp. 130-131 e AA, CNSA 03/001, fl. 32v (18 março 1711).

⁴⁹⁵ Ver, entre outros, AA, CNSA/03/003, fl. 74v (1777).

⁴⁹⁶ AA, CNSA/03/001, fl. 17v (maio 1706).

Na história do mosteiro, as criadas da comunidade nunca excederam um total de sete, sendo, geralmente, em número de seis, como se pode ver no quadro nº 2, talvez porque o Mosteiro não fosse rico. Poucas vezes, as nomeiam, citam-nas, a propósito do ordenado, das janeiras⁴⁹⁷, dos presentes que recebiam nas festas e por causa da sua alimentação. Aparecem mencionadas uma criada a trabalhar na casa da carne, uma na casa do peixe, uma na roda, uma ajudante de cozinha, uma a auxiliar na enfermaria e uma era sineira. Por vezes, aludem também a uma moça que ajudava a dar aos foles no órgão do coro alto, mas não se sabe se acumulava este com algum dos serviços anteriores.

A propósito das obrigações da moça do sino, cabia-lhe velar pelo relógio, tanger o sino e a sineta do coro, para que todas as religiosas acorressem a horas aos Ofícios Divinos. Referem-na, sobretudo por causa da perturbação que causava, quando por doença não podia cumprir o serviço, sobretudo em dias de festa. Assim, ficou estipulado pelos visitantes que nenhuma criada do convento pudesse negar-se a substituí-la neste trabalho, quando a mesma estivesse enferma. A veleira era também uma criada da comunidade, mas estava destinada ao serviço externo e morava fora da clausura.

Dentro da clausura, viviam também “criadas particulares”, que entravam, depois de receber autorização superior, para ajudar no serviço exclusivo de algumas religiosas⁴⁹⁸, pupilas⁴⁹⁹ ou recolhidas⁵⁰⁰. São vários os casos encontrados. A título de exemplo, destaca-se a autorização concedida às três irmãs brasileiras para se fazerem acompanhar na sua admissão em *Aracoeli*, em 1734, da criada Francisca de Santo António que haviam trazido do Brasil, a pretexto de as servir, justificando que tinham posses para o seu sustento, não sobrecarregando o cenóbio. Cada freira poderia ter apenas uma criada, mas muitas, para não dizer a maioria, não tinha nenhuma. Os dirigentes franciscanos procuraram restringir, cada vez mais, o seu número.

⁴⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 27 (1699) e liv. 97 (1708): a 5 moças das janeiras 5.000; liv. 115, fl. 23v (1783): a 6 Moças, 6.000; liv. 128, fl. 4v (1834): Deu-se a cada 1 das 4 criadas, mil réis pelas Janeiras, 4.000 réis.

⁴⁹⁸ Casos: Em 24/4/1712, Soror Micaela M^a das Saudades, escritã e a Abadessa Catarina do Monte Sinai assinaram a entrada da criada Joana da Piedade de Alcácer p/ servir a madre Andreza da Madre de Deus; AA, (c.a.) liv. 99, fl. 156v (1737): a comunidade deu a Anastácia, criada que foi da madre Vicença Micaela, a paga de 4.800 reis. Arq. Dist. de Évora, Breve Apost. e Benep. régio p/ Soror M^a Paula do Coração de Jesus ter como criada M^a do Carmo - PT/ADEVR/FE/DIO-1819-12-18 a 1820-03-10. TT, *OFM, Prov. dos Algarves, Conv. de Aracoeli*, maço 101, doc. 44 (Évora, 13-7-1753): Breve para se recolher em *Aracoeli* Ana da Graça, de Alcácer, p/ criada da Madre Rosa Narcisa do Paraíso, professora, e de suas sobrinhas as educandas Antónia Narcisa do Coração de Jesus e Francisca Angélica do Sacramento.

⁴⁹⁹ Antónia Fialho Conde, BNP, Ms 67, nº 3, doc. 45 (7-abril-1811), breve para Ana Benedita ser educanda e levar uma criada. “[...] todas as despesas necessárias à sua sustentação [...] deverão pagar ao mosteiro antecipadamente e de semestre a semestre, não só o gasto da educanda como da criada”.

⁵⁰⁰ BNP, *Reservados*, colecção em organização, caixa 13 «Nossa Senhora de Aracoeli», doc. 23 (1824). Foca o caso da recolhida Joaquina Lúcia de Vasconcelos que levou uma criada.

Num relatório de 1730, aparecem a dormir no interior do mosteiro de Alcácer, vinte e duas criadas. Ora, como só indicam seis conventuais⁵⁰¹, as particulares seriam, nessa data, muito mais numerosas, incluindo as *aposentadas*.

Para prevenir *toda a relaxação que há com as leigas em os conventos*, e perante algumas queixas, conflitos e mal-estar, cujo conhecimento chegara à hierarquia, nas visitas procurava-se verificar:

- se as criadas admitidas no interior do mosteiro, tinham todas obtido antes um breve de autorização das autoridades eclesiásticas;
- se a abadessa, capelão ou confessor despediam ou expulsavam estas serviçais, sem darem conhecimento aos superiores hierárquicos;
- se os mesmos autorizavam a mudança de uma criada do serviço de uma religiosa para o de outra;
- e mais ainda se davam licença às criadas da comunidade para se colocarem ao serviço particular das religiosas e vice-versa, sem qualquer aviso à hierarquia ⁵⁰².

Em caso de conflitos ou de zaragatas, das moças umas com as outras, causando grave perturbação ao ambiente conventual, as culpadas deviam ser expulsas⁵⁰³. Se acenassem, falassem das janelas para a rua, se levassem recados ilícitos e comunicações suspeitas⁵⁰⁴ e, mais grave ainda, se com as suas palavras e atitudes inquietassem ou pervertessem as religiosas mais jovens, deviam ser expulsas ou severamente punidas⁵⁰⁵. No caso de as criadas irem às grades fazer *toques e cantilenas e danças impróprias desses lugares*⁵⁰⁶, a abadessa tinha que as castigar, podendo ser expulsas por comportamento indigno, ficando proibido o seu regresso.

Destacam-se alguns registos de escravas ao serviço de *Aracoeli*, não obstante o seu reduzido número. Vimos o caso da antiga escrava brasileira Lourença Dias de Jesus embora, na sua entrada fosse já uma mulher livre. Também se encontrou, em 5 de julho de 1579, uma *escrava das madres do mosteiro d Araçelli*, que nesse dia, levara a filha a batizar na Igreja de Santa Maria do Castelo. Como atrás vimos, D. Catarina Salema, fundadora do Convento, levou em dote para o seu casamento um casal de escravos mulatos, mas mais nada conseguimos apurar acerca do seu destino. Em 1670, Soror

⁵⁰¹ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, mc. 101, doc. 12 (2-5-1730): M^a Teresa, moça da roda; Bernarda M^a, moça da enfermaria; Damiana da Conceição; Rosa da Conceição; Catarina de Deus e M^a da Assunção.

⁵⁰² AA, *CNSA*, 03/001, fls. 32v-33 (março 1711).

⁵⁰³ *Ibidem*, fl. 3v (24 out.º 1691).

⁵⁰⁴ *Ibidem*, fl. 6v (25 nov.º 1692); fl. 62v (dez.º 1721).

⁵⁰⁵ *Ibidem*, fls. 62v-63 (dez.º 1721).

⁵⁰⁶ *Ibidem*, fl. 77 (1779).

Simoa Luísa da Rocha, religiosa professa, herdou de seus pais dois escravos casados que a tinham criado: João de Seixas, pardo, e sua mulher Joana Soares, preta da Guiné. Deu-lhes alforria, ficando ele obrigado a «assistir a todos seus negócios e demandas» e ela a servi-la, assim como à sua tia Soror Filipa dos Serafins e à sua prima Soror Filipa da Glória, enquanto fossem vivas. Se o não fizessem, a alforria ficaria sem efeito⁵⁰⁷. Há ainda o caso de Eugénia, escrava de cor negra (com uma filha pequena de nome Ana), a quem Luís Perdigão dá alforria, em atenção ao facto de sempre o ter servido bem e para prover às necessidades da criação da menina. Impunha como condição que Eugénia servisse Rosa Maria, sua filha, que vivia em *Aracoeli*. Não sabemos se como freira, educanda ou recolhida⁵⁰⁸.

3.3.7. As relações do mosteiro com o exterior

3.3.7.1. O pessoal de fora

3.3.7.1.1. O Sacristão e o donato

Ligado ao serviço da sacristia e da igreja estava o sacristão que ajudava no serviço litúrgico e fazia ainda outros trabalhos para a comunidade, mas não podia entrar na clausura⁵⁰⁹. Em épocas mais recuadas, surge na documentação o “donato”, ou seja, um irmão leigo que desempenhava as mesmas funções e auferia idênticos proventos⁵¹⁰. O sacristão recebeu sempre quatrocentos réis por mês e mais três alqueires de trigo. Só, em 1824, o seu salário subiu para seiscentos réis⁵¹¹, mas nesta altura, por ordem do Ministro Provincial, o sacristão passou a desempenhar também as funções de procurador da Comunidade⁵¹². Cabia ainda nas funções do donato e do sacristão a obrigação de tocar os sinos, seguindo o estipulado pela abadessa e velar pelo serviço, preservação e alindamento da igreja.

⁵⁰⁷ Arquivo Dist. de Setúbal, Fundo Notarial, Alcácer, liv. 3/9, f. 93 v e 102v (30-09-1670 e 9-10-1670). Agradece-se esta informação a Jorge da Fonseca.

⁵⁰⁸ Arq^o. Dist. de Setúbal, Fundo Notarial, Alcácer, liv. 4/14, fl. 4. Agradece-se a Jorge da Fonseca.

⁵⁰⁹ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. VI, p. 103.

⁵¹⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12 (1699) donato, 380 rs; fl. 17v (1699): barco da ida e vinda a Setúbal, 120 réis; ao Donato, quando o despediram 750 réis; (c.a.) liv. 96, fls. 6 (1705): 1 cobertor de papa e 400 réis de ordenado; fl. 30v (1705): gasto c/ o donato e c/ a besta, 300 réis; ao donato por arrecadar o pão, 750 réis; fl. 149v (1705): deu-se-lhe 36 alq. de centeio, 3 em c/ mês; (c.a.) liv. 103, fl. 43 (1748): a M^{dre} Antónia Jacinta pagou p/ ofícios de Refeitório e Donato 50.000 réis; liv. 107, fls. 13v, 19 e 23v (1759 e 1760): aves, caça, carneiro p/ o Donato e fl. 44 (1761): 1 hábito e 1 túnica, 4.800 e 600 réis.

⁵¹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 118 (18 jan.^o 1699 a fev.^o 1701) ao moço da sacristia pagaram 400 réis cada mês; ver, entre outros, os livros 96, 97, 98, 99 e 100; (c.a.) liv. 125, fl. 31v (março 1824): 600 réis.

⁵¹² AA, CNSA/02/063 (fev.^o 1824). Com a reestruturação das finanças de *Aracoeli* o sacristão passou a ter 1 tostão de ração diária e um salário mensal de 600 réis; tinha ainda, anualmente 20 alq. de trigo e 20 de centeio. Como Procurador da Comunidade, esta era responsável pelas suas despesas nas saídas e por arranjar quem o substituísse nas funções de apoio religioso. Recebia mais 20 alq. de trigo e as deslocações.

A comunidade preocupava-se com o sacristão, pois, já próximo da extinção do Convento, as freiras asseguraram o pagamento dos seus tratamentos e banhos nas Caldas da Rainha a fim de que pudesse recuperar a saúde⁵¹³.

3.3.7.1.2. A veleira

A “veleira” ou “vileira” é uma figura que permaneceu, ao longo da vida do mosteiro, destacando-se pelas funções sobretudo externas que desempenhava. Aparece no grupo das criadas, mas sempre, como “criada de fora”⁵¹⁴. Tinha direito a habitar uma casa, quase pegada ao próprio convento e muito próxima da portaria. Entre os vários trabalhos, fazia a ligação entre a comunidade e a vila. No fim do século XVII, há uma referência a um filho da veleira a trabalhar também no mosteiro⁵¹⁵. Em 1707, uma mulher chamada Teresa e a sua neta surgem a ganhar 600 réis por servirem na portaria⁵¹⁶, parecendo que a avó fazia o trabalho de veleira e a neta seria uma criada da comunidade.

É possível que a veleira fosse, em geral, solteira ou viúva, mas também poderia acontecer que chegasse a fazer parte do chamado “casal da portaria” que eram dois criados com funções semelhantes⁵¹⁷. Para além do trabalho no exterior, o ofício da veleira também estava relacionado com a portaria, pois em 1715, o visitador refere que foi informado que a veleira *falta às obrigações do seu ofício e às religiosas no seu ministério, ocupando-se alguns dias a lavar roupa*, embora o mosteiro pagasse uma avença a uma lavadeira⁵¹⁸. Repare-se na sua ligação ao trabalho da roda, pois a escritã regista que tiveram que pagar a quem “acudiu” ao serviço da roda por ter morrido a veleira⁵¹⁹. E esta surge ainda a fazer outros trabalhos, como por exemplo, cair o hospício⁵²⁰.

A comunidade tinha a obrigação de a vestir e calçar, o que cumpria, geralmente, pela feira anual de Alcácer que se realizava em abril (autorizada em 1433)⁵²¹. Em cada

⁵¹³ AA, liv. 130, fl. 131v (1866): deu-se ao sacristão para ir para as Caldas, 3.240 réis.

⁵¹⁴ A título de exemplo, ver AA, CNSA/02/063 (fev.º 1824), artº 6º; AA, liv. 128, fl. 29 (maio de 1839).

⁵¹⁵ AA, (c.a.) liv. 95 (c.a.), fl. 10 (abril 1699): soldada ao filho da veleira, do mês de março, 300 réis.

⁵¹⁶ AA, (c.a.) liv. 96 (c.a.), fl. 96 (nov. 1707).

⁵¹⁷ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 136 (nov. 1746): Deram a António e Úrsula, servos da portaria, 1.000 réis.

⁵¹⁸ TT, TSO/IE, proc. 8288, s/n (penúltimo fólio – fevº 1688): a escuta tem como obrigação dar as roupas às lavadeiras e depois entregá-las lavadas às servas das religiosas”; liv. 114, fl. 16v (dezº 1779): deu-se à Lavadeira de 6 meses, 1.000 réis; liv. 125, fl. 22 (out.º 1823): Deu-se à Ama da Roupa por 6 meses 2.500.

⁵¹⁹ AA, (c.a.) liv. 118, fl. 3 (março 1800); mandaram dizer 15 missas pela alma da Veleira, 2.250 réis.

⁵²⁰ AA, liv. 109, fl. 83 (nov.º 1767): “Deu-se à Veleira por cair o hospício”, 900 réis.

⁵²¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 10 (1699): 240, à conta dos 500 réis p/a hũ calçado”; liv. 96, fl. 15vº e 43, (1705 e 1706): p/ calçado 480 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 12 (1708): p/ sapatos 480 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 8v (1753): do calçado anual, 480 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 10v (1741): calçado, 480 réis; (c.a.) liv. 107, fls. 3v e 21 (1759 e 1760): calçado, 400 e 500 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 6v (1762): calçado 400 réis; (c.a.) liv. 109, fls. 7v, 38v e 68v (1765, 1766 e 1767): calçado, 480; (c.a.) liv. 117, fls. 6, 22 e 43 (1791, 1792 e 1793): calçado, 480 réis.

triénio a abadessa deveria dar-lhe, pelo menos, um vestido, cujo preço oscilou, entre 2.500 e 3.000 réis⁵²². A título de exemplo, verificamos que, em abril de 1758, as religiosas deram à veleira 3.500 réis para que comprasse um vestido e um par de sapatos.

Entregavam-lhe mais dinheiro, quando o pagamento incluía também as suas ceias. A veleira auferia um salário mensal, mas tinha direito a ceias, ora em géneros (“comedias”) ora em dinheiro⁵²³. Recebia também um alqueire de azeite por ano⁵²⁴, dois alqueires de trigo e um alqueire de centeio por mês⁵²⁵, para fazer o seu próprio pão, pois, a sua casa possuía um forno próprio.

No fim de 1755, regista-se a morte da veleira, mas não referem se foi por causa do Terramoto⁵²⁶. Após algum tempo, surge no cargo Francisca Teresa⁵²⁷; em 1834, ocupava o ofício Maria Inácia⁵²⁸ e, o mesmo continuava ocupado, no início dos anos sessenta⁵²⁹. Na altura da extinção, já não citam a veleira, falam apenas da sua casa.

3.3.7.1.3. O carreiro

A função do carreiro era conduzir o carro de bois e a carreta ou carroça do mosteiro. Fazia um serviço indispensável à comunidade: o transporte de bens, desde cereais, palha, tojo, lenha, água, animais, materiais de construção e muitas outras mercadorias. Quando estava doente era necessário substituí-lo, agravando os gastos⁵³⁰. Para além do que recebia, como ordenado, em dinheiro e em géneros, tinha direito a habitar uma casa que ficava junto ao hospício, em frente do edifício conventual.

Nas despesas, entrou, várias vezes, a compra de uma manta, para agasalhar o carreiro, nas suas muitas viagens de serviço⁵³¹. Durante, quase um século, auferiu o

⁵²² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 96 (1707): “parafina e avios para o fato da vileira”, 3.180 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 84v (1710): vestido, 3.500 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 157 (1734): o vestido, 3.000; (c.a.) liv. 100, fl. 108v (1740): vestido 3.000; (c.a.) liv. 107, fl. 59A (1761): vestido, 3.000 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 73v (1765): vestido, 2.500 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 97v (1768): vestido, 3.000; (c.a.) liv. 123, fl. 87 (1819): 1 vestido, 3.000 réis.

⁵²³ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 61 (1758); liv. 110, fl. 76 (1771) e liv. 111, fl. 61v (1774): à Veleira: vestido, calçado e ceias 4.980 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 110 (1740 e 1741): Veleira 1.500 réis; (c.a.) liv. 107, fls. 14v e 38v (1760 e 1761): Veleira “hũas ceyas” 500 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 68v (1767): ceias / 2 anos 1.000 réis.

⁵²⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12 (1699): à Veleira 1 alq. do azeite que se lhe devia dar em janeiro, 900 réis.

⁵²⁵ Ver AA, (c.a.) liv. 107, fl. 78v; (c.a.) liv. 108, fls. 98v e 105 (1762 e 1763); (c.a.) liv. 96, fl. 149v (1705).

⁵²⁶ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 85v: à Veleira 12 alq. e como morreu não lhe tocaram mais que 9 alqueires.

⁵²⁷ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 12 (1762).

⁵²⁸ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 87 (4/3/1834): deram-lhe 7 alq. de trigo.

⁵²⁹ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 22: Deu-se ao sangrador que sangrou a veleira, 320 réis.

⁵³⁰ *Ibidem* fl. 26 (1760) e fl. 56v (1761): c/ o carreiro doente, deu-se 960 réis a quem trouxe a palha.

⁵³¹ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 3 (1759): 1.500 réis e (c.a.) liv. 109, fl. 39 (1766): 1.200 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 68 (1788): 1.400 réis.

salário de mil réis, por mês⁵³² que aumentou depois para 1.200, 1.400 réis⁵³³ e chegou aos 8.000 e 10.000 réis, quando já se anunciava a extinção⁵³⁴. Davam-lhe para a sua alimentação os chamados “condutos”⁵³⁵ e, recebia ainda, mensalmente, dois alqueires de trigo, cinco alqueires de centeio para o seu pão e pagavam-lhe um extra sempre que lhe pediam e ele media os cereais. No plano de reestruturação económica do mosteiro de 1824, o carreiro surge como tendo direito a receber 14 tostões por mês, um moio de centeio e 24 alqueires de trigo por ano, mas era obrigado a trazer, em acréscimo, para o Convento uma carrada de lenha grossa distribuída pelas religiosas e ainda pelos padres do hospício⁵³⁶. O carreiro aparece nas listas das dívidas do Convento⁵³⁷, comprovando que a comunidade, por vezes, protelava o pagamento do seu ordenado.

Era de tal modo um homem da confiança da hierarquia franciscana que o visitador, em 1691, ordenou que na portaria principal *a lenha a não meterá senão o carreiro do convento*⁵³⁸. Poucos anos depois, volta a ser ordenado que nenhum criado de fora pudesse entrar da porta Regral para dentro, com qualquer objeto. E se fosse imperioso fazê-lo, apenas se autorizaria o carreiro ou o criado da portaria⁵³⁹.

As escritãs registam os seus muitos trabalhos em prol da comunidade, mas aludem também a peripécias como a do carreiro que fugiu mal recebeu o cereal do seu sustento⁵⁴⁰. Se da maioria se evidencia o labor, só de muito poucos ficou o seu nome⁵⁴¹.

3.3.7.1.4. Os criados da portaria

Na documentação, surgem um homem e uma mulher, designados “como casal da portaria”. Ele recebia um ordenado de 400 réis e ela 300 réis⁵⁴². Há oscilações, mas o da mulher mantém-se mais tempo, sem aumento, embora, muitas vezes, o ordenado do casal

⁵³² A título de exemplo, ver: AA, (c.a.) liv. 96, fl. 12 (maio 1699) e (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 8v (1723).

⁵³³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 3 (1759), (c.a.) liv. 124, fl. 1v (1819) e (c.a.) liv. 125 a), até fl. 42 (1825): recebeu 1.400 réis, mais condutos que atingiam 2.800 réis mensais e ainda cereais.

⁵³⁴ AA, (c.a.) liv. 125 (2ª parte), tendo subido 8.000 réis em março de 1831. Manteve-se assim até dezº 1855 - (c.a.) liv. 129; subiu para 10.000 (1856) (c.a.) liv. 130, fls. 9-10 e, assim se mantém, enquanto há registos.

⁵³⁵ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 1 (março 1822): de condutos do carreiro, 2.800 réis.

⁵³⁶ AA, CNSA/02/063 (fev.º 1824), artigo 7º.

⁵³⁷ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 13 (1ª p.º 1823): a Francisco Cigano, Carreiro, de salários e condutos 40.600 réis.

⁵³⁸ AA, CNSA/03/001, fl. 2 (out.º 1691): “a quem assistirão sempre as oficiais da porta e hũa das preladas”.

⁵³⁹ *Ibidem*, fl. 11 (out.º 1694).

⁵⁴⁰ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 148 (1708/1709): “hũ carreiro fugiu no princípio do mês e levou 1 alq. de trigo”.

⁵⁴¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 24 (1705): Manuel de Faria; liv. 98, fl. 217v (1733): Francisco Soares; (c.a.) liv. 101, fl. 157 (1741): António; liv. 114, fl. 105v (1780): Vicente Lopes; (c.a.) liv. 112, fl. 89v (1789): José Joaquim; (c.a.) liv. 123, fl. 95v (1819): Jerónimo; (c.a.) liv. 119, fl. 86 (1802): Manuel Rodrigues e Manuel Lopes; (c.a.) liv. 120, fl. 9 (1804): Francisco Joaquim; (c.a.) liv. 125, fl. 13 (1819/25): Francisco Cigano.

⁵⁴² É o caso de Maria Nunes que recebeu 300 réis. Ver (c.a.) liv. 95, fl. 33 (fevº 1700) e meses sucessivos.

se registre em conjunto⁵⁴³. Também recebiam, cada um, entre alqueire e meio e três alqueires de trigo, cada mês⁵⁴⁴, mais as rações alimentares. Há registros de dois “moços” em simultâneo a desempenharam essa função na portaria⁵⁴⁵. Estes servos, homens ou mulheres eram considerados criados de fora, pois, para além do serviço na portaria, faziam também outros serviços externos⁵⁴⁶. No plano económico de 1824, aparece apenas um criado com um salário mensal de 9 tostões e um moio de centeio por ano⁵⁴⁷.

Como atrás vimos, estava ordenado que nenhum criado de fora pudesse entrar da porta regral para dentro, com algum objeto. Se fosse imprescindível fazê-lo, só o criado da portaria ou o carreiro estariam autorizados a transpor o limiar dessa porta⁵⁴⁸.

3.3.7.1.5. A lavadeira

O trabalho feito pelas lavadeiras ou lavadeira era muito importante. Os próprios visitantes referem-se a este assunto ao determinarem que, cada sábado, “a roupa das religiosas” fosse entregue à lavadeira na grade da portaria, “com toda a decência e compostura”⁵⁴⁹. Indica-se também a lavagem da roupa das “quatro oficinas”⁵⁵⁰, incluindo as vestes sacerdotais, os corporais e os paninhos de altar. A que se sujava na enfermaria e no refeitório era entregue a uma lavadeira exterior, não sabemos se a mesma ou outra que a vinha buscar e entregar na portaria, depois de lavada e passada⁵⁵¹. Acrescenta-se a despesa com a lavagem da roupa dos padres, geralmente com destaque para os cobertores

⁵⁴³ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 7 (fev.º 1708): à mulher que serve 300 réis e ao moço 480 réis; fls. 25 e 28v (1708): ao casal da portaria, Fernandez e a sua mulher, 700 réis. A partir desta data, recebem os dois, quase sempre, 800 réis. Anos volvidos, passaram a receber 500 réis cada: AA, liv. 99, fl. 13 (1735): José e Ana, mil réis.

⁵⁴⁴ Por exemplo ver AA, (c.a.) liv. 95, fl. 39v (maio 1700): a alqueire e meio cada mês.

⁵⁴⁵ AA (c.a.) liv. 95, fl. 10 (abril 1699), eram moços da portaria Miguel Rodrigues com 400 réis e o filho da veleira que recebeu 300; liv. 97 A/3, fl. 23v (maio 1723), José e Caetano receberam cada um 500.

⁵⁴⁶ Ver *ibidem*, fl. 15 v (1699): 4 dias do aluguer de uma besta em que foi o Rodrigues a Montemor, 1.050 réis; fl. 31v (1700): “aluguer de hu jumento em que foi o Rodrigues 3 dias a ver e comprar carneiros”, 360 réis; (c.a.) liv. 97 A (1723) fl. 34v: Deram a Joseph por 2 vezes que foi a Lisboa: uma buscar encomendas p/ a festa de Nª Madre e outra a 1 negócio do convento”, 720 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 13 (1735): “a Joseph para conduzir as encomendas, para aluguer de bestas e fretes de barcos”, 2.460 réis.

⁵⁴⁷ AA, CNSA/02/063 (fev.º 1824), art.º 7º.”

⁵⁴⁸ AA, CNSA/03/001, fl. 11 (out.º 1694).

⁵⁴⁹ *Ibidem*, fl. 1.

⁵⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 22v, 29v, 44v, 59 e fl. 81v (1701): por lavar a Roupa das 4 oficinas; (c.a.) liv. 97, fl. 30 (1708): “lavadeira que lavou a roupa das 4 oficinas, 4.000 réis”; (c.a.) liv. 79 A/3, fls. 93v e 139: (1724): “a Lavandeyra de sua avenssa dos quatro officios”, 4.000 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 57v (1733): pelo mesmo, 4.000 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 140v (1746-47): “pela avença da Roupa dos officios”, 4.000 réis.

⁵⁵¹ AA, CNSA, 01/001, fl. 1 (1688); (c.a.) liv. 95, fl. 44v (1700) e fl. 59 (1701): “Derão à lavadeira pela roupa da Sacristia e Refeitório, 2.000 réis; liv. 101, fl. 10v (1741): à Lavadeira, 2.000 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 29 (1837): a quem lavou a roupa da enfermaria, 120 réis e fl. 42 (setº 1838): a quem lavou as toalhas da Enfermaria, 80 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 24 (setº 1844).

e cobertas e a compra de sabão⁵⁵². Ao dispêndio com a lavadeira somava-se também o gasto com carvão e alguns pós que eram comprados para engomar a roupa da sacristia⁵⁵³.

O preço da avença da lavadeira oscilou nos registos dos livros de contas, chegando a atingir o valor anual de 6.000 réis⁵⁵⁴. É também referenciado, embora poucas vezes o trabalho de uma *Roupeira*⁵⁵⁵. E, cita-se ainda a necessidade de tingir roupa⁵⁵⁶.

3.3.7.2. Outros profissionais

3.3.7.2.1. Os procuradores

Os procuradores estão no cerne da vida económica do mosteiro. A Regra estabelecia que a abadessa poderia escolhê-los, exonerá-los, mas também mandatá-los, mediante procurações. Cabia ao procurador do mosteiro o cuidado de cobrar as rendas e fazer a administração dos bens da comunidade, tendo como norma que “*nenhũa cousa possa vender fora, nem das couzas do Convento, nem fiar, nem trocar, nem obrigar, nem escambar, em nenhũa maneira, senão com licença da Abadessa e do Convento*”⁵⁵⁷. Velaria pela entrega atempada e rentabilidade do dote das religiosas⁵⁵⁸, das suas heranças, dos conflitos judiciais, da renegociação de dívidas e outros problemas⁵⁵⁹. Deveria discutir os negócios que implicavam a aplicação das normas de direito civil e consuetudinário, em harmonia com as normas da Regra⁵⁶⁰, tanto nos meios eclesiásticos como civis. Com

⁵⁵² AA, (c.a.) liv. 95, ll. 24v (1699): “hu cobertor, colcha e 3 colchões que se lavaram” em os moinhos, cem réis; fl. 80 (1701): sabão p/ se lavarem os cobertores dos Padres 30 réis; liv. 96, fl. 71 (1707): sabão p/ cobertores e p/ 3 colchões dos padres, cem réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 69 (1724): p/ “emsaboar umas cobertas do Vigário”, 30 réis; fl. 78: “meio aRatel de sabão p/ as cobertas do Confessor”, 30 réis.

⁵⁵³ AA, (c.a.) liv. 123, fl. 114v (1836): 1 saca de carvão p/ se engomar a roupa da Sacristia, 120 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 56 (1847): 1 saca de carvão, 100 réis; fls. 29 e 33 (1845); fl. 37v (1845): lavagem da roupa da sacristia e pós para a engomar.

⁵⁵⁴ AA, liv. 95, fl. 97v^o (1707): a Dionísia Ribeira p/ acabar de pagar a roupa das oficinas (1707), 2.250 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 81v (1816): p/ a Ama da roupa, por lavar a da sacristia e a da cama dos padres, 6.000; liv. 100, fl. 108v (1740): à Lavadeira por 1,5 ano 6.000; (c.a.) liv. 123, fl. 87 (1819): partido da Ama de roupa e cama dos Padres, 15 meses, a 6 mil por ano, 7.500 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 60 (1812): à lavadeira pela roupa da igreja e dos Padres, 5.000; (c.a.) liv. 125, fl. 43v (1824): à Lavadeira p/ 1 ano 5.000.

⁵⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 106 (1791): Deu-se à Roupeira – 4 alq. de trigo; c.a. liv. 119, fls. 47 e 48 (1804): deu-se à Roupeira (tratava do vestuário) 1.200 réis e à Lavadeira p/ 6 meses, 2.000 réis.

⁵⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 43v (julho 1811): 1.400 réis por umas cortinas que se mandaram tingir.

⁵⁵⁷ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. XXI.

⁵⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 46v (1700): gastou Frei António da Nazaré quando foi a Évora pelo dote de Soror Francisca Micaela; papéis de o pôr a juro, 840 réis; 1 cavalgadura e comida para ela oito dias, 1.150 réis.

⁵⁵⁹ AA, CNSA 02-04 fl. 6B (1578-02-10): Antonio Afonso, procurador do Convento. AA, (c.a.) liv. 95, fls. 12 e 30 (1699 e 1700): o P. Amaro Antunes, como procurador foi tratar de 1 causa em Lisboa; gastos do escrivão e letrado em Lisboa 1.500 réis; “Derão ao escrivão que tresladou o feito e embargos e asinaturas que forão para Lisboa” 1.864 réis; fl. 42 (1700): 1 jumento para Frei António da Nazaré ir a Évora desembargar o dote de Soror Luísa da Madre de Deus, 840 réis; custas com as certidões e desembargar o dinheiro, 500 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 74v (1745): 1 procuração lançada nas notas para o Rio de Janeiro para se fazer a partilha do pay da M^{adre} Antónia Jacinta”, 900 réis; liv. 117, fls. 45e 46v (1793): procurações.

⁵⁶⁰ É o que afirma Antónia Fialho Conde, para o Mosteiro de S. Bento de Cástris, *ob. cit.*, p. 348.

alguma frequência, via-se obrigado a recorrer a vários oficiais, para agilizar a resolução dos problemas que trazia em mãos, pagando-lhes tal auxílio, o que acontecia, inclusive nos tratos com a corte régia, como atestam os gastos aí feitos⁵⁶¹.

Muitos foram os procuradores que trataram dos negócios destas clarissas, sendo a maioria franciscanos, não raras vezes um dos dois clérigos – o confessor ou o capelão – que apoiavam espiritualmente a comunidade. Mas também houve leigos⁵⁶². Em 1824, vemos o sacristão a ser escolhido para desempenhar essas funções.

Qualquer pessoa envolvida nos assuntos económicos da comunidade, incluindo o procurador tinha de se aproximar do locutório. Era aí que se afinavam as cláusulas e se celebravam os contratos. Do lado de dentro das grades, ocultas por uma cortina, estavam a abadessa, a vigária, a escritã e as discretas que, sem serem vistas, escutavam e eram ouvidas pelos que de fora com elas tratavam os assuntos. Geralmente, vinha um tabelião para este serviço, assim como os outros contratantes. Havendo acordo, na presença de testemunhas, assinavam-se os documentos.

Verifica-se que os procuradores apresentavam contas dos gastos em serviço externo: comida, dormida, transportes, fora as despesas com os negócios propriamente ditos. Um exemplo: em 1761, registou-se a compra de um cavalo e os respetivos arreios na feira de Grândola, para serviço do padre procurador⁵⁶³. Por causa deste cavalo ficar doente, a comunidade teve de alugar um outro para o mesmo se deslocar à Herdade de Algeda e, por fim, tiveram que comprar um novo cavalo, em maio de 1762⁵⁶⁴.

De alguns procuradores só se conhecem os nomes, por causa da obrigação da comunidade ter de saldar as dívidas contraídas no seu tempo. Por exemplo, em 1779, a comunidade teve de pagar o valor da arrematação de dois bois feita pelo procurador Frei João de Santa Catarina no triénio de 1765-68, mais os juros de doze anos da dívida⁵⁶⁵.

⁵⁶¹ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 86v: “de luvas que se derão a Luís de Loureiro por andar no seguimento da corte com o padre Capelão de maio até agosto [...], 96.000 réis; do gasto que fez o Padre Capelão de maio até agosto no requerimento, jornadas e assistência da corte, 60.000 réis”.

⁵⁶² Exemplos: AA, CNSA, 02/004 (1578): era Procurador João Afonso, de Alcácer; liv. 98, fls. 206 e 207v (1732 e 1763): gastou-se c/ o procurador Vicente Neto: 20 e 44 alq. trigo; TT, *Arq. Hist. do Minist.º das Finanças, Conv. Aracæli*, cx. 1950 (lista nº 26, fls. 5, 6 e 8, 1864, Grândola) - Prudêncio António de Matos; Liv. 129, fl. 11 (1842): recebeu Joaquim António Granito: 8.800 + 57.600 + 24.000 + 57.600 + 28.800 + 57.600 + 24.000 + 19.200 + estalagem p/ diversos tempos e pela gratificação exigida, 30.240 réis.

⁵⁶³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 49v (julho 1761). O cavalo custou 14.400 réis e os aprestos 250 réis.

⁵⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 8v (maio 1762): gastaram 860 réis.

⁵⁶⁵ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 11v (1779): pagou-se ao órfão Manuel José por 2 bois que lhe arrematou pelo Juízo dos Órfãos o P. Frei João de Santa Catarina, sendo Procurador desta Comunidade, ao tempo do triénio da R. M. Catarina Tomásia 38.400 réis; mais dos juros vencidos de 12 anos e 10 meses, 14.400 réis.

Os procuradores acompanharam a vida da comunidade até ao fim. Com efeito, ainda em 5 de março de 1872, encontramos Soror Maria da Conceição de S. José, junto à grade velha, a passar uma procuração a José Fernandes de Carvalho, para que a bem da justiça e do interesse do cenóbio, pudesse assistir aos inventários, nomear louvados e praticar outros atos da administração dos bens conventuais⁵⁶⁶. Foi este o escolhido como fiel depositário dos bens de *Aracoeli*, depois do falecimento desta religiosa (1874-02-02).

3.3.7.2.2. Médico, cirurgião e sangrador

Havia normas estritas, quer emanadas da Regra quer das visitas, para a entrada na clausura do médico, do cirurgião e do sangrador. Os procedimentos obrigatórios para que estes profissionais pudessem aceder à enfermaria, para ver e tratar as doentes consistiam: no conhecimento prévio ao confessor ou ao vigário; deveriam ir diretamente para onde estava a doente, acompanhados por mais do que uma religiosa, cobertas com os seus mantos e véus, sem falarem, a não ser sobre o estado da enferma⁵⁶⁷.

Recebiam dinheiro e cereais o que representava uma despesa significativa para a Comunidade, como comprovam as despesas nos livros de contas. A título de exemplo, veja-se que só nos curativos, em 1813, pagaram ao Dr. Nobre dez moedas de ouro⁵⁶⁸. Os médicos figuravam ainda numa lista do mosteiro como “pessoas das obrigações”, ou seja, recebiam presentes em datas festivas. No período do Natal, na Páscoa e na festa de Santa Clara, a comunidade oferecia lombos de porco e quartos de cabrito ao médico, cirurgião e sangrador, assim como ao letrado e a outras figuras de relevo⁵⁶⁹.

A documentação, apenas num caso, afirma ter sido o serviço médico gratuito⁵⁷⁰.

Verificou-se que o médico, o cirurgião e o sangrador, surgem, por vezes, genericamente, designados como facultativos⁵⁷¹, mas os dois primeiros gozavam de um estatuto superior. A maioria das vezes, são citados apenas pela profissão, sem o respetivo nome próprio ou apelido (por exemplo, um médico francês, um médico de Setúbal, um

⁵⁶⁶ ANTT, caixa 1950, capilha 2, caderno, fl. 34 (março 1872).

⁵⁶⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 1 (dez.º 1688), 2 (nov.º 1689), fls. 4-4v, 6v e 11 (1694).

⁵⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 97 (fev.º 1813). As 10 moedas de ouro valiam 48.000 réis. Sobre a distribuição de trigo, veja-se o ano de 1705 (liv. 96, fl. 148): deu-se ao médico Dr. Manuel Gomes 1 moio; a Amaro de Oliveira e João Neto, sangradores 15 alq. cada um e ao cirurgião Diogo Valente 10 alqueires.

⁵⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 108, fls. 49, 55v, 71v e 85v (dez.º 1763, 1764, 1766 e 1767): das marrãs ou porcos se tiraram os quartos p/ as obrigações; (c.a.) liv. 95, fl. 151 (1701): 4 quartos de carneiro ao médico, sangrador, cirurgião, letrado, que 4 pesaram 1 arroba; (c.a.) liv. 104, fl. 5v (1750): carne do açougue p/ a Comunidade e propinas dos oficiais da medicina e mais obrigações pela Páscoa, 10 arrobas e 21 arráteis, 8.520 réis.

⁵⁷⁰ Cf. ANTT, OFM, mc. 101, n.º 7 (antes de 1689). Refere-se ao Dr. Lopes Soares, de Setúbal.

⁵⁷¹ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 53 (1847): facultativos 22.600; fl. 65v (1848): ao facultativo, 13740 réis.

médico da vila, um cirurgião). Aparecem nomeados: Dr. Inácio Gião em 1692⁵⁷², Dr. Manuel Gomes em 1705, o Dr. Manuel Ramos e o Dr. Manuel Gomes da Silva em 1707; o Dr. Pedro Gomes Varela, o Dr. João Mendes e o Dr. Manuel da Maia Borges, estes três na década de vinte do século XVIII⁵⁷³. São citados mais dois médicos, um de apelido Nobre⁵⁷⁴ e outro Chaves em 1825 e também uma década depois, só que nesta data, o primeiro já tinha falecido⁵⁷⁵. Os cirurgiões são Diogo Valente⁵⁷⁶, António de Oliveira⁵⁷⁷, António José da Cunha⁵⁷⁸ e José Joaquim Henriques⁵⁷⁹. Quanto aos sangradores surgem João Neto e Amaro de Oliveira depois de 1705; Jerónimo Neto, na década de vinte⁵⁸⁰ e mais tarde, José Martins de Carvalho e o barbeiro M. Vicente⁵⁸¹. Estes últimos deviam, para além dos tratamentos, fazer a barba ao capelão e ao confessor⁵⁸². Pagavam-lhe os honorários, mas também o material necessário às sangrias⁵⁸³, a cera e as “bichas”⁵⁸⁴, pois era prática habitual aplicar sanguessugas, assim como fazer sangrias⁵⁸⁵ e purgas⁵⁸⁶.

Poderiam apenas recorrer ao serviço de um único médico, mas, no início do século XVIII, é admitida a assistência de dois em simultâneo porque se constatou que, só com um, muitas religiosas tinham dificuldade em aceder aos seus cuidados⁵⁸⁷. Ao Dr. Manuel Ramos juntou-se o Dr. Manuel Gomes da Silva, para que com dois médicos, pudesse haver uma melhoria na assistência às religiosas enfermas⁵⁸⁸.

⁵⁷² *Ibidem*, fl. 6v: ordenamos que dê o partido por inteiro ao Doutor Inácio Gião.

⁵⁷³ AA, (c.a.) liv. 97 A, fls. 152v, 171 e 172.

⁵⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 45 (1811): idas do Doutor Nobre às doentes, 6.400 réis e liv. 121, (2ª parte) fl. 45 (1825): ao médico Nobre 1 moio de centeio, 28.800, fl. 49 (1825) 16.800 e fl. 82v (1833): 30 alq. de trigo.

⁵⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 45 (1825): ao médico Chaves 1 moio de centeio, 28.800 e fl. 82v (1833): 5 alq. de trigo; fl. 87 (1834) – Dívida ao médico Chaves 55 alq de centeio e 25 alq, de trigo.

⁵⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 148 (1705); liv. 97 A, fls. 152v (1723).

⁵⁷⁷ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 8v (maio 1747): por curar o Vigário 2.400; “curar o Capelão”, 3.000 réis.

⁵⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 122, fl. 75 (out.º 1815): curativo das Religiosas e criadas, 26.000 réis.

⁵⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 123, fl. 87 (fev.º 1819): pela cura e assistência ao criado João Gabriel, 1.440 réis.

⁵⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 148 (1705); e liv. 97 A, fls. 152, 171 e 172 (1723-25).

⁵⁸¹ AA, (c.a.) liv. 122, fl. 75 (out.º 1815) a José Martins de Carvalho, 8.560 réis p/ 2 anos: sangrias e cura de cáusticos e cuidados; liv. 123, fl. 87 (fevº 1819): ao barbeiro Vicente M. “de sangrias fez”, 3.120 réis.

⁵⁸² AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 172v (1725): deu-se a Manuel Nunes “por Brabiar os padres” 10 alq. [centeio].

⁵⁸³ *Ibidem*: de sangrias e curativo de cáusticos, 8.400 réis; (c.a.) liv. 127, fl. 1 (1825): fita de lã e sangrias.

⁵⁸⁴ AA, (c.a.) liv 97 A/3, fl. 69 (1724): “saguexugas”, 40 réis; liv. 105, fl. 27v (1754); (c.a.) liv. 100, fl. 28v (1738): 60 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 4v (1756): “Bixas para João da Roxa, 120 réis e para sua May” 200 réis; (c.a.) liv. 125 (2ª parte), fls. 54 e 54v (1831): 12 bichas, 240 e 24 bichas, 480 réis e fl. 78 (1833): “bichas do triénio”, 4.440; (c.a.) liv. 101, fl. 44 (1742): “xanbixugas”, 160 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 89 e (2ª parte), fls. 98 e 110 (1834 e 1835); 5 dúzias, 1.220 e 2,5 dúzias 600 réis; (c.a.) liv. 128, fls. 3v (1834): 2 dúzia, 480 e 30v (julho 1837): 4 dúzias, 1.440; fl. 4v (1834): 12.240 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 15 (1843): 200 “bichas”, 4.000 e fl. 80 (1850): “Bichas”, 2.000 réis.

⁵⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 125 (2ª parte), fl. 78 (1833): ao sangrador, 1 triénio 4.660 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 54v (1839): 2 cáusticos, mil réis; fl. 65v (1840): visitas: sangria, cáusticos e curá-los, 2.400 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 15 (1843): 3 sangrias, 600 réis; fl. 15v (1844): 2 sangrias, 400 réis.

⁵⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 97 (dezº 1707): purga p/ o P. Confessor, 18.700 réis.

⁵⁸⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 18 (maio 1706); (c.a.) liv. 96, fl. 160v (1707): recebeu 1 quarto de trigo.

⁵⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 22 (1707) e fl. 160v (1707): 3 quartos/trigo; liv. 97, fl. 25 (1708): 15.000 réis.

3.4. O Convento e a Ordem Franciscana

Os conventos femininos detinham, em termos de organização, uma certa autonomia em relação aos conventos masculinos, mas os frades menores eram um elemento muito importante no apoio e vigilância sobre a vida religiosa das clarissas. Os laços estreitos que, desde os tempos de S. Francisco, ligavam os dois ramos da Ordem, obrigavam à presença recorrente dos frades e das autoridades franciscanas, quer nos processos conducentes à viabilização das fundações quer aos mais diversos domínios do quotidiano destas comunidades, tanto no vigiar do seu modo de vida como no assegurar da vida sacramental, espiritual, litúrgica, possibilitando-lhes a clausura. São os frades que dão assistência religiosa às clarissas, conferem as contas, intervêm para resolver conflitos ou obter benesses, testemunham ou realizam atos litúrgicos ou jurídicos fundamentais para a comunidade, são seus negociadores e procuradores em assuntos relativos à gestão dos seus bens, ao pagamento dos dotes e a processos de âmbito judicial⁵⁸⁹.

A par disso, os mosteiros podiam manter laços diversos com outras casas da sua Ordem ou mesmo de outras ordens, motivados pelas mais diversas razões. Estas vê-las-emos num segundo momento, após analisarmos com mais pormenor as relações que, desde logo, estabeleceram com o mundo dos franciscanos que asseguravam as funções religiosas e de assistência espiritual, mais os visitantes que as corrigiam, de um modo esporádico, em ordem a uma maior conformidade com a sua regra de vida.

3.4.1. O serviço litúrgico e espiritual: capelães, confessores e pregadores

O Mosteiro dependia hierarquicamente da Ordem dos Frades Menores da Província dos Algarves, com sede no Convento Franciscano de Xabregas, em Lisboa, mas com apoio espiritual dos padres do Convento de Santo António de Alcácer, pertencente a essa Província. Era de entre estes que, de um modo geral, o Ministro Provincial escolhia os confessores e capelães de *Aracoeli*⁵⁹⁰. No início do séc. XVII, há alusão também à presença dos aliviadores que eram confessores extraordinários⁵⁹¹.

⁵⁸⁹ A este propósito ver Maria Filomena Pimentel de Carvalho Andrade, *In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura: A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV)*, Dissert. Doutoramento apresentada à FCSH da Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 413.

⁵⁹⁰ ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, [doc. 25] – 3 de julho de 1741.

⁵⁹¹ Ver, por exemplo, AA, (c.a.) liv. 95, fls. 71v, 72-72v e 73v, fl. 152 (1701); (c.a.) liv. 96, fl. 34 (1706); (c.a.) liv. 97, fl. 79v (1710): ao P. aliviador Francisco da Madre de Deus p/ o barco, 1.920 réis.

Para pregar os sermões das festas religiosas mais solenes, as religiosas só deveriam escolher os franciscanos⁵⁹². Preceito que vai sendo reafirmado, ordenando-se às abadessas que não permitissem a pessoa secular ou regular, estranha à Província, que fosse pregar no seu convento, ou fazer práticas nas grades da igreja ou nos locutórios⁵⁹³.

O capelão e o confessor⁵⁹⁴ deveriam ser pessoas “de boa fama e de honesta vida” homens graves e sérios, de bons costumes, para poderem com as suas virtudes edificar as religiosas e os seculares. Exerciam as suas funções por triénios, mas houve pedidos das religiosas para que permanecessem mais tempo no cargo. Assim o denuncia o visitador no começo do século XVIII, ao afirmar que, por vezes, as religiosas solicitavam breves para o confessor ou capelão ficarem no seu mosteiro mais que o período estabelecido. A partir de então, ficou assente que, dali em diante, nenhuma religiosa deveria pedir (“se assigne”) para que os mesmos ficassem mais tempo do que a província determinava⁵⁹⁵.

Exerciam o ministério sacerdotal: a celebração da missa, a administração dos sacramentos, o acompanhamento espiritual, quer individual quer coletivo e o aprofundar da doutrina cristã. Habitavam no hospício em frente do mosteiro, onde tomavam as suas refeições, nomeadamente o jantar e a ceia que eram confecionadas na cozinha conventual. Tinham a chave da portaria exterior do mosteiro, cuja porta se fechava “às Ave Marias” e não se poderia abrir de noite, exceto para entrar o médico, cirurgião ou sangrador. Mesmo neste caso, só os podiam acompanhar até à entrada, estando-lhes vedado o ingresso na clausura. Assim lembravam os visitantes, ao determinarem que “nunca porão o pé da porta para dentro da clausura”⁵⁹⁶, cabendo às madres porteiras acompanhar tais oficiais. Cada um dos frades, só poderia entrar na clausura, acompanhado, para prestar assistência religiosa às freiras doentes na enfermaria, desde confessar, ministrar a santa unção, e, em alguns casos, dizer missa⁵⁹⁷. Faziam também a encomendação da alma e o ofício das exéquias, mas com a recomendação de que nunca fosse grande a demora⁵⁹⁸.

Em 1714, o visitador reforça que o capelão das religiosas não devia sair sem dar conhecimento ao confessor e que este também não se poderia ausentar, sem antes avisar a porteira⁵⁹⁹. O capelão presidia a toda a liturgia, assumia a celebração das missas de

⁵⁹² *Ibidem*, mc. 101, (caderno s/nº) e a despesa, *ibidem*, nº 41.

⁵⁹³ ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, liv. 2, liv. Patentes, fl. 8v (11-06-1639).

⁵⁹⁴ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. VII.

⁵⁹⁵ AA, *CNSA/03/001*, fl. 17 (maio 1706).

⁵⁹⁶ AA, *CNSA*, 03/001, fl. 1 (dezº 1688).

⁵⁹⁷ *Ibidem*, fl. 4 (out.º 1691).

⁵⁹⁸ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. VII. “sem tardança”.

⁵⁹⁹ AA, *CNSA*, 03/001, fl. 41v (agosto 1714).

obrigação, como era a missa conventual, missas e ofícios pelos benfeitores e religiosas falecidas, orientava as novenas e outras devoções. Funcionava como testemunha ou escrutinador, na eleição da abadessa. E assinava com a abadessa e as discretas o livro de contas. O confessor ouvia em confissão as religiosas, através dos ralos do confessionário. Escutava os seus anseios e as dificuldades do seu dia a dia. Aconselhava-as e orientava-as espiritualmente, assim como a outros membros da comunidade. A seguir à eleição da abadessa, por delegação do capelão e de acordo com a vigária, o confessor poderia assistir ao capítulo em que se fizesse a nomeação dos outros cargos do cenóbio.

Na relação da comunidade religiosa com os franciscanos ao seu serviço, parece transparecer uma total normalidade. Apenas foi realçado um caso de um frade que fugiu, depois de furtar trinta moedas, apresentando uma carta falsa às religiosas⁶⁰⁰. Mesmo em relação à questão do não respeito da clausura pelos “freiráticos”, encontramos só as deliberações dos visitantes, na linha imposta por D. João V e Frei Gaspar da Encarnação, protegendo as freiras dos contactos indevidos com o exterior. Mas, estas alusões surgem-nos mais como teóricas do que como respostas a problemas detetados neste Mosteiro.

Na documentação, a não ser possivelmente na frase do visitador: eram *os padres confessores obrigados [...] a fazerem aviso de toda e qualquer religiosa que aia de escrever ou falar em grades ou locutórios sem licença*⁶⁰¹, não se encontrou eco da prática da chamada doutrina jacobea ou do sigilismo, em relação aos confessores de *Aracoeli*. Este era um movimento de reforma espiritual que implicava mais disciplina religiosa, bons costumes, oração, penitência e frequência da confissão. Os inimigos deste zeloso grupo acusaram-nos de que, em certos casos, indagavam na confissão os nomes dos cúmplices das religiosas o que atentava contra o segredo da confissão⁶⁰², mas apesar da grave controvérsia, se foi difícil confirmar se houve casos destes em Portugal, no Mosteiro de *Aracoeli* nada se apurou.

Como mandava a Regra e se repetia nas visitas⁶⁰³, a comunidade assegurava as refeições dos dois frades e, tal como referimos anteriormente, o pagamento das suas despesas com o sangrador e a lavadeira. A bem da dignidade e da boa apresentação destes sacerdotes, compravam-lhes hábitos completos, englobando o custo do tecido, feitiço e

⁶⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 86 v (setº 1752), no valor de 144.000 réis. Chamava-se Padre José de Jesus Maria.

⁶⁰¹ AA, CNSA, 03/001, fls. 37- 38 (julho e agosto de 1712).

⁶⁰² António Pereira da Silva, O.F.M., *ob. cit.*, Braga, 1964.

⁶⁰³ AA, CNSA/03/001, fl. 9v (1693): “Se fazerem tantos hábitos e túnicas de muda como houver religiosos em os conventos; (esta patente será lida em plena comunidade e tresladada no livro das patentes).

linhas, cujos gastos, atingiram cerca de treze mil⁶⁰⁴, dezasseis mil⁶⁰⁵, quase dezoito mil réis⁶⁰⁶ e subindo para 19.200 réis na reestruturação económica de 1824, mas, neste caso, incluía também o calçado⁶⁰⁷. Este era-lhes oferecido, variando o preço do par entre 1.920 e 2.499 réis⁶⁰⁸. Davam-lhes lenços de assoar, rondando os mil réis, o conjunto⁶⁰⁹. Compravam ainda tecido para mandar fazer a roupa interior dos padres, citando-se o linho sobretudo para as bragas⁶¹⁰. E pagavam-lhes o manto⁶¹¹. Asseguravam-lhes o transporte, as despesas do hospício e do seu cuidado pessoal, em termos de saúde e higiene. Nas festas, ofereciam-lhes confeitos, “mimos” e tabaco⁶¹².

Os sermões representavam um encargo pesado para as finanças do mosteiro. Assim, o visitador em 1694, pede ao capelão que atendendo à pobreza em que se achavam as Religiosas, deveria acudir nos domingos da Quaresma e do Advento com sermões sem levar esmola. Este procedimento devia durar todo o tempo em que o convento se encontrasse “empenhado”, pois o pastor não deve *faltar com o pasto espiritual em tão santo tempo*⁶¹³, mas, verificou-se que continuaram os sermões pagos que figuram nas dívidas do convento. Em 1824, o Provincial para acabar com os abusos, tabela o preço a pagar pelas pregações, cerimónias religiosas, desde as missas cantadas às rezadas, o cantar da Epístola ou do Evangelho, mas só se receberiam os padres que de fora⁶¹⁴.

⁶⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 97 (1707): p/ hábitos 12.700 réis; fl. 40 (1706): : hábitos dos padres, 16.800 réis; liv. 97 A (1723) fl. 34v: ao Confessor e ao Capelão p/ a sua vestimenta 9.600 réis e p/ os mesmos, 3.840 réis.

⁶⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 62 (dezº 1706): Deram ao Vigário e a seu Irmão para hábitos 16.000 réis.

⁶⁰⁶ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 37v (1709): 7 côvados p/ hábito do Capelão, 3.920 réis; liv. 97, fl. 82v (1710): 7 côvados de pano p/ o hábito do Confessor, 4.200 e igual p/ o Capelão, 4.200; (c.a.) liv. 100 (1738): hábito do Capelão e mantos dos Vigário e Capelão 16.800, feito e linhas, 1.060 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 2v (1747).

⁶⁰⁷ AA, CNSA/02/063.

⁶⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 95 ao Capelão, fl. 33v (1700): sapatos, 750 réis; (c.a.) liv. 96 ao Capelão, fl. 32 (1705) e fl. 59 (1706): sapatos, 1.920 rs; fl. 92v (1707): lenços e sapatos, 2.600 a cada; (c.a.) liv. 97, fl.12 (1708): o mesmo 2.400 a cada, e fl. 37v (1709): sapatos, 960 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 63 (1752): pano de linho, 7.680 réis; (c.a.) liv. 107, fl.3v. (1759). liv. 109, fl. 97v (1768).

⁶⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 15vº (feira abril 1705): lenços p/ o Vigário, 1.500 e fl. 43 (abril 1706): ao Vigário e a Frei Francisco António, lenços, 2.400 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 97v (abril 1768): lenços / Padres, 920 réis.

⁶¹⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 42 (1700): 16 varas de linho p/ bragas ... 4.320 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 32 (1705): 16 vs de linho p/ bragas, 4.160 réis; fl. 92v (1707): 2.700 réis, 10 vs de linho, p/ o Confessor e 8 p/ o Capelão, 2.160 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 19v (1708): 10 varas de pano de linho p/ bragas do Confessor, 2.700 réis; 8 varas p/ bragas do Capelão, 2.160 réis e fl. 37v (1709): 8 varas p/ bragas do Capelão, 2.080 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 16v (1756): 3.200 réis por 10 varas para as bragas do Vigário e 8 p/ o Capelão, 2.160 réis.

⁶¹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 22 (1699): feito do hábito e manto do Capelão 650 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 52v (1709): manto do Capelão, 3.080 réis; (a.c.) liv. 97, fls. 37v e 52v (1709): p/ a besta, 2.000 e 780 réis.

⁶¹² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 27 (1699): 1,5 arrátel de tabaco, 2.000 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 43 (1709): 1 arrátel de tabaco, 960; (c.a.) liv. 106, fl. 20v (1756): tabaco, 1.200 réis; (c.a.) liv. 113, fl. 20v (1778): tabaco, 2.800 rs.

⁶¹³ AA, CNSA, 03/001, fls. 9v e 10 (outº 1694).

⁶¹⁴ AA, CNSA, 02/063 (15-2-1824): ao confessor e capelão “só se dará as semanadas do costume”.

3.4.2. Os visitantes e autoridades da Ordem

O Provincial enviava, periodicamente, os visitantes ao mosteiro, para indagarem o grau de cumprimento da Regra, dos decretos tridentinos, das constituições e, de algum abuso ou relaxação. Verificariam a existência da transgressão das normas, quer nos rituais religiosos⁶¹⁵ quer sobretudo na clausura. Através das censuras, das penas a aplicar e das melhorias a implementar escritas nos relatórios, atas e patentes, consegue-se descortinar a situação e, por vezes, almejar a distância entre a teoria e a prática de vida no cenóbio.

Como já vimos, ao chegarem, os visitantes deveriam apresentar-se “no Coro de baixo”, “nas grades da igreja”. A Regra aconselhava que fosse escolhido para este cargo um religioso franciscano, de reconhecida conduta moral, devoto e de vida exemplar que motivasse todas as freiras a ter *vontade de ir de bem em melhor, as inflame em amor de Deus* e que atue com caridade⁶¹⁶. Pedia-se que *o visitante se despachasse do ofício de sua visita quanto mais asinha puder*, entrando na clausura poucas vezes, mas todas as que achasse necessárias, para a verificação das normas impostas.

Era o rigor da clausura que, como vimos, os visitantes mais vigiavam, atestando a centralidade quase obsessiva que, entre as suas preocupações, assumia precisamente a questão de um efetivo viver encerrado, assumido pelas religiosas. Vigiavam todos os espaços em contacto com o exterior: se as janelas tinham grades, qual a distância entre elas, como funcionava a portaria, a roda, o locutório e as visitas dos familiares. Em tom de profunda reprovação, Frei Diogo da Madre de Deus, em 1709, registou ao visitar a clausura do Convento: *a achamos em devasidade tão demasiada, que não achamos em outro nenhum Convento. E justifica: vimos algumas janelas baixas, e sem reparo algũ, nem de rotula, nem de grades; além da Porta da Clausura, algumas portas de cozinhas particulares, e delas pouca fortaleza*, podendo daí resultar graves perigos⁶¹⁷.

Quer a prelada quer as religiosas, sob o preceito de obediência, nada deviam esconder ao visitante, pois isso seria um mal, um erro e uma ofensa a merecer castigo. Este veria tudo o que fosse necessário. Falaria com o capelão e outras pessoas de fora, podendo chamar ao locutório as *religiosas como queira daquelas couzas que pertencem a seu offiçio*, em conjunto ou *per si*, no sentido de reformar e melhorar. Verificava o escrupuloso respeito da liturgia e das cerimónias mandadas no Calendário, tanto na forma

⁶¹⁵ *Ibidem*, fl. 1 (outº 1688) e fl. 9v (outº 1694).

⁶¹⁶ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. 24 (XXVIII), onde se descreve este ofício.

⁶¹⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 25v-26 (julho 1709).

como na sequência do Missal Romano⁶¹⁸. Devia ainda fiscalizar o estado das finanças conventuais, para que as despesas excessivas não *compromettessem* a viabilidade e sobrevivência do cenóbio. Inquiria a verdade, a todas as religiosas em geral e a cada uma em particular, tanto sobre o estado da Abadessa como das outras Irmãs, da guarda da Regra e da Religião. Onde achasse algo a castigar ou emendar, deveria tratar com a Abadessa e Irmãs, a maneira de o corrigir e castigar com zelo e amor de justiça.

As atas decretais de cada visita, deviam ser incluídas num livro que a prelada providenciaria. Terminada a visita, cabia ao Confessor lê-las na grade do coro de baixo, da parte de fora, perante a Comunidade no lado de dentro. Mas a leitura deveria repetir-se, depois, pelo menos três vezes ao ano, o que seria inquirido na próxima visitação, ficando às religiosas mais velhas a obrigação de velar pelo cumprimento desta norma⁶¹⁹.

3.4.3. A comunidade de *Aracoeli* e a relação com outros conventos femininos

Emergem na documentação algumas notas sobre as relações com outros conventos femininos. Predominavam, como é óbvio, as relações com as casas da sua Ordem, com as quais se ligavam por particulares laços de fraternidade, ora socorrendo-se das comunidades mais ricas em horas de aflição e aperto económico, ora prestando a sua ajuda às mais pobres e rigoristas, oferecendo esmolas em “pão” ou dinheiro. Embora menos documentados, encontramos ainda alguns casos de circulação de religiosas, fosse as que se abrigavam ou vinham para o mosteiro de *Aracoeli*, fosse as que de lá partiam para outros cenóbios. Mas a necessidade ou mesmo a caridade faziam-nas por vezes ultrapassar as barreiras da sua Ordem para pedirem ajuda ou socorrerem outros mosteiros, a maioria femininos, que com elas partilhavam as dificuldades de dependerem da gestão do seu próprio património e da generosidade dos seus benfeitores.

Na verdade, sabemos como as clarissas de Alcácer apelaram às suas irmãs do Convento de Santa Marta de Lisboa para lhes valerem em tempo de crise, a que estas acederam. Uma dívida de cerca de três mil cruzados mais juros, vai passando na documentação, ao longo da segunda metade do século XVIII, até ser penhorado a *Aracoeli* o trigo da colheita, antes de deixar a seara. Renegociada a dívida, a pouco e pouco, tudo foi saldado⁶²⁰. A comunidade recorreu ainda, aquando dos seus “apertos”

⁶¹⁸ AA, CNSA/03/001, fl. 9 (agosto 1693): conferido “por religiosos doutos e versados nelas”.

⁶¹⁹ AA, CNSA/ 03/001, fl. 3 (24-10-1691) e 6v-7 (1 dezº 1692) e 19v e 63v (maio 1706 e outº 1721).

⁶²⁰ AA, (c.a) liv. 108, fl. 2v (fev.º 1762): o treslado da escritura da dívida às Religiosas de Stª Marta, 280 réis, fl. 74 (1765): 72.000 importaram os 3 moios de trigo da Herd. de Vale de Figueira, mais a despesa da

financeiros, a conventos de religiosas sem serem filhas de Santa Clara, como foi o caso das Religiosas de Santa Mónica de Évora (1ª casa feminina da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho), a qual lhes emprestou dinheiro a juros, sendo tudo pago, a seu tempo⁶²¹. Também as Recolhidas de Nossa Senhora da Piedade de Évora socorreram as clarissas de Alcácer, em situações de opressão financeira⁶²².

Para outras comunidades que viviam com maior rigor o voto de pobreza, como foi o caso do Convento de Santa Helena do Monte Calvário, em Évora, sujeitas à 1ª Regra de Santa Clara, enviavam esmolas em dinheiro e em cereais⁶²³. O mesmo faziam às Carmelitas de Santa Teresa da mesma cidade⁶²⁴.

Em épocas de necessidade, também foram generosas para com a comunidade de Santa Clara de Évora⁶²⁵, à qual se ligavam por laços muito particulares, dada a tradição de provirem precisamente deste cenóbio as primeiras religiosas que habitaram o Convento de Alcácer do Sal. O cronista Frei Rodrigo de Santiago parece confirmá-lo no *Memorial da Província dos Algarves*, onde, sem data, cita que o Convento de Clarissas de Évora “reformou também este conuento de Aracœli de Alcaçere, mandando lhe por Abadessa a madre jzabel da costa”⁶²⁶. Esta ligação foi notada, na altura das invasões francesas, como se lê na sentença do franciscano, auditor das contas, ao referir elogiosamente a abadessa de Alcácer porque acudiu e protegeu, não só as suas Irmãs e Alunas mas também acolheu outras de fora, como as clarissas de Évora:

“Nessa Epocha de susto e de revolução as portas do Claustro se abrião e franqueavão para innocentes preciosas vitimas escaparem á morte, ao sangue e envergonhosos insultos. [...] He então mesmo que a Muito Reverenda Madre Soror Francisca Maxima do Coração de Maria, [...] deixa admirar as nobres

ida até Lisboa, 18.000 réis; fl. 147 (1766) Paga a Herd. da Torre [de Sítimos] 52 alq. de trigo e ficou embargado por conta das Religiosas de Santa Marta; fl. 164 (1767): tirou-se do Celeiro p/ se remeter a Stª Marta por conta do ajuste que fez a Comunidade, 3 moios. AA, (c.a) liv. 109, fls. 100 e 108 (1768): Pagou-se a Santa Marta por conta da consignação de 11 moios de trigo, 198.000 réis. Ver também (c.a) liv. 113, fl. 47 (1779); fls. 55 e 55v. A dívida era anterior pois, regista-se que *Aracoeli* pagou 40.000 do juro de 6 meses de 4 mil cruzados que deviam a Stª Marta. Ver, (c.a) liv. 103, fl. 72v, (1749); (c.a) liv. 116, fls. 68 e 73 (1788): Pagou-se às mesmas religiosas, para extinção da dívida, 72.000 réis.

⁶²¹ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 82 (abril 1765) pagaram de juros 12.460 réis. Liv. 110, fl. 91v: pagaram às freiras de Santa Mónica de Évora, por conta do capital e juros vencidos até 27 de novº de 1770, 325.730.

⁶²² AA, liv. 110, fl. 92 (1771): pagaram-lhes o principal e os juros vencidos – 528.200 réis.

⁶²³ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 76 (junho 1733): esmola às freiras do Calvário, 480 réis; liv. 100, (c.a.) fl. 151v (1738): 3 alq. trigo; fl. 41v (julho 1757): esmola às Religiosas do Calvário, 240 réis.

⁶²⁴ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 217v (1733) e (c.a) liv. 100, fl. 151v (1738): esmola às religiosas de Santa Teresa, 1 alq. de trigo; (c.a.) liv. 115 (nov.º 1783): esmolas às Religiosas de Sª Teresa 90 réis.

⁶²⁵ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 40v (1810): trigo p/o Convento de Santa Clara de Évora que, com o pão amassado para os Padres, a farinha para as hóstias e as esmolas a Santa Clara de Évora somam 2,5 moios.

⁶²⁶ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 225v, (1615), publ. por Mª Margarida C. N. Mascarenhas Caeiro, *ob. cit.*, vol. II, Anexos, pp. 52. Esmeralda Helena Gomes e Marisol Ferreira, “Detalhes da vida privada no Convento de *Aracaeli*”, *ob. cit.*, p. 9, afirmam a vinda das clarissas de Évora, como fundadoras, embora as autoras não citem fontes. E o mesmo referiu oralmente o franciscano Henrique Rema.

qualidades e as necessárias virtudes, que caracterizam huma digna Prelada. [...] Não se limita sua virtuosa e Christã generosidade tão somente as Alumnas do seu Convento, prófugas, perseguidas Virgens encontram benigno acolhimento á sombra dos seus muros. **Ainda soa no Claustro das Religiozas Clarissas d'Évora o clarim que apregoa sua urbanidade, sua politica, suas virtudes.** [...] ella põe fora do alcance das rapinadoras mãos não só os pecuniários fundos, mas ainda as Alfaias e Ornamentos Santos [...]. Activa na satisfação das contribuições que o Regio Governo exige para a defeza dos Direitos do Principe, e da Patria [...] ⁶²⁷.

O mesmo se comprova numa outra passagem do mesmo livro de contas que regista que durante esse tempo: “Deu-se a cada huma das 4 Religiosas de fora 8 alqueires de trigo, que ao todo somam 32 alqueires, ou seja, 150 alqueires”⁶²⁸.

Para o convento de Clarissas de Évora, pediu transferência Soror Felizarda Ludovina da Purificação Vidigal, a mesma que quase no fim das lutas liberais, por causa das suas ideias progressistas fora desterrada pelos absolutistas para o Convento de Carmelitas de Évora. Alcançada a paz com a Convenção de Évora Monte, a religiosa voltou a Alcácer, mas acabou por pedir transferência, em 1843, para o Convento de Santa Clara de Évora, o que foi bem aceite pela comunidade de *Aracoeli*⁶²⁹. Continuava a viver nesse Convento no ano seguinte⁶³⁰ e aí deverá ter falecido.

Pelo contrário foi muito mal recebido na comunidade de Alcácer o pedido de Francisca Máxima de Nossa Senhora do Carmo, que fora vigária do coro e mais do que uma vez abadessa, para ficar a viver no Convento da Esperança em Lisboa também de clarissas, mas com a exigência de receber mesada de *Aracoeli*. Perante a autorização dada pela rainha D. Maria II em 1858, as duas últimas clarissas que restavam em *Aracoeli* responderam que como o seu convento estava exaurido de pessoas e de meios, não era justo a citada religiosa exigir-lhes mesada, uma vez que já cantava e servia num outro mosteiro. Justificaram ainda a sua posição negativa, invocando “o desgraçado estado de finanças em que nos deixou com a sua mal regida administração”⁶³¹.

Em relação ao Mosteiro de Santa Clara de Moura, sabemos que Soror Clara de São Francisco que, em 1605, fora eleita abadessa em *Aracoeli*, “pela boa consideração

⁶²⁷ AA, liv. 121, fls. 110-111, Convento de Santo Antonio, em visita, 27-10-1813. O negrito é nosso.

⁶²⁸ AA, liv. 121, fl. 108 (1812).

⁶²⁹ Arquivo Distrital de Évora, *Convento de Aracoeli*, cx. 17, dc. 00079.

⁶³⁰ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 26v (dezº 1844): Deu-se à Revª. Madre Soror Felizarda Ludovina, transferida no Convento de Santa Clara de Évora, 69.030 réis que esta Comunidade lhe devia dos governos pretéritos.

⁶³¹ AA, CNSA, 03/004, fl. 89 (1857): Francisca Máxima de Nª Srª do Carmo, com licença de Sua Majestade para estar fora; ver também: ADE, cx.2, doc. 0060, fl. 5 (Carta de 1858-03-30).

que tinham dela”, antes mesmo de ter a idade regulamentar para o cargo⁶³², foi nomeada, em 1609, para fundar o cenóbio de clarissas de Moura⁶³³.

⁶³² TT, *OFM, Província dos Algarves*, liv. 22, fl. 344.

⁶³³ Agradeço esta informação a Marisa Veiga que estuda o Mosteiro de Santa Clara de Moura.

Capítulo 4 – O PATRIMÓNIO

4.1. Bens imóveis e de raiz

A comunidade de *Aracoeli*, como a da maioria dos mosteiros de clarissas existentes em Portugal, regia-se, desde a sua fundação, pela Segunda Regra, menos rigorosa em questões de pobreza do que a Primeira Regra redigida por Santa Clara. Como era permitido ao cenóbio possuir bens de raiz, o património conventual foi crescendo, embora com variações, devido às dificuldades económicas, ao contexto social e político, no período que vai de finais do século XVI ao século XIX.

Sujeita a uma rigorosa clausura, a segurança económica da comunidade estava dependente da boa gestão das suas propriedades, feita sob as ordens da abadessa e suas conselheiras, mas de acordo com a hierarquia franciscana masculina. Para tal, dispunha de um procurador, que devia velar pela recolha atempada das colheitas e outras rendas, pela administração dos bens e propriedades provenientes da dotação inicial, dos posteriores dotes das noviças, das suas heranças, das capelanias, legados pios, missas anuais e outras esmolas. Com estes rendimentos asseguravam-se as despesas relativas ao culto divino, ao sustento da comunidade e à remuneração dos servidores, bem como os encargos decorrentes da manutenção do edifício conventual e dos diversos bens que pertenciam ao mosteiro.

4.1.1. A dotação inicial

O património doado pelo casal Salema, fundador do Mosteiro, em 1573, consistia essencialmente na Herdade de Arapouco, que englobava as casas de morada que a encabeçavam, a capela e outras construções de apoio à faina agrícola, assim como um pomar, terras de pão “feitas ou por fazer”, os pinhais, o olival e três assentos de moinhos de moer pão, comprados um a Manuel de Melo e outros dois a Estêvão Salema, integrando um total de seis moinhos de água; mais uma vinha, uma casa e um olival adquiridos a Diogo de Melo e a sua mãe; terras compradas a Diogo Fernandes e a sua mulher e um olival escambado a Maria Gonçalves de Porches, à qual entregaram, em troca, um outro, localizado junto à Pedreira, na zona dos Mártires. Esta doação foi avaliada em cerca de quinze mil reais, o que foi considerado pelas autoridades civis e religiosas, na época, como

“boa renda e dote conveniente para o mosteiro”⁶³⁴. O documento foi assinado pelos doadores Rui Salema e Dona Catarina (assinalando expressamente que esta sabia escrever), pelo tabelião Francisco Rodrigues, em nome das freiras e na presença das testemunhas: António Salema, Álvaro de Sande, Rui Gonçalves de Carvalho, fidalgo da casa de El-Rei, todos moradores em Alcácer do Sal⁶³⁵. Rui Salema deixou mais ainda “um moio de trigo de foro na Herdade de Arcão”⁶³⁶.

Como já vimos, juntamente com as condições impostas pelo rei D. Sebastião, os fundadores acrescentaram uma: se o Convento de *Aracoeli* fosse entregue a outra ordem religiosa, mudasse de sítio ou deixasse de existir, todos os bens que lhe tinham doado, nomeadamente a Herdade de Arapouco, reverteriam para a Misericórdia de Alcácer, para do seu rendimento serem sustentadas as enfermarias do seu hospital⁶³⁷.

Uma outra doação próxima dos tempos iniciais é feita por Diogo Lameira, Desembargador do Paço, que deixou em testamento (1603) ao Mosteiro de *Aracoeli* cem mil réis de juros na Alfândega de Lisboa, com a contrapartida de ser recebida aí uma sua parente. Na época, o documento ficou à guarda da Misericórdia de Alcácer, indo um traslado autêntico para o cartório do Convento de Santo António de Alcácer⁶³⁸.

4.1.2. Compras, dotes, heranças e legados pios

Era obrigatório que os bens de raiz, os dotes e os juros do dinheiro fossem registados em nome do mosteiro e não no das religiosas. Quando na documentação aparece a referência à posse de bens é sempre feita em nome da “utilidade comum”, sendo proibida a propriedade privada, inclusive pelas *Constituições Gerais* da Ordem, salvaguardando assim o voto de pobreza, sobretudo a nível individual.

Quer a Província Franciscana masculina quer os franciscanos que, a diversos títulos, acompanharam ou visitaram a comunidade, estiveram atentos à administração do mosteiro, aos dotes e heranças das freiras, bem como à necessidade de aquisição e venda

⁶³⁴ ANTT, *MCO/OS/CP*, liv. 52, fls. 15-15v.

⁶³⁵ No Arquivo da Família Gama Lobo Salema, caixa 17, pasta 137, doc. 1, existe um pergaminho contendo a certidão da escritura de instituição do padroado do Convento de *Aracoeli*, em Alcácer do Sal, lavrada em 3-6-1573. No Arquivo da Misericórdia de Alcácer do Sal, há uma cópia do mesmo documento, datada de 19-2-1752. Também existe uma certidão, do Séc. XIX, no Arq. Hist. de Alcácer do Sal, CNSA 02/005.

⁶³⁶ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344 (1615). Nesta data, a avaliação dos bens é mais elevada pois, sem falar nos moios de cereal que rendiam, só o olival valia 7.000 réis, a vinha 9.000 réis e o pinhal, geralmente, “hum ano por outro”, 20.000 réis.

⁶³⁷ Cf. a carta de doação citada, datada de 3-6-1573.

⁶³⁸ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344 e 345, onde se diz ter sido feito o testamento em 5/10/1603 - *OFM, Prov. dos Algarves, Conv. de Araceli de Alcácer do Sal*, mç. 101, [doc. 40], (1721).

de bens, preocupações bem patentes nas regulares aprovações de contas e nas visitas realizadas a *Aracoeli*. Foi permanente o cuidado da hierarquia em regulamentar as situações de desvio ou de indevida apropriação dos bens do mosteiro, sobretudo no referente aos dotes e heranças das religiosas, e que estiveram na origem de não poucas demandas e casos de justiça que o cenóbio teve de enfrentar, ao longo da sua existência.

Recorda-se que a documentação compulsada não permite conhecer com precisão todo o património do cenóbio, assim como as estratégias desenvolvidas na sua gestão. Apesar disso, algumas notícias documentais possibilitam identificar algumas compras, vendas, escambos, dotes, heranças e legados pios.

Um bom exemplo do imenso universo que em larga medida nos escapa, temo-lo no testemunho dado em 1615 por Frei Rodrigo de Santiago, um cronista da Província dos Algarves, que nessa data faz um relato dos processos de fundação das diversas casas franciscanas da sua província e enumera sumariamente o património por elas detido⁶³⁹. Para *Aracoeli*, elenca diversas compras efetuadas até essa data pelas freiras:

- Um olival em Alvito, comprado a Manuel Freire, que rendia ao convento quarenta alqueires de azeite e mais um olival, em Vila Nova da Baronia, do qual as religiosas recebiam 13 alqueires de azeite, ambos adquiridos em 1608 por 90.000 réis⁶⁴⁰.

- No ano seguinte, a compra de uma parte de um terreno (sem que seja referido por quanto) na Herdade da Salema a Diogo Fernandes Salema que rendia, anualmente, moio e meio de trigo, 45 alqueires de centeio e 250 réis⁶⁴¹; e também uma propriedade de Pedro de Castro, de Panoias, por 6.000 réis⁶⁴².

- Em 1612, um terreno em Alberge (termo de Alcácer), adquirido a Manuel de Sousa Melo e a sua mulher D. Margarida, que rendia um moio e meio e 5 alqueires de trigo, dois moios e 32 alqueires de centeio, mais a pitança de três porcos e oito galinhas⁶⁴³.

- Por último, em 1614, a comunidade adquiriu a Catarina Correia um terreno que rendia de foro 12 alqueires de trigo na herdade de Vale de Ceia (não se refere o custo)⁶⁴⁴.

Sobre os dotes e heranças das religiosas, embora incompletos, há mais dados. Como já vimos anteriormente, a propósito das noviças, era obrigatório as candidatas a

⁶³⁹ Sobre Fr. Rodrigo de Santiago, cf. Frei Fernando Félix Lopes, “Fontes narrativas e textos legais para a história da Ordem Franciscana em Portugal”, in *Coleção de Estudos de História e Literatura*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 47.

⁶⁴⁰ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344. Era Abadessa Batista da Assunção, a carta de venda - cartório do tabelião António Botelho e o traslado autêntico no Convento.

⁶⁴¹ *Ibidem*. Era abadessa Soror Batista. A carta no cartório de António Botelho e o traslado no convento.

⁶⁴² *Ibidem*. Era abadessa Soror Batista. A carta no cartório de Cosme Feio e o traslado no convento.

⁶⁴³ *Ibidem*. Está a carta de venda no Cartório de Manuel Quaresma de Brito e o traslado no convento.

⁶⁴⁴ *Ibidem*. Está a carta no cartório de Lopo de Acha tabelião e o traslado autêntico no convento.

clarissas entregarem os seus dotes, sobretudo em dinheiro. Alguns, no entanto, incluíam bens de raiz, a que se acrescentaram com o tempo as heranças, sobretudo “a legítima” que cabia às freiras por morte dos familiares diretos.

Assim, Mem Correia, com a entrada para religiosa de sua filha Inês Correia, em 1574 (no ano a seguir à abertura de *Aracoeli*), entrega o valor de uma propriedade que rendia um moio de trigo, ficando o documento no cartório do tabelião Lopo de Acha e um traslado autenticado no cartório do mosteiro⁶⁴⁵. A mesma medida de cereal deu Manuel Gomes Neto, a partir de uma propriedade sita em Vale de Carvalho, na entrada de sua filha Maria dos Anjos, em 1613, pagando ainda mais 45 alqueires de trigo cada ano⁶⁴⁶. Por esse tempo, o convento passou também a receber um moio e 40 alqueires de renda na Herdade da Torre de Sítimos, com a aceitação de Soror Clementina⁶⁴⁷.

Outros bens vinham para o mosteiro por via das heranças recebidas pelas suas religiosas. É o caso de Soror Catarina dos Reis que recebeu, em 1610, por testamento de Pedro Pessanha, seu irmão, um pedaço da Herdade de Vale de Arpilha, a Herdade da Volta (da qual o mosteiro recebia um moio de trigo por ano) e um olival⁶⁴⁸.

Para outros bens, sabemos apenas que as freiras deles usufruíram em vida e que à sua morte revertiam a favor do mosteiro. Os exemplos são vários. Fr. Rodrigo de Santiago, em 1615, enumera diversos: dois moios de trigo que pertenciam, um a Soror Francisca das Chagas e outro a Francisca dos Anjos⁶⁴⁹; um moio de trigo pago pelo Padre Gaspar Dias, morador em Faro, desconhecendo-se se tinha que ver com alguma obrigação relacionada com a entrada de uma religiosa, sua parente, ou com um qualquer outro contrato de arrendamento⁶⁵⁰; uma marinha de sal, pertencente a Soror Inês de S. João, proporcionava uma renda de 7.000 réis por ano (não se diz a sua localização), mas, por seu falecimento, integraria os bens do mosteiro, como documenta o testamento que elaborou em 1611⁶⁵¹. Neste documento, fala-se também de mais partilhas de outras religiosas de *Aracoeli* feitas a favor do Convento de que nomeiam Geneveva de Abreu, Soror Isabel da Encarnação e Soror Catarina da Anunciada, mas sem mais pormenores.

⁶⁴⁵ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344 (1574.09.13).

⁶⁴⁶ Ver *ibidem*. Era Abadessa Maria da Graça. O instrumento ficou no cartório de Domingos Dias, tabelião, e o traslado no Convento.

⁶⁴⁷ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 345v (antes de 1615 – mas não é referida a data precisa).

⁶⁴⁸ *Ibidem*, fls. 344-344v. A escritura, de 1610.01.14, está no cartório de Cosme Feio, tabelião de Alcácer, e uma cópia no convento. O contrato de aforamento da Herdade da Volta que paga Gil Rodrigues consta de um documento feito a 1614.05.21 no cartório de Lopo de Acha e a cópia no Convento.

⁶⁴⁹ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fls. 344 e 344v.

⁶⁵⁰ *Ibidem*, fl. 344v

⁶⁵¹ *Ibidem*. AA, CNSA/02/009 – Test^o de Soror Inês de São João (1611.08.18), onde citam outras partilhas a favor do Convento: Geneveva de Abreu, Soror Isabel da Encarnação e Soror Catarina da Anunciada.

O mesmo acontecia com o rendimento de casas. O testemunho de 1615 refere duas moradas de casas em Alcácer que pertenciam a Soror Maria da Graça (renda anual oito mil réis), as quais por sua morte integrariam o património conventual. Em Setúbal, Soror Luísa dos Anjos possuía umas casas, cujo rendimento era também de 8.000 réis e que também reverteriam para o cenóbio, após o seu falecimento⁶⁵². Vem no mesmo sentido, a procuração que a comunidade irá fazer, mais tarde, para poder tomar posse das casas de Madre Simoa de S. Francisco que falecera em 1707⁶⁵³.

Desconhecemos também se teriam origem nos bens das religiosas outras casas e herdades que Frei Rodrigo de Santiago regista em 1615. Por exemplo, refere que a abadessa Soror Clara aforou umas casas em Setúbal, que desde 1605 pagavam 4.000 réis de renda por parte de D. António Cordovil e outras em Alcácer, das quais Fernão Pardo pagava foro idêntico, desde 1607. Outras duas moradas de casas estavam arrendadas em Alcácer respetivamente por 3.500 e 2.500 réis, estando a última aforada a Francisco Lourenço⁶⁵⁴ e também as herdades da Serra do Pinhal, de Algeda e de Vale de Figueira⁶⁵⁵. O mesmo se pode dizer, embora para uma época mais tardia, das terras de pão da Herdade da Tubeira (Alcáçovas), das quais o mosteiro toma posse em 1707⁶⁵⁶.

Sobre as demandas suscitadas por tais heranças, destacamos a existente em 1700, a propósito do azeite pertencente a Soror Isabel da Visitação “que Deus tem” e que estava a ser sonegado à comunidade⁶⁵⁷, e o pleito que o Convento desencadeou, na última década do século XVII, contra os padres da Igreja de Santiago de Alcácer, a propósito da herança de Martim Pessanha, de quem Soror Simoa Luísa da Rocha era neta⁶⁵⁸. Esta morreu em novembro de 1699, tendo sido necessário o cenóbio proceder a outras diligências por causa dos bens que deixou, desde a cópia de um testamento, a uma outra certidão e à venda de um serrado que andou quatro dias em pregão na praça da vila⁶⁵⁹.

É interessante reparar no que sucedeu depois da morte de Soror Brites Maria de S. Francisco. Frei António da Purificação, Ministro provincial, ordenou em 1731 a Frei

⁶⁵² *Ibidem*, fl. 344v.

⁶⁵³ AA, (c.a) liv. 96, fl. 96 (nov.º 1707): de se justificar uma procuração para a posse das casas da Madre Soror Simoa de S. Francisco 20 réis. Pensamos que as casas se localizassem em Setúbal, por ser daí natural esta religiosa e era lá que habitara o Dr. Lopes Soares de Setúbal, seu pai.

⁶⁵⁴ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344v.

⁶⁵⁵ *Ibidem*, fl. 345v (antes de 1615).

⁶⁵⁶ AA, (c.a) liv. 96, fl. 71 (março 1707): Deram ao escrivão do auto da posse do pão na herdade da Tubeira 750 réis; e do gasto que fez na estalagem quem foi tomar esta posse e c/ o moço que levou, 1.600 réis.

⁶⁵⁷ AA, (c.a) liv. 95, fl. 35v (março 1700).

⁶⁵⁸ Arq. Paroquial da Igreja de Santiago de Alcácer, cx. 69, (manº s/nº - 1690-94) – sentença desfavorável a *Aracoli*, onde estava Soror Simoa Luísa da Rocha, neta do falecido que fora sepultado neste mosteiro.

⁶⁵⁹ AA, (c.a) liv. 95, fl. 24v (nov.º 1699).

Diogo da Madre de Deus que averiguasse se o trespasse dos bens, feito em vida, por esta religiosa a suas sobrinhas, também freiras em *Aracoeli*⁶⁶⁰, incluía a totalidade ou só partes e se ela tinha deixado dívidas⁶⁶¹. De facto, feitas as indagações, da herança das sobrinhas nada é dito, mas do tempo da doença da tia regista-se que apareceu por pagar uma galinha que uma moça lhe vendera para canjas e uma dívida à farmácia no valor de 4.050 réis e para missas por sua alma, estavam destinados 14.000 réis. A comunidade recebeu as herdades da Asseiceira e Carrasqueira que aquela vendera, desde o tempo da morte da sua mãe, mas que não arrecadou por andarem em demanda⁶⁶². Caso semelhante é o de Madre Vicência Teodora, falecida em fins de 1760. Deixou em herança a quantia de 200.000 réis, dos quais ficaram para a comunidade apenas 95.430 réis, ou seja, menos de metade, depois de pagas todas as dívidas contraídas pela mesma, inclusive à botica⁶⁶³.

Com frequência, o mosteiro vê-se ainda na necessidade de diligenciar inquirições judiciais no sentido de apurar quais os bens efetivamente deixados pelas religiosas ou de requerer a sua entrega à comunidade. Por exemplo, o visitador, em 1721, exige que a abadessa investigue um caso que lhe chegou ao conhecimento: depois “da morte de Soror Ana do Paraíso deveria ter entrado no património do Convento uma quinta pertencente à sua legítima”. Não obstante, tê-la requerido, com zelo, a abadessa Catarina do Monte Sinai que obtivera “hũa Provisão de Sua Magestade que se acha na mão do Escrivão do Doutor Provedor da Comarca de Setúbal, nomeado como Juiz da Cauza”, verificava-se ter havido “descuydo em se tratar deste requerimento”, o que prejudicava o convento. Assim, o visitador exige à abadessa em exercício, que mande buscar a citada provisão e, com toda a eficácia, trate do requerimento, sob pena de suspensão de seu ofício, e o que for resolvido deverá ser comunicado à hierarquia franciscana⁶⁶⁴.

Em 1741, a comunidade gastou 9.240 réis de despesa nas diligências feitas para tomar posse das partilhas da Madre Vicência Maria da Purificação, nomeadamente da Herdade de Pégoras em Montemor, tendo em 1743 vendido um quintal dessa herança⁶⁶⁵.

⁶⁶⁰ A M^e Brites de S. Francisco pagou o dote da M^e Dionísia Tomásia, sua sobrinha - AA, (c.a) liv. 97 A/3, fl. 39 e outros.

⁶⁶¹ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves, Convento de Aracoeli*, mç. 101, [doc- nº 12], 8-9- 1731.

⁶⁶² AA, (c.a) liv. 98, fl. 23v (julho 1732): 300 réis a uma moça pela galinha que lhe ficou a dever Soror Brites fl. 32v (set.º 1732): 140 missas por alma 14.000 réis; fl. 35 (3º recibo 1732): 248.000 réis; fl. 46 (dez.º 1732): mais missas, a 100 réis pelo Natal; fl. 113 (1734): Pagou-se de dívida à botica 4.050 réis.

⁶⁶³ AA, (c.a) liv. 107, fl. 61 (dezº 1761). Saldadas as dívidas, entrou só 95.430 réis na receita do mosteiro.

⁶⁶⁴ AA, *CNSA/03/001*, fl. 63v.

⁶⁶⁵ AA, (c.a) liv. 101, fl. 10 (abril 1741) e fl. 119v (dezº 1743): recebemos, com licença do prelado, 15.000 réis do quintal que se vendeu da Madre Vicência Maria, 30.000 réis.

Destacamos ainda mais três casos. Em agosto de 1745, no sentido de apurar o que cabia herdar à Madre Antónia Jacinta Tomásia Xavier, por parte do pai, a comunidade vai desenvolver diligências no Rio de Janeiro, através de procurações, para reclamar e chegar à posse desses bens⁶⁶⁶. Um outro caso, ocorrido dez anos depois, em que um letrado recebeu 19.200 réis, em Lisboa por fazer “as rezoins na apelação da causa que corre com Manuel Gonçalves Romeu”⁶⁶⁷. E, por último, em 1817, um quinhão na Herdade de S. Vicente (Cabrela) foi exigido em tribunal pelas partilhas de Soror Custódia Maria do Sacramento⁶⁶⁸.

Quanto aos legados pios, verificamos que há dinheiro e outros bens que o mosteiro recebeu por via de doações, feitas em troca de orações, missas por alma e enterramentos na igreja. Já atrás destacámos a doação feita pelo casal Salema, os rendimentos vinculados pela mesa mestral dos espatários à capela de Santiago e a instituição da capela da confraria de Nossa Senhora do Socorro. A estes juntam-se mais exemplos, respigados da documentação. André Pegado que já morava no castelo em 1548⁶⁶⁹, deixou uma vinha ao Mosteiro de *Aracoeli* para lhe dizerem missas pela sua alma⁶⁷⁰, atestando uma ligação ao mosteiro que lhe advinha da sua proximidade com Rui Salema, o fundador do cenóbio, que sabemos ter sido padrinho de uma sua filha em 1578⁶⁷¹.

Em 1664, por falecimento de Vicência Pantoja da Costa, mulher de Rodrigo Mourinho da Costa, o procurador de *Aracoeli* Frei João Pais Francisco reivindica os seis mil réis que a defunta prometera ao mosteiro para aí ser enterrada⁶⁷². Como cumprimento religioso de uma doação recebida da posse de metade da marinha da Telhada, entre 1708 e 1710, a escritã anota que foram mandadas celebrar oito missas rezadas e mais uma cantada, em dia de S. Jacinto (17 de agosto), sem explicitar por quem⁶⁷³.

Parece interessante a certidão lavrada em 1730, onde consta a lista dos bens dados como penhor por D. Maria Filipa Coutinha para 200 missas que o marido, morador em Setúbal, pedira que fossem rezadas em *Aracoeli* por sua alma. São um conjunto, não de terras ou dinheiro, mas de joias, certamente oriundas do seu espólio pessoal: “chaves de

⁶⁶⁶ AA, (c.a) liv. 102, fl. 74v (agosto 1745).

⁶⁶⁷ AA, (c.a) liv. 112, fl. 16v (jan.º 1775).

⁶⁶⁸ AA, (c.a) liv. 123, fl. 35v (março 1817): demanda que corre no Juízo da Vila de Cabrela sobre o quinhão de 16 alq. de trigo da Herdade de S. Vicente e que não nos querem pagar.

⁶⁶⁹ ANTT, *MCO/OS/CP*, caixa 77, mç.1 (doc. s/ nº) 1548.

⁶⁷⁰ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 22, fl. 344. Rendia de foro ao Convento, em 1615, dois cruzados.

⁶⁷¹ PT/ADSTB/PRQ/PASLO1 – Batismo na Igreja de Nª Sª do Castelo (1-4-1578). Chamava-se Maria.

⁶⁷² AA, *CNSA/02/020* (outº 1664).

⁶⁷³ AA, (c.a) liv. 97, fls. 20, 50v e 82 (agosto 1708, 1709 e 1710): 1 missa cantada em dia de S. Jacinto por obrigação da metade da marinha da Telhada e 8 missas rezadas 1.600 réis.

ouro e de diamantes, uns brincos de ouro e de diamantes; um broche de ouro e de diamantes; um fio de pérolas, com extremos de ouro e um brinquinho de rubis; dois anéis de ouro, um de diamantes e outro de esmeraldas; um par de botões de ouro com esmeraldas; um brinco de cristal com um Senhor dentro, de ouro, atado à coluna”⁶⁷⁴.

Em maio de 1743, temos notícia da entrega de 6.400 réis pelo Padre Lourenço da Costa para que a sua mãe fosse sepultada neste mosteiro⁶⁷⁵.

As autoridades franciscanas estavam atentas aos legados pios, aos dotes, às heranças e aos rendimentos dos bens, para que fossem cumpridas as cláusulas, os direitos e os deveres. Todavia, muitas vezes, tiveram que recorrer a demandas na justiça, à inquirição de testemunhas, ao pedido de cópias de documentos comprovativos, a fim de salvaguardar o património do mosteiro e os seus direitos.

É significativa, neste ponto, a contenda desencadeada em torno da Herdade de Arapouco, desde 1569 isenta de pagar dízima de lenha e madeira pelo rei D. Sebastião⁶⁷⁶, doada pelo casal Salema, desde 1573 e na qual o monarca (1577) proibira qualquer pessoa pudesse aí, sem licença “cortar Aruore por pee de pinheiro, ou sobreiro, emcorra em pena de mil réis de pena por cada vez [...], e quem cortar tranca das ditas aruores emcorrera” em 500 réis⁶⁷⁷. A herdade era de cultivo direto, mas em 1578, o juiz da Ordem de Santiago de Alcácer “lhe mādou embarguar o djzjmo da sua Azeytona” e “*asj o dizjmo do pão deste ano de satenta e sete*” e “*lhe ffas nisto mollestja e fforsa e porque ellas soprjantes grãogeão a dita erdade per sj por onde não deuem pagar o dizymo*”. O processo acabaria por reverter a favor do mosteiro, aceitando a Ordem Espatária prescindir de tal direito⁶⁷⁸.

Tais contendas foram seguramente mais, pois os livros de contas atestam as deslocções dos procuradores e os reiterados pagamentos feitos a letrados para lhes fazerem petições⁶⁷⁹ e pareceres⁶⁸⁰. Pagaram por penhoras, citações e protestos⁶⁸¹. Sobre as apelações, algumas das quais feitas em Roma, é fácil conhecer os gastos, mas difícil

⁶⁷⁴ A certidão foi passada em *Aracoeli*, em 1730.01.15. Cf. TT, *OFM, Prov. dos Algarves*, mc. 101, doc. 11. Era abadessa Soror Josefa Caetana de Santo António, vigária Catarina do Monte Sinai e escritã Soror Teresa Micaela de S. José.

⁶⁷⁵ AA, (c.a) liv. 101, fl. 96v.

⁶⁷⁶ AA, CNSA 02-04, fl. 2B.

⁶⁷⁷ AA, liv. 22, fls. 344-345v (1577.01.20).

⁶⁷⁸ AA, CNSA 02-04, fl. 8B.

⁶⁷⁹ AA, (c.a) liv. 95, fl. 30 (janº 1700): reconhecer uma procuração ao Padre Amaro Antunes p/ procurador em Lisboa 20 réis; ao padre p/ gastos de escrivão e letrado em Lisboa, 1.500 réis; ao escrivão que tresladou o feito, embargos e assinaturas que foram p/ Lisboa, 1.864 réis; (c.a) liv. 113, fl. 20v (1778): ao Letrado de Lisboa por 2 petições 480 réis; fl. 47 (1779): ao Letrado em Lisboa, na causa de Rio de Arcos 2.400 réis.

⁶⁸⁰ AA, (c.a) liv. 114, fl. 36v (agosto 1780): deu-se a um Letrado de Setúbal por um parecer, 120 réis.

⁶⁸¹ AA, liv. 109, fl. 40v (1766); (c.a) liv. 115, fl. 68v (1784): treslado: Penhora das Pedras Brancas, 24 réis.

apreender o conteúdo⁶⁸². Em relação às demandas⁶⁸³, são uma fonte frequente de despesas, devido ao preço das certidões, das escrituras, às custas do tribunal, às deslocções das pessoas, incluindo testemunhas⁶⁸⁴ e ao que tinham de pagar ao escrivão⁶⁸⁵, ao advogado por “arrezoar” a causa⁶⁸⁶, as procurações⁶⁸⁷ e todas as diligências, inclusive do procurador⁶⁸⁸.

Incidiram sobretudo em matérias ligadas à sonegação de bens⁶⁸⁹, às partilhas, a propósito das heranças das religiosas, como já vimos⁶⁹⁰ e outros conflitos de interesses como a falta de pagamento de foros⁶⁹¹ e pitanças por parte dos rendeiros, desde cereais,

⁶⁸² AA, CNSA, 03/001, fl. 12 (1693 e 1695); AA, (c.a) liv. 98, fl. 83 (julho 1733): Deram para a apelação de Roma: 2.400 réis; (c.a) liv. 99, fl. (1735): Sua Majestade deu da cera que estava devendo 6.000 réis, mas 3.000 réis ficou o nosso Prelado para a apelação de Roma, só se receberam 3.000 réis (1734).

⁶⁸³ AA, (c.a) liv. 95, fl. 67 (1701): “hua carta citatória para citar Martim Passanha”, 240 réis; p/ o escrivão Belchior da Mota em Setúbal de tresladar apelações (Lisboa), 1.624 réis; pagou-se-lhe a dívida do tempo da M. Soror Josefa 3.076 réis; fl. 115v (1701): recebemos de Manuel Pais Cubelos da demanda do pão de Sanchares, 3.210 réis; (c.a) liv. 114, fl. 46 (1780): da demanda contra Manuel de Cristo, 22.354 réis.

⁶⁸⁴ AA, (c.a) liv. 103, fl. 10v (1747): 650 réis por 2 sentenças que se tiraram na demanda e em que juraram as testemunhas que lá mandamos; um próprio que foi a Lisboa levar as sentenças e as testemunhas, 1.380 réis; (c.a) liv. 123, fl. 107 (1835): pagou-se ao Procurador da demanda do Mesquita, em Lisboa, 7.200 réis.

⁶⁸⁵ AA, (c.a) liv. 95, fl. 67 (1701): p/ “o escrivão Belchior da Mota de Setúbal tresladar apelações em Lisboa, 1.624 réis e mais 3.070 réis de dívida – fez-se este pagamento porque não queria largar a papelada e se podia perder a causa”. Ao escrivão João Carvalho da demanda com Maria Pais de Sousa, 3.070 réis; fl. 75v (1701): 2.463 réis pelo trabalho do escrivão que solucionou o caso do trigo da Herd. de Sanchares contra Pais Cubelos, 800 réis e 2 bolos; (c.a) liv. 97, fl. 64 (1710): traslado da escritura da Marinha de Vicente Franco, 750 réis; (c.a) liv. 97 A/3, fl. 8 (1723): ao escrivão Manuel Francisco, por escrituras que fez de cem mil réis que se tomaram a juro no cofre dos órfãos, 780 réis; *ibidem* fl. 129v (1725): Deram a um escrivão pelo traslado da escritura de 200.000 réis que tem a juro Filipe Correia de Magalhães, 577 réis; (c.a) liv. 101, fl. 88 (1743): “tresladarem os papéis [...] sobre hũa marinha para hirem para o juizo da correição”, 7.415 réis; fl. 99v (1743): deu-se ao escrivão Francisco Carvalho, “de buscar o traslado” da marinha” em demanda, 400 réis; (c.a) liv. 113, fl. 47 (1779): ao Escrivão que foi a uma diligência a Arapouco, 1.200 réis; (c.a) liv. 114, fl. 44 (1780): ao Escrivão das custas da causa das Pedras Brancas, 700 réis.

⁶⁸⁶ AA, (c.a) liv. 104, fl. 15v (1750): ao “Dr. Manuel Mestre de huma demanda que arrezou”, 6.400 réis; Liv. 123, fl. 87v (1819): deu-se em Setúbal 2.400 réis “ao Letrado que ali avoga” uma causa de *Aracoeli*; 1 notificação feita a Luís Gomes de Setúbal...juramento de calúnia, 2.500 réis; deu-se ao Procurador da causa, 6.720 réis e ao Procurador que trata da causa de Vila Nova da Baronia, 9.600 réis.

⁶⁸⁷ AA, (c.a) liv. 123, fl. 5 (1816): 1 procuração que se fez por “um tabelião de Notas” para se poder lavrar nova escritura da Herdade de Vale de Figueira de Baixo, 1.600 réis e de se reconhecer mais duas pelo Letrado da Comunidade e de se selarem as mesmas, 160 réis.

⁶⁸⁸ AA, (c.a) liv. 109, fls. 40v-41 (maio 1766): diligências da Herdade da Asseiceira, 1.080 réis, de papéis para ela, 400 réis, diligências da causa do Gregório da Fonseca p/ o Juiz, 100 réis, das diligências do protesto do Capitão Vicente Luís, 630 réis, dos gastos do P. Capelão em Lisboa e da falua em que veio, 1.560 réis.

⁶⁸⁹ AA, (c.a) liv. 95, fl. 109 (1701): a João Dias Rijo 10.500 réis pelas custas da demanda; (c.a) liv. 96, fl. 95v (1707): deram das custas da apelação de António Rodrigues, do pinhal, 4.583 réis; (c.a) liv. 101, fl. 99v (1743): ao escrivão Francisco Carvalho 400 réis de buscar o traslado da marinha em demanda.

⁶⁹⁰ Arquivo Par. de Santiago em Alcácer, cx. 69, (man° s/n° - 1690-94): sentença desfavorável ao Convento (onde estava Soror Simoa Luísa da Rocha), frente aos padres da Igreja de Santiago, sobre a herança de Martim Pessanha; AA, (c.a) liv. 95, fl. 35v (1700): custas da demanda do azeite da M^{adre} Soror Isabel [da Visitação] que Deus tem, 150 réis e fl. 109 (1701): Pagou-se a João Dias Rijo das custas da demanda de Soror Isabel da Visitação, 10.500 réis; (c.a) liv. 123, fl. 35v (1817): 1 pública forma - traslado das partilhas da M. Soror Custódia M^{re} do Sacramento p/a demanda que corre no Juízo da Vila de Cabrela, 375 réis.

⁶⁹¹ AA, (c.a) liv. 123, fl. 107 (set.° 1835): da execução que se tirou por sentença contra Ana Joaquina por não pagar os foros que deve das suas casas, 2.585 réis.

dinheiro, até potes de mel⁶⁹². Perderam muitas, porém venceram algumas. Só a título de exemplo, veja-se a lista com as despesas feitas em Lisboa e registadas pela escritã, no mês de julho de 1843⁶⁹³, através dos recibos da demanda contra o Mesquita de Évora:

Em 1840, recebeu o nosso procurador Alexandre Maria de Campos (junho)	28.800 réis
No mês de julho recebeu o mesmo Procurador, em Lisboa, igual quantia	28.800
Em 23 de janeiro recebeu o mesmo Procurador, em Lisboa pelo ano de 1841	48.000
Em 20 de Junho de 1843 recebeu o mesmo Procurador, em Lisboa	57.600
Recebeu mais o mesmo Procurador, em Lisboa, pouco tempo depois /recibos	57.600
Recebeu mais, em janeiro de 1843	19.200
Em 13 de Março de 1840, em Lisboa recebeu o Procurador Granito de Évora, o que consta do recibo presente, de Joaquim Miguel, Procurador da mesma cidade,	48.000
Pagámos ao Ilustm ^o Francisco de Paula Leite à conta da dívida da Comunidade de que o mesmo é credor pela totalidade de 225.700 réis	174.315 réis

Em 1858, uma demanda opôs o convento de *Aracoeli*, proprietário da Herdade de Arapouco, a António Caetano de Figueiredo, Visconde de Alcácer, que antes a tinha arrendado à comunidade⁶⁹⁴.

Com a extinção do mosteiro em 1874, procurou o Visconde adquiri-la por licitação à Fazenda Nacional, mas como uma cláusula da fundação impedia esta venda, a citada Herdade foi entregue à Misericórdia de Alcácer, como atrás referimos.

4.1.3. Juros, consignações por dívidas, vendas e plano de reestruturação económica

Já antes, mas sobretudo depois do Terramoto de 1755, perante as enormes dificuldades económicas, as religiosas tiveram que recorrer a empréstimos a juros e a vender maiores quantidades de madeira cortada nos seus pinhais, a fim de obterem mais receitas⁶⁹⁵.

A situação económica da comunidade chegou a ser tão grave que o mosteiro viu serem-lhe penhorados e consignados bens e rendimentos como, por exemplo, as colheitas de cereais ainda nas herdades⁶⁹⁶ e o sal nas marinhas, a fim de assegurar o pagamento das dívidas que o cenóbio tinha em atraso⁶⁹⁷. Os casos de embargo direto dos cereais nos

⁶⁹² AA, (c.a) liv. 95, fl. 115v (out.^o 1701): recebemos do Padre Diogo Carvalho das custas da demanda do pote de mel, 5.430 réis; liv. 96, fl. 95v (nov.^o 1707): Custas da demanda com o Prior de Santa Susana e de dois potes de mel recebidos pela abadessa, quando decorreu este pleito, 11.662 réis.

⁶⁹³ AA, (c.a) liv. 129, fl. 15.

⁶⁹⁴ Livro de Notas 49, Cartório de Rómulo José Maria dos Santos, doc. 2 (8-5-1858) – Diferendo entre o Convento de *Aracoeli* e António Caetano de Figueiredo, sobre o arrendamento da Herdade de Arapouco.

⁶⁹⁵ AA, (c.a) liv. 106, fl. 10v (1756): “Derão ao homem que foy a Lisboa com o enforme e para o corte e sacas”: 200.040 réis se tomou a razão de juro; pagou-se 1.800 mais 1.200 réis p/ se lavrar aí a escritura.

⁶⁹⁶ AA, (c.a) liv. 110, fl. 96 (1767): consignações a Santa Marta, ao Boticário e a D. Pascoal 7 moios e 45 alq., tudo 32 moios e 12 alq. Só em consignações, gastou-se 1.080 alq. - AA, (c.a) liv. 112, fl. 77v (1777).

⁶⁹⁷ AA, (c.a) liv. 102, fls. 104-140v (1746): “conta dos 20 moyos de sal da repartição da Marinha de Bombaralha e dos 48 de repartição da Marinha do Sacramento que tudo fez a soma de 78.200 réis que se

campos repetiram-se com frequência, ligados a dívidas contraídas com particulares ou com outras instituições religiosas, mesmo dentro da própria Ordem. Assim aconteceu com as Irmãs Clarissas do Convento de Santa Marta de Lisboa, a que as Clarissas de Alcácer do Sal recorreram a pedir dinheiro, e cuja dívida nos aparece registada desde 1762. Logo em 1765, gastaram quase 30.000 réis só em juros, 400.000 réis para abatimento da dívida e mais cerca de dez mil réis para quem fez as penhoras. Mas a comunidade de *Aracoeli* teve que acordar a assinatura de uma consignação com as de Santa Marta: entregavam-lhes, em cada ano, 4 moios de trigo por conta dos juros (parte deles em atraso) pelos três mil cruzados em empréstimo. Assim, posteriormente, vários moios de trigo e somas de dinheiro vão aparecendo nas contas alusivas a esta consignação⁶⁹⁸. Em 1779, a comunidade de *Aracoeli* renegociou a dívida, tendo pago 60.000 réis de juros e um conto e duzentos do empenhamento antigo, conseguindo, pouco a pouco, até janeiro de 1788, saldar por completo os juros e o capital em dívida para com este convento de Lisboa⁶⁹⁹. Como vimos, a comunidade recorreu também no seu aperto financeiro ao Convento das Religiosas de Santa Mónica de Évora⁷⁰⁰ e às recolhidas da Piedade também localizado em Évora⁷⁰¹.

Em segundo lugar, lembramos as elevadas dívidas que se iam acumulando nas mãos dos marchantes pelas mercadorias fornecidas ao Convento e pelo empréstimo de dinheiro, o que implicou também o arresto do cereal no campo. Assim aconteceu com José Soares⁷⁰², com António Nunes Rolão, a quem o trigo da herdade de Vale da Aroeira foi consignado durante dois anos⁷⁰³ e com D. Pascoal Caetano, da cidade de Évora, que

derão a Valentim Gomes da Rocha, morador em Setúbal”, por dívida da Comunidade “e por hũ escrito lhe estava feita hipoteca a esta dívida em as mesmas marinhas”. Restou ainda a dívida de 10.870 réis.

⁶⁹⁸ AA, (c.a) liv. 108, fl. 2v (fev.º 1762): o treslado da escritura da dívida às Religiosas de Stª Marta, 280 réis, fl. 74 (1765): 72.000 importaram os 3 moios de trigo da Herd. de Vale de Figueira, mais a despesa da ida até Lisboa, 18.000 réis; fl. 147 (1766) Paga a Herd. da Torre [de Sítimos] 52 alq. de trigo e ficou embargado por conta das Religiosas de Santa Marta; fl. 164 (1767): tirou-se do Celeiro p/ se remeter a Stª Marta por conta do ajuste que fez a Comunidade, 3 moios. AA, (c.a) liv. 109, fls. 100 e 108 (1768): Pagou-se a Santa Marta por conta da consignação de 11 moios de trigo, 198.000 réis.

⁶⁹⁹ AA, (c.a) liv. 113, fl. 47 (1779); fls. 55 e 55v. A dívida era anterior pois, regista-se que *Aracoeli* pagou 40.000 do juro de 6 meses de 4 mil cruzados que deviam a Stª Marta. Ver, (c.a) liv. 103, fl. 72v, (1749); (c.a) liv. 116, fls. 68 e 73 (1788): Pagou-se às mesmas religiosas, para extinção da dívida, 72.000 réis.

⁷⁰⁰ AA, liv. 108, fl. 82 (abril 1765) pagaram de juros 12.460 réis. Liv. 110, fl. 91v: pagaram às freiras de Santa Mónica de Évora, por conta do principal e juros vencidos até 27 de novº de 1770, 325.730, das vendas.

⁷⁰¹ AA, Liv. 110, fl. 92 (1771): pagaram às Recolhidas da Piedade de Évora, o principal e juros vencidos – 528.200 réis – “cuja importância se pagou das propriedades que se venderão”.

⁷⁰² AA, liv. 109, fl. 159v (1767): ao marchante António Soares estava consignado 1,5 moio de trigo da Herd. Vale de Figueira [de Baixo]. Deram-lhe mais 1,5 moio pelo que lhe devia a Abadessa; fl. 160 (1767): deram ao mesmo marchante os 35 alq. de trigo da Herd. de Colos mais os 15 alq. de cevada por conta da dívida que lhe deve a Abadessa e mais 91.800 réis do tempo da M^{dre} Margarida Angélica – cf. fl. 99v (1768).

⁷⁰³ AA, liv. 109, fls. 101 e 161 (1767): 12 alq. de trigo em cada ano, pelo menos, durante três anos.

recebeu das freiras, durante três anos, a consignação de azeite e cereais (1771, 1772 e 1773), em virtude das muitas dívidas que o cenóbio tinha para com ele⁷⁰⁴.

As madres abadessas viram-se obrigadas também a contrair pesadas dívidas com os boticários que forneciam os remédios às suas religiosas.

Os débitos do Mosteiro atingiram um montante de tal forma elevado que a comunidade, devidamente autorizada, teve que recorrer também à venda de propriedades para fazer face aos seus credores. Assim, em outubro de 1770, as religiosas venderam, “com dinheiro na mão”, o moinho de Arês, a sesmaria do Outeiro e uma vinha pequena⁷⁰⁵; em novembro seguinte, alienaram o quinhão que possuíam na Herdade de Vale de Carvalho⁷⁰⁶ e, em dezembro, foi a vez da marinha do Sacramento⁷⁰⁷. O produto das vendas ascendeu a um pouco mais de dois contos de réis (2:088.400), o que permitiu ao mosteiro, a partir de 1771, pagar as dívidas mais prementes⁷⁰⁸, como a do cerieiro⁷⁰⁹.

Em maio desse ano, a comunidade vendeu um quinhão da Herdade da Salema ao eborense Pascoal Caetano, satisfazendo o capital em dívida e os respetivos juros⁷¹⁰. E aos herdeiros do boticário Manuel da Costa alienaram a Horta de Arpilha e as rendas de cereais da Herdade do Azinhal e do Moinho de Algeda⁷¹¹.

Apesar das tentativas para reduzir a despesa a fim de estancar o empenhamento do convento, a verdade é que as dívidas se foram agravando⁷¹². Com efeito, as repercussões nefastas do cataclismo de 1755 sobre o edificado obrigaram a uma reconstrução do mosteiro e a dispendiosas obras de reparação extensíveis às suas propriedades e engenhos, que acarretaram um aumento exponencial dos encargos, numa fase em que os rendimentos diminuíram, face às dificuldades em cobrar as rendas, por causa dos danos infligidos pelo sismo sobre os bens. A comunidade viu-se mesmo forçada

⁷⁰⁴ AA, liv. 111, fl. 69. Só em azeite nesses anos 40.075 réis. Do trigo e cevada que lhe estavam consignados, não foram declarados os preços por que deles não houve clareza.

⁷⁰⁵ AA, liv. 110, fl. 89 (1770): receberam pelo moinho vendido ao Capitão Miguel Ferreira Dias 1:200.000, pela sesmaria 500.000 réis de José dos Reis e 12.000 réis da vinha vendida a Francisco José.

⁷⁰⁶ *Ibidem* (1770): venderam este quinhão ao Dr. José de Abreu por 176.400 réis. Ver também AA, liv. 109, fl. 107 (1788), onde a escritã declarara não dar conta do seu rendimento de 1766, por ter morrido António José Soares que cobrava o produto da repartição e não deixar declarado, nem o gasto, nem o recibo”.

⁷⁰⁷ *Ibidem* (dezº 1770): Marinha foi adquirida por Manuel Gomes Borrvalho de Setúbal por 500.000 réis.

⁷⁰⁸ AA, (c.a) liv. 110, fls. 78v e 93v (1771); (c.a) liv. 112, fls. 70v/80v; liv. 114, fl. 29v; (c.a) liv. 115, fl. 79 (1785).

⁷⁰⁹ Pagou 15.000 réis a José Inácio de Alcácer (dívida da antecessora): AA, (c.a) liv. 110, fl. 90 (1771).

⁷¹⁰ AA, (c.a) liv. 110, fl. 93v. Recebeu 600.000 réis por conta do capital e o resto de juros.

⁷¹¹ *Ibidem*, fl. 93: “como consta por escriptura”, 1 conto 15 mil e 600 réis (1:015.600) e fl. 78: mais 60.000.

⁷¹² Exº: AA, (c.a.) liv. 128, fl. 68 (1841): “a Abadessa, mais Religiosas de Aracoeli,[...] querendo dar os esclarecimentos sobre o estado actual, [...] sendo a totalidade da dívida do convento, como consta dos livros das contas de 4 governos passados, em que se incluíram 15 anos”, 2: 342.785, tendo a abadessa anterior pago 514.695 réis e a comunidade pensar reaver 1:110.190, com a demanda do Mesquita de Évora”.

a vender alfaias litúrgicas de metal precioso no sentido de obviar às despesas que se avolumavam, e de apelar aos seus benfeitores em ordem a garantir o seu apoio monetário numa difícil reconstrução, que se arrastou por várias décadas⁷¹³. Foi eficaz o desempenho de Soror Francisca Clara de Assis, abadessa de *Aracoeli* em diversos triénios, que mereceu o elogio dos visitantes, pelo modo como conseguiu levar avante as obras⁷¹⁴. Mas, persistiu a grave crise económica do mosteiro, levando à aprovação, em 15-02-1824, de um plano de reestruturação das finanças de *Aracoeli*, contendo 21 artigos, sendo assinado por doze religiosas e pelo Ministro Provincial Frei Eusébio da Estrela⁷¹⁵. Entrou em vigor em 6-03-1824, com a abertura do cofre conventual⁷¹⁶. As freiras, serviçais e os próprios padres passaram a receber um montante em dinheiro para a sua alimentação⁷¹⁷.

4.1.4. Um ponto de chegada: os bens imóveis em 1874

Se já atrás vimos o património que o cronista Frei Rodrigo de Santiago verificou pertencer ao Mosteiro de *Aracoeli*, depois da Revolução liberal foram elaborados três inventários dos bens: um em 1858⁷¹⁸, outro em 1872⁷¹⁹ e um último, em 1874⁷²⁰. Estes facultam-nos uma visão bastante mais pormenorizada da extensão do património de *Aracoeli*, tanto em terras de cultivo e unidades agrárias, como em casas urbanas, além de estruturas de transformação (moinhos de água), que se estendiam desde Alcácer e Setúbal a outras terras, sobretudo do Alentejo, e que constituíram uma importante fonte de receita.

Estamos já muito longe da dotação inicial que suportara a fundação, feita pelo casal Salema em 1573, evidenciando um avolumar de património cuja incorporação nem sempre é possível apreender pois, de facto, o que os inventários nos dão é o ponto de chegada. Os dados neles registados podem observar-se, quer na figura 5 quanto aos bens rurais, quer nos quadros 6 e 7 para as casas que o cenóbio possuía em Alcácer e Setúbal.

⁷¹³ AA, (c.a.) liv. 115, fl. 64v (2º quartel 1784): uma esmola 24.000; um benfeitor deu 57.400 réis.

⁷¹⁴ Em 1801, regista-se: “Toda esta obra se deve ao zelo e agencia da M. R. Madre Abadessa que Deus tem”. Elencam-se os recursos a que deitou mão para fazer face aos encargos: “Dos castiçais de prata que com o consentimento da Comunidade se venderão em Évora ao ourives Pedro José Carneiro renderam 150.600 réis; deu o Sr. Arcebispo para a obra 50.000 réis”; deu a Misericórdia da terra, 60.000; deixou Joana Baptista 90.000; aplicou a esmola dos sermões - não puderam pregar por causa das obras da Igreja - 29.600” (AA, (c.a.) liv. 118, fls. 32v-33). Os bens pessoais desta prelada foram gastos a recuperar o edifício.

⁷¹⁵ AA, CNSA/02/063 (fevº 1824).

⁷¹⁶ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 31v (março 1824): despesa regulada conforme o plano aprovado pelo Provincial Frei Eusébio da Estrela e por toda a Comunidade, início a 6 de março de 1824.

⁷¹⁷ Este facto tornou muito menos pormenorizados os registos sobre a alimentação conventual.

⁷¹⁸ Folha c/ nº a lápis, tipo folha de cálculo (1858) <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224404>

⁷¹⁹ *Ibidem*. Caderno com o inventário dos bens (nº 15), datado de 1872-03-20.

⁷²⁰ *Ibidem*. Inventário com os as propriedades de *Aracoeli*, datado de 1874-02-03.

Como se vê nos quadros, as rendas dos bens urbanos, sempre se saldaram em dinheiro⁷²¹. Em 1874, mencionam-se apenas nove casas em Alcácer que pagavam renda ao mosteiro, um número que, quase um século antes (1785), era de doze. Um registo informa ainda do gasto que então se fez de uma dúzia de azulejos, destinados a serem colocados em cada uma dessas moradas, sinalizando a sua pertença ao cenóbio⁷²².

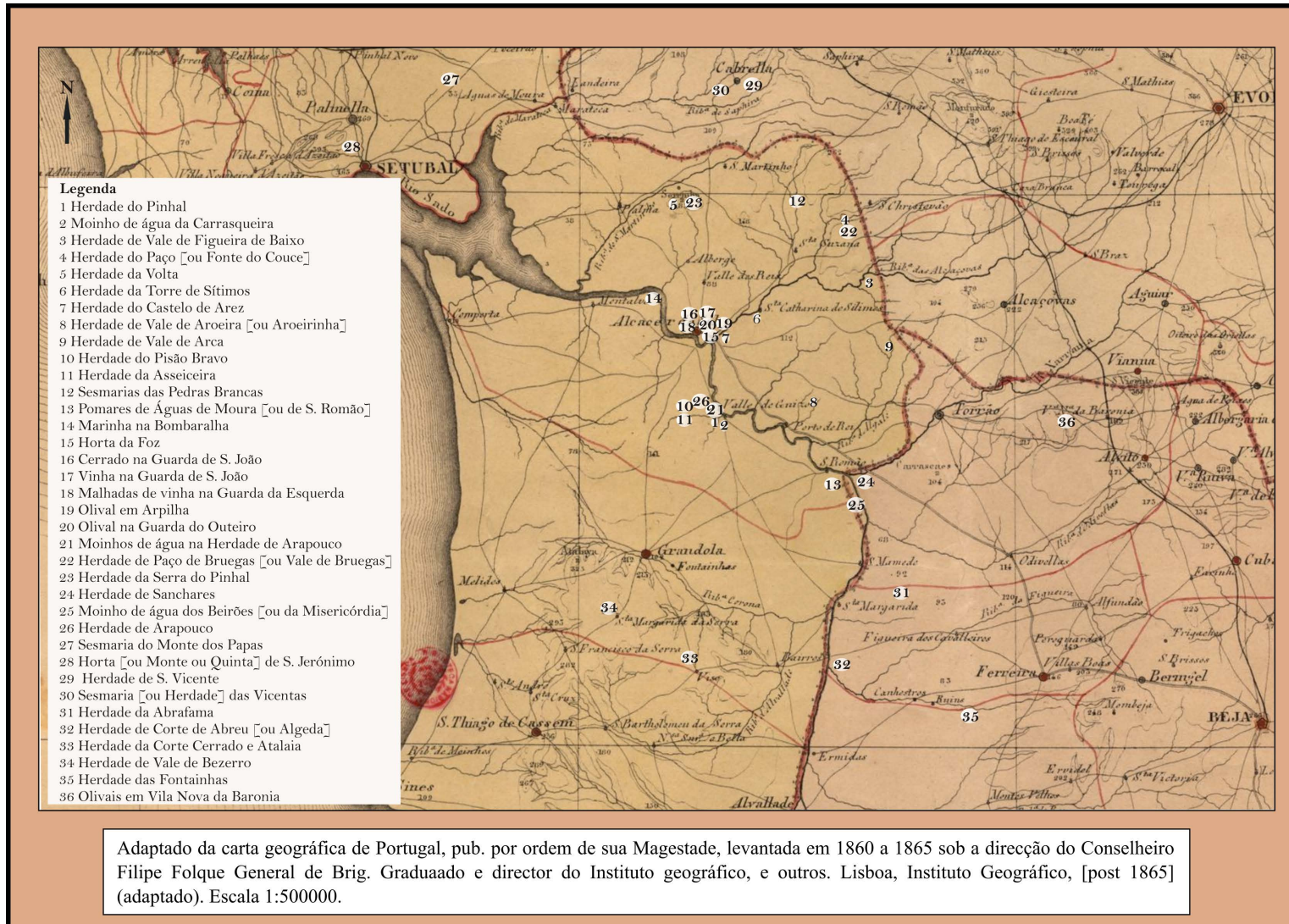
Quanto à figura 5, que localiza as propriedades rústicas, verificamos que a grande maioria delas se situava no município de Alcácer, sendo as restantes localizadas em outros concelhos do Alentejo. Os livros de contas atestam como o pagamento das rendas das propriedades rústicas era, maioritariamente, feito em géneros, sobretudo cereais - trigo, centeio, aveia – e, uma ou outra vez, também em dinheiro⁷²³.

⁷²¹ Ver, a título de exemplo, AA, (c.a.) liv. 102, fls. 12-12v (1744): pagou de foro de casas em Alcácer: Domingos Francisco, 1.500 e a sapateira, 1500 réis; pagou de foro de casas em Setúbal: Estêvão Afonso [Cordovil], 2.500 réis; Padre Bernardo Belo, 2.000 réis e André Montano, 2.500 réis.

⁷²² AA, (c.a.) liv. 116, fl. 20 (nov.º 1785): “De doze zollejos que se poserão nas casas que pagam foros”, 1.020 e para o pedreiro e cal que se gastou, 150 réis.

⁷²³ AA, (c.a.) liv. 102, fls. 22 e 44v (1744): pagou o hortelão de Arpilha, 6.000 e Simão Lopes, 4.000 réis.

Figura nº 5: Propriedades rústicas pertencentes ao Convento de Nossa Senhora de Aracoeli segundo os inventários de 1858, 1872 e 1874



Quadro nº 6: Casas em Alcácer pertencentes ao Mosteiro de *Aracoeli* segundo os inventários de 1858, 1872 e 1874.

Morada	Conc., Freg.	Renda	Enfiteuta	Data da escritura	Inventários
Casas na Rua de Santiago, nºs 8 e 9 (lojas e 1º andar)	Alcácer, Santiago	1.500 réis	Joaquim Venâncio Mendes Rato	1730.07.09	Inv. 1858 n/c Inv. 1872, nº 17 Inv. 1874, nº ?
Casas na Rua de S. Lázaro, nº 13	Alcácer, Santiago	1.500 réis	Joaquim António da Silva Matos (1858) Manuel Francisco dos Reis Frola	Não há título	Inv. 1858, nº 19 Inv. 1872, nº 18 Inv. 1874, nº ?
Casas na Rua das Douradas, nº 21	Alcácer, Santiago	700 / 1.500	Viúva de Leonardo Correia (1858) Jacinto Martins	1819.27.7 (1858) 1862.12.12	Inv. 1858, nº 20 Inv. 1872, nº 19 Inv. 1874, nº 35
Casas na Rua Direita	Alcácer, Santiago	6.450 réis 6.700 réis	Micaela Joaquina Pacheco (1858) António Francisco Romano Baptista	? 1854.07.28	Inv. 1858, nº 21 Inv. 1872, nº 25 Inv. 1874, nº 36
Casas na Travessa da Misericórdia, (lojas e andar)	Alcácer, Santa Mª do Castelo	8.000 réis	José António Gonçalves Branco (1858)	1752.09.12	Inv. 1858, nº 22 Inv. 1872, nº 21 Inv. 1874, nº 40
Casas no canto da Praça da Vila	Alcácer, Santa Mª do Castelo	1.500 réis	João Mesquita Pimentel (1858) Herdeiros de João Mesquita Pimentel	1582.10.25	Inv. 1858, nº 23 Inv. 1872, nº 22 Inv. 1874, nº 38
Casa na Rua Direita	Alcácer, Santa Mª do Castelo	6.700 réis	Francisca Teresa Parreira (1858)	1854.07.20	Inv. 1858, nº 36 Inv. 1872, nº 23 Inv. 1874, nº 34
Casas na Rua do Senhor da Pedra	Alcácer, Santa Mª do Castelo	6.460 réis	Viúva de José Reis Cordeiro (1858)	1859.09.10	Inv. 1858, nº 20 Inv. 1874, nº 42
Casa no Castelo	Alcácer, Santa Mª do Castelo	5.000 réis	Maria José (1858) Prudêncio José Pires (1872)	1572.01.18	Inv. 1858, nº 35 Inv. 1872, nº 24 Inv. 1874, nº 43

Quadro 7: Casas em Setúbal pertencentes ao Mosteiro de *Aracoeli* segundo os inventários de 1858, 1872 e 1874.

Morada	Conc., Freg.	Renda	Enfiteuta	Data da escritura	Inventários
Casas na Rua do Ourives nºs 50, 52, 54 e 56	Setúbal, Freg. S. Julião	2.500	Mariana Inácio Correia (1858) Feliciano António da Rocha	1859.06.17	Inv. 1758, nº 27 Inv. 1872, nº 46 Inv. 1874, nº 39
Casas na Praia das Fontainhas, nºs 62 e 64	Setúbal, Freg. de S. Sebastião	2.500	Herd. de João José Pinto (1858) Cipriano Ferreira Lança	1581.08.11	Inv. 1758, nº 26 Inv. 1872, nº 48 Inv. 1874, nº 33
Casas na Rua dos Marmelinhos	Setúbal, Freg. de S. Sebastião	1.500	Mª Leocádia da Conceição (1858) João Eloy Ferreira do Amaral	1861.12.23	Inv. 1758, nº 28 Inv. 1872, nº 50 Inv. 1874, nº 37
Loja no Beco das Tercenas	Setúbal, Freg. de S. Sebastião	4.000	Joaquim da Costa Novais (1858)	Não há título	Inv. 1758, nº 30 Inv. 1872, nº 51 Inv. 1874, nº 45
Casas no Beco das Tercenas ou na Rua Direita do Troino, nºs 9 e 11	Setúbal, Freg. de S. Sebastião	2.000	Henrique Manuel Viana (1858) Guilherme Henrique Xavier Viana	Não há título	Inv. 1758, nº 29 Inv. 1872, nº 49 Inv. 1874, nº 47
Casas na Rua de João Galo	Setúbal	2.500	Francisco Joaquim Peres	1858.02.27	Inv. 1758, nº 31 Inv. 1872, nº 47 Inv. 1874, nº 33

4.1.5. Algumas fontes específicas de rendimento

O Mosteiro de *Aracoeli* possuía um património diversificado, no qual se inseriam propriedades urbanas e rurais, como olivais, montados, vinhas, pomares e, sobretudo, herdades de pão e algumas estruturas transformadoras, principalmente moinhos de água. Os bens imóveis da comunidade foram arrendados, sendo a herdade de Arapouco o único caso de exploração direta. Todo este património potenciou importantes rendimentos, tanto em cereal – trigo, cevada e centeio – como em dinheiro, a que se juntavam as aves de capoeira, porcos, marrãs e carneiros, as miunças em ovos, galinhas e queijos. A par destes, o mosteiro tinha ainda duas grandes fontes de rendimento: o sal e a madeira, sobre as quais nos debruçaremos de seguida.

4.1.5.1. O sal

As religiosas contavam com o rendimento de algumas marinhas de sal, entre as quais se destacaram a marinha de Bombaralha e a marinha do Sacramento. Mas havia mais salinas nas quais a comunidade possuía uma quota-parte, como é o caso da marinha da Telhada e de uma outra, não localizada, que possuía a meias com o rei de Portugal. Ao cenóbio pertencia ainda uma marinha em Setúbal, aforada por dez mil réis ao ano⁷²⁴.

O investimento da comunidade neste sector é reflexo do incremento que a exploração do sal, importante desde há muito nesta zona, conheceu, de forma particular, ao longo do século XVII⁷²⁵. Uma atividade que, implicando um investimento significativo, não deixou de constituir também uma fonte de consideráveis proventos. As contas do mosteiro fazem eco deste facto, registando as despesas com as várias fases dos trabalhos, mas também as divisões do produto, depois da safra e dos respetivos lucros.

Na verdade, e tal como aconteceu no fim da Idade Média e começo da Época Moderna, no Sado trabalhava-se todo o ano para se proceder apenas a três colheitas, quase seguidas, com intervalos de aproximadamente três semanas. O sal assim produzido era em maior quantidade e de muito melhor qualidade, garantindo um aspeto mais agradável

⁷²⁴ Metade desta marinha fora doada ao cenóbio - AA, (c.a.) liv. 97, fls. 50-50v (1709). TT, *Chanc. de D. João V*, liv. 30, fl. 207v (1708); Alvará a Francisco de Matos Coutinho da administração vitalícia de metade da marinha que o rei possuía com o most^o de Santa Clara de Alcácer, 5.000 p/ S. João e também pelo Natal.

⁷²⁵ Virgínia Rau, «A técnica salineira no Vale do Sado e o sal de Setúbal», e «As marinhas de Setúbal e de Alcácer do Sal», *Estudos sobre a História do Sal Português*, (reimpressão), Lisboa, ed. Presença, 1984, pp. 47 e 77-84; Iria Gonçalves, «Sal», *Dicionário de História de Portugal*, vol V, Porto, Figueirinhas, 1979, p. 417; Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, vol. II, Lisboa, Arcádia, 1965, pp. 502-508. Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, ob. cit., p. 138.

ao peixe salgado com ele⁷²⁶. O “lavar do sal”, conforme o atestam à saciedade os livros de contas, exigia muitos trabalhos e cuidados. Começavam na Primavera e, a partir daí, os marnoteiros andavam incessantemente à volta das salinas, como os camponeses em torno das suas lavras. Pode-se estabelecer um paralelismo entre os amanhos das salinas, ritmados pelas estações do ano até à safra e o labor árduo nas searas de pão ou nas vinhas até à colheita. Havia que cuidar atentamente dos esteiros, dos talhões, quase sempre designados por “talhos”, “rer o sal”⁷²⁷, verificar a salinidade das águas e garantir as boas condições do sal depositado em “montes” brancos nas eiras.

Muitas vezes, indica-se o preço do salário dos homens que trabalham nas salinas, os gastos com a compra das alfaias apropriadas (rodos, pás, vasilhas de louça), com a limpeza feita nos esteiros da marinha⁷²⁸, com o “rer” do sal, o corte e a colocação do junco a cobri-lo⁷²⁹, o aluguer dos sacos, o custo do seu carregamento e o transporte para os barcos e daí até ao convento⁷³⁰. E ainda todas as despesas inerentes à repartição.

Apenas um exemplo, das despesas com uma marinha, alusiva a julho de 1699⁷³¹:

Deu-se ao marroteiro (marnoteiro) da marinha de meter água e fazer a cabana	580 réis
De três gigas para a marinha	660 réis
Da carrocinha de esparto para as ditas gigas	60 réis
De duas tábuas de rodo	400 réis
De dois homens que reram o sal 5 dias, a 200 reis,	2.000 réis
Do frete do batel em que veio o marroteiro e os homens	40 réis
Deu-se ao marroteiro de sua soldada deste mês de julho	2.000 réis
De dezassete homens que carregarão o sal para a eira, um dia, a 200 cada um	3.400 réis

A primeira recolha de sal fazia-se aproveitando a forte evaporação dos meses secos e quentes do verão. Devido à elevada temperatura nos talhões, a apanha só podia ser feita à tardinha, pois até a essa hora os marnoteiros não conseguiam aguentar o calor⁷³². No exemplo em apreço, verificamos que, esta primeira repartição de sal, rendeu aos cofres da comunidade quase vinte e seis mil réis⁷³³. Na segunda safra, em agosto, na marinha acima citada, registaram-se os gastos:

⁷²⁶ *Ibidem*, p. 139-140.

⁷²⁷ Raspar o sal na peça da salina e juntá-lo com o rodo. Cf. António de Moraes Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, vol. IV, Mem Martins, Editorial Confluência, 7ª ed. 1992, p. 523.

⁷²⁸ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 69v (fev.º 1752): limpeza no esteio (Bombaralha) 650 réis; da entrega do sal 1.600.

⁷²⁹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 23 (fev. 1754): de se cobrir a Marinha da Bombaralha 720 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 27 (jan.º 1757): a “quem cortou o junco” e de “se cobrir o sal”, 1.200 réis.

⁷³⁰ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 26, fl. 57 (junho 1792 e Jan.º 1794): “a quem carregou o sal e aluguel dos sacos”, 270 e 210 réis; (c.a.) liv. 111, fl. 19 (1772): Despendeu-se com quem ajudou a conduzir 3 moios de sal e a carreta, 240 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 25v (1817): 1 homem que deu o sal à carreta que veio da Bombaralha, 480 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 81v (1816): 1 carreta em que veio da Marinha de Bombaralha 1 moio de sal, do aluguer dos sacos e de 1 homem que o deu à carreta e o carregou para dentro do Convento, 1.400 réis.

⁷³¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 15v (julho 1699).

⁷³² Virgínia Rau, *ob. cit.*, p. 48.

⁷³³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 101v (recibo / agosto 1699): 25.900 réis.

De 9,5 dias de hu homem de dar a 2ª da marinha a 200 réis cada dia	1.900 réis
Deu-se ao marroteiro do mês de agosto	2.000 réis
Deu-se de empreitada a 3 homens de porem o sal de 2ª em um monte	2.100 réis
De hu batel em que foi outra vez à marinha o Padre Capelão	180 réis ⁷³⁴

Foi registado que as religiosas receberam desta segunda repartição e do remanescente da anterior a quantia de 34.168 réis⁷³⁵.

As recolhas eram no total três. Neste caso, a terceira deu-se no mês de setembro, sendo registadas as despesas seguintes⁷³⁶:

Do frete de hu batel em que foi o Padre Capelão à Marinha	120 réis
De hu batel em que tornou à Marinha o Padre Capelão	160 réis
De 2 homens que carregaram para os barcos 86 moios de sal	1.800 réis
De hu batel que foi à Marinha buscar sal para a Comunidade	240 réis
Derão a Soror Mª Madalena do que lhe coube das repartições de sal e do seu quinhão	6.000 réis

Esta repartição do sal da terceira recolha rendeu à comunidade 29.580 réis⁷³⁷.

No ano de 1701, a escritã regista apenas, no mês de outubro, duas parcelas com a indicação do dinheiro que receberam das salinas “de 2 repartições hua do ano passado e outra deste”, 60.000 réis e da última repartição da marinha, 28.200 réis⁷³⁸.

A despesa total com o amanho das marinhas, durante todo esse ano, registada só no final de dezembro, importou em 22.700 réis, integrando os seguintes gastos⁷³⁹:

Do marroteiro tomar água 3 vezes	600 réis
De hu batel que levou a madeira para a cabana	80 réis
De 3 gigas que se comprarão	600 réis
Da barosinha para as cozerem (sic)	120 réis
De frete e carreto de as trazerem ao barco	30 réis
De hua tabua de rodo	160 réis
De 2 homens que rerão a praia 5 dias a 200 réis cada	2.000 réis
De 4 homens 3 dias e 3 homens 1 dia a carregar o sal para a serra, a 200 réis cada	3.000 réis
Do batel que levou esta gente para a marinha	120 réis
De dois homens que carregarão dois barcos de sal para a repartição	1.000 réis
De 8 homens que rerão a segunda a 220 réis cada	1.760 réis
Do batel que os levou para a marinha	40 réis
De 2 homens que andaram dia e meio para acabarem de rerem esta segunda	500 réis
De carregarem este sal para a serra 15 homens a 250 réis cada dia	3.750 réis
De dois dias que o marroteiro trabalhou na dita marinha depois de acabar os seus dois meses a 250 réis cada	500 réis
De ser a terceira hu homem 6 dias a 250 réis cada	1.200 réis
De 3 homens que carregarão o sal para a serra 3 dias a 200 réis	1.800 réis
Mais hu homem hu dia	200 réis
Do batel em que veio a cabana	80 réis
De hu dia o marroteiro alagar e serrar a marinha	200 réis
Deram a 5 homens que carregaram o sal para a última repartição, a 200 réis	1.000 réis
Deram ao marroteiro de sua soldada de dois meses 2.000 réis cada mês	4.000 réis

⁷³⁴ *Ibidem*, fl. 18 (despesa / agosto 1699).

⁷³⁵ *Ibidem*, fl. 101v (recibo / setembro 1699).

⁷³⁶ *Ibidem*, fl. 20 (setembro 1699).

⁷³⁷ *Ibidem*, fl. 102 (Recibo de Outubro 1699).

⁷³⁸ *Ibidem*, fl.114 (recibo outº 1701).

⁷³⁹ *Ibidem*, fls. 82v-83v (despesa dezº 1701): total 22.750 réis.

Muito se poderia dizer sobre o sal produzido nas marinhas do mosteiro de *Aracoeli*, mas dada a extensão, ficará para outros trabalhos. Exemplificámos como as escritãs registavam nos livros de contas os muitos gastos que o amanho das salinas implicava, como anotavam o sal que se destinava ao consumo do próprio mosteiro⁷⁴⁰ e como na receita entrava o produto da sua venda⁷⁴¹.

Infelizmente, a falta de alguns livros de contas impede-nos de ter uma perceção mais completa dos encargos relacionados com as marinhas. Assim acontece entre 1725 e 1732, quando, por outras fontes, temos a notícia da ocorrência de uma grande tormenta que arruinou todas as marinhas de Alcácer e de Setúbal da parte norte⁷⁴², exigindo certamente um acentuar das despesas cujo registo se perdeu.

Contudo, no ano seguinte (1733), a comunidade obteve 60.400 réis, ao vender 20 moios de sal (repartição da marinha da Bombarda/Sacramento), o moio a 3.200 réis. Registam mais 80.600 recebidos por 26 moios da safra da mesma marinha, sendo este sal vendido para as caravelas, a 3.100 o moio. Anotam ainda 24.000 réis por 10 moios de sal, oriundo da segunda marinha da Bombaralha, a 2.400 cada. O total deu 165.000 réis⁷⁴³.

4.1.5.2. A madeira

Ao sal juntava-se um outro recurso natural que a comunidade possuía e que assumia uma importância vital na sua economia: a madeira, oriunda sobretudo da Herdade de Arapouco, a que se juntava a lenha, o carvão e o breu aí produzido, assim como a cal e até a pedra⁷⁴⁴.

⁷⁴⁰ *Ibidem*: “hu batel que foi à Marinha buscar sal para a Comunidade”.

⁷⁴¹ *Ibidem*: Deram à madre M^a Madalena do que lhe coube das repartições de sal e do seu quinhão, 6.000 réis; fl. 109 (out.º 1700): Recebemos da venda de 2 rodas de sal, 59.100; (c.a.) liv. 97, fl. 114v (1709): da repartição da metade da M^{na} da Telhada, 45.192 réis e de “hũ batel de sal que se vendeu da mesma m^{na}”, 3.000 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 121 (1737): p/ 10 moios de sal vendidos da M^{na} de Bombaralha, 2.600 réis; p/ mais 15 moios, 1.500; p/ 20 moios de repartição que temos em a mesma e estes se deram em a M^{na} do Sacramento, abatidos os gastos da entrega, recebeu-se 28.800 réis; fl. 166vº (1737): p/ 48 moios de sal de repartição da M^{na} do Sacramento, 57.120; mais 230 moios de sal da mesma, 46.000 réis e por 90 moios de sal da M^{na} da Bombaralha, 200.000 réis.

⁷⁴² Tal tormenta aparece noticiada como ocorrida em fevereiro de 1731. Ver LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, ed., *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. I (1729-1731), Lisboa, Colibri, CIDEHUS.UE, CHC.UNL, 2002, p. 106.

⁷⁴³ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 79.

⁷⁴⁴ Receita: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 119 (1701): no decurso de 3 anos em juros, cortes de madeira, repartições do sal, foros 1:533.664 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 124 (1705): de Simão Bravo por 210 paus de pinho e 8 de sobre 42.800 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 117 (1710): Teodósio Gonçalves pagou por 224 paus, 44.800 réis e José Bravo de 300 estacas, 30.000 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 5v (1747): da lenha vendida ao estrangeiro João Beare 30.000 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 52v (1793): da lenha de Arapouco, 6.400 réis e fl. 60 (1794): resto da carvoaria de Arapouco, 150.000; (cota antiga) liv. 97, fl. 116 (1710): do “brieiro” de Arapouco 2.340 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 82v; fl. 131 (1725): “brieiro”, 3.000 e 1.500 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 14v (1756): de Manuel Gago,

Se a madeira era um dos produtos que mais dinheiro rendia ao mosteiro, o seu corte era antecedido da obtenção de licenças próprias por parte do rei e do superior franciscano e implicava gastos muito elevados, não só em mão-de-obra ligada ao abate das árvores, ao corte da madeira, mas também ao seu transporte⁷⁴⁵. Como exemplo, vejamos a conta apresentada à abadesa por Francisco Gomes Missa em 1806:

Gastou-se no desbaste e derrama do Pinhal de Arapouco que nos consegui de Sua Alteza o Sr. João Soares Serrão, Feitor dos Cortes para o serviço da Ribeira das Naus	619.150 réis
A saber:	
Dos jornais dos homens que fizeram o desbaste e derrama por espaço de 3 semanas com assistência do Mestre dos mesmos	139.150 réis
Dos jornais dos mesmos que a reduziram a toros e a lenha de que fizeram 34 milheiros a 7.000 réis, do feito e de descascar	238.000 réis
Da condução da lenha para o porto que foi nas carretas do Lavrador de Arapouco a 5.000 réis o milheiro	170.000 réis
Deu-se a José Tomé por arrumar e guardar a sobredita lenha, enquanto as carretas a não conduziam ao porto, de 2 meses, a 240 réis por dia	14.400 réis
Da inspecção e ordenado de Francisco Gomes Missa a 160 por dia, de 1 ano, que segundo ele diz, trabalhou no desbaste por conta do sargento-mor o Sr. Domingos Silvestre	57.600 réis

A madeira era um recurso que alimentava muitas das obras feitas no próprio cenóbio. Uma ou outra vez, a comunidade oferecia pequenas quantidades, como esmola. Mas a esmagadora maioria deste produto era vendida com licença⁷⁴⁶, nomeadamente para a Junta do Comércio⁷⁴⁷, para os estaleiros de obras locais, como o das obras da igreja de Santiago e ainda a particulares⁷⁴⁸. Já antes do Terramoto, a comunidade fornecia madeira

do breu, 7.200 réis; fl. 62 (1758): 8.000 réis do breu de Martinho Duarte; (c.a.) liv. 107, fls. 16, 33 (1759 e 1760): Martinho Duarte dos fornos de breu, 8.000; (c.a.) liv. 108, fl. 76 (rec^{ta} nov., dez. 1764 e jan^o 1765): tenda do forno do breu de 2 anos, 24.000 réis; (c.a.) liv. 115, fl. 25v (dez.^o 1782 e jan.^o 1783): dos cabeços que se venderam p/ o forno de breu, 6.400 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 40 (1838): de breu, 2.400 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 36v (1845): breu, 1.200 réis; fl. 42 (1846): breu do nosso pinhal, 2.400 rs; fl. 87v (1851): breu, 4.200 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 81v (1807): do Sr. José Ferreira Pinto, renda que nos paga do forno de cal que fabrica na H. de Arapouco 14.400; (c.a.) liv. 117, fl. 18 (1791): Recebemos da renda do forno de cal de Arapouco 12.000 réis; fl. 60 (1794): por 1 “pedra que se tirou em Arapouco para hũa mó”, 400 réis.

⁷⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 33v (fev.^o 1700); (c.a.) liv. 114, fl. 29v (jan.^o 1780): ao Escrivão das Coutadas pela licença p/ o corte dos pinheiros, 240 réis e ao Couteiro por assistir ao corte, 480; liv. 120, fl. 71 (set.^o 1806).

⁷⁴⁶ Receita: AA, (c.a.) liv. 110, fl. 34v (1769): por 50 paus vendidos c/ lic^a. do corregedor 30.000 réis e de 109 paus c/ lic^a do Provincial, 65.400 réis; fls. 80-80v (1771): c/ lic. do mesmo, por 20 paus 10.000 réis e 57.600 réis por 120 paus; por 200 paus c/ lic. do mesmo e de Manuel Henriques pela madeira cortada, 120.000; por 219 paus vendidos por corte do Dr. Corregedor e 208 vendidos c/ lic. do Prov. 170.800 réis.

⁷⁴⁷ Receita: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 104v (abril 1700): recebemos do feitor da Junta do Comércio Geral Manuel Tavares Pinheiro, de 488 paus, 87.800 réis; fl. 115 (out^o 1701): de Manuel Tavares, feitor da mesma, 49.600 réis p/ 208 paus; liv. 97, fl. 114 (1709) de José Ribeiro, feitor da Junta do Com^o de Sua Majestade, p/ 300 paus, 50.000 réis; (a.c.) liv. 105, fl. 25v (1753): “de El Rey por 82 paos”, 16.400 rs; (a.c.) liv. 106, fl. 8 (1756): por 185 “paos” 74.000 réis e p/ 25.600 achas e 100 “paus de liame” p/ o Rei, 51.400 réis.

⁷⁴⁸ AA, (a.c.) liv. 97, fl. 118v^o (1710): “25 paus p/ as obras de S. Tiago, 300 réis c/”; (a.c.) liv. 96, fl. 124 (1705): Simão Bravo, 210 paus de pinho e 8 de sobro, 42.800; (a.c.) liv. 107, fl. 62 (1761): 168 paus, 84.000.

ao monarca⁷⁴⁹, nomeadamente à Ribeira das Naus em Lisboa⁷⁵⁰. Depois de 1755, são frequentes os registos do envio de carradas de madeira para o rei, expedidas para a capital, para: Casa da Índia⁷⁵¹, Mesa do Bem comum⁷⁵², “Barracas da Corte” (na Ajuda)⁷⁵³, “procissão do Corpo de Deus”⁷⁵⁴, “Barracas dos Soldados”⁷⁵⁵, “Arsenal Régio”⁷⁵⁶, Fundação Real⁷⁵⁷, Marinha Real⁷⁵⁸, “obras reais”⁷⁵⁹, “reais obras públicas” e serviço real e também três batéis carregados de pinho com destino a obras em Lisboa⁷⁶⁰.

Apesar da receita gerada pela madeira vendida, foram recorrentes as vezes em que o rei não pagou toda a matéria prima adquirida ao mosteiro, ou a saldou apenas em parte, não pagando os juros devidos, o que agravou muito a situação, já de si deficitária, desta comunidade religiosa⁷⁶¹.

⁷⁴⁹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 109 (1708): 130 paus p/ o Rei, 26.000 réis; fl. 114 (1709): Recebemos de José Ribeiro, feitor da Junta do Comércio de Sua Majestade, p/ 300 paus 50.000 réis; (a.c.) liv. 112, fl. 12v (1774): Pagou Joaquim Soares da madeira que se cortou p/ Sua Magestade, 36.985 réis.

⁷⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 104: Recebemos de 202 paus p/ o rei p/ a Ribeira das Naus”, 40.400 rs; fl. 113 (1701): 58 paus p/ o Rei - Ribeira das Naus, 11.600 rs; fl. 115 (1701): pagou Simão Bravo, Mestre da Ribeira das Naus, por 100 paus, 20.000 réis; Manuel Tavares, feitor da Junta do Comércio Geral, 49.600 ris por 208 paus; (c.a.) liv. 110, fl. 80v (rec.^a 1771); (c.a.) liv. 111, fl. 6v (1771): recebemos por 217 árvores que Sua Majestade Fidelíssima mandou cortar em Arapouco, 43.400 réis.

⁷⁵¹ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 37 (1757): Recebemos por 250 paus p/ a casa da Índia, a 200 réis c/, 50.000 réis.

⁷⁵² *Ibidem*: Recebemos por 500 paus p/ a Mesa do Bem Comum por ordem de Sua Majestade 100.000 réis.

⁷⁵³ Receitas: AA, (c.a.) liv. 106, fl. 42v (2.^o quartel 1757): 384 carradas de Madeira p/ as Barracas da Corte, 76.800 rs; fl. 84v (1757-1758): 134 paus 26.800 réis, fl. 70 (1758): 50 paus, 22.500; (c.a.) liv. 110, fls. 14, 80 e 80v (1768 e 1771): da madeira p/ o Rei, 13.600, mais 44.600, 16.800 e 13.400; (c.a.) liv. 112 a), fl. 72 (1777) recebemos das madeiras, 15.800 rs; liv. 113, fl. 32 (1778): recebemos 53.000 e 9.600 rs; (c.a.) liv. 117, fls. 52v e 57v (1793): deu o couteiro-mor p/ madeira p/sua Magestade, 80.600 e 60.000 réis.

⁷⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 70 (1758): 1 certidão da dívida da madeira para a procissão do Corpo de Deus, 240 réis; *ibidem* fl. 85v (1759): dívida de 500 paus p/ a procissão do *Corpus Christi* de 2 anos, 100.000.

⁷⁵⁵ *Ibidem*: “Recebemos por 200 paus que forão para as Barracas dos soldados” 40.100 réis.

⁷⁵⁶ *Ibidem*: 674 paus p/ o Arsenal, 34.800 rs; (c.a.) liv. 109, fl. 33v (1765/1766): cortes de Arapouco e Pinhal p/ “Reaes Obras da Alfândega e Arçenal”, 48.000 rs e fl. 105v (1768): madeira p/ o Arsenal, 5.000; (c.a.) liv. 112, fl. 26 (1775): “435 paus p/ o Arsenal”, 87.000; liv. 112 (2.^a parte), fl. 143v (1788): recebemos da madeira p/ o Arsenal 14.000 réis; (c.a.) liv. 113, fl. 48v (1779): mais 514 paus p/ o Arsenal, 2.800 réis; (c.a.) liv. 115, fl. 25v (1782/1783): pagou Basílio António da madeira p/ o Arsenal, 61.200 e fl. 82v (rec.^a 1784/85): madeira p/ as obras do Arsenal 47.460 rs; (c.a.) liv. 116, fl. 69v (rec.^a 1787 e 1788): da madeira p/ o Arsenal 40.000; (c.a.) liv. 128, fl. 59 (1840): pagou José Hipólito p/ 40 paus p/ o Arsenal, 8.000 réis.

⁷⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 27 (fev.^o, março e abril 1780): Recebemos do Capitão Miguel Ferreira Dias por conta da acha e madeira que se cortou em Arapouco para a Fundação Real, 48.000 réis.

⁷⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 118, fl. 29v (1800/1801): madeiras de Arapouco p/ o serviço da Real Marinha”, 772 paus, desde de 1797, 154.400 réis; 29 paus cortados p/ o Real Serviço na Herdade da Asseiceira, 23.200 réis.

⁷⁵⁹ AA, (c.a.) liv. 113, fl. 32 (1778): recebemos: madeiras p/ as obras Reais, 53.000 réis e do mesmo produto mais 9.600 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 69v (1787 e 1788): Feitor dos cortes de Madeira p/ as Reais Obras.

⁷⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 105v (1768): 50.000 + 8.600 réis; (c.a.) liv. 118, fl. 30: madeira cortada, ordem de Joaquim M. de Oliveira p/ Obras Públicas de Lisboa, 262.400 rs; (c.a.) liv. 110, fl. 34v: deu o Capt.^{ão} Manuel Henriques de madeira p/ o Rei, 42.400 rs; (c.a.) liv. 117, fl. 13 (1791): deu o Coiteiro-Mor 320.000 da madeira, Real Serviço; (c.a.) liv. 120, fl. 75v (1806): receberam, abatida a sisa de 12.000, 276.000 rs.

⁷⁶¹ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 32v (1757): “De quem foy a Lisboa cobrar o dinheiro” que o Rei devia, 1.600 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 49 (rec.^a 1803 e 1804): deu, em 17-11-1803, João Soares Serrão, à conta de 177.600 que Sua Alteza devia, de madeiras da Herd. da Asseiceira, 156.600 rs; (c.a.) liv. 122, fl. 86 (dívidas: 1808 a 1815); e (c.a.) liv. 123, fls. 93-93v (crédito do most.^o p/ cobrar a. 1815): dos juros Reais, anos de 1808 e 1809, 80.000 rs; Madeiras p/ o Real Arsenal de Lx, 20.800 rs; Madeiras - obras públicas de Lx, 103.800 rs; mais Madeiras p/ o Arsenal Real da Marinha, 200.000 rs.

4.2. O espaço edificado

O Mosteiro de *Aracoeli* (1573-1874) construído no cimo da colina, no castelo de Alcácer, a quem o olhava de longe, deveria parecer mesmo um autêntico “altar do céu” (consulte-se as figuras 6 e 7 nas páginas seguintes). Dali, na verdade, podia contemplar-se a Alcácer ribeirinha, autêntica “porta do Sul” ou “entrada no Alentejo” profundo, mas também os mistérios que podiam elevar as monjas da terra ao céu. O edifício aproveitou as ruínas da antiga sede mestral da Ordem de Santiago que, por sua vez, adaptara o que restara da alcáçova muçulmana. E, recuando, encontram-se nas fundações os vestígios da civilização romana e os da Idade do Ferro.

O facto de as clarissas ficarem “encerradas para sempre”, como a clausura exigia, obrigou a uma determinada organização do espaço arquitetónico com um mínimo de contacto com o exterior e, o que existia, era rigorosamente controlado. Encostado ao pano de muralhas noroeste, o edifício de clarissas serviu-se de grande parte da fortaleza, adaptou algumas torres e incluiu os rasgados arcos. Alguns troços das muralhas delimitaram a cerca conventual e, onde aquelas não existiam, foram construídos muros altos, de propósito, “*pera ellas serem encerradas*” (consulte-se a figura nº 8)⁷⁶². Taparam-se portas, colocaram-se grades nas janelas, como mandava a Regra e as Constituições. Servindo-se do reaproveitamento de materiais anteriores, o edifício, do fim do século XVI, era caiado de branco por dentro e por fora, como o demonstram, na longa duração, a compra frequente de cal e o pagamento a caiadores⁷⁶³.

A antiga divisão da portaria localiza-se no piso térreo, a que se acedia por uma escada com alguns degraus. Era o ponto de contacto entre a comunidade religiosa e o mundo exterior. A portaria principal, dita a “portaria de fora” dava acesso à “portaria interior” e à “porta regral”, ou seja, à clausura. Esta portaria dever-se-ia situar a sudoeste, no fundo do terreiro por onde, um pouco antes, se entrava na igreja, mas esta zona foi tão profundamente alterada que é difícil a sua reconstituição. Na continuidade da parede da igreja e da sacristia, havia um muro no qual se abria uma “portaria de serviço” e a chamada “porta do carro”. Ficava fora da clausura e permitia a entrada controlada de veículos e animais de carga para um pátio.

⁷⁶² *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, cap. II (1618). PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288.

⁷⁶³ AA, (c.a.) liv. 96, fls. 93 e 160v (1707): 1 quarta de cal comprada p/ se caiar o Convento, 300 réis; por caiar o convento, 2 alq. de trigo; (c.a.) liv. 97, fl. 89 (1710): 15 alq. de cal p/ se caiar o Convento, 375 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 136v (1734): 3 moios de cal, 3.600 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 82, (1759): 1 moio de cal, 1.200 réis, 2 pincéis, 240 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 59v (1848): caiação do Convento e limpeza da rua, 3.600 réis.

Figura nº 6: Localização do Mosteiro de *Aracoeli* da planta de Alcácer do Sal (séculos XV e XVI).



Figura nº 7: Vista atual da Pousada de Afonso II, construída no antigo Mosteiro de Aracoeli.



Figura nº 8: Reconstituição hipotética dos antigos espaços do complexo monástico de Aracoeli (Piso térreo) sob a planta da Pousada de D. Afonso II

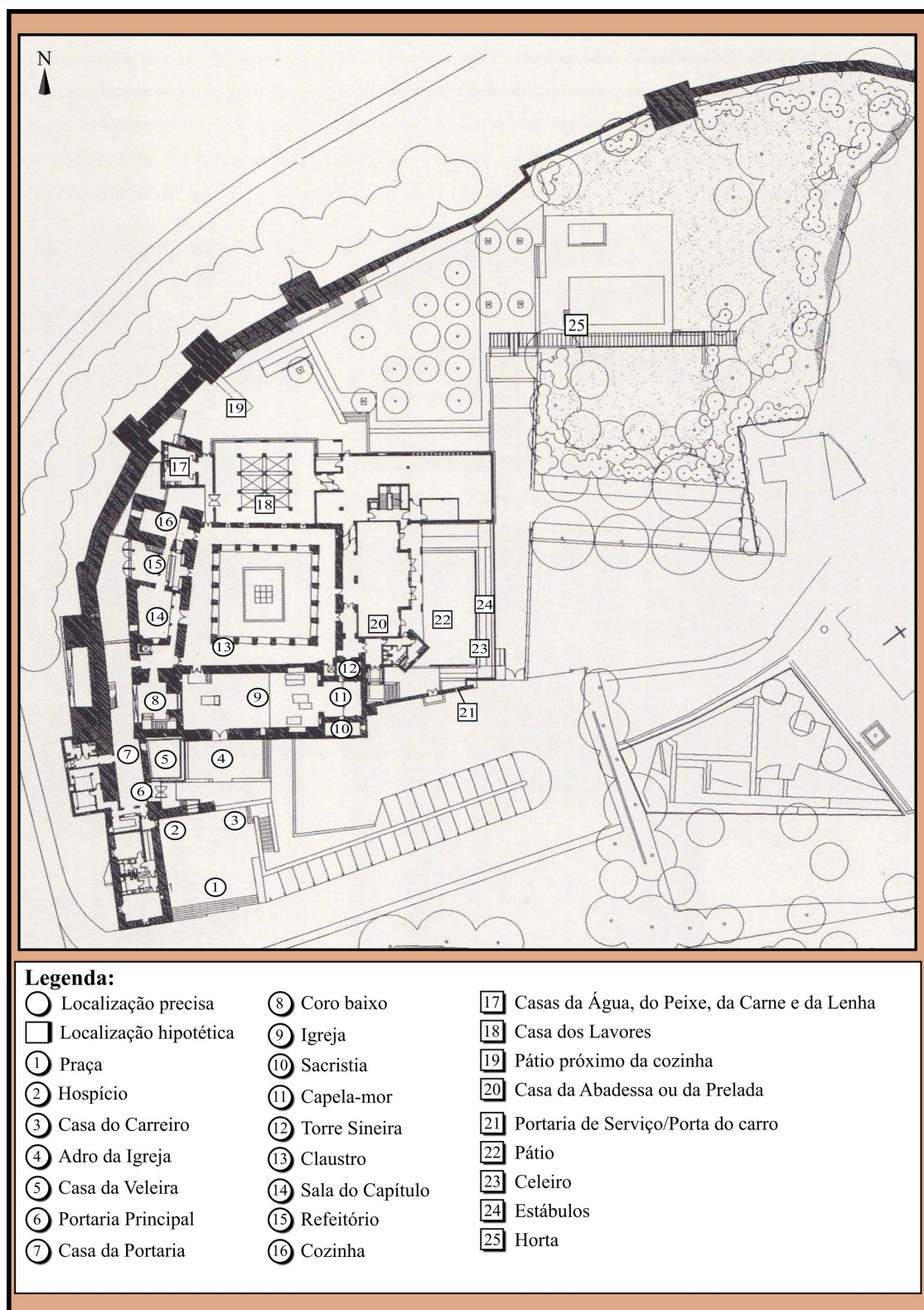
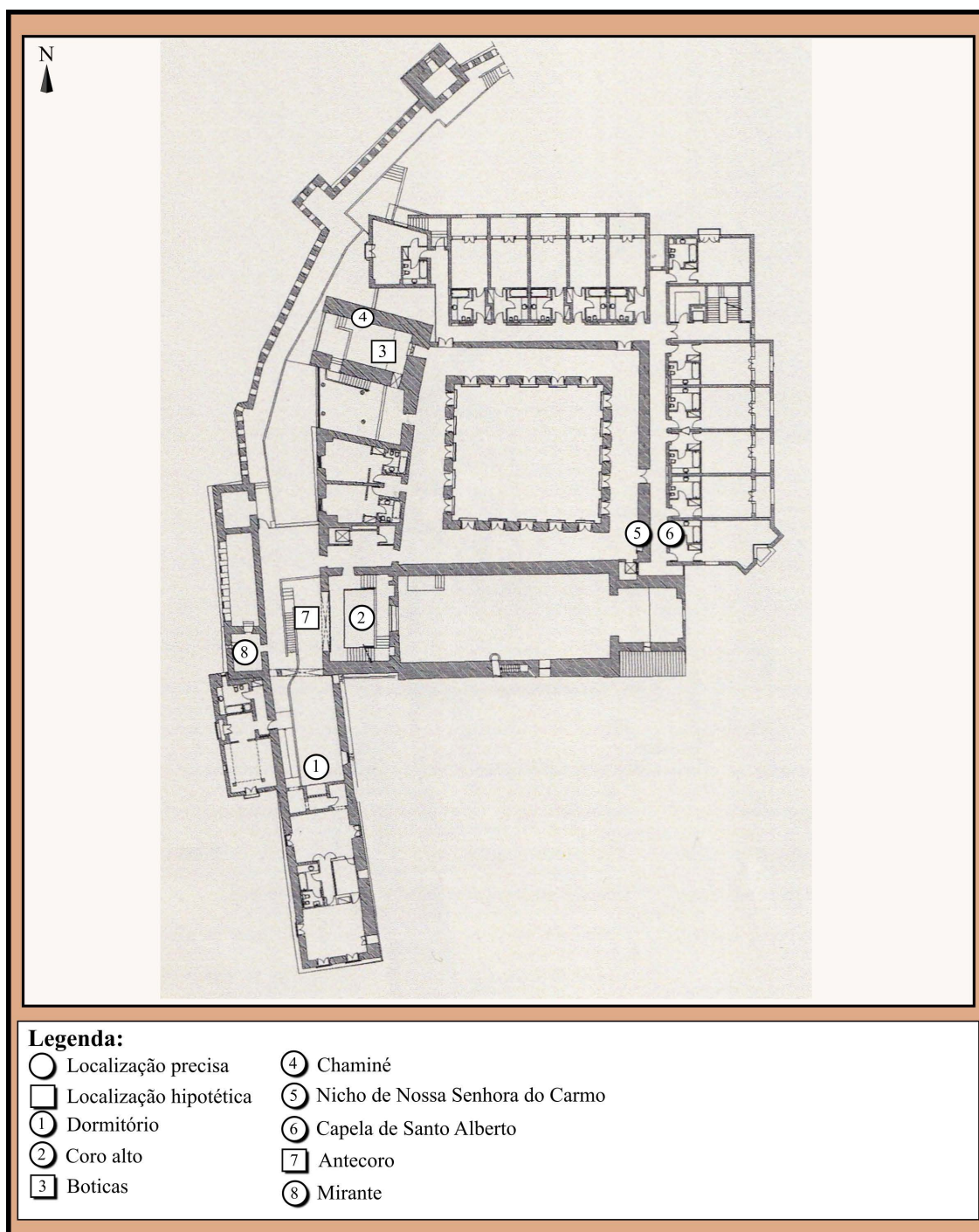


Figura nº 9: Reconstituição hipotética dos antigos espaços do complexo monástico de Aracolei (Primeiro Piso) sob a planta da Pousada de D. Afonso II.



O complexo edificado desenvolvia-se em dois pisos, tendo em determinadas zonas ainda um terceiro que desabou com o terramoto. Tudo se organizava em função da igreja e sobretudo do claustro. Este, de planta quadrangular, faz a distribuição das quatro alas do convento. O piso térreo circundando por arcarias de pedra que descarregam sobre sólidas pilastras era coberto por abóbodas de aresta. Em torno do claustro, como de um

verdadeiro pulsar do coração, distribuíam-se a sala do capítulo, o refeitório, a cozinha, a sala de labores, a “casa do sepulcro” e a casa da prelada. O piso superior, envolvido por uma galeria fechada, tinha janelas de sacada que abriam para o claustro. Aí ficava o antecoro com acesso ao coro alto, ao mirante e aos dormitórios. A enfermaria, a botica e o noviciado localizar-se-iam neste núcleo central, embora não se consiga divisar a sua inserção precisa. Os dados disponíveis sugerem que se situassem, talvez, no piso de cima (consulte-se a figura nº 9).

Alude-se ainda a capelinhas, pequeninos altares e nichos, espalhados por toda a área conventual, incluindo o claustro, a cerca e as próprias torres do castelo que, adaptadas, permitiriam às religiosas momentos de recolhimento e oração fora do coro.

Também se referem “casas”, onde as religiosas poderiam morar, compradas pelos pais, mas que, no decorrer do tempo, tendem a desaparecer face à imposição de todas ficarem nos dormitórios, pois as Constituições Gerais apontavam para que as religiosas dormissem no dormitório comum ou em pequenas celas separadas. Verifica-se que entre as várias casas particulares citadas, no século XVII, temos notícia de uma casa no interior do convento, referida num auto inquisitorial, por se ter recolhido nela a mãe de uma religiosa, durante as lutas da Restauração⁷⁶⁴. Em pleno século XVIII, encontramos referências a uma outra “casa”, mandada construir por uma abadessa no fim do seu triénio, sem licença superior e “afastada das celas”⁷⁶⁵.

Em frente da parede sul da igreja e da sacristia, erguiam-se as casas da veleira, o “hospício” dos padres e a casa do carreiro. Os frades que moravam no hospício estavam votados ao serviço litúrgico do mosteiro e acompanhavam espiritualmente as religiosas, mas não possuíam comunicação direta com o interior do cenóbio. Teriam que se dirigir à portaria e só mediante regras precisas poderiam entrar. O acesso à igreja e sacristia (zonas que não eram de clausura) fazia-se sempre pela porta exterior do templo.

Era também parte do *puzzle* construído, um pátio, em torno do qual se articulavam a cozinha, a casa da carne, a casa do peixe, a casa da água, a casa de amassar, a casa do forno e a casa da lenha. E, com acesso pela porta do carro, ficavam outras estruturas: o celeiro, o palheiro, a abegoaria e as capoeiras, junto a uma zona de pátio e quintal.

⁷⁶⁴ ANTT, *TSO/IE*, procº 1902, fls. 16v e 17 (c. 1663): “em reção dos castelhanos quando vieram atacar”, palavras de Mariana Matos Coutinho, recolhida no convento, numa casa particular de sua filha Soror Violante de S. Francisco. A mãe, depois de presa, confessou ter aí judaizado, juntamente com a filha.

⁷⁶⁵ ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, liv. 1, «Livro das Patentes», pp. 60-60v: Josefa Caetana de Santo António, abadessa e Teresa Micaela de S. José, escritã, mandaram construir, sem licença superior, uma casa afastada das celas, no meio do convento. AA, liv. 98, fl. 151: “Despesa ... com a casa que se demoliu”.

Um mosteiro, como qualquer edifício nunca é uma estrutura estática. Sabe-se que foi muito atingido pelo Terramoto de 1755. A partir daí, foi necessário acudir ao essencial, mas as obras foram caras e muito arrastadas no tempo e o cenóbio nunca mais atingiu o esplendor dos tempos anteriores.

Vamos, agora, iniciar este percurso de visita, começando pela cerca.

4.2.1. A cerca

O mosteiro era envolvido por terrenos murados que constituíam uma cerca fechada, que permitia, por um lado um contacto privilegiado das religiosas com a natureza e, por outro as isolava do mundo exterior e lhes permitia rezar e contemplar, andando ou parando nas capelas e nichos aí inseridos. Conservam-se ainda em duas torres do castelo alguns vestígios da sua adaptação a pequenas ermidas, onde as religiosas oravam. A cerca estava ligada à organização da vida conventual, fazia parte integrante da clausura e assumia uma grande importância simbólica.

Ao longo do tempo, verificamos nos livros de contas alguns registos de obras empreendidas na cerca, por causa do rigor do isolamento e vigilância impostos pela Regra. Como exemplo, destacamos as palavras do visitador, em setembro de 1715: *vendo nós o mau estado em que se acham os muros da cerca deste nosso convento e prudentemente se pode temer algum dano ou indecência, portanto ordenamos à abadessa que logo trate de reparar os muros*. Manda ainda que se fechem todas as portas que vão para a cerca, ficando só em serviço a porta comum⁷⁶⁶.

Em 1739, são significativos os gastos feitos em materiais e mão-de-obra na reparação da cerca conventual⁷⁶⁷, mas seguiram-se muitos outros, sobretudo depois do Terramoto de 1755. Em 1801, anota-se o pagamento de duzentos mil réis ao Capitão António José Ferreira, compadre da Abadessa Francisca Clara de Assis, que adiantara essa quantia à comunidade, para a compra dos materiais e efetiva reparação dos muros da clausura⁷⁶⁸. Em fevereiro de 1823, por causa da “grande invernada” que causou grandes

⁷⁶⁶ ANTT, OFM, *Província dos Algarves*, mc. 101, doc. s/ n.º, caderno no início do maço, só com sumários. AA, CNSA, 03/001, fls. 43-45.

⁷⁶⁷ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 44v (1739): “hũ cantaro e duas quartas para se servirem os pedreiros na obra da cerca”, 90 réis; 8,5 moios de cal p/ essa obra e outras mais, a 1.200 o moio, 10.200 réis; mil tijolos, 5.000; 200 telhas e se cobrir a mesma, 1.000; 15 carradas de pedra, a 160 cada, 2.550 réis; fl. 45: a quem carregou 31 carradas de areia, 2.170; a quem carregou água e materiais, 2.400; mestres, serventes e Pedro, pedreiro, 21.840 réis; *ibidem*, fl. 50v (1739): deram uma esmola de 12.800 réis p/ a ajuda da obra do muro da cerca.

⁷⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 118, fl. 23v (fev.º 1801): “Por se não convir em esfalcar de modo algum o fundo e rendas do Convento se pagaram ao Capitão António José Ferreira 200.000 réis que ele tinha adiantado para reparar os “Muros da Clausura”; (c.a.) liv. 121, fl. 19 (1810): 2 dias do Pedreiro e do Servente, 1.940 réis.

derrocadas e prejuízos, a comunidade, entre as várias despesas registadas, refere a necessidade de reerguer os muros do convento que haviam caído⁷⁶⁹.

No interior da cerca, para além de uma célebre parreira, pontuavam ainda diversas árvores, das quais se particularizam as figueiras e oliveiras⁷⁷⁰. Surge também mencionado o quintal das religiosas, com uma área semeada onde se cuidava de uma pequena horta e jardim. A sua dimensão era maior do que a de hoje, pois com a extinção do mosteiro houve muitas partes cerceadas. O quintal do convento era limpo⁷⁷¹, cavado e semeado. Sabemo-lo pelos montantes pagos a quem fazia esse trabalho, bem como a quantidade de fava, cevada e centeio que eram semeados⁷⁷². No celeiro, ficava de reserva uma parte de cereal, para as futuras sementeiras, mas, por vezes, foi necessário comprá-lo de novo.

Um ferragial e um serrado ficavam próximos, mas fora dos muros do convento. A mão-de-obra e as sementes necessárias quer para a cerca quer para o ferragial e cerrado aparecem, por vezes, registadas em conjunto. Veja-se, em outubro de 1750, a Comunidade pagou “a quem semeou a cerca”, mas também “o ferragial de fora”⁷⁷³; em fevereiro de 1753, a Comunidade pagou quatro mil réis a quem cavou e limpou o quintal⁷⁷⁴ e mandou ainda, semear alhos na cerca, bem como dispor nela cebolinho⁷⁷⁵. Seis anos depois, anotou-se a limpeza dos dois quintais e a enxertia das oliveiras⁷⁷⁶.

São muitas as notas que pormenorizam os trabalhos no interior dos muros e na sua envolvente. Assim, em 1779, três homens trabalharam no “ferragial dos grãos”, junto do convento⁷⁷⁷. Em dezembro de 1810, a comunidade pagou não só o serviço de um homem que arrancou a erva da cerca, como o de outro que a cavou e ao “serrado de fora”, mas também a cevada comprada para lá semear⁷⁷⁸. Anota-se a reparação de um valado⁷⁷⁹ e,

⁷⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 12 (fev.º 1823): levantar o muro da cerca que havia caído, 16.335 réis.

⁷⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 22 (fev.º 1780): pagou-se 110 réis por se fazer o azeite da oliveira da cerca.

⁷⁷¹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 2v (1753): cavar e limpar o quintal, 4.000 réis; liv. 114 (1779): a 2 homens que “alimpam o quintal da Comunidade e conduziram o lixo para o quimxozo”, 400 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 64 (1770): “de hua quarta de favas para semear o quintal”, 120 e mais 480 réis dos homens que o cavaram.

⁷⁷² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 32vº (1705); fl. 149v (recibo 1705): semearam nos quintais 3,5 alq. cevada p/ os bois; fl. 59 (nov.º 1706), fls. 155 e 155v (1706): despendeu-se 3 alq. que se semearam p/ os bois no quintal dos padres e no do Convento; e fl. 96 (dez. 1707); (c.a.) liv. 97, fl. 171 vº (1710); (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 163v:” Samiarão para os Bojis comerem hu alqueire e hua quarta”; (c.a.) liv. 99, fl. 197vº. (1732-1735 e 1735-1737); liv. 105, fl. 4v (1753): “dos trabalhadores que prepararão o quintal”, 1.600 réis; fl. 4 (março 1753): trabalhadores, “que prepararão o quintal”, 1.600 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 48 (novº 1805): 800 réis, a 2 homens que levantaram os valados e consertaram o terreno em que se semeou a cevada p/ os bois.

⁷⁷³ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 26 (outº 1750): 780 réis – semearam-no para a comida dos bois.

⁷⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 2v.

⁷⁷⁵ *Ibidem*, fl. 3v.

⁷⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 107, fls. 6 e 6v (junho 1759). O custo foi de 960 réis mais mil réis, respetivamente.

⁷⁷⁷ AA, (c.a.) liv. 113, fl. 48 (abril 1779)

⁷⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 24 (1810): o 1º levou 1.200 e o 2º levou 800 réis e 3 alq. de cevada por 1.550 réis.

⁷⁷⁹ *Ibidem*, fl. 26 (janº 1811): “hu homem que levantou o Valado do cerrado...”, 490 réis.

registra-se, em outros anos, “a cava e sementeira da cerca da comunidade e do cerrado de fora”. Anota-se ainda o pagamento do “varejo de uma oliveira”, de cavar o quintal, mais as favas para o semear”, sendo recorrente o gasto no lavar da cerca e semear nela favas e ervilhas. Na compra de sementes, na ação de as lançar à terra e dar a volta aos trigos no celeiro, a despesa registada atingiu quase sete mil réis em meados do século XIX⁷⁸⁰.

Ao longo da história desta casa de clarissas, encontramos, na longa duração, na cerca conventual, uma zona de parreiras que desfilam, quase como heroínas, através da forma cuidadosa, como a comunidade as tratou, dando do seu arranjo interessantes pormenores⁷⁸¹. Verificamos nos livros de contas que o trabalho mais profundo de manutenção desta latada aparece anotado sobretudo nos meses de fevereiro ou março de cada ano. Enquanto as vides não tivessem ainda folhas, cortavam umas, amparavam outras nas varas, guiando-as para que se desenvolvessem.

Devem ter-se feito sentir os efeitos do Terramoto nas velhas parreiras conventuais porque, em anos sucessivos de março de 1756 a fevereiro de 1759, constata-se que há um grande cuidado e desvelo em recuperá-las, segurando-as primeiro com canas⁷⁸², e depois, mandando erguer pilares, para que tivessem um suporte mais eficaz e duradouro⁷⁸³.

Este trabalho cíclico vai-se repetindo e, em março de 1763, dois homens contratados gastaram dia e meio a tratar das parreiras, colocando-lhes canas novas para as segurar melhor⁷⁸⁴. Em fevereiro de 1767, umas cem canas foram utilizadas para entrelaçar as vides mais altas⁷⁸⁵ e, em abril, a comunidade pagou a quem as veio tratar⁷⁸⁶. Dois anos depois, registam de novo a compra de canas⁷⁸⁷. E, assim acontece, outras vezes, pagando a comunidade a quem cuidava destas parreiras⁷⁸⁸ e aos homens que carregavam as pedras necessárias para esse local⁷⁸⁹. Na Primavera seguinte, compraram-se duas forquilhas para as amparar e pagou-se a quem as “consertou”⁷⁹⁰.

⁷⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 36v (1845): varejo da oliveira 280 réis; 1.800: cavar e semear o quintal; fl. 76v (1849): cavar a cerca, 720 réis; fl. 111v (1853) e (c.a.) liv. 130, fl. 107 (1863) e liv. 129, fl. 111v (1853).

⁷⁸¹ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 24v e 26v, (nov.º e dez.º 1699); (c.a.) liv. 97, fl. 12 (abril 1708): “Derão ao oficial do coiteiro que foi a Arapouco ver cortar os paos para a parreira” 240 réis; fl. 14 (maio 1708): pagou-se, juntamente com outras coisas, o frete do barco de dúzia e meia de paus para a parreira, 540 réis.

⁷⁸² AA, (c.a.) liv. 106, fls. 34 e 59v e liv. 107, fl. 2.

⁷⁸³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 42 (1761). Gastou-se 2.400 réis, mais 160 de 8 alq. de cal e mão-de obra 380 réis.

⁷⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 32. O gasto total foi 550 réis.

⁷⁸⁵ AA, l(c.a.) iv. 109, fl. 60v (fev.º 1767). Custaram cem réis.

⁷⁸⁶ *Ibidem*, fl. 66 v (abril 1767): Deu-se a quem consertou a Parreira, 240 réis.

⁷⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 110, fl. 19v (fev.º 1769): canas para o quintal e parreiras custaram 280 réis.

⁷⁸⁸ AA, liv. 111, fl. 23 (abril 1772): pagaram apenas sessenta réis.

⁷⁸⁹ *Ibidem*, fl. 30 (agosto 1772): aos homens que ajudaram a carregar umas pedras p/ as parreiras 280 réis.

⁷⁹⁰ *Ibidem*, fl. 41v (março 1773): deu-se a quem consertou as e por 2 forquilhas que se compraram 340 réis.

Em março de 1774, regista-se mais despesa: o frete do barco em que vieram as forquilhas para servirem de apoio às parreiras; o carro que as trouxe do cais até ao convento e ainda o trabalhador que nelas jardinou⁷⁹¹. No mesmo mês do ano imediato, mais pedras foram acartadas para amparar a latada⁷⁹², a que se seguiu, no outono a necessidade de podar e rebaixar as parreiras⁷⁹³. Regista-se a compra de canas, bem como se repetem vários trabalhos, sobretudo na Primavera⁷⁹⁴. Em 1787 pagaram o arranjo dessas videiras⁷⁹⁵ e, em 1789, incluíram no gasto o corte de madeira para as amparar, o seu transporte no batel e ainda a quem “aterrou as vigas” de pedra na cerca conventual, assim como o trabalho de cuidar e de atar as vides⁷⁹⁶. No início deste ano de 1789, registaram a única vez que as parreiras deram lucro, pois a comunidade recebeu 720 réis pela venda de nove exemplares desta casta alta de videira. As despesas continuaram gastando-se, quatro anos depois, 3.400 réis pelo corte, talhe e transporte de forquilhas, da herdade até ao convento, para acompanharem o entrelaçar das vides⁷⁹⁷. Ainda, em 1802, se registaram gastos com os trabalhos das emblemáticas cepas de *Aracoeli*⁷⁹⁸.

A partir daí, e até à morte da última freira, caiu o silêncio sobre as parreiras. Em Alcácer, no castelo ou nas imediações, é provável que alguém possa ter enraizado vides, originando bacelos e novas latadas, a partir destas uveiras conventuais que, de algum modo, teriam dado continuidade a esta casta, mas é apenas uma hipótese.

4.2.2. A igreja conventual

Ao descrever o complexo edificado, começaremos pela igreja, centro da vida litúrgica e religiosa da comunidade, a parte mais importante de todo o conjunto arquitetónico do mosteiro (consulte-se a figura nº 10). Foi construída no lugar da antiga capela de Santiago dos freires cavaleiros que se manteve funcional até à cedência régia de todo o espaço para o mosteiro de clarissas, como documentam os textos das visitas

⁷⁹¹ *Ibidem*, fl. 60 (março 1774): pagou-se por tudo, a quantia de 1.350 réis.

⁷⁹² AA, (c.a.) liv. 112 (1ª parte), fl. 22 (o 1775): deu-se a quem trouxe as pedras para a parreira, 380 réis.

⁷⁹³ *Ibidem*, fl. 35 (out.º 1775): do conserto da pipa e de quem rebaixou a parreira, 1.160 réis.

⁷⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 113, fl. 22 (abril 1778): a quem consertou as parreiras, 480 réis; fl. 41v (fev.º 1779): a quem consertou as parreiras mais as canas, 240 réis; liv. 115, fl. 4 (março 1782): 320 réis; fl. 29 (fev.º 1783): 260 réis e fl. 56v (março 1784): 320 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 31 (março 1786): 485 réis.

⁷⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 53v (março 1787): pagaram 800 réis, incluindo o corte da lenha em Arapouco.

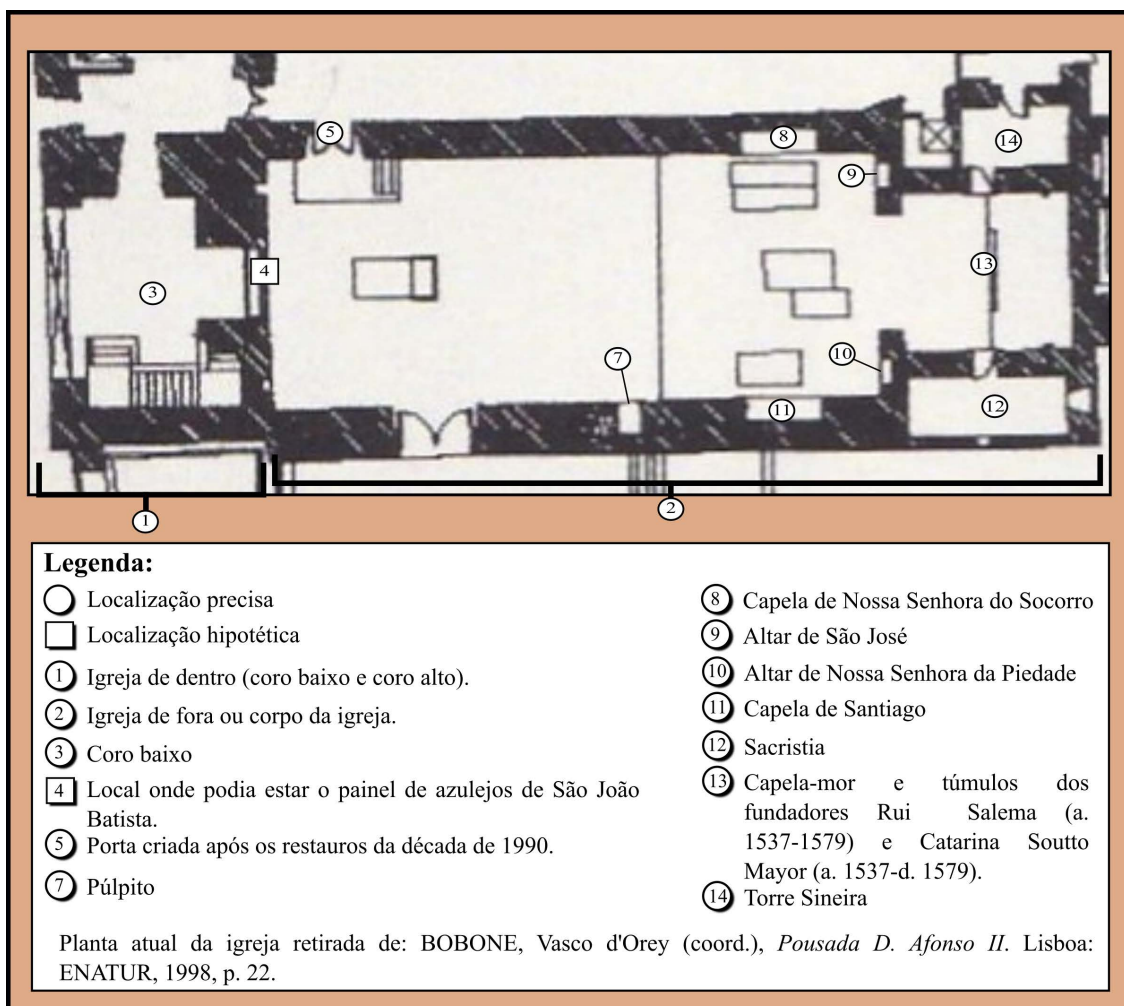
⁷⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 113, fl. 41v (fev.º 1779): deu-se a quem consertou as parreiras e canas para elas, 240 réis; (c.a.) liv. 112 – 2ª parte), fls. 153-153v (fev.º 1789): aos 1.600 juntou-se 260 réis pelo conserto das parreiras.

⁷⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 112, (2ª parte), fl. 155v (fev.º, março e abril 1789) e (c.a.) liv. 117, fl. 42 (março 1793).

⁷⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 18 (março 1802) conserto da parreira da Comunidade.

espatárias⁷⁹⁹. O rei D. Sebastião autorizou que, caso fosse necessário, desmanchassem a capela, para que no mesmo local se erguesse a nova igreja, mas exigia a continuidade do antigo culto votado a Santiago⁸⁰⁰.

Figura nº 10: Reconstituição da igreja do convento de Aracoeli sobre a planta atual.



E, de facto, a nova planificação teve de atender às exigências mais rigorosas da vivência de uma comunidade de mulheres clarissas, sujeitas a clausura, implicando o acrescento de um duplo coro, muito mais profundo que o dos espatários que, ia já de parede a parede. O novo coro - baixo e alto - era destinado só às religiosas, constituindo a chamada “igreja de dentro”, separada por grades de ferro da “igreja de fora” ou corpo

⁷⁹⁹ Cf. ANTT/MCO/OS/CP, liv. 198 (1560), fl. 16: “as paredes de pedra e cal estaa bem cayada por dentro e guarneçada, o teyto desta capela he foRado de castanho [...], o solo ladrilhado bem e são”. Em 1564, adverte-se para o facto do telhado e o seu madeiramento estarem danificados. Ver *ibidem*, liv. 204, fl. 24v.

⁸⁰⁰ ANTT, MCO, OS/CP, liv. 52, fl. 18, (31-5-1613) traslado de 21-5-1568: “se for necessário deRibarse a ditto mosteiro se erija altar apartado a parte direjta de fora da capella moor da Imuocação de santiago com sua Imagem ou Retauulo pera nelle se dizer a ditto missa quotidiana que na dita capella se hora diz”.

da igreja que tinha uma entrada lateral (que era a principal nos conventos femininos. Por esta porta o padre, o sacristão, os alcacerenses e os forasteiros podiam aceder às celebrações espirituais das religiosas. Esta traça arquitetónica encaixava nas normas dos conventos, reforçadas, em termos de clausura, com as deliberações do Concílio de Trento e com as Constituições⁸⁰¹. Julgamos que igreja de *Aracoeli* irá seguir o modelo de Santa Clara de Évora (de onde terão vindo as primeiras religiosas), que vemos impôr-se a outros mosteiros femininos construídos ou renovados, no século XVII⁸⁰².

Como era comum a muitas igrejas de clarissas, localizava-se no intra-muros do castelo, formando uma frente dando para sul, tendo diante a praça ou adro que a enquadrava. A capela-mor era virada a nascente, coberta por uma cúpula de pedra com um lanternim. Tinha uma nave única retangular, maior do que a maioria das naves dos conventos da Província dos Algarves e era iluminada por janelas. O seu teto era de madeira. Terminava por um duplo coro, a poente⁸⁰³.

Até agora, não se conseguiu encontrar qualquer documento que indicasse o nome do arquiteto que o casal Salema encarregou para edificar o Mosteiro e a igreja de *Aracoeli*. A obra pode ter sido levada a cabo por um mestre pedreiro cujo nome não chegou até nós, embora a fábrica se enquadre no fim do século XVI e início do XVII, sendo a sua conclusão final feita, possivelmente, já no tempo da união dinástica.

A construção do Mosteiro de Clarissas deverá ter começado nos anos sessenta - 1568 e 1573, pois em junho deste último ano, como atrás vimos, já o mosteiro se encontrava a funcionar, embora provavelmente, só mais tarde, ficasse concluído, nomeadamente as modificações da sua igreja. A escolha da invocação de Nossa Senhora

⁸⁰¹ Era decretada a clausura absoluta, incluindo a separação clara da igreja de dentro e de fora. (Sessão XXV, cap. V, Dezº 1563); vida em comum das freiras proibindo-se alojamentos individuais; proibição dos bispos entrarem na igreja de dentro só podendo atender as freiras “junto à janelinha” da clausura (Cap. VII); proibição de se conservar na igreja de dentro o Santíssimo Sacramento que deve estar “in Publica Ecclesia” (cap. X). Ver Paulo Varela Gomes, *Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa, 1993-1996*, pp. 73-74. Transcrito de M. Teresa Graça Valente, *o Espaço nas igrejas dos Conventos de Clarissas da Província dos Algarves*, Dis. Mestº em História de Arte, polic., Univ. Algarve, 2007, p. 22; Paulo Varela Gomes, *14,5 Ensaios de História e Arquitectura*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 233-247.

⁸⁰² Ver João Miguel Simões, *O Convento das Flamengas ao Calvário, monografia histórico-artística*, Lisboa, 2003 (online / junho 2021), p. 47, onde refere que o a planta longitudinal constituída pela igreja de dentro e de fora vai generalizar-se, implicando a reconstrução das igrejas dos Mosteiros da Esperança, das Mónicas, da Madre Deus e de Santa Marta que passaram também a ter “um templo longitudinal, de entrada lateral e austeridade parietal, por volta de 1620-1630, seguindo o modelo de Santa Clara de Évora”. Cf. George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*, Lisboa, 1988, Ed. Veja, (trad. de Jorge Henrique Pais da Silva e Pref. José Eduardo Horta Correia), 1988, p. 158.

⁸⁰³ Ver Francesca Lacour, «L'Architecture des Monastères de Clarisses en France au XVIIe-XVIIIe siècles, in *Sainte Claire d'Assise et sa postérité, Actes du Colloque international organisé à l'occasion du VIIIe centenaire de la naissance de sainte claire*, U.N.E.S.C.O (1994), Paris, Publication du comité du VIIIe centenaire de sainte Claire VIII, 1995, p. 325. Ver também Maria Teresa Graça Valente, *ob. cit.*, p. 139.

de *Aracoeli* indicia uma influência de Itália, onde em Roma, existia uma importante igreja franciscana com o mesmo nome. A origem vem de uma lenda, segundo a qual Octávio César Augusto, primeiro imperador romano, terá tido uma visão, na época do nascimento de Cristo, em que contemplou no ar uma donzela com um Menino nos braços. Adorou-o e mandou fazer-lhe um templo a que chamou Altar do Céu, ou seja, *Aracoeli*⁸⁰⁴.

Mas esta “marca” italianizante poderá ir mais longe em Alcácer do Sal. Basta recordar o surto construtivo que a vila viveu, umas décadas antes, sob o patrocínio de D. Pedro de Mascarenhas, senhor de Palma, embaixador de Portugal na Santa Sé e depois governador da Índia portuguesa. Mandou erguer, para seu panteão, a Capela das Onze Mil Virgens, terminada já depois da sua morte pela sua segunda mulher D. Maria Helena Mascarenhas. Fica anexa à igreja do Convento de Santo António, construído pelos pais do vice-rei⁸⁰⁵. Existem algumas semelhanças entre a cúpula e o lanternim desta Capela e os da capela-mor da igreja de *Aracoeli*, marcadamente maneiristas.

Na documentação aparecem sobretudo as obras de reparação e as alterações sofridas ao longo dos três séculos de existência, antes e depois do Terramoto que atingiu a nave de forma dramática, com a derrocada do seu teto⁸⁰⁶. Verifica-se também que era e é, por fora, um edifício de grande simplicidade estrutural, com paredes lisas, tendo uma monumentalidade bastante contida.

O interior articula-se através dum arco triunfal em pedra que liga a capela-mor à nave única, mais larga, retangular, que se prolonga na parede do fundo por um duplo coro só confinado às freiras por serem espaços de clausura⁸⁰⁷. A porta principal era e é, como referimos, aberta lateralmente, no lado sul, dando acesso aos que vinham de fora e, por isso, quer o corpo da igreja, quer a capela-mor e sacristia ficavam fora da clausura.

4.2.2.1. A capela-mor

A capela-mor, de plano quadrangular, é coberta por uma cúpula de mármore, sobre *pendentes simples*, vazada por um óculo com um pequeno lanternim (consulte-se as figuras 11 e 12 nas páginas seguintes). À primeira vista, a capela-mor e a sua cúpula, o jogo das cores do mármore (rosa e branco) e a tipologia de “igreja-salão”, ao gosto do

⁸⁰⁴ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Lisboa, Of. de António Pedrozo Galram, tomo 6, 1716, p. 303.

⁸⁰⁵ Fernão Martins Mascarenhas, capitão dos ginetes do rei D. João II e Violante Henriques, sua mulher.

⁸⁰⁶ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves, Conv. de Aracoeli de Alcácer*, mç. 101, n.º 41 (d. 1755 – 1785-1788).

⁸⁰⁷ Ainda hoje, para lá das grades são visíveis a parede de remate, exibindo alguns nichos do duplo coro.

Maneirismo⁸⁰⁸, lembram de perto a construção da Capela das Onze Mil Virgens, embora os materiais também em pedra – embrechado da Arrábida e pedra de lioz – não atinjam a superior qualidade, nem o requinte, do mármore utilizado naquela Capela. Felizmente, podemos ainda admirar e comparar as duas, pois nenhuma delas ruiu em 1755 (consulte-se a figura nº 12).

É característica de um Renascimento tardio, destacando-se as placas geométricas, em pedra de tons rosa e branco, típicas do Maneirismo, alternando a pedra de lioz com a brecha da Arrábida, como encontramos também em Alcácer na já referida Capela das Onze Mil Virgens, em Lisboa, na Capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Luz em Carnide, na Igreja da Graça e na sala do capítulo do Convento de Jesus, ambas em Setúbal. A claridade entrava por duas janelas retangulares, uma em cada face lateral (hoje, a da parte norte está entaipada).

Num dos lados tinha uma pequena sacristia que subsistiu⁸⁰⁹. E na parede oposta, depois de 1755, temos notícia da abertura de uma porta de acesso à casa do sino, tendo-se construído também uma escada de madeira para chegar à lâmpada do Santíssimo⁸¹⁰.

A capela-mor interliga-se com a nave, através de um arco de triunfo de volta perfeita em pedra. Visto do corpo da igreja, este arco era encimado pelo emblema dos franciscanos⁸¹¹. Um nicho centrado num frontão de recorte contracurvado, rematado com uma cruz já terá sido feito na campanha de obras de finais do Século XVIII (Abadessa Soror Francisca Clara de Assis) e que se focará melhor, ao tratar do corpo da igreja.

Segundo as prescrições de Trento, os mosteiros, incluindo os mais pobres, deveriam cuidar da valorização do altar-mor, daí o destaque dado em *Aracoeli* ao retábulo que o enquadrava. Era o espaço nobre, por excelência, aquele que as religiosas contemplavam no seu silêncio, oração e adoração, a partir do coro.

⁸⁰⁸ Com semelhanças com a Capela-Mor maneirista da Igreja de Nª Sª da Luz, em Carnide, da autoria de Jerónimo de Ruão, encomendada pela Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I. Ver Pais da Silva, «Maneirismo. Definição e Panorâmica» in Estudos sobre o Maneirismo, Lisboa, Estampa, 1983, pp. 19-23.

⁸⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 91 (1768); liv. 120, fl. 48 (1805): 1 fechadura e chave p/ a Sacristia, 900 rs.

⁸¹⁰ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 7 (1759): 2 dias de carpinteiro p/ abrir a porta da casa do sino e fazer a escada p/ a “alampada da Capela-mor”, 600 réis; ferragem e candeia, 900 réis; 1 cadeado e conserto dos “galfos” da casa do sino, 160 réis; (c.a.) liv. 116, fls. 40 e 61 (agosto 1786 e 1787). Actualmente, no corpo da igreja, para além da porta principal, aberta na fachada sul, há outra porta na fachada oposta, com uns degraus que permitem aceder ao claustro, mas não existia nos tempos conventuais (feita, aquando das obras da Pousada).

⁸¹¹ Miguel Metelo de Seixas, «Heráldica Franciscana», in *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, n.º 3, p. 3: dois braços com mãos estigmatizadas saídos dos flancos, irrompendo de nuvens, o da dextra sobreposto e nu (alude a Cristo), o da sinistra sotoposto e vestido de burel (de S. Francisco), encimados por uma cruz latina.

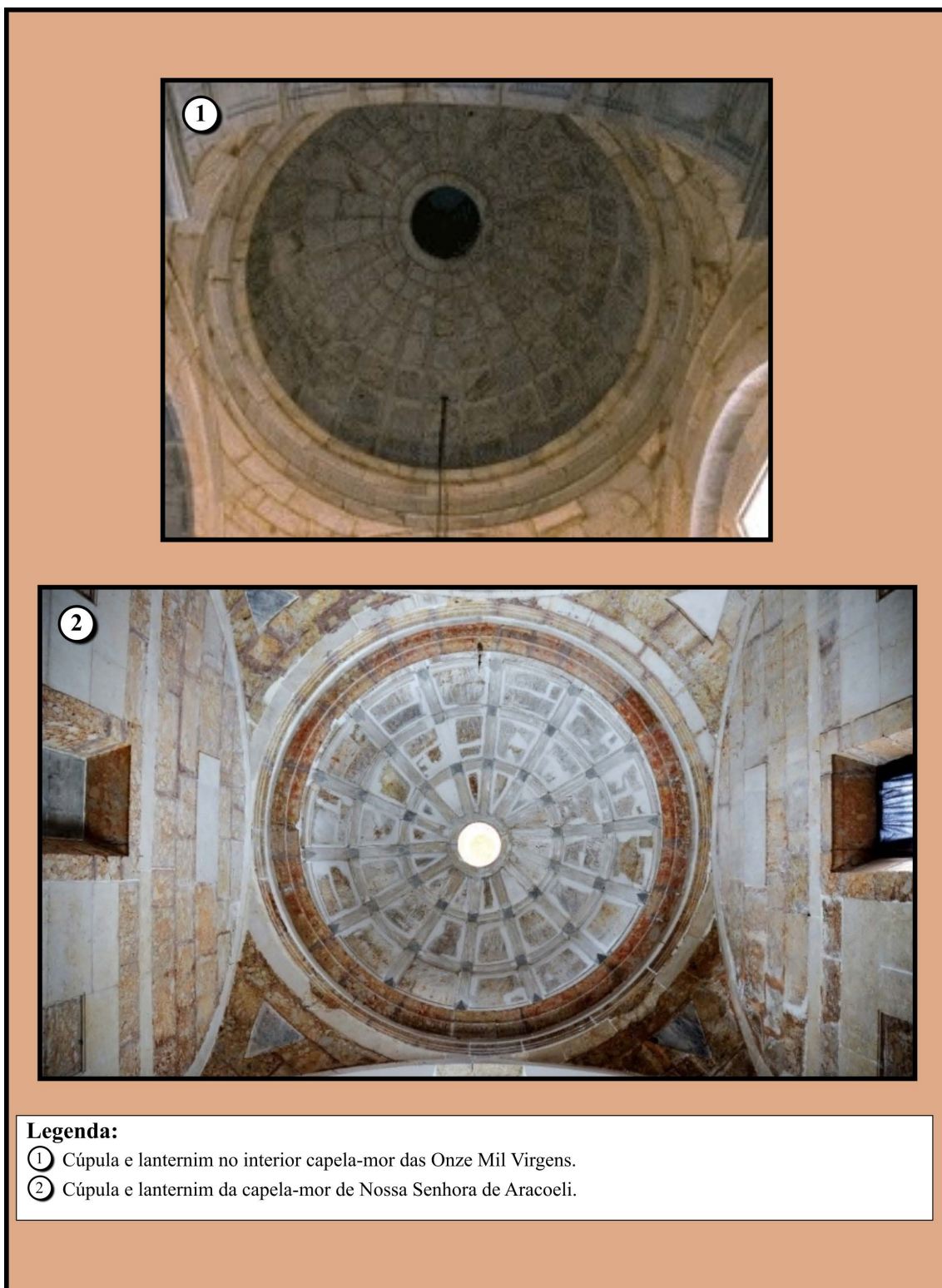
Figura nº 11: A capela-mor da igreja antes e depois das obras de restauro de 1990



Pela visitação de 1688, deduz-se que o sacrário estava no meio do altar-mor e havia aí um estrado de madeira⁸¹², mas mais nada se diz sobre o resto da capela-mor.

⁸¹² AA, CNSA, 03/001, fl. 1 (out.º 1688); liv. 108, fl. 33v (abril 1733): foi arranjada a fechadura e comprada uma chave, 4.200 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 67 (abril 1767): uma tábuia e pregos p/ se consertar o estrado do altar-mor e oficial, 520 réis. (c.a.) liv. 110, fl. 62 (set.º 1770): foi consertada a chave do sacrário.

Figura nº 12: Cúpula da capela-mor da Igreja das Onze Mil Virgens e da de *Aracoeli*.



A descrição mais antiga e pormenorizada que se conhece do altar-mor, remonta a 1716, e é da autoria de Frei Agostinho de Santa Maria cujo enfoque vai para uma majestosa tribuna de madeira que aí existia, onde a imagem de Nossa Senhora de

Aracoeli, Padroeira do Convento, se oferecia à veneração dos fiéis⁸¹³. A Virgem tinha sobre a cabeça uma coroa de prata⁸¹⁴. Possuía diferentes vestes, umas mais ricas, outras mais singelas, bordadas, adornadas com rendas⁸¹⁵, feitas pelas religiosas ou oferecidas por leigos. O seu manto fechava com uma pregadeira⁸¹⁶. Era uma imagem de vestir, sugerindo uma mulher, em tamanho natural, adornada com uma bela cabeleira⁸¹⁷ e envergando ricos trajés, escolhidos com muito cuidado, nas grandes festas. Nas palavras do autor mariano, a senhora era uma “*escultura excelentemente obrada e de tão grande formosura*” que atraía a si os corações e suscitava uma enorme devoção⁸¹⁸.

Não eram apenas as freiras do convento, mas também os moradores de Alcácer que tinham um enorme apego e amor a esta imagem, invocada como Nossa Senhora de *Aracoeli*, certamente por escolha e gosto dos fundadores. Frei Agostinho só descreve a Virgem. De facto, a imagem identifica-se com a Senhora da Assunção que, geralmente, é representada só, sem o Menino⁸¹⁹. Verifica-se que antes e depois do Terramoto e ainda em 1842⁸²⁰, são anotadas reparações nesta tribuna, o que nos indica manter-se aí a imagem da Senhora de *Aracoeli*, a oraga.

No fundo da capela-mor, figurava, num plano mais elevado que a própria tribuna da Virgem, um trono com a imagem do Menino Jesus coroado⁸²¹. É provável que se trate de um trono à maneira barroca⁸²². Sabemos que a devoção ao Menino Jesus era muito enraizada e divulgada pela Ordem Franciscana, remetendo para o amor que S. Francisco votava ao Menino Jesus do Presépio. É muito interessante a semelhança com o que acontece na homónima igreja de *Aracoeli* em Roma, onde a imagem do *Bambino Gesù Santo*, feita por um franciscano com madeira de oliveira de Gethesemani, continua a ser

⁸¹³ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora E das milagrosamente aparecidas [...]*, Lisboa, Off. de Antonio Pedrozo Galram, tomo 6, 1716, p. 303.

⁸¹⁴ TT, *Arq. Min^o Finanças*, cx. 1950, capilha 1; AA, liv. 110, fl. 26v (maio 1769): “de se conçertar a peanha de Nossa Senhora”; liv. 127, fl. 1 (março 1825): limpeza da coroa.

⁸¹⁵ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 57 (1847): “renda para hum vestido e Manto para Nossa Senhora”: 4.000 réis.

⁸¹⁶ AA, (c.a.) liv. 127, fl. 4 (nov.^o 1825): “concerto do broxe e limpeza”, 1.920 réis.

⁸¹⁷ Regista-se a compra de uma nova cabeleira. AA, (c.a.) liv. 129, fls. 57 e 58 (fev.^o 1848); custou 480 réis.

⁸¹⁸ Frei Agostinho de Santa Maria, *ob. cit.*, p. 304. Desconhece-se para onde foi esta imagem.

⁸¹⁹ Ver a pintura da Assunção de Nossa Senhora da igreja da Madre de Deus e a do Convento de Jesus de Setúbal –Fernando António Baptista, «O retábulo-mor do Convento de Jesus de Setúbal no contexto dos conjuntos retabulares atribuídos à oficina do pontor régio Jorge Afonso», in *Retábulo do Convento de Jesus de Setúbal*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 2013, pp. 29-30 e 115.

⁸²⁰ AA, (c.a.) liv. 97 A, fl. 15 (1723): 360 réis ao oficial por consertar a tribuna e porta da Igreja e a tábuas; *ibidem*, fl. 106v (1725): 360 réis ao oficial; (c.a.) liv. 117, fl. 47v (1793): conserto que se fez na Tribuna, cal e pedreiro, 3.250 réis e 6 tábuas, cada a 140 réis mais 2 folhas p/ consertar a tribuna, pregos e 6 dias de 2 oficiais, 6.020 réis; liv. 129, fl. 11 (1842): 68.520 réis - tribuna: madeira, ferragem, mão-de-obra e pintura.

⁸²¹ TT, *M^o das Finanças, Convento de Aracoeli*, O. de S. Francisco, Alcácer do Sal, Cx. 1950, capilha 1.

⁸²² AA, (c.a.) liv. 120, fl. 3v (1804): 1.640 réis - 16 varas de galão p/ ornamentar as cortinas novas p/ “a boca do trono”; liv. 123, fl. 17 (1816): “Concerto do Trono e mãos do Oficial, 920 réis e fl. 86 (1819): “pregarem huns caxuxos no Throno e paus para os mesmos e conserto do Tabuleiro”, 4,135 réis.

objeto de uma grande devoção. Tem também uma coroa de prata na cabeça, traja vestes ricas e ergue-se num trono dourado, onde, desde o século XV, atrai muitos peregrinos⁸²³.

A descrição do fundo da capela-mor nos dois inventários finais refere, a imagem da Virgem na tribuna, o trono do Menino Jesus um pouco mais acima, havendo de cada lado do altar um nicho, onde se erguiam as esculturas de S. Francisco e de Santa Clara. Sobre a mesa pousavam dois grandes castiçais, um sacrário, um crucifixo dourado com um Cristo pregado e umas sacras⁸²⁴. No inventário final (1874), a Senhora de *Aracoeli* parece ter sido apeada da tribuna, sendo referida apenas “no meio do altar-mor”⁸²⁵.

Compraram alfaias para a igreja, algumas em prata, como por exemplo a que a comunidade adquiriu em maio de 1760, uma lâmpada de prata feita “à maneira romana”⁸²⁶. Ao longo do tempo, foram muitos os vidros novos adquiridos para a “lâmpada do Santíssimo”⁸²⁷ que se alumiou sempre com o azeite oferecido pelo Padroeiro, como determinara o fundador⁸²⁸. Esta obrigação também se poderá explicar pelo facto de o casal Salema estar sepultado na capela-mor, com o privilégio de que mais ninguém, perpetuamente, se pudesse aí enterrar⁸²⁹. Anota-se a compra de alcatifas e registam-se concertos na capela-mor, mas sem detalhes⁸³⁰.

4.2.2.2 O corpo da Igreja

O corpo da igreja, de nave única, retangular, deve ter sido sempre coberto de madeira, como era norma nas igrejas franciscanas: “as igrejas de maneira alguma sejam abobadadas, à exceção da capela-mor”⁸³¹, que deveria possuir uma cúpula de mármore. Ao contrário da abóboda e a própria capela-mor em pedra que permaneceram, depois do Terramoto, o teto da nave da igreja, em madeira, desabou.

⁸²³ Ver Laura Russo, *Santa Maria in Aracoeli*, Roma, Elio de Rosa editore, 200, pp.136-138. A imagem original foi roubada em 1994, sendo a que existe hoje uma cópia.

⁸²⁴ TT, *M^o. das Finanças*, Convento de *Aracoeli*, O. de S. Francisco, Alcácer do Sal, Cx. 1950, capilha 1.

⁸²⁵ *Ibidem*.

⁸²⁶ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 24 (maio 1760) Pesou 21 marcos e 2 onças, pagando por ela 9.340 réis em dinheiro, para além da entrega ao ourives de 2 lâmpadas velhas que pesaram 29 marcos de prata.

⁸²⁷ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 45 (maio 1706); liv. 97, fl. 4v (janeiro 1708).

⁸²⁸ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 117 (1710): recebemos de 12 alqueires de azeite que paga o padroeiro para o Santíssimo, 6 alq. cada ano – 1709 e 1710, a 720 o alq., 8.640 réis.

⁸²⁹ Ver Arquivo Gama Lobo Salema, caixa 17, pasta 137, pergaminho, (Lisboa, 3-6-1573); TT, *OFM, Província do Algarve*, mç. 101, documento avulso (trasladado do anterior, em papel).

⁸³⁰ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 54 (1764): 390 réis; (c.a.) liv. 115, fl. 74 (1784): Altar-mor: tábuas e pregos, oficial [...], 1.100, pedreiros, materiais e concertos, 7.525 réis; fl. 74v (1784): alcatifas da Capela-Mor, 2.040 réis.

⁸³¹ Ver Lázaro Iriarte, *História Franciscana*, 1979, p. 203, citado por M. Margarida Caeiro, *Clarissas em Portugal, Província dos Algarves. Da Fundação à extinção*. Dissertação de Doutoramento à UNL, p. 156.

Foi reconstruído no mesmo material, de forma arredondada e durou até meados do século XX. Com efeito, em 1966 e posteriormente em fevereiro de 1969, como se pode verificar na figura 15 (colocada no subcapítulo 4.2.2.5.1.), a igreja possuía uma cobertura de madeira, em “abóboda de meio canhão” e, embora danificados, são visíveis nos caixotões do teto, vestígios de pintura.

É muito provável que a restante estrutura de madeira tenha desabado no tremor de terra da noite de 27 para 28 de fevereiro de 1969, pois há notícias da época que referem o esboroar de partes da muralha do castelo, da necessidade de consolidar estruturas, mas do teto da igreja nada é dito, talvez porque a igreja estivesse há muito desativada⁸³². São impressionantes as fotos que mostram a nave da igreja cheia de altas ervas daninhas, antes das obras dos anos noventa.

Nela havia um ou mais confessionários. Possivelmente, localizar-se-iam no fundo do templo, no exterior do coro baixo, permitindo o contacto auditivo entre a penitente e o sacerdote. Assim, o padre no lado da igreja e a religiosa no lado da clausura falavam entre si, sem se verem, através de uma pequena grelha. Há referência também à existência de um confessionário, junto do qual, existiria uma janela, devendo a Abadessa velar, para que as religiosas não a pudessem alcançar⁸³³. Os confessionários eram fechados à chave, há notas da compra de cadeados e da sua reparação⁸³⁴.

Como é normal, são frequentes os registos de que se “corriam” os telhados da igreja, incluindo o da capela-mor, para reparação de algum estrago ou como prevenção para as intempéries⁸³⁵. Nos anos anteriores ao Terramoto, foram feitas obras profundas na igreja⁸³⁶. No governo que vai de janeiro 1750 a janeiro 1753, a comunidade despendeu mais de um conto de réis na renovação do mosteiro, incluindo a igreja⁸³⁷ e, no abadessado seguinte, a comunidade comprou janelas novas para o templo, e fez ainda mais obras no

⁸³² É o que se pode concluir, entre outros, do ofício-memória sobre obras de consolidação das muralhas de Alcácer da DGEMN, datado de 7/3/1972.

⁸³³ AA, CNSA/03/00, fl. 2 (1689): “na janela que está junto do Confessionário se não possam subir a ela”.

⁸³⁴ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 83v (1733): p/ o confessionário 1 cadeado e 2 argolas - 160 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 164 (1738): 25 palmos de pedra liós p/ os confessionários, a 240 réis o palmo, 6.000 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 33 (1738): ao pedreiro que pregou as rodinhas do confessionário, 820 réis, servente e materiais, 820 réis.

⁸³⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 38 (1700): 3 alq. de cal p/ o concerto do telhado da capela-mor e fl. 115 (rec^a 1701): esmola de João Rodrigues Sequeira que deu o Provedor p/ o concerto do telhado da igreja, 13.000 réis.

⁸³⁶ AA, (c.a.) liv. 98 [1732-35], fls. 47v-50 (antes da Páscoa de 1723 e depois) – a escritã registou o gasto na igreja e no coro de 413.030 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 15 e 106v: “derão ao Oficial que concertou a tribuna e porta da Igreja” e da tábuia p/ o concerto”, 360 réis; liv. 98, fls. 78v^o e 136v; (c.a.) liv. 100, fls. 72v e 116v; (c.a.) liv. 101, fl. 36 (1741): consertar a fechadura da porta da igreja, 190 réis; liv. 105, fl. 3v.

⁸³⁷ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 103. A comunidade gastou 1:400.985 (1 conto 400 mil e 985 réis).

interior da igreja⁸³⁸. Foi este mosteiro renovado que o Terramoto assolou em 1755. O teto da nave da igreja, o coro e os dormitórios foram as partes mais atingidas.

Após o cataclismo, perante todas as dificuldades, várias obras de reparação vão sendo feitas, para que a vida pudesse voltar à possível normalidade e as religiosas regressassem à sua casa, pois, nesta emergência, fora para elas encontrado refúgio no Santuário do Senhor dos Mártires.

Sem entrarmos em detalhes, referimos que as obras foram muito pesadas para os rendimentos da comunidade, pois perante a ruína do reino quem lhes devia não lhes pagava. O aperto económico foi tanto que, só em juros do capital de 6000.000 réis, emprestado a 4%, em 1758, as religiosas tiveram que mandar 24.400 réis a D. Pascoal Caetano, em Évora⁸³⁹. Ao longo de 1759, pagaram materiais, mão-de-obra para executar trabalhos e cuidar da reparação dos telhados⁸⁴⁰. Em maio de 1760, a Comunidade adquiriu uma nova alfaia para a igreja - uma lâmpada de prata, feita “à maneira romana”, com vinte e um marcos e duas onças de peso⁸⁴¹. Gastaram-se 218.520 réis com obras na Igreja, hospício e concertos no Convento⁸⁴². Uma parte significativa desse montante, foi conseguido com o perdão da dívida de 202.000 réis que a Comunidade contraíra com a Madre Francisca Clara de Assis⁸⁴³. Em 1777, findo o seu 1º abadessado, anota-se que a comunidade lhe ficara a dever 902.097 réis, “800 mil réis he o capital que por sua morte pertencia à comunidade, cuja quantia emportou a venda do seu hiate” herdado da família. Perdoava as dívidas, mas a comunidade obrigava-se a dar-lhe, em vida, uma pensão anual⁸⁴⁴. Esta foi não só das abadessas mais dinâmicas de toda a história do mosteiro mas também a que exerceu o maior número de triénios⁸⁴⁵. Conseguiu avançar com as obras, sobretudo as da igreja. Para além da recuperação do edifício, procurou renovar com dignidade os objetos sagrados e comprou seis alcatifas para a nave da

⁸³⁸ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 3-4v (fev.º/março 1753). Inclui a madeira para os caixilhos, o corte das pedras, as vidraças e a sua colocação e alguns encerados (35.000 réis).

⁸³⁹ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 79v (1758). É provável que se trate de D. Pascoal Caetano Oldovini, mestre organeiro (registos documentais de 1742.1769); além do juro, pagaram 800 réis ao Moço que foi a Évora.

⁸⁴⁰ AA, liv. 107, fl. 2 (fevº 1759) e fl. 7 (julho 1759): 2 dias de carpinteiro que abriu a porta da casa do sino e fez a escada para a lâmpada da Capela-mor, 600 réis; fl. 15 (janº 1760): 3,5 dias de pedreiro e de servente, 200 telhas, 2 carradas de areia e 1 quarto de cal. A conta ultrapassou os 3.000 réis, pois só as telhas foram mil réis, a 500 réis, o cento.

⁸⁴¹ *Ibidem*, fl. 24 (maio 1760): 9.340 réis.

⁸⁴² AA, (c.a.) liv. 109, fl. 100v – importou em 218.520 réis.

⁸⁴³ *Ibidem*, fl. 103v. Perdoou essa dívida “por querer se distribujsem nas obras declaradas no gasto”.

⁸⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 112, fl. 73 (junho 1777).

⁸⁴⁵ Foi abadessa em sete triénios completos e um incompleto: 1774-1777, 1782-1785, 1788-1801.

igreja⁸⁴⁶. No doc. 11 do vol. II: Anexos, transcrevemos as obras mandadas fazer pela abadessa Francisca Clara de Assis e reportadas pela sua sucessora.

4.2.2.3. Os azulejos

Em meados do século XVII, a igreja conventual estaria no seu auge. Datam dessa época os painéis de azulejos que revestiam as suas paredes e que aí se mantiveram até ao fim da década de 30 do século XX, quando a DGEMN foi autorizada “*a retirar das paredes da velha igrêja daquele Convento, os azulejos do século XVII que lá existem e se tornam necessários para várias obras em curso*” (consulte-se a figura nº 13 na pág. seguinte)⁸⁴⁷. O auto do arranque é lavrado em 1938, reportando a 3 de agosto, onde na presença das autoridades⁸⁴⁸, foram retirados 11.254 azulejos que formavam: “*painéis moldurados por cercaduras de desenho diferente e a todo o longo das paredes corria um roda-pé de um metro e quarenta centímetros de altura também de desenho diferente. O desenho do azulejo é formado com motivos estilizados de flóra e cintas entrelaçadas [...] deixou-se em uma das paredes da igrêja um painel completo a fim de ser arrecadado pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal no Museu daquela vila*”⁸⁴⁹.

Quase uma década antes, em julho de 1929, Vergílio Correia, impressionado com com o impacto visual e deslumbrante destes azulejos que imitavam ricas tapeçarias a ornamentar as paredes registou: “*a igreja estava coberta de azulejos até à sanca, dividido o revestimento em quadros separados por cercaduras que emolduram, além dos painéis, as aberturas das janelas e o conjunto de azulejaria [...]. O tipo geral da pintura dos ladrilhos é o dos modelos de rosas e laçarias, e combinações de folhagem com cercaduras de óvulos. Mas, de forma enfática, destaca aí a existência de um painel historiado de azulejos: no tópo fundeiro do monumento, sôbre a grade do côro, um bom quadro de figuras atesta que só a moda do tempo [...], fizera com que os pintores*

⁸⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 62: “huma Baçia de estanho [...], 2.200 réis; e tudo o que vem numa lista no fl. 62v: importou em 68.740 réis que a abadessa se esquecera de referir, no registo das obras.

⁸⁴⁷ Arq. SIPA, Minist^o Obras Públicas, DGEMN, Of.º n.º 2008, 11-7-1938, Arq. Director a) *Joaquim Areal*.

⁸⁴⁸ Baltazar da Silva Castro, Director dos Monumentos Nacionais, Joaquim Santiago Areal e Silva chefe da 1^a Secção daquela Direcção, e Manuel Moreira, encarregado das obras. SIPA TXT 00711720.

⁸⁴⁹ Desconhece-se o paradeiro deste painel de azulejos deixado pela DGEMN numa parede, tendo como destinatária a Câmara de Alcácer do Sal.

ceramistas abandonassem a representação da figura humana no barro liso e esmaltado das decorações murais”⁸⁵⁰.

O destino dado aos azulejos, cujo arranque foi supervisionado pela DGEM, não foi o mesmo para todos. O painel alusivo a S. João Baptista (de cerca de 1650-60), o “bom quadro de figuras”, na expressão de Vergílio Correia, que se encontrava na parede do fundo da igreja, acima das grades, depois de várias vicissitudes, está hoje exposto no Museu Nacional do Azulejo, em Lisboa, onde pode ser apreciado. (Consulte-se a figura nº 13)⁸⁵¹. Verifica-se que o Precursor tem um belo rosto centrado num único azulejo, onde pintaram as feições principais: face, olhos, nariz e boca. De fora, ficou apenas o queixo, os cabelos e a auréola, o que evidencia grande mestria por parte artista. A figura do santo, na sua centralidade, agarra o o olhar do observador, quer na escala quer na beleza e descrição dos seus atributos de que se destacam: a água - paira sobre um lençol de água remetendo para o batismo de Jesus no rio Jordão, a pele de cordeiro, o manto azul - ligando o azul da água e o azul do céu, e a vara encimada pela cruz de Cristo de que se solta um pequeno pano branco simbolizando o papel precursor do Santo e o anúncio da Ressurreição de Cristo.

Quanto ao “revestimento azulejar policromo, de padrão geométrico setecentista”, retirado do interior da igreja do Mosteiro de Nossa Senhora de *Aracoeli* de Alcácer do Sal pelos Monumentos Nacionais, de acordo com o documento de 11-06-1938 e respetiva autorização de 19 do mesmo mês, aplicaram-no no interior da igreja da Exaltação da Santa Cruz na Batalha. (Veja-se a fig. nº 13).

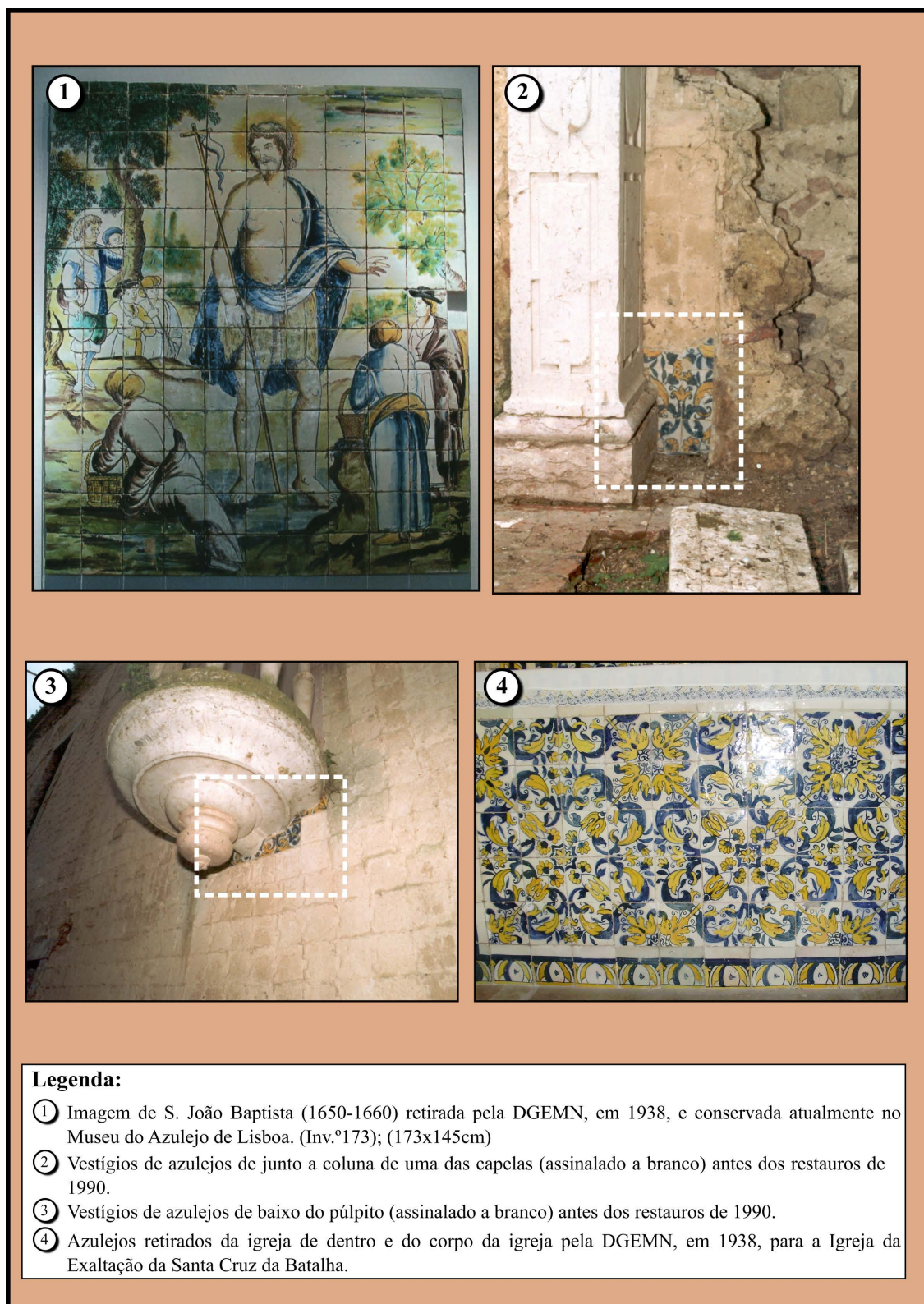
Nas escavações apareceram vários fragmentos de azulejos dos séculos XVII e XVIII que estão guardadas nas reservas dos dois Museus de Alcácer. Francisco Simões alude ainda a que um “alisar alto” da igreja da Misericórdia de Alcácer poderá ter vindo da igreja de *Aracoeli*, mas não se conseguiu comprovação⁸⁵².

⁸⁵⁰ Publicado em *Biblos*, 6 (1-2), 1930, pp. 40-59; consultado em Vergílio Correia, «Alcácer do Sal, (Esboço de uma monografia)», *Obras*, vol. IV, *Estudos Arqueológicos*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972, pp. 147 e 150.

⁸⁵¹ Do conjunto azulejar de S. João Baptista só se regista aí a entrada, em 25-06-1963. Ver M. Teresa Lopes Pereira, *Voz do Sado*, ano XLII, nº 562, julho, Alcácer, 2007, p. 10.

⁸⁵² J. M. Santos Simões, *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 179 e ficha 19 sobre a Antiga Igreja do Convento de *Aracæli*, A.42.C-2.

Figura nº 13: Testemunhos do revestimento de azulejos das paredes da igreja de Aracoeli.



4.2.2.4. A talha dourada

Na nave da igreja havia quatro altares (talha dourada) e um original púlpito de pedra que ainda existe, apostado à parede sul, sendo interessante o seu remate inferior em forma de caracol⁸⁵³. Acedia-se-lhe por uma escada.

O corpo da igreja, no interior, era dominado por linhas despojadas e retilíneas da arquitetura de “estilo chão”, tal como o exterior. Mas em termos decorativos, as soluções escolhidas são mais exuberantes e ostensivas, com destaque para os azulejos e talha.

Depois do Terramoto, a abadessa comprou talha dourada pertencente ao Santuário do Senhor dos Mártires, onde as religiosas se haviam alojado. A sua aplicação no Mosteiro de *Aracoeli* foi paga ao entalhador Mestre Ventura, mas dele, nem do seu trabalho, nada se conseguiu apurar⁸⁵⁴.

Da talha do retábulo do altar-mor não há uma descrição completa. Sabe-se apenas que a tribuna onde estava a imagem da Virgem de *Aracoeli*, o trono do Menino Jesus, os nichos com Santa Clara e S. Francisco e o próprio sacrário eram de madeira dourada.

As autoridades no século XX não dedicaram grande atenção à talha. Apurou-se, através das fotografias antigas que a talha do altar de Nossa Senhora do Socorro deve ter apodrecido no local, como se comprova na figura nº 15 (subcapítulo 4.2.2.5.1.). Dois outros altares de talha aparecem na correspondência da DGEMN⁸⁵⁵.

4.2.2.5. Os altares laterais e colaterais

Como já vimos a igreja de *Aracoeli*, para além da capela-mor, quadrada e coberta com uma cúpula de pedra, era constituída por uma só nave retangular e Maria Teresa Graça Valente refere ser das maiores do conjunto de igrejas de clarissas que estudou⁸⁵⁶. Luís Cardoso, em 1747, descreve ser a nave desta igreja grande e bem proporcionada, tendo, para além do altar-mor, dois altares colaterais e dois altares laterais. Sobre estes últimos: um era dedicado a Santiago e outro a Nossa Senhora do Socorro e deles ficaram

⁸⁵³ Ver AA, liv. 98, fl. 8v (março 1732).

⁸⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 118, fls. 31-32v (a. 1801): das peças em talha da Igreja do Senhor dos Mártires que se compraram ao santuário, 3.600 réis; fl. 31v: “das mãos do Mestre Ventura” que entalhou, 9\$600. Não sabemos de quem se trata.

⁸⁵⁵ DGEMN (1 de setº. 1938): um altar com 2,65m de largo por 4,20m de alto, formado por quatro colunas salomónicas, classificado como “um altar singelo, sem merecimento [...], obra do século XVIII, todo em talha dourada; outro com duas colunas salomónicas ladeando o nicho”, sem indicação de medidas⁸⁵⁵. Há notícia que, depois de vicissitudes várias e desinteresse do pároco de Monsul (Póvoa do Lanhoso), um destes altares foi cedido ao Cabido da Sé Catedral de Beja, sem que se saiba o seu destino.

⁸⁵⁶ *Espaço nas igrejas dos Conventos de Clarissas da Província dos Algarves, ob. cit.*, pp. 132 e 138.

traços significativos na documentação e vestígios, ainda presentes, no local. Na figura 15 (colocada no subcapítulo 4.2.2.5.1.) podemos observar dois nichos que pertenciam a dois altares mais pequenos (colaterais). Inclino-nos, embora sem certezas, para a localização aí dos altares de S. José e de Nossa Senhora da Piedade, deduzida a partir da pouca a informação que nos chegou.

Após a lei da extinção das ordens religiosas, nos inventários feitos, as autoridades preocupam-se mais com o elencar das pratas, imagens, quadros e objetos móveis, existentes no convento, sem descrever, com rigor, o lugar onde se encontravam. No dia a seguir ao falecimento da última clarissa, de acordo com a letra do decreto⁸⁵⁷, fez-se a relação dos bens móveis existentes e confiaram-nos ao último procurador do mosteiro. Como o objetivo era sobretudo tratar dos bens materiais a reverter para o Estado, poucos pormenores descritivos fornecem do espaço edificado, embora atestem a existência na nave de dois altares colaterais e dois altares laterais.

4.2.2.5.1. Os altares em honra de Santiago e de Nossa Senhora do Socorro

No cruzeiro da igreja, à direita, num arco de pedra, de feição clássica, localizava-se o altar ou capela de Santiago, de que ainda hoje se podem ver vestígios (figura nº 14).

Como atrás vimos, o rei D. Sebastião, na doação feita ao casal Salema, permitira que se desmanchasse a Capela de Santiago do antigo convento espatário, autorizou a mudança do orago para Nossa Senhora de *Aracoeli*, mas exigiu que se mantivesse um altar da invocação de Santiago, fora da capela-mor, do lado da epístola, ou seja à direita de quem entra, com missa diária, em sufrágio dos administradores e mestres da Ordem⁸⁵⁸. Um documento do rei Filipe I de Portugal, de 1595, atesta a demolição da antiga capela e a transferência da imagem do Apóstolo para a nova igreja conventual, onde deixou o altar-mor em favor do novo altar lateral, a ele dedicado.

Na parede em frente à capela ou altar de Santiago, isto é, do lado do Evangelho observamos, ainda hoje, o que resta da capela ou altar dedicado a Nossa Senhora do Socorro, descrita como *hũa Capella dotada com grande perfeição*” consulte-se a figura nº 15 colocada na página seguinte)⁸⁵⁹. Vários documentos e duas inscrições em pedra,

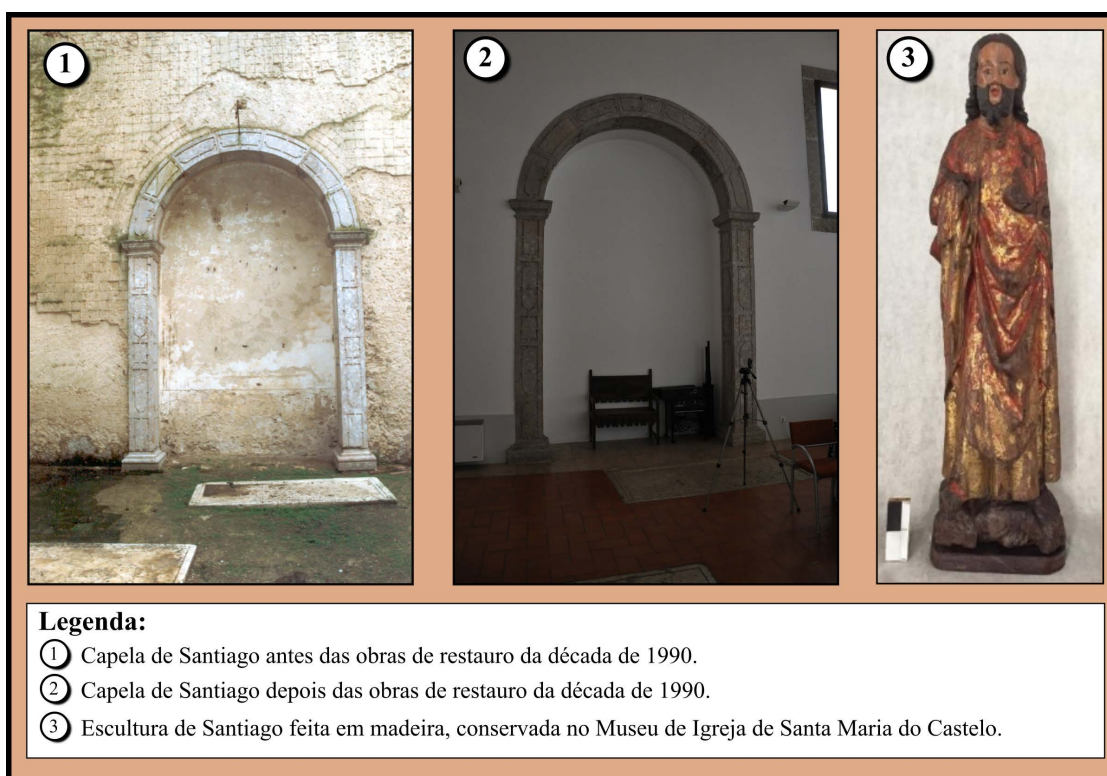
⁸⁵⁷ Decreto de 30 de maio (datado de 28) de 1834, artigo 2º.

⁸⁵⁸ Doc. de 21 de maio 1568, traslado em TT, *MCO, OS/CP*, liv. 52, fl. 18, (31-5-1613): “se for necessário deRibarse a ditta capella Ej por bem e dou meu consentimento da ditta capella ser derrubada comtanto que na jgreja do ditto mosteiro se erija altar apartado a parte direjta de fora da capella moor da Imuocação de santiago com sua Imagem ou Retauulo pera nelle se dizer a ditta missa quotidiana”.

⁸⁵⁹ *Ibidem*.

que subsistem, provam a existência de um altar e de uma confraria ou irmandade com essa invocação, cujos estatutos foram confirmados por um alvará régio de 26 de maio de 1704, passado pela Chancelaria do rei D. Pedro II, em resposta à petição dos confrades⁸⁶⁰. A comunidade de clarissas aí residentes, com aprovação do franciscano responsável, tinha dado licença prévia para a instalação desta irmandade na igreja do seu mosteiro, que, a partir de então, ficou sob a proteção régia⁸⁶¹.

Figura nº 14: Capela de Santiago antes e depois das obras de restauro da década de 1990



A gestão dos bens da Confraria do Socorro era feita pelos mesários da Misericórdia de Alcácer do Sal que pagavam as despesas do culto e o azeite para a lâmpada do altar. Em maio de 1805, a comunidade cobriu de tafetá azul o altar da Senhora do Socorro, atestando a continuidade do cuidado posto pelas religiosas na sua decoração, mas o azeite e outras despesas continuaram a ser custeadas pela Misericórdia⁸⁶².

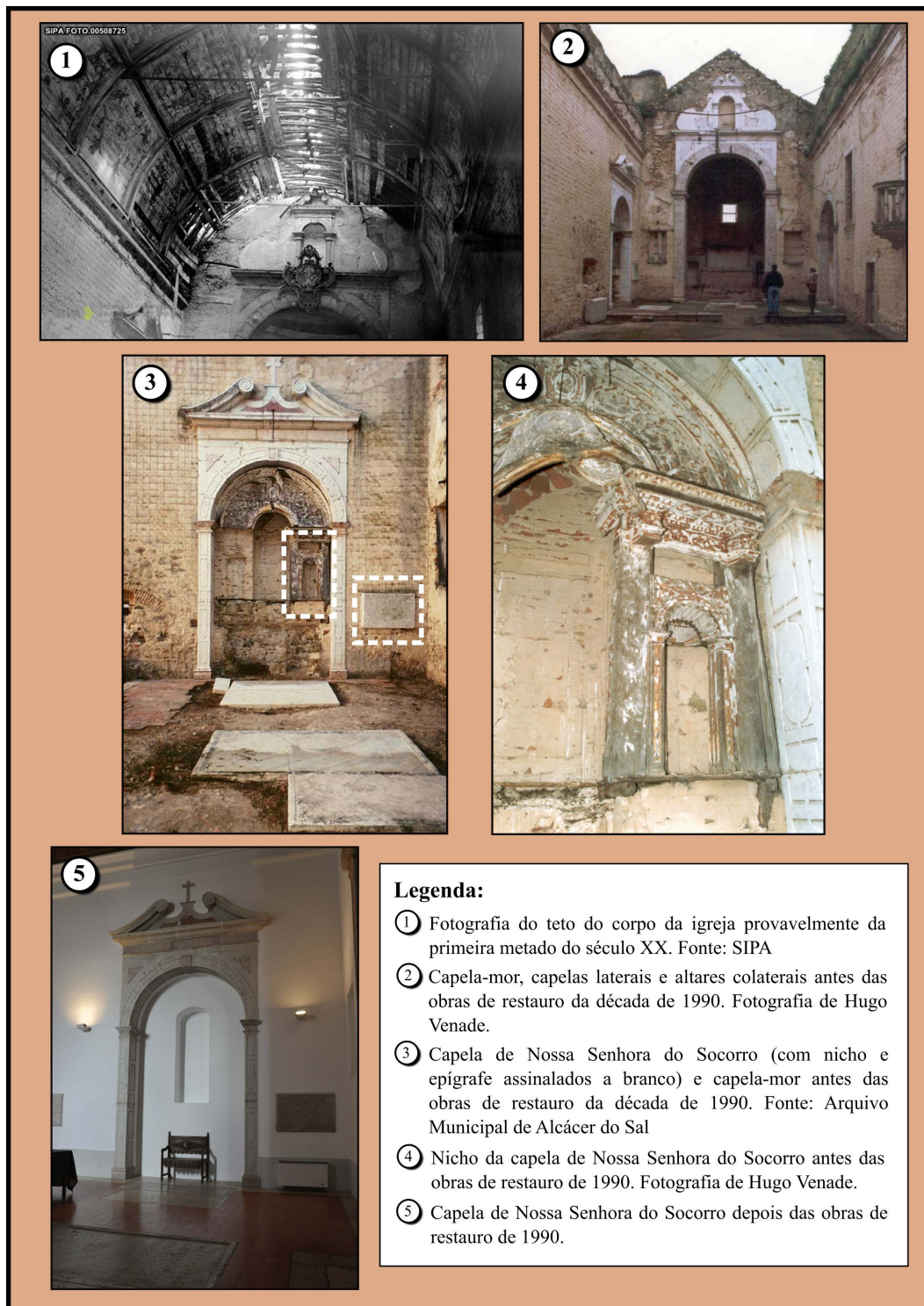
⁸⁶⁰ ANTT, *Chanc. de D. Pedro II*, liv. 63, fl. 102 (o rei ausentou-se na guerra de sucessão de Espanha, sendo regente Infanta D. Catarina, sua irmã e a viúva de Carlos II de Inglaterra). O documento não transcreve os estatutos da confraria, apenas a sua confirmação genérica. Só por si a Capela do Socorro e a Irmandade mereceriam um estudo mais exaustivo, com recurso à documentação do Arq. da Misericórdia de Alcácer.

⁸⁶¹ *Ibidem*.

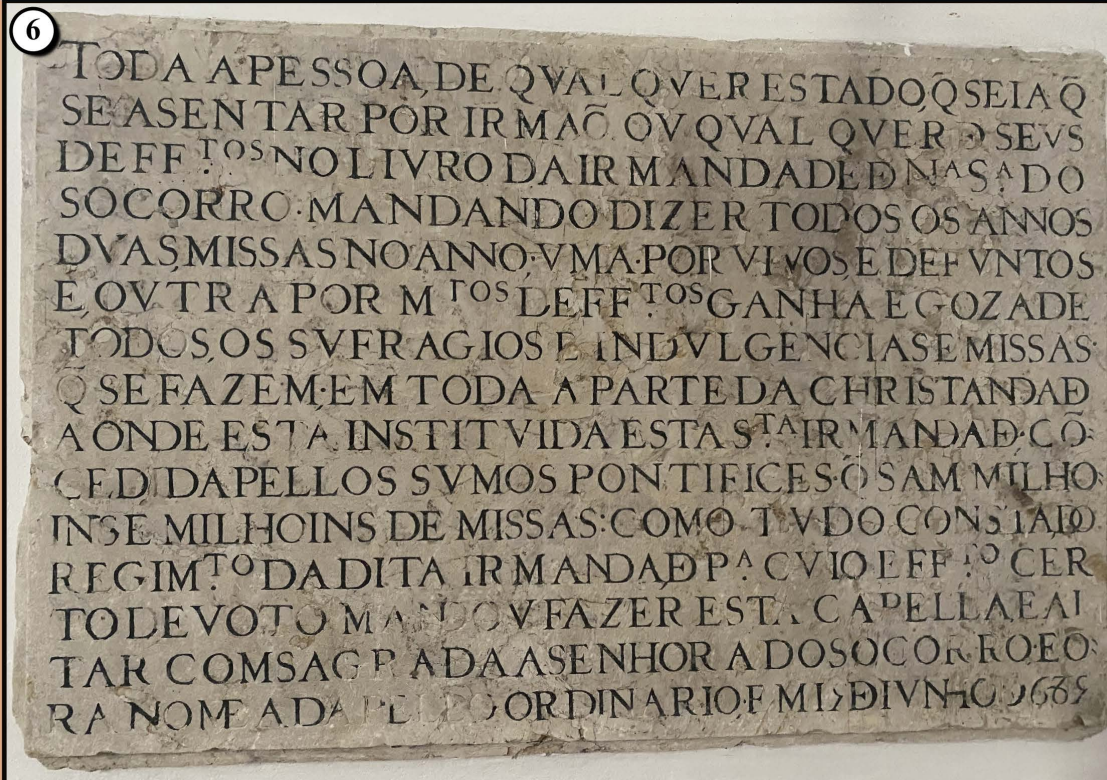
⁸⁶² AA, (c.a.) liv 120, fl. 31v (1805): compraram-se 9,5 côvados de tafetá azul para cobrir os altares do Socorro e da Piedade, 3.700 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 7 (1810): os Mesários da Misericórdia pagaram 7.200 réis, por 3 alq. de azeite p/ a lâmpada da Cap^a do Socorro, p/ 1809. *Ibidem*, fl. 30 (1811): deram 3 alqueires.

Figuravam aí a Senhora do Socorro e as esculturas de Santo António e de S. Brás, um crucifixo de madeira e dois castiçais qualificados de “velhos”.

Figura nº 15: Cobertura da igreja e capela de Nossa Senhora do Socorro antes e depois das obras de restauro da década de 1990⁸⁶³



⁸⁶³ A figura continua na página seguinte.



Legenda:

① Fotografia e texto da epígrafe da capela de Nossa Senhora do Socorro:

TODA A PESSOA, DE QUALQUER ESTADO, QUE SEJA QUE / SE ASSENTAR POR IRMÃO. OV QUALQUER [DE] SEVS / DEFFUNTOS NO LIVRO DA IRMANDADE [DE] NOSSA SENHORA DO/ SOCORRO: MANDANDO DIZER TODOS OS ANNOS / DVAS MISSAS NO ANNO: UMA POR VIVOS E DEFVNTOS / E OVTRA POR MUITOS DEFUNTOS GANHA E GOZA DE / TODOS OS SVFRAGIOS E INDVLGENCIAS E MISSAS:/ QUE SE FAZEM EM TODA A PARTE DA CHRISTANDADE / AONDE ESTÁ INSTITUIDA ESTA SANTA IRMANDADE CÕ / CEDIDA PELLO SVMO PONTIFICE QUE SAM MILHOINS E MILHOINS DE MISSAS: COMO TUDO CONSTA [DO]/ REGIMENTO DA DITA IRMANDADE, PARA CUJO EFEITO CERTO DEVOTO MANDOU FAZER ESTA CAPELLA E AL/TAR COMSAGRADA A SENHORA DO SOCORRO, E ORA/ NOMEADA PELO ORDINARIO. EM. 13 DE JUNHO DE 1689/

4.2.2.5.2. Os altares de S. José e de Nossa Senhora da Piedade

Num dos dois altares colaterais existentes na igreja, era venerada a imagem de S. José, alumiada por uma lâmpada de azeite⁸⁶⁴. Aí poderiam ainda admirar-se as imagens de Santo António e de S. Bento, um crucifixo de madeira e dois castiçais.

Era dedicado a Nossa Senhora da Piedade ou Senhora das Dores o outro altar referido por Luís Cardoso, em 1747, como tendo sido fundado por Paulo Carreiro da

⁸⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 28v (março 1805): um gancho p/ a “alampada” de S. José [...] 180 réis.

Silva, fidalgo da Casa Real. Na época desta visita, administrava-o o seu descendente Sebastião Salema Correia de Reboredo⁸⁶⁵. A imagem da Virgem Dolorosa e um Cristo numa cruz de madeira ofereciam-se aí à devoção dos fiéis e havia No século XIX, as religiosas continuaram com grande cuidado a arranjar o altar de Nossa Senhora da Piedade, em 1805 compraram tafetá azul para o forrar, em 1853 adquiriram uma coroa, espadinhas e seda para um novo manto da Virgem das Dores, registando-se dez anos depois a compra para a mesma imagem de pequenos objetos⁸⁶⁶.

4.2.2.6. A igreja hoje

A partir de fevereiro de 1874, com a extinção do mosteiro, sem que tenha sido aprovada pelo governo nenhuma proposta para a revitalização deste espaço, há um prolongado abandono de todo o conjunto que trouxe consigo a ruína. Repare-se na descrição que, a propósito da igreja de *Aracoeli*, faz Abel Viana, em 1948: “A igreja serve de abegoaria municipal. Nela se recolhem as carroças da rega e do lixo, assim como os competentes solípedes. Logo à entrada se me deparou a tampa de uma sepultura dias antes arrombada pelas patas de uma mula”⁸⁶⁷. Cerca de duas décadas depois, a nave do templo, estava de novo, a céu aberto, sem telhado, como acontecera a seguir ao Terramoto.

Em finais do século XX, crescia a erva no seu interior, quando se iniciaram os trabalhos para a reconversão de todo o conjunto conventual em Pousada. O corpo da igreja voltou a ter cobertura de madeira e as paredes despidas acentuam o seu aspeto simples, adequado às novas funções de uma sala multiusos. Foi aberta uma porta que interliga a igreja ao claustro (inexistente e impossível no tempo das freiras por causa da clausura). Vestígios do convento espatário, até então entaipados, foram postos a descoberto como é o caso, entre outros, do arco gótico. Este localiza-se na parede fundeira da igreja, na altura do coro alto, como permite observar na figura nº 16 (subcapítulo 4.2.2.7).

No espaço dessacralizado da igreja, no presente, o arco triunfal e os dois arcos das capelas laterais evocam de algum modo, a antiga construção maneirista. É notório o carácter retangular do corpo da igreja, com paredes quase nuas e lisas que lhe acentuam o aspeto despojado. Embora a essência tenha permanecido, há profundas diferenças, pois basta imaginar que outrora estas paredes foram revestidas de azulejos que jogavam com

⁸⁶⁵ P. Luiz Cardoso, *Diccionario Geográfico ou Notícia Histórica [...]*, Lisboa, Regia Oficinna Sylviana e Academia Real, 1747, pp. 132-133.

⁸⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 104 (1853): custo total 4.840 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 110v (1864) 800 réis.

⁸⁶⁷ Abel Viana, «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo», *ob. cit.*, p. 38.

o brilho das velas e o dourado da talha dos altares. Mas, nessa nudez sublime, intui-se a presença do sagrado.

4.2.2.7. O duplo coro: coro alto e coro baixo

O coro desempenhava um papel essencial na clausura das clarissas (consulte-se a figura nº 16 no fim deste subcapítulo). Localiza-se como na maioria dos conventos urbanistas, ao fundo da igreja⁸⁶⁸, com a mesma largura do corpo central que o separava da capela-mor. Era um coro duplo: coro alto e coro baixo, que sobrepostos, deviam ter a mesma altura da nave, embora o coro alto, possivelmente, tivesse um pé direito maior. Constituíam a chamada *igreja de dentro*. Era um espaço separado do templo com grades de ferro, de onde, sem serem vistas, as freiras assistiam e participavam no desenrolar da liturgia, em perfeito isolamento. Nesta extremidade estavam as religiosas e na outra o Santíssimo Sacramento no altar-mor que as atraía e monopolizava a sua atenção, pois eram muitas as horas de adoração e louvor. Nas paredes do coro havia janelas, com caixilhos de madeira, vidros⁸⁶⁹, grades⁸⁷⁰ e cortinas⁸⁷¹. Estas janelas deveriam ser altas pois, é anotada a compra de “cordinha” para elas e de “cordel de pião” destinado à lâmpada aí existente⁸⁷². Havia esteiras junto das cadeiras do coro, tal como acontecia na nave e, em mais lugares⁸⁷³.

O coro alto situava-se ao nível dos dois dormitórios e do sobreclaustro, agilizando o acesso das religiosas para o Ofício Divino, sobretudo de madrugada. A partir de um grande vão que permitia visualizar as celebrações litúrgicas a decorrer na igreja, era o lugar privilegiado para a contemplação e para oração comunitária e individual. Era mais

⁸⁶⁸ Ver Francesca Lacour, *l'Architecture des Monastères de Clarisse sen france aux XVII^e - XVIII^e Siècles*”, p. 325.

⁸⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 68 (1710): “hũa corda para a janela do choro”; (c.a.) liv. 110, fl. 41 (1769): 2 varões de ferro p/ as mesmas; (c.a.) liv. 121, fl. 6 (maio 1810): madeira, pintura, vidros, dois caixilhos e fechos, pregos, mais vidros, mão de obra, óleo, cré, alvaiade, “pós pra tinta”, etc. Custou tudo 18.000 réis.

⁸⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 154v (nov.^o 1734): do conserto dos ferros das janelas do coro, cem réis.

⁸⁷¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 11 (1705): 1,5 varas de pano p/ a janela da igreja 240 réis e taxas 70 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 2v (1747): ferros p/ a mesma, 130 réis; liv. 116, fl. 8: 4 varas de corda p/ a grade da Igreja; (c.a.) liv. 117, fl. 32v (1792): “dos vidros [...] p/ as janelas dos Padres e do Coro”, 2.640 réis; fl. 57v (1794): 7,5 varas de pano de Guimarães p/ a grade da igreja, 2.440; (c.a.) liv. 123, fl. 125 (1837): 18 varas de corda p/ as janelas do coro, 240 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 114v (1854): cordas p/as mesmas, sino e poço, 1.009 réis.

⁸⁷² AA, (c.a.) liv. 98, fl. 42 (nov.^o 1732): 120 réis.

⁸⁷³ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 6 (1705): 6 esteirões e 1 pequeno p/ o coro, 1.900 réis; fl. 40 (1706): 4 esteiras, 2.000; fl. 95v (1707): 3 esteiras p/ o pé das cadeiras do coro e outra, 1.320 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 89 (1710): esteiras coro, 5.000; (c.a.) liv. 117, fl. 43 (1793): esteiras e grade nova, 2.900; (c.a.) liv. 129, fl. 69 (1849): esteiras e frete, 14.860; (c.a.) liv. 119, fl. 25v (1802): esteiras, 6.400 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 2v (1804).

profundo que o coro baixo, pois prolongava-se até quase à muralha⁸⁷⁴. Sobressaía no coro alto uma imagem de Santa Clara⁸⁷⁵. Havia aí também uma caldeirinha para a água benta⁸⁷⁶, estantes, livros sagrados e de canto e pautas de música. Em 1810, a escritã anota a aquisição de um novo caderno de “rezas” para o serviço religioso do coro⁸⁷⁷.

Figura nº 16: O corpo da igreja e os coros antes e após os restauros (década de 1990).



⁸⁷⁴ Discordamos com M. Teresa Graça Valente, *o Espaço nas igrejas dos Conventos de Clarissas... ob. cit.*, p. 138, onde desenha o coro alto e baixo com a mesma dimensão.

⁸⁷⁵ Poderá pertencer a esta imagem, o báculo que foi reparado em set.º 1811 - AA, liv. 121, fl. 50: “Do concerto do Báculo de Nossa Madre Santa Clara”, 1.600 réis, ou da imagem da Santa do altar-mor. Em 1874, há no Coro uma imagem da Santa. Ver TT, *Minis. Fazenda*, cx. 1950, capilha 1, doc. 9, fl. 6.

⁸⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 67 (maio): [...] e caldeirinha do coro, cem réis.

⁸⁷⁷ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 51 (1811): “hum caderno de rezas próprias, que se comprou para o Coro”.

Descrevem-se, de forma breve, no inventário de 1858, os painéis de pintura que cobriam as paredes do coro alto e nos projetam alguma luz sobre a devoção religiosa neste cenóbio. Feito na presença das autoridades e da abadessa, mas sem nenhuma avaliação qualitativa, como se achava determinado na lei, “*em consequência de não haver nesta Villa perito competente para tal*”. Assim, foram apenas registados os quadros pelo tema, sem ser referido o pintor ou a época: Jesus com a Samaritana, o Senhor com a Cruz, Nosso Senhor e Juiz, Nossa Senhora da Conceição, a Conceição de Maria, a Anunciação à Virgem, Santa Isabel, Nossa Senhora com o Menino Deus, Adoração dos Pastores, S. João Batista, S. Pedro, S. Paulo, S. Miguel, Santa Ludovina e S. Caetano⁸⁷⁸.

No auto de entrega em 1874, no coro baixo, para além da imagem de Santa Clara e de um crucifixo em madeira, vem indicado também a existência de imagens que, não haviam sido mencionadas nos inventários anteriores: Nossa Senhora da Conceição e S. Francisco, ambas em barro e a Capela dos Reis Magos, onde então estava a imagem do Senhor dos Passos. Mencionam-se mais sete painéis de pintura “em mau uso”, quatro grandes e três pequenos, representando vários santos, sem discriminar quais (alguns deveriam ser os já indicados no inventário de 1858) e ainda mais oito registos de santos em papel. Incluem-se ainda um órgão, uma pequena estante de madeira e uma sineta⁸⁷⁹.

O coro baixo era menos profundo que o alto, pois no espaço inferior que lhe correspondia, existia o coro baixo propriamente dito, e, ainda um corredor que ficava atrás. As religiosas, de acordo com as normas, passavam mais tempo no coro alto. Os visitantes ordenam que no baixo as religiosas *não rezem, nem façam outras funções, tirando a Calenda do Natal, profissões, e entradas de noviças*⁸⁸⁰. As grades e o tapamento, nele colocados, isolavam as freiras das pessoas que assistiam aos rituais religiosos na nave da igreja. Nessa grade abria-se uma janelinha, ainda hoje visível, dita “do comungatório”, pela qual as religiosas recebiam a comunhão eucarística.

Com o passar do tempo, vão sendo referidas obras no coro baixo. Ora o mandavam rebocar, ora as portas, as janelas e as suas grades tinham de receber reparações por causa do desgaste⁸⁸¹. Em janeiro de 1735, procedeu-se à pintura do seu teto e ao

⁸⁷⁸ ANTT, *Ministério da Fazenda*, cx. 1950, (cota antiga caixa 75) capilha 2 (30 set.º 1858) doc. assinado por Soror Ana José Adelaide do Coração de Maria, Abadessa; José Vicente Passos, Vigário da Vara e Manuel Joaquim Bugalho, aspirante da repartição de Finanças do distrito de Évora.

⁸⁷⁹ *Ibidem*, capilha 1, doc. 9, fl. 6 (fevereiro 1874).

⁸⁸⁰ AA, CNSA/03/001 fl. 4 (nov.º 1689). A Abadessa deveria vigiar este cumprimento, sob pena de privação do seu ofício, e a Madre Vigária do Coro sob pena de privação de voz activa e passiva e outras.

⁸⁸¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 120 (1701); liv. 99, fl. 101v; (c.a.) liv. 100, fl. 16v (1738): “argolas [...] p/o coro de baxho e pregos p/ pregarem humas cadeiras do mesmo e hũ cadiado para a gradinha [...] e de quem as pregou”, 300 réis; fls. 39v e 91 (jan.º e junho 1740); encerado do coro de baixo; (c.a.) liv. 99, fl. 154 (novº

“abrir [d]a capelinha em que está a Senhora do Amparo”, o que implicou um gasto total de 30.740 réis. Discrimina-se que vinte mil réis foi a verba paga ao pintor (de quem não se diz o nome), a que se soma os gastos com a sua alimentação, os materiais comprados e o trabalho do carpinteiro que fez os andaimes⁸⁸². A abertura da capelinha ficou aquém dos 5.000 réis⁸⁸³. A escritã referiu que toda a obra fora feita, entre janeiro de 1732 e meados de outubro seguinte⁸⁸⁴, com a ajuda de 47.000 réis dados por alguém cuja esmola, não só cobriu todas as despesas, como o excedente entrou ainda na receita conventual⁸⁸⁵.

As obras continuaram durante o abadessado de Catarina Inácia da Anunciada que, no seu primeiro triénio (1735-1738), contraiu uma dívida de mais de oitenta mil réis a Valentim Gomes da Rocha, morador em Setúbal, por causa da compra dos materiais para as obras do coro baixo que a comunidade só conseguiu pagar, libertando-se da hipoteca contraída, mais tarde, já num segundo triénio desta abadessa⁸⁸⁶.

No entanto, na aprovação das contas (1739), parece sugerir-se que a pintura do coro deveria ser continuada, pois afirma-se que o valor da dívida de 50.000 réis, contraída por José Bravo de Lisboa, pelo corte de madeira que fizera no pinhal de Arapouco, fosse aplicado “*ao gasto que se fizer na pintura do coro do mesmo Convento*”⁸⁸⁷. De facto, são feitas importantes obras em todo o cenóbio, incluindo o coro, durante o período de 1738-41⁸⁸⁸. A abadessa Maria Antónia da Encarnação levou a cabo grandes obras: Convento, Hospício, Igreja, Herdades e Marinhas gastando mais de trezentos e cinquenta mil réis. Regista-se: “*para que melhor e com mais clareza conste*”⁸⁸⁹ que foram feitas ainda mais obras, como as do coro da igreja que custaram 86.609 réis, sendo pagas pelas rendas da abadessa, sem entrarem na contabilidade geral do cenóbio.

No fim do 1º triénio da abadessa Brites Guiomar das Brotas (1747-1750), o franciscano, que conferiu as contas, chamou a atenção para que, da despesa total se deveria subtrair 43.200 réis, quantia que fora gasta nas obras da Capelinha de Santa Ana,

1737): 1 chave p/ a porta; (c.a.) liv. 104, fls. 25v e 26 (1750): pregos p/ o conserto da porta do coro, 40 réis e 3,5 dias do oficial que consertou a janela e porta do coro, 1.050 réis; (c.a.) liv 114, fl. 55 (1781): ferragem da Porta e mão de obra, 1680; (c.a.) liv. 127, fl. 3v (1825): concerto da fechadura, 600 réis; (c.a.) liv. 112, fl. 184v (1790): 6 varas de pano p/ o tapavento do coro de baixo e capelinha, pregos, e nastro, 1.050 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 41 (1814): 2 varas de “pano Rey” p/ o Coro de Baixo, 720 réis; (c.a.) liv. 127, fl. 1 (1825): pano de algodão p/ o tapavento do coro de Baixo.

⁸⁸² AA, (c.a.) liv. 98, fl. 162 (1735): alimentação 3.120 réis, quase 2.000 réis p/ materiais e carpinteiro.

⁸⁸³ *Ibidem*. O pedreiro, servente e materiais, custou, tudo junto, 4.660 réis.

⁸⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 205 (janeiro 1735 – fim do triénio).

⁸⁸⁵ *Ibidem*, fls. 162 e 166v (jan.º 1735): esmola de 47.000. Paga toda a despesa, sobejou ainda, 17.260 réis.

⁸⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 104v (1746).

⁸⁸⁷ AA (c.a.) liv. 99, fl. 170v (jan.º 1739).

⁸⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 100, fls. 89v e 116v. Era a abadessa a Madre Antónia da Encarnação.

⁸⁸⁹ Consulte-se o doc. 5 do vol. II: Anexos. O triénio desta abadessa: janeiro de 1738 a janeiro de 1741.

que a prelada mandara fazer à sua custa. Não referiu a localização nem qualquer característica desta construção⁸⁹⁰. Durante esta campanha de obras, mais concretamente, em outubro de 1748, um pedreiro caiu de um andaime, o que causou uma grande aflição. Acabou por falecer, como o registo da sua morte e enterramento confirmam⁸⁹¹.

Ainda antes de 1755, registam-se mais obras de reparação no coro, sem indicação se são feitas no de cima ou no de baixo. Compram-se ferragens, “*cinco taboas para se fazer o Cano da gineta do Coro*” e são pagos outros consertos aos mestres⁸⁹².

O telhado, o teto e outras partes da igreja, incluindo o coro foram muito atingidos pelo Terramoto e vão ter que receber reparações profundas e demoradas⁸⁹³.

4.2.2.8. A sacristia

No lado direito da capela-mor, estava uma pequena divisão, a sacristia (ainda subsiste), iluminada por uma janelinha e um óculo e coberta por uma abóboda de berço. Tinha um lavabo, necessário para o asseio das mãos do sacerdote, antes dos rituais religiosos⁸⁹⁴; um espelho, um pente, um pote, uma infusa e um copo são também referenciados nessa divisão⁸⁹⁵. O sacerdote vinha diretamente da rua ou do interior da igreja e acedia à sacristia sem ter ou poder sequer entrar na clausura conventual⁸⁹⁶.

Na altura da posse estatal (1874), inventariam-se na sacristia: três missais, uma cadeira velha de madeira, um banco de pinho, uma caldeirinha de estanho com hissope, um Cristo Crucificado em marfim, com a sua cruz de madeira, um painel com a imagem de Nossa Senhora e São José e um espelho em mau estado⁸⁹⁷.

⁸⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 108.

⁸⁹¹ Trata-se de Manuel Martins casado com Brites Maria. Não terá morrido logo, porque no livro de Contas AA, (c.a.) liv. 103, fl. 54, há o gasto de um quartilho de aguardente p/ o pedreiro que caiu do andaime.

⁸⁹² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 93 (1707); (c.a.) liv. 97 /3, fl. 95 (1724); (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 67 (1724); (c.a.) liv. 103, fl. 26 (1747): “ferrage que veio para a genela do coro”, 1.260 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 25v (1750): pregos e oficial; (c.a.) liv. 105, fl. 3: “ensirado, nastro, e taxas para a janela do Coro”, 800 réis e tijolo 480 réis.

⁸⁹³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 57v (1761): servente 1,5 dia, 270 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 13 (1768); liv. 114, fl. 10v (1779): 1 cano de folha-de-Flandres p/a janela do Coro, cem réis”; (c.a.) liv. 117, fl. 31 (1792): obra no telhado do coro: 17.160 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 25 (1802): 1/2 moio de cal p/ o telhado, 1.400; 50 telhas, 400 réis; 2 oficiais, 3 dias, 3.000; 3 dias servente, 900 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 66 (1806): corda de linho, 360 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 21 (1844).

⁸⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 95 (1750): 2 chaves de bronze, p/ a sacristia e p/ a fonte, 2.800; (c.a.) liv. 109, fl. 67, fl. 91 (1768): a quem fez a tabuleta p/ a Sacristia 80 réis; (c.a.) liv. 112, fl. 58v (1776): reparou-se o lavabo; (c.a.) liv. 120, fl. 48v (1805): 1 chave e conserto da fechadura, 900 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 69 (1812): de 2 varas de pano de linho p/ uma toalha de mãos 860 réis; (c.a.) liv. 127, fls. 4v e 38v (1825 e 1829).

⁸⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 127, fls. 4v e 38v (dezº 1825 e junho 1829).

⁸⁹⁶ Ver Paulo Varela Gomes, «A fachada Pseudo-Frontal nas Igrejas Monásticas Femininas Portuguesas», in *Conversas à volta dos conventos*, Coord. Virgínia Fróis, Évora, Casa do Sul Editora, 2002, pp. 231.

⁸⁹⁷ TT, *Ministério das Finanças*, cx 1950, capilha 1, doc. de posse, inventário fl. 7.

4.2.2.9. A torre sineira ou casa do sino

A torre sineira, ou casa do sino, hoje inexistente, ficava no lado esquerdo da capela-mor, a que se acedia por uma escada. Esta torre possuía dois sinos: o pequeno e o grande que, marcavam com o seu toque a vida quotidiana, num tipo de linguagem que orientava a população residente no convento, mas também os moradores da envolvente do castelo. Pelo toque dos sinos, conforme o som, o ritmo e o número das badaladas, conhecia-se a sucessão das horas e “lia-se” o tipo de função religiosa que iria ocorrer.

Só, por curiosidade, se anota aqui que, em maio de 1733, a comunidade comprou um “orelo” de vaca para se atar ao badalo do sino⁸⁹⁸. Desde o começo do funcionamento do convento até meados do século XVIII, é referido um sino grande, sobretudo a propósito das braçadas de corda que se compram para ele e também pelos materiais e mão-de-obra para o consertarem⁸⁹⁹. É mencionado também um sino pequeno, antes e depois do Terramoto⁹⁰⁰. A escritã anota, por vezes, reparações e aquisição de materiais para o sino, sem discriminar para qual deles⁹⁰¹.

Na casa do sino é assinalada uma fresta⁹⁰² e, já depois do Terramoto, abriram uma porta nova que facilitava o acesso ao sino e à lâmpada do Santíssimo na Capela-mor⁹⁰³. Regista-se a limpeza deste local, mas, só vinte anos depois do cataclismo, se refere o seu desentulhamento completo⁹⁰⁴. Posteriormente, têm lugar pequenas obras e outras mais dispendiosas, como o seu assoalhamento em 1803 e o arranjo da cegonha do sino⁹⁰⁵.

⁸⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 73v (maio 1733).

⁸⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 59 (1706): 20 braçadas p/ 1.720 réis; cintas, 1 ferro e pregos, etc.; (c.a.) liv. 97, fl. 33 (1709); (c.a.) liv. 100, fls. 79 e 89 v (maio 1740); (c.a.) liv. 101, fl. 16 (1741); (c.a.) liv. 129, fl. 114v (1854): cordas p/ o sino e janelas do coro e poço 1.009 réis.

⁹⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 88 (1752); (c.a.) liv. 110, fl. 16v (1768); (c.a.) liv. 111, fl. 28, (1772): fazer a porta do sino pequeno, ferragem, pregos e oficial, 560 réis; (c.a.) liv. 113, fl. 22v (1778): conserto do sino pequeno e 1 pau, 740 réis; (c.a.) liv. 114, fl. 54v (1781): sino pequeno: 1 corda de linho e mais 3.620 réis.

⁹⁰¹ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 4v (1765): cordas; liv. 123, fl. 5 (1816); 1 ferro: liv. 109, fl. 81 (1767); liv. 113, fl. 8v (1777).

⁹⁰² AA, (c.a.) liv. 98, fl. 2 (1732): concerto da fresta da Casa do sino; fl. 99v (1733): trabalho dos que serraram a madeira, ferragens e ainda o tempo gasto pelo carpinteiro e pedreiro, custou tudo 44.430 réis.

⁹⁰³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 7 (julho 1759): 2 dias de carpinteiro p/ abrir a porta da casa do sino e fazer a escada p/ “a alampada” da Capela-mor, 600 réis; ferragem e candeia para a “lampedada” 900 réis; de um cadeado e se consertarem os “galfos” da casa do sino, 160 réis.

⁹⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 9 (1759): 1.400; (c.a.) iv. 116, fl. 66 (1787): desentulhar a “Casa do Sino”, 500 rs.

⁹⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 42v (1763): pedreiro e carpinteiro 3,5 dias p/ pôr as pedras no sino e consertos na Igreja, 2.850 réis; (c.a.) liv. 117, fls. 10 e 23 (1791 e 1792): [...] porta da casa do sino e mais materiais, 2.270 réis; fl. 30 (agosto 1792): Casa do Sino: materiais e mão de obra, 40.595; (c.a.) liv. 119, fl. 28v (1802): Pedreiro, a 500 réis / dia, 5.000 réis; servente, a 300 réis / dia, 3.000 réis; 2 barrotes p/ a casa do sino 480 réis; 150 pregos, 450 réis; 5 dias de carpinteiro p/ assoalhar a casa do sino, 2.500 rs; fl. 46 (dezº 1803): cegonha do sino, 2 cunhas de ferro e mão de obra, 500 rs; (c.a.) liv. 120, fls. 5 e 6 (1804).

Também surge a expressão “Mirante do Sino”. É provável que se trate de um pequeno terraço, junto da torre do sino da Igreja. Mas não era frequentado pelas freiras, por não pertencer à clausura. Quem tocava este sino era o sacristão e talvez “a moça sineira”.

Compraram um sino novo, que pesava mais de nove arrobas, com a justificação de que o velho perdera o timbre afinado e soava mal, com “ar de caleira”. Entregaram-no para abate no preço, pagando mais 37.340 réis, incluindo os despachos, licenças, carretos, fretes e outros gastos⁹⁰⁶. A escada de acesso à torre do sino teve de ser arranjada, assim como foram feitas afinações⁹⁰⁷.

Até à extinção do convento continuam as referências a compras de cordas e pequenos arranjos no sino⁹⁰⁸. No auto de posse de 1874, escreve-se que: o “sino na torre do convento denominado São Boaventura é de bronze e está em bom estado e havia uma sineta de bronze também em bom estado”⁹⁰⁹, atestando a existência de dois sinos.

4.2.2.10. O exterior da Igreja

Olhando a igreja do exterior, esta caracterizava-se por uma grande sobriedade e harmonia, como ainda hoje se pode verificar (figura 7, foto 3). A porta principal é lateral ao corpo do templo o que confirma a tese de Paulo Varela Gomes: “A entrada lateral tornou-se um traço tipológico distintivo, adotado pelas freiras como marca identitária”⁹¹⁰.

Exteriormente, a frontaria, virada a sul, é constituída por cinco tramos, divididos por contrafortes de secção retangular, interrompidos por uma platibanda situada no registo superior, que dá lugar, daí para baixo, a um pano liso. Nesta fachada lateral, a principal, como era habitual nos conventos femininos, assume-se como frente urbana, destaca-se o portal de acesso, a única entrada da igreja, localizada no primeiro terço da nave, do lado do coro. Tem também uma janela grande e uma janela mais pequena, com grades⁹¹¹. O portal tem alguma monumentalidade, com pilastras nas ombreiras a suportar um arco segmentar encimado por um entablamento à maneira toscana com um arco cego,

⁹⁰⁶ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 8v (1804). O varão de ferro pesou 28 arráteis, a 160 réis, mais as despesas para o atracar com a porca e o badalo que se amoldou ao sino 4.980 e 2.160 réis para os mariolas; “de hum carpinteiro, que lhe abriu a cava, de hum pedreiro e do trabalho que teve Francisco Joaquim [carreiro] para o conduzir, 2.160 réis

⁹⁰⁷ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 9 (1804): pregos e 2 dias do carpinteiro que consertou a escada que vai p/ o sino, 1.480 réis; fl. 12 (1804): “preparar de novo a porca do sino que afrouxou” mais 1 chapa [...] 730 réis.

⁹⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 80 (1850): cordas, 800 rs; fl. 121 (1854): conserto, mão-de-obra e materiais, 3.600.

⁹⁰⁹ ANTT, *Arq. Hist. do Minist. das Finanças*, caixa 1950, capilha 2, Auto de Posse, 1874-02-3, doc. n.º 3.

⁹¹⁰ «A fachada Pseudo-Frontal nas Igrejas Monásticas Femininas Portuguesas», *ob. cit.*, pp. 231 e 233.

⁹¹¹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 3 (fev.º 1753): compraram-se três tábuas para os caixilhos das janelas da Igreja a 600 réis cada, 1.800 e mais 6.600 réis pelas vidraças das janelas da Igreja.

com tímpano que contém um brasão de armas, ladeado por dois pináculos e rematado por uma cruz latina em relevo, onde se pode ver alguma simbologia franciscana. Destaca-se também o jogo de cores no emprego da pedra, sobretudo alternando o branco e rosa. Os registos referem importantes obras nesta frontaria, em 1774⁹¹².

Quem vinha de fora, incluindo os sacerdotes e sacristão, só podia entrar na igreja através deste portal, a fim de participar nas cerimónias religiosas, sobretudo nos principais ofícios e nas festas⁹¹³. Aberta a porta, havia na parte de dentro, um reposteiro, ou quebra vento, que resguardava a entrada⁹¹⁴. Naturalmente, viravam-se para o altar-mor à direita, “esquecendo” a comunidade que se reunia no coro, sobretudo no alto. No decorrer do tempo, como seria de esperar, anotam-se pequenas obras e reparações nesta porta principal⁹¹⁵ e nas janelas da igreja⁹¹⁶.

O telhado do corpo da igreja era de duas águas e vai sendo arranjado, ao longo do tempo. A cobertura da nave acabou por ruir com o terramoto de 1755, sendo refeita, algum tempo depois. Como já vimos, na segunda metade do século XX, o corpo da igreja ficou, de novo, a céu aberto, até às obras da Pousada. Pelo exterior, os volumes são ainda marcados pelo antigo mirante situado no extremo poente, na continuidade do coro alto, tendo uma vista deslumbrante, rio acima, em especial na hora do pôr do sol, como se pode comprovar⁹¹⁷. Um dos dormitórios tinha o corpo saliente, dando para a praça, para sul e poente. A sacristia, na continuidade da fachada sul do templo, era mais baixa do que a nave e a capela-mor, onde se destaca a cúpula com o lanternim (consulte-se a figura nº 19 no subcapítulo 4.2.8).

Aparece designado como praça, adro, largo da igreja ou simplesmente rua, o espaço limitado do poente e norte pelo mosteiro, incluindo a fachada da igreja, a sacristia e muro anexo. Este espaço aparece citado por causa da despesa feita pela Comunidade

⁹¹² AA, (c.a.) liv. 112 (1ª parte), fl. 15v (dezº 1774): os gastos importaram em 35.140 réis.

⁹¹³ Por exemplo, na festa de Nossa Senhora das Candeias (1706) participaram, entre outras personalidades leigas, o Juiz de Fora e o Provedor da Comarca. Ver AA, (c.a.) liv. 96, fl. 37vº.

⁹¹⁴ AA, (c.a.) liv. 121, fls 77v-78 (maio 1812): 9,5 côvados de pano escarlata, 16.150 réis; 19 côvados de “saeta” escarlata, 7.600 réis; da bordadura do tal pano e forro p/ o reposteiro da porta da Igreja 29.580 réis; 1 varão de ferro p/ se pôr o reposteiro, 2.800 réis; pregos, caximbos e o oficial que fez tudo isto, 3.000 réis.

⁹¹⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 27 (1699): chave p/ porta da Igreja, 450 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 15 e fl. 106v; (c.a.) liv. 98, fl. 78vº; (c.a.) liv. 101, fl. 36 (1741): conserto da fechadura, 190 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 3 (1753): calçar a porta, 480 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 81 (1767): conserto da chave, 120 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 37 (1786): 1 ferro p/ a porta da Igreja, 600 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 7v (1815): conserto da porta, ferragens e mão-de-obra 700 réis; (c.a.) liv. 129, fls. 57v e 60v: conserto da porta (1848) 400 réis e frete da folha de ferro p/ a porta, 600 réis.

⁹¹⁶ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 3 (fevº 1753): 3 tábuas p/ os caixilhos das janelas da Igreja, 1.800 réis; das vidraças das janelas da Igreja, 6.600 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 37 (julho 1786): um ferro para a reforçar, 600 réis.

⁹¹⁷ O mirante, hoje existente, nada tem a ver com o do tempo das Clarissas.

para ter esta área bem varrida, limpa e caiada, sobretudo na altura das grandes festas⁹¹⁸: a Páscoa⁹¹⁹, o dia de Santa Clara e o dia de Nossa Senhora de *Aracoeli*, entre outras. Era um lugar de encontro e acolhimento em que os de mais perto e os de mais longe vinham participar nas cerimónias litúrgicas do mosteiro e onde se cruzava o sagrado e o profano.

Em frente, do lado sul estavam a casa da veleira, o hospício dos padres e a casa do carreiro e um pequeno cruzeiro.

4.2.3. A Portaria ou Porta Regral

Como vimos a propósito da clausura da comunidade, quando se edificava um mosteiro de religiosas, neste caso de clarissas, havia uma série de normas a ser cumpridas na construção, de modo a haver um espaço isolado, de natureza física e espiritual, com o mínimo de ligações ao exterior, em fidelidade ao determinado pela Regra e pelas Constituições, que acentuava como as Religiosas deviam viver “emçarradas pera sempre”⁹²⁰. A Regra Urbanista impunha que “*cada mosteiro tenha uma só porta para entrar e sair da clausura [...] A porta não deve ter postigo nem janela*”. Assim acontecia em *Aracoeli*, embora, como adiante veremos, existisse também uma porta de serviço, a chamada “porta do carro”. A antiga portaria deste mosteiro situava-se no rés-do-chão, mas, não chegou até nós, tendo esta área sido muito descaracterizada⁹²¹. Assim, vamos debruçar-nos sobre as normas acerca deste assunto e ver o que outros cenóbios, também com clausura, conseguiram manter destes equipamentos: a porta, a roda, o ralo, as grades e o parlatório.

⁹¹⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 99v (dia de S. Franc^o 1733): pagou-se a quem caiu o Hospício e frontaria da Igreja.

⁹¹⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 82v (1701): pagaram “a hũ moço que alimpou a rua aos Padres quando se consertou” o telhado; (c.a.) liv. 98, fl. 50 (1732): por limpar “a Rua da Igreja, depois das obras”, 1.200 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 89v (1740): “consertar o tilhado da praça, do coro e igreja e servente”, 10.400 réis; “ao carpinteiro que fez as rótulas das ginelas da praça”, 1.200 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 2v, 8 (1841 e 1842): limpar a rua do hospício, 160 réis; fl. 14 (1843): à Mulher que caiu e ao homem que limpou a rua da Igreja, 360 réis; fl. 40v (1846): carreto do necessário p/ a Semana Santa e limpeza da Rua da Igreja, 630 réis; fl. 59v (1848): caiação do Convento e limpeza da rua, 360 réis; fl. 78v (1850): limpeza do adro da igreja, 240; fl. 87 (1851); (c.a.) liv. 129, fl. 87 (1851): limpar o largo, 240 rs; fl. 104v (1853): limpar a Rua do Hospício, 480 réis.

⁹²⁰ Ver Antónia Fialho Conde «Expressões de religiosidade e misticismo no jardim fresco e ameno de S. Bento de Cástris, *Vozes da Vida Religiosa Feminina, Experiências, Textualidades e Silêncios (séculos XV-XXI)*, Coord. João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques, C.E.H.R., Univ. Católica Portuguesa, Lisboa, 2015, p. 91, onde refere: A legislação papal /1583, Breve de Gregório XIII sobre a clausura e reformação das freiras; 1585, Breve de Sisto V, acerca da frequência dos locutórios das religiosas; Breve de Clemente VIII, que retomava o tema da reforma das religiosas), vê-se reforçada, em Évora pela ação do Arcebispo D. Teodósio de Bragança, Provisão de 1583, assertiva em relação à clausura. E ainda a legislação régia sobre a entrada de estrangeiros na clausura (legislação filipina, de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V). E, como é claramente registado nas visitas franciscanas a *Aracoeli*.

⁹²¹A atual portaria que existe na Pousada, não tem nada a ver com a antiga, foi toda feita de novo. A conventual dever-se-ia situar a sudoeste, ao fundo do terreno, depois de passar a porta de acesso à igreja.

A portaria possuía duas portas: uma exterior e outra, interior. A interior abria para um compartimento com grades e uma cortina, onde se situava o parlatório.

No que diz respeito à clausura, só através dos dados respigados na documentação escrita se tentará reconstituir o percurso espacial de *Aracoeli*. Vindo do adro, num plano mais elevado, ficava a portaria do Mosteiro (portaria exterior⁹²² ou “casa da portaria de fora”⁹²³) a que se acedia por uma escada⁹²⁴. Do lado de dentro, ficava a portaria interior ou casa da portaria de dentro, exclusiva da comunidade⁹²⁵.

A área da portaria conduzia à casa da roda, ao locutório (parlatório ou casa da grade), único lugar, onde as freiras poderiam falar com pessoas do exterior, mediante autorização prévia. “A fim de regular a comunicação, a arquitetura proveu-se de uma cela contígua à roda e à grade, à qual ficava funcionalmente adstrita a irmã porteira (ou rodeira) e alguma outra religiosa, como a companheira e a escuta, por forma a controlar o próprio desempenho da madre rodeira”⁹²⁶. O locutório possuía grades “*de ferro, com hum pano de linho preto, da parte de dentro, en tal maneira que as Irmãs não possam ser vistas*”, só ouvidas⁹²⁷. As grades impediam o contacto físico.

É muito citado também o torno ou torninho, roda pequena por onde passava a comida confeccionada no mosteiro e destinada aos padres que assistiam as freiras do ponto vista espiritual e habitavam fora, no Hospício. Há ainda a referência a um postigo que permitia a passagem de um cesto que não cabia na roda e era puxado por uma corda com o recurso a uma roldana. Para poder ter este serviço operacional, compravam corda, roldanas e um novo cesto, sempre que o anterior se deteriorava⁹²⁸.

A documentação consultada atesta a realização, ao longo do período estudado, de diversas obras na zona da portaria e no corredor que a ligava ao claustro. Umhas na grade

⁹²² ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, mc. 101, [doc. 41 a)], embora o doc. não tenha número nem data, conseguimos datá-lo, através de outros dados, para setembro de 1787. O documento distingue a portaria exterior, a interior e a porta regular.

⁹²³ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 24v (dez.º 1762): conserto da chave da portaria de fora, 60 réis. TT, *Ministério das Finanças*, caixa 1950, capilha 2 (Set.º 1858).

⁹²⁴ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 88 (março de 1743): “De consertar as escadas da portaria de fora, mil réis”.

⁹²⁵ AA, *CNSA*, 03/001, fl. 2 (nov.º 1689): “senão poderá fazerá mais escadas para o claustro por se evitar as vizinhanças à portaria”.

⁹²⁶ Jacquinet, Maria Luísa, “O Concílio de Trento e a Implementação da Clausura Monástica: O caso da Ordem de Santa Clara em Portugal – Subsídios para um Estudo”, in *Concílio de Trento. Innovar en la tradición. Historia, Teología y Proyección*, dir. José Eduardo Franco, José Ignacio Ruiz Rodríguez e outros, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 2016, p. 597.

⁹²⁷ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, cap. XVI, 1618. PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288. TT, *MCO, OS/CP*, liv. 52 [Tombo 1613], fl. 8.

⁹²⁸ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 36v e liv. 124, fl. 1v (março 1819): 1 cesto para serviço da portaria, 180 réis.

velha, outras na grade nova na chamada “casa da roda”. Anota-se a compra de chaves, arranjam-se fechaduras e fazem-se reparações.

No início do século XIX, registou-se uma grande e dispendiosa renovação da portaria do edifício. Verificamos que foi comprada uma porta nova, reparadas as grades, bem como todos os tetos dessa área⁹²⁹. Em abril de 1803, a comunidade pagou a um pintor (não é dito o nome) 4.800 réis por uma pintura, com S. Francisco de Assis e Santa Clara, destinada à portaria⁹³⁰. No inventário final da extinção do mosteiro é mencionada a existência deste quadro. Por causa do mau estado do telhado da portaria, a abadessa mandou fazer obras em 1804, incluídas numa empreitada mais abrangente⁹³¹. Nas décadas seguintes, são feitas compras de materiais para substituir os que se vão degradando⁹³²; anota-se a despesa com o pedreiro e o carpinteiro, quer nas reparações do corredor da porta regral quer para “entesourar” o telhado da casa da roda e, ainda mais umas “obras miúdas”, assim como a caiação da portaria por dentro e por fora⁹³³.

Os relatórios feitos, na altura da extinção, confirmam a continuidade de duas casas de grades: a casa da grade nova e a casa da grade velha. Relata-se que na casa da grade nova havia então uma mesa de abas, um canapé com assento de madeira, cinco cadeiras, uma revestida de couro, duas com costas de palhinha, um banco comprido de madeira e um estrado, tudo muito usado e envelhecido. Na casa da grade velha, existia uma mesa de madeira de pinho, sete cadeiras de palhinha, duas cadeiras velhas com assentos e costas

⁹²⁹ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 15, 15v (1802): 29 dúzias de ripas p/ as abóbadas das varandas, p/ a grade nova de dentro e de fora, grade velha e 1 morada, 17 dúzias, a 400, e 12, a 360 réis, 11.120 réis; 11 dúzias de folhas da terra p/ guardapó das grades, 15.400; 8,5 dúzias de barrotes p/ o teto de todas as grades, 25.080 réis; 2 dúzias de varas, castanho, 7.200 réis; 1 dúzia de varas da Flandres, 6.400 réis; 11,5 dúzias de folhas de madeira de Flandres, 3.360 cada, mais 2 folhas da terra, a 300 réis cada, 39.240 réis; 6 tábuas de casquinha, 4.800 réis; pregos 27.780 réis; serradores e fretes, 10.310 réis; 4 meses dos carpinteiros, 91.665 réis; cordas p/ as grades 540 réis; porta p/ a grade nova, 1.000 réis; pregos, cal, areia e mais materiais, 900; jornal: 4 meses e 6 dias de pedreiros e serventes, 180.815 réis; para tirar o entulho das grades, 1.280 réis.

⁹³⁰ AA, (cota antiga) liv. 119, fl. 34 (abril 1803). O carpinteiro que fez a moldura recebeu 1.320 réis; e deu-se ainda 240 réis, a quem transportou o quadro até ao Convento e o pendurou na parede.

⁹³¹ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 19 (dezº 1804): “a eminente ruína a que chegarão as Casas que forão do uso da R. Madre Ana Vitorina ameaçando levar após si as principais oficinas do Convento, tanto a Casa da Água, como o telhado da Portaria, obrigou a M^{dre}. Abadessa a acudir prontamente ao seu reparo gastando nesta útil e interessante obra que ajustou de empreitada com o pedreiro Joaquim da Costa” por 57.600 réis a que somaram 8.460 no pagamento “de cal, areia e jornais de pedreiro que concertaram os telhados do Convento e da Igreja debaixo da inspecção do mesmo”.

⁹³² AA, (c.a.) liv. 121, fl. 49v (1811), custou 320 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 75v (1815): tudo 6.880, mais 550 réis de fita (1815): 3.000 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 117 (1836): 3.800 réis. (c.a.) liv. 124, fl. 2 (1819): caixilho da janela da grade velha, 2.300 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 1v (1822): 17.500 e 16.750 réis e fl. 54: 60 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 30v (1837): 160 réis, fl. 41 (1838) 240 réis de conserto, fl. 64v (1840): 360 e 890 réis.

⁹³³ AA, (c.a.) liv. 122, fl. 75v (1815); (c.a.) liv. 123, fl. 125 (1817): 5 dias a uma mulher liv. 123, fl. 117 (1836): 3.800 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 1v (1822): 17.500 e 16.750 réis e fl. 54: 60 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 41 (1838) 240 réis de conserto, fl. 64v (1840): 360 e 890 réis; fls. 106-106v (1835): 4 alq. de cal 400, 1 pincel e mulher, 720 réis.

de couro, dois bancos de madeira compridos, um carrinho de madeira para passar objetos na grade, uma esteira de palha e uma pequena cinta de bronze⁹³⁴.

O corredor da portaria era ladrilhado, rebocado e iluminado por uma janela. Continha uma mesa antiga de abas com uma gaveta e seis cadeiras⁹³⁵. A seguir a este corredor e, antes de enunciar os objetos existentes nos dois coros, o inventário de 1874 refere a existência de duas capelas⁹³⁶:

- a capela de Nossa Senhora do Carmo (pomos a hipótese de que se situasse no corredor da varanda de cima, onde há hoje um nicho também com uma imagem da Virgem);

- a capela de Nossa Senhora da Conceição, ao que tudo indica, no andar de baixo. Possuía um altar com uma toalha de renda, uma imagem da Virgem com o Filho, ambos com uma coroa de prata na cabeça e duas pequenas jarras de louça da Índia. Na parte inferior do altar, estava uma imagem do Senhor Morto com outra toalha de “rendas”⁹³⁷. A escritã anotou que esta capelinha fora pintada, em 1763⁹³⁸. Em julho de 1848, as religiosas compraram uma nova cabeleira para a imagem da Conceição e rendas para ornamentar as suas alfaias, o que demonstra que, mesmo com uma comunidade muito reduzida, continuava a devoção e o cuidado com a capela ou altar da Virgem da Conceição.

4.2.4. O Claustro

O claustro do mosteiro de *Aracoeli* era pequeno, mas à semelhança do claustro de S. Damião abria-se para o infinito, onde se contemplavam o céu e as estrelas, permitindo às religiosas neste peregrinar terreno uma infundável aventura interior, tal como experimentara Santa Clara, a Mãe fundadora das Clarissas. Neste edifício, como em geral em todos os mosteiros, o claustro é quadrado, como “a cidade de Deus” e esta quadratura evoca ao espírito meditativo simultaneamente os rios do jardim do Éden, as quatro fontes que são os Evangelhos e as quatro virtudes cardeais. No centro do quadrado, vai erguer-se um lago com um repuxo que evoca a fonte purificadora da água do batismo (consulte-se a figura nº 17 na página seguinte)⁹³⁹.

⁹³⁴ TT, caixa 1950, capilha 2, Auto de Posse (3-2-1874), n.º 3, *Inventário do Convento d' Ara Coeli*.

⁹³⁵ *Ibidem*. A janela é documentada, já em dezº 1747: AA, liv. 103, fl. 27v: gastos de 850 e 2.580 réis.

⁹³⁶ ANTT, caixa 1950, capilha 2, Auto de Posse (3-2-1874), n.º 3, *Inventário do Convento d' Ara Coeli*.

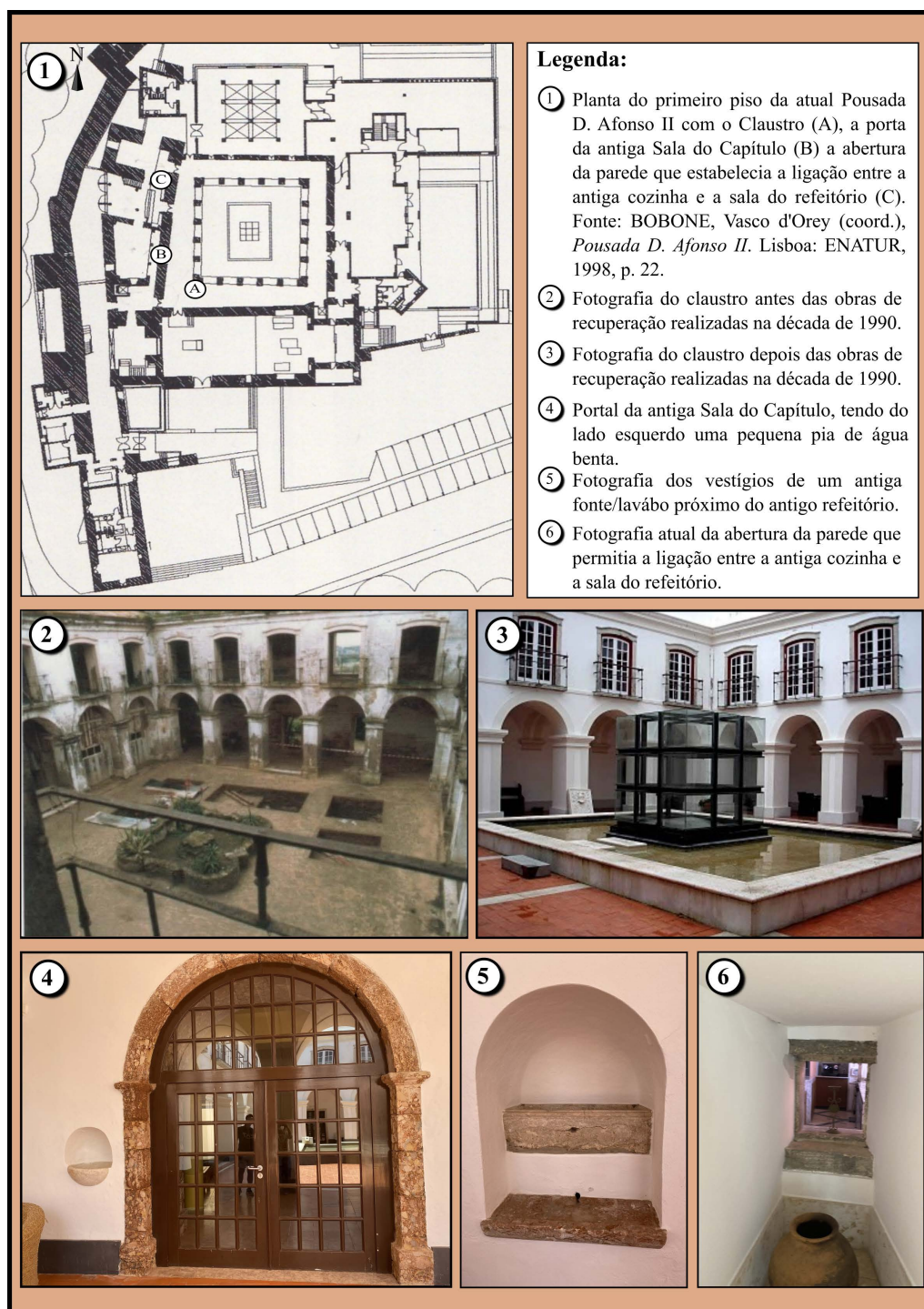
⁹³⁷ Há várias imagens nas igrejas de Alcácer que se assemelham a esta descrição de Cristo Morto de que se destaca a da Capela das Onze mil Virgens e a de Santa Maria do Castelo. Esta parece ser a do inventário.

⁹³⁸ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 48v. A pintura custou 1.600 réis. liv. 117, fl. 54 (1793): 1 esteira nova por 500 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 61v (1848): comprou-se uma tábua para o nicho da Senhª da Conceição, 2.500 réis.

⁹³⁹ A propósito do claustro ver George Duby, «Saint Bernard. L'Art Cistercien. 3. Création» in *L'Art et la Societé. Moyen Âge. XXº*, Paris Gallimard, 2002, pp. 363-370. Assim acontecia também em *Aracoeli*.

O claustro tinha dois pisos. Nas amplas arcadas do piso térreo, as religiosas estavam abrigadas do vento, da chuva e do frio do Inverno e mais protegidas do sol e do intenso calor do Verão. O claustro como espaço central, relacionava-se com a necessidade de passagem, de inter-relação com o espaço envolvente, mas também com a procura do dom do silêncio que purifica e recria.

Figura nº 17: Vestígios dos espaços do interior do Convento de Aracoeli (Pisso térreo) antes e depois dos restauros da década de 1990.



Dotado de um caráter funcional, com um sentido vivencial e religioso, o claustro era o coração espiritual e prático, para o qual abriam as principais divisões do cenóbio e se organizava a vida conventual. Constituía um elemento de ligação entre as várias partes do edifício, sendo uma estrutura muito eficaz. Foi construído a Norte do espaço reservado à igreja, localização que vinha desde o convento espatário que soubera aproveitar o desnível do terreno. Para o claustro, em baixo, davam a sala do capítulo, o refeitório, a sala do labor, a sala do sepulcro e a casa das preladas.

A galeria inferior abre-se em cinco arcos de volta perfeita assentes sobre pilastras cobertos com abóbodas de aresta. A superior rasgava-se por janelas de sacada com verga em arco rebaixado, de moldura simples terminada em cornija e guardas em ferros. Ainda hoje, na parede da galeria inferior, no lado poente, subsiste uma porta solene, com cantarias em mármore, brecha da Arrábida, desenhando um arco que dava acesso à sala do capítulo. Tem, de um lado, uma elegante pia de água benta e do outro um pequeníssimo lavabo. Esta parede tem dois nichos, onde outrora estiveram imagens, mas não sabemos quais; o mesmo acontece na parede em frente que tem um nicho grande e um pequeno.

Um corredor, como já vimos, fazia a serventia entre o claustro e a portaria de dentro. Em finais do século XVII, o visitador ordena *que senão poderá fazer mais escadas para o claustro por se evitar as vizinhanças à portaria*⁹⁴⁰, pois uma escada levava à galeria do segundo piso. Logo no início do século XVIII, registam-se importantes obras na varanda do primeiro andar. Em 1701, aparece o pagamento das obras feitas, a Manuel Pacheco⁹⁴¹. Em agosto de 1706, é chamado um carpinteiro para aí trabalhar e, em julho de 1707, o visitador, embora salvaguardando o devido cuidado no acesso às zonas de clausura, permite, no entanto, *que entrem no Convento os officiaes precisos e necessários para acabarem de telha as barandas, que estão principiadas*⁹⁴².

Apesar do claustro ser um espaço essencialmente de religiosidade, onde devia imperar o silêncio, o recolhimento, a meditação e a oração, os visitantes referem ter sabido que algumas religiosas punham os seus fogareiros, em baixo, no claustro, para grelhar alimentos, o que causava algum incómodo por causa do fumo e do cheiro, às outras freiras que usavam os claustros para as finalidades normais. Assim proibem este

⁹⁴⁰ AA, AA, CNSA, 03/001, fl. 2 (1694).

⁹⁴¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 119 (1701): obras que tinha feito na varanda do Convento e dívidas 228.790 réis.

⁹⁴² *Ibidem*, fl. 106 (1701): obras da varanda e mais gastos, 228.790 réis; (c.a) liv. 96, fl. 51vº (1706); (c.a.) liv. 100, fl. 33 (1738): pregos p/ consertar varandas e dormitórios 225 réis; (c.a) liv. 102, fl. 7 (f 1744): 1 dia de carpinteiro p/ arranjar os dormitórios e varandas, 290 réis. AA, CNSA, 03/001, fl. 25v (1709).

costume, declarando ser apenas permitido cozinhar dentro de casa⁹⁴³. Em várias festas do calendário cristão, era ao redor do claustro que decorriam as procissões das religiosas.

Parece-nos importante destacar que o claustro foi todo empedrado, em 1735⁹⁴⁴. Uma *grande e primorosa obra do claustro*, digna de ser admirada, como elogia Frei Manuel da Epifania na sentença da aprovação das contas do triénio da Abadessa Brites Guiomar da Brotas (janeiro de 1747 a janeiro de 1750), custou à Comunidade de *Aracoeli* cerca de quatro contos⁹⁴⁵, quantia muito significativa para a época. No livro de contas vem discriminado o custo dos materiais, o transporte e a mão-de-obra. Por exemplo, da pedra cita-se o custo do arranque, corte e, ainda o preço do transporte⁹⁴⁶. Destacam-se vinte janelas de sacada, (cinco para cada lado do quadrado) e quatro degraus de pedra, tudo comprado em Lisboa, custando 144.020 réis, fora o pagamento a quem fez o seu embarque e o frete dos barcos até Alcácer⁹⁴⁷. Acrescenta-se ainda as despesas com ladrilhos⁹⁴⁸, o tijolo das abobadilhas⁹⁴⁹, as telhas, as ferragens e a madeira⁹⁵⁰. Mas, só em mão-de-obra, as religiosas gastaram mais de um conto de réis⁹⁵¹.

Já anteriormente, a comunidade tinha pedido licença para abrir um poço⁹⁵² que, ao que tudo indica, seria nos claustros. E, pouco antes do Terramoto, anota-se que por duas vezes se mandou a Arapouco buscar a madeira cortada pelos serradores para fazer o poço⁹⁵³. Ainda hoje, se pode divisar, na parede que separa o claustro da igreja, um poço que comunica com a cisterna existente no interior do Museu da Cripta Arqueológica.

As obras fizeram erguer no meio do claustro um laguinho, tendo no meio uma fonte, rematada por uma pirâmide. Um pequeno repuxo de água borbotava da fonte, murmurando frescura e beleza no silêncio envolvente⁹⁵⁴. Esta construção subsistiu em

⁹⁴³ *Ibidem*, fls. 43v, 63-63v (1715 e 1721): “cada uma só o poderá fazer dentro da casa que tem de uso”.

⁹⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 77 (1733) e (c.a.) liv. 99, fls. 12v (1735): por empedrar o Claustro e outros arranjos, 2.700 réis; fl. 42v: 150 tijolos para conserto dos Claustros, 400 réis.

⁹⁴⁵ AA, (c.a.) 103, fl. 96 (fim 1749/ início 1750). Totalizou 3: 573.070 réis, o que equivale a 8 mil cruzados, 173.570 réis; no fl. 108v, acrescenta-se que todas as obras somam 4: 295.007 [4 contos, 295 mil e 70 réis].

⁹⁴⁶ AA, (c.a.) liv.103, fls. 92 e 92v: compra da pedra, arranque 86.400 e carroto de 414 carradas, 25.900.

⁹⁴⁷ *Ibidem*, fl. 92. Pagou-se a quem a embarcou em Lisboa 3.200 réis e do frete dos barcos 22.740 réis.

⁹⁴⁸ *Ibidem*, fl. 92v. Gastou-se em ladrilhos: 212.500 + 126.000 +38.400 e + 168.000 réis.

⁹⁴⁹ *Ibidem*, fl. 92v: de 12 milheiros de tijolo das abobadilhas, 38.400 réis.

⁹⁵⁰ *Ibidem*, fls. 93v-94: 1 viga de carvalho, 7.200 réis; 18 varões 16.200; 4 aguieiros, 2.800; 140 paus de São João, 33.600; 85 Aguieiros 40.800; 12 “viroens”, 11.520; 20 feixes de ripa, 12.000; 10 dúzias de tábuas do Mondego 800 réis, condução e frete 12.600 réis.

⁹⁵¹ *Ibidem*, fl. 95v: “importarão as ferias hũ cento e dous mil cete centos e trinta e cinco [1:102.735].

⁹⁵² AA, (c.a.) liv. 100, fl. 94v (julho 1740): deram a João quando foi buscar a licença para o poço 600 réis.

⁹⁵³ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 56v (out.º 1755): “De hũa carreta que foy buscar duas vezes paos para o poço 240 réis e “de dous Mestres que forão cortar os paos a Arapouco” 1.200 réis.

⁹⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 95 (fim 1749 /início 1750): “hũ cano de xumbo para o Repuxo de hua fonte que se fez em o claustro e piramide de cima”, 2.900 e mais 5.000 réis pelos “canos para encanar Agoa à fonte”.

1755 e permaneceu no meio dos claustros, até aos finais do século XX (consulte-se a figura nº 17).

Regressando à atenção e cuidado que as religiosas tinham com os claustros, registou-se que, no começo de 1750, apareceu uma nota de pagamento a quem lhes limpou “a claustrinha”⁹⁵⁵. E apenas a poucos meses do Terramoto, a abadessa Soror Brites Guiomar das Brotas mandou ainda fazer uma reparação nos claustros⁹⁵⁶.

Não nos chegaram notícias específicas sobre o claustro, após o dia 1 de novembro de 1755, mas os telhados da galeria superior devem ter ruído como aconteceu aos dos dormitórios e aos da nave da igreja, pois, nas campanhas de reconstrução seguintes anotam-se as despesas com o pedreiro, o servente, a telha e mais materiais para o telhado da varanda, bem como a limpeza e caição das paredes de todo o claustro⁹⁵⁷.

Em abril de 1781, voltam a ser feitas obras nos telhados das varandas, tendo-se ladrilhado os claustros, incluindo o antecoro, as varandas e outras zonas do piso de cima⁹⁵⁸. Continuava a existir uma escada que fazia a ligação dos claustros com a galeria superior, passando-se do antecoro, ao coro alto, aos dormitórios e mirante.

Evidenciando que os claustros não foram muito atingidos pelo terramoto de 1755, com exceção da galeria e sobretudo dos telhados desta, verifica-se que só em 1777 há nota de que os pilares sobre os quais repousavam os arcos do claustro foram reparados, mas pelo custo modesto, não deverá ter sido muito grande o arranjo⁹⁵⁹. Surge a referência à necessidade de se consertar a porta do claustro, que pensamos tratar-se da que ligava à portaria⁹⁶⁰. No início de 1789, regista-se que foram aí abertas duas portas: uma “que se fez em o Claustro e outra para a casa do Lavor”⁹⁶¹.

⁹⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 4v (fev.º 1750): pagou-se cento e cinquenta réis.

⁹⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 44v (março 1755): 450 tijolos, 1.650 réis; do pedreiro que os assentou no Claustro, em quatro dias, 960 réis e do Servente 640 réis.

⁹⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 12 (1756) 3,5 dias de pedreiro e 1 servente, p/ o conserto [...] da varanda de cima e de cair e limpar 1.700 réis; fl. 53 (1757): por limpar e cair o Claustro e o Capítulo, 480 réis e 3,5 arráteis de cal, 420; fl. 82 (1759): 12 dias do pedreiro no conserto do “telhado da Varanda” e outras zonas do convento, 3.600 réis; 12 dias do servente, 2.070 réis; telha p/ o telhado da varanda, 430 réis e tijolo, 140 réis; pregos, \$120; “hũ Moyo de Cal para toda esta obra”, 1.200 réis, “dous pinseys”, \$240, “a quem cayou os Claustros”, 2.000 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 53 (1761): 6 dias dos Pedreiros nos telhados das varandas, o Mestre a 300 réis, o aprendiz a 240, 3.240 réis e p/ o servente, 1.080 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 5 (1762): deram dois mil réis a quem caiou os Claustros; (c.a.) liv. 110, fl. 41 (1769): “obra que se fez no telhado da varanda e outras zonas, materiais, oficiais e serventes”, 14.765 réis.

⁹⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 54v (1781): “gastou-se em materiais para as varandas com que se ladrilharam” mais os Claustros, Casa da Roda, antecoro e o forno” 36.360 réis, juntando-se 24.300 réis de mão-de-obra.

⁹⁵⁹ Para consertar os pilares do Claustro e para os materiais precisos gastaram-se 2.215 réis em abril 1777.

⁹⁶⁰ Por exemplo, ver AA, (c.a.) liv. 116, fl. 31 (março 1786).

⁹⁶¹ AA, (c.a.) liv. 112 (2ª parte), fl. 148: (1789): só nas “mãos do oficial”, 9 dias, a 350 réis, 5.760 réis.

Aquando da nova campanha de obras, levada a cabo pela Abadessa Francisca Clara de Assis, em 1792, consertaram-se os telhados da varanda⁹⁶². Nas obras feitas, entre 1801 e 1804, foram gastos cerca de 941.000 réis na reedificação do Convento, sobretudo nas varandas, concretamente, na reparação das suas abóbodas. O franciscano, que aprovou as contas, achou justificada a referida soma, porque se a prelada não tivesse acudido, tão depressa, com as citadas reparações nas varandas do sobreclaustro, a ruína poderia ter atingido uma parte muito maior do edifício⁹⁶³.

O claustro tinha ainda a função de ser um dos lugares de sepultura das religiosas. Como viviam em clausura, era num espaço também de clausura que deviam ser enterradas. Assim o confirmam as notícias de assaltos e depredações às sepulturas das freiras, após a extinção do convento⁹⁶⁴, assim como as escavações arqueológicas de finais do século XX, anteriores à construção da pousada, que aí encontraram quase seis dezenas de esqueletos do sexo feminino⁹⁶⁵.

Aquando da extinção do mosteiro, os avaliadores qualificaram o claustro como “quadra pequena, mas bonita”, tendo uma varanda coberta “bem conservada”. No centro do claustro, continuava a evidenciar-se a fonte com o seu repuxo no meio. Mas, em meados do século XX, Abel Viana descreve o estado arrepiante do claustro, com as capoeiras, possilgas, cortes de ovelhas e monturos entre as colunas⁹⁶⁶. Nos anos noventa, é recuperado, só que onde se erguera o repuxo e a fonte, passou a estar um cubo de ferro envidraçado, que dá luz natural às ruínas da cripta arqueológica.

4.2.5. Divisões em redor do claustro, no andar de baixo

4.2.5.1. A Sala do Capítulo

Uma das dependências mais importantes do convento a seguir à igreja era a Sala do Capítulo, e a sua existência é assinalada desde o início até à extinção⁹⁶⁷.

Acedia-se a esta divisão, através da escada que descia do andar de cima (dormitórios), vindo do corredor que ligava à portaria e pelo claustro para onde se abria uma porta imponente, em brecha rosa da Arrábida, tendo um pequeno lavatório na parede

⁹⁶² AA, (c.a.) liv. 117, fl. 34 (nov. 1792).

⁹⁶³ AA, (c.a.) liv. 119, fls 15 e 48v (fev. de 1802 e 1804) e 55v (nov. 1804).

⁹⁶⁴ TT, *OFM*, capilha 2.

⁹⁶⁵ Ver Lucília do Carmo dos Santos Ruas Marrafa, *ob. cit.*, p. 14, 1996 e *Roteiro Cripta Arqueológica*, Coord. Cient. M. Filomena Barata, Lisboa, IGESPAR, 2007, p. 71.

⁹⁶⁶ Abel Viana Abel, «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo», *ob. cit.*, p. 42.

⁹⁶⁷ *Ibidem*. “O edifício compõe-se [...]: a quadra que [...] tem [...] a Casa de Capítulo”.

do lado esquerdo e do lado direito uma pia de água benta, onde as religiosas purificavam as mãos e, depois, se benziavam. (A sala continua a existir transformada em sala de estar).

Surgem algumas referências à casa do capítulo nos livros de contas, a propósito de obras, reparações, limpezas⁹⁶⁸ e ainda ao mobiliário⁹⁶⁹.

A decorar as paredes existiam seis painéis de pintura, caracterizados como “muito estragados”, no inventário de 1858⁹⁷⁰. Numa das paredes abria-se um nicho com um crucifixo de madeira⁹⁷¹, ladeado por uma imagem de Nossa Senhora da Graça e outra de Santo António que já aí se encontrava, antes do Terramoto⁹⁷². Havia sepulturas no chão desta sala, como a propósito da morte, focaremos.

4.2.5.2. O Refeitório

Em *Aracoeli*, a sala do refeitório ficava no piso térreo. Pensamos que, pelo menos durante algum tempo, se localizasse a seguir à sala do capítulo, pois comunicava com o claustro e estava junto da cozinha (consulte-se a figura nº 8). Nele as religiosas tomavam as refeições comunitárias que, como sabemos, não eram todas. Era um lugar propício à comunhão fraterna entre as irmãs, de frugalidade nos dias normais, de jejum em determinados dias e de abundância nas festas. A comunidade permanecia em silêncio, enquanto no púlpito existente, uma religiosa lia os textos escolhidos, em voz alta. Assim, as religiosas nutriam o espírito, enquanto alimentavam o corpo. Era também onde, por penitência, se teria de *dizer o mea culpa a mesa*.

Descortinam-se algumas mudanças, a partir do registo de obras⁹⁷³. Em 1706, a pedido da comunidade, um pedreiro veio tapar uma porta do refeitório, embora nada transpareça da sua localização, nem das razões porque foi suprimida⁹⁷⁴, talvez desse para a cozinha. A partir de então, essa ligação refeitório – cozinha far-se-ia por uma abertura (tipo janela) na parede profunda por onde a comida passaria (consulte-se a figura nº 17).

⁹⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 79v (1740): 2 escáfulas p/ a porta do capítulo; liv. 107, fl. 54 (1761): chumbo p/ a porta do Capítulo, 50 rs; liv. 106, fl. 53 (1757): limpar e caiar o Claustro e o Capítulo 480 e cal 420 rs.

⁹⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 21v (1760): comprou-se um cadeado para o armário da Comunidade, cem réis.

⁹⁷⁰ ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Aracoeli*, cx. 1950, capilha 2, (1858, 20 de Set.º).

⁹⁷¹ *Ibidem*, capilha 1, doc. 9 [1874]: no inventário final, surge como “partido”.

⁹⁷² AA, (c.a.) liv. 105, fl. 3 (fev.º 1753): “para o diadema de Santo Antonio do Capítulo”, 480 réis.

⁹⁷³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 53v (1700): ladrilhos, cal e mão-de-obra p/ o cano do refeitório, 2.955 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 102v (1725): 1,5 dias de pedreiro e servente; (c.a.) 100, fls. 56-56v (1739): 250 tijolos que vieram para o conserto do cano do refeitório 1.000 réis e deram ao pedreiro e servente por esta e outras obras 3.180 réis; e fl. 60v: pelo conserto da fechadura da porta do refeitório, \$200 réis.

⁹⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 56.

Em relação ao mobiliário do refeitório, são citadas as mesas e os assentos corridos, em que se dispunham as religiosas. Havia um púlpito e, pelo menos, um armário registado pela primeira vez, em 1707⁹⁷⁵. Nele se guardava a louça que servia nas refeições comunitárias e o mesmo acontecia com talhadores e colheres⁹⁷⁶.

Ao longo do tempo, vão-se anotando a compra de covilhetes para doce, pratos e louça vidrada para o serviço comunitário⁹⁷⁷. Pela festa de Santa Clara, em 1733, o convento pagou 14 copos de cristal para oferecer às Madres Discretas⁹⁷⁸.

Mais tarde, na mesma data, comprou-se louça fina: tigelas, taças, pratos, pratinhos, pires, com a qual serviram duas refeições comunitárias festivas⁹⁷⁹. Mandavam vir tigelinhas de cor⁹⁸⁰, onde se serviam doces, como por exemplo, alcorça. Em agosto de 1747, compraram pratos grandes⁹⁸¹. Dez anos depois, compram mais louça vidrada, sendo algumas peças para o serviço das refeições coletivas: travessas, terrinas, bandejas e chávenas⁹⁸². Mais covilhetes foram comprados para o serviço da comunidade, embora alguns fossem oferecidos com doce, como presentes para fora, acontecendo o mesmo com tijelas, pratos, pratinhos pires, tacinhas e pucarinhas, também cheios de doce⁹⁸³.

Na feira de abril e nas grandes festas, quase até à extinção do mosteiro, a abadessa presenteava a gente da casa com objetos de louça para uso pessoal. Pratos para as madres músicas⁹⁸⁴. Mas, sobretudo, era habitual cada uma das religiosas receber, para si, uma bilha pequena de barro e um púcaro para beber água. Havia o hábito de beber muita água, o que se justificava pelo clima (verão quente) e pela culinária condimentada. Assim, as

⁹⁷⁵ *Ibidem*, fl. 97v (dezembro 1707).

⁹⁷⁶ *Ibidem*, fl. 58v (nov.º 1706): de 2 colheres de arame para serviço da Comunidade 500 réis.

⁹⁷⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12 (maio 1699): 2 pratos de meio arrátel para serviço da Comunidade, 100 réis; liv. 96, fl. 3 (1704): 2 dúzias de covilhetes, 300; fl. 16 (1705): loiça vidrada, 590 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 82 (1710): 1 dúzia de pratos e 2 dúzias de covilhetes p/ doce, 4.260 réis - deveria ficar no armário.

⁹⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 88 (agosto 1733). Custaram 11.120 réis.

⁹⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 139vº (agosto 1737).

⁹⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 2v (fev.º 1747): 2 dúzias de tigelas de cor, 600 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 60v e (c.a.) liv. 116, fls. 2, respetivamente, em fev.º 1747, 1767 e 1785.

⁹⁸¹ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 17v (agosto 1747): gastaram 2.515 réis.

⁹⁸² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12 (1699): 2 pratos de meio arrátel p/ serviço, cem réis; fl. 17 (agosto 1699): “hũa taça e hũa prato de meio arrátel p/ serviço”, 60 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 42v (1846): 5 bandejas, 2.200 réis.

⁹⁸³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 33v (1723): 17,5 dúzias de pratos e tigelas e pratinhos, a 8 vinténs a dúzia [...] e cordas e carretos e mais custos que fez esta canastra de loiça the o Convento” 3.730 réis; (c.a.) liv. 99, fls. 8 (1735): 10 dúzias de covilhetes, 1.200 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 17 (1747): 12 dúzias, 1.440; 6 dúzias de tacinhas, 2160 réis; 6 dúzias de tigelas, 3.500; 6 dúzias de pires, 2.160 réis; fl. 17v: 6 dúzias de pratinhos, 2.160 réis e 6 dúzias de pratos, 1.800 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 45v (1757): loiça p/ a Comunidade, 22.950; 6 dúzias de púcaros, 3.600 réis, 10 dúzias de covilhetes, 1.500 réis e 2 dúzias de pucarinhas de doce, 400 réis. (c.a.) liv. 107, fl. 9 (1759): 6 dúzias de covilhetes, 780 réis. (c.a.) liv. 116, fls. 2, 24vº e 29 (1785, 1786): 6,5 dúzias, 1.040 réis, mais 3 dúzias a 160 réis cada, e mais 4 dúzias a 140 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 12 (1810): 7 dúzias p/ doce, 1\$440; fl. 82 (1882): 7 dúzias de covilhetes e 2 dúzias de púcaros vidrados p/ doce, 2\$390.

⁹⁸⁴ AA, liv. 95, fl. 12 (maio 1699): “hua dúzia de pratos ue se comprarão na feira”, 240 réis.

religiosas recebiam, entre outros objetos, dúzias de “quartinhas”⁹⁸⁵ e muitas dúzias de púcaros⁹⁸⁶. Na festa de Santa Clara, em 1724, especifica-se que foram distribuídas quatro dúzias de “púcaros de Estremoz, sendo também de Estremoz as cinco dúzias oferecidas em agosto de 1737⁹⁸⁷. São também citadas ofertas de púcaros da “Maia” ou da “Maria”⁹⁸⁸. Os dois franciscanos, que acompanhavam espiritualmente a comunidade, eram presenteados com objetos do mesmo género, mas deu-se destaque a uma oferta de meia dúzia de “tigelas de orelhas”⁹⁸⁹.

Após o Terramoto, em janeiro de 1757, foi reconstruída a *parede que cahio da cabeceira do refeitório*⁹⁹⁰. No ano seguinte, conjuntamente com outras partes do convento, o refeitório recebeu obras profundas de melhoria e adaptação que custaram mais de um conto de réis⁹⁹¹. São acrescentadas grades, comprados vidros para a janela e ferragens para o púlpito. Quarenta e oito mil réis receberam os pintores que pintaram o teto e fizeram quadros de pintura para o refeitório, (uma Ceia do Senhor, S. Francisco de Assis, Santo António e Nossa Senhora com o Menino). A que se somou mais 4.200 réis por pintar o púlpito e igual quantia pela pintura da porta, cabeceira da entrada e mesas. Pagaram 6.400 réis ao pintor por fingir o “poleigo” nas duas paredes do refeitório” e foi dada igual quantia de honorários ao pintor João Filipe⁹⁹². Acresce ainda a compra de pregos e grude para as molduras, o transporte da madeira, vinda de Évora por duas vezes, e o pagamento a quem carregou a madeira para os andaimes, aquando da pintura⁹⁹³.

No inventário de 1858, descreve-se que nas paredes do refeitório existiam painéis de pintura com os temas atrás referidos, o que confirma a sua existência, ainda nessa altura. Anota também o púlpito de madeira, bem como as mesas, referindo que estas estavam fixas sobre pilares de alvenaria⁹⁹⁴. É do mesmo teor o inventário de 1874,

⁹⁸⁵ AA, (a.c.) liv. 96, fl. 40v (1706), 6 dúzias de tigelinhas de loiça fina que se deram 5ª-feira de Endoenças às Religiosas, a 240 réis a dúzia, 1.440 réis e 6 dúzias de “quartinhas de Maria”, a 80 réis a dúzia, 520 réis.

⁹⁸⁶ AA, liv. 95, fl. 12 (maio 1699): seis dúzias de púcaros, 600 réis; liv. 96, fl. 78 (1707): oito dúzias de púcaros, 1.280 réis p/ toda a Comunidade, incluindo freiras, padres, criadas e criados; outro exemplo: liv. 99, fl. 89 (agosto 1736): púcaros da “Maia” ou “de Maria”. Até à extinção, continua a ser recorrente a compra de louça para o serviço, bem como presentes a prelada dar às religiosas nas festas.

⁹⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 66v (1724), 1.440 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 139v^o (1737): 5 dúzias, mil réis; (c.a.) liv. 121, fl. 82 (1812): “de tigelinhas com seus pratinhos e de púcaros de Estremôz, que se repartiram 1.440.

⁹⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 89 (1736): púcaros da “Maia” ou “de Maria”. Até à extinção, continua recorrente a compra de louça para o serviço, bem como a compra de peças para a prelada dar às religiosas nas festas.

⁹⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 34 (agosto 1723): “meja dúzia de tigelas de orelhas [...] a 50 reis cada hua, e de hua bassia de lavar mãos para o Padre Vigário por 90 reis”.

⁹⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 28.

⁹⁹¹ *Ibidem*, fl. 76v – soma toda a obra 1:361.855 (1m conto, 361 mil e 855 réis).

⁹⁹² Acerca deste pintor não conseguimos mais nenhuma informação.

⁹⁹³ AA, (c.a.) liv. 106, fls. 74 e 76 (out.^o 1758); AA, (c.a.) liv. 124, fl. 2 (abril 1819) 800 réis.

⁹⁹⁴ ANTT, *Ministério da Fazenda Convento de Aracoeli*, Ordem de S. Francisco, Alcácer do Sal, Caixa 1950 capilha 2, (1858, 20 de set^o).

provando a permanência desta divisão⁹⁹⁵, embora nos últimos tempos, só com uma religiosa, o refeitório já não deveria ter uso.

As escavações revelaram muitos fragmentos de louça de uso quotidiano do convento, como se pode ver no Museu da Cripta Arqueológica. Muitos pratos de faiança, contendo alguns o nome de abadessas (consulte-se a figura nº 5 no vol. II: Anexos), outros com as armas dos franciscanos (consulte-se a figura nº 6 no vol. II: Anexos), brasões de famílias nobres e muita louça de barro, quer de grandes quer de pequenas dimensões. No entanto, aquando da extinção do convento, nenhuma louça é inventariada, a não ser as poucas peças existentes no quarto da última religiosa⁹⁹⁶.

4.2.5.3. A cozinha

Esta é uma tentativa de espreitar a cozinha do mosteiro, a partir dos vários registos encontrados que, embora fragmentários, nos ajudam a imaginar o espaço, o desenrolar da confeção dos alimentos aí efetuada e o trepidante movimento nela existente. Emerge, dominante, a figura da Madre Provisora que aí superintendia.

A cozinha era no rés-do-chão (consulte-se a figura nº 8), afastada da igreja por causa dos cheiros, ruídos e fumos. Tinha uma porta que lhe daria serventia para o pátio e para outras dependências complementares. O refeitório ficava-lhe paredes meias e as duas divisões comunicavam, pelo menos, por uma pequena abertura (consulte-se a figura nº 17). Com a ruína e a posterior recuperação do edifício, não é fácil determinar o local preciso da cozinha, embora ainda reste uma abertura (no local, hoje ocupado pelo bar) que tudo aponta ter pertencido à interligação entre a cozinha e o refeitório, situado, imediatamente antes. Por cima do bar, com uma escada de acesso, ligando-se através de uma porta de arco ultrapassado, fica hoje uma sala com uma chaminé. Dela sabemos pouco. Poderá ter pertencido à cozinha conventual e ter mudado de sítio nas obras de reconversão. Ou estar aí a botica conventual que possuía também uma cozinha com uma chaminé onde se confeccionavam os remédios e se destilava álcool. (consulte-se a figura nº 18 no subcapítulo 4.2.6).

⁹⁹⁵ *Ibidem*. O edifício compõe-se: d'uma Casa de Portaria de fora, em seguida acha-se um corredor que dá serventia para a quadra que [...] tem o Refeitório”.

⁹⁹⁶ ANTT, *Ministério da Fazenda Convento de Aracoeli*, Caixa 1950, capilha 2. No quarto da última freira existiam: 1 mesa de jantar c/ 2 gavetas, 1 mesa de pinho e 1 mesa de jogo de madeira de “caixa”; 1 canapé e 2 cadeiras c/ assentos de palhinha; registam 6 pratos, 2 tigelas e 1 travessa, 1 bule, 1 cafeteira, 2 chávenas, 1 manteigueira e 1 açucareiro. Mais 2 garrafas brancas e 4 frascos escuros, sem tampa. São descritos também os pertences do quarto da educanda, autorizada a levá-los consigo, quando foi obrigada a partir.

Os documentos referem que a cozinha do mosteiro possuía uma larga chaminé, mas sem mais pormenores⁹⁹⁷. Tinha, pelo menos, um fogão que, várias vezes, surge a ser arranjado, algumas grelhas⁹⁹⁸, ferros, uma caldeira de cobre, tabuleiros e armários onde se guardava louça⁹⁹⁹. Era bem apetrechada de tachos alguns de cobre¹⁰⁰⁰, panelas, grandes e pequenas, panelinhas de galinha, várias panelas de barro vidradas¹⁰⁰¹, potes de cobre, estanhados e também de barro para mel¹⁰⁰²; referem um pote estanhado para legumes e um caldeirão também para cozer legumes¹⁰⁰³; para fritar ou frigar havia sertãs e frigideiras em abundância, sendo algumas vidradas¹⁰⁰⁴. São comprados pratos grandes e médios para a cozinha¹⁰⁰⁵. Também surgem aí cafeteiras e chocolateiras, utensílios para as novas bebidas que se vão tornando usuais no convento, sobretudo no século XVIII e XIX¹⁰⁰⁶.

São recorrentes as compras de bilhas ou quartas grandes de Estremoz, assim como quartas mais pequenas¹⁰⁰⁷. Cita-se a existência de uma infusa¹⁰⁰⁸, e quartas de leite¹⁰⁰⁹ e púcaras e púcaros, para tirar água, sendo alguns de cobre¹⁰¹⁰. Surgem tigelas: estanhadas,

⁹⁹⁷AA, (c.a.) liv. 96, fls. 28 e 95v: conserto da chaminé da cozinha em out^o 1705, 1707 e em março e dez^o 1724, ver (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 56v e 93; foi arranjada: (c.a.) liv. 100, fl. 56v (1739);(c.a.) liv. 107, fls. 2, 6, e 42 (fev^o/maio 1759 e fev.^o/1761); (c.a.) liv. 107, fl. 54v (1761) “alimpar a xuminé da cozinha” 120 réis.

⁹⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 56v (junho 1739); liv. 115, fl. 76v (dez^o 1784) e fl. 13 (abril 1738).

⁹⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 35v: (1706): conserto de 1 caldeira, 300 réis; (a.c.) liv. 97 A/3, fl. 122v: (1725): “hũa caldeira de cobre nova que se comprou para a Cozinha dando a velha que avia em desconto”, 4.240 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 38v (1738); (c.a.) liv. 121, fl. 2v; conserto de dois armários...650 e mais 4.020 réis de ferragens e uma chave; (c.a.) liv. 101, fl. 1v (1741): “concerto da fexadura do almario da cozinha”.

¹⁰⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 63 e 67 (1701): conserto do tacho de cobre e a sertã de frigar, 480 réis e conserto de 2 tachos, 100 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 16 (1741); liv. 102, fl. 7v (1744); (c.a.) liv. 97, fl. 67 (1710): “conserto do tacho de cobre”, 120 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 63 (1787); (c.a.) liv. 120, fl. 9 (1804); (c.a.) liv. 121, fl. 12 (1810) e 43v (1811) e fl. 49v (1811): conserto de 2 tachos da cozinha; (c.a.) liv. 107, fl. 4 (1759): [...] e tacho de cobre, 2.800 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 76 (1767): “conçerto do tacho de cobre”.

¹⁰⁰¹AA, (c.a.) liv. 95, fl. 35v (1700); (c.a.) liv. 96, fl. 40v (1706): 9 panelas, grandes e pequenas, 84 réis; fl. 38v: (1700): 1 dúzia de panelinhas vidradas 100 réis e 6 dúzias 60 réis; fls. 43v e 78 (1706 e 1707): 1 dúzia de panelas vidradas 160 réis; (a.c.) liv. 97, fls. 40v e 43v (1706) 9 panelas, e 1 dúzia de panelas vidradas, fl. 68 (1710):1 dúzia p/ doce (c.a.); liv. 97/A3, fl. 15v (1723): 3 panelas de barro, 75 rs e fl. 23: 3 panelinhas p/ galinha, 30 réis; (a.c.) liv. 100, fl. 52 (1739); fl. 29 (1760): estanhar a panela de cobre, 700 réis.

¹⁰⁰² AA, (c.a.) liv. 106, fl. 4 (março 1756): custou um pote para o mel, 300 réis.

¹⁰⁰³ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 3v (1741): de se estanhar 800 réis; (c.a.) liv.120, fls. 9 e 52 (agosto 1804 e dez.^o 1805) 1.200 e 700 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 43v (julho 1811): conserto do caldeirão dos legumes.

¹⁰⁰⁴ AA, (a.c.) liv. 95, fl. 63v (1701); (c.a.) liv. 97A/3, fl. 15v (1723): p/ consertar a sertã, 20 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 3v (1735): 1 sertã 700 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 13 (1738); liv. 1095, fl. 69v (1767); (c.a.) liv. 120, fl. 20v (1805): 1 sertã, dando-se em desconto uma velha, 260 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 20 (1723): compraram 3 frigideiras de canada, a 25 réis, cada; (c.a.) liv. 96, fl. 78 (1707): “tijelas e frigideiras vidradas”, 1.200 rs.

¹⁰⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 28 (1744): “3 pratos de cozinha, 3 de meja cozinha e seis palamnganas”, 720 réis.

¹⁰⁰⁶ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 49v (set.^o 1811): “conserto de dois taixos e hũa chicolateira” 740 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 74 (set.^o 1815): [...] “de se estanhar hũa chocolateira” [...] 1.820 réis.

¹⁰⁰⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 12 e 38v (1699 e 1700); (c.a.) liv. 97, fl. 40v (1709): 1 quarta de Estremoz, 120 .

¹⁰⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 60v (julho 1739).

¹⁰⁰⁹ *Ibidem*, fl. 52 (abril 1739); (c.a.) liv. 101, fl. 7 (março 1741).

¹⁰¹⁰ AA, (c.a.) liv. liv. 95, fl. 12 (1699); liv. 96, fl. 59 (1706): 500 rs p/ 1 “púcara de cobre para tirar agoa na cozinha”; liv. 106, fl. 52v (1757): consertar a púcara da cozinha, 60 rs; liv. fl. 11v (1723): “conserto de 2 púcaros de cobre”, 80 rs; liv. 107, fl. 4 (1759); conserto do púcaro de cobre, 30 rs; liv. 121, fl. 67v (1812).

de louça, de barro, pequenas e grandes, descritas pela capacidade¹⁰¹¹. São recorrentes os vários alguidares, uns vidrados¹⁰¹², outros de maiores dimensões, referidos como alguidares da massa para o “trem da cozinha” e alguns de tamanho médio e pequenos¹⁰¹³.

As facas aparecem frequentemente. Algumas são denominadas “facas flamengas” e cutelas ou “ferramentas para cortar carne” (novas ou amoladas)¹⁰¹⁴; grandes colheres para se tirarem os legumes¹⁰¹⁵ ou para medir as suas quantidades¹⁰¹⁶. Regista-se a existência de umas balanças para pesar produtos¹⁰¹⁷. Guardam-se fogareiros de brasas para o serviço comunitário e o de particulares (usados pelas criadas).

Vêm de fora “cargas de água para a cozinha”, evidenciando, a carência deste líquido, não só no Verão, mas também em outros meses do ano, incluindo os de Inverno¹⁰¹⁸, como veremos a propósito da casa da água. A cozinha não deveria ter, nessa época, água canalizada, mas tinha um cano para o esgoto, como se comprova pela necessidade de recorrer a quem o desentupisse¹⁰¹⁹, bem como ao facto de as religiosas terem mandado comprar, mais do que uma vez, um ralo de ferro para o cano da cozinha¹⁰²⁰ e ainda aos restos de canalização que apareceram nas escavações na zona do refeitório e da cozinha.

¹⁰¹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 9v (1699); (c.a.) liv. 96, fl. 9v (1705); (c.a.) liv. 97, fl. 41 (1709): cem réis p/ 2 tigelas grandes; 50 réis por 2 “tigelas para tres coelhos” e por 40 réis 2 “tigelas de 1 coelho”; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 20 (1723): compraram 3 tigelas grandes, a 25 réis c/, 3 mais pequenas a 15 réis c/; fl. 77v (1724): 1 dúzia de tigelas p/ os servos e gastos da Cozinha”, 120 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 7 (1738): 600 réis p/ estanhar 1 tigela de cobre e fl. 52 (1739): tijelas; (c.a.) liv. 102, fl. 7 (1744): 960 réis, estanhar o pote e 2 tigelas de cobre; (c.a.) liv. 105, fl. 3 (fev.º 1753): mil réis por se estanhar o pote e as tigelas de cobre.

¹⁰¹² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 43v (1706): 4 eram vidrados; (c.a.) liv. 97, fl. 12vº; (c.a.) liv. 109, fl. 64v (1767).

¹⁰¹³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 20 (abril 1723); (c.a.) liv. 100, fl. 52 (abril 1739).

¹⁰¹⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 12 e 15 (1699); liv. 96, fl. 22vº (1705) e fl. 45 (1706) e fl. 59vº (1706); (a.c.) liv. 97, fls. 8v e 16v (1708): amolaram-se 3 facas; fls. 12 e 16vº; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 8v, 20v, 23, 26, 35, 36, 38, 41, 43 e 54, 64, 67, 74, 78, 86, 89, 93v, 99v, 107, 115, 117v, 127, 130, 136, 141v (1723, 1724, 1725); (c.a.) liv. 107, fl. 10v (1759); (c.a.) liv. 108, fl. 3 (1762): de se amolar a cutela e facas da cozinha, 80 réis; (c.a.) liv. 116, fls. 5, 9, 10v, 14, 20, 22 e 29 (1785 e 1786); (c.a.) liv. 117, fl. 46v (1793); (a.c.) liv. 121, fls. 25v e 43v (1811); (c.a.) liv. 105, fl. 44v. (1755). fls. 80vº e 89 (1707); (c.a.) liv. 100, fl. 108 (1740): “hũa faca para a carne e de se amular outra”, 60 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 12v (1756); (c.a.) liv. 108, fl. 3 (1762): amolar: machado, cutela e facas, 80 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 97v (1768): 1 cutela nova, 900 réis; (c.a.) liv. 116, fls. 5 (abril); *ibidem*, fls. 9, 10v, 14, 20, 22 e 29 (1785 e 1786); (c.a.) liv. 117, fl. 46v (1793); (c.a.) liv. 121, fls. 5v 16v (1810): 1 cutela nova - carne” e fls. 25v, 33v e 43v (1811): amular a cutela e faca da carne.

¹⁰¹⁵ AA, (c.a.) liv. 116, fls. 40 e 63 (agosto de 1786 e outubro de 1787)).

¹⁰¹⁶ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 67v (abril 1812): “huma colher d’estanho para medir as raçoens de legume”.

¹⁰¹⁷ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 36 (nov.º 1738); liv. 121, fl. 33v (abril 1811); liv. 122, fl. 64v (maio 1815).

¹⁰¹⁸ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 47 (agosto de 1766) e fl. 90v (fev.º 1768); liv. 119, fl. 2 (março 1801): de 18 cargas de água que se compraram para a Cozinha e Hospício por não haver Boi para a carreta, 720 réis.

¹⁰¹⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 81v (dez.º 1701).

¹⁰²⁰ *Ibidem*, fl. 53v (1700); (c.a.) liv. 107, (1761): “de se alimpar o cano da Cozinha e a Comûa”, 1.800 réis. (c.a.) liv. 99, fl. 102, (nov.º 1736): deram por um ralo de ferro para o cano da cozinha 600 réis.

Ao longo do tempo, várias vezes se procedeu a obras neste compartimento, destacando-se os arranjos da porta da cozinha¹⁰²¹. Após o Terramoto, no resumo que foi feito das obras no primeiro ano posterior à catástrofe, surge a compra de um ferro para o fogão da cozinha¹⁰²². Mas, só, em outubro de 1758, a escritã regista a *obra da Cozinha*, com destaque para uma chaminé nova que custou quase dezasseis mil réis¹⁰²³. Mais tarde, outras reparações foram feitas, desde o arranjo da chaminé, à reparação do fogão, ao ladrilhar a cozinha e a mais consertos¹⁰²⁴.

Não se conseguiu apurar a existência de janelas, mas, em pleno dia, a luz entrava pela porta. No escuro, a iluminação era feita por candeias de azeite¹⁰²⁵, podendo, uma ou outra vez, recorrer-se também a velas. Quase em permanência, ardia lenha na chaminé e esta chama contribuía também para alumiar.

O espaço da cozinha era apoiado por despensas, onde se guardavam os alimentos, vasilhas e objetos de limpeza¹⁰²⁶. Na órbita da cozinha, estava a chamada casa do peixe, a casa da carne, a casa da água e a casa da lenha, como veremos. Citam ainda uma pequena divisão complementar, onde acomodavam as talhas de azeite, nas quais se guardava o provindo das oliveiras das herdades conventuais, mais o que lhes era oferecido¹⁰²⁷.

4.2.5.4. A Casa da Abadessa ou casa da Prelada e a Casa dos Lavores

A “Casa das Preladas” ou “Casa da Abadessa” seria um aposento reservado à abadessa em serviço no mosteiro, dando para o claustro, onde, a partir daí, se poderia vigiar melhor o respeito pela clausura. Numas das visitas, alude-se à necessidade de

¹⁰²¹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 37v (set.º 1723); (c.a.) liv. 100, fl. 19 (junho 1738)... a cozinha 400 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 6v (março 1741); (c.a.) liv. 105, fl. 2v (fev.º 1753): 1.300 réis; fl. 48 (maio 1755).

¹⁰²² Ver AA, (c.a.) liv. 106, fl. 28v: “[...] e hũ Ferro para o fogão da cozinha”, 5.000 e pregos, 2.320 réis.

¹⁰²³ *Ibidem*, fl. 76. No gasto incluiu-se cal, 60 tijolos, 8 adobes, “pedra para calçar a cozinha”, dois homens só para transportar a pedra e mais o salário dos dias de trabalho dos pedreiros.

¹⁰²⁴ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 81 (1769): 2 argolas p/ a porta da cozinha; (c.a.) liv. 114, fl. 24v (1780): consertou-se o cano; (c.a.) liv. 124, fl. 2 (1819): ao pedreiro, 1.600 réis e ao serralheiro 800 réis. (c.a.) liv. 115, fl. 76v (1784): conserto do cano da Igreja, fogão da cozinha, reboco do celeiro, 715 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 28v (1805): conserto na chaminé da cozinha e grade nova, 2.290 réis; (c.a.) liv. 124, fl. 2 (1819): gastou-se 1.600 e 800 réis, incluindo-se o arranjo da porta a fechadura do refeitório

¹⁰²⁵ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 16v (set.º 1810): foram consertadas 2 candeias da cozinha do Convento.

¹⁰²⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 59 (1706): 6 vassouras e 4 alcofas; liv. 97, fl. 59 (1709): 270 rs: 1 alcofa grande e 2 pequenas e 240 rs por 1 dúzia de vassouras; (c.a.) liv. 105, fl. 13v (1753): “2 baçouras”, 30 réis; (c.a.) liv. 117 (1793): “1 dúzia de vassouras”, 160 réis; (c.a.) liv. 121, fls. 12 e 50 (1810 e 1811): 15 mais 12 vassouras.

¹⁰²⁷ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 62v; liv. 106, fl. 38v (1757): 1 talha p/ azeite 2.400 réis; , (c.a.) liv. 129, fl. 38 (1846): 1 talha p/ azeite 3.000 réis. Mediam o azeite em alqueires, por exemplo, “de 59 alqueires de azeite, 59.000 réis: , (c.a.) liv. 100, fl. 3v (1738); 6 alq., 10.800 réis: , (c.a.) liv. 117, fls. 52 e 55 (1793).

haver grades na janela dessa casa¹⁰²⁸. Continuava a existir, em 1858, como se vê no inventário que descreve: “[a quadra] é pequena, mas bonita [...] tem [...] a Casa das Preladas”¹⁰²⁹. Mas sobre ela não se encontrou nenhuma informação mais detalhada.

Sobre a Casa do Trabalho ou Lavores, diz-se que tinha uma porta, dando para os claustros¹⁰³⁰, mas não se conseguiu apurar o local exato. Era um compartimento amplo onde se faziam trabalhos manuais, a cargo das religiosas. Iam, desde a confecção ou reparação de paramentos e toalhas de altar ou dos fatos e mantos da Virgem, do Menino e dos santos, ao cuidado da roupa quotidiana (das religiosas ou dos padres) e a outros trabalhos artesanais, como veremos adiante.

4.2.5.5. A Casa do Sepulcro

Nos documentos surge referida a Casa do Sepulcro, mas são tão poucas as informações sobre esta divisão, da qual desconhecemos o lugar preciso da sua localização, bem como o seu uso. Nas despesas pouco mais se regista do que o arranjo das suas portas e fechadura¹⁰³¹.

No inventário de 1874, confirma-se a existência de uma casa do sepulcro, sendo descritos os objetos nela encontrados, aquando da tomada de posse do Convento pela Fazenda Nacional. Havia no seu interior um arcaz de madeira de carvalho com gavetas, incrustado numa das suas paredes mais três arcas, um cofre, um baú e dois estrados em madeira, sendo tudo considerado “em mau uso”¹⁰³². Não obstante, desconhece-se se alguns destes móveis teriam ido para ali, como se tratasse duma arrecadação. Aparece ainda registado um esquife que poderia ser usado nos enterros das freiras ou no de Cristo em Sexta-Feira Santa. Talvez as religiosas aí fossem veladas, quando morriam.

Em resumo, no piso de baixo, estariam: a portaria, a casa das preladadas, a sala do capítulo, o refeitório, a cozinha, a casa de lavores, o claustro, o coro baixo, a nave da igreja e a sacristia.

¹⁰²⁸ AA, CNSA, 03/001, fl. 11 (out.º 1694): “mandamos, que do primeiro dinheiro que houver se faça hã grade de ferro por dentro na grade da madre Abadessa”.

¹⁰²⁹ ANTT, *Ministério das Finanças*, Cx. 1950, capilha 2 (30 set.º 1858).

¹⁰³⁰ AA, (c.a.) liv. 112 (2ª parte), fl. 148 (1789): uma Porta que se fez em o Claustro e outra para a casa do Trabalho em o que se gastou 8 tábuas, 2 barrotes, ferragem, pregos e 9 dias do oficial, a 350, 5.760 réis”.

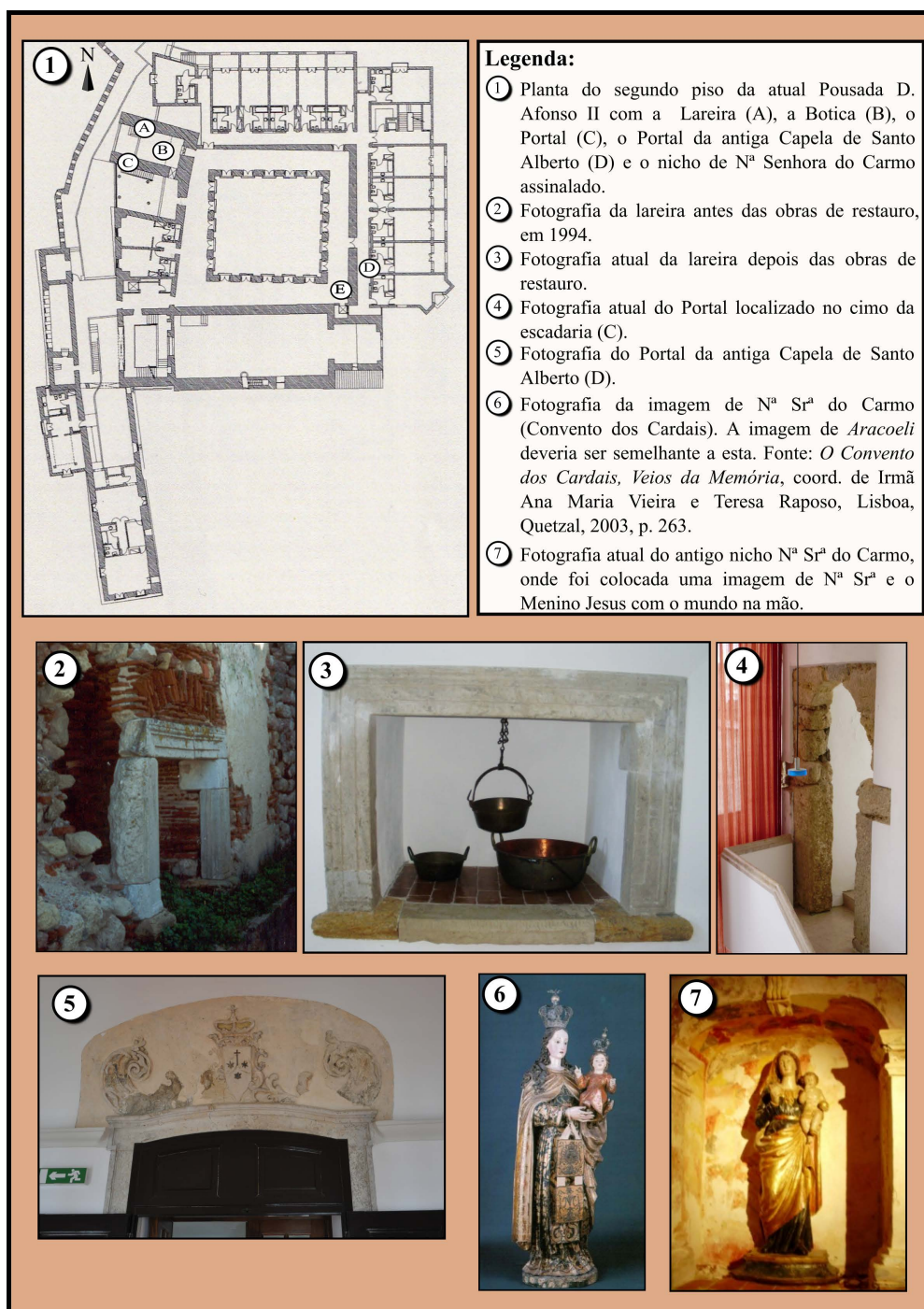
¹⁰³¹ AA, (c.a.) liv. 100, fls. 4v e 7 (1738): deram ao pedreiro pelo conserto do hospício e das portas da casa do sepulcro 2.600 réis e pelo arranjo desta e de outra fechadura, 380 réis.

¹⁰³² TT, *Ministº Fazenda*, cx. 1950, *Inventº do Convento d’Ara Coeli*, 2-2-1874 e auto de posse 3-2-1874.

4.2.6. Divisões do piso de cima (dando para a galeria do claustro)

No segundo piso, no interior da galeria do claustro, havia uma via-sacra, com cruzes pintadas e vários nichos, havendo um, maior, com uma imagem da Senhora do Carmo com o Menino Jesus e o escapulário¹⁰³³.

Figura nº 18: Vestígios dos espaços do interior do Convento de Aracoeli (Primeiro Piso) antes e depois dos restauros da década de 1990.



¹⁰³³ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 16 (1804). Gastou em tábuas e oficial 970 réis e “Pintor que as oleou” 720 réis. TT, *Minist^o da Fazenda, Convento de Aracoeli*, caixa 1950, capilha 2, (1858, set^o, 20).

4.2.6.1. Os Dormitórios

É natural que, no início do funcionamento do Mosteiro de *Aracoeli*, para além de algumas casas particulares, só existisse um dormitório (consulte-se a figura nº 9). Por se ter tornado insuficiente para o número de religiosas existentes, foi mandado construir um outro novo. Assim, no início do século XVIII, aparecem nomeados dois: o “dormitório velho” e o “dormitório novo”.

O dormitório velho destaca-se por ter um arco grande no seu interior, marca arquitetónica que o diferenciava¹⁰³⁴. Em 1707, surge na documentação o dormitório novo, quando após uma visitação, os franciscanos ordenaram que *“fiquem nelle acomodadas todas as religiosas que não tiverem celas em o dormitório velho”*¹⁰³⁵.

As freiras deviam descansar num dormitório comum, como a Regra e as Constituições determinavam, ficando cada uma em sua cama¹⁰³⁶. Não há referência a celas individuais, embora a compra de varas pareça apontar para cortinas, delineando quase uma “cela” que proporcionaria algum recato na hora de despir ou vestir¹⁰³⁷. Como constou aos visitantes que algumas religiosas dormiam fora do dormitório, foi ordenado que nele se recolhessem e dormissem todas, obrigando-se a abadessa a ser vigilante, caso contrário, também sofreria penas¹⁰³⁸. Decretou-se também que nenhuma leiga pudesse dormir no dormitório das freiras¹⁰³⁹ e *“sempre esteja ardendo huma alampada de noite no dormitório”*, não só de modo a prevenir qualquer acidente como também por cautela na maior observância da vida religiosa¹⁰⁴⁰. Assim, se explica a compra recorrente de candeias novas e torcidas de algodão para iluminar¹⁰⁴¹.

Algumas das informações obtidas têm a ver com as despesas de obras, a começar pela necessidade de grades nas janelas, da caiação, da porta do dormitório velho a precisar de arranjo e outras reparações. No fim dos anos trinta e na década de quarenta do século

¹⁰³⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 37v (1706): pagou-se 2 dias de trabalho ao pedreiro e ao servente que consertaram o arco do dormitório velho. Repararam-se as goteiras do dormitório velho, em 1705 – ver *ibidem*, fl. 35v.

¹⁰³⁵ AA, CNSA, 03/001, fl. 14 (agosto de 1707).

¹⁰³⁶ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. V, p. 34.

¹⁰³⁷ AA, (c.a.) liv. 98, fls. 151 e 151v (1732): são pregadas varas nas celas do dormitório e mais remendos: 29.930 réis. (c.a.) liv. 116, fl. 22v^o (1785): [...] conserto das varas do Dormitório da Capelinha 440 réis.

¹⁰³⁸ AA, CNSA/03/001, fl. 42v (set.^o 1715).

¹⁰³⁹ AA, CNSA, 03/001, fl. 1 (dez.^o 1688).

¹⁰⁴⁰ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, cap. V, 1618. PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288: “Aja a lampada açendida de noute sempre em o meio do dormitório”; *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. V, p. 35; e AA, CNSA, 03/001, fl. 22 (agosto 1707).

¹⁰⁴¹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 57 e 115 (março 1724 e maio 1725); (c.a.) liv. 99, fl. 116 (fev.^o 1737): uma candeia para o dormitório 50 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 36 (nov.^o 1738); (c.a.) liv. 124, fl. 29 (março 1821).

XVIII, foi necessário “correr os telhados” e compraram um lote de tábuas de casquinha para fazer as rótulas para as janelas dos dormitórios, exigidas pelas ordenações¹⁰⁴².

O dormitório *Velho* e o *Novo*, surgem na documentação com os nomes mudados:

1. O designado dormitório velho é também citado como dormitório da capelinha (sem que se explicite a imagem aí devocionada), a partir de 1736¹⁰⁴³. Assinalam-se obras no telhado, na porta de entrada, na limpeza da capelinha e no cair das paredes¹⁰⁴⁴.

2. O dormitório novo foi designado como dormitório da praça ou dormitório de S. João e nele se registam vários consertos, antes do Terramoto¹⁰⁴⁵. Se em 1761 e, até mesmo em 1800, ainda o mencionam, uma ou outra vez, como dormitório da praça por causa da sua localização¹⁰⁴⁶, fora disso, aparece como dormitório de S. João. Após o Terramoto, a recuperação deste espaço vai durar vários anos, como se atesta nos livros¹⁰⁴⁷.

Voltando ao dormitório da Capelinha (antigo dormitório velho), em 1758, regista-se os custos dos materiais, o seu transporte e a mão-de-obra necessários à reconstrução, embora na mesma rubrica se incluam também os gastos com as obras feitas na cozinha e no refeitório¹⁰⁴⁸. E outras despesas vão sendo, posteriormente, anotadas¹⁰⁴⁹.

¹⁰⁴² AA, (c.a.) liv. 99, fl. 24 (1735); (c.a.) liv. 100, fl. 33 (1738) e fl. 56 (1739): 4.840 réis; fl. 70v (1739): “para pás e rótulas para as janelas do dormitório e maijs... frete” 4.010 réis e fl. 89v (1740): ao carpinteiro pelas rótulas das “ginelas da praça”, 1.200; (c.a.) liv. 102, fl. 118v (1746): rótula/dormitório 330 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 22 (1741): 1.200, pregos 220 réis, mão-de-obra 720 e transporte 380 réis; fl. 49 (1742): carpinteiro, 21 dias nas varandas, dormitórios e consertos 5.040 réis; (c.a.) liv.102, fl. 118v (1746) 330 réis.

¹⁰⁴³ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 79: despesa mais de 6.000 réis, inclusive 1 semana de 2 pedreiros e 2 serventes.

¹⁰⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 89v (1740); (c.a.) liv. 105, fls. 23 e 48 (1754 e 1755); (c.a.) liv. 119, fl. 32v, (1803): 1 moio de cal p/ o Dormitório da Capelinha e Casa do Sino 3.000 réis. Caição: (c.a.) liv. 122, fl. 29 (1814): tudo 2.700; (c.a.) liv. 123, fl.124v (1837): 4, 5 dias ao homem que caiu, 1.800 réis.

¹⁰⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fls. 14 e 24 (1732); fl. 99 (1733): 1 leme; (c.a.) liv. 100, fls. 83v e fl. 89v (1740): rótulas, telha e conserto do telhado; (c.a.) liv. 103, fls. 4v e 10v (1747); (c.a.) liv. 104, fls. 24 e 26 (1750); (c.a.) liv. 105, fl. 3 (1753): 16.000 réis nas janelas da praça e fl. 48 (1755): porta do Dormitório: 660 réis.

¹⁰⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 47 (1761): 5 dias do Carpinteiro [...] e a tirar a madeira do dormitório da Praça, 1.500 réis, mais 400 réis aos serradores das tábuas; (c.a.) liv. 118, fl. 15v (1800): 2 fechos, pedreiros, chumbo e mais ferragem comprada para a janela do Dormitório da Praça, 1.560 réis.

¹⁰⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 19v (1756): cal p/ a recuperação do dormitório de S. João e arranjo da provisória; fl. 64 (1758): 1 semana de carpinteiro, 2.800 réis e materiais 800 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 4 (1759): pregos, 120 réis e meio dia de carpinteiro, 150 réis; fl. 31 (1760): custou c. 10.000 réis; fl. 48 (1761): 1 semana de carpinteiro, p/ fazer uns andaimes e pôr operacional 1 janela, enquanto 1 pedreiro trabalhou os mesmos dias a arranjar o dormitório por dentro e por fora, 1.800 rs; fl. 49 (1761): 1.800 rs / carpinteiro e 9.600 rs/ pedreiro; (c.a.) liv. 108, fl. 60 (1764): ao oficial e servente no conserto do telhado do dormitório de S. João e 10 alq. de cal, 430 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 2v (1768); (c.a.) liv. 115, fl. 8 (1782): conserto da porta deste Dormitório, 120 rs e fl. 74 (1784): conserto, 1.100; (c.a.) liv. 118, fl. 3 (1800): conserto do telhado do Dormitório de S. João e da Cozinha mais materiais, 5.730; (c.a.) liv. 119, fl. 28v (1802): reparação; (c.a.) liv. 128, fl. 55 (1839): a um homem que veio tirar o entulho do Dormitório de S. João, 720 réis.

¹⁰⁴⁸ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 74-76v. Soma total destas obras: 1:361.855. Compram-se encerados para as janelas, cordas, uma corrediça, lâmpadas p/ o dormitório e p/a a capelinha de Nossa Senhora: (c.a.) liv. 106, fl. 75v (1758): 2.700 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 10 (1768): 1.600 p/ 1 lâmpada;

¹⁰⁴⁹ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 14 (1759): 4,5 dias de pedreiro, 5 dias servente e materiais, c. de 2.500 réis na reparação das “comûas. *ibidem*, fl. 13 (1768): reparar o cano; (c.a.) liv. 113, fl. 9v (1777) conserto do telhado; (c.a.) liv. 119, fl. 32v (1803): 1 moio de cal p/ o Dormit^o da Capelinha e Casa do Sino, 3.000 réis.

Aparem citadas mais do que uma vez as chamadas “provisórias” ou “comũas”¹⁰⁵⁰, mas sem grandes pormenores de descrição. No seu interior deveria haver água, alguidares jarros e lavatórios, onde as religiosas faziam a sua higiene pessoal. Mas, cada freira dispunha de um púcaro, uma bilhinha de água e um vaso de noite, em faiança ou em barro, guardados junto ao leito (consulte-se a figura nº 4 no vol. II: Anexos).

Atesta-se, em 1788, a continuação de dois dormitórios: um com vinte e cinco celas e o outro com apenas dezassete. Alude-se ainda que, por cima destes, tinham existido outros aposentos “onde se acomodavam seculares e criadas (vinte e duas pessoas no total), mas com a “catástrofe”, deles só restaram as paredes¹⁰⁵¹.

Os dormitórios das religiosas ligavam-se por portas: uma ligava à escada de acesso ao claustro, outra que ia para para o antecoro e daí dando entrada ao mirante e ao coro alto, onde as religiosas celebravam os Ofícios Divinos, alguns dos quais ocorriam durante a noite, logo, teriam de ficar perto.

Na Regra afirma-se que no seu leito “*cada uma possa aver enxergão de palha ou de feno e cabeçal de palha, ou de lã, ou de pano*” e “*ajão cobertores de lam, ou colchas*”¹⁰⁵². Embora se comprem colchões novos em Setúbal¹⁰⁵³, anota-se a confeção de colchões no próprio mosteiro ou a sua renovação, com “fiado novo”¹⁰⁵⁴. São frequentes as aquisições de cobertores e outra roupa de cama¹⁰⁵⁵. Quando as religiosas faleciam, era recorrente a venda dos seus colchões e roupa de cama, cujo produto entrava na receita¹⁰⁵⁶. Cita-se uma arca grande, onde se guardavam os colchões que não estavam a ser utilizados¹⁰⁵⁷ e outra arca para arrumar os lençóis e travesseiros dos padres, no hospício.

¹⁰⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 19v (1756): [...] arranjo da provisória”; *ibidem*, fl. 46 (1757) 2,000 réis – limpeza da “comũa”; liv. (c.a.) 107, fl. 14 (1759): c. de 2.500 réis, na reparação das “comũas; (c.a.), liv. 112, fl. 58 (outº 1776): conserto/ portas da Provisória 740 réis. No Dicº de Rafael Bluteau significa latrina ou secreta.

¹⁰⁵¹ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves, Conv. de Aracoeli de Alcácer*, mç. 101, doc. 41 (1788). Esta notícia aponta-nos para a existência, antes do Terramoto de um 2º piso ou sótão que desabou.

¹⁰⁵² *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, cap. V, 1618. PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288.

¹⁰⁵³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 23 e 28 (1723): 1.200 réis, mais o do frete do barco até ao cais de Alcácer.

¹⁰⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 19v e 26v (1699 e fl. 77v (1701): “fiado para se fazer hũ colchão”, 10 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 40v (1706): 2 madeixas de cordel p/ se fazerem colchões, 40 réis e fl. 78 (1707): fiado p/ se fazerem 4 colchões, 80 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 45 (1793): 7 varas de riscadillo p/ um colchão” 1.540 réis. liv. 97 A/3, fl. 23 (723), fl. 30v: feitos com “fiado”; fl. 89: 30 réis por “cordel para se fazer huns colxoins”.

¹⁰⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 103 (out.º 1740): “hũ cobertor”, dois mil réis; (c.a.) liv. 97, fl. 28 (nov. 1708): “6,6 varas de pano de linho para hũ lançol, a 215 réis a vara”, 1.290 réis.

¹⁰⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 20 (junho): “recebemos de hũ colchão que se vendeo de hũa das religiosas” falecidas, 1.200; (c.a.) liv. 106, fl. 62 (1758): “por hũ colxão e hũ cobertor que se vendeo de huma religiosa defunta”, 2.400 réis; “Recebemos por hũ lençol e hũ colchão e huma cama de traviseiros de outra”, 1.700 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 49 (1766): Recebemos por 1 colcha, 1 colchão e umas fronhas de 1 Religiosa defunta”, 2.280 réis; (c.a.) liv. 113, fl. 49 (1779): “por hum colchão e hum lençol da Madre Joana Narcisa das Saudades, 2.700 réis e por hum colchão da R. M. Filipa Josefa da Madre de Deus, 800 reis”.

¹⁰⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 74 (1724): pregos p/ conserto: pás do forno e arca dos colchões, 70 réis.

4.2.6.2. A enfermaria e a botica

A enfermaria localizava-se no andar de cima, separada dos dormitórios por prevenção contra os contágios. Referem-se nela obras, em 1722 e em 1741¹⁰⁵⁸, mas desconhece-se o seu lugar preciso.

Não ficaram explícitos os estragos que o Terramoto de 1755 provocou nestes compartimentos, mas devem ter sido grandes. É o que se pode concluir quando, em 1756, há o registo de que foi reconstruída não só a casa “de onde se passa para a enfermaria” como a própria enfermaria. A porta só passou a ficar operacional, em janeiro de 1757, tendo a comunidade pago quase dois mil réis, incluindo a mão-de-obra (cinco dias do trabalho de um carpinteiro), os pregos e as outras ferragens¹⁰⁵⁹.

Próximo da enfermaria, existia a botica, compartimento onde se preparavam e guardavam os remédios. São anotadas obras na botica. Sabe-se que tinha uma cozinha para o seu serviço, na qual existia uma chaminé, alimentada a carvão e lenha e com um alambique, onde se destilavam os chamados “espíritos”¹⁰⁶⁰. Poder-se-á por a hipótese que a chaminé que, hoje se ergue por cima do bar, seria a chaminé da cozinha da botica (consulte-se a figura nº 18).

4.2.6.3. O Noviciado

Havia no Convento uma área com alguma independência, reservada ao noviciado, onde a mestra de noviças e as suas pupilas faziam o seu trabalho. Era um lugar de iniciação religiosa e de instrução e formação.

Deste espaço arquitetónico poucas informações nos chegaram, a maioria avulsas, feitas, sobretudo por causa da necessidade de obras. Em 1701 e posteriormente, regista-se o conserto da porta do noviciado e, com o passar do tempo, encontram-se ainda aí mais algumas reparações¹⁰⁶¹.

¹⁰⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 98 (1732) andou o carpinteiro a consertar as portadas da Enfermaria; (c.a.) liv. 101, fl. 6v (1741): 5 dias andou um pedreiro na cozinha e enfermaria, o mestre a 240 réis e o servente a 160 réis.

¹⁰⁵⁹ AA, (c.a.) liv. 106, fls. 27 e 28.

¹⁰⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 104, fls. 57-57v (1751): 102 moios de cal p/ [...] e casa da Botica, 127.200 réis; p/ os “pedreiros que fizerão a casa nova e chaminé da botica [...] e mais obras” e ainda p/ os serventes, 295.160 réis; “carpinteiros que fizerão as janelas [...] e repartimento da Cozinha da Botica, 12.540; pregos 950 réis; (c.a.) liv. 105, fls. 5, 8, 9, 9v, 21v, 24 ; fl. 8v (1753): “hũa Cozinha para se estilarêm na botica os Espíritos”, 600 réis; c.a.) liv. 106, fl. 65 (1758): argolas e 1 cadeado p/ a porta da cozinha da botica, 120 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 8 (1765): “hũa bacia que se comprou”, com desconto de outra velha e um alambique, 300 réis.

¹⁰⁶¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 61 (1701): “pedreiro e hũ servente que reparão a porta do Noviciado quando caiu”, 400 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 6v: (1741): 3 tábuas p/ consertar o noviciado, 540 réis, mais 80 réis p/ pregos e 240 réis do carpinteiro; (c.a.) liv. 103, fl. 18 (1747): 1 grade p/ a janela do Noviciado, 6.885 réis; (c.a.) liv.

Talvez se situasse no andar de cima, pois anota-se que o acesso era feito por uma escada¹⁰⁶². Era aí que se localizava também a sala das mestras.

4.2.7. O Mirante

A encimar o conjunto arquitetónico havia um mirante que não coincide com o que hoje existe. Localizar-se-ia mais para oeste, ligando-se por um passadiço¹⁰⁶³ à parede poente da muralha (do lado do Senhor dos Mártires), com proteções que abrigaria as religiosas dos olhares exteriores, enquanto se desanuvhariam na lonjura da paisagem. O mirante tinha acesso ao antecoro, ficando relativamente perto do coro alto e dos dormitórios.

Este espaço surge na documentação, a propósito da necessidade de reparações, dos gastos inerentes aos materiais e à mão-de-obra como é o caso do seu ladrilhamento; compram-se duas argolas, um cadeado para um alçapão aí existente e rótulas¹⁰⁶⁴. Em 1742, fizeram-se nele umas escadas novas¹⁰⁶⁵. Sabemos que no mirante havia uma janela¹⁰⁶⁶.

Em síntese, no andar de cima, localizar-ia-se o coro alto, o antecoro, o mirante, dois dormitórios (sendo o da praça o corpo mais avançado, como ainda se pode ver hoje), a enfermaria, a botica, a galeria superior do claustro, a capela de Santo Alberto e nichos como o de Nossa Senhora do Carmo.

4.2.8. As casas localizadas em frente da igreja e da sacristia

No exterior, fora da clausura, em frente à fachada da igreja e da sacristia, confrontando com o convento do lado poente e ladeando o adro, existiam três casas de morada, ainda visíveis no princípio do século XX (consulte-se a figura nº 19). Aí vemos muros arruinados e marcas da empena do telhado na parede poente. No primeiro plano, ergue-se um marco encimado por uma cruz de ferro.

106, fl. 28v (1856): ferragem p/ a janela e porta da casa e do noviciado e [...] 5.000 réis; (c.a.) liv. 127, fl. 14 (1826): “conserto da porta do Noviciado e cadeiras das grades”, 1.300 réis.

¹⁰⁶² AA, (c.a.) liv. 101, fl. 64 (1742); fl. 88v (1812): pagou-se por pregos e uma tábua p/ se consertar as escadas do noviciado 740 réis e pelo trabalho do oficial, 650 réis.

¹⁰⁶³ AA, (c.a.) liv. 120, fls. 44 e 44v (set.º 1805); fl. 53v (jan.º 1806): 7.350 réis, c/ outros trabalhos. Em 1810, comprou-se madeira e ferragens p/ reparar a janela e portas do passadiço.

¹⁰⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 44v (1700): 2 oficiais; (c.a.) liv. 109, fl. 44 (1766): “conçerto da rotola da janela do mirante”, 60 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 23 (1792): conserto do mirante [...], 12 tábuas e pregos, 2.270 réis, (c.a.) liv. 98, fl. (1733): materiais p/ telhar o hospício e ladrilhar o mirante, 8.390 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 5 (1747); (c.a.) liv. 120, fl. 64 (1806): barrotes ... p/ fazer 1 rótula p/ o Mirante, 5.220 réis; 2 dúzias de folhas, p/ o forro... e p/ varetas das rótulas do Mirante e frete, 3.000 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 15v (1843): 1 rótula p/ a janela do Mirante, 1.600 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 15v (1843): 1 rótula p/ a janela do Mirante, 1.600 réis.

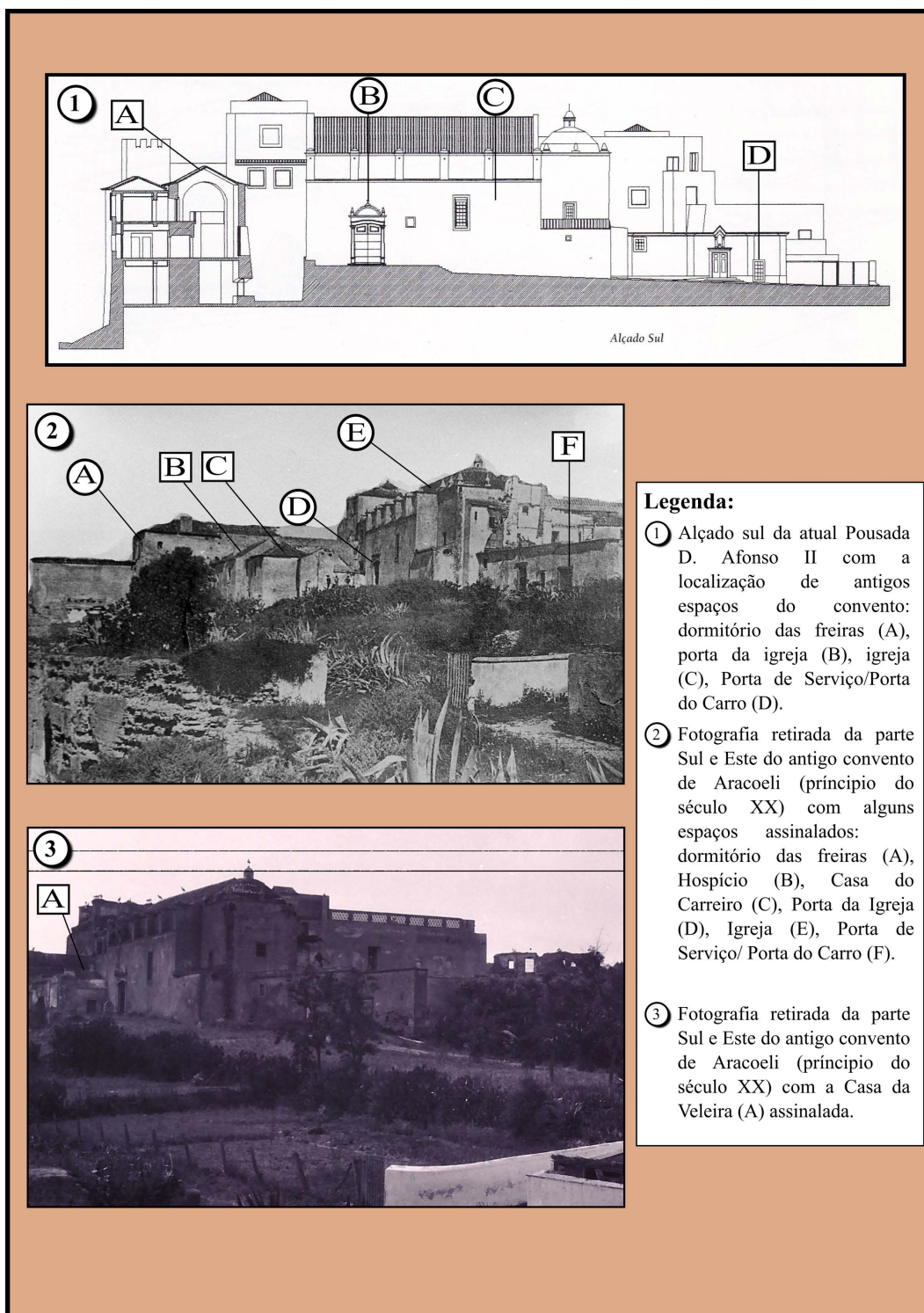
¹⁰⁶⁵ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 70v (nov.º 1742): 500 pregos p/ as escadas do mirante que se fizeram novas”.

¹⁰⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 33 (1766): Do conserto da rótula da janela do Mirante, 60 réis.

Estas três casas aparecem descritas no inventário de bens de 1872: a casa da Veleira, mais virada a poente, confrontando com a própria parede do mosteiro, o hospício ou casa dos Padres e a casa do Carreiro que terminava com terreno público a nascente¹⁰⁶⁷. Como estas residências, mais ou menos arruinadas, foram deitadas abaixo, antes da transformação do edifício em Pousada, só temos algumas referências documentais e o seu vislumbre, pouco nítido, em fotografias antigas.

¹⁰⁶⁷ ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Aracoeli, Ordem de S. Francisco, Alcácer do Sal*, Caixa 1950 (cota antiga caixa 75), Inventário dos bens, nº 40, fl. 22. Consultável em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224404>

Figura nº 19: Vestígios arquitetónicos da ala sul do Convento de Aracoeli antes e depois dos restauros da década de 1990¹⁰⁶⁸.



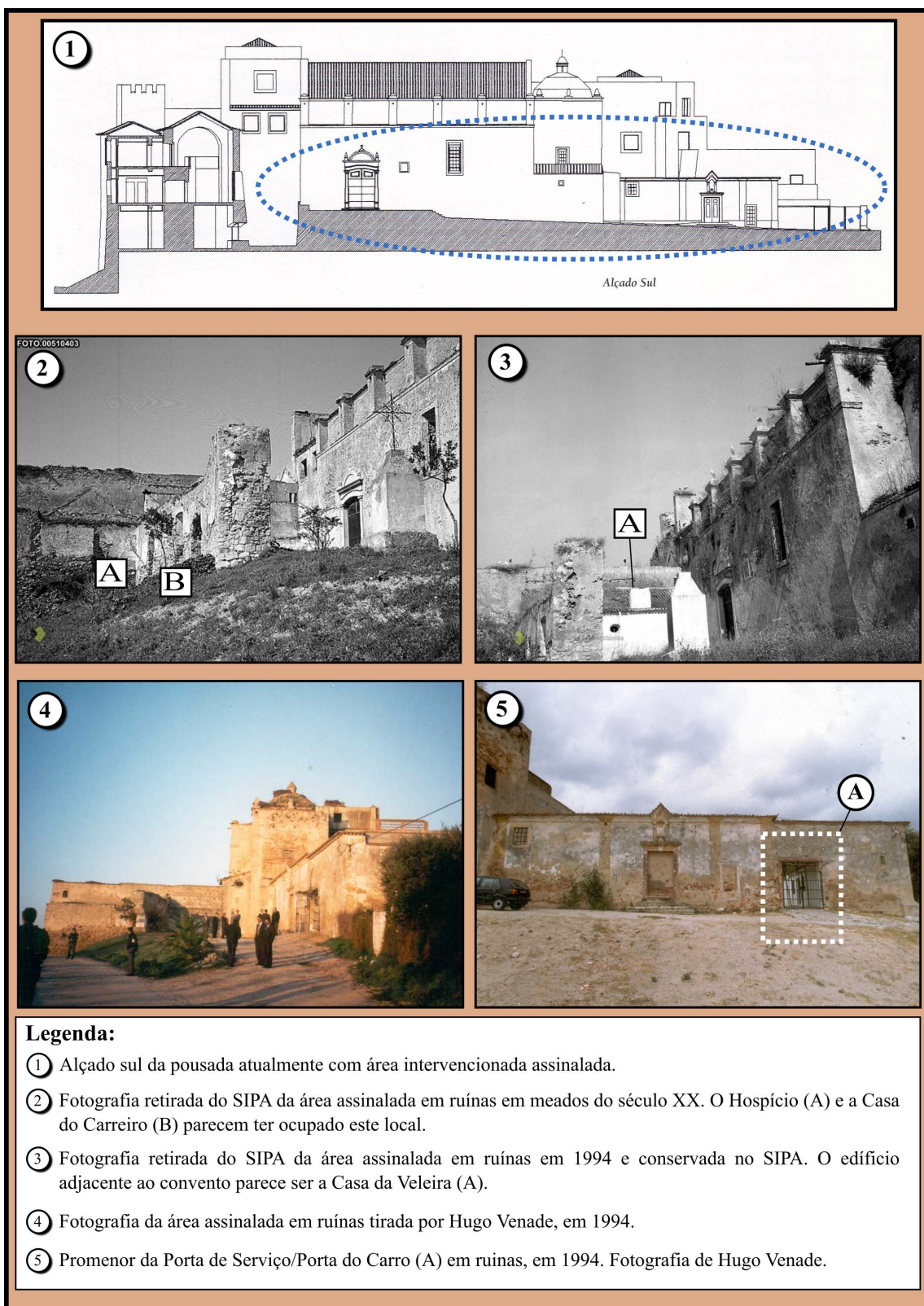
Legenda:

① Alçado sul da atual Pousada D. Afonso II com a localização de antigos espaços do convento: dormitório das freiras (A), porta da igreja (B), igreja (C), Porta de Serviço/Porta do Carro (D).

② Fotografia retirada da parte Sul e Este do antigo convento de Aracoeli (princípio do século XX) com alguns espaços assinalados: dormitório das freiras (A), Hospício (B), Casa do Carreiro (C), Porta da Igreja (D), Igreja (E), Porta de Serviço/ Porta do Carro (F).

③ Fotografia retirada da parte Sul e Este do antigo convento de Aracoeli (princípio do século XX) com a Casa da Veleira (A) assinalada.

¹⁰⁶⁸ A figura continua na página seguinte.



4.2.8.1. A Casa da Veleira

A morada onde habitava a veleira será a descrita no inventário dos bens de *Aracoeli* (1872), como “uma caza baixa [...] que confronta do Norte e Poente com o

convento d'*Aracæli*, Sul e Nascente com terrenos públicos”. Surge aí avaliada em sessenta mil réis, atendendo ao seu mau estado de conservação¹⁰⁶⁹. Parece-nos verosímil a hipótese de que a casa aqui descrita seja a construção assinalada na figura nº 19.

A casa da veleira é citada na documentação, a propósito dos consertos necessários à sua manutenção, discriminando os materiais necessários, a mão-de-obra e os lugares das reparações, a começar pelos telhados, as paredes, a porta da rua, a fechadura, sem esquecer a chaminé e o forno próprio¹⁰⁷⁰. Muitas destas reparações abrangiam também a casa do carreiro e a casa ou Hospício dos Padres que ficavam próximas.

4.2.8.2. O Hospício

O hospício ou Casa dos Padres¹⁰⁷¹, estava “defronte da igreja” de *Aracoeli*¹⁰⁷². Confinava do lado “norte, sul e nascente com terrenos públicos, nascente com outras cazas do convento e poente com o mesmo convento” (consulte-se a figura nº 19). Os “louvados” no inventário final avaliaram o hospício em oitenta mil réis, apesar do seu mau estado de conservação¹⁰⁷³.

Na casa, composta por várias divisões, viviam o confessor e o capelão ao serviço da comunidade de clarissas e também o donato ou o sacristão. Um sino tocava, quando puxavam a cordinha que o prendia, avisando da chegada de alguém¹⁰⁷⁴.

As reparações do hospício são abundantemente documentadas, assim como a necessidade de o limparem¹⁰⁷⁵, de caíarem as celas e a sala onde os padres comiam, a sua

¹⁰⁶⁹ *Ibidem* (surge aí com o nº 38).

¹⁰⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 67 (1701): cal p/ a casa dos padres e da veleira, 1.060 réis; 150 telhas, 900 réis; 2 oficiais, 5 dias, 240 réis e 2 serventes 160 réis e + meio dia de 1 oficial e de 1 servente, 4.200 rs; liv. 96, fl. 35v (1706): 30 alq. de cal p/ a casa da veleira e carreiro, 480 réis; 5 dias de pedreiro, 4 na casa do carreiro e veleira e 1 no forno, 1.200 e 700 p/ o servente; liv. 99, fl. 161 (1738), casa da veleira; (c.a.) liv. 105, fl. 23 (1754): “revolver” o seu telhado, 140 rs; (c.a.) liv. 107, fl. 48 (1761): 6 alq. de cal no conserto da chaminé da veleira 220 rs; fl. 53 (1761): conserto da casa, 300 rs; (c.a.) liv. 110, fl.7 (1768): 28.290 réis: materiais e oficial p/ telhado e forno da casa da veleira e carreiro [...]; liv. 116, fl. 45 (1786): casa da veleira; (c.a.) liv. 117, fl. 47v (1793); (c.a.) liv. 118, fl. 2, (1800): 1 porta nova e consertos, 2.900; fl. 6v (1800): obras na casa da veleira [...], 10.770; (c.a.) liv. 127, fl. 11 (1826): fechadura, 400 réis; fls. 23 e fl. 35 (1828 e 1829): apear o telhado, 480 réis e 1 conserto, 27.280 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 142v (1867): conserto na porta, mil rs.

¹⁰⁷¹ AA, liv. 97 A/3, fls. 165; liv. 117, fl. 27 (1792): material p/ o hospício, grades e p/ o pintor que as pintou, 7 canadadas de Alcatrão, 6 arráteis de rocho terra p/ pintar as portas novas e Pipa de Água, 2.180 réis.

¹⁰⁷² Põe-se a hipótese que no tempo do Convento de Santiago, aqui se situasse a “Casa das Pobres” e não no corpo saliente como chegámos a pensar.

¹⁰⁷³ ANTT, *Ministº das Finanças, Conv. Aracoeli, Alcácer do Sal*, cx. 1950, inventº bens, nº 40, fl. 22v.

¹⁰⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 43 (1748); liv 107, fl. 3 (1759): fechaduras e ferragens p/ a porta do pátio e cela do Sacristão, mil réis; liv. 104, fl. 10 (1550): 6 varas “de cordinha para a Campã do Hospício”, 90 réis.

¹⁰⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 87v (1743): “olio e alvayade [...] p/ as portas do ospício”; (c.a.) liv. 98, fl. 29 (1732); (c.a.) liv. 103, fl. 87 (1749): 8 dias do pedreiro: telhado e a fazer 1 ombreira da cela do Capelão” 1.600 réis; fl. 87v: 1 servente 8 dias, 1.120 réis; 2,5 dias p/ o Carpinteiro pôr as portas na cela, janelas e

fachada e paredes exteriores. Registaram-se compras de cal e pagamentos em géneros ou dinheiro a quem fazia este trabalho¹⁰⁷⁶, bem como a limpeza da Rua do Hospício ou Rua dos Padres que, de facto, era a mesma que servia a igreja, o seu adro e a portaria.

O hospício tinha janelas com portadas de madeira para as resguardar das diferenças climáticas. Anota-se a compra de encerados e, mais tarde, a aquisição de vidros para estas janelas¹⁰⁷⁷. Em 1733, verifica-se uma campanha de obras nesta casa e em outras partes do convento, de que se destaca a vinda de madeira de aguieiro para as traves do telhado, ripas, tábuas e outros materiais; e, nas contas, soma-se ainda o pagamento dos carretos destes produtos e pipas de água para as necessidades da obra¹⁰⁷⁸. E, em 1781, fizeram uma porta nova na “Casa de Baixo do Hospício”, fechada por um cadeado¹⁰⁷⁹.

A alimentação para os religiosos era feita na cozinha do mosteiro e passada para o lado de fora no chamado torninho, que deveria estar sempre fechado, exceto nessas ocasiões¹⁰⁸⁰. As freiras e as criadas tinham um certo cuidado em cobrir e embrulhar estes alimentos com panos¹⁰⁸¹, a fim de que pudessem chegar ainda quentes aos padres e hóspedes que os comiam na sala do Hospício.

No decorrer dos anos, anotam-se despesas com os objetos comprados para o serviço do hospício e aposentos dos padres. Para as celas dos dois franciscanos, entre outros, aparece referenciada a compra de dois tenores (potes), púcaros de tirar água e tamboretas¹⁰⁸²; para a cela do capelão foi comprado uma bacia de cama (bispote)¹⁰⁸³; foi feita uma porta nova, um banco, consertos vários e adquiriu-se um tapa vento¹⁰⁸⁴;

consertos, 750 réis; liv. 114, fl. 11v (1779): p/o pedreiro arranjar os telhados, 8.900 rs e o carpinteiro que o ripou e o da grade nova, 480; liv. 121, fl. 6 (1810). liv. 105, fl. 8v: (1753): “limpar o hospício”, 240 e “de lavarê três colxoins”, 60 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 5v (1810): 960 réis a 2 mulheres “que asiáão o hospício”.

¹⁰⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 73 (1701): 1 alq. de cal, 80 réis; fl. 82v: cal p/ as celas dos padres”; (c.a.) liv. 96, fl. 155 (1706): 1 mulher recebeu 1 alq. de centeio; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 30v: 1 alq. de cal”, 120 réis, fl. 64 (1724): 3 alq. “cal para cajar o hospissio”, 75 réis; fl. 154: “Maria Gomes por cajar o hospício” 1,5 alq.; fl. 163: “quem cajou o hospissio”, 2 vezes, 2 alq.; fl. 173 (1725): “por cajar o hospício”, 2 alq.; (c.a.) liv. 98, fl. 29 (1732): M^a Rodrigues recebeu 2,5 alq. de centeio; fls. 98, 99v (1733): 1.080 réis - caiar Hospício e frontaria da Igreja - fl. 208; (c.a.) liv. 99, fl. 143 (1737): 2 alq. de cal em pedra, 120 réis, a quem caiou, 440; ao pedreiro / caiar o hospício, 240 réis, fl. 151v^o; (c.a.) liv. 101, fl. 29 (1741): caiar o hospício, 360; liv. 107, fl. 10v (1759): caiar a cela do Vigário e o hospício, 480 rs; (c.a.) liv. 121, fl. 53 (1811): 2 mulheres, 5 dias a caiar o hospício, 1.700; liv. 128, fl. 4 (1834): 3 alq. de cal 270 e mulher que caiou, 5 dias, 1.200 rs.

¹⁰⁷⁷ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 106 (1740); liv. 101, fl. 12 (1741); liv. 103, fl. 21 (1747); liv. 107, fls. 4 e 13v (1759); liv. 116; liv. 117, fl. 32v (1792): vidros: janelas Padres e Coro, 2.640 réis.

¹⁰⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fls. 98, 99v (1733): paus 5.600 réis; ripas 3.000 réis; telha e tijolo para se telhar o Hospício e se ladrilhar o mirante 8.390 réis e carretos no valor 7.980 réis.

¹⁰⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 55 (abril 1781) mais o conserto da parede do Dor^o da Praça, custou 1\$540 réis.

¹⁰⁸⁰ AA, CNSA, 03/001, fl. 49 (dez.º 1716).

¹⁰⁸¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 46v (1706): 1,5 varas de pano p/ toalhinhas p/ cobrir o comer dos padres 240 réis.

¹⁰⁸² AA, (c.a.) liv. 98, fl. 29 (1732): “tachinhas e pregos p/ concerto do hospício e tamboretas”, 175 réis.

¹⁰⁸³ *Ibidem*, fl. 14v (abril 1732): custou 30 réis.

¹⁰⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 100, fls. 4v e 56 (1738 e 1739); liv. 101, fl. 16 (1741) e liv. 107, fl. 13 (1759).

encheram-lhes um enxergão. Adquiram para eles “um copo e uma bacia” uma quarta de barro, duas panelas para os “cozimentos” e pano para o encerado da janela¹⁰⁸⁵. Anotam a compra de sabão e bacias para que pudessem lavar as mãos¹⁰⁸⁶ e para a cela do padre vigário um cântaro e uma vassoura¹⁰⁸⁷. Na sua doença, dão-lhe uma “quartinha” para poder esquentar água e ainda duas bexigas para confeccionar uma medicina¹⁰⁸⁸.

Para a sala do hospício, compraram-se duas mesas novas, repararam-se os citados “tamboretos” e os bancos de ferro do Capelão¹⁰⁸⁹. Para juntar aos pratos do hospício¹⁰⁹⁰, ao jarro de água lá existente, adquiriram-se dois copos, um canjirão (vaso de boca larga com asas para vinho), um funil¹⁰⁹¹, dois recipientes de vidro (garrafas ou frascos), uma esteira grande, um cesto para o pão e dois açafates¹⁰⁹². Mais tarde, anota-se o conserto de uma almotolia em que se transportava o azeite do convento para o hospício e compraram “dois talheres, que consta[vam] de facas, garfos, e colheres” para a mesa dos padres¹⁰⁹³.

Em 1707, o visitador ordenou à Abadessa que mandasse *fazer cobertas para as camas dos dois Religiosos, confessor e Capelão, e de nenhua sorte lhe mandem dar lençóis para as camas, feitas as ditas cobertas, salvo se estiverem doentes*¹⁰⁹⁴. Em junho de 1733, são adquiridas quinze varas de pano para lençóis para os Padres quando estivessem enfermos¹⁰⁹⁵, em 1738 e 1742, são compradas mais dezanove varas de pano para lençóis e travesseiros dos Padres¹⁰⁹⁶ e a abadessa Brites Guiomar das Brotas manda adquirir dez lençóis, quatro para o serviço e dois para serem guardados na arca, dando a ideia do uso generalizado dos lençóis. Compra também seis camas de travesseiros e duas almofadinhas, cinco colchões, incluindo o do sacristão, três enxergões, seis cobertores, dois para cada padre e para o sacristão. Para este último dão mais uma colcha, lençóis, travesseiro e almofadinhas¹⁰⁹⁷; a partir daí, a referência à compra de roupa de cama para

¹⁰⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 90v (1768); (c.a.) liv. 110, fl. 2 (junho 1768) e fl. 16v (dez.º 1768).

¹⁰⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 92 (1707): 1 arroba de sabão, 1.400; liv. 98, fl. 116 (1734): 2 bacias, 160 réis.

¹⁰⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 101 (março 1746): 55 réis.

¹⁰⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 46v (1732) e fl. 102v (1733): 1 talhinha para água do vigário, quando doente.

¹⁰⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 53 (1761) custaram 1.260 e 70 réis pelo transporte; (c.a.) liv. 110, fl. 4 (1768).

¹⁰⁹⁰ No espólio, apareceram alguns pratos esgrafitados com a letra “h” que poderá querer dizer “hospício”.

¹⁰⁹¹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 44v (1709): 2 copos, 50 réis; (c.a.) liv. 99/A3, fl. 156v (1737): 160 réis.

¹⁰⁹² AA, (c.a.) liv. 109, fl. 36v (1766) e (c.a.) liv. 119, fl. 3 (1801), respetivamente.

¹⁰⁹³ AA, (c.a.) liv. 121, fls. 50 e 53 (1811). O conserto custou 280 réis e os talheres 600 réis.

¹⁰⁹⁴ AA, CNSA/03/001, fl. 22 (1707).

¹⁰⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 77v (junho de 1733): 7,5 varas a 250 réis e outras 7,5 a 210 = 3.375 réis.

¹⁰⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 36 (novº 1738) e liv. 101, fl. 44v (janº 1742) que custaram 3.990 e 3.800 réis.

¹⁰⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 107 (janeiro 1750).

os frades, é recorrente¹⁰⁹⁸. No século XIX, adquiriram chita para fazer cobertas de camas e toalhas de mesa para o hospício, pagando a uma costureira externa¹⁰⁹⁹.

A comunidade pagou, em novembro de 1768, a Caetano, possivelmente um dos moços da portaria, pelo tempo que trabalhou no hospício¹¹⁰⁰, sem ser referido que serviço efetuara. Merece-nos destaque a existência de um quintal dos padres junto do hospício¹¹⁰¹ que aparece a ser semeado de cevada para alimento dos animais, sobretudo dos bois¹¹⁰².

São anotadas obras para a manutenção da casa dos padres, antes e depois do Terramoto¹¹⁰³. Mas, apesar de todo este cuidado, no Outono de 1805, o hospício ameaçava ruína. Por esta razão, foi empreendida uma campanha de obras dirigida sobretudo às celas dos Padres que, já não as habitavam, “por temer expirar debaixo das suas paredes”. Os gastos atingiram quase trezentos mil réis¹¹⁰⁴. No entanto, até à extinção, a comunidade continuou a gastar aí dinheiro em materiais e mão de obra, ora por causa da internada de 1823, ora para rebocar paredes, consertar a chaminé e cair¹¹⁰⁵, zelando pela sua conservação, como se comprova ainda pela despesa tida com a colocação de uma janela nova na casa de jantar¹¹⁰⁶.

Por causa da clausura das religiosas, os hóspedes, seculares ou religiosos, nas visitas autorizadas, ficavam instalados no hospício dos padres, mas aconselhava-se que a sua estadia não fosse além dos oito dias¹¹⁰⁷.

¹⁰⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 3 (1759): 15 varas p/ 2 lençóis, 2.850 e 4 varas p/ travesseiros, 1.040 réis e 2 cabeças de linhas, 100 réis; liv. 121, fl. 50 (1811): conserto de roupa de cama, 240 réis; liv. 109, fl. 68v (1769): seis mil réis por 20 varas de pano e 500 réis por 2 varas p/ travesseiros.

¹⁰⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 53v (1811): 27 côvados 4.950 rs; (c.a.) liv. 124, fl. 2v (1819): 30 côv^{dos} 7.200 rs.

¹¹⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 12v – o montante foi de 4.80 réis.

¹¹⁰¹ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 6 (junho 1759).

¹¹⁰² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 155v^o (1706); liv. 97 A/3, fl. 163v (1724); liv. 107, fl. 21v.

¹¹⁰³ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 19 (agosto 1747): 7,5 dias de carpinteiros 4.070 réis. Repararam-se as “comûas”; liv. 107, fl. 100v (1768): a abadessa gastou na Igreja, hospício e mais consertos, 218.520 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 47 (1761): 5 dias de carpinteiro p/ consertar o hospício e tirar a madeira do dormitório da Praça, 1.500, serradores, 400 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 75v (1769): materiais p/ arranjar o hospício e oficial 1.200 réis; (c.a.) liv. 112, fl. 166 (1789): 5.460 réis p/ carpinteiros pelas janelas do hospício e materiais, 2.880; (c.a.) liv. 125, fl. 10v (1822): 400 réis p/ materiais e 2.190 oficiais p/ a cela do Vigário.

¹¹⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 120, fls. 44 e 44v (set.^o 1805); fl. 53v (jan.^o 1806): mais de 282.000, quer em materiais, quer nos pedreiros, a que se somou 7.350 réis, por dez dias e meio de trabalho de José Baptista, Mestre Carpinteiro, que forrou o Hospício (e fez também um passadiço para a Madre Maria Vitória).

¹¹⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 57 (1811): p/ remendar o soalho e arranjar uma janela, 9.000 réis; dez anos depois, deram a um carpinteiro 2.400 réis para lhe deitar remendos: (c.a.) liv. 124, fl. 30v (1821); (c.a.) liv. 125, fl. 2 (1822): meio quarto de cal 150 réis, 2 pincéis 480 réis e o trabalho de um homem que branqueou o Hospício e a Portaria 1.200 réis e fl. 12 (1823) de 1 obra que se fez no Hospício por causa da internada 2.810 réis; (c.a.) liv. 129, 1v (1841): qualquer dos pedreiros recebeu 720 réis, fl. 11v (1842): 2.880 réis pagos a “uma mulher que caiu o Hospício por dentro e, por fora, na frente da rua”.

¹¹⁰⁶ *Ibidem*, fl. 20v (julho 1844): 9.900 réis: 3 tábuas de casquinha, pregos, tinta, vidros e mão-de-obra.

¹¹⁰⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 42v (maio 1712): “Não consintam que os tais hóspedes ou sejam frades ou seculares se detenham mais de 8 dias porque de outra sorte inviolavelmente lhe porem as penas”.

Verificámos na documentação, como as religiosas, em situação económica difícil, embora com o coração mais inclinado para a causa miguelista, foram obrigadas “a apoiar” e a alimentar os soldados e oficiais tanto das tropas absolutistas como das liberais, conforme lá foram chegando e estacionando por causa do papel que Alcácer acabou por ter nessas lutas¹¹⁰⁸. Por exemplo, em setembro de 1833, a comunidade gastou 27.910 réis, com a “despesa que se fez com seis oficiais e seis carradas na primeira entrada das Tropas Realistas” (absolutistas), a quem “deram à guarda de comer e beber até à chegada das tropas liberais”, fazendo o mesmo quando chegaram os liberais. No mês seguinte, a escritã anota a despesa de 28.730 rs feita “com a guarda da Tropa, dando-se-lhe de comer e beber e a alguns oficiais no hospício”. Embora em dezembro, os “gastos com a guarda da tropa em comida e bebidas” descessem para cerca de quinze mil, gastaram mais 3.660 réis “com um oficial e um camarada” que permaneceram três dias no Hospício dos Padres.

Depois da Revolução Liberal, são ainda registadas despesas com visitas importantes, como por exemplo, os quase 77.000 réis gastos com o Governador (1842) “estando no Hospício”, assim como na ida e volta da comitiva para Lisboa e Alcácer¹¹⁰⁹.

Quando o mosteiro foi entregue à Fazenda Pública, em 1874, registaram que o hospício “compõe-se de várias casas [...] bem conservadas”¹¹¹⁰.

4.2.8.3. A Casa do Carreiro

No inventário de avaliação feito pelos Louvados em 1872, não aparece claramente nomeada a casa do carreiro, embora a possamos identificar com a descrita com o n.º 39 que fala em “uma morada de cazas, sitas defronte do convento [...] que confina do lado norte, sul e nascente com terrenos públicos e do poente com outras cazas denominadas o Hospício”. Ou seja, seria a última das três ali descritas. Foi avaliada em noventa e seis mil réis¹¹¹¹, mais do que valera o hospício dos padres cujo valor atribuído foi de oitenta mil réis, como vimos, talvez por estar melhor conservada.

¹¹⁰⁸ Note-se que a zona de Alcácer foi uma área de recontros sangrentos entre liberais e miguelistas. Em 2-11-1833, os liberais foram derrotados em Alcácer na batalha da Barrosinha, tendo os miguelistas feito mais de 400 prisioneiros que foram encaminhados para Campo Maior. Com a desculpa que havia no grupo 29 oficiais que deveriam ir antes para Beja, porque devido à sua patente, seriam ali melhor tratados, separaram-nos do grupo maior que incluía os soldados e sargentos. No caminho de Alcácer para o Torrão, na Várzea da Ribeira de Algalé, dos 29 oficiais 26 foram barbaramente fusilados. Três conseguiram fugir. Algalé, onde hoje se ergue um obelisco, foi testemunha de um dos episódios mais trágicos que a intolerância ideológica e política inscreveu na guerra civil entre absolutistas e liberais.

¹¹⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 11 (outº 1842).

¹¹¹⁰ ANTT, *Ministº das Finanças, Conv. Aracoeli, Alcácer do Sal*, cx. 1950, capilha 2.

¹¹¹¹ ANTT, *Minisº das Finanças, C. Aracoeli, Alcácer do Sal*, cx. 1950, Invtº dos bens, nº 40, fls. 22- 22v.

No decorrer dos registos, a casa do carreiro surge sobretudo por causa dos gastos em obras. Assim, em julho de 1707, faz-se menção ao seu arranjo¹¹¹². Em 1734, um pedreiro e um servente levaram cinco dias e meio a consertar-lhe o forno, sendo a despesa de 2.145 réis. Vinte anos depois, na reparação da mesma casa, foram necessários nove dias de um oficial e de um servente, gastando-se 3.600 réis¹¹¹³. O Terramoto deve ter causado grandes estragos nesta habitação, mas foi das primeiras a ser recuperada, tendo a despesa sido elevada¹¹¹⁴. E depois, foi-lhe arranjada a porta da rua¹¹¹⁵.

Era inerente ao ofício de carreiro o direito de habitar uma casa do convento. Esta casa continuou habitada, muito depois da extinção, já em pleno século XX.

4.2.8.4. A Casa das criadas, a do casal da Portaria e outras casas

A casa das moças ou criadas aparece menos documentada do que as moradas que atrás referimos¹¹¹⁶. Antes do Terramoto, alojavam-se por cima dos dormitórios das religiosas, num piso mais elevado como se regista: “onde se acomodavam seculares e criadas”, e do qual, após a “catástrofe”, só restaram as paredes¹¹¹⁷.

Quanto à casa do casal ou do moço da portaria, verificamos que, a seguir ao Terramoto, registaram-se despesas, como a do transporte de “trastes” vindos do Santuário dos Mártires para esta casa em *Aracoeli*, comprando-se uma chave e ferragens¹¹¹⁸.

Em fevereiro de 1788, respondendo a um inquérito da Secretaria de Estado, foi afirmado que no Convento de *Aracoeli* existiam 25 casas particulares¹¹¹⁹. Mas destas pouco se conseguiu apurar. Admitimos que, com o tempo, algumas se tenham

¹¹¹² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 35v (1706): 30 alq. de cal p/ se consertar - Inventário dos bens, nº 40, fls. 22- 22v.

¹¹¹² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 35v (1706): 30 alq. de cal p/ o conserto “da casa do carreiro e da bileira”, 480 réis; 5 dias de pedreiro, “4 na casa do carreiro e bileira e 1 no forno”, a 240, 1.200 e ao servente 700 réis; fl. 84 (1707), 120 réis; fl. 84v (1707): fechadura 120 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 19 (1760): 1 dia de carpinteiro p/ a porta do Pátio e da casa do Carreiro, 300 e 220 réis de pregos; (c.a.) liv. 111, fl. 12v (1771); em outº 1785, foram pagos 3.525 réis pelo conserto e materiais p/ esta casa e em nov.º do mesmo ano, pagaram 110 réis por 1 escápula p/ a porta mais o conserto: *ibidem*, fl. 20v; (c.a.) liv. 116, fl. 45 (1786): obras na casa do Carreiro e da Vileira, 1.480 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 34 (1792), fl. 47v (1793); (c.a.) liv. 119, fl. 26 (1802): materiais e mão-de-obra p/ o conserto da porta do Carreiro.

¹¹¹³ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 150v (1734) ao pedreiro 240 réis e servente 150 réis, ao dia. Liv. 105 (1754).

¹¹¹⁴ AA, (c.a.) liv. 106, fls. 20v e 28v (1756): materiais 8.100 e 14.500 réis em mão-de-obra e 1 chave nova.

¹¹¹⁵ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 18v (fev. 1760): 220 réis de pregos e 300 réis por um dia de carpinteiro que consertou a porta do Pátio e a porta da casa do Carreiro.

¹¹¹⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 65v (1701): p/ o conserto das “secretas” das moças, foram gastos em mão de obra 2.280 e 930 réis em materiais; (c.a.) liv. 97, fl. 12 (1708): ao carpinteiro que consertou a janela da casa das moças, 240 réis e de taxas 20 réis; *ibidem*, fl. 35vº (1709): ferragens p/ a porta, 130 réis; fl. 37vº (1709): 2 dias de carpinteiro no conserto da porta, 480 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 16 (1738): 1 tábua p/ a janela, 300 réis.

¹¹¹⁷ ANTT, *OFM, Prov. dos Algarves, Conv. de Aracoeli* mç. 101, doc. 41 (1788). Desabou em 1755.

¹¹¹⁸ AA, liv. 106, fls. 67 (1756).

¹¹¹⁹ ANTT, *OFM, Província dos Algarves, Convento de Aracoeli*, mç. 101, doc. s/nº - [41], (23-2-1788).

deteriorado, ficando inabitáveis. Há uma notícia de 1834 que refere uma casa caída: “pagou-se 300 réis a um homem por tirar a telha da casa que caiu e a pôr a limpo”. Algo semelhante é dito sobre uma outra que ruiu em 1835¹¹²⁰.

No inventário feito em 1858, diz-se que, apesar de aí residirem poucas Religiosas e algumas pessoas de apoio, o edifício é descrito como “grande e desabitado, pelo estado de ruína em que se acha”, o que fazia prever a sua “pouca duração”. Referem as divisões principais, mas chamam a atenção para a existência de “várias casas de despejos, ainda habitáveis”. Citam o hospício como bem conservado. E, sem nomearem as casas da veleira e do carreiro, referem-se indiretamente a algumas moradas em que habitam os servos que, apesar de seu estado material não ser o melhor, ainda podiam durar muito¹¹²¹.

Quase dois anos antes da tomada de posse (1872), a Fazenda Pública mandou avaliar o Convento. O valor atribuído ao edifício conventual foi de seis contos de réis, tendo sido também avaliada a casa da veleira em sessenta mil réis, a do carreiro em noventa e seis mil, mais do que o hospício dos padres a que atribuíram oitenta mil réis¹¹²², sem que haja nenhuma referência específica a quaisquer outras moradas de casas.

4.2.9. O pátio próximo da Cozinha

É mencionado recorrentemente um pátio, com uma vigiada ligação ao exterior. Nele convergiam, as casas da lenha, da água, do forno, do peixe e da carne. Era uma zona trepidante, onde se fazia grande parte dos trabalhos de base, relacionados de forma direta ou indireta com a cozinha e a alimentação da comunidade.

O pátio foi coberto, pelo menos em parte, pois os registos de 1734 e, de quase um século depois (1832), afirmam que a comunidade comprou madeira própria para fazer o telhado do pátio e cal para o caiar¹¹²³.

Quando a comunidade precisava de lenha, quer para a cozinha quer para forno¹¹²⁴, se a não recebera partida, poderia pedir a um criado que a cortasse no pátio, dispondo aí

¹¹²⁰ AA, (c.a.) liv. 128, fl. 4v (1834) e fl. 19 (1835): 240 réis ao homem que tirou o entulho da casa caída.

¹¹²¹ ANTT, *Ministério da Fazenda*, C. Aracoeli, Alcácer, cx. 1950, capilha 2 (inventº de setembro 1858).

¹¹²² ANTT, *Ministério da Fazenda*, C. Aracoeli, Alcácer, cx. 1950, capilha 2. (inventº de março de 1872).

¹¹²³ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 136vº: 1.770 réis; liv. 125 (2ª parte), fl. 68 (1832) 5 barrotes, 1 viga, 2 dúz. Ripas.

¹¹²⁴ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 42 (out.º 1786): 2 cargas de lenha p/ a cozinha, 260 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 42 (junho 1811): cordas p/ carregar a lenha do forno e outros materiais, 920 réis.

de ferramentas como o “machado do pátio” que foi reparado e amolado¹¹²⁵, assim como uma marreta de ferro destinada ao corte da lenha que era aí feito¹¹²⁶.

A porta do pátio aflora muitas vezes na documentação a propósito de pequenos consertos, de estar velha e de a terem que fazer de novo, de precisar de pintura e de lhe porem calços. Era fechada à chave, daí o arranjo ou substituição de fechaduras, ferrolhos, chaves, argolas, cachimbos, cadeados, pregos e mais ferragens¹¹²⁷.

Regista-se ainda a existência de uma pia de água que servia o pátio¹¹²⁸. Este devia ser provavelmente de terra batida, uma vez que as freiras compravam bilhas ou quartas de barro para “deitar água”, e assim, evitar a formação de poeiras¹¹²⁹.

A água, um elemento indispensável à sobrevivência, existia no castelo de Alcácer, desde a Idade do Ferro. Na Idade Média, a abundância de água no interior do castelo, foi um dos trunfos da capacidade de resistência dos muçulmanos nesta praça-forte. Mas, no tempo das clarissas, a água existente não chegava para o consumo, havendo necessidade de pagar cargas vindas do exterior para colmatar as carências, como veremos a propósito da casa da água. A documentação refere a existência de uma cisterna situada no atual Museu da Cripta Arqueológica e dois poços, um no claustro e outro no pátio que servia a cozinha. Foram vários os gastos com a limpeza desses poços e da cisterna¹¹³⁰, com a compra de cordas, de roldanas novas¹¹³¹ e reparações¹¹³².

¹¹²⁵ AA (c.a.) liv. 97, fl. 66 vº (fevº 1710).

¹¹²⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 59 (1701); (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 23, 31, 43, 54, 64, 89, 103, 115 (1723, 1724 e 1725); (c.a.) liv. 100, fl. 4v (1738); (c.a.) liv. 105, fl. 4v (1753); (c.a.) liv. 108, fls. 3, 4v (1762); (c.a.) liv. 117, fl. 46v (1793); (c.a.) liv. 121, fl. 18v: 1 carreta c/ lenha de Arapouco no batel e daí p/ o pátio do Convº; fl. 28 (1811): ao homem que partiu lenha; fl. 69 (1812): 1 marreta de ferro p/ se partir a lenha, 3.500 réis.

¹¹²⁷ Ver: AA, (c.a.) liv. 96, fl. 22 (1705): 2 cadeados, um p/ o pátio, 220 réis; fl. 26 (1705): 1 argola p/ o pátio, 30 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 8 (1708): ferragens, 150; fl. 93 (1707): conserto da porta do pátio, 840 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 69 (1724): fechadura e ferrolho, 160; (c.a.) liv. 105, fl. 23 (1754): 1 lote de tábuas, 4.800 réis, oficiais, 6 dias, 3.240 réis e ferragens, 2.180, fl. 31 (1754): pintar a porta do pátio, 1.200; (c.a.) liv. 107, fl. 3 (1759); (c.a.) liv. 109, fl. 56 (1767); liv. 114, fl. 33, (1780): 1 cachimbo; liv. 97 A/3, fl. 80v (1724): carpinteiro 180 e ferragens 100 e fl. 93 (1724); liv. 106, fls. 54 e 54v (1758): carpinteiro 450 e 480 “caixilho...e serrador” e 200 réis, “pregos e caximbos”; (c.a.) liv. 108, fl. 66v (1764): fechadura e chave, 140; (c.a.) liv. 128, fl. 19 (1835): pregos, 80 réis e carpinteiro, 250; e fl. 38 (1838): conserto da fechadura, 300; (c.a.) liv. 130, fl. 110 (1864): carpinteiro e ferragem, 2.410, pedreiro 5.230 e barco 3.600 réis.

¹¹²⁸ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 20 (1705); (c.a.) liv. 101, fl. 107 (1743): mão de obra p/ consertar a pia da água, cal, 350 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 24 (1732): carpinteiro: “fazer a tapadoira da Pia da água”; (c.a.) liv. 113, fl. 35v (1777): custo 1.880; (c.a.) liv. 129, fl. 58 (1848): chumbo p/ consertar o cano da pia da água, 240 réis.

¹¹²⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 5v, 9v e 26v (1699), fls. 35v e 81v (1700 e 1701); (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 136 (1725).

¹¹³⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 49 (1706): 3 homens p/ limpar a cisterna, 480 réis”; (c.a.) liv. 103, fl. 81 (1749): limpar a cisterna cem réis; (c.a.) liv. 107, fls. 30v e 53 (1760 e 1761) limpeza, 600 e 480 réis; (c.a.) liv. 109 (1767): 3 quartilhos de água-pé a quem limpou a cisterna; (c.a.) liv. 114, fl. 68v (1781): limpeza 600 rs; (c.a.) liv. 120, fl. 39v (1805): 2 homens a limpá-la, 2 dias, 2.400; (c.a.) liv. 124, fl. 22 (1820): 4.400 rs.

¹¹³¹ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 20v (1750): do carpinteiro que pôs a roldana no poço e pregos, 200 réis.

¹¹³² AA, (c.a.) liv. 109, fl. 44 (1766) e fl. 95v (1768): foi consertada a cisterna; (c.a.) liv. 98, fl. 24 (1732). AA, (c.a.) liv. 98, fl. 24 (1732). AA, liv. (c.a.) 113, fl. 35v (1777): comprou-se uma taramela p/ a porta da cisterna, em 1732; em outº de 1777, repara-se o seu cano juntamente com o arranjo da pia do pátio; *Ibidem*, fl. 35v (1777): mão-de-obra e materiais 1.880 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 48v (1805): por segurança, em 1805,

4.2.9.1. Casas em torno do pátio

Havia uma *casa da água*, com um tanque no seu interior¹¹³³ e um cano que nos aparece a ser reparado, pela primeira vez, em julho de 1699 e nela se guardava também uma pipa de água¹¹³⁴. O terramoto deve ter causado danos nesta divisão, pois, em junho de 1756, um pedreiro e um servente aí estiveram três dias a fazer obras de reparação¹¹³⁵. No decorrer do tempo, adquirem-se utensílios para a casa da água, de que se destacam as selhas, tinhas e tinotes¹¹³⁶, funis, barris, canecos, quelhas, torneiras para a água, baldes, cordas e também alguidares vidrados para ter junto das pipas.

Comprou-se material para arranjar o telhado em 1802, mas dois anos depois, esta casa ameaçava ruína¹¹³⁷. Em 1810, a casa da água já fora refeita e aparece descrita como tendo uma porta fechada à chave e com um cadeado de segurança¹¹³⁸.

Havia também a *casa da lenha*, onde se guardava a madeira partida, o mato e as pinhas secas e ainda as sacas de carvão, produtos que vinham sobretudo de Arapouco, tendo a comunidade que pagar o seu transporte¹¹³⁹. Era uma forma de os terem por perto, sem apanhar chuva. O mato era muito útil para acender o fogo, uma vez que era uma matéria que ardia rapidamente¹¹⁴⁰. A lenha era essencial ao fogão da cozinha, ao forno e

adquire-se uma grade de ferro para a cisterna; AA, (c.a.) liv. 95, fl. 9v (1699); (c.a.) liv. 96, fl. 84 (1707): compram-se baldes, cordas e uma caldeirinha, objetos p/ tirar a água e pagou-se a quem fazia o trabalho.

¹¹³³ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 82 (1759): 12 dias de pedreiro que “consertou ... e o Tanque da Casa da Água” 3.600 réis; 2.070 réis os mesmos dias de 1 servente; 1 dia de carpint^o p/ a porta do tanque e outras miudezas, 300 réis; fl. 82v: deu-se a quem picou a pedra para o betume do tanque, 180 réis.

¹¹³⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 15 (1699): 1 dia: de 2 pedreiros 480 e de 1 servente, 150 réis; 1 quarta de linho p/ betume, 60 e cal, 240 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 19 (1747): 1 cano, 360; (c.a.) liv. 109, fl. 6 (1765): 1 pipa nova, 6.300; (c.a.) liv. 114, fl. 61 (1781): 1 pipa nova e 1 funil c/ um cano de cobre. Custou tudo 9700 réis.

¹¹³⁵ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 12 (1756): pedreiro e servente 3,5 dias p/ consertar a casa da água e varanda de cima, 1.700 réis; (c.a.) liv. 117, fls. 34 e 35v (1792): mais consertos.

¹¹³⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 5v (1699): fundos novos de 1 funil e arcos 200 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 53 v^o (1706): quase 9.000 réis: 1 pipa, 1 tinote, 3 arcos, frete do barco e mariola; Liv. 97, fl. 16 (1708): conserto da pipa da água, do tinote, funil e mais custos 2.260 réis. liv. 97 A/3, fl. 30v (1723): 1 balde e 1 funil, 720 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 18 (1810); liv. 129, fls. 29, 55v, 61v- e 62v (1845, 1847 e 1848): conserto do barril, 1 cano de cobre do funil, 720, conserto da pipa, fundo novo e 1 caneco, 2.300; 1 caneco e funil, 2.000 réis.

¹¹³⁷ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 21, (1802): materiais 3.750 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 19 (1804): “a eminente ruína a que chegaram as Casas que foram do uso da M.^{dre} Ana Vitorina ameaçando levar após si as principais oficinas do Conv^o, da Casa da Água à Portaria”, levou ao gasto de 57.600 rs c/ o pedreiro Joaquim da Costa.

¹¹³⁸ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 2v (1810): conserto da porta da Casa da Água e 2 armários da cozinha, 650, mais 4.020 rs - ferragens e 1 chave e fl. 6 (maio 1810): conserto na Casa da Água e no Hospício: 3.420 réis.

¹¹³⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 59 (1706): frete de 4 batéis de lenha, 2.300 réis; liv. 97, fl. 64: frete de 1 batel, 480 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 42: cordas p/ a lenha; (c.a.) liv. 97 A, fl. 54 (1724): 3 batéis de lenha, 1.440 réis; fl. 78 (1724): frete de 2 batéis, 960 réis”; fl. 86 (1724): 1 batel, 480 réis; fl. 89 (1724): 1 batel, 480; fl. 93v (1724): 2 batéis, 960 réis; fl. 100 (1725): frete de 1 batel, 480; fl. 107 (1725): frete de 2 batéis, 960 e a quem carregou 120 réis; fl. 126v (1725): frete de 1 batel, 480 réis; fl. 129v (1725): frete de 2 batéis, 960; (c.a.) liv. 106 fl. 12v (1756): 2 bateis, 960; (c.a.) liv. 107, fl. 3v (1759): “quem tirou a lenha do batel”, 100 réis.

¹¹⁴⁰ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 74 (julho 1724): uma machadinha para o mato do forno, 500 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 51 (jan.^o 1764): “deu-se a quem cortou hũa carrada de mato para o forno”, 140 réis.

às lareiras da casa¹¹⁴¹. Já o carvão alimentava fogareiros e braseiras. Era frequente, a comunidade vender uma parte destes produtos, incluindo o breu, entrando o lucro na receita do mosteiro¹¹⁴².

A *amassaria* era a casa onde se amassava o pão¹¹⁴³. Antes, a farinha teria que passar por várias peneiras, sucessivamente, das mais grossas às mais finas, até atingir o grau de brancura desejada para o tipo de pão pretendido¹¹⁴⁴. A amassadeira debruçava-se sobre um alguidar grande e vidrado¹¹⁴⁵, onde colocava a farinha, o fermento, o sal e a água e com as mãos, mediante a força dos seus braços, ia misturando os ingredientes até que ficassem numa massa homogénea que, depois, permanecia em repouso até levedar.

As fontes compulsadas não nos permitem saber se *a casa da amassaria* e *a do forno* eram duas divisões distintas ou apenas uma. Localizavam-se provavelmente perto da casa da lenha onde a tinham disponível para acender e aquecer o forno. Na casa da amassaria/forno havia também um poial e um tanque¹¹⁴⁶ e, sempre à mão, o rodo, a pá e outros objetos necessários para colocar o pão dentro do forno e depois retirá-lo de lá, quando cozido¹¹⁴⁷. Eram frequentes as fornadas de pão, pois este era uma presença constante à mesa em todas as refeições. Coziam também nele os bolos. Era no forno de lenha que, por vezes, se assavam partes dos carneiros, cabritos inteiros, pernas de porco e outras qualidades de carnes, como os perus. Presumimos que também nele se obtinham os famosos tabuleiros de arroz de pato, de arroz de caça, de arroz de passarinhos, arroz de galinha e de vitela, dados à Comunidade em dias de festa.

Nos moinhos pertencentes ao mosteiro, moía-se a farinha, obtida a partir dos cereais, sobretudo do trigo, por pagamento das rendas das herdades, com a qual se

¹¹⁴¹ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 42 (1786): 2 cargas de lenha p/ a cozinha, 260 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 42 (1811): cordas p/ carregar a lenha do forno e outros materiais, 920 réis.

¹¹⁴² AA, (c.a.) liv. 96, fls. 3 e 16 (1704 e 1705): 1 saco de carvão 120 réis; fl. 30 (1705) e fl. 40v (1706): 3 sacos, 420 réis; fl. 49v (1706): 1 saca, 140 réis, fl. 56: 3 sacas, 360 réis; fl. (1706): 2 sacas, 320 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 6v (1708): 1 saco, 130 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 107 (1725): 1 saco, 100 réis; e liv. 129, fl. 27v (1845): 1 saca, 160; (c.a.) liv. 109 (1765/1766): Domingos G. Missa deu p/ foro do forno de Breu, 12.000.

¹¹⁴³ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 64 (1806): 27 barrotes: 8 de 20 palmos, a 320 réis, e 19 de 12 palmos, a 140 réis, conserto na casa de amassar, 5.220 réis; 3.000 réis - folhas p/ forro da Casa e frete desde Setúbal; TT, *OFM, Prov. dos Algarves, Convento de Aracæli*, mç 101, doc. 41 (1788), onde figura a “amassaria”.

¹¹⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 20 (1723); liv. 120/26, fl. 73 (1806); liv. 121, fl. 67v (1812).

¹¹⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 43v^o (abril 1706): foram comprados “quatro alguidares vidrados”.

¹¹⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 106, fls. 79v (1758): 15 lajes para o tanque e poial do forno, 2.250 réis e do carroto das mesmas, 250 réis; fl. 82v (jan^o 1759): Deu-se a quem picou a pedra para o betume do tanque 180 réis.

¹¹⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 8 (1723): 6 pás p/ o forno, tábuas, e oficial 2.060 réis; fls. 56-56v, (1724): 2.115 réis p/ tábuas, mão-de-obra, pregos e transporte; fl.126v (1725): 2 tábuas p/ hastes de pás do forno”, 780 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 86v (1736): conserto de 1 pá e rodo, 80 réis e fl. 143v^o (1737); (c.a.) liv. 100, fl. 52 (1739): 1 pá de ferro, 220 réis; (c.a.) liv. 104, fl.63 (1751); liv. 104, fl. 26; (c.a.) liv. 116, fls. 31 e 42; (c.a.) liv. 120, fl. 20v (1805): 2 pás e 2 rodos, 400 réis”; (c.a.) liv. 121, fl. 25v: pagam 720 réis por 6 varas p/ pás de forno e fl. 53v (1811): conserto [...], de 2 pás, e 1 rodo, 1.080 réis.

amassava e cozia o pão no convento. Acontecia, as religiosas terem de recorrer a cereais emprestados: ou devido à colheita do trigo ter sido má, ou que, por deficiente gestão, se ter deixado esgotar o trigo, antes de chegar a nova colheita¹¹⁴⁸. Claro que o devolviam depois, embora, uma ou outra vez, sem conseguirem empréstimos, tivessem mesmo que recorrer à compra de trigo ou de farinha, dando dinheiro em troca¹¹⁴⁹. Era muito importante confeccionar o pão para a comunidade e padres porque tendo cereal próprio e mão-de-obra no mosteiro, os gastos eram muito menores¹¹⁵⁰. Se isto não acontecia, ou porque o forno estava estragado, ou o cereal escasseava, ou a farinha não chegava a tempo, devido à paragem do moinho – quer por avaria, quer por não haver moleiro - a despesa conventual disparava. Comprar o pão já feito, ou adquiri-lo já amassado nas padeiras existentes na vila, fazia aumentar a despesa mensal da comunidade. Registou-se este facto, mais vezes, com o pão destinado aos padres e criados¹¹⁵¹.

No decorrer do tempo, anotam-se obras no forno do pão, como os arranjos na abóboda e na “pedra do forno”, substituições de ladrilhos¹¹⁵² e outros consertos, explicitando, por vezes, quais eram os materiais e a mão-de-obra a que tinham de recorrer¹¹⁵³. Até à extinção, é recorrente a necessidade de reparar o forno, desde a chaminé

¹¹⁴⁸ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 8v (1747): 1 batel que trouxe 2 moios de trigo emprestado e medi-lo, 460 réis.

¹¹⁴⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 71v (julho 1701): meio alqueire de pão branco, 240 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 14v (1741): pão que se comprou p/ os Padres por falta de os moleiros não acudirem com farinha 340 réis.

¹¹⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 16v (1622): 122 alq. de trigo: pão p/os padres, hóstias, esmolos dos pobres.

¹¹⁵¹ AA, (c.a.) liv. 97, fls. 14 e 16 (1708) e (c.a.) liv. 120, fls. 15, 18v (1804 e 1805): pão amassado que se comprou nas padeiras p/ os Padres e sopas dos moços; (c.a.) liv. 117, fl. 11v; (c.a.) liv. 121, fls. 18v e 49v (1810 e 1811): “se cozer o Pão para os Padres fora de casa, várias vezes em que não houve forno”, 730 réis.

¹¹⁵² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 35v (1706): 1 dia de pedreiro, 240 réis; liv. 99, fl. 161 (1738): tijolos, telhas e cal; (c.a.) liv. 110, fl. 19v (1769): 1.300 réis tijolos p/ a abóboda do forno, consertos e casa da “bileira”, 3.120; 250 telhas, 800 réis; 1 moio de cal 1.100; 2 moios 2.400 réis; 2 pedreiros, 4,5 dias, 2.160; aos serventes, 160 réis p/ dia, 1.920 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 89v (1740): 150 tijolos - forno 450 réis e 1.120 réis- pedreiro e servente; (c.a.) liv. 109, fl. 95v: 1 alq. de cal p/ consertar a pedra do forno e cisterna e oficial e servente meio dia, 260 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 17v (1750): 300 ladrilhos p/ o forno e o seu frete 1.680 réis e oficial e servente 720 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 31 (1837): ladrilhos p/ o conserto do forno e mão-de-obra 380 réis.

¹¹⁵³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 8 e 99 (1723 e 1725): 1 dia de pedreiro 240 réis, servente 190 réis e 19 tijolos 95 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 22 (1741); (c.a.) liv. 103, fl. 4v (1747): 1,5 moios de cal 1.800 réis e 400 tijolos, 1.440; 200 telhas 800 réis; 1,5 dúzias de ripas 450 réis; 3 paus, 490 réis; 100 pregos, 80 réis; mão de obra 6 dias 4.400 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 14v (1753): mil réis em materiais e 2.460 réis: mão-de-obra; (c.a.) liv. 116, fl. 2v (1765): 700 réis em tijolo e conserto; (c.a.) liv. 108, fl. 9 (1762): tijolo, 300 réis; pedreiro, 1 dia 300 réis; fl. 51 (1764): 150 tijolos 600 réis, pedreiro e servente 800; (c.a.) liv. 109, fls. 39, 89 e 95v (1766 e 1768): pedreiro 720 réis e servente 310; (c.a.) liv. 110, fl. 2v (1768), 400; (c.a.) liv. 117, fls. 10v e 50v (1791 e 1793): conserto do forno e tijolo 2\$000; fl. 55v (1793): forno: materiais e oficial 2\$650; (c.a.) liv. 120, fl. 5 (1804): materiais e pedreiro, 2.200 réis, (c.a.) liv. 115, fl. 48 (1783): conserto, 1.600 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 2v (1785): tijolo e conserto, 700 réis; fl. 31 (1786) foi de novo reparado; fl. 62 (1787): conserto do telhado do forno, ripas, cal e mãos do oficial, 560 réis; (c.a.) liv. 112 (2ª parte), fl. 163v (1789): conserto e materiais 1.060 réis, fl. 181v (1790): 100 tijolos e “Mãos do Oficial”, 1.100 réis.

ao telhado, pois eram muitas as intempéries e havia necessidade de o ter operacional para cozer o pão, o que ajudava nas finanças do mosteiro¹¹⁵⁴.

Existia também uma *casa do peixe* na área do pátio do Convento. Nela se amanhava, cortava e preparava o pescado, antes de seguir para a cozinha, onde era confeccionado de diferentes maneiras, como no capítulo da alimentação caracterizaremos. Embora o peixe fosse consumido, preferencialmente, fresco, também salgariam algum para se poder comer mais tarde. E é provável que, por causa do cheiro intenso, aí se guardassem os fardos de bacalhau e outro pescado comprado seco.

A casa do peixe aparece documentada, a propósito das despesas com as reparações que nela são feitas. Por exemplo, os necessários arranjos da fechadura da porta¹¹⁵⁵. Depois do terramoto de 1755, concretamente, em setembro seguinte, a Comunidade registou a compra de cal para reparar esta divisão e são referidos, depois, outros consertos¹¹⁵⁶.

Cabia a uma das criadas da comunidade ocupar-se do trabalho a ser feito nesta casa, sob coordenação superior, nomeadamente o seu asseio. Contudo, surge também o pagamento a alguém de fora para uma limpeza mais profunda na “casa do peixe”¹¹⁵⁷.

Regista-se igualmente a existência de uma *casa da carne*. Embora, se anote a compra de carne no açougue - vaca, porco, carneiro e cabrito - também mandavam abater animais no próprio espaço conventual, cuja carne entrava na alimentação da comunidade.

Uma moça ou criada trabalhava na casa da carne¹¹⁵⁸. Mas, em épocas de matança ou de festa, era necessário o labor de mais pessoas, a começar por quem abatia os animais. A carne era cortada em cima de tábuas ou cepos¹¹⁵⁹, sendo referidas como ferramentas: cutelas, facas e machadinhas, necessariamente novas ou bem afiadas¹¹⁶⁰. Mencionam-se argolas e “ganchos para se pendurar as peças de carne”¹¹⁶¹. Destacam-se também os

¹¹⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 12 (fev^o1823): “de consertar o forno e o telhado do mesmo que tudo se havia arruinado e caído pela grande inverno”, 9.200 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 4 (1834): 2 dias de um oficial p/ arranjar o forno, 800 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 1 (1841): 1 cadeado p/ o forno, p/ o fechar à chave.

¹¹⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 141 (agosto 1734): conserto da fechadura da casa do peixe e de pregos p/ a mesma e conserto da escada de madeira (pau) 60 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 7 (março 1738), 380 réis.

¹¹⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 19 (1756): “moyo e meyo de Cal para [...], casa do peixe e Celeiro, 1.300 o Moyo”, 1.950 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 44 (1766): 1 pedreiro consertou a porta da casa do peixe; (c.a.) liv. 116, fl. 61 (1787): 3 “escapulas para a porta da casa do Peixe, pregos, e de quem a concertou” 175 réis.

¹¹⁵⁷ Exemplo: AA, (c.a.) liv. 125, fl. 84v (fev.^o 1834): 300 réis a um homem por limpar a casa do peixe.

¹¹⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 59 v (janeiro 1701).

¹¹⁵⁹ AA, (c.a.) liv. 111, fl. 17v (janeiro 1772); (c.a.) liv. 117, fl. 10v (agosto 1791).

¹¹⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 77v (1701); (c.a.) liv. 96, fl. 16 (1705): amolar a ferramenta da carne e um machado 500 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 8v (1732): 80 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 20 (1814): amolar huma faca e huma cutela com que se parte a carne, 80 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 5 (1816): [...] de se amolar a faca e cutela, 280 réis.

¹¹⁶¹ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 55v (março 1745); (c.a.) liv. 109, fl. 98 (abril 1768).

alguidares, as tinas e tinotes para a salga¹¹⁶². Referem-se capacheiras e esteiras grandes¹¹⁶³. Para pesar a carne, sobressaíam umas balanças de braços, várias vezes citadas por causa da sua reparação¹¹⁶⁴ ou da aferição dos pesos¹¹⁶⁵.

Logo a seguir à “matança”, separavam, com cuidado, as porções especiais destinadas aos presentes para as “pessoas de obrigação” e as “rações” destinadas à Abadessa, às discretas e às madres músicas. Uma parte da carne de porco era tirada para ser consumida fresca, como “chacina”¹¹⁶⁶, outra seria destinada aos presuntos, aos lacões e aos enchidos, moldados dentro de tripas, e, depois fumados¹¹⁶⁷. Algumas partes do porco eram salgadas, com destaque para o toucinho, ficando tudo conservado em sal, numa espécie de arcas em pedra, as salgadeiras. Aproveitavam vísceras para chouriços, outras vendiam-nas ou davam-nas aos criados, sobretudo à veleira e ao carreiro¹¹⁶⁸. Com as gorduras do porco confeccionavam banha que entrava no consumo da alimentação conventual, da botica, mas também a vendiam, como se comprova nos valores entrados na receita¹¹⁶⁹. Uma ou outra vez, também aparecem a comprá-la¹¹⁷⁰. O toucinho era muito apreciado e distribuído aos membros da comunidade, em dias certos, mas também se vendia¹¹⁷¹. Há que lembrar ainda toda a cuidadosa preparação dos presuntos ou lacões fumados que iriam ser consumidos, ou dados como “mimos”, nas principais épocas festivas. Também há notícias da sua compra para a comunidade¹¹⁷².

¹¹⁶² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 78 (maio 1707): 4 alguidares vidrados para a Comunidade 240 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 26v (abril 1754): a Comunidade gastou 1.560 réis em “hũ tinote para salgar a carne”.

¹¹⁶³ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 10v (1741); e (c.a.) liv. 106, fl. 81 (1758): 2 “esteiroeñs” p/ Casa da Carne 360 rs e (c.a.) liv. 121 fl. 82v (1812): compraram “um esteirão para a casa da carne”..

¹¹⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 5 (1699): 1 corda p/ as balanças; (c.a.) liv. 96, fl. 11 (1705): ao serralheiro p/ consertar o braço das balanças da carne 800 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 66v: “hũ Brasso para as balansas de pezar a Carne”, 1.200 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 55v (1745): “consertar o braso da balansa da carne e argolas novas”, 480 réis; (c.a.) liv. 106 (1757): 1 braço p/ as balanças, 2.400; (c.a.) liv. 120, fl. 69 (1806): cordas p/ as balanças da carne e [...], mil réis.

¹¹⁶⁵ Ver, a título de exemplo, AA, (c.a.) liv. 95, fl. 5v (março 1699).

¹¹⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 6 (janº 1753): 24 porcos, a 3.400 cada um, 72.000 réis: “destes se matarão 19, tiveram de peso 66 arrobas e 6 arratens e tirou-se para chassinna da Comunidade 6,5 arrobas”.

¹¹⁶⁷ AA, (c.a.) liv. 98 (fevº 1732): tripas de vaca para chouriços de carne que se fizeram para os padres, 70 réis; (c.a.) liv. 99 (janº 1736): de 12 varas de tripas de vaca para se fazerem chouriços 140 réis.

¹¹⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 115, fl. 26 (1782/83): por 10 “deventres” dos porcos que mataram 3.600 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 26 (março 1824): despendeu c/ os deventres que se deviam ao carreiro e à Veleira 2.800 réis.

¹¹⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 103 (1700): vendeu-se 50,5 arráteis de banha 2.272 réis; fl. 147v: da carne de porco se tiraram, de dezembro a março, 50 arráteis de banha que venderam; (c.a.) liv. 96, fl. 124 (1705): venda: 23 arráteis de banha, 1.035; (c.a.) liv. 115, fl. 26 (fim 1782/83): 26 arráteis de banha, por 2.600 réis. ¹¹⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 12 (agosto 1810): pagou-se de 4 arráteis de “manteiga de porco”, 800 réis.

¹¹⁷¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 103 (1700): venda: 21,5 arráteis de toucinho, 600 réis; liv. 101, fl. 120v (1743): recebeu-se por “1,5 arroba de tocinho” 1.040; (c.a.) liv. 103, fl. 51 (1748): por “3 aRobas de toucinho”, 2.900; (c.a.) liv. 107, fl. 11 (1759): por 19 arráteis/toucinho, 950; (c.a.) liv. 108, fls. 13 e 20v (1762): por 1,5 arrobas de toucinho 3.840 e por uma, 2.560 réis e fl. 39v (1763): “recebemos por 4 aRoubas de toçinho”, 8.000; (c.a.) liv. 117, fl. 19v (1792): por 1 arroba, 3.450 réis.

¹¹⁷² AA, (c.a.) liv. 125, fl. 11 (1823): 6 presuntos p/ as Madres Discretas, que importaram em 30.666 réis.

4.2.10. O Pátio (zona de serviço)

4.2.10.1. “Portaria de serviço” e “porta do carro”

Independente da clausura, existia uma “portaria de serviço” e uma “portaria do carro” ou “porta do carro” que se ligavam a um espaço de serviço com pátio¹¹⁷³. Também no Mosteiro de Santa Clara do Porto, no século XVIII, se regista a existência de uma “Porta dos Carros¹¹⁷⁴”. A porta do carro permitia a passagem de veículos (carretas, carros, carroças e caleches) e dos animais que transportavam os produtos de abastecimento¹¹⁷⁵ até ao interior da zona de serviço, local onde se descarregavam e armazenavam os produtos, desatrelavam e guardavam quer alguns carros quer os animais que os puxavam.

Depois do Terramoto de 1755, o franciscano Frei Marcelino foi nomeado para inspecionar e avaliar os estragos provocados no cenóbio e, provavelmente acompanhar as obras nos primeiros tempos, como indiciam os gastos com o seu tabaco¹¹⁷⁶. Era urgente a limpeza do entulho e ter o caminho de acesso livre para poderem entrar os veículos com os necessários materiais de construção.

Em maio de 1756, regista-se o arranjo da fechadura da porta do carro que foi reforçada na segurança por uma “tranqueta”¹¹⁷⁷. Refere-se que no Terramoto “caiu a parede da porta do carro”. Contudo, a reconstrução parece ter ocorrido só em 1758, quando surge documentado o pagamento da mão-de-obra e dos materiais, destacando-se a compra de uma viga “para pôr por cima da porta do carro”¹¹⁷⁸.

Há registos posteriores de algumas reparações, mais ou menos profundas nesta porta¹¹⁷⁹ e na calçada¹¹⁸⁰ que lhe dava acesso. Em 1817, é registado um melhoramento que consistiu no alargamento da estrada e alisamento da azinhaga que vinha dos Açougues para cima, evitando que as carretas com o trigo e com a palha tivessem de dar

¹¹⁷³ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 60v (1739) e (c.a.) liv. 101, fl. 27 (1741): 2.100 réis - frete das carroças c/ cereal.

¹¹⁷⁴ Para onde destacavam uma «porteira» e «uma pequena porteira da porta dos carros» Consulte-se: Maria Eugénia Matos Fernandes, *Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-1780)*, ob. cit., pp. 204.

¹¹⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 136v^o (1737): registou-se o gasto de 1.950 réis, para arranjar a calçada.

¹¹⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 57v-58 (jan^o 1756): “a Frei Marçalino que veyo ver as ruinas hum arrátel de tabaco que custou 1\$200 rs; liv. 106, fl. 54 (jan.^o 1758): deu-se a Frei Marcelino para o seu tabaco, 1.600 rs.

¹¹⁷⁷ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 64, (maio 1758): “consertar a fechadura da porta do Carro e a tranqueta”, 90 rs.

¹¹⁷⁸ *Ibidem*, fl. 7 (1756). Assim, por terem recuperado e posto a funcionar a porta do carro, receberam os carpinteiros, pedreiros e serventes 4.900 réis. Gastaram nos materiais: 2.340 réis na compra de tábuas, 650 réis nos barrotes, 2.200 foi a despesa em ferragens e pregos apropriados e 1.200 rs custou um moio de cal.

¹¹⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 23 (1792): madeira, ferragens, pregos, chumbo, canteiro e carpinteiro que fez a porta do carro, 15.125 réis; liv. 120, fl. 73 (1806): [...] pregos p/ se consertar a porta do carro, 440 réis; liv. 123, fl. 22 (1816): conserto da porta do carro, 1.280 réis; liv. 128, fl. 4v (1834): conserto, 1.600 réis.

¹¹⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 113, fl. 48 (1779): do conserto que se fez na Calçada da Porta da Portaria do Carro e 3 homens que trabalharam no Ferragial dos Grãos, 2.430 réis.

uma volta maior. Esta obra tornou mais rápido e fácil chegar à porta do carro¹¹⁸¹. Destaca-se ainda uma informação mais tardia, que relata que um calceteiro, um oficial e um servente, gastaram três dias e meio, a fazer a calçada junto à Portaria do Pátio¹¹⁸².

Durante três séculos, as carretas foram os veículos mais usados no transporte de bens e mercadorais. Quando adquiriam uma nova carreta¹¹⁸³, discriminavam o material que deviam transportar: a carreta da água¹¹⁸⁴, a “carreta do mato”¹¹⁸⁵ e a “carreta da lenha”¹¹⁸⁶. Aparece documentado o pagamento de várias despesas associadas à manutenção destes equipamentos, devido a avarias e desgaste resultante da sua utilização. Contam-se, por exemplo, a reparação do timão, rodas, eixos, savicas, cintas de ferro, cangas e a compra de sebo¹¹⁸⁷ com que se untava muitas das suas engrenagens.

4.2.10.2. O(s) celeiro(s)

No convento, aparece a referência a celeiro no singular, a “celeiros” com suas despensas¹¹⁸⁸ e ainda a “celeiraria”. Era um espaço amplo capaz de armazenar os cereais pagos pelos rendeiros, os que o mosteiro obtinha na exploração direta da Herdade de Arapouco e ainda as ofertas ou pagamentos, como as do rei, enquanto administrador da Ordem de Santiago. O celeiro localizava-se provavelmente nas imediações do pátio e na proximidade da *porta do carro*. Aparecem notas sobre as despesas com obras no celeiro,

¹¹⁸¹ AA, (c.a.) liv. 123, fl. 23v (1817): “alargamento da estrada e alisamento da azinhaga da subida dos Açougues para cima para não virem de roda do Convento as carretas com o trigo e com a palha”, 1.200 rs.

¹¹⁸² AA, (c.a.) liv. 128, fl. 36 (janº 1838). Somou o trabalho dos três: 1.925+1.120+980= 4.025 réis.

¹¹⁸³ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 16 vº (1785): 4.800 réis por uma carreta. *Ibidem*, fl. 36 (1786): 11.160 réis.

¹¹⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 11 (1723) e fl. 54 (1724); fl. 74 (1724): ferragens, carreta da Água; fl. 113 (1725): ferragens e mão de obra - carreta da água; fl. 117v (1725): “3 Calesses e 4 tornexas p/ a Carreta da Agoa e conserto”; fl. 129v (1725): 2 cordas; (c.a.) liv. 106, fl. 19 (1756); (c.a.) liv. 119, fl. 22, (1802).

¹¹⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 51 (1709): 1 eixo; (c.a.) liv 97 A/3, fl. 78 (1724): 2 cordas; fl. 86 (1724): por serrar uns paus - carreta do mato”; fl. 89 (1724); (c.a.) liv. 105, fl. 9v: 2 cordas de linho p/ ela; fl. 93v (1724): 1 remate; (c.a.) liv. 106, fl. 14 (1756) e liv. 108, fl. 42v: cordas e conserto p/ a carreta do mato.

¹¹⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 106v, 115 e 129v (março, maio e set.º 1725).

¹¹⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12 (1699); (c.a.) liv. 97, fl. 82vº (1710): 480 réis - ferragens e 100 de sebo; conserto das 2 carretas, 1.920 e das cintas, 120; *ibidem*, fl. 91; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 56v, 74 e 80 (1724), fl. 102v (1725): 1 arrátel de sebo, 50 réis; fl. 106v (1725); (c.a.) liv. 105, fls. 10v e 12 (1753): 1 gato e solda, 80 réis e fl. 21v (1754): 1 bola, 60 réis; fls. 24 e 27 (1754): savicas, pregos e 1 eixo, 450 e mais savicas 120 réis; liv. 106, fl. 17v (1756); (c.a.) liv. 108, fl. 3 (1762): “Rodas para a carreta” 4.800 réis; liv. 117, fl. 45 (1793); (c.a.) liv. 116, fl. 34v e 36v (1786): 170 réis p/ savicas e sebo, 960 réis em 2 cintas de ferro e ainda 240 réis em 2 cordas. Em maio de 1787, compraram 1 canga, conserto das rodas, savicas e 1 forçado p/ a lenha”, 1.685; fl. 57: 1 apeiro, 360 réis (1787); fl. 58v e 61 (1787), 300 réis pelo arranjo e 600 por peças e cebo; fl. 117v: 1 arrátel de sebo”, 50 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 45 (1793) e fl. 50 (1793): conserto- carretas, 4.440; (c.a.) liv. 120, fl. 55v (1806): saviças p/ 2 carretas, hûas cordas de linho p/ prender os bois e 1 canga nova”, 1.660.

¹¹⁸⁸ Usam “celeiro” ou “seleiro”, “seleiraria” ou “celeiraria”, no singular ou no plural.

como a necessidade de o rebocar¹¹⁸⁹, de lhe arranjar a porta, a fechadura e chave, com que o encerravam¹¹⁹⁰. Era caiado de branco e o trabalho de o cair era feito por mulheres¹¹⁹¹.

Do cereal vindo das herdades, por vezes, registavam o gasto do seu transporte nos batéis, bem como o pagamento aos homens que o tiravam das embarcações e o conduziam para o celeiro conventual¹¹⁹². O seu armazenamento era muito importante para se conseguir obter um melhor pão. Geralmente, guardavam-no nos chamados “caixões”, ou seja, arcas muito grandes¹¹⁹³. Estes permaneceriam com qualidade se não estivessem sujeitos a humidade, a parasitas, sobretudo ao gorgulho e aos ratos. Neste sentido, as freiras estavam atentas à limpeza e compravam ratoeiras¹¹⁹⁴.

Quando a documentação refere celeiros é natural que se refira a um celeiro, com várias divisões: uma para o trigo¹¹⁹⁵, outra para o centeio e a cevada¹¹⁹⁶, e ainda “despensas”, sendo estes espaços servidos por uma escada, construída em 1707¹¹⁹⁷. Nas despensas guardavam-se apetrechos como guitas, cordas de linho e esparto¹¹⁹⁸, sacas, alcofas¹¹⁹⁹, golpelhas¹²⁰⁰ e outros objetos como balanças e joieiras¹²⁰¹. Compravam-se e guardavam-se aí vassouras para limparem o celeiro, esteiras e esteirões para o forrar¹²⁰²,

¹¹⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 36v (1780): conserto do celeiro, materiais, oficial e servente 720 réis; (c.a.) liv. 115, fl. 76v (1784): 715 réis; (c.a.) liv. 119, fls. 5v e 37v (1801/ 1803); (c.a.) liv. 127, fl. 1v (1825): ao pedreiro e servente por uns rebocos; (c.a.) liv. 130, fls 113v e 114 (1864): celeiro, 2.520 e 240 réis.

¹¹⁹⁰ AA, c.a.) liv. 97A, fl. 80v (1724): 1 chave, 100 réis; fl. 106v (1725): conserto da porta, 120 réis; (c.a.) liv. 118, fl. 11v (1800): [...] cadeado da porta, 1.220 rs; (c.a.) liv. 119, fl. 4, (1801): 1 chave nova 340 réis.

¹¹⁹¹ *Ibidem*, fl. 173: “Derão a Maria Rodrigues por cajar o Sileiro” dois alqueires; (c.a.) liv. 128, fl. 1 (julho de 1834): de meio alq. de cal para se cair o celeiro 40 réis.

¹¹⁹² AA, (c.a.) liv. 121, fl. 12v (1810): 6 caminhos que fizeram 2 carretas que conduzirão 6 moios de trigo de Arapouco, da vila até ao Convento, a 300 reis cada caminho, 1\$800 réis; de 2 homens, que tiraram o trigo do batel p/ as carretas e que o transportaram / o Celeiro da Comunidade, 1.140 réis; fl. 45v (1811) do batel em que vieram 4 moios de trigo da Herd. de Arapouco e dos homens que o tiraram dessa embarcação e o conduziram até ao Celeiro, 1.600 réis; 1.040 pelas carretas em que vieram 3 moios de trigo de outra Herdade; e fl. 49v (1811): 620 réis p/ os homens que deram o trigo às carretas e o trouxeram p/ o celeiro; \$420 réis pelo aluguer dos sacos em que vieram várias rendas; e 1.300 réis para quem carregou o trigo da Herd. de Corte Serrado e ajudou a medir os 2 moios que foram para fora e o que se deu às religiosas.

¹¹⁹³ AA, (c.a.) liv. 117, fls. 16 e 54 (1738 e 1739): foi comprada ferragem “para o caixam do sileiro”.

¹¹⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 81v (1740): “hua Ratoeira”, 360 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 81 (1740): 1 ratoeira, 360 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 60v (1848): 2 ratoeiras, 600 réis.

¹¹⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 12v (1810): 6 moios de trigo de Arapouco p/ o celeiro; fls. 45v e 49v (1811).

¹¹⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 173v (1725): ficou no Celeiro “para samiar para os Bois” 1,5 alq. [cevada].

¹¹⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 97v: pregos p/ as escadas feitas p/ o celeiro, 50 réis.

¹¹⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 15v (1699): 1 meada de guita p/ os sacos de trigo, 50 réis; liv. 105, fl. 9 (junho 1753); liv. 106, fl. 14 (julho 1756); liv. 117, fl. 46 (junho 1793); liv. 121, fls. 42 e 50 (maio e setº 1811).

¹¹⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 20 (abril de 1723): “De hũa pineira e hũa alcofa para a seleilaria” - 140 réis; liv. 116, fl. 68 (janº 1788): “cinco Alcofas, tres para o Seleiro”; liv. 120, fl. 73 (outº 1806).

¹²⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 14 (1756): 1golpelha p/ a palha dos boys”, 120 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 31 v (1811): 2 golpelhas novas; fl. 42 (maio e junho); fl. 43 (1811): 3 golpelhas e 2 novas, 1.520 réis.

¹²⁰¹ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 36 (1739); (c.a.) liv. 95, fl. 39v (1700): “de hũa joeira” a 40 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 77v (1704); (c.a.) liv. 121, fl. 5v (1810): “cordas precisas e hũa joeira,” 1.380 réis.

¹²⁰² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 80 (1701); liv. 97, fl. 91v (1710) e liv. 116, fl. 68 (1788), respetivamente.

pás de madeira e de ferro para “baldear o trigo”¹²⁰³, um grande alguidar¹²⁰⁴ e peneiras¹²⁰⁵. É possível que as freiras também conservassem aí outras ferramentas e alfaias agrícolas, tais como foices, tesouras de poda e de tosquia¹²⁰⁶, podões¹²⁰⁷, machados e enxadas¹²⁰⁸.

Sabe-se que em 1759, o celerio contava com um jogo de duas medidas, ou seja, uma de alqueire e outra de meio alqueire. E o mesmo sucede, em março de 1768, sendo que as medidas necessitavam de ser, previamente, aferidas¹²⁰⁹.

No começo do ano, a seguir ao Terramoto de 1755, foram arrolados uma série de produtos guardados no celeiro, provavelmente, porque esta divisão não teria sido muito afetada pelo cataclismo. O facto de o estrago não ter sido grande no celeiro, confirma-se por terem sido de pouca monta os gastos que se registam nas contas de setembro de 1756¹²¹⁰. O celerio continuou a funcionar até à extinção da comunidade, em 1874¹²¹¹.

4.2.10.3. O quintal

O convento contava ainda com um quintal¹²¹², onde se cultivavam diversas sementeiras e foram registadas várias obras¹²¹³. O espaço estaria próximo provavelmente de algumas construções, tais como as capoeiras, a abegoaria e os estábulos.

¹²⁰³ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 95v (1707): 1 pá nova 200 réis; liv. 127, fl. 5 (1826): 1 pá de ferro 700; (c.a.) liv. 103, fl. 19 (1747): 1 pá 140 réis”; (c.a.) liv. 106, fl. 14 (1756): 1 pá, 100; (c.a.) liv. 110, fl. 19v (1769); (c.a.) liv. 128, fl. 53 (1839).

¹²⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 2 (1791): “hum alguidar grande para a seleilaria” 600 réis.

¹²⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 20 (1723): 1 “pineira”; (c.a.) liv. 120, fl. 73 (1806): 1 p/a celeilaria”, 280 réis.

¹²⁰⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 33 e 35v (fev^o e março 1700).

¹²⁰⁷ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 31v (1811): “1 foucinho novo, concertar 1 machado e 1 podôa”, 1.140 réis.

¹²⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 35 v (1700); (c.a.) liv. 105, fl. 4v: “concertar hũ machado...” 1.220 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 10v (1759); (c.a.) liv. 97 A, fls. 8 e 99 (1723 e 1725): 1 enxada a 320 réis e outra a 480; (c.a.) liv. 105, fl. 33v: conserto da enxada, 380 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 106 (1733): enxada p/ o carreiro tirar o mato.

¹²⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 95 (1701), fl. 71: ferragens e aferir 1 alqueire novo, 470 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 10v (1759); (c.a.) liv. 109, fl. 95 (1768); (c.a.) liv. 121, fl. 43v (1811): conserto do alqueire de medir trigo; (c.a.) liv. 123, fl. 38v (1817): 1 alqueire p/ medir trigo e aferição, 1.200; (c.a.) liv. 109, fls. 79v e 95 (1767 e 1768).

¹²¹⁰ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 19: cal 1.950 réis, 1.200 p/ 3 dias de pedreiro e 720 réis do servente e com menos de 4.000 réis conseguiram “encascar” o dormitório, consertar a provisória, a casa do peixe e o celeiro.

¹²¹¹ ANTT, *Minist das Finanças, Caixa 1950, Aracoeli*, Inv^o (fev.^o 1874): 80 alq. de trigo tremez ordinário.

¹²¹² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 155v: 3 alq. que se semearam no quintal dos padres e no quintal do Convento; (c.a.) liv. 107, fl. 6 (1759): “De se alimparem os dois quintais 960” réis.

¹²¹³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 53 (1761): 2.000 réis ao pedreiro pela parede do quintal; (c.a.) liv. 99, fls. 13, 33 e 136 (1735 e 1737); liv. 107, fl. 31 (1760): conserto da porta do quintal; (c.a.) liv. 108, fl. 65v (1764): conserto da fechadura, 140 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 4v (1747); (c.a.) liv. 106, fls. 58 e 61 (1758): de se calçar a porta do quintal 600 e p/ 1 chave cem réis; (c.a.) liv. 121, fl. 16v (1810): fechadura, 360 réis.

4.2.10.3.1. As capoeiras, a abegoaria, os estábulos e o palheiro

A comunidade possuía capoeiras de galinhas que emergem na documentação, a propósito de as terem bem reparadas, impedindo “a criação” de andar à solta. Registam o pagamento de materiais e mão-de-obra: pedreiros, serventes e carpinteiros são chamados para consertarem a parede, o telhado, a porta da “casa das galinhas” e “taipal” do “quintal das galinhas”¹²¹⁴. Anota-se também a limpeza do quintal, onde estavam as galinhas¹²¹⁵. Mas às galinhas, que cresciam nas capoeiras do cenóbio e às que vinham das herdades como miunças, têm de juntar-se as muitas que a comunidade comprava para os doentes e para as refeições festivas. O mesmo se dava com o elevado número de ovos consumidos¹²¹⁶.

Havia no mosteiro uma abegoaria onde se guardavam os bois de serviço¹²¹⁷. Eram animais capazes de puxar as carretas ou os carros cheios de produtos. Menciona-se um só boi, uma junta ou três destes animais. Sobre os bois encontramos compras, trocas, vendas, empréstimos e o seu aluguer¹²¹⁸. Adquiriam para eles cangas, chocalhos e campainhas¹²¹⁹.

Um carreiro contratado conduzia os veículos e fazia assim, muitos dos trabalhos necessários à vida e sustento do mosteiro. Para curar as enfermidades dos bois, chamavam o alveitar (veterinário)¹²²⁰ e também o sangrador¹²²¹. Embora variasse o preço cobrado por cada visita, era frequente pagarem, entre 450 a 480 réis¹²²². Compravam emplastos, remédios, óleo de minhocas¹²²³ e outras ajudas medicinais para os bois doentes.

Houve bois, vacas, vitelas e vitelinas que foram abatidos no próprio mosteiro para consumo alimentar da comunidade, como veremos mais adiante. Compravam-nos

¹²¹⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 5v (1699): “ao pedreiro que andou no taipal do quintal hum dia”, 240 réis e ao servente 150; (c.a.) liv. 96, fl. 16 (1705): 400 réis; fl. 18 (1705): ao pedreiro que consertou a parede da casa das galinhas 240, ao servente 120 réis e ao carpinteiro pela porta, 60 réis; e (c.a.) liv. 98, fl. 61 (1733).

¹²¹⁵ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 53 (1761): a Comunidade gastou 400 réis. Despesa muitas vezes repetida.

¹²¹⁶ A título de exemplo, consulte-se: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 1v (janeiro-fevereiro 1699): de ovos para 3 Comunidades e Padres 1070 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 2 (Natal, 1704): ovos para a Comunidade das Religiosas (jejum), madres músicas e consoadas dos Padres e mais gastos, 1410 réis; *ibidem*, fl. 42v (Páscoa 1706): ovos 1.540 réis.

¹²¹⁷ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 22, (julho 1802): “De huma enxada para a Abegoaria”, 360 réis.

¹²¹⁸ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 66 (1758): “aluguel de hũ Boy por estar hũ incapas” 300 réis; (c.a.) liv. 113, fl. 47 (1779): compraram-se 2 bois, 48.000; (c.a.) liv. 120, fl. 31v (1805): dois bois novos que se compraram na feira de Garvão p/ a Carreta –abatido o valor porque se venderam os velhos, deu-se 4.800 réis.

¹²¹⁹ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 136v (1734): canga 200; liv. 96, fl. 78 (1707); (c.a.) liv. 124, fl. 1 (1819), 480 réis.

¹²²⁰ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 102v, 123 (1725): 960 e 170 réis; liv. 107, fls. 3 e 3v (1759), 200 e 360 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 13 (1801): alveitar 1.200 réis. Foi pago o mesmo ao cirurgião por ver 2 doentes, de noite.

¹²²¹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 48 (1709), cem réis por sangrar 1 boi doente; (c.a.) liv. 109, fl. 14v (1765): a quem tratou o boi que morreu, 400 réis; fl. 97 (1768) 480 réis por sangrar 1 boi e 100 réis de remédios; e fl. 96 (1767): tiveram de alugar um boi para substituir o que fora sangrado.

¹²²² AA, (c.a.) liv. 105, fl. 13v (agosto 1753) e fl. 27v (maio 1754).

¹²²³ *Ibidem*; liv. 111, fl. 4 (1771); (c.a.) liv. 116, fl. 4, 80 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 61 (1764), 240 réis.

para esse fim, ou faziam o seu abate quando já estavam velhos. Pagavam sempre a um cortador por esfolar o boi e também o sal para curtir a pele¹²²⁴. As peles eram sempre aproveitadas e vendidas, mesmo quando os animais morriam de doença¹²²⁵.

Em junho de 1801, no relato das obras do mosteiro incluiu-se uma porta nova com cadeado para a abegoaria¹²²⁶. A esta juntavam-se os estábulos, onde se guardavam os cavalos¹²²⁷, éguas¹²²⁸, machos, mulas¹²²⁹, burros e os apetrechos relacionados com estes animais. Há registo dos gastos com a tosquia dos muares e com a cevada quer verde quer seca que comiam¹²³⁰. O chão do estábulo era em terra batida, sendo só empedrado em 1810¹²³¹. Apontam-se despesas, desde as passagens das bestas no batel através do Sado, às ferraduras e ao conserto das albardas¹²³². No palheiro¹²³³ guardava-se palha de diferentes qualidades, quer para a “cama” quer para o alimento dos animais.

¹²²⁴ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 26 (1760). O cortador levou 200 réis e gastaram 60 réis em 2 alq. de sal.

¹²²⁵ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 39v (1738): receberam 1.200 por um couro de um boi que morreu doente; liv. 101, fl. 108v (1743): receberam 1.440 réis por outro couro; (c.a.) liv. 106, fl. 56 (1757): receberam 1.800 por outro couro de boi e 700 por um de vitela, ambos abatidos para a alimentação da comunidade.

¹²²⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 13v (1699): pagámos do carroto de umas peles que foram a vender à feira de Évora 155 réis; (c.a.) liv. 115, fl. 17v (1782): recebemos de 12 couros das vacas que se mataram 20.400 réis; fl. 26 (receita/ último quartel de 1782/83): por 5 couros das vacas que se mataram 7.200 réis.

¹²²⁶ AA, (c.a.) liv. 119, fls. 5v (junho 1801).

¹²²⁷ Em 1761, comprou-se um cavalo por 14.400 e os arreios por 250 réis na feira de Grândola (AA, (c.a.) liv. 107, fl. 49v). Como ficou doente, alugou-se outro p/ o procurador e, depois, comprou-se 1 novo (1762) p/ 860 réis – (c.a.) liv. 108, fl. 8v. Venderam o doente p/ preço do novo, 14.400 réis (*ibidem*, fl. 26v- 1763).

¹²²⁸ Comprou-se uma égua pelo custo de sete moedas, equivalente a 33.600 (AA, (c.a.) liv. 122, fl. 9 1813).

¹²²⁹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 11v (1705): ferrou-se um macho; (c.a.) liv. 121, fl. 4v (1810): sangraram uma mula; *ibidem*, fl. 16v: deram 1 moeda de ouro ao almocreve p/ trocar 2 mulas e 10 moedas de ouro de “tornas”, p/ trocar estas por outras “mais ruins” (*ibidem*, fl. 49v – set.º 1811). Em 1814 (set.º) na feira de Grândola, compraram por sete moedas e meia uma mula para o serviço por 36 mil rs (*ibidem*, fl. 41).

¹²³⁰ *Ibidem*, fl. 2v (1810). *Ibidem*, fls. 2, 6, 9v, 10v, 40, 40v, 42v (1810); fl. 64v (1812).

¹²³¹ *Ibidem*, fl. 16v (1810): pagou-se a “hum Mestre Calceteiro que empedrou o chão da Casa do Estábulo e a quem sangrou huma das Mulas”, 1.100 réis.

¹²³² *Ibidem*, fl. 31v: importou em 6.630, mais 640 réis; fl. 34 (1811); fl. 43 (1811); (c.a.) liv. 129, fl. 23v (1817): de passarem os bois no batel da Foz e a carreta quando foram a Corte de Abreu, porque não puderam atravessar a Ribeira por causa da cheia, 480 réis; fls. 34-35 (1811).

¹²³³ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 76v (1710); liv. 98, fl. 154v (1734), (c.a.) liv. 102, fl. 37v (1744) e liv. 119, fl. 22, (1802): 1 cadeado 20, 80 e 140 rs; liv. 99, fl. 56vº (1735): 1 chave; (c.a.) livs. 114 e 117, fl. 66v e 35 (1781-92): 1 fechadura.

Capítulo 5 – O QUOTIDIANO

5.1. Entre a oração e o trabalho

A finalidade da vida das clarissas era louvar a Deus, quer na participação das celebrações litúrgicas, quer nos trabalhos que a comunidade pedia a cada uma. O seu modelo de vida centrava-se no silêncio, na contemplação, na meditação e na oração. Era esta a via de perfeição escolhida para se aproximarem mais de Deus. Tinham uma vida intensamente comunitária. Rezavam juntas e trabalhavam juntas. Esta vida de comunidade fraterna era e é um dos carismas das clarissas.

5.1.1. A vida litúrgica e de oração

Uma parte significativa do quotidiano das clarissas era ocupado pela participação nos atos litúrgicos, em particular na missa conventual e no Ofício Divino, que deveria ser celebrado sempre com devoção, compostura e silêncio¹²³⁴. A liturgia fazia parte fundamental da intercessão que as freiras eram chamadas a exercer em favor da comunidade eclesial e alimento para a sua vida contemplativa. Daí a procura de que se desenvolvesse em comunidade. Estipulava-se que “nenhuma religiosa pudesse ir falar às grades, sem primeiro assistir à Missa do dia”¹²³⁵. A eucaristia era celebrada diariamente na igreja conventual, seguindo as prescrições do calendário litúrgico.

No exemplar da Regra, conservada em *Aracoeli*, dedica-se ao Ofício o sexto capítulo, preocupando-se sobretudo em definir as formas de participação na oração comunitária que necessariamente refletiam as diferenças entre as irmãs que “sabem cantar e ler” e as que “letras não sabem”. Para estas, as orações eram, como se faziam noutras casas religiosas para os irmãos leigos ou conversos, substituídas por um conjunto definido de Pai nossos e Ave Marias, a que se acrescentava o *Requiem eternam* quando se recitava no coro o Ofício dos Defuntos ou o Ofício de Nossa Senhora e por Vésperas. O Ofício deveria seguir o dos Irmãos Menores, sempre feito “honestamente, e devagar”, repartido pelas oito horas do dia (Matinas, Laudes, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completas). Este incluía a possibilidade de Ofícios votivos, em particular o de Nossa Senhora e o celebrado pelos Defuntos, expressamente referidos na Regra. Não deixa,

¹²³⁴ AA, CNSA, 03/001, fl. 3v (1691): se a religiosa se portar mal, a Abadessa “lhe mandará dizer culpa à mesa, e a castigará”.

¹²³⁵ *Ibidem*, fl. 11 (out.º 1694).

contudo, de ser interessante realçar como o mesmo texto prevê a possibilidade de as Irmãs faltarem ao Ofício por motivos de trabalho em favor da comunidade (quando “são ocupadas que não podem dizer as horas”), devendo, neste caso, recitar os Pai Nossos e Ave Marias previstas para as religiosas que não sabiam ler¹²³⁶.

O Ofício Divino, central na vida do mosteiro, tornou-se ainda mais importante com a publicação das constituições gerais. Juntava-se-lhe a celebração dos diversos sacramentos, ligada aos clérigos franciscanos que a Regra procurava assegurar, regulamentando as questões que os sacramentos e a direção espiritual podiam levantar em termos do silêncio e da entrada dos eclesiásticos no espaço da clausura¹²³⁷.

Em 1693, o visitador, ordena às Abadessas e aos Padres Capelães “*que se guardem, inviolavelmente, as cerimónias mandadas no Calendário, tudo na forma e nos cerimoniais da ordem e missal romano que por nossa ordem se conferio por religiosos doutos e versados nelas*”¹²³⁸.

Acresciam ainda as obrigações assumidas pela comunidade, tanto no assegurar da missa diária no altar de Santiago, como as missas por alma dos fundadores, benfeitores e ligadas às capelarias e confrarias que aí tinham a sua sede. As religiosas deviam assistir a partir do coro alto, ordenando o visitador à Madre Abadessa, em outubro de 1694, *que mande cantar a missa do dia que for clássico, assim como a dos domingos, impondo às religiosas que quando estiverem no coro [...] ouvindo missa se não falle*¹²³⁹.

Era no coro baixo que as religiosas recebiam a comunhão eucarística, através da janelinha “do comungatório”. A Regra exigia “*seja feita uma portazinha de pedaço de ferro por a qual no tempo da comunhão possa o capelão meter o cálice e a mão e dar o Santíssimo Sacramento*”. Depois, era fechada à chave¹²⁴⁰. Os visitadores verificavam o cumprimento das normas estabelecidas, tanto da parte de dentro como de fora¹²⁴¹. Regista-se que nos dias de comunhão (comungava-se menos vezes do que no presente), a Madre Abadessa não deveria dar licença a nenhuma religiosa para ir às grades¹²⁴². A crer na Regra, os dias de comunhão eram sempre antecedidos de confissão, acedendo as religiosas ao pão eucarístico nas principais festas do ano: “Em o natal de nosso senhor

¹²³⁶ Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli, 1618, Cap. VI. No início do cenóbio, talvez houvesse freiras analfabetas, mas em toda a documentação compulsada, apenas se encontrou a referência um caso.

¹²³⁷ *Ibidem*, Cap. VII.

¹²³⁸ AA, CNSA/03/001, fl. 9 (agosto 1693).

¹²³⁹ *Ibidem*, fls 10 e 11 (outubro 1694).

¹²⁴⁰ Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli, 1618, Cap. XVII: “Da grade e de sua guarda”.

¹²⁴¹ *Ibidem*, fl. 2 (nov.º 1689).

¹²⁴² *Ibidem*, fl. 18 (maio 1706).

Iesu Christo. E na Purificação de Nossa Senhora. E no começo da Quaresma. E na Ressurreição de nosso Senhor. Em o Pentecoste. E na festa de São Pedro, e São Paulo. E de Santa Clara. E de nosso Padre São Francisco. E de todos os Sanctos”. A exceção era aberta apenas para as enfermas, permitindo-se a entrada dos clérigos na enfermaria, acompanhados e paramentados, para que as religiosas que aí estavam, pudessem confessar-se e comungar. Mas, de novo, todo o cuidado era posto para que tudo fosse devidamente vigiado e controlado, e decorresse em pouco tempo¹²⁴³.

O texto, contudo, não é claro sobre a possibilidade de as freiras poderem comungar em outras alturas, embora tal fosse muito provável, dado que estavam obrigadas a confessar-se “ao menos uma vez cada mês”. Não temos outras informações sobre o assunto ou mesmo sobre as formas, típicas dos mosteiros femininos pós-tridentinos, de prolongamento do culto eucarístico em formas devocionais associadas à adoração. Este é, aliás, um aspeto particularmente associado às clarissas e à sua fundadora, cuja tradição hagiográfica e iconográfica a ligou a uma profunda devoção ao Santíssimo Sacramento. Com efeito, Santa Clara é muitas vezes representada a segurar nas mãos uma custódia contendo a hóstia consagrada, fazendo memória do milagre que teria posto em fuga os invasores muçulmanos de Assis. “En 1240, alors que les sarrasins engagés dans les troupes de l’empereur Frédéric II menaçaient à la fois Saint-Damien et Assise, la prière fervente que sainte Claire adresse au Saint-Sacrement sauva l’une et l’autre”¹²⁴⁴. Santa Clara terá rezado junto da hóstia consagrada e segurado uma pequena urna ou caixa, pois a custódia só passou a ser usada, depois do Papa Urbano II ter criado a festa do Corpo de Deus, cerca de 1260 e que se generalizou no início do século XIV, com uma procissão fora da igreja, transportando com grande solenidade o Santíssimo Sacramento¹²⁴⁵. Mas o sucesso deste motivo ligado a Santa Clara atesta a popularidade desta devoção promovida nos meios franciscanos e sobretudo nos conventos de clarissas.

Quanto à mortificação física, para além dos jejuns e abstinências, era comum, as religiosas, quer em grupo quer de forma individual, “fazer disciplinas”.

¹²⁴³ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. VII.

¹²⁴⁴ Frédéric Tixier, *La Monstrance Eucharistique, XIII^e - XVI^e Siècle*, 2014, P.U.R., Rennes, p. 81 e M. Bartoli, *Claire d’Assise*, Paris. 1993, pp. 276-279 .

¹²⁴⁵ *Ibidem*, p. 83. Ver também p. 15: “Lembremos que a custódia considerada como um dos utensílios maiores do mobiliário litúrgico medieval, é um dos mais recentes”.

5.1.2. Ao ritmo do ano litúrgico

O mosteiro celebrava as principais festas do ano litúrgico, ligadas à vida de Jesus e à de sua Mãe, a Virgem Maria, com a invocação de Nossa Senhora de *Aracoeli*, a quem o mosteiro era dedicado, assim como Santa Clara, S. Francisco e outros santos. Como previa a Igreja e a própria Regra, estas festas e cada um dos tempos litúrgicos tinham profundas implicações no quotidiano da comunidade, ora impondo jejuns e abstinências, ora quebrando a normal austeridade para uma abundância festiva. Os ofícios e as missas alargavam-se em textos, ritos e cantos, em cheiros e cores, em palavras dos pregadores e em silêncios. Se da alimentação falaremos em apartado próprio, veremos aqui o que a documentação nos permite conhecer da vida devocional da comunidade, pautada pelo ritmo do ano litúrgico e pelas suas próprias opções em termos do culto votado a determinados santos ou a aspetos concretos da vida de Cristo ou da Virgem.

5.1.2.1. O ciclo do Natal

Ao Advento, que abria o ano litúrgico, sobre o qual dispomos sobretudo de prescrições alusivas a um tempo de maior penitência e rigor, sobretudo em termos alimentares, seguia-se o Natal, que na Ordem franciscana tinha uma particular importância, dada a devoção de S. Francisco ao Menino-Jesus do Presépio.

Em *Aracoeli* preparava-se com muita antecedência esta festa do mistério do nascimento do Deus-Menino. As religiosas faziam fervorosos exercícios de mortificação e penitência e rezavam muitas horas unidas à Virgem na espera do nascimento de Jesus.

Compravam-se cordas novas para a harpa, palhetas para o baixão, afinava-se o órgão. Muitas velas de cera eram consumidas não só nos inúmeros ensaios das cantoras e tangedoras, como na noite santa de Natal¹²⁴⁶, em que tinha lugar uma missa solene. As religiosas cantavam o Ofício de Natal no coro baixo, junto do Presépio¹²⁴⁷, em vez de ficarem no alto, como de costume. Muita gente de fora acorria à igreja, havendo velas acesas em todos os altares, mas era no trono do Deus-Menino que a luz irradiava com mais força. Alude-se ao brilho das lâmpadas de azeite e a um candeeiro de Natal que, só por si, ostentava doze velas¹²⁴⁸.

¹²⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 27 (dezº 1699): 6.650 réis em cera; liv. 97 (dezº 1707): 7.570 réis em cera.

¹²⁴⁷ ANTT, *Ministério das Finanças, Conv. de Araceli*, Alcácer, cx. 1950, capilha 1, [Caderno de linhas], (fevº 1774), [f. 6], onde se refere a existência de uma capela dos Reis Magos com as imagens em barro.

¹²⁴⁸ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 2 (dezº 1707): fl. 2v: 12 velas de quarta p/ o candeeiro do Natal “pesarão 3 arrateis”, 1.080 réis; fl. 33 (janeiro 1709): “12 bugias e 10 círios p/ o Natal, pesou tudo 7,5 arrateis, 2.700 réis.

Era uma noite de luz que irradiava do Presépio e bania as trevas. No ar, espalhava-se o cheiro do incenso¹²⁴⁹ e ecoava o som dos instrumentos e as vozes das cantoras que entoavam desde o canto gregoriano aos hinos mais populares cantados a mais do que uma voz, em honra do Salvador, na missa que ficou conhecida como *missa do galo*. Quando o sacerdote cantava o *Gloria in excelsis* soavam as campainhas e os sinos num repicar contagiante de alegria festejando a “Nascença” do Menino que era dado a beijar a todos (incluindo a comunidade). No dia de Natal continuava a alegria espiritual desta festa que se repercutia nos sermões pregados e nos cânticos.

Na oitava do Natal, as vésperas do Ano Bom eram marcadas por um solene *Te Deum Laudamus* (*nós Te louvamos, ó Deus*), um hino de origem antiga, cantado em agradecimento e louvor, em plena comunhão com a igreja universal, habitual, desde o início do mosteiro até quase ao fim¹²⁵⁰.

A marcar a mudança do ano, era habitual a abadessa mandar as religiosas tirar à sorte, no primeiro dia de janeiro, o registo de um “santinho” que ficava a ser o seu protetor¹²⁵¹. Com a festa dos Reis, a 6 de janeiro, rematava-se este tempo natalício.

5.1.2.2. A Semana Santa e o Tempo Pascal

Os rituais solenes do tempo pascal iniciavam-se, ontem como hoje, com a festa do Domingo de Ramos, seguindo-se as celebrações do Tríduo Pascal, coração do ano litúrgico, a começar na 5ª feira Santa no Lava-Pés de manhã e na Missa da Última Ceia à tarde, na Sexta-Feira Santa com a adoração da Cruz, a cerimónia do Sepulcro do Senhor e culminando na Vigília Pascal do Sábado Santo e Domingo de Aleluia. Eram imensos os gastos nesta época, desde a cera, aos sermões, a começar na limpeza da igreja, do edifício e da própria rua de acesso¹²⁵².

Vejamos, as cerimónias, através dos registos. Em relação ao Domingo de Ramos, as religiosas de *Aracoeli*, como as Clarissas em geral, exultavam nesta festa, ao celebrarem não só a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, como também um episódio

¹²⁴⁹ Compra de incenso no natal: AA, (c.a.) liv. 97, fl. 2v (dezº 1707): 1 arrátel de incenso, 200 réis; compra de 1 vaso de incenso: (c.a.) liv. 98, fl. 8v, 71vº, 98v, 156 vº; (c.a.) liv. 99, fl. 3v; (c.a.) liv. 99, fl. 115, (1737): 6 arráteis de incenso, 720 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 36 (1738) 13 arráteis de incenso, 1.260 réis.

¹²⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 109 (1864): 500 réis ao padre que cantou o *Te Deum* no último dia do ano.

¹²⁵¹ AA, (c.a.) liv. 114, fls. 45 e 74v (dezº 1780 e 1781): registos p/ as sortes, 1.320 réis; (c.a.) liv. 115, fl. 76 (dezº 1784): cem registos para as sortes, 1.900 réis. Regista-se a compra de calendários - (c.a.) liv. 119, fl. 28v (jan.º 1803): 2 calendários, 240 e fl. 47 (janº 1804): 4 calendários, 640 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 22 (dezº 1816) e fl. 84 (1818): calendários e registos p/ as sortes, 1.600 réis de cada vez.

¹²⁵² AA, (c.a.) liv. 120, fl. 29v (abril 1805): 240 réis a uma mulher que esfregou a Igreja p/ as Endoenças.

da vida da sua fundadora. A jovem Clara fora com a sua família à igreja em Domingo de Ramos (1211), mas como não se aproximou para receber o ramo, o próprio bispo Guido II de Assis passou entre o povo e foi depositá-lo nas suas mãos. Este facto foi interpretado como um sinal do sim de Clara à sua vocação religiosa, pois nessa mesma noite, a jovem deixou a casa dos pais e levou a cabo o seu projeto de entrega total a Cristo¹²⁵³.

Assim, antes do Domingo de Ramos, a comunidade religiosa pagava a quem cortasse e transportasse as folhas de palmeira e as ramagens com que se adornava a igreja e se faziam raminhos para distribuir às pessoas presentes na cerimónia. As religiosas compravam ainda enfeites, seda frouxa e canutilho para “enrocar” os belos palmitos, usados na procissão desse domingo de hosanas¹²⁵⁴.

Todos os anos, figuraram nas despesas gerais, as inerentes à preparação da montagem do sepulcro do Senhor que nos elucida acerca da sua importância, mas omite muitos dos detalhes que ajudariam a conhecer melhor o desenrolar desta cerimónia e se teria alguma coisa a ver com a chamada sala do sepulcro. Anotam o pagamento aos chamados “homens do sepulcro”, aos “carpinteiros por armarem o sepulcro”, a quem montou os volantes e ainda os materiais, desde pregos, alfinetes e grandes quantidades de cera necessários para a encenação deste drama litúrgico, centrado na morte e sepultamento de Jesus Cristo¹²⁵⁵. Sabemos que, em outros mosteiros de clarissas, também se assinala com especial desvelo a cerimónia do sepulcro do Senhor, como é o caso do Mosteiro de Jesus de Setúbal¹²⁵⁶.

Regista-se o pagamento de um sermão dito “do enterro” ou “soledade”¹²⁵⁷ que deveria ocorrer durante a encenação da morte de Jesus, com uma procissão, onde figuraria

¹²⁵³ Ver Chiara Giovanna Cremaschi, *Clara de Asís, Un silencio que grita, ob. cit.*, p. 43.

¹²⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 60 (1758): palmas, 160 ; (c.a.) liv. 106, fl. 60 (1758): palmas, 160; (c.a.) liv. 107, fls. 19v e 43 (1760 e 1761): 1 dúzia de palmas, 60 rs; (c.a.) liv. 109, fls. 36 e 66v (1766 e 1767): palmas, 40 e 120 rs; liv. 110, fl. 22, (1769): palmas, 120; (c.a.) liv. 111, fl. 42v (1773): palmas, 240; (c.a.) liv. 125, fl. 17v (1823): palmas, 960; (c.a.) liv. 127, fls. 31v, 37v e 43v (1828, 1729 e 1830): palmitos, 1.400 e 1.500 rs; (c.a.) liv. 125 (2ª ptª), fl. 54 (1831): palmas, a quem as rocou e trouxe, 2.810; fl. 64v (1832): 24 palmitos, 1.440 rs; fl. 76v (1833): 24 palmitos rocados, de retrós e canutilho 1.520 réis; fl. 84 (1818): liv. 128, fl. 103v (1983): palmas, 1.100, seda frouxa e canutilho, 240 rs; fls. 112v e 124v (1836 e 1837): palmas 900 e seda frouxa e canutilho 300 e 420 réis, e o mesmo nos anos seg^{tes} até abril 1841; (c.a.) liv. 129, fls. 8, 14 (1842, 1843 e 1845): palmas e enfeites, 1.740 rs e fl. 19 (1844): 1.200 rs; fl. 40v (1846): palmas, enfeites e trabalho, 3.820; fls. 50v, 59ve 78v (1847, 1848 e 1850): palmas, enfeites e rocado 1.500, 700 e 1.300 réis.

¹²⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 10 (abril 1699): oficiais p/ o sepulcro, 50 réis; fls. 36-38v (março/abril 1700), e fl. 63 (março 1701): 300 pregos p/ o sepulcro, 700 rs; deu-se ao armador, 2.800 réis; aos carpinteiros p/ “armarem o sepulcro”, 1.500; (c.a.) liv. 96, fl. 11 (março 1705): pregos e ferragens p/ o sepulcro: 650 réis, fl. 148v (1705), fls. 40-40v (1706), fl. 154v (1706), fl. 75 (abril 1707), fl. 160v (1707); (c.a.) liv. 97, fl. 12 (abril 1708): 500 réis aos homens do sepulcro; ao armador de volantes, alfinetes e suas mãos, 3.200 réis.

¹²⁵⁶ Saul António Gomes, “Doces obrigações. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – séc. XVI a XVIII”, *ob. cit.*, p. 25.

¹²⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 43 (1706); fl. 84 (1818); (c.a.) liv. 98, fl. 13 (1732): 3 sermões: Mandato, Paixão e Soledade, 6.000; (c.a.) liv. 99, fl. 20 (1735): sermões: Mandato, Paixão e Soledade, 6.000; (c.a.) liv. 97,

a virgem Dolorosa ou da *Soledade* no enterro do Senhor, *findo o qual o corpo de Nosso Senhor se sepulta à sexta feira de paixam the a menham da Resurreicao*. Tudo era minuciosa e solenemente preparado e montado, à maneira de uma cenografia teatral, sendo no fim de sexta-feira mostrado aos fiéis uma réplica do santo sudário.

Comprovando o destaque deste cerimonial, há um documento de 1613, em que o Papa Paulo V confirma que, em Alcácer, na Semana Santa, só se deveria mostrar uma reprodução do santo sudário na igreja do Convento de *Aracoeli* porque a comunidade o tinha em sua posse e era seu privilégio, muito antigo, mostrá-lo nas Endoenças¹²⁵⁸. Pomos a hipótese de que seja o que, ainda existe, hoje, no espaço museológico da Igreja de Santa Maria do Castelo. Esta resposta papal surgira por causa de um diferendo com a Santa Casa de Alcácer, a qual tinha procurado fazer esta mesma cerimónia também na sua igreja da Misericórdia, em Sexta-Feira Santa, o que a carta anterior vem proibir com pesadas penas¹²⁵⁹. Não sabemos se a procissão do Senhor Morto se realizaria apenas no Mosteiro ou se a procissão sairia para o exterior.

As religiosas contratavam um “armador” que fazia a decoração da igreja, neste tempo, não esquecendo os panos de luto nas Endoenças e o embelezamento da igreja, sobretudo da capela-mor na festa pascal, onde a iluminação e as muitas flores primaveris espelhavam a alegria e a beleza a condizer com os aleluias cantados com entusiasmo¹²⁶⁰. Apesar de a comunidade ter algumas colmeias próprias, a despesa com a compra de cera foi, ao longo do ano litúrgico, sempre muito superior à venda¹²⁶¹, sendo uma das grandes despesas do mosteiro nesta e em outras épocas religiosas¹²⁶². Este iluminante era muito gasto na Semana Santa, desde os rolos das madres músicas e padres, às velas usadas no

fl. 5 (1707) sermões: Mandato e Soledade 4.000; (c.a.) liv. 106, fl. 6v (1756) e (c.a.) liv. 110, fl. 50v (1770): 4.800 sermões: Mandato e Paixão; (c.a.) liv. 124, fl. 29v (1821): 2 Sermões: Lava Pés e Enterro, 4.800 réis.

¹²⁵⁸ AA, CNSA/02/010, fls 1-2 (1-4-1613). Carta do Doutor João de Lucena, público notário apostólico da Santa Sé, na linha das bulas, privilégios e indultos dos antigos e confirmados pelo Papa Paulo V.

¹²⁵⁹ *Ibidem*.

¹²⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 63 (1701): 1 cento de pregos p/ o sepulcro, 300 réis; 1 cento, 200; 50, 200 réis: deu-se ao armador pelos alfinetes e suas mãos, 2.800 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 15v^o (1705): deram ao Armador por armar a capela-mor nas Endoenças, 2.000; (c.a.) liv. 97, fl. 12 (1708): deram ao armador, 3.200 réis.

¹²⁶¹ Em todo o serviço litúrgico anual e nos ensaios de canto gastava-se muita cera, embora alguma fosse de receitas próprias: AA, (c.a.) liv. 95, fls. 30, 54 e 100 (1699, 1700): recebemos de 5 arráteis de cera amarela “em pam” que se tirou do pote de mel a preço de 260 réis o arrátel, 1.300 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 56v (1764): de 5 cortiços p/ as abelhas, 630 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 40v (1766): “de 2 cortiços” 300, fl. 42 (1766): recebemos pela cera das colmeias, 800 e fl. 76v (1767): recebemos da cera da colmeia, 750 réis.

¹²⁶² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 38v (1700): 30 velas de 3 quartas e 50 de meio arrátel p/ o sepulcro e 12 de quarta p/ o lampadário, peso 51 arráteis, 19.380; (c.a.) liv. 97, fl. 12 (1708): cera p/ o sepulcro 60 círios, de meio arrátel, e 12 velas de quarta; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 63v (1724): 50 círios “de aRatel” p/ o sepulcro” e fl. 106 (1725): “30 círios de 3 quartas e 10 de meyo aRatel, e 9 vellas de quarta p/ o sepulchro”, tudo 30 arráteis e meia quarta, a 360 réis o arrátel, 10.845; (c.a.) liv. 98, fl. 125v (1734): pesou 89 arráteis e 1 quarta, 30.315; (c.a.) liv. 99, fl. 125 (1737): 106 arráteis e 1 quarta de cera branca, a 320 réis o arrátel, 33.040; (c.a.) liv. 102, fl. 10 (1744): 56 arráteis, 19.040 réis; fls. 61 e 108 (1745 e 1746); e fl. 121 (1746).

candeeiro das trevas, o triangular, que tinha no vértice uma vela chamada galo, a que se juntava a cera do sepulcro e a que ia para a tribuna da Virgem, trono do Menino Jesus, altar-mor, “serpentina” e círio pascal¹²⁶³. Este simbolizava a ressurreição de Cristo e acendia-se na vigília pascal. A título de exemplo, repare-se que, antes da Páscoa de 1822, foram compradas vinte e cinco arrobas de cera em rama para os gastos das cerimónias¹²⁶⁴. E, para reforço da iluminação, havia a tradição antiga da Câmara Municipal de Alcácer oferecer uma tocha ao Convento de *Aracoeli*, em Quinta-Feira Santa¹²⁶⁵.

Era frequente recorrer-se a pregadores de fora para o sermão do *Mandato* em 5ª feira Santa e para o da *Soledade* na 6ª feira Santa. Uma ou outra vez, há registos de dois sermões para 6ª-feira Santa: o “sermão da Paixão” e o “sermão da Soledade”. Por vezes, já no século XIX, na Quinta-feira Santa, o sermão pago era o pregado na cerimónia do *lava-pés*, de manhã, em vez de ser o da comemoração da Ceia (*Mandato*) que se realizava à tarde. O pregador recebia entre dois mil a três mil réis¹²⁶⁶, embora com oscilações. Com a aprovação do plano de reforma económica de 1824, ficou determinado que 2.400 réis seria o total a pagar a um ou dois padres que na Semana Santa assistissem e cantassem a Paixão em Domingo de Ramos, que fossem ao altar na Quinta-feira Santa de manhã e de tarde e na Sexta-feira Santa, não sendo nenhum desses o Vigário ou o Capelão¹²⁶⁷.

Em todo o tempo de vida do mosteiro, os sermões pesavam em demasia no orçamento das clarissas, como, por vezes, os visitantes constataram. A comunidade tinha dificuldade em pagar não só aos padres que cantavam as missas, mas também aos pregadores de fora, chamados nas grandes solenidades. Neste sentido, em 1691, foi ordenado que as missas dominicais continuassem a ser cantadas, mas o capelão não

¹²⁶³ Exemplos: AA, (c.a.) liv. 96, fl. 40 (1706): 508 círios de meio arrátel e 4 bugias, um círio pascal e serpentina que tudo pesou 31 arráteis e quarta, abatendo 4,5 arráteis de cera queimada ficaram 26 arráteis e 3 quartas, a 320 réis o arrátel e o feitio do círio “pascoal” e serpentina 180 réis, 8.740. Mais 20 círios, de cera amarela, p/ o candeeiro e 13 rolos de quarta e 4 de meio arrátel p/ as madres músicas. Pesou tudo 15,5 arráteis, a 300 réis o arrátel, 4.650 réis; fl. 40v: 14 braçadas de corda de linho p/ o círio grande, 900 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 14v (1723), importou em 19.565 réis, mais 3.000 da do candeeiro; (c.a.) liv. 110, fl. 22v (1769): 57.000 réis, incluindo tochas, serpentina, círio pascal, velas e rolos das madres músicas.

¹²⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 2 (1822): cada arroba, a 400 reis o arrátel, e de fabrico 60 réis, 36.800 réis.

¹²⁶⁵ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 12v (1744): “Recebemos pela toxa da Camara”, 1.200 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 91 (1812): de 2 tochas, que a Câmara tem obrigação de dar para a nossa Igreja na Semana Santa, era de 1811, e de 1812, 4.800 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 12 (1816): recebemos pela tocha que nos dá o Senado da Câmara, 600 réis; (c.a.) liv. 125, 2ª parte, fl. 55v (1831): recebemos pela tocha [...] 1.600 réis.

¹²⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 43 (1706); (c.a.) liv. 98, fl. 13 (1732): 3 sermões. Mandato, Paixão e Soledade 6.000 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 20 (1735): sermões: Mandato, Paixão e Soledade, 6.000; (c.a.) liv. 97, fl. 5 (1707): sermões: Mandato e Soledade 4.000 rs; liv. 106, fl. 6v (abril 1756) e liv. 110, fl. 50v (1770): 4.800 pelos 2 sermões; (c.a.) liv. 124, fl. 29v (1821): 2 Sermões das Endoenças: Lava Pés e Enterro, 4.800 réis.

¹²⁶⁷ Nos Livros de Contas insere-se o pagamento aos padres que cantam a Paixão em domingos de Ramos e nas cerimónias de quinta e sexta-feira santa e em outras solenidades do ano litúrgico, desde que não fossem o Vigário ou o Capelão - “a estes só se dará as semanas do costume”.

levaria esmola pelos sermões nos domingos da Quaresma e do Advento, enquanto o convento estivesse “empenhado”¹²⁶⁸, mas constata-se serem muitos os sermões que continuaram a ser pagos pelas religiosas, mesmo em épocas de grande aperto económico.

Era costume antigo, mantido quase até extinção da comunidade, o envio do jantar de Quinta-Feira Santa aos presos da cadeia de Alcácer, fazendo memória da Ceia do Senhor Jesus Cristo, ou uma esmola correspondente¹²⁶⁹. Embora, mais raramente, apareça referido também um jantar dado aos pobres nesse dia¹²⁷⁰. Nas festas de S. João Batista e de Santa Clara as freiras enviavam, por vezes, esmolas para os presos da cadeia da vila¹²⁷¹, sendo recorrentes as esmolas na portaria do mosteiro. Tudo na linha de que *dar de comer a quem tem fome...*

Em Alcácer, era habitual haver uma procissão no domingo de Páscoa que saía sempre da Igreja de Santa Maria do Castelo cujos padres eram da Ordem de Santiago. Em 1633, por causa de um diferendo grave entre os freires espatários e os padres seculares ligados ao Arcebispo de Évora, estes puseram a hipótese que a procissão saísse da igreja do Mosteiro de *Aracoeli*. Houve leigos também a tomar partido, o que toldou ainda mais o ambiente. Foi grande a perturbação e houve quase uma “guerra”, imprópria numa celebração religiosa, ainda por cima pascal. Embora de forma indireta, o cenóbio na pessoa do capelão e na da própria abadessa viram-se envolvidos na contenda¹²⁷². O incidente conhece-se, a partir de um inquérito mandado fazer pelo arcebispo de Évora aos contendores. Nos anos seguintes, aparentemente, tudo voltou ao normal, desconhecendo-se a existência de qualquer outro registo.

Quarenta dias depois da Páscoa havia a grande festa da Quinta-feira da Ascensão que, geralmente, se celebrava em fins de maio (mas, como era móvel, poderia calhar no início de junho). Nesse dia, como é óbvio, havia despesas extraordinárias. Do ponto de vista religioso, para além do consumo de mais cera¹²⁷³, havia gastos com uma liturgia

¹²⁶⁸ AA, CNSA, 03/001, fls. 9v e 10 (outº 1694).

¹²⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 33v (1811); (c.a.) liv. 127, fl. 1 (1825): jantar que se mandou aos presos; fl. 11 (março 1826): esmolas e jantar aos presos, 1.800 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 103v (1835): presos pelo jantar 600 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 113 (março 1836): aos presos p/ o jantar de 5ª feira Santa 800 réis; fl. 125v (março 1837): jantar dos presos, 5ª feira Santa, 600 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 2v (abril 1841): esmola aos presos, 5ª feira Santa, 1.200 réis; fls. 8v e 14 (abril 1842 e 1843): esmola aos presos, 5ª feira Santa, 1.350 e 600 réis; fl. 19v (junho 1844): Deu-se de esmola aos Presos que vieram à portaria (sic) 160 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 88 (abril 1862): esmola para os presos pela semana santa, 900 réis e mais esmolas 600 réis.

¹²⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 33 (abril 1824): Despendeu-se com o jantar dos pobres, 3.400 réis.

¹²⁷¹ AA, (c.a.) liv. 123, fl. 7v (1816): fruta p/ os Padres e “esmola aos presos da cadeia, 880 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 28v (agosto 1814): “huma esmola aos presos em dia de Nossa Madre Santa Clara”, 480 réis.

¹²⁷² A.C.S.E. - pasta 7: procissão e sucesso em Alcácer.

¹²⁷³ Por exemplo, (c.a.) liv. 109, fl. 13 (maio 1765): cera para a festa da Ascensão, 1.200 réis.

solenizada, de que se anotam pagamentos aos padres que *foram ao altar* nesse dia, acrescentando, por vezes, que os mesmos assistiram também ao ofício das *horas*¹²⁷⁴.

A festa de Pentecostes, com a qual terminava o tempo pascal, celebrava-se com missa solene¹²⁷⁵, sermão e muita profusão de luz e de vermelho na decoração da igreja. Era habitual a prelada oferecer, pela tarde, na cerca conventual, uma merenda à comunidade. É o que se pode deduzir da análise de uma carta enviada pela abadessa Soror Maria José de Santa Ana Batista (eleita em março de 1819, numa época de grandes dificuldades económicas) a Manuel Coelho, Capitão-mor de Ordenanças de Alcácer do Sal, a quem chama "pai do coração", referindo que as suas antecessoras costumavam servir uma merenda na tarde do domingo do Espírito Santo, pelo que lhe pedia conselho e, naturalmente, esperava que ele lhe desse alguma ajuda económica¹²⁷⁶.

Ainda no rescaldo destas festas, o calendário litúrgico incluía duas outras importantes celebrações. Desde logo, a do Corpo de Deus, certamente vivenciada com fervor por uma comunidade que tinha na devoção eucarística um dos seus eixos espirituais. Sabemos que esta festa era muito marcante na vila de Alcácer, onde existia uma procissão solene, que funcionava como modelo para todas as outras, ao longo do ano, sendo as ruas obrigatoriamente engalanadas¹²⁷⁷. Os livros de contas aludem também à festa da Santíssima Trindade que, após Trento, foi muito celebrada, tendo sido colocadas representações do mistério trinitário nas igrejas, com intuitos catequéticos¹²⁷⁸.

5.1.3. A devoção à Virgem e a Santa Clara

Para os franciscanos, assim como para as clarissas, a devoção à Mãe de Jesus estava profundamente enraizada nas suas comunidades. As religiosas, ao dedicarem a sua vida à meditação e oração, procuravam imitar a Virgem, como o ideal feminino por excelência, símbolo de todas as virtudes. São muitas as festas em honra de Nossa Senhora que se

¹²⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 127, fl. 31v (maio 1828); (c.a.) liv. 128, fl. 50 (maio 1839): aos 2 Padres que foram ao Altar em quinta-feira de Ascensão, 960 réis; de 1841 a 1848 gastaram todos os anos 1.440, excepto 960 réis, em 1843: ver (c.a.) liv. 129, passim.

¹²⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 14 (maio 1708): "pão que se comprou todo este mês para os padres e gastos da cozinha e para os padres que vieram dia da Ascensão e Pentecostes para a missa, 2.360 réis.

¹²⁷⁶ AA, CNSA/02/057 (1819-05-22) Na carta a abadessa pede opinião sobre a organização da tal merenda, provavelmente porque o dinheiro escasseava. Acrescenta que só a última abadessa não cumprira a tradição.

¹²⁷⁷ Sobre a sua celebração em Alcácer nos tempos tardo-medievais, cf. Maria Teresa Lopes Pereira, «Feira e festas em Alcácer nos tempos trado-medievais», in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1999, vol. I, pp. 195-197

¹²⁷⁸ AA, (c.a.) liv 101, fl. 11v (maio 1741).

destacam no calendário religioso e concretamente no mosteiro, a começar pela Santa Maria de *Aracoeli*, também devocionada como Virgem da Assunção.

No mês de agosto, são celebradas duas grandes festas: Santa Clara a 11/12 e a Nossa Senhora de *Aracoeli*, a 15, dia da Assunção da Virgem. Toda a comunidade e a envolvente do mosteiro, incluindo as gentes de Alcácer participavam nesses dias de festa das duas Mães e Patronas do Convento¹²⁷⁹.

Havia toda uma preparação espiritual e material para estas festividades, destacando-se uma novena em honra de Santa Clara, em que para além das religiosas, poderiam participar também pessoas de fora, devotas ou amigas da comunidade. Um dos franciscanos destacados no Convento presidia à novena. Alindava-se também o espaço interior e exterior para a festa. O adro e o caminho que dava acesso à igreja conventual eram cuidadosamente arranjados e o chão atapetado com plantas perfumadas. A nave do templo, a capela-mor e os altares eram ornados com grande beleza, recorrendo-se, com frequência, aos serviços de um “armador” externo que se encarregava dos materiais e volantes necessários, de modo a que tudo ficasse belo e magnífico¹²⁸⁰.

Adquiria-se incenso¹²⁸¹, carregavam-se as tocheiras com círios e outras velas de cera fina para iluminar profusamente a igreja. Uma parte significativa destinava-se à tribuna de madeira onde estava a imagem de Santa Maria de *Aracoeli* que envergava nestas festas a coroa de prata, as suas vestes mais solenes unidas por uma pregadeira, jóia rica de ourivesaria. Era uma imagem, em tamanho natural, como já vimos, de “tão grande formosura” que os corações se comoviam na sua contemplação e evocavam-na com enorme devoção nesse dia. Os reflexos das lâmpadas de azeite, postas nos diferentes altares, reforçavam todo este ambiente luminoso e festivo¹²⁸², dando realce a uma

¹²⁷⁹ Até à extinção, continuam a ser grandes os gastos com a compra de flores e de cera quer para a festa de Stª Clara quer para a da Senhora de *Aracoeli*. Ver AA, (c.a.) liv. 130, fls. 114v-115 (1864): flores para Nª Srª de *Aracoeli*, 1.300; 7.200 réis em cera para as missas de Stª Clara e Nª Srª e 2 sermões a 4.800 réis.

¹²⁸⁰ Registos do mês de agosto: AA, (c.a.) liv 96, fl. 24 (1705): p/ o armador Manuel Francisco, 1.750 réis e fl. 50v (1706): deram ao armador por armar a capela-mor p/ estas 2 festas e do aluguer de 23 volantes, a 60 réis cada, e de suas mãos, 1.800 réis; (c.a.) liv. 97, fls. 20vº, 50v e 82 (1708, 1709 e 1710): 2.640 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 126 (1725): ao armador da Igreja, 480 réis; liv. 98, fls. 86v e 139v (1733 e 1734): 3.200 réis cada ano; liv. 99, fl. 37v (1735): 3.200 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 27 (1744): Deram ao armador que armou a Igreja, 3.200 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 13v (1753): gasto feito na igreja na festa de Sª Clara, 1.330 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 17 (1756): a quem armou a Igreja, 1.200 réis e mais 4 cartas de alfinetes, 320 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 32v (1769): a quem armou a Igreja, 1.200 réis e mais 1 carta de alfinetes e taxinhas, 120 réis. AA partir de finais do século XVIII, este trabalho decorativo aparece, por vezes, entregue ao sacristão. Ver AA, (c.a.) liv. 116, fls. 13v, 39v e 160v (1785, 1786, 1787): ao sacristão- armou a Igreja, 480, 550 réis.

¹²⁸¹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 34v (agosto 1723): dois arráteis de incenso 480 réis.

¹²⁸² Registos de agosto: AA, (c.a.) liv 96, fl. 24 (1705): 29 círios de 1/2 arrátel 5.220 réis e fl. 50v (1706): 13 rolos de quarta e 2 de meio arrátel p/ as madres músicas 1.275 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 66 (1710): 3 arráteis e quarta de cera fina p/ dia de Sª Clara 1.040 réis; (a.c.) liv. 97A/3, fls.34 e 77 (1723 e 1724): 10 círios de meio arrátel e 15 círios de 3 quartas “todos pezarão 16 arratens e 3 quartas”, a 340 réis por arrátel, 5.695 e

escultura de S. Francisco e a outra de Santa Clara, de vulto, e ornadas de resplendores de prata, que ladeavam a tribuna da Virgem no retábulo do altar-mor.

No cenóbio existiam outras imagens de Santa Clara, havendo um quadro de pintura recente¹²⁸³. É representada, quase sempre com a custódia, símbolo da Santa por excelência, e o que melhor a identifica, a tal ponto que é considerada a patrona da Eucaristia¹²⁸⁴. Também surge com o livro da Regra e com o báculo. No coro alto, refere-se uma escultura de Clara a segurar um báculo, valorizando a sua faceta de fundadora da Ordem e de abadessa (o que em vida, de facto, lhe desagradava)¹²⁸⁵.

Das cerimónias religiosas que tinham lugar na véspera da festa de Santa Clara, pouco se conseguiu apurar, mas no próprio dia, sabemos que vinha, pelo menos, um pregador de fora, para o sermão mais importante. Às vezes, são registados dois sermões, um respeitante à parte da manhã e outro à parte da tarde¹²⁸⁶, mas geralmente, havia uma só pregação na festa da fundadora e outra no dia da Assunção, a padroeira¹²⁸⁷. Não nos chegaram nenhuns registos dos sermões então pregados, como se conhecem noutras regiões da Europa, como a Itália e a França, estudados, por exemplo, por Nicole Bériou. Diz-nos esta historiadora que no único sermão em que S. Boaventura fala sobre sobre

os rolos p/ as Madres Músicas e Padres, 2.040 réis e 12 círios de arrátel e 12 de 1/2 arrátel p/ as 2 festas, “pezarão 18 a Rates e quarta”, a 360 réis, 6.570 e rolos 1.980 e fls. 125-125v (1725): 40 círios, peso 19 arrátéis e 1 quarta, a 380 réis, 7.315, os rolos p/ as madres músicas e mais gasto 1.805 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 37v (1735): toda a cera, 19.540 réis; fl. 89, (1736): 41,5 arrátel de cera branca para a tribuna em a mesma festa, a 320 réis o arrátel, 13.280 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 17 (1756): 2 arrobas e 38 arrátéis, 32.260 réis e fl. 46 (1757): gastou-se 25.100 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 8v (1759): 6.150; (c.a.) liv. 110, fl. 32v (1769): 2 arrobas e 2 arrátéis de cera branca, a 255 réis o arrátel, 16.920 e de 13 alq. de azeite, 13.800 réis.

¹²⁸³ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 34 (1803): pagou-se ao pintor (a escritã não refere o nome) “que fez hu quadro de Nosso Padre S. Francisco e Nossa Matriarca para a Porta Regular”, 4.800 réis; ao carpinteiro 1.320 réis pela moldura; e deu-se ainda 240 réis, a quem transportou o quadro até ao Convento e o pendurou na parede.

¹²⁸⁴ TORRES BALLESTEROS, Nuria, «Iconografía de Santa Clara en la España medieval», *Las Clarisas en España y Portugal Congreso Internacional*, Salamanca, 1993: Vol. 2, 1993, pp. 597-635; TERRON REYNOLDS, M^a. T., “La iconografía de Santa Clara en las artes plásticas extremeñas”. En: *Las clarisas en España. Actas Congreso Internacional*, Salamanca 1993: Vol. II, pp. 667-677.

¹²⁸⁵ Poderá pertencer a esta imagem, o báculo que foi reparado em set.º 1811 - AA, (c.a.) liv. 121, fl. 50: “Do conserto do Báculo de Nossa Madre Santa Clara, 1.600 réis. Ainda em 1874, é inventariada no Coro uma imagem de Santa Clara. Ver TT, *Ministério da Fazenda, Aracoeli*, cx. 1950, capilha 1, doc. 9, fl. 6.

¹²⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 82 (1710): 3 sermões, 2 na festa de St^a Clara e 1 na Assunção, 6.000 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 125 (1725): sermão da tarde de St^a Clara 2.000 réis; o da manhã e o de N^a Sr^a foram de graça.

¹²⁸⁷ Registos de agosto: AA, (c.a.) liv. 95, fls. 16, 17v (1699): 2 sermões de N^a Madre e N^a S^a, 3.380 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 24 (1705): Pregadores, 2.400 réis, fl. 50v (1706), liv. 97, fls. 20vº e 50v (1708 e 1709): sermão de N^a Madre e de N^a S^a, 4.000 rs; (c.a.) liv. 97A/3, fls. 34 e 77v (1723 e 1724): sermões de N^a Madre e de N^a S^a, 4.400 réis; (c.a.) liv. 98, fls. 86v (1733): os 2 sermões, 7.200 e o mesmo preço em liv. 98, fls. 86v e 139v (1733 e 1734) e (c.a.) liv. 99, fl. 37 (1735), (c.a.) liv. 102, fl. 27 (1744), (c.a.) liv. 105, fls. 13v e 31v (1753 e 1754): Sermões de N^a Madre e de N^a S^a, 7.200 réis, (c.a.) liv. 106, fl. 17 (1756); (c.a.) liv. 107, fls. 8v e 29 (1759 e 1760): 2 Sermões, 6.400; (c.a.) liv. 109, fl. 47v (1766): o de St^a Clara 3.200 réis, fl. 74v (1767): os 2 sermões, 6.400 e o mesmo (c.a.) liv. 110, fl. 6 e 32 (1768 e 1769); (c.a.) liv. 116, fls. 13v e 39vº (1785 e 1786): os 2 Sermões, 6.200 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 49v (1793): os 2 sermões, 6.400; (c.a.) liv. 121, fl. 13 (1810); Sermão, dia 11, 3.200 réis; Sermão da Oraga, 3.200; *ibidem*, fl. 47 (1811): os 2 sermões, 6.400; (c.a.) liv. 125, fl. 5 (1822): os 2 sermões, 6.400 réis.

Santa Clara insere-o num que foi composto para a grande festa litúrgica da Assunção em que o pregador invoca a morte de Clara “que vê o Senhor vir ao seu encontro, tal como veio ao encontro da Virgem, sua Mãe, para a fazer sentar junto dele nos céus”¹²⁸⁸.

Nossa Senhora da Conceição, celebrada em 8 de dezembro em Portugal, antes e sobretudo depois de 1640, tinha uma capela própria no mosteiro, ao que tudo indica, no andar de baixo¹²⁸⁹. Figurava também num quadro do coro alto e ainda em outra escultura. Eram muitos os gastos inerentes à festa da Imaculada. A missa, solenemente cantada, obrigava a que as religiosas pagassem um extra ao padre para cantar a epístola. Geralmente, o pregador vinha de fora para o sermão (este gasto entrava quase sempre nas contas com o da calenda de Natal). O seu preço oscilou entre os 2.000 e os 2.400 réis, chegando a atingir 2.600 e 3.200 réis. Registou-se que, em dezembro de 1848, pagaram 5.760 réis aos Padres que foram ao altar no dia de Nossa Senhora da Conceição, incluindo no preço o sermão que proferiram¹²⁹⁰.

No cenóbio era também muito solenizada a festa das Candeias ou festa da Apresentação do Menino Jesus no Templo e a Purificação de Maria, celebrada a 2 de fevereiro. Nesse dia, cantavam-se solenemente as horas e na missa a igreja enchia-se de luz. Com efeito, para além das velas habitualmente acesas nos altares, havia muitas outras que se distribuía a todos os fiéis presentes, assim como velas e círios especiais oferecidos às pessoas ilustres que se deslocavam ao mosteiro nesta celebração, nomeadamente, o Juiz de Fora, o Provedor da comarca, o Padre Vigário e outras pessoas importantes¹²⁹¹. Era habitual, depois da missa cantada da Purificação, as religiosas

¹²⁸⁸ Ver Nicole Bériou, “Les sermons sur Sainte Claire dans l'espace français (vers 1255-1350)”, publication du comité du comité du VIII^e centenaire de Sainte Claire, Paris, 1995, p. 129 e a bibl. aí citada pela autora.

¹²⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 106v (1863): Arranjo da Capela de N^a S^a da Conceição, 5.760 mais 17.150 réis.

¹²⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 1 e 2v (1722): sermão da Conceição, 2.400 réis e da Calenda 1.950 réis”; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 46 (723): “sermões da Conceição e Calenda, 4.400 réis”; fl. 92 (1724): os 2 sermões, 4.000 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 45v (1732): sermão, 2.400 réis e fl. 156v: Sermão da Conceição e Natal, 4.400 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 18v (1753): Sermão, 2.400 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 87 (767) e (c.a.) liv. 110, fl. 15 (1768): os 2 sermões, 5.200 réis; fl. 44v (1770): os dois, 4.400; (c.a.) liv. 116, fl. 21v: Sermão da Conceição e Calenda, 5.200 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 15v (1791); fl. 35 (1792): o mesmo, 5.200; fl. 55 (1793): 2 sermões 4.400 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 23v: os mesmos 2 sermões, 5.200 réis (1810), liv. 120, fl. 77 (1806): sermões, 4.400; Padre que cantou a epístola (Conceição), 240; liv. 125, fl. 43v (1824): Sermão, 3.200 réis; (c.a.) liv. 127, fl. 4 v (dez^o 1825): Sermão, 3.200; (c.a.) liv. 128, fl. 4v (1834): Sermão da Conceição e Natal, 5.200 réis ; (c.a.) liv. 129, fl. 76v (1849): Conceição, sermão e Padres que foram ao altar, 5.760 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 51 (1805): 2 sermões, 4.400; Padre que cantou a Epístola, 240 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 55 (1839): 2 sermões, 5.200; aos 2 Padres na Conceição e na noite de Natal, 1.920; (c.a.) liv. 127, fl. 4 v (1825); (c.a.) liv. 129, fls. 11v (1842) e fl. 67 (1848): Sermão da Conceição 3.200 réis.

¹²⁹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 2v (1699): “[...] cera pera as Candeias”, 9.800 réis; “28 arráteis de cera”, a 400 réis o arrátel, 11.200; (c.a.) liv. 96, fl. 9 (1705): 2 círios de arrátel e 15 de meio arrátel, 37 velas de quarta, 19 de 6 em arrátel, p/ as Candeias, peso total 28 arráteis e 3 quartas, a 360 réis o arrátel, 10. 359 rs; (c.a.) liv. 96, fl. 37v^o (1706): 3 círios, de arrátel, dados pelas Candeias ao Juiz de fora, ao Provedor da Comarca e ao Vigário e 18 de meio arrátel e 15 velas (3 em arrátel) e 37 de 5 em arrátel, a 320 réis o arrátel, 9.760, 4

fazerem uma procissão nos claustros, segurando nas mãos as velas acesas, em sinal da sua consagração total a Jesus Cristo.

Mesmo, depois de posto em prática no mosteiro um plano de gestão mais rigoroso e vigiado, verificamos que nesta festa os gastos continuaram altos. Gostaríamos de destacar que Maria da Conceição de S. José, última religiosa, que governou o convento sozinha a partir de 1861, velou sempre para que houvesse abundância de luz na festa de Nossa Senhora das Candeias, daí os registos da compra de muitas velas para os altares e para serem distribuídas a quem fosse à igreja do mosteiro nessa celebração. Acabou por morrer nesse dia festivo, em 2 de fevereiro de 1874.

5.1.4. A devoção a S. Francisco e a outros santos franciscanos

A estas festas da Virgem se juntavam as próprias dos santos da Ordem, dos Pais Fundadores S. Francisco (3/4 de outubro) e Santa Clara (11 de agosto, como já vimos) a de Santo António (13 de junho) e S. João Capistrano (23 de outubro).

Depois da extinção do convento de Santo António de Alcácer, verifica-se que se soleniza mais ainda a festa de S. Francisco no mosteiro de *Aracoeli*, havendo registos de missa cantada e sermão¹²⁹². O dia de Santo António também era festejado, embora sem o destaque do convento franciscano masculino de Alcácer, do qual era o patrono¹²⁹³. Também evocavam S. João Capistrano¹²⁹⁴, mas não referem nenhuma imagem.

5.1.5. A devoção a S. José

As religiosas tinham uma grande devoção a S. José, sendo assinalada a missa na festa deste santo, em 19 de março¹²⁹⁵. Um dos dois altares colaterais existentes na igreja, era dedicado ao pai adotivo de Jesus, com uma lâmpada de azeite acesa¹²⁹⁶. Verifica-se pelos registos que, desde inícios e até meados do século XIX, o sermão pregado na festa

círios de meio arrátel, 600 rs; (c.a.) liv. 102, fl. 52 (1745): p/ as candeias, 11.970 réis; (c.a.) liv. 109: liv. 109, fl. 36 (março 1766): cera gasta na Festa das candeias que veio de Setúbal, 18\$800; liv. 125, fl. 43 (1825): 17,5 arráteis, p/ a Purificação, 9.800; (c.a.) liv. 130, fl. 122 (1865): p/ as Candeias, 2.880 réis.

¹²⁹² AA, (c.a.) liv. 128, fl. 99v (1834): pagou-se a quem cantou a missa dia do Patriarca, 480 réis.

¹²⁹³ AA, (c.a.) liv. 129, fls. 61, 71 e 106v (1848, 1849 e 1853). É no dia de Santo António, apenas por três vezes, que se regista nas contas o gasto com rapé distribuído às religiosas, no valor de 500 réis a cada.

¹²⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 154 (dezº 1701): da chacina deste ano se deu ração de toucinho às Religiosas, Moças e Servos dia de Páscoa, para a ceia da Ascensão, dia do Espírito Santo, dia de Nossa Senhora da Assunção, dia do Grande Baptista dia de S. João Capistrano e dia de todos os Santos.

¹²⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 110v (1864): 960 réis por 2 missas que se mandaram dizer, sendo uma a S. José.

¹²⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 28v (março 1805): um gancho p/ a “alampada” de S. José [...] 180 réis.

de *Todos os Santos* era em honra de S. José por causa de um voto¹²⁹⁷, não se conseguindo apurar se o mesmo estava relacionado com o cumprimento de algum legado pio, ou com o facto da comunidade querer destacar nesse dia, a figura de S. José. Por exemplo, refere-se que, em 1804, no dia de Todos-os-Santos, a comunidade pagou 2.640 réis a quem fez o sermão de S. José e ao religioso que cantou a Epístola¹²⁹⁸.

Em todo o mosteiro havia várias imagens de S. José sozinho, S. José com o Menino e S. José com a Virgem¹²⁹⁹.

5.1.6. A permanência do culto de Santiago

É interessante verificar, na comunidade clarissa de *Aracoeli*, a permanência do culto de Santiago, ligado intimamente à conquista cristã de Alcácer e ao convento da Ordem. A vila foi sede da milícia de Santiago, na maior parte da Idade Média cristã¹³⁰⁰.

O processo fundacional do Mosteiro integrara a preocupação do monarca português, administrador da Milícia, em garantir a continuidade do culto de Santiago na nova casa monástica, perpetuando também a memória da história do lugar e a intercessão pelos antigos mestres e governadores, tendo a antiga capela sido substituída pela nova igreja. Assim o atesta um documento de D. Filipe I de Portugal, de 1595, que refere a demolição da antiga capela de Santiago e a transferência da imagem do Apóstolo para a nova igreja conventual, agora dedicada à Virgem. A imagem do santo deixava assim a antiga centralidade que assumira na velha igreja espatária para se fixar doravante num novo altar a ele dedicado, lateral à capela-mor.

O mesmo diploma atendeu às pretensões das clarissas de Alcácer em fazer substituir os clérigos santiaguistas estranhos à comunidade pelos freires franciscanos que regularmente as assistiam espiritualmente. Justificaram o pedido porque “*auia muitos inconvenientes em dizer a dita missa capelão de fora que a hia dizer sem tempo inquietando e fazendo perturbação a ellas Religiozas [...]*”. Solicitavam ainda ao rei que

¹²⁹⁷ *Ibidem*, fl. 15v (1804): sermão de S. José - dia de Todos os Santos e a quem veio cantar a Epístola 2.640 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 18 (nov.º1810): Sermão do voto a S. José, 2.400; (c.a.) liv. 124, fl. 36v (1821): Sermão de S. José, 2.400 réis; (c.a.) liv.128, fl. 64v (1840): Sermão de S. José, 2.400; aos Padres na festa de S. José e ofício geral 2.400; (c.a.) liv. 129, fl. 11 (1842): Padres que foram ao altar no dia de Todos os Santos, festa do voto de S. José e dia dos Defuntos, 1.920; e a quem pregou o sermão a S. José, 2.400 réis.

¹²⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 15v (1804).

¹²⁹⁹ ANTT, *Ministério das Finanças*, Conv. de *Aracoeli*, cx 1950, capilha 1, doc. de posse, inventº, fl. 7.

¹³⁰⁰ Para aprofundar este assunto, ver Maria Teresa Lopes Pereira, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal (século XII a fim do século XV)*, Lisboa, Colibri, 2015.

lhes “*fizesse mercê e esmola de anexar a dita capelania com seu ordenado*” ao mosteiro que era “*necessitado e pobre*” com o compromisso das obrigações estipuladas¹³⁰¹.

O rei autorizou que fosse o capelão das clarissas a oficiá-las, como a comunidade lhe pedira. O almoxarife da milícia, em nome do monarca, contribuía com trigo, vinho e dinheiro para manter o culto do Apóstolo. Mas, ordenava que, a partir daí, o prior da matriz de Santa Maria do Castelo se certificasse de que as missas eram realmente celebradas. A contrapartida pela cedência dos rendimentos da capela ao mosteiro, era o direito de visitação dos espatários, para verificar se a obrigação da missa quotidiana continuava a ser cumprida, daí em diante¹³⁰².

Clemente VIII, a 12 de abril de 1597, concedeu ao mesmo monarca a bula que sancionava esta mudança, compatibilizando a continuidade do culto santiaguista e da memória dos mestres e administradores da Ordem com a clausura e a vinculação da comunidade clarissa à assistência religiosa prestada pelos Franciscanos¹³⁰³.

A comunidade de clarissas de *Aracoeli* conseguiu obter, em 1632, um breve do Papa Urbano VIII que concedia indulgência plenária aos confessados e comungados que visitassem a igreja do convento, das primeiras vésperas até ao sol-posto, no dia da festa do bem-aventurado Apóstolo Santiago (25 de julho) e ali rezassem algumas orações pias “pela paz e concórdia dos Príncipes Cristãos” e o fim dos hereges e infiéis¹³⁰⁴.

No altar de Santiago, as religiosas mandavam dizer a missa diária, e em certos anos, terão celebrado solenemente a festa de Santiago, a 25 de julho¹³⁰⁵. Mesmo em datas tardias, com dificuldades económicas e falta de capelão, como por exemplo, em fevereiro de 1828, o convento pagou à Província Franciscana, por junto, as Missas do ofício da *Capela do mestrado de Santiago*¹³⁰⁶. Em contrapartida, recebiam do rei, anualmente, dois moios de trigo, em cereal ou dinheiro, bem como três pipas de vinho ou o seu equivalente

¹³⁰¹ Cf. ANTT, *OFM, Província do Algarve, Província*, lv. 22 – Fr. Rodrigo de São Tiago, *Memorial da Província dos Algarves* [1615.11.09], fls. 342-343; publ. Por Margarida Caeiro, *Clarissas em Portugal. Província dos Algarves...*, anexos, p. 16. Uma cópia truncada atribuível ao século XVIII pode ser encontrada em AA/CNSA/02/006.

¹³⁰² *Ibidem*.

¹³⁰³ Bula disponível em cópia datável do século XVIII, com gralha na data (1579 em vez de 1597, data conforme com o 6º ano do pontificado de Clemente VIII e com o reinado de Filipe I de Portugal). Cf. AA, CNSA, 02-007.

¹³⁰⁴ AA, CNSA 02/013, fls.1-9.

¹³⁰⁵ A título de exemplo, ver, AA, (c.a.) liv. 95, fl. 17v (1699): para perfumar o ambiente, a comunidade comprou 2 dúzias de “pivetes” para a festa de Santiago, Santa Clara e Nossa Senhora da Assunção.

¹³⁰⁶ TT, *OFM*, doc. s/nº [41b], datado de Alcácer, 23-2-1788; AA, (c.a.) liv. 127, fl. 22 (fev.º a 5-3-1828): Missas referentes da Capela de Santiago, ditas pelos freires da Província, nestes 3 anos, como consta das certidões, 121.680 réis, (c.a.) liv. 125 (2ª parte), fl. 68v (nov.º 1832): 18 “moedas ao Rº. Provincial de dois anos de missas pertencentes aos anos de 1831 e 1832 da Capela de S. Tiago, 86.400 réis”.

em mosto que, em alguns anos, foi pago em moeda. Os atrasos ou esquecimentos que existiram acabaram por ser resolvidos a contento das partes¹³⁰⁷.

O rei também oferecia cera ao Convento. Mas concluímos ser uma mercê dada sem ligação à veneração de Santiago, pois nunca é referido o destino a dar-lhe, como acontece nos dois géneros anteriores, em que era explicitado “para a capela de Santiago” ou destinado ao “altar de Santiago”. Aliás, tal como dava cera ao Convento de *Aracoeli*, o monarca fazia-o também a muitos outros cenóbios por todo o reino.

5.1.7. São Sebastião, São João Baptista e a festa de Todos os Santos

S. Sebastião, santo protetor contra a peste, era festejado a 20 de janeiro, na Cristandade e em Portugal, quer na Idade Média quer nos tempos Modernos. Depois do nascimento do rei D. Sebastião, houve um novo incremento do seu culto. O monarca conseguiu mesmo do Papa Pio IV, em 1561, uma bula que concedia indulgências a quem visitasse, no dia 20 de janeiro e nos quatro domingos de maio, as relíquias de S. Sebastião no mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa¹³⁰⁸. Em Alcácer, havia uma pequena ermida concelhia, localizada na zona ribeirinha, dedicada a S. Sebastião. Possuía uma imagem considerada muito milagrosa pelos habitantes e tinha uma confraria de homens e mulheres que organizava a devoção e os festejos em sua honra¹³⁰⁹.

No mosteiro, verificamos que, desde o início até ao fim, as religiosas foram também muito devotas a este santo, com alusões a imagens do santo, a esmolos, a missas e a celebrações festivas, não só em janeiro como em maio.

Numa época já tardia, em janeiro de 1845 e décadas seguintes, a escritã registou “os gastos com enfeites da imagem de S. Sebastião¹³¹⁰, mas sem nenhum detalhe sobre o

¹³⁰⁷ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 147v (1705): “de Sua Magestade entrarão ... dous moios que são os da Capella de S. Tiago” pagos todos os anos, à Comunidade. *Ibidem*, fl. 149: deu-se ao carregador do mosto da capellania de São Tiago”, 1,5 alq.”; (c.a.) liv. 97, fl. 33 (1709): “derão ao escrivão do sileiro” 360 réis dos seis mil que pagam da capela de S. Tiago”; (c.a.) liv. 98, fl.80 (1733): pagou o Almozarife 5.640 e o que falta para os seis mil é para a despesa dos escrivães; recebemos por 6 almudes de mosto, 3.600; (c.a.) liv. 122, fls. 76 e 77v (1815): “Do rebate que possui esta Comunidade no importe de 2 moios de trigo que se cobrou em papel no Real Erário, da Capela de Santiago” que o almozarife devia de 1815, 84.400 réis; assim como dos seis mil réis em dinheiro que devia dos anos de 1812, 1813, 1814 e 1815 - recebemos de 78 almudes de mosto que paga todos os anos o almozarife p/ a Capela de Santiago, a quartinho de ouro cada 1 almude, líquido, 84.225 réis. A comunidade dispendeu com o Procurador das Capelas do Convento de Xabregas, 6.400 réis pelo trabalho que teve nesta cobrança do Real Erário.

¹³⁰⁸ M. João Toscano Rico, *São Sebastião, Santos e Milagres na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013, p. 15.

¹³⁰⁹ Maria Teresa Lopes Pereira, «Memórias e espaços de uma devoção urbana: o culto a S. Sebastião em Alcácer (sécs. XV-XVI)», in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, Tomo XXXV, janeiro-junho de 2017, pp. 207-240.

¹³¹⁰ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 27v (janeiro 1845): 320 réis

lugar onde estava colocada a imagem. Atestando a continuidade desta devoção no cenóbio, verifica-se que até tardiamente se regista a despesa na compra de flores, na missa e sermão da sua festa¹³¹¹.

Mas, em *Aracoeli*, para além da festa de janeiro, celebrava-se, a 11 de maio, uma outra festa ao Mártir S. Sebastião mais dispendiosa, pois a missa era solenemente cantada e vinha um pregador de fora para fazer o referido “sermão de um voto” ou o “sermão da promessa”. A escritã registava, nas contas do mês de maio, as despesas efetuadas nessa festa, incluindo “o sermão e a missa cantada do voto que a Comunidade fez a S. Sebastião¹³¹², sem especificar nem quando, nem porquê este voto ou promessa foram feitos. As contas revelam ainda que, quase todos os anos, no mês de agosto, havia gastos em enfeites e a oferta de uma esmola da comunidade para uma festa de S. Sebastião¹³¹³.

A festa de S. João, festa do “grande Baptista”, como reiteradamente a comunidade se lhe referia, celebrava-se em 24 de junho, com particular animação no convento. Marcando o solstício de verão, com os dias mais longos do ano e as noites muito estreladas e luminosas, a festa joanina tinha uma antiquíssima tradição em Alcácer, sabendo-se ser já celebrada na época muçulmana. Foi numa noite de S. João, cuja festa celebrava o solstício de Verão, que Gonçalo Hermigues, o Traga-Mouros, raptou uma linda moura - Ouroana/Fátima e a levou para o castelo de Ourém. E foi também, aproveitando os festejos e distrações da mourama que, numa noite joanina, D. Afonso Henriques, com um pequeno grupo de cavaleiros, conseguiu a primeira conquista cristã de Alcácer¹³¹⁴. No entanto, em terra da Ordem de Santiago, só no início do século XVI, foi autorizada a construção da primeira capela em honra do Precursor a expensas do povo.

¹³¹¹ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 137 (jan.º 1866): flores, missa e esmolos p/ sua festa, 2.440; sermão, 4.800 réis.

¹³¹² AA, (c.a.) liv. 102, fl. 18 (1744): deram 800 dos 2.000 réis do sermão de S. Sebastião; (c.a.) liv. 103, fl. 8v (1747): esmola ao Mártir “não chegou a que derão as Religiosas”, 1.640 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 40v (1748): 1.200, não chegou a esmola; (c.a.) liv. 104, fl. 13v (1750): 900 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 8 (1753): faltou p/ o Sermão, 800 réis, fl. 27v (1754): sermão, 1.365 e fl. 48 (1755): deram 1.020 réis não chegaram as esmolos; (c.a.) liv. 106, fl. 11 (1756): 1.150; (c.a.) liv. 107, fl. 6 (1759): Sermão do Mártir, 1.400 réis; fl. 24 (1760): 1.200; (c.a.) liv. 108, fl. 8v (1762): sermão, 1.140 réis; (c.a.) liv. 110, fls. 26, fl. 52 (1769 e 1770): 1.700 e 1.800 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 7v (1785): 2.000; (c.a.) liv. 120, fls. 31v e 35 (1805): “sermão do voto que a 11 de maio se faz a S. Sebastião”, 2.400 réis e “Missa cantada do voto que a Comunidade fez a S. Sebastião”, 480 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 9 (1765): Deu-se o que faltava p/ o sermão, 1.550 réis; fl. 40 (1766): sermão, 1.700; (c.a.) liv. 109, fl. 99 (1768): sermão, liv. 116, fls 7v, 34v e 57 (1785, 1786 e 1787), sermão, 2.000, 2.100 e 2.800 réis; (c.a.) liv. 117, fls. 6, 25v e 45 (1791, 1792 e 1793): sermão 2.400, 2.400 e 2.350. Entre maio/1812 e maio/1845, pagaram 2.440 pelo sermão da promessa, somando, por vezes 480 p/ o padre cantar a missa: (c.a.) liv. 129, fl. 42v (1846): voto da festa de S. Sebastião e sermão 3.920 réis.

¹³¹³ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 27 (1741): Deu-se de esmola a São Sebastião, 100 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 17v (agosto 1756): ao Mártir São Sebastião, 100 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 102v (1863): pelo que se despendeu com a imagem de S. Sebastião por ocasião da festa do santo, 2.600 réis. Assim continuou, quase até ao fim.

¹³¹⁴ Cf. M. Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 2ª. ed. 2007, p. 242.

Localizava-se, na parte alta, *no Cabo à entrada da vila*¹³¹⁵. Talvez por isso, passou a ser a festa mais animada na época moderna, quer dentro da cerca conventual quer em toda a vila alta ou baixa. E a efeméride do santo com o cordeirinho ao colo, venceu o tempo longo, chegando com grande impacto e dinamismo ao presente¹³¹⁶.

Em *Aracoeli*, destacava-se a missa solene, havendo registos do pagamento a sacerdotes que a cantavam. Também tinha sermão, mas pelo preço, não deveria ser chamado um pregador de fora¹³¹⁷. Como o tempo era quente nestas festas, habitualmente, queimavam-se pivetes na igreja, para os quais se comprava benjoim¹³¹⁸, tornando mais perfumado e agradável o ar que ali se respirava.

Mas os festejos profanos continuaram a marcar presença, pois, na noite de S. João, eram habituais as fogueiras e as religiosas de *Aracoeli*, também faziam a sua. Assim, revelam os livros de contas nas rubricas sobre o pagamento em dinheiro e em vinho aos homens e aos moços que, em vários anos, trouxeram para o convento ramos de árvores, pinheiro, espadana e alecrim para se queimar nessa noite¹³¹⁹, o que nos prova que mesmo na clausura, as freiras acenderiam e talvez até saltassem a fogueira em honra deste santo.

Apesar das repetidas patentes emanadas para os conventos da Província dos Algarves, a propósito dos grupos de religiosas rivais na devoção a S. João Batista e a S. João Evangelista, não encontrámos indícios dessas divisões no Mosteiro de *Aracoeli*, nem a referência a que se cantassem “vilancetes nem romances” na festa de S. João Batista¹³²⁰.

A encerrar o ciclo do calendário religioso anual, celebrava-se a festa de Todos os Santos no dia 1 de novembro. A missa era solene com sermão (preço cerca de 2.400 réis). Como já vimos, a partir do início do século XIX, o sermão da festa de *Todos os Santos* era em honra de S. José, como se atesta nos livros de contas¹³²¹. As religiosas registam-

¹³¹⁵ *Ibidem*, pp. 110.

¹³¹⁶ Dia de S. João Batista, 24 de junho, é o feriado municipal de Alcácer e celebra a 1.ª conquista (c.1160).

¹³¹⁷ AA, (c.a) liv. 95, fl. 42 (1700): deu-se de esmola para o sermão do grande Baptista 50 réis; (c.a) liv. 96, fl. 46v (1706): deram ao Religioso que cantou a epístola dia do grande Baptista, 240 réis; (c.a) liv. 97, fl. 76 (1710): “Derão de esmola o Padre Santo António para o seu sermão”, 60 réis.

¹³¹⁸ AA, (c.a) liv. 97, fl. 14v (1708): “meio arrátel de beijoim para pivetes para as festas”, 350 réis.

¹³¹⁹ AA, (c.a) liv. 128, fl. 8 (junho 1835): ao criado que foi buscar pinheiros, ramos e espadana, 500 réis; fl. 19 (julho 1835): fruta p/ a Comunidade e vinho p/ os moços que trouxeram ramos, pinheiro e alecrim [festa de S. João] 1.080 réis; fls. 51 e 61 (junho 1839 e 1840): deu-se ao criado que foi buscar ramos, alecrim e pinheiros para a fogueira de S. João, 480 réis; (c.a) liv. 129, fl. 3 (junho 1841): ao homem que foi buscar pinheiros e alecrim, vinho p/ o mesmo, 840 e fls. 8v, 14 e 19 (junho 1842, 1843 e 1844): deu-se aos criados que trouxeram os pinheiros e alecrim p/ a fogueira de S. João, 480 réis; (c.a) liv. 130, fl. 100v (junho 1863): despesas pelo S. João e gratificação a quem trouxe o alecrim.

¹³²⁰ AA, CNSA, 03/003, fls. 80v-81; *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. III, p. 80.

¹³²¹ Registos de novembro - AA, (c.a) liv. 120, fl. 15v (1804): sermão de S. José no dia de Todos os Santos e do religioso que veio cantar a Epístola 2.640 réis; liv. 121, fl. 18 (1810): Sermão do voto a S. José, 2.400; (c.a) liv. 124, fl. 36v (1821): Sermão de S. José 2.400 réis; liv.128, fl. 64v (1840): Sermão de S. José, 2.400 réis; aos Padres que foram ao altar na festa de S. José e nosso ofício geral 2.400; (c.a) liv. 129, fl. 11 (1842):

no como *Sermão do voto ao Senhor S. José*, mas nada dizem sobre o voto ou as razões que justificavam a exaltação de S. José, neste dia de *Todos os Santos*. Há também uma vez, novembro de 1828 em que o sermão foi pregado em honra de S. João Batista¹³²².

Em íntima relação com esta solenidade de Todos os Santos, aparecia a comemoração dos fiéis defuntos, que ocorria a 2 de novembro. Ou seja, rezava-se por todos aqueles que haviam morrido, sem terem sido elevados às honras dos altares. Pedia-se pela salvação das almas que ainda poderiam estar no purgatório e sobretudo por todos aqueles que se haviam encomendado às orações da comunidade. Gastavam mais cera, pagavam aos frades para celebrarem os diversos ofícios em honra dos mortos, havendo um ofício geral de defuntos¹³²³ e ofícios solenes de *requiem* por Rui Salema e Catarina Sotto Mayor, pelas religiosas e seus familiares, pelos freires da Ordem de Santiago, por todas as pessoas que, ao longo do tempo, tinham deixado bens para que se rezassem responsos por elas e ainda por mais *almas de obrigação*¹³²⁴.

5.1.8. Oração mental, meditação e estudo

Para o seu aperfeiçoamento espiritual, as religiosas deveriam complementar uma intensa vida litúrgica com a meditação, estudo dos textos sagrados e das verdades da fé, e praticarem a oração mental de forma obrigatória. E tudo isto, durante toda a sua vida.

O visitador em 1718, insiste “que atendendo ao muito que aproveita o exercício da oração mental queremos se continue segundo os estatutos da ordem a que não faltará religiosa alguma por mais graduada que seja. Só não assistirão as enfermas porque sua

deu-se aos Padres que foram ao altar no dia de Todos os Santos, voto de S. José, e no dia dos Defuntos 1.920 réis; e a quem pregou [o sermão] na festividade de S. José, 2.400 réis.

¹³²² AA, liv. 127 (2ª. Parte), fl. 34 (1828): do Sermão de S. João [dia de Todos os Santos]:2.400 réis.

¹³²³ AA, (c.a) liv. 97, fl. 67 (1710): 4 círios amarelos, a 300 réis cada, 600; (c.a) liv. 127, fl. 22 (1828): dos Padres que foram ao Altar nos ofícios de nov.º de 1826 e 1827, 4.320; (c.a) liv. 125 (2ª parte), fl. 58v (1831): aos Padres que vieram ao Altar em Todos os Santos e no dia de Defuntos e 1 missa, 1.620; fl. 68v (nov.º 1832): 2 Padres que vieram ao Altar no dia 1 e dia 2, 1.600; fl. 80v (1833): aos Padres que vieram ao Altar no dia de Todos os Santos e no dia seguinte e missas avulsas, 1.520 réis.

¹³²⁴ AA, (c.a) liv. 95, fl. 109v (1700): “oferta do ofício de João Rodrigues de Sequeira que Deus tem, 2.000 réis”, (c.a) liv. 97, fls. 111 e 115 (1708 e 1709), (c.a) liv. 101, fl. 96v; TT, *OFM, Prov. dos Algarves*, liv. 122, fl. 344; (c.a.) liv. 128, fl. 43v (nov.º 1838): Aos Padres no dia do ofício geral, 960 réis; ao Padre pelas missas nos dias dos Ofícios das Religiosas, dos Benfeitores, do clérigo que deixou a posse de Vale de Figueira e do ofício pelas almas de Pais e Mães, 960 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 35 (1845): esmola da missa pelos benfeitores, 240 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 36v (1845): aos Padres que foram ao altar no dia da Comemoração geral e de mais 6 missas, a 240 – 2.400 réis; fl. 46v (1846): deu-se aos Padres que foram ao altar, 5 missas de requiem, 2.160; fl. 47 (dez.º 1846): aos Padres no ofício dos defuntos da Ordem, 1.200 réis; fl. 56 (1847): aos Padres que foram ao altar no dia dos Defuntos, 960 réis; esmola de 4 missas de requiem, 960; fl. 57 (1847): 1 Missa de requiem pelas almas dos defuntos da Ordem, 240 réis; fl. 66 (1848): deu-se aos Padres no dia dos Defuntos e de 4 missas de requiem, 1.920 réis; fl. 67 (1848): 1 missa de requiem, 240 réis e ao Padre da Ordem que foi dizer missa no dia do ofício de defuntos, 240 réis.

necessidade as isenta”. Que *no Coro devem fazer as religiosas a sua habitação mayor e na oração devem fazer todo o estudo*¹³²⁵ - são as palavras registadas por Frei António de S. Tomás, ao visitar o mosteiro, três anos depois.

Podiam dedicar-se à leitura e meditação através de livros piedosos, mas com a noção de que a essência da vida consagrada devia buscar-se na espiritualidade da vida contemplativa, sem excesso de preocupação na obtenção do conhecimento letrado. Pouco chegou até nós sobre os livros das freiras, mas sabe-se que as Constituições Gerais exortavam à leitura de “*livro[s] espiritua[is] que trate[m] da Santa Oração, ou dos mysterios de Paixão de Christo nosso senhor*”, quer em comunidade quer individualmente¹³²⁶. Estes, porém, não aparecem o inventário da biblioteca de *Aracoeli*. O processo de extinção do mosteiro é omissivo quanto a este aspeto, anotando apenas, e de forma genérica, a existência de livros na cela da última religiosa, guardados numa arca, bem como diversos breviários, livros de oração e livros de música e de cantochão, ligados ao coro, que os inventariantes encontraram num caixote que então foi por eles fechado, lacrado e selado¹³²⁷. Quais eram? Para onde foram? Não nos chegaram os livros da biblioteca conventual. Do acervo bibliográfico de *Aracoeli*, até ao momento, foram identificados só raros livros nos acervos documentais das paróquias da cidade, um ligado ao canto desenvolvido em âmbito litúrgico e outro com a Regra Urbanista, profusamente decorado. São vestígios de um mais lato conjunto que se dispersou, desapareceu ou cujo paradeiro se desconhece.

Tal facto não nos deve fazer esquecer da importância que a leitura assumia no quotidiano conventual. Com efeito, no refeitório, durante as refeições comunitárias, na Casa do Labor, enquanto se faziam os trabalhos e em outras atividades silenciosas, era habitual uma religiosa ler em voz alta, para edificação espiritual das restantes.

Há mais dados sobre as leituras que se faziam no refeitório, a partir do púlpito aí existente, asseguradas por uma das religiosas, seguindo a escolha prévia da vigária. Havia que alimentar a alma no lugar onde se alimentava o corpo. Era pressuposto que se lesse a Regra, pelo menos de quinze em quinze dias. Em 1720, o visitador afirma ter sabido *que raríssima vez se lia no Refeitório a Regra*, assim decretou que a passassem a ler *todas as sextas-feiras*, como as Constituições Gerais impunham. Estas deviam ser lidas aí três vezes no ano, nos meses de janeiro, maio e setembro. Aos sábados, seria a vez de serem

¹³²⁵ AA, CNSA/03/001, fl. 62 (1721).

¹³²⁶ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. I, pp. 72-73.

¹³²⁷ ANTT, *Ministério das Finanças, Conv. de Aracoeli*, caixa 1950, capilha 1, doc. 9, artº 96.

escutadas as decretais das visitas. Assim, dali em diante, ninguém se poderia desculpar “com ignorância” acerca destes documentos¹³²⁸. Talvez lessem outros textos de cariz espiritual, mas os visitantes não os referenciaram.

De matriz franciscana, a meditação, a contemplação e oração mental obrigavam a religiosa a recolher-se, em silêncio interior, para atingir a abstração das criaturas, do mundo exterior e se fixar em Deus, “escutar a Sua voz e com Ele, em silêncio, dialogar”, dar graças e pedir a sua intercessão em favor dos homens. As clarissas podiam fazer o seu recolhimento no coro da igreja, no claustro, na sala do capítulo, na cela e ainda nas capelas ou simples nichos espalhados pela cerca e por toda a zona de clausura. Pelo menos, há vestígios em duas torres do castelo da sua adaptação a pequenas ermidas, para onde as religiosas se retiravam para orar. Constatam-se alguns vestígios de pintura e nichos onde outrora se encontravam imagens.

No seu percurso silencioso pela cerca, as religiosas, à maneira de S. Francisco, poderiam ouvir os trinados dos pássaros, o zumbido das abelhas, o pingar da chuva, o rumorejar das folhas, acompanhar o crescimento das plantas e o desabrochar das flores. Podiam parar, andar mais devagar ou mais depressa, libertando-se da tensão ocasionada pelo encerramento clausal, sentindo no corpo as variações do tempo, desde o sol forte ao frio agreste, desde o vento impetuoso à brisa suave. Era uma forma de recreação e alívio para estas religiosas, conveniente para a sua saúde, pelo facto de poderem fazer algum exercício, o que as ajudava a mitigar os achaques e a conservar a saúde. Aí poderiam desenvolver práticas de devoção mais pessoais, de que a documentação não deixou rasto, mas que eram correntes nesta época, a começar pela própria recitação do rosário, passando as contas ao ritmo dos passos.

A partir da cerca e sobretudo do mirante que dominava um extraordinário panorama a poente, as religiosas, na sua clausura, poderiam unir-se mais e vibrar com a natureza, num espaço físico para onde entravam meninas e nele permaneciam até à morte. A paisagem ajudava-as a compreender melhor, através da mudança das cores, do voo das aves, da brisa suave às rajadas de vento, do sol escaldante à chuva tempestuosa, como se iam sucedendo as estações do ano e assim bendizer o Criador por todas essas maravilhas.

¹³²⁸ Cf. *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. XXVI; *Constituições Gerais*, ob. cit., Cap. XV, p. 146 e AA, CNSA, 03/001, fls. 55v e 63.

5.1.9. Os suportes da vida devocional

5.1.9.1. A iconografia religiosa

5.1.9.1.1. Pintura e escultura

Os espaços conventuais tornavam-se, eles próprios, propiciadores da contemplação a que as freiras se deviam entregar, numa identificação crescente com Cristo e com aqueles e aquelas que, no seu seguimento, lhes podiam servir de exemplo, a começar pela Virgem e pelos apóstolos até aos santos mais recentes.

Todo este universo devocional espelhava-se necessariamente na iconografia que profusamente adornava os vários espaços do mosteiro, desde a igreja e coros ao claustro e à cerca com as suas torres, que funcionava como exemplo de santidade e que o Concílio de Trento tanto valorizou na sua força catequética e apologética.

Como seria de esperar, Cristo destaca-se em imagens da sua vida que representam o nascimento, o batismo, Jesus e a Samaritana à beira do poço de Jacob, Nosso Senhor e Juiz e o Senhor com a Cruz¹³²⁹. Ressalta no cenóbio uma profunda devoção ao Menino Jesus, cuja imagem proliferava no mosteiro e era muito popular na piedade dos mosteiros femininos da época. No altar-mor, está documentada uma imagem do Menino Jesus, colocada sobre um trono, à maneira barroca¹³³⁰.

O outro tema que sobressaía era o da Paixão de Cristo, visível nas cruces das estações da via-sacra nos corredores da galeria do sobreclaustro, atestando que essa cerimónia aí se praticava. Nos inventários, para além do já citado Senhor com a Cruz, também são referidos “o Senhor preso à coluna”¹³³¹, o Senhor dos Passos, o Senhor Morto e muitos crucifixos. Estes, como seria de esperar, são elencados em grande número, de que destacamos “um Cristo Crucificado em marfim, com a cruz de madeira” que estava na sacristia¹³³² e um, em madeira que, estava na sala do capítulo, mas já quebrado na verificação final. Até à extinção, há um grande cuidado com estes objetos religiosos, destacando-se que, em 1862, é mandada arranjar uma cruz¹³³³.

¹³²⁹ ANTT, *Ministério da Fazenda*, cx. 1950, (cota antiga caixa 75) capilha 2 (30 set.º 1858) doc. assinado por Soror Ana José Adelaide do Coração de Maria, Abadessa; José Vicente Passos, Vigário da Vara e Manuel Joaquim Bugalho, aspirante da repartição de Finanças do distrito de Évora.

¹³³⁰ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 3v (1804): 1.640 réis - 16 varas de galão p/ ornamentar as cortinas novas p/ “a boca do trono [do menino Jesus]”; (c.a.) liv. 123, fl. 17 (1816): “Concerto do Trono e mãos do Oficial, 920 réis e fl. 86 (jan.º 1819): “pregarem huns caxuxos no Throno e paus para os mesmos e conserto do Tabuleiro”, 4.135 réis.

¹³³¹ ANTT, *Ministério das Finanças*, cx 1950, capilha 2, doc. s/nº. Pomos a hipótese de que essa imagem seja a que está hoje na igreja de Santiago de Alcácer.

¹³³² ANTT, *Ministério das Finanças*, cx 1950, capilha 1, doc. de posse, inventário fl. 7.

¹³³³ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 88v (junho 1862).

Claro que o mais importante, por parte das religiosas, era a profunda devoção à eucaristia, manifestada na adoração ao Corpo do Senhor, que tanto S. Francisco como Santa Clara e os seus filhos/as em religião se tornaram dos maiores impulsionadores.

A esta devoção cristológica juntava-se a profunda veneração votada à Virgem, cujas imagens se multiplicavam por todo o cenóbio, umas esculpidas, em madeira ou barro, outras pintadas em quadros, em gravuras e “registos” decorados. Para além da de Santa Maria de *Aracoeli* do altar-mor, ou da Imaculada Conceição, outras se sucediam no espaço conventual, em capelas, altares, nichos e oratórios¹³³⁴, com diversas invocações:

- Nossa Senhora Menina com Santa Ana (Capelinha de Santa Ana).
- Nossa Senhora do Socorro, invocada num altar da igreja com o mesmo nome.
- Nossa Senhora da Piedade era a imagem principal num outro altar colateral, mas devocionada também como Nossa Senhora das Dores no altar de Santiago¹³³⁵.
- Ainda no coro alto, lugar onde as religiosas passavam mais tempo de oração estavam as pinturas da Conceição de Maria, da Anunciação do Anjo à Virgem, da Visita a Santa Isabel, Nossa Senhora com o Deus-Menino e uma Adoração dos Pastores¹³³⁶.
- Nossa Senhora das Angústias estava pintada num quadro do coro baixo¹³³⁷ e à Virgem do Amparo estava dedicada uma capelinha também no coro baixo, construída em 1735, graças a uma doação¹³³⁸.
- Nossa Senhora do Carmo com o Menino Jesus e o escapulário¹³³⁹ estava num nicho da galeria superior do claustro.
- Na sala do capítulo num nicho com um crucifixo no centro tinha a ladeá-lo a imagem de Nossa Senhora da Graça e a de Santo António¹³⁴⁰.
- No refeitório, estava uma pintura da Virgem com o Menino Jesus.

Ao lado das festas oficiais, havia outras devoções no mosteiro que poderão ter começado com uma marca mais ou menos particular, mas que se alargaram a todo o cenóbio. O santoral venerado em *Aracoeli* incluía, como era normal e particularmente valorizado pela piedade pós-tridentina, um conjunto diversificado de figuras, entre as que remetiam para os tempos bíblicos e para os primeiros séculos do Cristianismo e as mais

¹³³⁴ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 32v: 2,5 dia de carpinteiro que consertou a caixa da harpa e fez a porta do armário para casita de Nossa Senhora, 750 réis e uma tábua para o mesmo pregos e ferragem, 1.190 réis.

¹³³⁵ TT, *Mº das Finanças, Convento de Aracæli*, cx. 1950, Invº, [f. 6], artº 113.

¹³³⁶ *Ibidem*.

¹³³⁷ *Ibidem*.

¹³³⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 162 (janeiro 1735). A Capelinha custou cerca de 5.000 réis, entrando o resto da oferta na receita do mosteiro.

¹³³⁹ ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Aracæli*, cx. 1950, capilha 2, (1858, 20 de set.º).

¹³⁴⁰ *Ibidem*.

recentes, que corporizavam os novos modelos de santidade propostos pela Igreja, sobretudo ligados à fundação de novos institutos religiosos ou a ordens entretanto reformadas, descalças.

S. João Batista aparece representado no painel de azulejos do fundo da igreja, como atrás analisámos, e um quadro deste santo ornava uma das paredes do coro alto¹³⁴¹.

A imagem de Santa Maria Madalena era devocionada no altar dedicado ao Apóstolo Santiago Maior¹³⁴². Para além desta imagem de Santiago que pensamos ser a que D. Jorge ofereceu à anterior capela com o mesmo nome, entre 1513 e 1534, há ainda mais uma imagem deste Apóstolo no Coro das Religiosas¹³⁴³.

No inventário final, surge a imagem de S. Brás no altar de Nossa Senhora do Socorro e a de S. Bento no altar de S. José.

Santa Ana, a mãe da Virgem, era invocada numa capelinha que a abadessa Soror Brites Guiomar das Brotas (jan.º1747 a jan.º 1750) mandara fazer à sua custa, mas cuja localização não indicou¹³⁴⁴. Talvez fosse esta a tão falada capelinha do dormitório, mas não encontrámos confirmação.

O coro alto, espaço de particular vivência litúrgica da comunidade, integrava, para além da profusa iconografia de cariz cristológico, mariano e franciscano, quadros dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, de S. Miguel Arcanjo, de Santa Ludovina e de S. Caetano¹³⁴⁵. No coro baixo, uma mártir, Santa Bárbara, tinha aí o seu retábulo¹³⁴⁶ e S. Sebastião, particularmente invocado contra as epidemias, protegia a Portaria, um local de passagem entre o interior e o exterior do mosteiro, protegendo a comunidade das ameaças que daí adviessem. De localização incerta é a de uma imagem de S. Francisco de Borja, santo jesuíta, venerado como protetor contra os Terramotos. A primeira notícia que, dela se tem no mosteiro, remonta a 1757, ao anotar-se a despesa com um sermão na festa deste santo. Mais tarde, regista-se ainda o gasto feito com a reparação da mesma imagem¹³⁴⁷.

Chegou também a ser cantada uma missa no dia de S. Jacinto, a 17 de agosto, mas, o registo desta obrigação devocional extinguiu-se, entretanto¹³⁴⁸.

¹³⁴¹ ANTT, *Ministério da Fazenda*, cx. 1950, capilha 2 (30 set.º 1858).

¹³⁴² *Ibidem*, invº, [f. 6], artº 113.

¹³⁴³ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 34 (1803): 1.200 por um resplendor de prata para essa imagem; mas nada é dito sobre o local, podendo ser para a que foi comprada em 1754 por 4.800 réis - liv. 105, fl.53 (fevº 1754).

¹³⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 108.

¹³⁴⁵ *Ibidem*.

¹³⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 116 (1738-1741); liv. 130, fl. 95 (dez.º 1862): missa dia de Stª Bárbara, 480 rs.

¹³⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 48v (1757): custaram os 2 sermões 4.800 réis. A comunidade pagou mil réis pelo trabalho de retocar e consertar a mão da imagem de S. Francisco de Borja, (c.a.) liv. 129, fl. 58 (1848).

¹³⁴⁸ AA, (c.a.) liv. 97, fls. 20, 50v e 82 (agosto 1708, 1709 e 1710): 1 missa cantada em dia de S. Jacinto por obrigação da metade da marinha da Telhada e 8 missas rezadas 1.600 réis.

A comunidade tinha uma grande devoção a Santo Alberto, pelo menos no século XVII¹³⁴⁹. Parece-nos ser mais do que uma coincidência, os símbolos do Carmelo existentes na porta que pensamos pertencer à capela de Santo Alberto, e o facto de ser a imagem de Nossa Senhora do Carmo a que se encontrava no nicho mais próximo. Não conseguimos descortinar uma explicação para esta devoção em *Aracoeli*. Os símbolos carmelitas, aí existentes, levaram a algumas confusões de interpretação, na altura da recuperação do arruinado edifício para Pousada, escolheram-nos, por pensarem ser os usados pelas freiras clarissas de *Aracoeli* que, como sabemos, não eram esses.

Naturalmente, as notícias disponíveis multiplicam-se para a imagética associada aos santos franciscanos. É sintomático que, após o Terramoto, o programa iconográfico escolhido pelas religiosas para o refeitório incluísse, além da Ceia do Senhor e da Virgem com o Menino: um quadro de S. Francisco de Assis e outro de Santo António¹³⁵⁰ que resistiram até ao fim e uma escultura em barro de S. Francisco venerada no coro alto¹³⁵¹.

Para além da pintura de Santo António do refeitório, existia também, na sala do capítulo, uma outra sua imagem esculpida. Há notícia de que fora renovada uma imagem deste santo em julho de 1699¹³⁵², mas nada é dito sobre o seu lugar. Na igreja, mais duas imagens de Santo António acompanhavam os altares da Senhora do Socorro e de S. José.

As mesmas devoções invadiam o espaço mais privado, com pequenas imagens que as religiosas trariam consigo e ficariam em pequenos oratórios ou teriam junto dos seus leitos. Omissas da documentação, elas surgem-nos entre o espólio arqueológico do mosteiro recentemente recuperado (consulte-se a figura nº 20 na página seguinte). Os motivos devocionais estão em perfeita continuidade com os encontrados nos diversos espaços do mosteiro: a Virgem (em particular a Pietà), S. Francisco. A devoção cristológica, mariana e aos santos prolongava-se nos crucifixos, nas medalhas, nas contas e rosários e seguramente em pagelas e pequenas imagens volantes pintadas. Infelizmente, destas últimas, nenhuma nos chegou, embora nos pareça que algumas foram aplicadas ou reutilizadas em livros e registos (consulte-se a figura nº 1).

¹³⁴⁹ AA, CNSA/03/001, fl. 2 (nov.º 1689). Faziam-lhe novenas, pois o visitador proíbe-as de noite.

¹³⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 76. Custou a pintura destes quadros, mais a do teto do refeitório, 48.000 réis.

¹³⁵¹ Ver ANTT, *Ministério da Fazenda*, cx. 1950, capilha 1, doc. 9, fl. 6.

¹³⁵² AA, (c.a.) liv 95, fl. 15 (julho 1699).

Figura nº 20: Objectos devocionais



5.1.9.1.2. A ornamentação nos livros do mosteiro

Todo este universo contagia e faz-se também presente nos livros do mosteiro, fossem eles de cariz devocional ou litúrgico, fossem os de uso mais “profano”, se alguns o eram totalmente, como os mais abundantes livros de contas (consulte-se a figura nº 1 no vol. II: Anexos).

Na verdade, os livros de contas, alguns com encadernações de aparato, desde pele a veludo, ostentando por vezes fechos metálicos (ou os seus vestígios), incluem também uma significativa e cuidada ornamentação. Aí, também a dimensão devocional marca presença. A sua maioria tem folhas de rosto ornadas de forma muito elegante, em que aparecem belas cercaduras, a negro ou a cores, enquadrando o título do livro, o nome da abadessa que inicia o triénio, sendo muitas vezes enriquecidas por desenhos artísticos, com imagens da Virgem, da Pietà à Imaculada Conceição, da Santíssima Trindade, do Cordeiro Pascal, custódias e ostensórios, anjos, santos de que se destaca S. João Batista, S. Caetano, escudos com as armas portuguesas a par com os símbolos franciscanos, recorrentemente representados e os símbolos da Paixão, nomeadamente as Chagas de Cristo que nos fornecem pistas sobre as preferências devocionais (consulte-se a figura nº 1 no vol. II: Anexos). Nos livros de maior elaboração, surge ainda, quase no fim, uma folha ornada, quase sempre com o registo do nome da escritã em contraponto à folha inicial que tem o nome da abadessa.

Alguns livros, mais modestos, apresentam folhas de rosto impressas. Salientamos, pela sua importância, dois exemplares tardios que contêm o nome do artista que ornamentou a folha de rosto. Assim, um deles, que se inicia em 1813 e finda em 1816, tem na margem de pé a assinatura de: “José Joaquim Pereira da Silva, inv. e pint.”¹³⁵³; o outro que vai de 1819 a 1822, vem assinado “Pereira pint.”¹³⁵⁴ (consulte-se a figura nº 1 no vol. II: Anexos). Pomos a hipótese de que seja o mesmo artista a decorar a folha inicial destes dois livros.

¹³⁵³ Arquivo Histórico Municipal de Alcácer do Sal / Câmara Municipal/ Fundo do Convento de Nossa Senhora de *Aracoeli* - PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA - a partir de agora citado como AA/CNSA/02 para os documentos avulsos, AA/CNSA/03 para os Livros de Ordenações religiosas (Patentes) e para os Livros de Contas de Despesa e Receita entre 1699 e 1874, os mais citados, regista-se só AA (Arquivo de Alcácer), seguido do número dos livros de contas na cota antiga (apresentando-se a correspondência com as atuais cotas na bibliografia final). Ver AA, liv. 122 (c.a.), 1813.

¹³⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 119.

Destamos aqui, pela sua originalidade, o manuscrito com a *Regra de Santa Clara do Mosteiro de Aracoeli*, copiada no cenóbio em 1618¹³⁵⁵. Depois da extinção e até há pouco tempo, a Paróquia de Santiago de Alcácer guardou-o. “Merece realce pela rareza do género de fonte documental descoberta e por demonstrar uma meticulosa concepção e organização visual do códice manuscrito”. Nela podemos observar a beleza da caligrafia da escritã e a sua mestria ao organizar “a mancha gráfica dos 26 capítulos da Regra que discorre, em letra redonda e elegante, sobre um regramento feito à plumbagina com margens delineadas por tarjas tripas traçadas a tinta vermelha e castanha. O título, os capítulos e as letras iniciais a tinta vermelha são ornamentadas por uma mescla de motivos fitomórficos e abstractos. Este processo de empaginação conjuga-se, ainda, com a disposição de tiras de papel pintadas com motivos vegetalistas a enfeitarem a colagem de gravuras recortadas da autoria de Nicolas de Mathonieres e outros gravadores do Norte da Europa, de representações bíblicas, como David a tocar lira ou a Árvore de Jessé, cenas da vida de Cristo, do Cordeiro Pascal, da Santíssima Trindade, da Custódia Eucarística, da Virgem e de Santos, destacando-se Santa Clara”¹³⁵⁶ (consulte-se a figura. nº 1).

O Códice da Regra de Santa Clara proveniente do mosteiro de *Aracoeli* abre com três gravuras de página inteira, sendo a primeira alusiva a todos os Santos; a segunda representa Santa Ana, a Virgem e o Menino com os respetivos resplendores e ao alto a pomba de Espírito Santo que desce sobre Jesus-Menino; e a terceira figurando os Apóstolos a olhar o Céu, presume-se que após a Assunção de Maria. Segue-se uma folha onde, no centro, com uma cercadura historiada, se destaca a data e o nome da abadessa e da mestra da Ordem que a mandaram executar. “*Esta he a Regra de Nossa Madre Sancta Clara feita no anno de mil e seis çentos e dezoito: sendo a Madre Soror Bautista da Asumpção Abbadesa. E Mestra da Ordem a Madre Soror Catharina dos Reys. Arecelli*”.

Continua com quatro gravuras de página inteira: S. Francisco, Santa Brígida, Santa Catarina e Santa Clara (tendo a enquadrá-la uma cercadura a cores). Parece-nos significativo a presença na margem inferior da gravura de S. Francisco em lugar de destaque, no eixo de simetria, manuscrito *Soror* [com palavras apagadas, mas sendo visível a palavra *Reis*] o que nos poderia indiciar ser este códice da autoria de Soror

¹³⁵⁵ Tive oportunidade de consultar este códice em Évora graças a Artur Goulart, o primeiro a dar conhecimento da sua existência. Cf. BORGES, Artur Goulart de Melo Borges (coord. científica), *Inventário Artístico no Concelho de Alcácer do Sal*, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2011, pp. 78-79 (entrada da autoria de David Nunes). O mesmo autor atribui-lhe a cota PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288.

¹³⁵⁶ David Nunes, «Regra de Santa Clara Mosteiro de Aracoeli» in *Inventário Artístico no Concelho de Alcácer do Sal*, Coord. Científica de Artur Goulart de Melo Borges, *ob. cit.*, pp. 78-79.

Catarina dos Reis, Mestra da Ordem. Afigura-se-nos relevante que, entre as páginas com os dois fundadores, nos surjam duas santas, sendo uma delas homónima da citada religiosa, sendo também a gravura de Santa Catarina a assinalar o I Capítulo da Regra.

Vem depois uma folha com um título no centro - *Regra Urbana de Sancta Clara dada pelo Nosso Muy Santo Padre Dom Urbano Papa do Mosteyro de Nossa Senhora d Aracaely d Alcacere do Sal* - tendo na cercadura uma árvore de Jessé, resultante da composição de vários fragmentos de gravuras. No verso do título, destaca-se a imagem de Nossa Senhora de *Aracoeli* ou Assunção da Virgem¹³⁵⁷ seguindo-se o breve do Papa Urbano IV rematado com uma gravura de S. João Batista a batizar Cristo. A partir daí, insere-se o conteúdo dos 26 capítulos da Regra Urbanista, traduzidos do latim para português, como era habitual na época¹³⁵⁸.

Cada um dos capítulos é identificado por um título e uma inicial pintados a vermelho e uma gravura integrada na coluna de texto, a maioria sem relação com o conteúdo escrito. Exibem uma decoração muito rica e original constituída por gravuras, algumas assinadas por “Nicolas de Mathoniere exc.”¹³⁵⁹. Há apenas uma pintada a várias cores com o tema da Anunciação que inicia o capítulo IV (III) “Do hábito das Irmãs”.

As religiosas tinham a obrigação de conhecer a Regra. Com essa intenção, para além de outras ocasiões, decretou-se ser obrigatório a comunidade escutar, *todas as sextas-feiras*, a leitura deste texto fundador, enquanto se alimentavam.

5.1.9.2. Novenas, Ladainhas e Relíquias

Entre outras, a comunidade fazia novenas ao Espírito Santo e a Santa Clara, antes das suas festas. Celebravam-nas também em honra de Santo Alberto, como se constata, quando o visitador aconselha a “que, de noite, se não deveriam fazer” essas novenas¹³⁶⁰.

Os registos falam na celebração em *Aracoeli* das chamadas Rogações ou *Ladainhas de Maio*, mas sem mais nenhum detalhe. Em Évora, por essa altura, as *Ladainhas de Maio* incluíam procissões do clero da cidade ao Convento de S. Francisco

¹³⁵⁷ Repare-se na descrição que, atrás fazemos, da imagem da Virgem na tribuna da Capela-mor da igreja do Mosteiro de *Aracoeli*.

¹³⁵⁸ Ver o que sobre as Regras Monásticas, refere José Mattoso, *Dicionário de Literatura Medieval galega e portuguesa*, org. e coord. De Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, Lisboa, 1993.

¹³⁵⁹ Cf. David Nunes, «Regra de Santa Clara – Mosteiro de Aracoeli», *ob. cit.*, p. 78.

¹³⁶⁰ AA, CNSA/03/001, fl. 2 (nov.º 1689).

também pertencente à Província dos Algarves¹³⁶¹. Em Alcácer as fontes são silenciosas a propósito do conteúdo das ladainhas e de quem nelas participava. Talvez se tratasse de ladainhas feitas em procissão, em torno do claustro, num mês dedicado à Virgem, mas, neste caso, só as religiosas participariam. Ou fossem ladainhas em honra da Virgem Maria, cantadas solenemente no coro alto, mas com assistência e participação de gente externa à comunidade, como acontecia com as *Rogações*.

Não há grande eco da existência de relíquias no Mosteiro, ao contrário do que acontecia com a capela das Onze Mil Virgens, contemporânea deste mosteiro, situada no interior do Convento de Santo António de Alcácer, e que possuía uma notável coleção de relíquias oferecidas por D. Pedro de Mascarenhas. Talvez relacionada com este núcleo, desde a sua fundação, que a fama de *Aracoeli* se associou à posse de uma importante relíquia, designada como a “cabeça de uma das onze mil virgens”¹³⁶².

5.1.10. O silêncio

O silêncio era considerado um dom que a religiosa deveria buscar, de forma contínua, no seu aperfeiçoamento espiritual. *O santo silêncio he a chave da alma, formusura e ornato das Casas da religião*, exortava o visitador¹³⁶³.

No capítulo IX, a Regra impunha a guarda contínua do silêncio, apenas rompido com licença da abadessa ou por motivo dos encargos decorrentes dos ofícios assumidos por algumas das religiosas em favor da comunidade. De modo inovador, o rigor do silêncio podia ultrapassar-se perante o bem maior da caridade como se entendia na condição das enfermas e das que as tratavam, que poderiam falar na enfermaria para confortar, consolar e animar as que aí se encontravam. Do mesmo modo, nas festas e solenidades, o silêncio podia ser quebrado entre as horas de Noa e Vésperas, para que pudessem “*fallar de nosso Senhor Iesu Christo, e dos piadozos exemplos dos Sanctos, e de obras honestas*” em lugar assinalado”¹³⁶⁴. Excetuando estes casos, o silêncio era obrigatório, ligado ao recato e a uma estreita vigilância sobre o uso indevido da palavra e dos contactos com o exterior que a clausura exigia e procurava salvaguardar.

¹³⁶¹ Henrique Rema, «A Música na Província Franciscana dos Algarves (1532-1834)», in *A Música na Província Portuguesa da Ordem Franciscana, Itinerarium*, Ano LX / N.º 209, maio – agosto, 2014, p. 540.

¹³⁶² ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, lv. 22, fl. 344.

¹³⁶³ AA, *CNSA*, 03/001, fl. 5 (outº 1691).

¹³⁶⁴ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. IX.

Se o silêncio se impunha como uma característica da vida conventual, mais ainda este deveria ser guardado no coro: *a falta de silêncio no coro serve de perturbação aos Louvores de Deus e de escândalo a muitas religiosas*¹³⁶⁵. Quando lá estavam, a Regra convidava as religiosas à experiência da meditação, da vida contemplativa, escutando Deus no silêncio. Deveriam sempre ter aí grande compostura, seriedade e devoção, sobretudo durante o Ofício Divino. As faltas a estes preceitos deviam ser confessadas pelas infratoras e *dizer a culpa à mesa*¹³⁶⁶. Já numa visitação anterior, se determinava que a religiosa que faltasse ao silêncio, quer no coro quer no dormitório, depois de ser admoestada, uma primeira vez, deveria ser privada de entrar na grade, torno e portaria, durante um mês; e se repetisse a falta, a penitência ficaria ao arbítrio da Abadessa¹³⁶⁷.

Era necessário um cuidado e prevenção do silêncio nos dormitórios, cabendo à abadessa um grande controle sobre a comunidade. Se fossem as *leigas, ou educandas* a quebrarem aí o *tempo de silêncio*, deveriam ser *lançadas fora do Convento*¹³⁶⁸. Como a vida conventual fazia do silêncio uma condição da vida consagrada, a sua quebra, em qualquer parte do convento, deveria ser castigada, sobretudo *nos dormitórios, em os quais se alguma religiosa estiver fora da sua cela em a de outra qualquer, a dita Madre Abadessa [...] castigará as delinquentes, mandando-lhes dizer a culpa á mesa privando-as do uso da portaria e grades*. As penas seriam maiores para as reincidentes¹³⁶⁹. Chegasse ao pormenor de chamar a atenção das religiosas para evitarem o ruído dos próprios passos, a fim de não perturbarem o silêncio e a quietude do lugar. Ficavam proibidas de ir ao dormitório com tamancos pelo barulho que provocavam, sendo apenas permitido o uso deste tipo de calçado nos claustros¹³⁷⁰.

No refeitório, onde se comia em silêncio, havia uma tábua pendurada, contendo o registo do *Capítulo do Silêncio* dos Estatutos. Este lia-se aí, em voz alta, muitas vezes, para que a religiosa imprimisse no seu coração, esta condição primordial da sua vida.

Como remate, repare-se nesta observação do visitador: *no confessionário se não possa falar, pois não he lugar mais que deputado para as confissões e pasto espiritual*¹³⁷¹.

¹³⁶⁵ *Ibidem*, fl. 22v (28-8-1707): “e sendo admoestada senão emenda, pela 1ª vez seja privada de entrar na grade, torno e portaria por tempo de hum mês; pela 2ª será gravemente penitenciada, ao arbítrio da R. M. Abadessa e a mesma pena será imposta a quem não guardar o silêncio no Dormitório”; fl. 55v (abril 1720): “porque a guarda da Religião he o silêncio e este nem ainda se observa em o coro, mandamos a Abadessa que reprenda e castigue as transgressoras dele, não consentindo que se fale em o coro”.

¹³⁶⁶ AA, CNSA,03/001, fls. 3v e 5 (outubro 1691).

¹³⁶⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 22v (1707).

¹³⁶⁸ *Ibidem*, fl. 3v (outubro 1691).

¹³⁶⁹ *Ibidem*, fls. 3v, 5- 5v (outubro 1691).

¹³⁷⁰ *Ibidem*, fl. 34v (maio de 1712).

¹³⁷¹ *Ibidem*, fl.1 (dez.º 1688).

5.1.10.1. A Música e o Canto

A presença da música e do canto na comunidade de *Aracoeli* é uma realidade quotidiana correspondendo ao espírito dos que seguiram S. Francisco de Assis que exortava todos a louvar e glorificar o Senhor, desde os homens, às aves do céu e aos insetos como a cigarra. Para além do «Cântico das Criaturas», ele próprio compôs a melodia e a letra de um cântico para os seus frades entoarem “à Senhora Pobre, Santa Clara” no Convento de S. Damião¹³⁷². Mas, o Santo Fundador chamava a atenção na *Carta a toda a Ordem*, que o canto de louvor tinha como destinatário Deus e não a satisfação do intérprete. Com humildade, deveriam cantar para louvar o Senhor e não para deleite do cantor ou tangedor, nem aplauso dos ouvintes¹³⁷³.

Como o Mosteiro foi fundado em 1573, já depois do Concílio de Trento (1545-1563), certamente, em termos de música e de canto, procurou seguir as suas orientações. Um exemplar da Regra Urbanista, pertencente ao convento, datada de 1618, exhibe na sua decoração várias figuras de músicos a tocar instrumentos, desde os anjos, ao rei David. No cap. VIII regista que *se as Irmãs algumas das mais moças ou das mais velhas de bom engenho a Abadessa lhe faça insinar [...] dando-lhe mestra honesta e discreta, a qual lhes ensine também o canto com o ho offiçio de Deus*. Ficou desta comunidade um rasto de produção artística extraordinária e uma fama musical que ecoou até aos nossos dias.

A música instrumental e as modelações do canto eram manifestações da beleza e do júbilo que brotavam das almas das religiosas que viviam no silêncio da clausura, na contemplação e na admiração ao Criador, louvando-O e celebrando-O, em todo o ano litúrgico. A música era uma forma de oração. O som dos instrumentos e as vozes das clarissas ressoavam pelo edifício, semelhantes a um respirar da sua espiritualidade, pairando como um mistério da graça, a que se acedia com reverência e serenidade.

Na sua variedade, a força sagrada da música e do canto acompanhavam o calendário religioso, na celebração dos mistérios da vida de Jesus Cristo, desde a Encarnação, à Natividade, passando pela Sua Paixão e Morte para chegar à alegria da Ressurreição, da Ascensão e da descida do Espírito Santo. As festas da Virgem e as dos santos, para além do Ofício quotidianamente cantado, eram um elemento fundamental de elevação da alma que, através da beleza da música quase “tocava” o divino. A prática

¹³⁷² Ver Gonçalo Figueiredo, «Nota de apresentação», in *Itinerarium*, Ano LX / N.º 209, maio – agosto, 2014, p. 405.

¹³⁷³ *Ibidem*, pp. 405-406.

instrumental poderia acompanhar e reforçar o cantochão, realizando a mesma linha melódica que a voz, mas pode propor-se, ou pelo menos admitir-se, que se cultivavam em *Aracoeli* práticas polifónicas; o cravo, também o órgão, a harpa e o baixão deveriam assegurar, pelo menos, a realização do baixo-contínuo¹³⁷⁴.

Embora, em geral, as clarissas não estivessem obrigadas a cantar o Ofício, somente a recitá-lo¹³⁷⁵, é provável que Santa Clara assim aconselhasse, sobretudo por uma questão igualitária, pois nem todas as irmãs saberiam música ou seriam alfabetizadas. Logo, o importante era rezá-lo, *com toda a pausa e devoção*¹³⁷⁶. Mas, os registos apontam, no entanto, para que o Ofício seria cantado em *Aracoeli*, a maior parte das vezes, mas não se sabe se o fizeram sempre.

O dia da religiosa era marcado pelo ritual das horas. As *Matinas*, as *Laudes* e as *Vésperas* como eram consideradas as horas maiores eram cantadas com mais solenidade que as restantes, denominadas menores: *Prima*, *Tercia*, *Sexta* e *Nona*. E, antes de deitar-se, tinham lugar as *Completas*. Era pela palavra, muitas vezes cantada, que se transmitia a maior parte da mensagem bíblica, mas na vida litúrgica e na oração, jogava-se um equilíbrio, nem sempre fácil, entre o canto, a palavra e o dom do silêncio que eleva e purifica.

As funções musicais tinham lugar sobretudo no coro alto. À porta estava uma sineta que tocava a chamar para a oração. No espaço interior, destacava-se um crucifixo, uma estante onde se colocavam os pesados livros de canto e os assentos das religiosas, para além das imagens devotas e da inerente decoração. Ampulhetas e relógios orientavam a marcação da duração dos atos litúrgicos. Por exemplo, o visitador Frei António de S. Tomás ordenou *que o relógio se ponha quando se principiar a lição, e não em outro tempo*¹³⁷⁷. As religiosas permaneciam ali várias horas, quer de noite quer de dia, em adoração ao Santíssimo, em oração mental ou em oração coral em voz alta, entoando cânticos, sobretudo salmos, hinos e responsórios.

Cantar ou tocar um instrumento faziam de tal forma parte intrínseca da vida deste convento que, na admissão das candidatas, se dava prioridade às que tivessem o dom de

¹³⁷⁴ Informação amavelmente cedida por Luís Correia de Sousa. Veja-se, a este propósito, o que nos diz Elisa Lessa, «Cantochão ou polifonia? Música e devoção nos Mosteiros Femininos Portugueses, no período moderno», in *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*, coord. de João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques Lisboa, 2017, pp. 159-168.

¹³⁷⁵ Manuel Pedro Ferreira, «Notas franciscanas (séculos XIII-XVII) ... in *Itinerarium*, ob. cit. p. 423.

¹³⁷⁶ AA, CNSA/03/001, fls 10 e 11 (outubro 1694).

¹³⁷⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 62, (1721); (c.a.) liv. 110, fl. 78 (1771): comprou-se 1 relógio; repetidos gastos com a aquisição de ampulhetas: (c.a.) liv. 99, fl. 86v (1736), 100 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 80v (1758): 1 ampulheta de latão p/ o Coro, 480 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 62 (1806), 240 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 43 (1825).

uma boa voz ou já soubessem tocar um instrumento, fosse ele órgão, violino ou harpa. Este facto constata-se sobretudo nos tempos em que as candidatas eram mais numerosas do que as vagas existentes¹³⁷⁸.

Nos registos das visitas impõe-se à abadessa que não autorizasse que viessem ao seu mosteiro *mestres a inçinar canto chão, solfa, ou outros quaisquer instrumentos [...] sejam seculares, clérigos, religiosos*¹³⁷⁹. Logo, o ensino de instrumentos musicais e do canto deveria ser ministrado a nível interno por mestras religiosas ou provir de uma aprendizagem anterior à entrada da noviça, facto que pesava na escolha para o preenchimento da vaga. Executado de “viva-voz”, o canto fazia-se sobretudo “de cor”, embora algumas religiosas dominassem as notas e soubessem ler as pautas de música.

Era também muito importante que as candidatas tivessem conhecimentos de latim, língua da liturgia da igreja romana. Algumas religiosas, antes de entrar no mosteiro, poderiam ter adquirido algum saber dessa língua, mas a maioria, sobretudo das que entravam meninas, só receberia essa aprendizagem no cenóbio. Por vezes, esse conhecimento era superficial, apenas de ouvido, pois a maioria saberia ler e escrever só a língua materna. Nos livros de contas, algumas escritãs exibem caligrafias cuidadas, as religiosas assinam os seus nomes e o facto recorrente dos visitantes proibirem as religiosas de enviarem papéis com recados para fora do coro, são indicadores de que a maioria saberia ler e escrever, embora pudesse haver exceções, mas apenas se encontrou uma soror de quem é dito “que não sabia ler nem escrever”¹³⁸⁰.

Havia uma hierarquia imposta no interior da comunidade, de que fazia parte a divisão entre as religiosas que tinham acesso ao coro (de véu preto) e as religiosas conversas (de véu branco)¹³⁸¹. Estas faziam os trabalhos domésticos mais humildes e não estavam obrigadas a participar, com regularidade, no Ofício das horas canónicas nas orações e outras atividades do coro, substituindo-as por orações rezadas. Pagavam também um dote, como as outras religiosas, mas o seu era, geralmente, menor.

¹³⁷⁸ ANTT, *Ordem dos Frades menores, Prov. Dos Algarves*, mç. 101, doc. 20 (1733), doc. 32 (Dezº 1747), respetivamente Antónia Jacinta Tomás Xavier e Francisca Josefa, entre muitas supranumerárias. Francisca Máxima de Nossa Senhora do Carmo (1827- d.1864), era versada em música, tendo sido vigária do coro. Saiu por razões de saúde e acabou por se refugiar no Convento da Esperança em Lisboa, sem querer regressar. A abadessa então em exercício em *Aracoeli*, ao recusar-lhe a mesada pretendida, não se esquece de referir que ela fora recebida sem pagar dote.

¹³⁷⁹ AA, CNSA, 03/003, fl. 28 (3/12/1759).

¹³⁸⁰ Regista-se que Soror Antónia Maria Tavares dos Ramos, não sabia ler nem escrever. Esteve presa pela Inquisição de Évora de 5-11-1749 até 25-8-1752. Cf. ANTT, *TSO/IE*, proc. 8548.

¹³⁸¹ Nem sempre conseguimos obter os nomes das freiras de véu branco. A título de exemplo, a recolhida no mosteiro Francisca de Sales obtém sentença apostólica favorável para se tornar religiosa conversa de véu branco em setº de 1748 – ANTT, *OFM, Província dos Algarves*, mç. 101 doc. 33.

As religiosas aprendiam a cantar sobretudo o gregoriano, denominado cantochão, considerado como música oficial da liturgia da Igreja. No entanto, algumas por possuírem uma melhor voz, tinham maior protagonismo e responsabilidade. Assim acontecia com a vigária do coro, a quem competia orientar, ensaiar e dirigir o mesmo. É muito citada na documentação, mas de poucas nos é revelado o nome¹³⁸². Tanto as coralistas como as madres músicas ou tangedoras, como já vimos, só deveriam tocar os seus instrumentos para louvar a Deus e à Virgem e nunca por vaidade pessoal ou desenfado, como as normas franciscanas ordenavam e as visitasões conferiam. Era uma forma de pôr ao serviço da fé os talentos recebidos¹³⁸³. Mas pela missão que desempenhavam, é dado grande destaque na documentação às cantoras e às que tocavam instrumentos, evidenciando a importância que a comunidade lhes atribuía¹³⁸⁴.

Ao lado das religiosas no coro e cantando com elas, emerge também a presença de educandas, pupilas ou meninas, que conseguem um breve para entrar no mosteiro¹³⁸⁵, algumas, ainda muito pequenas, embora a norma apontasse a idade mínima de 7 anos. De facto, constata-se que algumas religiosas, que se tornaram verdadeiras protagonistas e deixaram memória na comunidade, entraram nele como educandas.

Pode deduzir-se das palavras do visitador, em 1712, que nem sempre estas pupilas se portariam bem: *se nos fez queixa que as meninas do Choro não querem servir nele como he estylo, e desobedecem quando as mandam servir no que he concernente ao seu estado, e muitas vezes porque suas mestras as aconselhão mal, o que se deve chorar com muitas lágrimas*. A desobediência reiterada poderia levar à sua expulsão¹³⁸⁶. Em 1720, ordena-se mesmo que no coro não *entrem meninas ao tempo em que se celebrão os ofícios divinos, pela grande perturbação que causam*¹³⁸⁷. E acrescenta-se que, no coro, só as abadessas possam mandar *as educandas com recados* para fora, o que nos leva a pensar que as mesmas lá poderiam estar¹³⁸⁸.

¹³⁸² Encontrámos os nomes das seguintes vigárias do coro: Soror Maria da Apresentação (morreu em 1654). Ver Diogo Barbosa Machado, *ob cit*, p. 429; Francisca Clara de Assis desempenhou o cargo até maio de 1774, quando foi eleita abadessa e passou-o p/ Soror Joana Umbelina – cf. TT, *OFM*, mc. 101, n.º 52; Soror Francisca Máxima de N.ª. S.ª do Carmo era Vigária do Coro, em março de 1834 – Cf. AA, liv. 125, fl. 86v.

¹³⁸³ Ver Elisa Lessa, «As Senhoras Músicas, Cantoras e Tangedoras de Órgão – Um Olhar sobre a Actividade Musical nos Mosteiros Femininos Portugueses nos séculos XVII e XVIII», in *Conversas à volta dos conventos*, Coord. Virgínia Fróis, Évora, Casa do Sul Editora, pp. 243-249.

¹³⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 99, fls. 7v, 9, 37vº, 56vº, 70vº, 89, 104vº, 125vº, 139, 153vº.

¹³⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 167v (1735): Clara Antónia, menina brasileira; (c.a.) liv. 100, fls. 151 e 152v (1738): Soror Josefa e Soror Ana?; fl. 159 (1739) e fl. 164v (1740): Deu-se às duas meninas do coro, etc.

¹³⁸⁶ AA, CNSA, 03/001, fl. 34v (7-05-1712).

¹³⁸⁷ *Ibidem*, fl. 55v (abril 1720).

¹³⁸⁸ *Ibidem*, fl. 56 (abril de 1720).

Se as religiosas cantavam diariamente no coro alto, também no coro baixo tinham lugar algumas importantes cerimónias religiosas, nomeadamente as que exigiam a presença de intervenientes exteriores à comunidade. Aí as religiosas recebiam a comunhão. A tomada de hábito das noviças e a sua profissão decorriam junto à grade. Era no coro baixo que se fazia a eleição da abadessa. De destacar que as religiosas na festa de Natal também participavam na celebração a partir do coro baixo¹³⁸⁹, talvez por nele se localizar a capela dos Reis Magos e ser mais fácil aí contemplar o presépio, com o ênfase e alegria que eram dados à festa do nascimento do Menino Jesus na família franciscana. Nestas ocasiões, era imposto às religiosas que se colocassem no meio do coro e nunca junto das grades¹³⁹⁰. Se não cumprissem estes preceitos, poderiam ser penalizadas.

A dignidade e a qualidade do serviço litúrgico-musical exigiam a presença da maioria das freiras nos Ofícios divinos. No entanto, as visitas referem que a assiduidade ao coro pedida pela Regra nem sempre se cumpria. Por vezes, haveria algum cansaço ou desinteresse por parte das religiosas tangedoras e sobretudo das cantoras que as levava a descuidar esta obrigação que os visitantes se apressavam a impor. Em agosto de 1707, foi lida uma diretiva, perante a comunidade, reunida no coro de baixo: *toda a religiosa que tiver préstimo, e partes de cantar ou tanger em o Coro, para serviço da Religião e louvor de Deus e o não quiser fazer achando-se com saúde e sem achaque, que fique durante um ano privada de entrar em grades, torno, e portaria, porque dando-lhe Deus esses dons para O louvar, lhe faltam com os devidos louvores, somente pela sua rebeldia e obstinação*¹³⁹¹. Cinco anos depois, o visitador insiste no mesmo assunto, dizendo ter sabido que *algumas Religiosas* continuavam a não ser assíduas *ao Choro, e aos mais actos da Comunidade [...]*, pelo que ordena *que se alguma faltar no choro, ou no Refeitório, sem justa causa, há-de ser examinada pela abadessa, e nesse dia não poderá entrar em grade, nem na Casa da Roda, nem da Portaria*¹³⁹².

Como a distribuição dos ofícios do coro motivava grandes queixas e originava alguma perturbação, atribuída à *desigualdade* com que era feita, privilegiando certas religiosas em detrimento de outras, ficou estipulado: *que se destribuão os tais officios com igualdade, dos quais nenhuma religiosa será isenta, sem que a sua necessidade seja aprovada pela abadessa e discretas do convento*. Uma tábua registaria a atribuição dos

¹³⁸⁹ *Ibidem*, fl. 4 (nov.º 1689).

¹³⁹⁰ *Ibidem*, fl. 2 (nov.º 1689).

¹³⁹¹ AA, CNSA, 03/001, fl. 23v (agosto 1707).

¹³⁹² *Ibidem*, fl. 35 (out.º 1712).

serviços. Mas, como o visitador constatou que muitas religiosas não cumpriam *em seguir as comunidades assim no choro como no Refeitório*, ordenou à *abadessa* que as castigasse *com severidade até as privar da ração, porque não é justo que quem não sente o trabalho, goze em algum tempo do cómodo*¹³⁹³. O visitador volta a referir a ocorrência de “faltas” das religiosas ao coro. Perante o facto de muitas se recusarem a *dizer antífonas ou lições que se lhe encomendavam*, ordena à Abadessa que, fraternalmente, as deva punir¹³⁹⁴.

Enfatiza a importância do toque dos sinos nas horas canónicas, a começar pelas matinas, dizendo que muitas religiosas contaram que era *costume antigo no dito convento o tanger-se a matinas à meia-noite*, mas esse hábito fora esquecido. Assim, ordena que *infalivelmente se tanja para edificação do Povo (...). E quando haja algumas religiosas que por sua devoção e zelo e espírito queirão hir rezar as matinas à meia-noite, será de muito agrado a Deus e edificação ao Povo que se ajuntem as que possam fazer coro*. Na tradição, contava-se, à maneira de milagre, que, quando no Convento de *Aracoeli* *florescia muito a perfeição da vida religiosa, e havia à meia-noite as matinas, uma vez, afastando-se as religiosas por descuido, os Anjos as vierão cantar*¹³⁹⁵.

Contudo, perante a continuidade do problema da falta de silêncio e do pouco empenho das religiosas em cantar no coro, o visitador declara: *porque no coro se fala muito ainda no tempo em que se celebrão os ofícios divinos [...], ordenamos à Reverenda Abadessa que tenha grande cuidado em repreender as que forem defeituosas nesta matéria, como também as que faltarem no coro sem urgente necessidade e que nenhuma religiosa se exima de ser cantora tendo saúde*¹³⁹⁶. Como a falta de assiduidade ao coro e aos ensaios continuasse, em 1720, o visitador insiste: *algumas Religiosas, de pouco espírito, têm pedido aos Prelados licença, para não fazerem as semanas costumadas em o coro, tomando as suas enfermidades por motivo, de que resulta pedirem outras o mesmo*. Assim, revoga *todas as licenças concedidas [...], porque he cousa dura que carregue o trabalho sobre poucas, estando as mais descansadas, quando todas deviam andar em competição a quem mais havia de servir*¹³⁹⁷. Frei António de S. Tomás reafirma que nenhuma religiosa *falte ao coro, e ao quarto de oração pela manhã, salvo se estiver enferma ou com licença da Prelada*, a quem pede que dificulte a concessão dessas

¹³⁹³ *Ibidem*, fl. 42v (set.º 1715).

¹³⁹⁴ *Ibidem*, fl. 48 (dez.º 1716).

¹³⁹⁵ *Ibidem*, fl. 48v (dez.º 1716).

¹³⁹⁶ *Ibidem*, fl. 53v, (set.º 1718).

¹³⁹⁷ *Ibidem*, fls. 55v-56 (abril 1720).

dispensas¹³⁹⁸. Era tal a necessidade de cantoras que, em 1815, sendo a comunidade já reduzida, a Santa Sé autorizou com um breve que uma noviça pudesse fazer profissão, logo ao fim de quatro meses de noviciado, para poder servir nos Ofícios Divinos¹³⁹⁹.

As madres músicas, tangedoras e coralistas, pela sua atividade acabavam por ter destaque na comunidade. Soror Violante de S. Francisco, condenada pela Inquisição de Évora a fazer no Convento só os serviços mais humildes, depois de alguns anos de penitência e humilhação, suplicou, em carta ao Inquisidor que a deixasse ocupar, de novo, a sua cadeira no coro, para poder voltar a louvar a Deus com o seu canto¹⁴⁰⁰.

Muita cera, ora em rolos ora em velas, era comprada para as religiosas cantoras e tangedoras. Às grandes quantidades adquiridas junta-se também a preocupação com a qualidade, como a expressão “da mais fina” parece confirmar. O consumo de tanta cera no coro, explicar-se-á pelo facto de necessitarem dela, não só nas cerimónias litúrgicas, Eucaristia, Liturgia das Horas, Adoração e outros momentos de prece, mas também nos imensos períodos de ensaio em que os cânticos se repetiam vezes sem conta, a fim de se os aperfeiçoarem e afinarem as vozes, sobretudo aquando das cerimónias solenes. E não podemos esquecer que, parte do Ofício se cantava de noite, pois mesmo as *horas* iniciavam-se de manhã muito cedo e terminavam, já muito tarde¹⁴⁰¹.

As abadessas, como forma de retribuição à vigária do couro, cantoras, harpistas, organistas e outras tangedoras que participavam, com afinco, nas cerimónias das grandes

¹³⁹⁸ AA, CNSA, 03/001, fl. 62, (outubro 1721).

¹³⁹⁹ Soror Ana Jacinta de Santo António Castanheira entra no fim de 1814 (AA, (c.a.) liv. 122, fl. 59); fl. 62: (março 1815): pagou-se 6.400 réis por um breve “da Santa Sé Apostólica para a Madre Ana Jacinta fazer sua Profissão aos 4 meses de Noviça [...] a fim de poder servir nos Ofícios”.

¹⁴⁰⁰ Ver MariaTeresa Lopes Pereira, «*Que as irmãs estejam continuamente no mosteiro encerradas*. Entre a observância e o abandono da clausura no mosteiro de Nossa Senhora de *Araceli* de Alcácer do Sal (1573-1874)», in *Itinerarium*, ano LXV, nº 221/222 - *Oito séculos de presença franciscana em Portugal. Memória e Vivência. Jornadas 2018*, Lisboa, Jan.-Dez. 2019, pp.165-184.

¹⁴⁰¹ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 10v e 27 (1699); fl. 30v (1701): 6 arráteis de rolos às M^{es} Músicas, Padres, coro e enfermaria, 1.920 réis e fl. 38v (1700): 5 barrotes de rolo p/ as madres músicas, padres, e coro... 1.700 réis; fl. 59v (1701); (c.a.) liv. 96, fl. 32 (1705): noite de Natal - 12 bugias e rolos p/ as M^{es} Músicas e Padres, 7,5 arráteis, 2.400 réis; fl. 62 (1706): 14 rolos p/ as M^{es} Músicas e Padres, coro e enfermaria, 5 arráteis, 1.650; (c.a.) liv 96, fl. 24 (1705): 29 círios de 1/2 arrátel 5.220 réis e fl. 50v (1706): 13 rolos p/ as madres músicas 1.275 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 66 (1710): 3 arráteis e 4^a de cera fina, 1.040; liv. 97 A/3, fl. 4v (1722), fl. 15 (1723), fl. 46v (1723); fl. 63v (1724) e fl. 92 (1724); (c.a.) liv. 98, fl. 45v (1732): 9 rolos de 4^a e 7 de meio arrátel p/ as M^{es} Músicas, Padres, coro e enfermaria, 5 arráteis e 3 4^{as}, 2.060 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 6 (1741): rolos , 5.250 réis; liv. 103, fl. 27v (1747): “Rolos que se derão às M^{es} Muzicas e enfremaria”, 2.800 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 20v (1750): 7 arráteis e 3 4^{as} de rolos p/ as M^{es} Músicas e obrigações, 3.575 réis; liv. 105, fl. 24 (1754) e fl. 32 (1754): 9 arráteis de Rolo p/ as M^{es} Músicas e 12 velas de 4^a p/ o Candeeiro, 5.500 réis; fl. 106v (1725): 8 “Rolos, de meio arrátel cada hũ, e 7 de 4^a p/ as M^{es} Músicas e padres e [...] 2.070 réis; fl. 126v (1725); (c.a.) liv 100, fl. 44v (1739): 6 arráteis e 3 quartas de rolos p/ as madres músicas e enfermaria, 2.295 réis; *Ibidem*, fl. 108 (1740): 1.870 em rolos; liv. 106, fl. 17 (1756); (c.a.) liv. 106, fl. 25v (1756); (c.a.) liv. 107, fl [59 A], (1761); liv. 109, fl. 7v (1765): 15.060; (c.a.) liv. 110, fl. 67 (1770): tochas, serpentina, círio Pascal e rolos das M^{es} Músicas, 44.590; (c.a.) liv. 114, fl. 16 (1779), 5.180 réis.

festas do calendário litúrgico, ofereciam-lhes mais presentes do que às outras religiosas, como resmas de papel¹⁴⁰², pratos, pratinhos e tacinhas¹⁴⁰³. Obsequiavam estas “artistas” com galinhas para canja¹⁴⁰⁴, mel e ovos com que faziam gemadas¹⁴⁰⁵ para afinação das suas vozes, essenciais à beleza e à sonoridade dos rituais religiosos. Recompensavam-nas ainda, dando-lhes outros “mimos” como pastéis¹⁴⁰⁶, arroz-doce e bolos variados¹⁴⁰⁷. Distribuía-lhes manteiga e queijo flamengo¹⁴⁰⁸, confeitos¹⁴⁰⁹, nozes, passas de uva e amêndoas simples e confeitadas¹⁴¹⁰, açúcar¹⁴¹¹, doces especiais e dinheiro¹⁴¹². Era uma forma de reconhecimento pelo tempo, trabalho e desempenho responsável e afinado nas grandes festas, concretamente, na Semana Santa e Páscoa¹⁴¹³, no dia de Santa Clara¹⁴¹⁴, de Nossa Senhora de *Aracoeli*¹⁴¹⁵, Nossa Senhora da Conceição, nas festas de Natal¹⁴¹⁶ e Ano Bom, horas canónicas solenes e nas missas dos benfeitores.

Para serem utilizados no serviço litúrgico e religioso, guardavam-se no coro alto livros de cantochão, como graduais, antifonários, missais e livros de orações. Como o espólio musical do mosteiro foi disperso, de facto, perdeu-se o rasto de quase tudo.

Sabemos que Soror Francisca Clara de Assis, quando vigária do coro, mandou copiar um livro de canto chão, livro que identificámos como oriundo de *Aracoeli* e se guarda em Alcácer, na Igreja de Santa Maria do Castelo. Comprou ainda dois missais

¹⁴⁰² AA, (c.a.) liv. 97, fl. 19 (1708): 1 resma de papel p/ as madres músicas e Comunidade”, 900 réis.

¹⁴⁰³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12 (1699): 12 pratos, 240 réis; fl. 17 (1699); (c.a.) liv. 96, fl. 75 (1707): 3 dúzias de pratinhos (2 vezes) às Ma^{dr}es Músicas e Padres, 600 réis; liv. 96, fl. 75v^o (1707); (c.a.) liv. 109, fl. 87 (1767), fl. 95 (1768).

¹⁴⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 7v (Páscoa 1699): 3 galinhas p/ as tangedoras, 660 réis; fl. 25v (1699, Natal): 4 galinhas, tres para as madres tangedoras”; (c.a.) liv. 96, fl. 1 (1704): 5 galinhas p/ as madres músicas e Vigária do Coro (Natal), 1.500 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 5 (1750): 12 galinhas p/ as Madres Músicas e p/ os Padres, 2.120; (c.a.) liv. 105, fl. 18 (1753): 9 galinhas p/ o Padre Capelão e Madres Músicas, 1.680 réis.

¹⁴⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 56 (1700): ovos, mimo das Madres Músicas e consoadas dos padres”, 300 réis.

¹⁴⁰⁶ *Ibidem*, fls. 143v-144 (1699) – Festa da Assunção e de Santa Clara.

¹⁴⁰⁷ Dez^o: *Ibidem*, fl. 56 (1700), (c.a.) liv. 96, fls. 2 e 3 (1704); (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 145v e 91v (1723-24).

¹⁴⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 71v (1701); (c.a.) liv. 96, fl. 70v (1707): 2 queijos flamengos - um para as consoadas do confessor e outro que se gastou com as madres músicas, 750 réis.

¹⁴⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 15 e 74 (1705 e 1707); (c.a.) liv. 96, fl. 74 (1706): 12 arráteis, 1.320 réis.

¹⁴¹⁰ AA, (c.a.) liv. 97A/3, fl. 31 (1723): meia arroba p/ as m^{dr}es músicas, 960 réis; fl. 53 (1724): açúcar p/ m^{dr}es músicas, padres e gastos”, 4.800 réis; fl. 56 (1724): açúcar p/ a Comuni^{dade} m^{dr}es músicas e padres, 1.250 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 5 (1741): 15 arráteis p/ as m^{dr}es músicas e padres, a 200 e 3.000 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 15 (1744): amêndoas confeitadas”, 1.100 réis; fl. 107v (1746): o mesmo; (c.a.) liv. 107, fl. 3v (1759).

¹⁴¹¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 31v (1705) Natal: 1,5 arrobas/açúcar às m^{dr}es músicas, consoada/padres 4.350 rs.

¹⁴¹² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 82v “derão a 4 religiosas coristas”, a cada, 10 tostões ou mil réis; (c.a.) liv. 97, fl. 92 (1710): “a hũa Religiosa chorista” por 2 anos, 2.000 réis e “a outra de anno e meio” 1.500 réis.

¹⁴¹³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 37v (abril 1700): ovos para as consoadas das Madres Músicas, 240 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 15: gastos com o arroz-doce das consoadas das Madres Músicas (abril 1705).

¹⁴¹⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 16v (1699); liv. 97, fl. 21 (1705): p/ caramelo... das Madres Músicas, 400 réis.

¹⁴¹⁵ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 76v e 125v (1724/1725): açúcar p/ arroz-doce, “mimo das madres Muzicas”.

¹⁴¹⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 27v (dez^o 1699).

novos para o serviço religioso conventual¹⁴¹⁷. Regista-se, em 1811, a aquisição por parte da comunidade de um caderno de rezas próprias para o coro¹⁴¹⁸.

5.1.10.2. Instrumentos musicais

Apesar da legislação pós-tridentina dar a primazia à voz humana, em relação à música instrumental, cuja utilização era aliás cerceada, a par com o recurso à polifonia, o facto é que, esta também era muito cultivada no convento, como as notícias esparsas sobre objetos musicais nos levam a concluir. Nos livros de contas regista-se a compra de novos instrumentos para as madres tangedoras; anota-se também a venda de um já usado; mas, mais abundantes são as notas de reparação dos mesmos, incluindo os materiais necessários para esse efeito e o pagamento a quem os reparou e afinou.

Cabia à abadessa em exercício velar pela conservação dos instrumentos, providenciar a sua afinação, para que a música soasse harmoniosa, durante as cerimónias religiosas. Sabe-se que no coro alto existia um “órgão grande”, para o qual, em 1707, se comprou “grude para se consertarem os foles”. No ano seguinte, um franciscano, entendido em órgãos, foi chamado ao Convento para o afinar. As reparações são recorrentes e um ano antes do Terramoto, custou o arranjo do órgão 31.300 réis¹⁴¹⁹.

Os estragos, possivelmente, decorrentes do cataclismo de 1755, obrigariam a comunidade, quinze anos mais tarde, a substituí-lo por um órgão novo, adquirido em Lisboa. A escritã começou por registar os gastos com a alimentação dos organeiros, em dezembro de 1770 e nos dois meses seguintes¹⁴²⁰; depois, anota o transporte do órgão de Lisboa até Alcácer, incluindo o frete do barco, o pagamento a quem o carregou até ao castelo e a compra de duas tábuas para o estrado da organista¹⁴²¹. Só, em fevereiro de 1771, entra nas contas o pagamento da fatura do “órgão novo”, no valor de noventa e seis mil réis, tendo a comunidade aproveitado para vender as tábuas do “órgão velho”¹⁴²².

¹⁴¹⁷ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 62v (1794). Custaram 8.000 réis.

¹⁴¹⁸ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 51 (1811): 1 caderno de rezas e 4 ramalhetes de flores p/ a Igreja 5.260 réis.

¹⁴¹⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 70v^o (1707); (c.a.) liv. 97, fl. 59 (1709); em 1743, gastou-se c. 29.000 réis no concerto do órgão e 6.400 réis em materiais. No quartel seguinte, custou 1.600 réis - AA, (c.a.) liv. 101, fl. 118 (1743/1744). E (c.a.) liv. 105, fl. 32 (1754): “Concerto do Órgão” - 31.300 réis.

¹⁴²⁰ AA, (c.a.) liv. 110, fls. 67, 69, 70 e 74v (dez^o 1770, jan^o, fev^o e março 1771) - indicam gastos em frangos, pescada, vinho e carne de porco. Não é explicitado o tipo de trabalho que executaram. Pensamos que apenas terão montado e afinado o órgão. No fl. 182 (1770) é referido que se gastou “com o pão dos homens do órgão” e mais obrigações da Comunidade da farinha do Moinho 166,5 alqueires.

¹⁴²¹ AA, (c.a.) liv. 110, fl. 67v: o André gastou, quando foi a Lisboa, para se conduzir o órgão 1.500 réis, do frete do barco que o conduziu 1.300 réis e deu-se ao Moço que o carregou” 1.060; fl. 70 (1771): 2 tábuas p/ o estrado da organista, concerto do coro, sino, pregos, mãos de oficial e pôr as vidraças 3.075 réis.

¹⁴²² AA, (c.a.) liv. 110, fls. 71v e fl. 82 (receita do 1^o quart. 1771): umas tábuas do órgão velho 600 réis.

Mais vezes, vai ser necessário afiná-lo¹⁴²³, pagando a comunidade a maioria dos custos, embora, uma ou outra esmola contribuísse para a sua reparação¹⁴²⁴.

Na maior parte do tempo da história da comunidade, terá sido uma religiosa a tocar o órgão durante os ofícios, mas nunca a nomearam. No entanto, a partir de 1785 até 1793, é mencionada uma organista, designada como “senhora”, não incluída no número das freiras¹⁴²⁵ e recebendo menos ração do que elas para as suas ceias¹⁴²⁶. Situação semelhante vai repetir-se em 1804¹⁴²⁷. Em 1826, menciona-se a despesa com a jornada de uma organista contratada, a papelada necessária (as partituras) e as respetivas provisões alimentares (farinha, azeite e toucinho), assim como mais uma reparação do órgão¹⁴²⁸. É mencionada também uma moça que levanta ou dá aos foles¹⁴²⁹.

Em 1874, no inventário da extinção, ficou anotado que este instrumento estava “em mau estado”. Apesar disto, foi cobiçado em Lisboa. No verão desse ano, depois de uma aturada troca de correspondência, por solicitação e despacho do Ministro da Justiça, o órgão das clarissas de *Aracoeli* acabou por ter de sair de Alcácer, a caminho da capital. A Fazenda Pública fizera a sua doação à igreja das Mónicas de Lisboa, em cujo extinto Convento se achava então estabelecida a cadeia civil, denominada Casa de Detenção e Correção das Mónicas. As autoridades justificaram este destino com o serviço religioso das reclusas¹⁴³⁰, argumentando que essas mulheres precisavam de ouvir boa música, pois esta ajudava à sua mais rápida regeneração e reintegração social.

A menção a despesas feitas com a compra de cordas para um cravo, leva-nos a poder concluir que também se chegou a tocar este instrumento no mosteiro o qual era muito utilizado para estudo e ensino¹⁴³¹.

¹⁴²³ AA, (c.a.) liv. 111, fl. 9 (1771) foi pago 3.600 ao organeiro pela afinação; (c.a.) liv. 112, fl. 136v (maio 1788), custou a mão de obra e afinação, 7.530 réis, (c.a.) liv. 119, fl. 6v (julho 1801); liv. 127, fl. 23 (fev^o 1828); (c.a.) liv. 129, fl. 69 (março 1849): o montante ascendeu a 36.600 réis.

¹⁴²⁴ AA, (c.a.) liv. 101, fls. 106 e 106v (set.^o 1843); fl. 109: pagaram 28.800 réis; “de hũs esmolas que se derão para o órgão” – 2.880 réis a que se somou 6.400 réis de esmola “de huma Religiosa”.

¹⁴²⁵ AA, (c.a.) liv. 112, fl. 84 (1788); (c.a.) liv. 116, fls. 88, 89, 93v, 95v e 99 (1785, 1786, 1787); (c.a.) liv. 117, fl. 46 (1793).

¹⁴²⁶ AA, (c.a.) liv. 112, fl. 178 (1790): à organista 1.600 réis, a 1 religiosa 3 mil réis e a 1 serva 1.500 réis.

¹⁴²⁷ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 89v (despesa do trigo em 1803): Deu-se à Senhora Organista 30 alqueires.

¹⁴²⁸ AA, (c.a.) liv. 127, fl. 5v (fev^o 1826); fl. 8; fl. 14v (dez^o 1826);

¹⁴²⁹ *Ibidem*, fls. 88v, 94, 95v e 99v; (c.a.) liv. 117, fl. 106 (1791) – pagam-lhe 6 alq. de trigo; (c.a.) liv. 125, fl. 16v (1822), fl. 16v: p/ a Criada dos foles, 6 alq. cereal; fl. 78v (junho 1833): à criada dos foles pelo vencimento do ano de 1831, 6.000 réis; (c.a.) liv. 128, fl. 8 (junho 1835): 7.000 réis; e 129/34, (c.a.) liv. 129, fl. 2 (março 1841) ordenado à criada dos foles, 7.000 réis.

¹⁴³⁰ ANTT, *Ministério da Fazenda*, capilha 1.

¹⁴³¹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 4v (1753): 400 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 12v (1756); liv. 107, fls. 3 (1759) – 360; fl. 47 (1761); (c.a.) liv. 108, fl. 65v (1764): 200 réis; (c.a.) liv. 109, fls. 14v (1765) e 72v (1767).

A harpa, tocada pela madre harpista, aparece referenciada ao longo da vida conventual, sobretudo pela necessidade da compra de cordas para ela¹⁴³², mas só uma vez, conhecemos quem a tangia: Madre Soror Maria Batista¹⁴³³. A harpa contribuía para realçar a beleza da música conventual. Era utilizada para acompanhar o cantochão e substituía o órgão nos períodos em que não era tocado – Advento, Quaresma e Semana Santa. Durante a época estudada, encontramos uma notícia da venda de uma harpa velha e a correspondente compra de uma nova¹⁴³⁴.

Sobressai ainda na documentação a aquisição de palhetas novas para a “madre baixa”. Chamavam-lhe assim, por associação ao instrumento que tocava, o chamado “baixão”, instrumento de palheta dupla da família das charamelas, que se usou nos séculos XV, XVI e XVII como baixo natural dos instrumentos de sopro. O seu emprego era limitado quase só ao serviço das igrejas, para acompanhamento do canto religioso, sobretudo nas procissões; os Franceses ainda hoje chamam *basson* ao fagote, que foi um sucedâneo do baixão¹⁴³⁵. Há muitas alusões à compra de palhetas para este instrumento, à própria “madre baixa”, mas não ao nome das executantes. Temos apenas o caso de Soror Ana Maria da Conceição, que esteve presa na Inquisição de Évora de 1670 a 1672 e que saiu, sendo autorizada a fazer só os ofícios mais humildes. No entanto, a abadessa apesar das denúncias, permitiu-lhe tanger o baixão, justificando que a religiosa era muito prestativa no louvor de Deus com o baixão que tange¹⁴³⁶.

¹⁴³² Às vezes designam-na “tangedora”: AA, (c.a.) liv. 95, fls. 27 (1699) e fl. 54 (1700); (c.a.) liv. 96, fl. 3 (1704), fl. 11 (1705), fl. 30 (1706), fl. 46v° (1706), fl. 62 (1706), fl. 66 (1707): cordas da harpa, 1.500 réis; (c.a.) liv. 97, fls. 4v e 6v (1708): 6 “trastos de cordas”, 120 réis e p/ cordas 960 réis; fl. 59 (1709) 960 réis p/ cordas; (c.a.) liv. 97 A/3, fls 11 e 125v: (1723, 960 réis e 1725, 240 réis); (c.a.) liv. 99, fls. 21, 38v°: “1 quarteirão de cordas p/ harpa”, 1.100 e fl. 157 (1735-37); (c.a.) liv. 97 A3, fl. 4: p/ cordas, 480 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 35v (1739): cordas p/ a harpa, 1.600 réis e fl. 103 (1740): “hũ quarteirão de cordas para a arpa”, 400 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 6 (1741): cordas, 2.800 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 17v (1747): cordas, 1.800 réis; liv. 104, fls. 4, 71 (1750 e 1752); liv. 105, fls. 4v e 8 (1753): 480 réis; fl. 27v (1754): 1.200 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 6v (1756): cordas p/ a harpa, 400 réis, fl. 35v (1757): cordas 480 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 2 (1759): cordas p/ a harpa, 1.020 réis; fl. 29v (1760): cordas p/ a harpa 1.200 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 3 (1762): cordas p/ a harpa 1.370; (c.a.) liv. 109, fl. 3v (1765), 1.400 réis.

¹⁴³³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 2 (jan.º 1699).

¹⁴³⁴ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 33 (out.º 1760): “Recebemos pela Arpa Velha - 240 reis”.

¹⁴³⁵ Padre Borba e Lopes-Graça, *Dicionário de Música Ilustrado*, 1.ª edição, Lisboa, Ed. Cosmos, 1956, p. 132. Agradece-se à Maestrina Idalete Giga que o consultou para nós no Centro Ward.

¹⁴³⁶ Cf. AA, (c.a.) liv. 95, fl. 2 (1699): “Derão à Madre Vigária do Coro para palhetas”, 750 réis; *ibidem*, fls. 27 (1699), fl. 54 (1700): “Derão à madre Baixo para palhetas” 750; fl. 82 (1701): p/ palhetas” 500 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 30 (1705), fl. 62 (1706), fl. 95v° (1707); (c.a.) liv. 97, fl. 28 (1708), fl. 43 (1709) e fl. 59 (1709); (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 56: “para palhetas do ano passado de 1723 e deste 1724, 2.000 réis” e fl. 129 (1725); (c.a.) liv. 98, fl. 42 (1732) palhetas para o baixão, mil réis. Soror Ana Maria esteve presa de 26-09-1670 a 4-04-1672. Ver M. Teresa Lopes Pereira, «*Que as irmãs estejam continuamente no mosteiro encerradas. [...] Itinerarium*, ano LXV, nº 221/222, Jornadas 2018, Lisboa, pp.165-184.

De facto, os conventos femininos em geral e, *Aracoeli*, em particular, tiveram no seu interior numerosas e excelentes religiosas músicas e cantoras, mas que ficaram esquecidas, pois, raramente, os livros de contas as nomeiam.

Em 1801, surge registada a despesa inerente ao arranjo de três clarins, o que nos leva a concluir que, à época, esses instrumentos seriam tocados no convento¹⁴³⁷.

Na Revolução Liberal, há notícias históricas do estacionamento de tropas junto ao castelo de Alcácer. Logo, não serão de estranhar os registos dos gastos que a comunidade de religiosas fez com os milicianos, não só em alimentação, mas também com os tambores, o que se documenta em setembro de 1825, novembro de 1827 e na Semana Santa e Páscoa de abril 1824, 1828¹⁴³⁸. Podemos pôr a hipótese que os tamborileiros teriam participado em cerimónias religiosas, fazendo ressoar os tambores em algumas procissões. Por exemplo, no Enterro do Senhor, poderia o som da sua percussão acentuar o caráter triste e dramático da cerimónia processional, que sabemos fazer-se aí com grande solenidade, ou ajudar a fazer vibrar “aleluias” em domingo de Páscoa.

Emerge uma despesa de 3.000 réis, referente ao pagamento “à Música”, em fevereiro e março de 1852¹⁴³⁹. Poderá tratar-se de uma banda musical a atuar no mosteiro de *Aracoeli* por solicitação das religiosas, numa interação com a população e as associações artísticas locais, para dar mais brilho às celebrações religiosas.

Antes de finalizarmos este assunto, importa ter em conta que as religiosas, por vezes, tocavam alguns dos instrumentos citados, fora do âmbito litúrgico e das horas e tempos fixados. É pelo testemunho dos visitantes que percebemos como a música instrumental e o canto se estendiam para lá dos ofícios divinos. Assim, em 1691, decreta-se que as religiosas não *se ponhão a tanger e a cantar, nas casas particulares* do convento e não o façam no locutório até horas tardias¹⁴⁴⁰. As Constituições Gerais referem “*prohibimos, que as Religiosas nos locutórios nam tanjão arpas, violas, ou outros instrumentos, cantando musicas profanas, nem bailem, nem dancem, ainda que que seja com os seus habitos*”¹⁴⁴¹. Em 1750, insiste-se na proibição de tocar instrumentos musicais nas grades da portaria, a não ser na presença da família chegada das “cantoras e

¹⁴³⁷ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 6v (julho 1801): 2 ferros p/ o arranjo do órgão e de três clarins, 800 réis.

¹⁴³⁸ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 18v, liv. 127, fl. 3 (1825): aos tambores, 480 réis; deu-se aos Milicianos 4,800 réis; fl. 21 (1827): “aos Tambores” 480 réis e fls. 31v e 37v (1828 e 1829): “aos tambores”, 480 réis.

¹⁴³⁹ AA, (c.a.) liv. 129, fls. 94v e 95 (fevº e março de 1852): “Deu-se à Música” 3.000 réis.

¹⁴⁴⁰ AA, CNSA, 03/001, fl. 3 (outubro 1691) e fl. 17v (maio 1706).

¹⁴⁴¹ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. IV, p. 94.

tangedoras”¹⁴⁴². Note-se que o mosteiro de *Aracoeli*, assegurou uma prática musical e uma mestria no canto de louvor divino que deixou fama em Alcácer.

5.1.11. O trabalho manual

As clarissas, sendo contemplativas, ao não enveredarem pela vida ativa no mundo exterior, faziam, no interior da clausura, tarefas manuais santificadoras. Todas as freiras, com humildade, ao seguir os exemplos de Santa Clara e de S. Francisco, deveriam ter consciência que quanto mais alto era o ofício desempenhado, tanto mais a religiosa se deveria sentir menor. A Regra determinava que “*as irmãs oficiais e serviçais em horas e lugares estabelecidos segundo for ordenado, trabalhem em honestos trabalhos [...], assim que deitada fora a preguiça e a folgança é inimiga da alma não mate o espírito da santa oração*”. Obrigar-se-iam a evitar a ociosidade, mas deveriam dedicar-se ao trabalho com equilíbrio, sem excesso, para não prejudicar o tempo necessário à oração, como as Constituições gerais acentuam¹⁴⁴³.

Tinham normas rígidas de convivência que pretendiam promover a santidade de vida em comum, proibindo conversas profanas, sendo norma guardar o silêncio, durante as atividades. Todavia, poderiam sempre e em qualquer lugar comunicar em poucas palavras e em voz baixa o que fosse absolutamente necessário. Para além do desempenho dos cargos para que eram eleitas ou escolhidas, havia também os ofícios, sendo alguns respeitantes a tarefas manuais distribuídas pela Abadessa. Da limpeza da casa, à fornada de pão, cada um destes serviços deveria ser para a glória a Deus. Podiam jardinar, bordar, pintar e, sem abusos, confeccionar doces, fazendo esses tempos parte tanto das horas de trabalho manual como do espaço lúdico e de recreação das religiosas¹⁴⁴⁴.

Era na Casa do labor¹⁴⁴⁵ que as religiosas faziam muitos destes trabalhos. Com efeito, aí se confeccionavam os paramentos novos como as alvas, dalmáticas, os corporais, almofadas e panos de altar para o que se justificava a compra de tecido, de diferentes qualidades e quantidades, como linho, algodão, damasco branco, “holandilha” vermelha e dourada e também varas, galão, franjas, borlas, “lamares”, argolas, retrós de várias

¹⁴⁴² ANTT, *Livro das Patentes e das Actas capitulares, que teve princípio no governo do M.R.P. Comissário Provincial Frei José de S. Boaventura* [1750], Ms. 880 da Livraria, fls. 69ss. Cit. por Henrique Pinto Rema, *Música na Província Franciscana do Algarve*, in *Itinerarium ob. cit.*, p. 539.

¹⁴⁴³ *Regra do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. VIII. *Constituições Gerais, ob. cit.*, cap. VIII, pp. 37-38.

¹⁴⁴⁴ Ver o que a este propósito, refere para o Mosteiro de Santa Clara de Guimarães, Elisa Lessa, «Conventos de Religiosas Franciscanas em Braga (...), *Itinerarium*, Ano LX / N.º 209, maio – agosto, 2014, p. 549.

¹⁴⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 112 (2ª p.), fl. 148 (1789): 1 Porta no Claustro e mais a da casa do Labor, 5.760 réis.

cores, e renda¹⁴⁴⁶. Cosiam e transformavam as peças que se rasgassem ou envelhecessem; faziam toalhas novas para os altares, bordadas, com aplicações, franjas e rendas¹⁴⁴⁷. Os visitantes chamavam a atenção, por vezes, para a necessidade de alvas e mais ornamentos para o culto divino. Mas nem sempre é claro se compravam os materiais e os confeccionavam no mosteiro ou se mandavam fazer alguns fora¹⁴⁴⁸.

As mãos mais hábeis costuravam na perfeição os mantos e vestidos para a imagem da Virgem, e de outras imagens de vestir. Faziam também “coisas maravilhosas de agulha”, em vários pontos e matizes de diferentes cores, com linhas de seda e algodão, passamaria, canutilhos e retrós coloridos. Como em *Aracoeli* existia uma grande a devoção ao Deus Menino, as religiosas faziam as vestes do Menino Jesus que iam mudando segundo o calendário; confeccionavam também lençóis, colcha e almofada, para um bercinho como os que existem no espólio conventual do MNAA¹⁴⁴⁹.

Para elaborar estes trabalhos aparecem anotadas as compras de tecidos, de galões, rendas, passamanaria, meadas de linhas¹⁴⁵⁰, de seda e de canutilhos¹⁴⁵¹, rodinhas de arame amarelo¹⁴⁵² e diferentes tipos de papel uns pintados de azul e vermelho, outros da cor do ouro e da prata¹⁴⁵³. Recortavam-nos e “picavam-nos” e, depois, usavam-nos para variados fins, desde decorar objetos religiosos, como os registos de santos, castiçais, enfeitar prateleiras, embrulhar as caixas de alcorce e de escorcioneira e decorar outros presentes de bolos e doces que a comunidade oferecia¹⁴⁵⁴.

¹⁴⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 117, fls. 62-62v: importou tudo em 68.400 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 105 (1863): retrós e seda 500 réis; setim p/véus de cálices e renda p/ outro 300 réis.

¹⁴⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 141 (1746-47): “5 côvados de brim preto p/ a casula roxa, a 150 réis o côvado, e hũa outava de retrós e hu bocado de renda de prata” que custou 320 réis”, tudo 1.100 réis; liv. 117, fl. 62: só em damasco branco gastaram 19.200 e em borlas 8.000 réis; liv. 121, fl. 60v (1812): 10 varas de renda p/ guarnecer as alvas e toalhas da Igreja 920 réis, retrós, fita de linho, colxetes e alfinetes, 530 réis; liv. 121, fl. 80 (1812): 4,5 varas de galão e retrós p/ o arranjo das cortinas da Igreja 780 réis.

¹⁴⁴⁸ AA, CNSA, 03/001, fl. 22v (agosto 1707). Neste caso aconselham a abadessa a servir-se das esmolas que as noviças costumam dar para as alfaias religiosas.

¹⁴⁴⁹ Consulte-se: Sandra La Roca, *L'enfant Jésus. Histoire et anthropologie d'une dévotion dans l'Occident chrétien*, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007, pp. 59-61 e pp. 70-76: Les privautés de l'Enfant Jésus (habits, bijoux, fleurs...). Algumas peças de mobiliário em miniatura, como bercinhos, podem ser encontrados em exibição no Museu de Arte Antiga de Lisboa.

¹⁴⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 57v (1733): 1 oitava de retrós roxo p/ coser a manga da cruz e meia do branco, 70 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 53v (1761): 2 meadas de linhas, 100 rs; (c.a.) liv. 127, fl. 33 (1828): linhas, 60 réis.

¹⁴⁵¹ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 101 (março 1746): “de duas miadas de seda, quatro folhas de papel verde, e encarnado, e nove tijelas de cor de Castela para alcorsa, e hua miada de Canutilho 530 réis.

¹⁴⁵² *Ibidem*: seis rodinhas de arame amarelo, 100 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 62: três varas de galão de seda carmezim, 480 réis e de duas onças de retrós carmezim, 800 réis.

¹⁴⁵³ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 60v (1767): 6 folhas de papel dourado, 120 réis, livros de ouro e prata p/ caixas, 460 réis; (c.a.) liv. 114, fl. 50v (1781): 1,5 côvados de papel pintado; liv. 124, fl. 1 (março 1819): 6 papéis de cor, 360 rs; (c.a.) liv. 125, fl. 68 (1832): 5 cadernos de papel, 3 caixas de papel pintado c/ prata e ouro.

¹⁴⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 62v (1739): 3 caixas p/ alcorce 900 réis; prata e oiro p/ se doirar, 400 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 29 (1744): “meyo aRatel de alcatira e 4 tijelas p/ alcorsa, de pós azuis, seda, papel encarnado e livrinhos de ouro e prata p/ o mesmo,” 850 réis, fl. 79v (1745): 4 “caxas p/ alcorsa”, 1.200 réis, alcatira

Também a confeção das hóstias se integrava entre as específicas e delicadas tarefas feitas pelas religiosas. Como as clarissas eram tão devotas da Eucaristia, é natural serem elas próprias a cuidar desta missão que exigia delicadeza, paciência, rigor e competência. Começava com a preocupação da qualidade e da quantidade do trigo necessário (6 alqueires anuais)¹⁴⁵⁵. Trigo que, depois de moído, passava então pelo trabalho minucioso de peneirar finamente a farinha, de a amassar¹⁴⁵⁶, até chegar à modelação e acabamento final das hóstias. Para esta confeção as religiosas anotaram a compra de colheres, tesouras e ferros próprios para moldar o polme das hóstias¹⁴⁵⁷, jarros¹⁴⁵⁸, bacias, tachos e panelas de cobre¹⁴⁵⁹.

Pelas quantidades, parece-nos plausível concluir que as religiosas também forneceriam estas partículas de “pão” para serem consagradas em outros templos de Alcácer, nomeadamente ao Convento franciscano de Santo António. Embora, encontremos esta tarefa entregue às clarissas, desde o início até ao século XIX, onde surge uma nota que aponta o sacristão a “fazer as hóstias” e outra que refere a sua compra¹⁴⁶⁰.

5.1.12. Desobediências (ou infrações) e castigos

Era esperado das religiosas que cumprissem com rigor as suas obrigações quotidianas. Assim, todas as infrações, embora pequenas, deviam receber admoestação ou castigo. Na maioria dos casos, a infratora assumia a sua culpa, perante a comunidade na reunião do capítulo ou no refeitório. O castigo ia, desde a simples repreensão da abadessa, à redução alimentar a pão e água, à prostração e beijar os pés das outras irmãs,

120 e livrinhos de prata 120; fl. 101 (1746): 1 livrinho de prata, 300 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 23 (1754): “3 caxas de escorcioneira”, 7.500; (c.a.) liv. 109, fl. 60v (1767): 6 folhas de papel dourado p/ caixas de alcorce, 120; livros de ouro e prata p/ as mesmas, 460 réis e *ibidem*, fl. 66v (1767) 1 caixa p/ alcorça, 240; (c.a.) liv. 114, fl. 54v (1781): alcatira 130 réis; “2 livros de prata e 1 de oiro”, 80 réis; liv. 122, fl. 61v (1815): “costaneiras p/ fazer os papeluços, e embrulhar”, 300 réis; (c.a.) liv. 124, fl. 1 (1819): 6 papéis de cor, 360; (c.a.) liv. 125, fl. 68 (1832): 5 cadernos, 3 caixas de papel de prata e ouro, mil réis.

¹⁴⁵⁵ A título de exemplo, em 1791 e 1792, despenderam-se 6 alqueires de trigo com as hóstias. Cf. (c.a.) AA, liv. 117, fls. 106 e 110v; liv. 120, fl. 39 (agosto 1805): [...] de 1 quarta de farinha p/ hóstias 475 réis.

¹⁴⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 40v (1810): Gastou-se em pão amassado para o sustento dos Padres, para as hóstias, e com as religiosas de Santa Clara de Évora 2,5 moios que, por alqueires, somam 150 alqueires.

¹⁴⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 50v (1709); (c.a.) liv. 100, fl. 7 (1738): “hũa colher para o polmi das ostias”, vinte réis; (c.a.) liv. 103, fl. 69v (1749): “hũa colher para hóstias”, trinta réis; (c.a.) liv. 97A3, fl. 130 (1725): “hũa Tizoira para aparar as ostias”, 70 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 17v (1756) e (c.a.) liv. 110, fl. 40v (1769), 2.400 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 46 (1793): “Deu-se de torna do ferro das hóstias”, 9.600 réis.

¹⁴⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 49v^o (festa St^a Clara, 1709): [...], mais 1 jarro para as hóstias, [...], 5.300 réis.

¹⁴⁵⁹ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 4 (1759): “hũa bacia para hóstias e hu taxo de cobre”: 2.800 réis; fl. 4v (1759): receberam pela venda “de hua baçia das óstias e hu taxo e panela de cobre”, 1.800 réis; fl. 22v (1760): a Comunidade auferiu, 1.800 réis, pela venda de “hua baçia das óstias e hũ taxo e panela de cobre”.

¹⁴⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 119, fl. 14 (1802): “Sacristão fazer Ostias”; (c.a.) liv. 127, fl. 33 (1828): hóstias, 120 réis.

tudo isto numa linha pedagógica de exemplo. Mas para outras infrações, estavam previstos outros castigos

Uma pena frequente era a proibição da religiosa ir a grades, locutório (muito temida por todas). Mas, se as religiosas obtinham para si autorização para ir às grades e as passavam, às escondidas, a freiras mais novas, ficariam privadas de ir à portaria por um ano grades e poderiam ficar sem véu¹⁴⁶¹. O mesmo quem, depois de avisada, se recusasse a mandar pôr grades miúdas na sua janela e falasse das janelas ou de lá fizesse gestos a quem passava da parte do Santo Cristo dos Mártires¹⁴⁶². A inibição de ficar sem véu era considerada uma humilhação pública grave.

Uma outra pena era a privação de voz ativa ou passiva, ou seja, a religiosa não podia eleger, nem ser eleita para nenhum cargo, para sempre ou por um determinado período de tempo. Era o castigo que se aplicava, por exemplo, à religiosa que revelasse a pessoas de fora do mosteiro as coisas que se passavam no seu interior (caso fosse provado por duas testemunhas)¹⁴⁶³.

As Constituições gerais ordenavam ainda que “*as que forem rebeldes, sejam postas na Casa da disciplina*”. Para que os castigos “*contra as desobedientes, e incorrigíveis se possam executar, se manda e ordena, que em cada hum dos Conventos das Religiosas haja huma casa separada, forte, e retirada, como huma fresta alta, que possa dar luz, e se não possa falar por ella, a qual sirva de cárcere*”. Mas, não se encontrou menção à casa da disciplina ou existência de uma prisão neste mosteiro.

O mais curioso é que, em nenhuma circunstância, por mais infrações gravosas que se praticassem, não se previa a expulsão de uma religiosa professa¹⁴⁶⁴, uma vez que eram perpétuos os votos publicamente pronunciados.

5.1.13. A vida confraternal: confrarias e irmandades

5.1.13.1. Confraria da Senhora do Socorro e Confraria das Almas do Purgatório

Os Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Socorro de Alcácer do Sal são compostos por dezassete capítulos que foram confirmados por um alvará régio de 26 de maio de 1704, passado pela Chancelaria do rei D. Pedro II, em resposta à petição dos

¹⁴⁶¹ AA, CNSA/03/001, fls. 4-5 (1691) e fl. 10 (1694).

¹⁴⁶² *Ibidem*, fls. 5-6v (1691-1692) e fl. 22v (1707).

¹⁴⁶³ *Ibidem*, fls. 4-5 (1691).

¹⁴⁶⁴ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. V, p. 100. No Mosteiro de Alcácer não encontramos nenhuma referência à existência da “Casa da Disciplina” ou “Cárcere”.

confrades¹⁴⁶⁵. Antes, a comunidade de clarissas aí residentes, com aprovação do vigário franciscano responsável, tinha dado licença prévia para a instalação desta irmandade na igreja do seu mosteiro, que, a partir de então, ficou sob a proteção régia¹⁴⁶⁶.

Esta confraria teve uma larga expansão nos países europeus. Cabia-lhe rezar pelos confrades vivos e falecidos, como se lê na inscrição que ficou (consulte-se a figura nº 15 no subcapítulo 4.2.2.5.1.). A documentação liga a confraria à devoção a Nossa Senhora do Socorro – cuja festa deveriam solenizar – e também a um conjunto de encargos pios por alma do seu fundador, apenas referido por um apodo (o “Maneta”), e pelos irmãos. Celebrava-se missa quotidiana, tanto rezada como cantada (em determinados dias do calendário). A confirmação régia de 1704 faz referência genérica aos bens próprios e “grossas rendas” adscritos à Confraria, a fim de garantir o culto aí celebrado e a aquisição das alfaias e livros a ele necessários, bem como de um capelão quotidiano¹⁴⁶⁷. Restam ainda duas lápides.

Luís Cardoso (1747) refere que as sobras da receita obtida destes bens, depois de satisfeitos todos os encargos e a festa anual da Virgem, eram destinadas à Santa Casa de Alcácer, para “sustento dos pobres convalescentes, que saem curados do Hospital da Misericórdia, para cujo ministério tem a dita Irmandade hum Hospital”¹⁴⁶⁸.

Este facto justificaria os conflitos despoletados pouco depois entre o provedor da Santa Casa e a própria Confraria de Nossa Senhora do Socorro, devido aos gastos excessivos na festa anual que invalidavam a entrega de um remanescente significativo destinado aos pobres e justificou inclusive a sua proibição. Acalmados os ânimos, estipulou-se então que a festa à Senhora se continuasse a fazer, todos os anos, com missa cantada, mas apenas com um sermão¹⁴⁶⁹.

A Santa Casa de Alcácer pagava todos os anos dois mil réis pelo ofício por alma do fundador, o “Maneta”¹⁴⁷⁰. Os livros de receita e despesa do convento parecem indicar

¹⁴⁶⁵ ANTT, *Chanc. de D. Pedro II*, liv. 63, fl. 102 (regente a Infanta D. Catarina, Rainha de Inglaterra). O documento não transcreve os estatutos da confraria, limitando-se à sua confirmação genérica.

¹⁴⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁶⁷ *Ibidem*. AA, (c.a.) liv. 97, fl. 112v (1º quartel 1709); TT, *Chanc. D. João V*, liv. 112, fl. 360v (27-3-1747): licença ao Juiz e Irmãos de Nª Sª do Socorro de Alcácer p/ que possam aforar ao Bacharel Manuel Ferreira e Silva umas casas na vila, pertencentes à Capela.

¹⁴⁶⁸ P. Luiz Cardoso, *Diccionario Geográfico ou Notícia Histórica [...]*, Lisboa, Regia Oficinna Sylviana e Academia Real, 1747, p. 133. Como já vimos o Hospital fora fundado por Rui Salema e sua mulher.

¹⁴⁶⁹ O mesmo é atestado em visita do Ordinário do Arcebispado de Évora, datada de 27 de abril de 1752 (Arquivo da Igreja de Santiago de Alcácer, caixa 72, livro de visitas, fl. 25-25v).

¹⁴⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 48 (1723): p/ 2 ofícios da Irmandade do Socorro e do Maneta 4.000 réis; fls. 95 (1724) e 143 (1725); (c.a.) liv. 98, fl. 54 (1732), (c.a.) liv. 99, fl. 59 (1735): ofício do maneta 2.000 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 74v (1739): o mesmo, 2.000 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 56 (1757): o mês, 2.000 réis; liv. 114,

a passagem ou, pelo menos, a supervisão da gestão dos bens da Confraria do Socorro para os mesários da Misericórdia. De facto, é a Misericórdia que assegura não só pagamento do ofício, mas também o “guisamento” da capela, expressão que parece designar o conjunto das despesas associadas ao culto¹⁴⁷¹, a que juntava o fornecimento de três alqueires de azeite para a lâmpada da Senhora do Socorro¹⁴⁷². Uma ou outra vez, a comunidade recebeu da Santa Casa da Misericórdia valores muito mais elevados¹⁴⁷³. Destaca-se, uma ajuda de 72.000 réis da Fábrica da Capela do Socorro, no fim de 1793, resultante das diligências da Abadessa Francisca clara de Assis, para finalizar a recuperação do edifício¹⁴⁷⁴.

Durante a sua vida em *Aracoeli*, onde morreu em 1654, Soror Maria da Apresentação instituiu a Irmandade ou Confraria das Almas do Purgatório, cujo objetivo era rezar pelas almas do Purgatório. Como foi vigária do coro, é natural que tenha promovido com mais frequência o ofício de defuntos cantado. Não sabemos se eram muitos ou poucos os Irmãos, nem o seu compromisso. A fama que ficou desta religiosa foi a de ter falecido “com evidentes sinais de Predestinada”¹⁴⁷⁵.

Algumas irmandades de Alcácer ou de fora, como se lê nos registos, vinham pedir esmola na portaria do Convento, sobretudo para as confrarias do Menino Jesus, de S. Pedro, de Santa Bárbara, do Senhor dos Mártires e de S. Vicente¹⁴⁷⁶.

5.2 – O abastecimento e a alimentação

5.2.1. O abastecimento

Como qualquer outra comunidade humana, o mosteiro de *Aracoeli* – incluindo-se aqui tanto as freiras como o diversificado conjunto de dependentes e servidores que nele

fls. 48 (1780) e 78 (1781); liv. 115, fl. 81v (1784); liv. 116, fl. 25 (1785); liv. 117, fl. 37v (1792); (c.a.) liv. 109, fls. 26 e 83v (1766 e 1767); liv. 114, fl. 19 (1789); (c.a.) liv. 120, fl. 22v (1804/05) e outros.

¹⁴⁷¹ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 10 (1804): pelo gisamento da C^a do Socorro, sita na nossa igreja, anos de 1801, 1802, 1803 e 1804, a 6.000 réis / ano, pagos pelos Irmãos Mesários da Santa Casa da Misericórdia, vencidos em julho por Santa Isabel, 24.000 réis; (c.a.) liv. 125, fls. 44 e 75v (1824/25 e 1832/33): do ofício [Instituidor] pagou a Misericórdia, 2.000 réis e pelo gisamento da Capela do Socorro”, 6.000 réis.

¹⁴⁷² AA, (c.a.) liv. 109, fl. 11 (12-5-1765). Ficaram no celeiro, quando morreu a Aba.^a Soror Margarida Angélica da Degolação, 3 alq. de azeite da Capela do Socorro; liv. 120, 40v (receita 1805): 3 alq. de azeite.

¹⁴⁷³ AA, (c.a.) liv. 112 a), fl. 20v: o Provedor da St^a Casa deu de esmola p/ Cap^a do Socorro, 31.320 réis.

¹⁴⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 58.

¹⁴⁷⁵ Diogo Barbosa Machado, *ob. cit.*, p. 429.

¹⁴⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 100 -): “esmola ao Menino Jesus”: fl. 26v (1738), 20 réis, fl. 79 (1740) 70 réis e fl. 91v (1740), 10 réis; fl. 60 (1739): Menino Jesus e S. Pedro, 120 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 14v (1747): ao mesmo, 20; fl. 60 (1739): o mesmo, 120 réis; liv. 106, fl. 60 (1758): “esmolas ao Sr. dos Mártires e St^a Bárbara, 30 rs; liv. 109, fl. 58v (1767): Sr. dos Mártires, 20 rs; liv. 104, fl. 4v (1750): “S. Vicente” e outros, 310 réis.

ou junto dele habitavam – implicava a satisfação de diversas necessidades, da alimentação ao vestuário, dos recursos indispensáveis à liturgia e ao quotidiano conventual, dos materiais exigidos pela conservação à reparação do edificado.

O próprio mosteiro integrava as dependências necessárias à guarda de muitos destes víveres para que pudessem conservar-se e ser consumidos ou utilizados pela comunidade, como vimos no edificado conventual. É também a propósito destas dependências e espaços que se abrem portas que permitem a entrada – sempre controlada e vigiada – de produtos e pessoas, variando de acordo com as estações e com os tempos litúrgicos, os ritmos agrícolas e as necessidades da comunidade.

A localização do cenóbio, no alto do castelo, obrigava a trazer, desde a zona ribeirinha, a maioria dos produtos e das encomendas, mas também as rendas e os foros em géneros que as religiosas recebiam das suas propriedades.

5.2.1.1. Os cereais

Na posse de searas “de pão”, o mosteiro recebia uma riqueza, indispensável para o sustento da comunidade religiosa e dos seus servidores. As herdades, na sua maioria, emprazadas, produziam trigo em abundância, mas também centeio, cevada e milho. E ainda entravam para o celeiro alguns dotes de noviças, pagos em cereal, como já referimos.

Do que recebiam, distribuía a parte que cabia às religiosas, aos servidores e demais obrigações. Encontram-se também registos da venda de cereais com a respetiva entrada de dinheiro na receita, mas os visitantes, a miúdo, contrariam essa atitude. Assim, em 1709, ordena-se à *Abadessa, em virtude de Santa Obediência, que do trigo das rendas do convento não venda nenhum, e todo esteja em ser no celeiro para se distribuir pelas religiosas, por nos constar que todo lhes he necessario para o seu sustento*. Acrescenta ainda o visitador que se dê a cada hũa religiosa o que lhe toca, depois de satisfeitos os partidos [neste caso, os médicos e outros servidores] do convento¹⁴⁷⁷. Contudo, são registadas vendas recorrentes, numa tentativa de equilibrar um pouco mais as contas, quase sempre com saldos negativos e dívidas. E, por causa destas, chegou mesmo a haver o arresto judicial da safra de cereais nas propriedades do convento.

¹⁴⁷⁷ AA, CNSA, 03/001, fl. 26v (julho de 1709).

A irmã Celeireira tinha de comprar sacas ou alugá-las para o transporte do “pão” e ter também madeixas de fiado e agulhas para as coserem¹⁴⁷⁸, fechando-as.

Regista-se o pagamento da condução dos cereais (sobretudo o trigo) desde as herdades, os fretes dos batéis e dos carros, os homens que os vigiavam para não serem roubados, a quem os trazia do cais até ao convento e os descarregava¹⁴⁷⁹. Para os medir, algumas vezes, recorria-se ao serviço do próprio carreiro e do “escrivão do celeiro”¹⁴⁸⁰.

Quanto aos outros cereais, verificamos, por exemplo, que a cevada era sobretudo destinada ao alimento dos animais de carga. Provinha das rendas das herdades e também a semeavam na envolvente do mosteiro¹⁴⁸¹. Cada ano, ficava de reserva 1,5 ou 2 alqueires para “semear”¹⁴⁸². Alguma cevada e aveia destinavam-se à botica, o milho recebido era pouco, entrando apenas no chamado “pão de mimo”, nas broas dos Santos e na doçaria do Natal¹⁴⁸³.

5.2.1.2. O peixe

O consumo de peixe era obrigatório às sextas-feiras e nos dias de abstinência ritual exigidos pelo calendário litúrgico. Essa necessidade impunha, que a comunidade pagasse a dois procuradores do peixe: um procurador da terra, ou seja, de Alcácer – que abastecia as religiosas com as variedades que ali apareciam, do rio ou do mar – e outro, em Setúbal, de onde vinha para a comunidade a maioria do pescado que a alimentava¹⁴⁸⁴. Tal facto, implicava também o pagamento dos fretes dos barcos, dos mariolas que o levavam até à

¹⁴⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 48 (1700): 1 madeixa de cordel 40 réis e aluguer de 12 sacos p/ o pão 72 rs; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 130-130v (1725): aluguer de sacas 188 rs; fl. 131: 5 madeixas de fiado e 2 agulhas 110 réis.

¹⁴⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 130, fl. 130v.

¹⁴⁸⁰ *Ibidem*, fl. 36 (1723): p/ medir 2 moios de trigo e 1 saca 150 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 45: a quem mediu 5 moios de trigo 270 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 65: ao escrivão do celeiro”, 640 réis; (c.a.) liv. 107, fls. 7 e 26 (1759 e 1760): ao mesmo, 400 e 480 réis; liv. 108, fl. 61 (1764): ao mesmo 550 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 75 (1767), 800 réis; (c.a.) liv. 110, fls. 37v e 39 (1769): 500 e 560 réis e fl. 61v (1770) 480 e 100 réis.

¹⁴⁸¹ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 197 vº (1735): p/ semear no Convento p/ os bois, 9 alq. e da que semeou a minha antecessora 30 alq. que recebi e lancei na receita; (c.a.) liv. 100, fl. 153 (1738): comeram os bois em vagem, 8 alq.; (c.a.) liv. 106, fl. 105 (1757): semeou-se e deu-se 2 alq. de cevada porque se molhara no seleiro.

¹⁴⁸² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 155 (1706); fl. 162v (1707): 2 alq.; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 173v (1725).

¹⁴⁸³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 154v (1723): p/ as broas do pão por Deus e ceias dos servos, 4 alq. de farinha de milho; (c.a.) liv. 119, fl. 42v (1803): meio alq. de mel p/ as broas dos Santos 900 réis, 1 alq. de farinha de milho, 600 réis e alq. e meio de nozes p/ as mesmas, 1.050 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 8 (1822): de 1 alq. e ¾ de farinha de milho p/ broas dos Santos; fl. 139 (1734): de 2 alq., 2.400 réis.

¹⁴⁸⁴ Consulte-se: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 41-41v (1700) “peixe da terra para o Baptista”, 1.040 mais 350 réis; (c.a.), liv. 96, fl. 19 (1705): peixe da terra, 4.190 réis e 12 dúzia de salmonetes para a véspera; (c.a.), liv. 97 A, fl. 24 (1723): 9,5 vendas de peixe da terra, 3.170 réis; fl. 116 (1725): 43 vendas de peixe da terra, frito, 3.500 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 14 (1741): peixe frito de Setúbal – “Baptista”, 5.230 réis; 4 dúzias de pargos p/ o dia, 3.700; fl. 54 (1742): 3.740; fl. 95 (1743): “pexhe frito” - ceia”, 4.100; (c.a.) liv. 102, fl. 19v (1744).

embarcação e ainda o transporte do cais até ao Convento¹⁴⁸⁵. Uma vez ou outra, emerge na documentação a compra de pescado vindo de Sines¹⁴⁸⁶. Abasteciam-se ainda de peixe fresco, oriundo “de quebradas armadas”, com esse propósito¹⁴⁸⁷.

Regista-se a aquisição de pescadas secas e sobretudo de bacalhau, para o qual era necessário cuidar do transporte e do armazenamento adequado. Em geral, compravam-no, em grandes quantidades, em Lisboa¹⁴⁸⁸ – fardos, um ou outro costal, cujo peso se expressava em arrobas e quintais. Adquiriam-no também em Alcácer, mas só em pequenas porções, para suprir as faltas, antes das chegadas das encomendas de Lisboa.

5.2.1.3. A carne

A caça era comprada a quem ia ao monte caçar, já as galinhas e outras aves eram criadas no próprio mosteiro, a que juntavam, algumas recebidas como pitanças das suas propriedades e ainda as que compravam fora. A título de exemplo, em 1768, receberam as freiras de pitança 57 galinhas¹⁴⁸⁹, mas, antes e depois desta data, há registos da chegada de muitas mais recebidas a este título¹⁴⁹⁰. Só raras vezes, se encontra o pagamento das galinhas convertido em dinheiro¹⁴⁹¹, sendo recorrente que as mesmas figurem nas listas dos géneros de que o último exemplo é de 1850, indicando-se então serem 46 as galinhas registadas na coluna do rendimento geral em géneros¹⁴⁹².

Consumiam um elevado número de ovos, comprados às centenas no mercado, alguns provenientes das aves das capoeiras do cenóbio e outros pagos pelas herdades¹⁴⁹³.

¹⁴⁸⁵ A título de exemplo, ver AA, (c.a.) liv. 97A/3, fls. 2v e 4v (dez.º 1722).

¹⁴⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 197v (1735): à besta que foi a Sines buscar peixe, a Alvito azeite, ao Torrão cera e a Águas de Moura a diligência do corte, 6,5 alq.; (c.a.) liv. 101, fl. 24 (1741): 8.345 réis - peixe de Sines; (c.a.) liv. 102, fl. 26v (1744): “safios e xoupas” de Sines, 6.400 réis; liv. 105, fl. 12v (1753): 4.980 réis.

¹⁴⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 124 e 126v (1725): a Rev^a Madre Abadessa pagou 1.200 réis “aos homens que forão armar a quebrada para o peixe que se deu na véspera de Nossa Madre.

¹⁴⁸⁸ Era recorrente a compra e transporte de bacalhau de Lisboa para Alcácer, sendo extenso pôr todos os registos. Só a título de exemplo, ver: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 17 (1699): “hũ quintal de bacalhão”, a 1.200 réis a arroba, 4.800; fl. 32 (1700): 8 arrobas, 6.000 réis; fl. 46 (1700): 2 costais de bacalhau, 7.490 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 1 (1822): bacalhau, 3.100 réis.

¹⁴⁸⁹ B.N.L., Cód. 6292, fl. 334.

¹⁴⁹⁰ Uma dúzia p/ ano vinha da Herdade de Arapouco e o mesmo da H. de Vale de Figueira de Baixo - AA, liv. 121, 2ª parte, fl. 111 (fim 1835); liv. 127, fls. 8 e 16v (1825 até 1826); 6 galinhas da H. de Abrafama e 2 vinham da H. de Corte Serrado: liv. 121, 2ª parte, fl. 116 (1836); liv. 127, fl. 18v (1825/1826): 6 galinhas.

¹⁴⁹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 104, (1700): deu Manuel Pacheco do foro e de 1 galinha 1.100 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 26 (1765): do Rendeiro do Moinho da Algeda por conta de 38 alq. e 3 galinhas (600 rs das galinhas), pago a dinheiro, 10.200 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 16 (1813): de Albráfema, pitanças de 6 galinhas 1.440 réis.

¹⁴⁹² PT/ADEVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00056.

¹⁴⁹³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 8v (1699): ovos 780 réis; fl. 16v (1699): ovos p/ os presentes dia de Stª Clara e mais gastos, 1.060 réis; liv. 96, fl. 74 (1707): ovos p/ Comunidades, Consoadas dos Padres e mais gastos, 3.450 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 12v (1732): ovos, 4.460 réis e fl. 125 (1734): ovos – Endoenças, comunidade e

A comunidade não criava porcos. Comprava uns e recebia vários de pitaça, havendo alguns pagos a dinheiro¹⁴⁹⁴. Consumia a maioria, mas também oferecia um ou outro exemplar. Contudo, nunca chegavam para o gasto e, por isso, se recorria à compra de mais alguns¹⁴⁹⁵, o que obrigava a contratar um porqueiro para andar no montado com a vara¹⁴⁹⁶, até à “matança” (“chacina” na documentação). Estes animais iam sendo mortos, à medida das necessidades, sobretudo nos meses frios, nomeadamente de novembro a fevereiro, ou seja, dos Santos, Natal até ao Entrudo, pagando a quem os abatesse¹⁴⁹⁷.

Parece-nos significativo o registo feito pela escritã após o Terramoto, em dezembro de 1755, quando, em desabafo, diz que deram ao convento, “de caridade”, dois porcos para a alimentação comunitária¹⁴⁹⁸, não registando um único suíno dos muitos que o mosteiro costumava receber “de pitaça” pelo Natal.

Como já vimos, a propósito da casa da carne, a matança do porco implicava uma grande azáfama. Depois do seu abate, seguia-se o corte, com a separação das partes destinadas a serem consumidas frescas¹⁴⁹⁹, não só na comunidade, mas também dadas, como presentes, às “pessoas das obrigações”¹⁵⁰⁰. Era necessário salgar muito bem o que

Padres 6.180 réis; fl. 115 (1734): ovos, 4.089 réis, liv. 103, fl. 16 (1747): ovos p/ dia Stª Clara 5.830; fl. 57 (1748): ovos, 4.870 réis; gastos em geral e Semana Stª, em ovos 10.200 réis - liv. 104, fl. 6 (março 1750).

¹⁴⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 98, fls. 9, 39v e 43v (1732): “recebemos mil réis por uma marrã que se paga de pitaça na Herdade do Pinhal; matou-se um porco que veio de Arapouco e uma marrã do Oiteiro e matou-se uma marrã do Pinhal”; fl. 60 (1733): matou-se uma marrã de Vale de Figueira; (c.a.) liv 100, fls. 2, 37v (1738): “mataram-se 3 marrãs e 4 porcos de Arapouco”; fl. 53v (1706): deram a quem foi à Sesmaria buscar um capado de pitaça, 50 réis; fl. 71v (1739): “Abatemos [...] 4 porcos, as 2 marrãs de Arapouco e hua marrã do Pinhal”; (c.a.) liv. 101, fl. 43 (1742): Mataram-se 4 porcos de Arapouco; fl. 79v (1780): matou-se 1 marrã de Vale de Figueira; (c.a.) liv. 103, fl. 25 (1747): Matou-se 1 marrã da Serra do Pinhal c/ 1 arroba; (c.a.) liv. 109, fl. 26 (1765): deu em dinheiro o rendeiro do Moinho de Algeda, de pitaças de 4 marrãs, 28.800 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 20v (1813-1814): deu o Lavrador de Arapouco p/ pitaça de 3 porcos, 28.800 réis.

¹⁴⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 1 (1707): compraram-se 3 porcos, 13.200 réis; fl. 60 (1709): compraram-se 20 por 40.000 e mais 3 p/ 7.200 réis; e ainda 2 p/ 7.500 réis; fl. 64 (1710): bagaço p/ os porcos 160 réis e deram 300 rs a 1 homem que foi a Porches ver os porcos que se compraram; (c.a.) liv. 100, fl. 36v (1738): compraram 20 porcos, 61.965; (c.a.) liv. 103, fl. 26v (1747): 9 porcos grandes, 54.000; fl. 9v (1705): Deram a M. de Faria por ir buscar 8 porcos, 600 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 21 (1785): mais 2 porcos, 12.000 réis.

¹⁴⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 56v (1700): “ao porqueiro de guardar os porcos”, 600 réis; fl. 59 (1701): ao porqueiro 300 réis; fl. 150 (1700): ao porqueiro que veio domingo desse mês; fl. 151 (1701): houve porqueiro; (c.a.) liv. 96, fl. 35 (1706): a João p/ a sua soldada e p/ conserto de uns sapatos quando guardou os porcos, 540 réis; fl. 149 (recibo 1705): pagou-se ao porqueiro, 7,5 alq. de centeio.

¹⁴⁹⁷ A título de exemplo: AA, (c.a.) liv, 95, fls. 24v e 30 (1699 e 1700): 50 réis a quem matou um porco para a comunidade e “derão a Bartolomeu Fernandes de matar 5 porcos, a 70 réis cada hu”, 350 réis.

¹⁴⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 57v.

¹⁴⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 26v (1699); fl. 29v (1700): “a Bartolomeu Fernandes de matar dez porcos”, 700 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 3 (dezº 1704): “deram ao cortador que desmanchou um porco para chacina”, 50 réis; fl. 34 (1706): 32 porcos comprados a Miguel Lopes, 112.000 réis. Mataram-se 30, pesaram 76 arrobas e 30 arráteis e os 2 que faltam eram porcas (foram p/ a H. de Arapouco) e não houve mister mais carne. Tirou-se p/ chacina da Comunidade 6 arrobas e 15,5 arráteis; (c.a.) liv. 116, fl. 22 (1785): 150 réis p/ quem matou os porcos; (c.a.) liv. 120, fl. 80 (1807): deu-se ao carreiro por matar uma marrã, 240 réis.

¹⁵⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 145v e 149 (1699 e 1700); fl. 150 (1700): “Mandarão 4 quartos de porco ao médico, sangrador, cirurgião, letrado, que todos 4 pesarão 39 arráteis”; (c.a.) liv. 101, fl. 2 (1741): “tirou-se para os de medicina 1,5 arroba e 6 arráteis” e “lacomijis”.

fosse para ser comido mais tarde, como o toucinho. Preparar os presuntos, lacões e os vários enchidos e a banha.

A comunidade comprava, amiúde, borregos, carneiros¹⁵⁰¹, cabritos¹⁵⁰², bodes e chibatos (ditos “chibarras”¹⁵⁰³, ou seja, bodes novos castrados)¹⁵⁰⁴, sendo muitos destes ovinos e caprinos comprados por junto, formando, depois, rebanhos conduzidos por um pastor, carneireiro ou cabreiro¹⁵⁰⁵. Como exemplo da história de um rebanho, refere-se que, em abril de 1699, foram adquiridos para a comunidade, em vários lugares, 49 ovelhas/carneiros, que um pastor do marchante guardava, levando-os a pastar no monte, até serem abatidos. Do rebanho inicial, só restavam três carneiros no mês de agosto seguinte, os quais foram mortos para a alimentação conventual. Dos outros, sabe-se que um morreu logo pela Quaresma, só se aproveitando a pele, dois foram oferecidos ao capelão, outro foi comido por um lobo e um fugiu do rebanho¹⁵⁰⁶. Feitas as contas, dos 49 animais inicialmente comprados, consumiram-se em *Aracoeli*, nesses cinco meses (abril-agosto), 44 carneiros, a maioria pela Páscoa, sendo registado o pagamento a quem os abatia¹⁵⁰⁷, amolava as facas¹⁵⁰⁸ ou as comprava novas e afiadas¹⁵⁰⁹. Para além da carne,

¹⁵⁰¹ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 42, 44v e 47 (junho, julho e agosto 1700): “Derão ao pastor” 900 réis, em cada mês; (c.a.) liv. 99, fl. 50 (1735): a quem guardou os carneiros 3.950 réis; em março de 1741, compraram-se 60 carneiros, 59.520; (c.a.) liv. 101, fl. 4; liv. 103, fl. 6 (1747): 24.000 réis por 30 carneiros.

¹⁵⁰² AA, (c.a.) liv. 95, fls. 12v e 50 (1699 e 1700): 1 cabrito cem réis e fls. 55 e 65 (1700 e 1701): 1 cabrito” 80 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 7 (1705): 4 cabritos, 370; (c.a.) liv. 96 (1704): 1 cabrito 90 réis; (c.a.) liv. 97 (1708): 1 cabrito 110; (c.a.) liv. 98, fl. 3v (1732): 3 cabritos, 240 réis; fl. 99 (1740): 1 cabrito 50 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 77v (1740): 3 cabritos, 130; (c.a.) liv. 105 (1753): 1 cabrito 100 réis; fl. 9v (1756) e (c.a.) liv. 107, fl. 38 (161): 1 cabrito, 80; 107, fl. 17v (fevº, março e abril 1760): 2 cabritos, 120 réis.

¹⁵⁰³ Ver António Morais da Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Confluência, Lda, 7ª edição, II Vol. 1992, p. 27.

¹⁵⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 6v-7v (abril 1699): comprou-se, 1 bode e mais de 3 dezenas de chibarras, entre novos e velhos, custando o bode 1.100 réis e o preço dos chibarras oscilou entre 620 e 900 réis.

¹⁵⁰⁵ AA, CNSA/02/017 (1649-07-15): “Publica forma do Monitório do juiz” contra as autoridades que não permitem que os gados do convento pastem livremente nos campos do concelho, sem coimas. AA, (c.a.) liv. 95, fl. 7v (1699): deu-se ao Pastor do marchante 300 réis p/ guardar os carneiros; fl. 149 (1700): despediu-se o carneireiro; (c.a.) liv. 96, fl. 11v (1705): p/ ferrar um macho, 110 réis; fl. 13 (1705): compraram-se 192 carneiros, 115, a mil réis c/, e 69 a 950 réis, mais 8 a 650 c/, 185.750 réis; fl. 16 (1705): deram ao pastor, 400 réis; fl. 20 (1705): ao bateleiro de Santa Ana por 3 viagens de carneiros, 300 réis; fl. 28 (1705): ao pastor dos carneiros, mil réis; fl. 149 v (1705): despendeu-se com o pastor, 9 alq. de centeio; fl. 155v (1706): p/ o pastor 26 alq. e 3 quartas de centeio; fl. 45 (1706): deram 530 réis a quem tosquiou 106 carneiros, os outros vieram tosquiados, e ao pastor 400; fl. 49 (1706): soldada do pastor, 750; fl. 56v (1706): 60 dias do pastor, 400 rs; (c.a.) liv. 99, fl. 126 (1737): por os conduzirem e tosquiarem, 750 réis.

¹⁵⁰⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 7 e 124v (agosto 1699): mataram-se os últimos 3 carneiros dos 49 comprados.

¹⁵⁰⁷ *Ibidem*, fl. 39 (maio 1700): Mataram-se... 13 carneiros e dois chibatos; (c.a.) liv. 106, fl. 40 (junho 1757); fl. 53 (dezº 1757); (c.a.) liv. 110, fl. 50v (abril 1770).

¹⁵⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 44v (1700): “De amolar a faca com que se matão os carneiros”, dez réis.

¹⁵⁰⁹ *Ibidem*, fl. 9v (antes da Páscoa de 1699). Custou 200 réis uma faca afiada para matar os carneiros.

no caso das ovelhas e carneiros, era aproveitada a lã¹⁵¹⁰ e, de todos os animais abatidos, lucrava-se também com a venda das suas peles¹⁵¹¹.

Documenta-se também o abate, no próprio mosteiro, de bois, bezerros, vacas e vitelas¹⁵¹². A comunidade tinha que pagar a quem os matava, esfolava e separava as várias partes da carne do animal, conforme as suas características e os diferentes fins a que se destinavam, lucrando ainda com a venda das suas peles¹⁵¹³.

5.2.1.4. Os legumes, as hortaliças e a fruta

Assiste-se à compra dos legumes verdes e secos, das hortaliças, da fruta da época e dos frutos secos, pois nenhum destes produtos entrava no retorno dos contratos de arrendamento. Adquirem alguns em Alcácer, mas a maioria vem de Setúbal de barco. Fruta da época, a melhor, compravam-na em Montemor-o-Novo. Mas há registos de ofertas ao mosteiro por gente abastada ou familiares das religiosas e a comunidade também providenciava a aquisição destes produtos nas feiras, a começar na de Alcácer, passando pela de Alvito, de Montemor e de Grândola.

5.2.1.5. O arroz, o açúcar e o mel

Nos três séculos de vida do mosteiro há elevadas aquisições de arroz. A maioria vinha de Lisboa, comprado geralmente em quintais e arrobas, guardados em sacos que eram transportados de barco para Alcácer¹⁵¹⁴. Registavam-no como: “arroz do

¹⁵¹⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl.107v (agosto 1700): Recebemos de 2 arrobas de lã, 2.800 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 45 (1735): e por 4 arrobas de lã dos carneiros que se compraram, 9.680 réis.

¹⁵¹¹AA, (c.a.) liv. 95, fl. 104 (1700): 14 peles de carneiro vendidas por 1.960 e mais 400 réis p/ 2 peles de chibarro; (c.a.) liv. 99, fl. 45 (1735): 5,5 dúzias de peles dos mesmos, 450 réis; fl. 59v^o (1735): p/ 48 cascos de peles dos carneiros, a 400 réis a dúzia, 1.600 e, por 3 arrobas de lã, 8.000 réis; fl. 95 (1736): p/ 4 arrobas de lã, 9.680 e 5,5 dúzias de peles dos mesmos, 450; (c.a.) liv. 114, fl. 13 (1779): 1 pele de carneiro 200 réis.

¹⁵¹² Ver, entre outros: AA, (c.a.) liv. 106, fl. 39, (1757): “se matou hũ Boy”, c/ 15,5 arrobas, 11.000; (c.a.) liv. 108, fl. 64v (1764): se matou o boi que servia na carreta pesou 10 arrobas e 24 arráteis; (c.a.) liv. 110, fl. 50v (1770): deu-se 80 réis a quem matou a vitelinha; (c.a.) liv. 113 (1777): matou-se 1 vaca e 1 vitela que pesaram 9,5 arrobas, 8.500 réis; (c.a.) liv. 115, fl. 14v (1782): 1 bezerro, 10 arrobas e 14 arráteis, 14.400 réis e fl. 60v (1784): uma Novilha que se matou e pesou 4 arrobas e 8 arráteis 7.500 réis.

¹⁵¹³AA, (c.a.) liv. 99, fl. 157 (1737): de quem esfolou um boi 180 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 40 (1757): “aos magarefes que matarão o boy”, 480 réis; fl. 53 (dez^o1757): deu-se ao magarefe que matou a vitela, 240 réis, (c.a.) liv. 110, fl. 50v (1770): deu-se 80 réis a quem matou a vitelinha; (c.a.) liv. 115, fl. 17v (1782): recebemos de 12 couros das vacas que se mataram 20.400 réis; fl. 26 (receita/ último quartel de 1782/83): por 5 couros das vacas que se mataram 7.200 réis.

¹⁵¹⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 58v (1701): 1 quintal de arroz, 3.600 réis; fl. 59: “a quem em Lisboa levou ao barco os dois quintais de arroz”, com o frete a Coina, besta e carreto no cais de setúbal, 500 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 5 (1705): 2 arrobas de arroz de Lisboa: 1 a 2.400 e outra a 1.700, 4.100 réis; fl. 11 (1705): frete e carreto de 1 saco de arroz vindo de Lisboa, 700 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 14 (1708): 4 arrobas de arroz de

melhor”¹⁵¹⁵, “arroz carolino”¹⁵¹⁶, “arroz de Veneza”¹⁵¹⁷, “arroz de Génova”¹⁵¹⁸ e “o arroz da terra” ou de Alcácer. Este último, encontrou-se na documentação analisada pela primeira vez em 1769-70, quando a escritã refere a compra de doze arrobas de “arroz da terra” e de quatro arrobas de “arroz de Palma”¹⁵¹⁹. Mas, só nos surge a notícia da produção de arroz nas propriedades pertentes a *Aracoeli*, já ia o século XIX em mais de meio. De facto, perante um diferendo judicial entre as Religiosas e António Caetano de Figueiredo, Visconde de Alcácer, sobre o arrendamento da Herdade de Arapouco, aparece o arroz nas suas produções¹⁵²⁰. O arroz surge ainda mencionado na Herdade da Asseiceira¹⁵²¹, também arrendada ao Visconde.

Quanto ao açúcar, eram muito elevados os gastos de açúcar nos meses das principais festas ou nos que as antecediam; por vezes, a escritã distingue se o que se compra é açúcar, claro¹⁵²², trigozeiro¹⁵²³ mascavado¹⁵²⁴, “redondo”¹⁵²⁵ e fino¹⁵²⁶. Era um produto que vinha de encomendas de Lisboa, tal como o arroz, o bacalhau e a manteiga.

O mel, embora algum fosse oriundo das rendas e pitanças¹⁵²⁷, a comunidade tinha necessidade de o comprar em maior quantidade por causa do seu grande consumo, não só

Lisboa, 6.700 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 11v (1735): 5 arrobas de arroz de Lisboa a 800 réis a arroba; (c.a.) liv. 100, 88v (1740): 8 arráteis comprado na terra pelo atraso das encomendas de Lisboa, a 320 réis o arrátel.

¹⁵¹⁵ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 29 (1805): 10 arráteis de “arroz do melhor” p/ a Semana Santa, 700 réis.

¹⁵¹⁶ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 119v (1734): 2 barris de manteiga e 10 arrobas arroz carolino 12.760 réis.

¹⁵¹⁷ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 86 (1733): 5 arrobas de Veneza, 3.000 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 10 (1785): de 1 arroba e 14 arráteis de arroz de Veneza, a arroba a 1.300 réis e 14 arráteis a 50 réis, 2.000 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 46v (1811): 5,5 canadas de leite, meia canada de água de flor e 8 arráteis de arroz de Veneza 1.180; fl. 65 (1812): 12 canadas de leite, a 6 vinténs cada e 8 arráteis de Veneza, a tostão o arrátel, 2.240; (c.a.) liv. 122, fl. 69v (1815): 10 arráteis de Veneza e 10 canadas de leite p/ arroz-doce, 2.000 réis; fl. 139 (1734): 3 arrobas, 3.360 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 69v (1815): 10 arráteis de arroz de Veneza e 10 canadas de leite p/ o arroz-doce, 2.000 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): 3 arrobas, 3.000 réis.

¹⁵¹⁸ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 4v (1779): de 4 arrobas de arroz de Génova, a 1.300 réis, 5.200 réis.

¹⁵¹⁹ Ver: (c.a.) liv. 106, fl. 73 (out.º 1758): “huma arroba de Arôs”, 1.500 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 33 (agosto 1769): 4 arrobas de arroz de Palma, a 750 réis, 3.000 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 56 (julho 1770): 3,5 arrobas “de arroz da terra”, 1.975 réis; fl. 68v (dezº 1770): 12 arrobas “do arroz da terra”, 7.200 réis.

¹⁵²⁰ Livro de Notas 49, Cartório de Rómulo José Maria dos Santos, doc. 2 (8-5-1858) – Agradece-se a Baltazar Flávio da Silva ter-nos facultado a cópia deste documento.

¹⁵²¹ ANTT, Ministº da Fazenda, *Inventário*, 2ª Rep. Nacional dos Próprios Nacionais - 7 de maio de 1874.

¹⁵²² AA, (c.a.) liv. 105, fl. 27 (maio 1754): 1 arroba, 2.400 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 3v (abril 1759) de meia arroba, 1.900 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 44v (novº 1786): 20 arráteis, 1.600 réis.

¹⁵²³ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 27v (maio 1754): meia arroba de açúcar trigozeiro, 925 réis.

¹⁵²⁴ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 6v (abril 1747).

¹⁵²⁵ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 60 (julho 1781): 3 “arobas de asucar redondo”, 8.550 réis; liv. 117, fl. 29 (agosto 1792): e liv. 118, fl. 1 (janº/fevº 1800): duas arrobas de açúcar “redondo”, 7.600 réis.

¹⁵²⁶ AA, (c.a.) liv. 113, fl. 39v (janº 1779): meia arroba de açúcar fino e o saquinho em que veio, 1.640 réis; (c.a.) liv. 114, fl. 60 (julho 1781): meia arroba de açúcar fino, 1.500 réis.

¹⁵²⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 30, 54 e 100 (1699 e 1700): “do prior de Santa Susana sobre hũ pote de mel” pertencente à Comunidade, pagou-se ao letrado o registo em Lisboa desta causa, 2.400 réis; custo da justiça, 960 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 101v (receita: março, abril e maio 1768): por 3 alq. de mel, 2.400 réis.

na botica e enfermaria mas também nos alqueires¹⁵²⁸ e canadas¹⁵²⁹ necessários à elaboração de bolos e doces.

5.2.1.6. A manteiga e o leite

A manteiga comprada é designada, por vezes, como “manteiga da Flandres” e chegava ao convento em barris, referindo-se o seu peso em arrobas e arráteis¹⁵³⁰. Quanto ao leite, apenas encontrámos notas de compra, sendo geralmente, medido em canadas. Como na documentação surge citado “o homem do leite”, deduzimos que poderia ser um leiteiro a fazer a sua entrega no Mosteiro¹⁵³¹.

5.2.1.7. A água

Apesar da presença, no perímetro do mosteiro, de pelo menos dois poços e de uma cisterna, a documentação é clara em relação à falta de água no mosteiro, havendo necessidade de a trazer de fora, a fim de colmatar as pontuais faltas do precioso líquido, como se verifica no pagamento de várias cargas a quem a trazia ao edifício.

¹⁵²⁸ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 23v (1705): 1 alq. de mel, 600 réis; fl. 35 (1706): 6 alq., 3.600 réis; e fl. 50 (1706): 6 alq., 4.500; (c.a.) liv. 97, fl. 2 (1707): 1 alq. 800 réis, fl. 27v (1708): 1 alq. 750 réis e fl. 34 (1709): 2 alq. 1.500; fl. 73v (1710): 1 alq. 750 réis; fl. 88 (1710): 1 alq. 1.200 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 76v (1724): 3 alq. 2.400 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 125 (1734): 3 alq. 3.000 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 3 (1735): 3 alq., 3.600; fl. 11 (1708): 1 alq. 1.000 réis; (c.a.) liv. 100, fls. 3v, 80 e 55v (fev^o 1738 e 1740; e junho 1739): 4 alq. 3.400 réis e 6 alq. 4.800 réis e 1 alq. 800 réis; (c.a.) liv. 113, fl. 2v (1777): 4 alq. 3.810 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 29 (1792): 3 alq. 3.600 réis; fls. 46, 49v e 54 (1793): 1 alq. de mel”, 1.200 e 1.400 e meio alq., 600 réis; liv. 95, fl. 13 (1699): 2 can., 280; (c.a.) liv. 104, fl. 2v (1750): 1 can. 220 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 26 (1792): 2 can., 640 réis; fl. 45 (1793): 1,5 can., 600 réis.

¹⁵²⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 13 (junho 1699): 2 canadas de mel gastas em 2 comunidades de castanhas e nos bolos da véspera do Batista 280 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 2v (fev^o 1750): 1 canada 220 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 26 (junho 1792): 2 canadas de mel”, 640 réis; fl. 45 (maio 1793): 1,5 canadas de mel, 600 réis.

¹⁵³⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 113 (1701): vendemos 14,5 arráteis de manteiga da Flandres, 1.015 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 4v (1705): comprou-se 1 arroba e 4 arráteis da Flandres, a 50 réis o arrátel, 1.800; (c.a.) liv. 97, fl. 2 (1707): 8 arráteis, 480, fl. 20v (1708): 8 arráteis, 480 réis e fl. 29v (dez^o 1708): 8 arráteis, 480; (c.a.) liv. 97A/3, fls. 76v e 122 (1724): 50 arráteis, 2.000; 1 barril de manteiga com 58 arráteis, 2.610 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 8 (1732): 2 barris 5.850; fl. 86 (1733): 2 barris, 6.455; fl. 139: (1734): 1 barril, 4.680; (c.a.) liv. 99, fl. 7 (fev^o 1735): 2 barris, 5.400; (c.a.) liv. 100, fl. 3v (fev^o 1738): 3 barris, 11.614 réis; fls. 60 e 70 (1739): 1 barril, 3.050 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 38 (1751): 1 barril, 3.100; (c.a.) liv. 105, fl. 32 (1754): 2 barris, 7.480; (c.a.) liv. 117, fl. 29 (1792): 1 barril de 77 arráteis, 115 rs e condução, 8.975; fl. 51v (1793): 1 barril de 2 arrobas e 2 arráteis, 5.800; fls. 53v e 55 (1793): 11 arráteis, 1.680 e 2 arrobas e 2 arráteis, 9.240 réis.

¹⁵³¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 39v (1706): 18 canadas 360 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 75v (1733): 54,5 can., 1.635; liv. 95, fl. 46 (1700): 230 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fls. 33, 76v e 124v (1723, 1724 e 1725): 4 can. 120 réis; 23 can., 690 réis; e 47 can., 1520 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 26 (1732): 54 can., 1.620; fl. 85v (1733): 56 canadas, 1.680; fl. 139 (1734): 44 can., 1.320 réis; liv. 110, fls. 5v e 32 (1768 e 1769): 21,5 can. 860 réis; liv. 116, fl. 60 (1787) 16 can., 640 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 49 (1793): 14 can. 560 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): 12 can., 1.200 réis. Exemplo: (c.a.) liv. 101, fl. 10 (abril 1741): “por notificar o homem do leite”, 50 réis.

Para este serviço, havia uma “carreta da água” que a acartava para o convento, havendo registos de compras de carretas novas, despesas com consertos, peças¹⁵³² e com as próprias cargas de água¹⁵³³. Entre dezembro de 1755 e fevereiro de 1756, a Comunidade pagou, não só várias cargas como a um aguadeiro. Mas, nesta época, poder-se-ia pensar na ruína dos poços e cisterna do cenóbio provocada pelo cataclismo, que implicaria cuidados a ter com a salubridade da água. Talvez, estas entregas de água se destinassem aos Mártires, onde as religiosas se haviam refugiado, após o Terramoto¹⁵³⁴, embora aí também existisse um poço.

A importância da água justifica a entrega de duas moedas de ouro dadas pelo mosteiro, em 1812, para a reconstrução da Fonte Nova na vila (obra de 1721), empreendida pela edilidade¹⁵³⁵. Cremos ser a que ainda hoje conserva este nome, sita na zona alta, fora das muralhas, não longe do antigo espaço conventual. E os registos posteriores referem as diversas cargas de água vindas dessa mesma fonte para o convento¹⁵³⁶.

5.2.2. A alimentação

As fontes disponíveis são particularmente ricas em informações sobre a alimentação da comunidade, as suas variedades e os regimes de exceção – como os das doentes, mas também as impostas pela Regra, pelo calendário litúrgico e pelos ciclos da natureza. Analisando ano a ano, mês a mês, os registos do que se comprava para a

¹⁵³² Uma pipa nova custou 2.100 réis (1699); 5.500 em 1709; 4.800 (1736); 6.100 - 6 arcos de ferro e transporte desde Setúbal (1723); 5.000 réis (1747 e 1754) e 3.600 (1785) e 3.600 réis (1791) - Ver AA, (c.a.) liv. 95, fl. 9v e fl. 99; (c.a.) liv. 97 A, fl. 15 liv. 103, fl. 21v e liv. 105, fl. 32; liv. 116, fl. 22v. 9.700 réis p/ 1 pipa nova, 1 cano de cobre para a encher e 1 funil - (c.a.) liv. 114, fl. 61 (1781); (c.a.) liv. 129, fl. 29 (1845): 1 pipa nova e tinta, 8.100 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 22, (1802): 1 carreta nova, 12.000. (c.a.) liv. 96, fl. 56 (1706): “2000 reis - conserto da carreta da água”; (c.a.) liv. 97, fl. 6v (1708): 240 réis conserto e 25 réis por meio arrátel de cebo; fl. 16 (1708): conserto da pipa da água...2.260; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 11 (fev^o 1723): “eixar”, cem réis; fls. 54 e 74 (1724): 320 e 260 réis; fls. 113 e fl. 117v (1725): materiais e mão de obra, 420 e materiais e conserto da carreta da água, 240; (c.a.) liv. 103, fl. 11 (1747): 2 timões, 120 réis.

¹⁵³³ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 65 (1778): 40 cargas, 800 réis; (c.a.) liv. 111, fl. 2v (junho 1771): 3 cargas p/ os Padres, 45 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 6 (1804): água p/ a Comu.^{de}, Hospício e Cozinha, 300 réis; fl. 8 (agosto 1804): água p/ a Comu.^{de}, Hospício e Cozinha pela doença do boi, 1.570 réis; fl. 11v (set.^o 1804): água p/ as Religiosas e Hospício, 2.080 réis; fl. 15 (nov. 1804): água p/ as Religiosas, Cozinha e Hospício, 1.100 réis; fls. 16v e 18v (set^o e out^o 1810): 60 cargas, 2.400^o e 71 cargas, 2.840 réis e fl. 19v (nov^o 1810): 2.520; fl. 33v (abril 1811): 12 cargas, 480; fl. 45 (1811): 20 cargas, 800 réis; fl.49 (set^o 1811): 21 cargas.

¹⁵³⁴ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 58v (dez^o 1755-janeiro1756): 5 dias que um aguadeiro nos deu água”, 600 réis; liv. 106, fl. 2v (fev^o 1756): de 8 cargas de água, a trinta réis cada, 240 réis.

¹⁵³⁵ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 87v (1812): de 4 moedas de ouro, que se deu para a obra da fonte por peditório da Câmara desta Vila, 19.200 réis.

¹⁵³⁶ AA, (c.a.) liv. 122, fl. 52v (fev.^o 1815): Pagou-se por 4 cargas de água da Fonte Nova a meio tostão e de mais 8 cargas, vinda do Rio dos Clérigos, a 70 cada carga, 760 réis.

alimentação da comunidade, a um primeiro olhar, parece tratar-se de uma dieta de tipo mediterrânico com abundância de pão, peixe, carne, legumes secos e frescos, muita hortaliça, salada e fruta. Mas, vem ao de cima um exagerado consumo de ovos, de açúcar e de gorduras, como toucinho, tutano, banha e manteiga que a documentação regista.

A alimentação conventual obedecia a normas, a símbolos e a ritmos próprios. As refeições eram momentos de celebração coletiva, nos quais se materializava a espiritualidade franciscana. Havia períodos e dias, ditos magros, em que era obrigatório respeitar a abstinência e o jejum, sendo estes considerados uma das máximas virtudes. A alimentação era concebida pelas religiosas como uma forma de ascetismo e de superação pessoal. Contrariavam-se os abusos da carne e o domínio dos instintos. Vemos emergir na alimentação uma grande variedade de peixes de mar e de rio, consumidos frescos ou salgados. O pescado seco ou fumado acaba por ser mais raro, com exceção do bacalhau cujo consumo era corrente. Mas, em compensação, os dias de festa, também conhecidos por “dias gordos”, eram pródigos, não só na carne como também nos doces e frutas, a assinalar, com uma marca de fartura, a memória dos principais acontecimentos sagrados.

As refeições principais eram duas - o jantar e a ceia¹⁵³⁷ - sendo esta substituída por uma breve colação nos dias em que se jejuava. Nos dias festivos, as refeições eram mais abundantes e requintadas. Confeccionavam-se então os pratos e as sobremesas alusivas à época. Recorria-se às antigas receitas que serviam de base, embora pudessem sofrer alterações ao longo do tempo e incorporar novos produtos e alimentos. Ensaaiaram-se iguarias, tendo a ver com a chegada de qualquer produto exótico ou com a entrada no convento de alguém com diferentes experiências gastronómicas. Os alimentos e a sua confeção culinária maravilhavam os sentidos: apalpar as diferentes texturas, contemplar a beleza das formas e das cores, cheirar os odores dos pratos e das sobremesas, saborear os diferentes gostos, era uma outra forma de beleza que só encontraria paralelo na vida religiosa, na música e no som dos cânticos que extasiavam o ouvido. Assim, a propósito das refeições de festa, citamos a frase atribuída a Santa Teresa de Ávila: «quando jejum, jejum; quando galinha, galinha», embora não se tivesse encontrado a confirmação documental dessa autoria.

¹⁵³⁷ Os dois termos correspondem aos nossos atuais almoço e jantar, respetivamente. A nomenclatura que encontramos em *Aracoeli* para estas refeições durante o período moderno tinha já as suas raízes na medievalidade, embora em regra tomados um pouco mais cedo do que hoje. (Cf. A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974, pp. 7-8).

5.2.2.1. O calendário gregoriano

Antes de abordar a alimentação conventual, com os dias magros e os dias de carne, torna-se necessário dedicar algumas palavras sobre o calendário gregoriano que começou a vigorar pouco tempo depois do Mosteiro de *Aracoeli*.

A questão da necessidade de reformar o calendário é muito antiga na Igreja de Roma, mas desde, pelo menos o séc. XIV que, em muitos concílios, o assunto esteve na ordem do dia, mas, por uma razão ou por outra, não chegaram a tratá-lo. Curiosamente, no Concílio de Trento o tema não foi discutido. Mas como ficou decidido, na sua última sessão (4 de dezembro de 1563), que o Breviário e o Missal deviam ser corrigidos, isso implicaria, para ser bem feito, corrigir também o calendário¹⁵³⁸.

Os estudos de Luigi Giglio estão na base científica da reforma do calendário, tendo Cristóvão Clavius (grande admirador do matemático Pedro Nunes ao qual o Papa também pediu parecer¹⁵³⁹) feito apenas alguns ajustes menores. E ficou a dever-se a Pedro Chacón o facto de ter ajudado na redação da Bula *Inter gravissimus* emitida em fevereiro de 1582. A reforma do calendário juliano concretizou-se no Outono desse mesmo ano, no pontificado de Gregório XIII (1572-1585), sendo por essa razão conhecido como calendário gregoriano. Na reorganização e acerto do novo calendário, foi necessário suprimir dez dias, passando do dia 4 de outubro para o dia 15 do mesmo mês¹⁵⁴⁰.

O Mosteiro de *Aracoeli* começou a funcionar em 1573, dez anos a seguir ao Concílio de Trento, mas não chegaram até nós os primeiros livros de contas. O mais antigo data de janeiro de 1699, ou seja, mais de um século depois. Assim, já só encontramos a comunidade orientada pelo “calendário gregoriano”. A Igreja procurou, com sucesso, no seu calendário, compatibilizar os ritmos sazonais e agrícolas e as grandes festas religiosas, algumas das quais se perdiam na tradição dos tempos e resultavam, em parte, da cristianização de antigas festas pagãs. Se juntarmos aos 52 domingos do ano litúrgico as inúmeras festas glorificando Cristo, a Virgem, os santos e os patronos da Ordem e os santos locais, contabilizam-se mais de cem dias de guarda, em que se quebrava a rotina do trabalho e a austeridade conventual, permitindo o consumo de carne e uma alimentação mais rica e diversificada.

¹⁵³⁸ Informações, amavelmente, cedidas por Henrique Leitão, a quem publicamente agradecemos.

¹⁵³⁹ Ver M. Teresa Lopes Pereira, *Pedro Nunes. Em busca das suas origens*, Lisboa, Colibri, 2009, p. 162.

¹⁵⁴⁰ Bula de 24-02-1582. Ver António Camões Gouveia «O Controlo do tempo», *Sensibilidades e representações religiosas*, in *História Religiosa de Portugal*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2º vol., 2000, pp. 317-319.

A ordem franciscana estava vigilante para que nos seus diferentes estabelecimentos, masculinos e femininos, se cumprissem as normas tridentinas e se guardassem os dias obrigatórios de jejum e de abstinência¹⁵⁴¹. Se as refeições principais eram o jantar e a ceia, nos dias de abstinência nelas só se podia comer peixe. No caso de se juntar à obrigação de se abster de carne o dever de jejuar, então a ceia desaparecia ou era substituída por uma colação ligeira ao serão, implicando um maior rigor e penitência, em que os alimentos eram pobres, abundando as hortaliças¹⁵⁴².

Quando analisamos os dias de peixe e de carne em *Aracoeli*, como em outros cenóbios, verificamos que variam em número e rigor, tendo a ver com a própria Regra, mas também com as festas móveis que, às vezes, recaíam aos domingos ou às sextas-feiras. Era obrigatório abster-se de carne: no Advento, Quaresma e Endoenças, em todas as sextas-feiras e nas vésperas de todas as grandes festas, incluindo as de alguns santos como a de S. Sebastião, S. João Batista, Santa Clara. As vésperas destas festas eram também de jejum para as religiosas, assim como outros dias que estavam estipulados no calendário litúrgico, como a 4ª feira de cinzas ou a sexta-feira santa.

Com base nos dados registados neste cenóbio, no triénio de 1699-1701, verificou-se que no ano de 1699, houve 197 dias de carne para 169 de peixe; no ano de 1700, a 191 dias de carne corresponderam 174 de peixe e no ano de 1701, foram 199 os dias de carne para 166 dias de peixe¹⁵⁴³. Verificamos que, nos três anos considerados, os dias de carne foram mais numerosos que os dias de peixe.

As autoras de um estudo sobre os ritmos alimentares dos monges de Tibães, no século XVII, chegaram a uma conclusão diferente, pois verificaram ser os dias de peixe em maior número do que os de carne, apontando a proporção de 197 dias de peixe para 168 dias de carne¹⁵⁴⁴. Citam também os dados de uma visita feita ao Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca publicado por A. Saúl Gomes que apontam para uma proporção semelhante – 210 dias de peixe para 156 dias de carne¹⁵⁴⁵. Em ambos os casos, estamos perante outras ordens religiosas de cariz monástico cujos textos normativos e

¹⁵⁴¹ AA, CNSA, 01/001, fl. 11 (out.º 1694).

¹⁵⁴² Ver, AA, (c.a.) liv. 96, fl. 96 vº (1707): ovos p/ as religiosas que jejuaram o advento e Padres, 980 réis, couves e nabos p/ o jejum das Religiosas e padres 310 réis e 60 rábanos p/ toda a Comunidade no serão Conceição 120 e 20 réis p/ a salada dos padres; (c.a.) liv. 97, fl.16 (1708): grelos p/ Comunidades 240 réis, ervilhas, couves, alfaces e cebolas p/ os Padres e p/ a salada que se deu na véspera do Baptista 420 réis.

¹⁵⁴³ AA, (c.a.) liv. 95, fls 147-154.

¹⁵⁴⁴ Anabela Ramos e Sara Claro, *Alimentar o Corpo, saciar a alma: Ritmos Alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, Vila Real, Ed. Afrontamento, 2013, p. 41

¹⁵⁴⁵ Saúl António Gomes, *Visitações a mosteiros Cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998, p. 279.

respetivos calendários acentuavam a importância da dimensão ascética e certamente alargavam os tempos e ocasiões de restrições alimentares – dias de jejum e abstinência.

5.2.2.2. Dos cereais ao pão

O pão estava sempre presente à mesa conventual, fosse em dias magros ou em dias de carne, assim como acontecia na mesa dos ricos e dos pobres¹⁵⁴⁶. Apenas variava a sua qualidade, sendo o pão branco e rico consumido sobretudo nos dias festivos. Há referência ao “pão de São João”, um pão melhorado, doce, oferecido na consoada da celebração, tendo a particularidade de, para além da farinha, entrar leite na sua confeção¹⁵⁴⁷. Nos outros dias do calendário o pão era mais escuro, menos alvo e fino.

Sem dúvida o pão de farinha de trigo era o que mais se consumia na dieta alimentar conventual. O facto de ser mais claro ou mais escuro dependia da maneira e das vezes em que a farinha era peneirada, pois em maior número e com peneiras cada vez mais finas, obtinha-se um pão mais branco, mas desperdiçava-se uma parte considerável do cereal moído; havia também o pão de farinha de centeio, naturalmente mais escuro; o pão de mistura; e, em casos mais raros, a broa de milho.

Era habitual, quando a equipa de franciscanos auditava as contas, geralmente, no fim do governo trienal de uma abadessa, verificar se a mesma tinha despendido todo o cereal que entrara no Convento, fosse trigo, centeio ou milho, se o distribuía bem e fielmente, dando a todas as Religiosas o que devia ser dado e pagando aos oficiais e serventes, segundo mandava o costume e a justiça¹⁵⁴⁸.

Os livros de contas registavam as pagas em cereais e as datas em que os mesmos ou as respectivas farinhas eram distribuídos, apontando as quantidades que se davam às religiosas, às criadas, aos padres, aos servos do convento, ao médico, cirurgião, sangrador e outros, as quantidades extra para o pão e bolos das festas e ainda as esmolos.

A título de exemplo de um ano agrícola comum – 1705 - fornecemos os dados da receita (em géneros) recebida pelo mosteiro, provenientes de 30 unidades de exploração

¹⁵⁴⁶ “O alimento por excelência”, “componente indispensável de todas as refeições” duas das inúmeras afirmações de Iria Gonçalves sobre a importância do pão na alimentação na Baixa Idade. Ver, entre os vários estudos da autora, *A Mesa nas Terras de Alcobaça em finais da Idade Média*, Alcobaça, Mosteiro de Alcobaça, 2017, p. 101.

¹⁵⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 13 e 41 (1699 e 1700): 7 canadas de leite p/ o pão da “Véspera do Baptista”, 175 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 166v (1742): Deram em dia do Baptista às Religiosas e Moças da obrigação meio alqueire de farinha a cada uma em lugar do pão que era costume dar-se-lhe e importou em 30,5 alqueires.

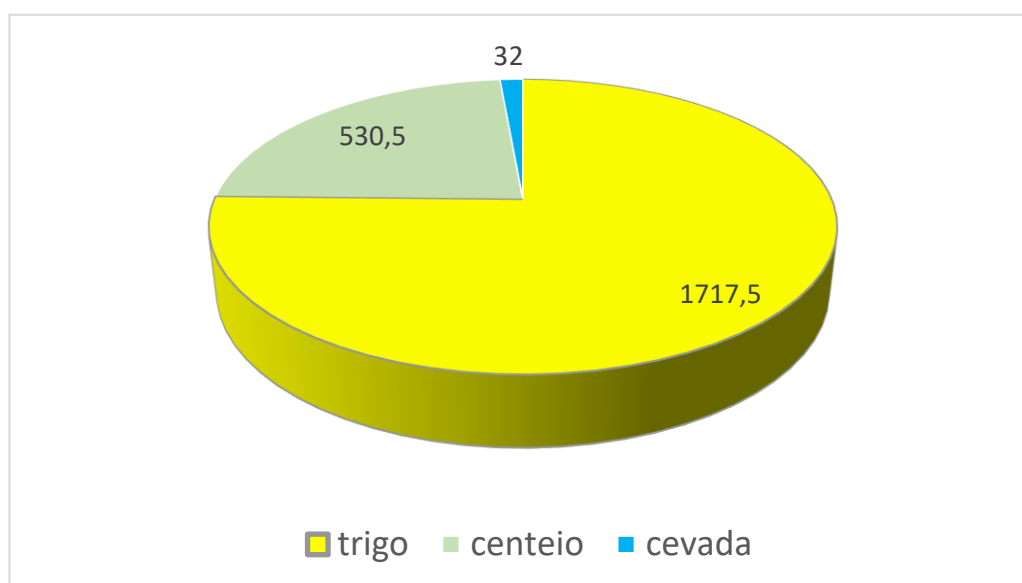
¹⁵⁴⁸ Ver, por exemplo, AA, (c.a.) liv. 95, fl. 121.

(herdades e moinhos)¹⁵⁴⁹. Em relação ao trigo, a abadessa distribuiu-o todo (28 moios, 37 alqueires e 3 quartas), ficando no final do ano a dever 1 moio, 39 alqueires e 1 quarta desse cereal, que teria de entregar depois da colheita do ano seguinte. Quanto ao centeio foram vendidos 3 moios e 43 alqueires de uma receita total de 8 moios e 50,5 alqueires. A cevada, apesar de escassa, como vemos no gráfico, permitiu a venda de 15 alqueires.

No ano em causa, verificamos que a comunidade só vendeu centeio e cevada. O trigo foi todo consumido e, como não chegou, a abadessa teve de pedir algum emprestado.

Em outros anos, ou porque a entrada no celeiro fosse mais abundante, ou a distribuição pelos membros da comunidade fosse mais contida, o expediente da venda parece ter-se imposto. Assim, acudia-se aos maiores encargos económicos assumidos, com a venda supletiva de cereal para cobrir as muitas dívidas contraídas pelo mosteiro.

Gráfico n° 1: Receita de cereais (em alqueires) do Mosteiro de *Aracoeli* em 1705.



5.2.2.3. A sopa, os legumes e as saladas

As saladas e as sopas de legumes frescos e secos eram habituais sobretudo a acompanhar as refeições de peixe, mas, uma ou outra vez, entravam também nos dias de carne. Na envolvente do mosteiro, semeavam pouco mais do que cevada, só há notícia de disporem aí cebolinho. É nos registos de compras de, quase todos os meses, que

¹⁵⁴⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 148. Cada moio corresponde a 60 alqueires.

encontramos a menção a leguminosas, hortaliças e a outros produtos afins. Eram uma constante nas refeições dos dias magros, ou nas vigílias das festas para acompanhar as empadas ou o tão apreciado peixe frito¹⁵⁵⁰, muitas vezes conjugadas com o arroz¹⁵⁵¹.

Mandavam vir para o mosteiro, dúzias de nabos e hortaliças couves e espinafres¹⁵⁵². São ainda uma presença frequente nas compras para a mesa conventual: bredos¹⁵⁵³, rábanos¹⁵⁵⁴, erva boi¹⁵⁵⁵, acelgas¹⁵⁵⁶, túberas¹⁵⁵⁷ (da terra ou de fora), ervilhas, favas verdes e secas, algumas vindas de Grândola, anotando-se, por vezes, a alegria da chegada das novidades, como por exemplo, quando se comiam as ervilhas novas ou se cozinhavam as primeiras favas¹⁵⁵⁸. Entrava nas refeições também o grão-de-bico as

¹⁵⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 58v (1701): 5 dúzias de nabos - Ano Bom, 100 réis; 5 dúzias de “Rabos” p/ esse serão, 140 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 4v (1708): 60 nabos, 120 réis ; liv. 96, fl. 65 v^o (1707): chicórias p/ o serão - Ano Bom; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 2 (dez.^o 1722); chicórias e “rabos” - serão da Conceição e Ano Bom, 640 réis; fl. 44v (1723): chicória e “Rabos”, 1.040 réis; fl. 46: na Conceição “nabos que se derão com arroz”, 100 réis; fls. 98v e 99v (1725): chicórias e nabos no Ano Bom, 480 réis [...], 240 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 112v (1734): cebolas, “rabos”, nabos, couves, espinafres e xicórias no Ano Bom”, 975 réis e fl. 159 (1735): “rabos”, xicórias nesse serão; (c.a.) liv. 105, fl. 21v (1754): hortaliças - Ano Bom, 985 réis; (c.a.) liv. 95, fls. 13 e 41 (1699 e 1700): alfaces p/ o Baptista 150 réis e mais 100 réis; liv. 97, fl. 75v^o (1710): alfaces, 300 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 68v-69 (1724): alfaces da terra para o Baptista”, 300 réis e cebolas, 100 réis e fl. 117: 46 alfaces p/ a Véspera do Baptista”, 260 réis. e “Baldroegas e sabolas”, 160 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 95v (1743): hortaliças - festa do Baptista 790 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 28 (1753): fl. 28v: alfaces e hortaliças “no dia do Baptista”, 1.650; (c.a.) liv. 106, fl. 11 (1756): alfaces e hortaliças p/ o Baptista, 1.400 réis.

¹⁵⁵¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 26 (1699): nabos p/ véspera da Conceição, 120 réis; fl. 81v (1701): “nabos e rabos p/ dia da Conceição” 280 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 3, 45v e 91v (dez.^o 1722, 1723 e 1724): “nabos [...] para se darem com arroz na Conceição”, 200 réis e “na mesma oucazião e no serão de Anno bom”, 1.040 réis; o mesmo p/ as duas ocasiões, 640 réis e “nabos que se deram com arroz dia da Conceição”, 100; (c.a.) liv. 101, fl. 115 (1743): hortaliças p/ as Religiosas na Conceição 1.500 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 18v (dez.^o 1753): hortaliças p/ a Conceição e mais dias, 2.150 réis; fl. 38v (dez.^o 1754): hortaliças p/ o serão da Conceição, 750 réis e (c.a.) liv. 110, fl. 15 (dez.^o 1768): abóboras, nabos e mais hortaliça, 630 réis.

¹⁵⁵² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 2v (1704): espinafres p/ as Religiosas que jejuaram no Advento 40 réis; fl. 31v (1705): couves e nabos, 340 e 80 réis de 60 rábanos p/ o serão; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 14 (1708): couves, alfaces p/ a salada na Ascensão, 320 réis; fl. 42v (1723): “couves que se derão às Religiosas que jejuarão o Advento”, 2 vezes, em lugar de peixe, 140 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 76 (1733): 2 dúzias de couves c/ arroz na mesma ocasião e às Mestres da Ordem, 1 a cada, e às Discretas metade, 750 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 13v (1759): hortaliça e nabos para o Advento, 520 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 49v (1763): “couves e nabos e hortaliça” no Advento, 1.080; (c.a.) liv. 124, fl. 1 (1819): 1.750 réis, hortaliças.

¹⁵⁵³ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 21 (julho 1705): pepinos, bredos e beldroegas, 418 réis; fl. 80 (junho 1707): bredos p/ 3 comunid. 630 réis; fl. 19 (julho 1708): bredos e beldroegas p/ 5 comunid., 1.200 réis.

¹⁵⁵⁴ *Ibidem*, fl. 35 (jan.^o 1706): 60 “rrabos” para o serão do Ano Bom 60 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 4v (jan.^o 1708): 60 “rabos” para o serão do dia de ano bom, 120 réis.

¹⁵⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 44 (1739): “xicorias, erva boj que ce derão no serão de anno bom ...”, 700 réis.

¹⁵⁵⁶ AA, liv. 97, fl. 2 (dez.^o 1707): couves p/ 2 comunidades das Religiosas que jejuaram o Advento e padres, acelgas, nabos, alfaces 260 réis; fl. 62 (dez.^o 1709) acelgas p/ o jejum das Religiosas no Advento, 160 réis.

¹⁵⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 143 e 143v (abril e maio 1699): p/ ceias dos padres “entre tubras e cabidelas”, 11 arráteis e p/ “as ceias dos padres entre tubaras e carne”, 11 arráteis; fl. 148 (junho 1700): 4 arráteis de “tubras”; (c.a.) liv. 97, fl. (março 1709): “tubras da terra” p/ o capelão, vinte réis.

¹⁵⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 7 (abril 1699): dia de festa e “primeira fava”, 500 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 42v (1706): 908 arráteis de favas p/ um particular, 1 comunidade e Padres 650 réis; fl. 70 (março 1700): ervilhas 5 alq., a 260 réis o alq.; fl. 46 (1706): 3 sacos de favas, 1.100; fl. 58v (1706): 5 alq., 1.500 réis; fl. 67v (1707): favas verdes [...], 410; fl. 74 (1707): favas, 980 réis; fl. 80 (1707): 3 sacos de favas; (c.a.) liv. 99, fl. 23 (1735): e ceias dos Padres e servos, ervilhas, favas e couves 740 réis; (c.a.) liv. 97 fl. 43v (1709): favas, 540 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 4 (1750): 580 réis, frete das favas de Grândola e compras de Setúbal; (c.a.) liv. 119, fl. 2v (1801): favas verdes, 200; fl. 3v (1801): de favas verdes, 420 réis.

lentilhas, os chícharos¹⁵⁵⁹, o feijão fradinho o feijão branco¹⁵⁶⁰, as cenouras, as cebolas que compravam em cabos¹⁵⁶¹ e os alhos em réstias¹⁵⁶². São recorrentes as abóboras de várias qualidades, as brancas as amarelas¹⁵⁶³, as “assadeiras” próprias para ir ao forno¹⁵⁶⁴, a servir de acompanhamento e, havia ainda várias qualidades para fazer doce, como adiante veremos. Era mais rara a compra de massarocas¹⁵⁶⁵.

As saladas com chicórias e alfaces¹⁵⁶⁶, agriões¹⁵⁶⁷, rábanos e pepinos¹⁵⁶⁸, eram temperadas com sal, azeite, vinagre e ervas aromáticas (“cheiros”) e estavam presentes tanto nos dias comuns, de carne ou de peixe, como nas refeições festivas¹⁵⁶⁹.

5.2.2.4. O peixe e os alimentos dos “dias magros”

O consumo do peixe marcava de forma particular os dias magros: todas as sextas-feiras, a Quaresma, o advento e as vésperas das festas, fossem esses dias só de abstinência ou também de jejum. Confeccionado de diferentes maneiras, o peixe era em geral acompanhado de arroz com legumes, hortaliças e saladas. Comia-se fresco, a maior parte das vezes, vindo de Setúbal ou comprado na terra. Mas também era frequente comer-se bacalhau e pescadas secas e, mais raramente, sardinhas “escochadas” e peixe “lanhado” (sem vísceras e com sal).

Nos dias de jejum, as refeições comunitárias tornavam-se ainda mais austeras, implicando, por vezes, a ausência do próprio peixe e apenas o consumo de leite¹⁵⁷⁰, de

¹⁵⁵⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 2 (1704): 1/2 alq. chícharos, 120 réis, fl. 53 (1706): 3 alq. de grãos, 2.100; fl. 58v (1706): 9 alq. chícharos, 2.880 réis; fl. 92 (1707): 6,5 alq., 1.540 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 102 (1733): meio alq. de lentilhas, 150 réis.

¹⁵⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fls. 55v-56 (1706): 13 alq. feijão fradinho, 3.900 e 12 alq. de feijão branco, 5.500 rs.

¹⁵⁶¹ *Ibidem*, fl. 61v (dezº 1706): 1 cabo de cebolas de Lisboa, 100 réis; fl. 83 (julho 1707): 60 cabos, 3.500 réis; fl. 50v (agosto 1706): 41 cabos, 2.260 réis; liv. 103, fl. 10 (maio 1747): cebolas, cem réis.

¹⁵⁶² AA, (c.a.) liv. 97, fl. 79 (1710): 2 réstias de alhos 150 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 37v (1723); (c.a.) liv. 96, fl. 50v (1706): 2 réstias de alhos 160 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 10 (1747): 5 réstias de alhos, 250 réis.

¹⁵⁶³ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 53 (1706): 8 brancas, 350 rs; (c.a.) liv. 104, fl. 56v (1752): 24 amarelas, 400 réis.

¹⁵⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 5 (1705): 3,5 dúzias de abóboras assadeiras, 1.050 réis; fl. 27v (1705): 3 dúzias de abóboras assadeiras, 900 réis; fl. 53 (1706): 7 dúzias e mais 4 abóboras “assadoiras”, 1.640; fl. 95 (1707) e (c.a.) liv. 105, fl. 33 (1754): 1 dúzia de abóboras “assadoiras”, 240 e 300 réis.

¹⁵⁶⁵ AA, liv. 97A, fl. 32, (dezº 1722): couves e massarocas p/ os Padres, 145 réis.

¹⁵⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 14vº (1705): alfaces p/ 5ª feira santa e 4ª feira de Trevas, 370 réis e fl. 44v (1706): 5 dúzias de alfaces p/ Ascensão, 240 réis; fl. 46 (1706): alfaces p/ a salada do Baptista, 300 réis; fl. 74v (1707): alfaces p/ 4ª feira de Trevas e 5ª feira santa, 790 réis; fl. 80 (1707): alfaces p/ o Baptista, 380 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 11 (1708): 200 alfaces p/ a 4ª feira e 5ª feira santa, 600; liv.98, fl. 16v (1732), 380; fl. 76 (1733): alfaces p/ o Baptista e beldroegas, couves e cebolas, 1.025 réis.

¹⁵⁶⁷ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 82v (1740): alfaces, 620 réis e espinafres e agriões p/ Padres e servos 180 réis.

¹⁵⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 80 (1707): 60 pepinos pelo Baptista às Religiosas, servas e servos, 350 réis; fl. 83 (1707): pepinos [...] p/ os padres, 670 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 76 (1733): 1 pepino p/a cada Religiosa, 480 réis; fl. 85v (1733): pepinos p/ a ceia e dia de Santa Clara, mais Padres e servos, 940 réis.

¹⁵⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 19v (abril - Páscoa 1735): 1 cento de cebolas e cheiros p/ a salada, 150 réis.

¹⁵⁷⁰ *Ibidem*, fl. 6v (fevº 1735): 44 canadas de leite p/ as Religiosas em vez de Peixe, 1.760 réis.

“condutos”, como ovos e queijinhos, legumes, hortaliças e reforço de frutos secos¹⁵⁷¹. Como exemplo, temos refeições de ovos com favas¹⁵⁷² ou de ovos com ervilhas, podendo entrar outros legumes verdes ou secos, como grão ou feijão. No Advento e na Quaresma, nota-se uma compra elevada de arroz¹⁵⁷³, não só por causa do arroz-doce que, com frequência, distribuía nos dias de jejum, como pelo muito arroz que cozinhavam nessa época com grelos e outras verduras para acompanhamento. Também comiam bolotas assadas¹⁵⁷⁴, tremoços, queijinhos¹⁵⁷⁵ e azeitonas sozinhas ou com pão¹⁵⁷⁶.

Assim, durante a Quaresma, a escritã, praticamente, não registava compras de carne, exceto uma ou outra galinha ou carneiro para os doentes, fossem eles os dois franciscanos que assistiam a comunidade ou as próprias religiosas e criadas/os. A despesa focava sobretudo o peixe, ovos e queijinhos¹⁵⁷⁷. O mesmo se passava no Advento, embora a comunidade adquirisse carne, em dezembro, para as festividades do dia de Nossa Senhora da Conceição, do Natal e Ano Novo¹⁵⁷⁸.

Indicava-se também a quantidade do peixe comprado – unidades (dois sáveis), um cento, uma dúzia, um quarteirão, “uma cambada” (de enguias), uma canastra, uma “venda” –, as medidas de peso (como arráteis e arrobas) e o montante despendido. Por vezes, anota-se ainda o tipo de refeições a que se destinava – comunitárias, das doentes, dos padres e servos, ou para as rações a fornecer às religiosas e criadas¹⁵⁷⁹ – e se eram dias de abstinência ou de jejum.

O peixe era, frequentemente, frito em azeite, pois a banha e a manteiga estavam arredadas da cozinha nos dias de jejum ritual¹⁵⁸⁰. Nos modos de cozinhar o peixe, para além de o fritarem no convento, muitas vezes, arranjavam-no e frigiavam-no em Setúbal,

¹⁵⁷¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 74 (1706): queijinhos p/ 6ª feira da Paixão, 340 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 4v (1732): ovos p/ rações; queijinhos, em lugar de peixe; “ovos para as resoens” 3.360 réis; fl. 7v (1732): queijinhos, 850 réis; queijinhos, 1.600, fls. 33v e 37v, alguns em vez de peixe; fl. 64 (1733): ovos, 8.060; (c.a.) liv. 100, fl. 46v (1739): ovos, 3.360; queijinhos, 1.600 e fl. 87 (1740): ovos Semana Santa, 6.060 rs.

¹⁵⁷² AA, (c.a.) liv. 98, fl. 13v (1732): favas p/ as Religiosas na Semana Santa, Padres e Servos, 810 réis.

¹⁵⁷³ Ver, a título de exemplo, AA, (c.a.) liv. 99, fl. 6 vº (1735): 5 arrobas de arroz, 4.000 réis.

¹⁵⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 4vº (janº 1705): 1,5 alqueires de bolotas para o serão do Ano Bom, 150 réis.

¹⁵⁷⁵ *Ibidem*, fl. 35 (janº 1706): queijinhos que se deram no serão do Ano Bom e mais gastos, 1020 réis.

¹⁵⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 3v (abril de 1759): dois alqueires e meio de azeitonas – 120 réis.

¹⁵⁷⁷ Exemplos: AA, (c.a.) liv. 95, fls. 32v, 33-35 (março 1700); (c.a.) liv. 96, fls. 10-10v (março 1705), liv. 97, fls. 7-7v (março 1708); (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 54v (março 1724);

¹⁵⁷⁸ *Ibidem*, fl. 55v: com este peixe, fizeram-se 20 comunidades no Advento.

¹⁵⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 12v, 980 réis: 1 venda de peixe, 5 vendas de solhas e mais 3 mujes - refeição comunitária p/ as freiras e moças e ceia e jantar dos padres e donato; (c.a.) liv. 103, fl. 25v (novº 1747): 3 Atuns de que se fizeram 2 Comunidades, Padres e Religiosas no Advento 1.200 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 53 (novº 1766): 9 vendas de peixe p/ a Comunidade e robalos p/ o religioso que jejuava o Advento, 2.570.

¹⁵⁸⁰ É o que refere Iria Gonçalves, a propósito da substituição da manteiga nos dias de abstinência. Ver «A mesa itinerante dos nossos primeiros reis», in *À Mesa dos Reis de Portugal*, Coord. de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, p. 297.

antes de o embarcarem. Era uma forma de manter a sua frescura, uma vez que o cozinhavam, mal chegava ao cais e, logo depois, transportavam-no de barco, em potes e outras vasilhas, até ao porto de Alcácer. Daí, rapidamente, se fazia a sua entrega no convento, onde a comunidade apreciava degustá-lo frio¹⁵⁸¹. Para além do habitual peixe frito, era recorrente consumirem peixe grelhado, assado e cozido.

Em épocas festivas, com frequência, depois da cozedura do peixe em água, onde se introduziam os temperos, desfiavam-no, picavam-no e faziam com ele pastéis, almofadinhas, as célebres empadas e rissóis, que eram uma forma mais requintada de o servir à mesa ou ofertar¹⁵⁸². Exemplo, em março de 1699, a Comunidade enviou meia dúzia de empadas ao pregador que fez o sermão da Samaritana¹⁵⁸³ e, na quinta-feira de Endoenças de 1705, um safio e quinze pescadas entraram na confeção de empadas destinadas às mestras, discretas e religiosas¹⁵⁸⁴. Também compravam empadas já feitas em Setúbal, para dar à Comunidade e aos Padres.

As empadas e demais pastéis eram distribuídas nas vésperas do Natal¹⁵⁸⁵ e Ano Bom¹⁵⁸⁶, na Semana Santa, sobretudo Quarta e Quinta-feira de Endoenças¹⁵⁸⁷, na véspera de S. João Batista e no próprio dia de S. João¹⁵⁸⁸, na véspera da festa de Santa Clara (jejum

¹⁵⁸¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 72v (agosto 1701): “de todo este peixe se fizerão 9 comunidades, empadas para as discretas e para levar ao padre aliviador e hũa panela de peixe frito que deram”; (c.a.) liv. 100, fl. 5v (março 1738): “pexhe frito para os dias da semana santa para se darem as religiosas”, 9.000 e fl. 83v (março 1740): 2 alguidares onde “veio o pexhe frito”, 40 réis; liv. 104, fls. 20 e 31v (1750), (c.a.) liv. 106, fl. 11 (junho 1756): 3 “potes de peixe frito para véspera e dia do Batista”, 4.570; (c.a.) liv. 107, fl. 4 (abril 1759).

¹⁵⁸² AA, (c.a.) liv. 95, fls. 4v e 8v (1699); (c.a.) liv. 100, fl. 24v e 61v (1738 e 1739): “pexhe que veio para se dar por N^a Madre Santa Clara e Nossa Senhora: frito, cozido e empadas, 8.230 e 8.260 réis.

¹⁵⁸³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 4 (março 1699). Certamente, porque o frade não levou dinheiro pelo sermão.

¹⁵⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 13v (1705): “dois centos de cachuchos e mais peixe” p/ frigar e p/ fazer empadas”.

¹⁵⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 107, fls. 58-58v (dez.º 1761): “de empadas que vierão...” 720 réis.

¹⁵⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 112 (jan.º 1734): peixe frito, cozido e lulas p/ o Ano Bom, 2.600 e fl. 159 (janº 1735): bezugos e gorazes de Setúbal p/ o serão de Ano Bom, 2.000 réis.

¹⁵⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 97A/3, fls. 13e 13v (março 1723): “4 safios grandes para 4^a feira de trevas e 5^a feira Santa e 6 dúzias e 4 bicas que se deu frito à Comunidade, 9.240 réis e 1 dúzia de gorazes e 2 canastras de berbigões que se deu às Religiosas nessa ocasião”, 1.200 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 6 (março 1750); (c.a.) liv. 107, fls. 3v, 20v, 42v (abril 1759 e 1760 e março 1761); (c.a.) liv. 109, fls. 65v e 93v (abril 1767 e março 1768).

¹⁵⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 41 (1700): “peixe da terra p/ o Baptista”, 1.040 réis e fl. 41v: mais 4 çações - ceia do Batista, 350 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 19 (1705): peixe da terra, 4.190 réis e 12 dúzias de salmonetes p/ a véspera, 750; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 24 (1723): 9,5 vendas de peixe da terra, 3.170 réis; fl. 68 (1724): “Bezugos [...] fritos na Véspera do Baptista e p/ o jantar do dia”, 1.700; fl. 116 (1725): 43 vendas de peixe da terra, frito, 3.500 réis; (c.a.) liv. 98, fls. 18 e 75 (1732 e 1733): peixe frito jantar e ceia do Batista, 2.000; (c.a.) liv. 100, fl. 17v (1738): peixe frito p/ ceias véspera “do Baptista”, 1.800 réis; fl. 45 (1739): “salmonetes e pexhe frito p/ o Baupista”, 4.120 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 14 (1741): peixe frito de Setúbal – “Baptista”, 5.230 réis; 4 dúzias de pargos p/ o dia, 3.700; fl.54 (1742): 3.740; fl. 95 (1743): “pexhe frito” - ceia”, 4.100; (c.a.) liv. 102, fl. 19v (1744): 10 vendas de peixe - véspera, 2.440 réis e 50 arráteis de cação, 750 rs; (c.a.) liv. 103, fls. 9v e 11 (1747): 2,5 dúzias de douradas, 100 robalos e gorazes p/ comunidades e se frigiui na ceia do Baptista, 4.600 réis; canastras e transporte, 340 rs; (c.a.) liv. 104, fl. 15 (1750): peixe p/ a véspera, 5.620 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 9 (1753): o mesmo, 1.980 réis, azeite e adubos p/ se frigar, 800 rs e 300 sardinhas p/ os Servos, 280; liv. 105, fl. 28 (1754): peixe frito p/ a “Ceia do Baptista”, 2.480 réis; liv.

só para as religiosas)¹⁵⁸⁹, de Nossa Senhora da Assunção¹⁵⁹⁰, de Nossa Senhora da Conceição¹⁵⁹¹ e ainda outras solenidades.

Como a comunidade tinha dois procuradores de peixe, um em Alcácer e outro em Setúbal, a escritã acrescentava geralmente: “comprado em Alcácer” / “na terra” e “comprado em Setúbal”, distinguindo ainda se se tratava de peixe “do mar” ou “do rio”¹⁵⁹². As religiosas adquiriam também, uma ou outra vez, o peixe que subia até ao convento, no castelo, apregoado e vendido por quem com tanto esforço o transportava à cabeça dentro de uma canastra. Deveria ser frequente esta vinda da “varina”, pois a escritã, pelo menos uma vez, chegou a escrever o seu nome: Maria Santos¹⁵⁹³.

Quanto ao peixe seco, os livros de contas registam a compra frequente, em Lisboa, de quantidades significativas de bacalhau, em fardos e costais. Daí despachavam-no para Alcácer, mas, enquanto não chegava a encomenda de Lisboa, o mosteiro adquiria pequenas porções de bacalhau na “terra”, ou nas tendas da vila¹⁵⁹⁴. Apareceu também um

105, fl. 48v (1755): peixe frito p/ “a Colação do Baptista”, 3.300; (c.a.) liv. 106, fl. 11 (1756): 3 potes de peixe frito p/ o Baptista”, 4.570 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 1 (1768): 11.090 réis.

¹⁵⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 98, liv. 98, fl. 37 (outubro 1732): 18 vendas de peixe do rio 3.225 réis.

¹⁵⁸⁹ Em Agosto regista-se: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 144, (1699); (c.a.) liv. 98, fl. 25v (1732): peixe frito p/ a ceia da festa de St^a Clara e mais peixes p/ empadas e 4 congros de que se fez a Comunidade da véspera ao jantar e de mais peixe frito que se deu na festa de N^a S^a, 2 comunidades e 2 dúzias de douradas e lulas de que se fez uma comunidade e alguns rissóis que se deram adiantados, 10.120; fl. 85 (1733): 2 canastrinhas de bogas, 3 dúzias de salmonetes, 4 dúzias de douradas, 1 dúzia de robalos, 4 pescadas e 2 canastrinhas de cabras e lulas, 2 de ameijoas, 1 de muges e 50 cachuchos, vindos de Setúbal p/ a festa de St^a Clara e de N^a S^a e empadas p/ os Padres e algumas comunidades 12.200 réis; fl. 138 (1734): 3 dúzias de douradas, 3 dúzias de choupas e 3 dúzias de linguados e 1 dúzia de eirós de que se fizeram empadas e peixe frito p/ a festa de St^a Clara e mais outra comunidade de peixe cozido 7.520 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 61v (1739); (c.a.) liv. 117, fls. 9v, 28v (1791 e 1792): “Peche que veyo de Setubal, Empadas e Pasteis” - festa de St^a Clara.

¹⁵⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 61v (agosto 1739): “peixe frito que se deu Dia de Nossa Senhora”.

¹⁵⁹¹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 2 (1722): salmonetes, safios, 2 morejas, 11 robalos e 1 dourada p/ se dar às Religiosas no serão da Conceição e comunidades, 7.000 réis; fl. 97 (1725): “7 congros hũa pescadinha hũa cação e hũa abrótea, 50 gorazes, 32 cachuchos” p/ o serão da Conceição e p/ o dia, 4.880 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 104v (1733): p/ 2 comunidades: safios e pargos que se frigiram na Conceição, 2.250 réis e fl. 155v (1734): 3 dúzias e 7 doiradas, dadas fritas e cozidas pela Conceição, 4.300 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 114v (1743): peixe frito p/ o serão da Conceição, 3.640; (c.a.) liv. 105, fl. 18v (1753): peixe frito p/ dia da Conceição e “hum cento de gorazes, e mais pexe que se deu às Religiosas que guardarão o Advento”, 9.310 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 38 (1754): peixe frito vindo de Setúbal p/ o serão da Conceição, 2.720 réis.

¹⁵⁹² AA, (c.a.) liv. 98, fl. 37 (outubro 1732): 18 vendas de peixe do rio 3.225 réis.

¹⁵⁹³ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 4 (abril 1705): 2 canastras de amêijoas da cabeça de Maria Santos, 960 réis.

¹⁵⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 17 (1699): “hũa quintal de bacalhão”, a 1.200 a arroba, 4.800 réis; fl. 32 (1700): 8 arrobas, 6.000 réis e mais 140 réis por 2 mariolas; fl. 46 (1700): 2 costais de bacalhau, 7.490 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 22 (1708): 8 arrobas, a 1.300 réis a arroba, cordas, frete, carretos “de Lixboa até aqui”, 10.980 réis; (c.a.) liv. 97/A3, fl. 2v (1722): 2 quintais, a arroba a 1.500, 12.000 réis; fls. 9v e 11 (1723): 3,5 arrobas, 4.900 e “hua corda em veyo liado o Bacalhau de Lisboa e de quem fez o costal e de o embarcar”, 200 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 91 (1752): 1 quintal, a 900, 3.600 réis, corda p/ o bacalhau e 2 sacos p/ as encomendas e frete do barco 400; liv. 111, fls. 10-11 (1771): meia arroba comprada na terra, 750 réis e de 8 arrobas de Lisboa, a 1.100, 8.800 réis e ainda de 2 cordas com que se ataram os sacos do bacalhau de Lisboa e feito dos costais e embarque 140 réis; 6 arrobas, 6.600 réis mais 2 arrobas, 2.600; de cordas p/ se enlear o bacalhau e condução do mesmo p/ o barco e até ao Convento; (c.a.) liv. 118, fl. 1v (1800): 8 arrobas a 1.350 réis, corda, factura e carreto, 10.960; (c.a.) liv. 120, fl. 1 (1804): 6,5 arrobas, 14.950 e meia arroba comprada nas tendas, 1.600 réis; fl. 3 (1804): 1 costal, carretos e frete, 11.480 réis; fl. 6v (1804): 5 arrobas, 11.500

gasto feito com “duas arrobas de peixe seco que veio das naus” para a alimentação do mosteiro, mas não se diz a espécie, nem mais nenhum pormenor¹⁵⁹⁵. Uma outra vez, a escritã anota que a comunidade adquiriu pescadas secas¹⁵⁹⁶.

No fim do triénio da abadessa Soror Catarina da Graça, que começou no início de 1699, para exemplificar a despesa feita neste governo, registou-se o gasto total em peixe, nesses três anos, incluindo o fresco vindo de Setúbal, o adquirido em Alcácer e o bacalhau comprado e despachado de Lisboa para a vila, no total de cerca de 270.000 réis, ao passo que, no mesmo período, se despendeu em carne a quantia de quase 675.000 réis, dado o preço mais elevado desta¹⁵⁹⁷. Obviamente, a proporção entre ambos os gastos, variava ao longo do ano. Por exemplo, nos meses da Quaresma ou do advento, impunham mais encargos com o peixe. É o que acontece, por exemplo, em março de 1736, onde aos quase 40.000 réis de despesa em peixe correspondem só 330 réis, relativos ao gasto com carne.

É interessante, a este propósito, o testemunho de Duarte Nunes de Leão quando, no início do século XVII, atesta a variedade de espécies e a faina que se fazia no Sado, nas barcas de pesca, até Porto de Rei, referindo as *infinitas tainhas mui grandes e fermosas, barbos, bogas e enguias*” que das suas águas se recolhiam¹⁵⁹⁸. A diversidade do pescado, que incluía também mariscos e pequenos moluscos – com particular realce para o camarão pequeno –, tornava ainda evidente como, apesar da riqueza do Sado, ser sobretudo do mar que provinha a maioria das espécies piscícolas consumidas pela comunidade. E eram muitas, a atender aos registos que chegaram até nós: abróteas, alcorraças, amêijoas, especificando por vezes serem amêijoas da marinha (sobretudo para os servos), atum¹⁵⁹⁹, bacalhau, berbigões, besugos, bicas, bogas, cabras, cachuchos, cações, camarões (quase sempre, só para os padres e servos)¹⁶⁰⁰, canejos¹⁶⁰¹, carapaus¹⁶⁰², cavalas, chernes, cibas (polvos), chicharros, chocos e choquinhos, chopas e chopinhas¹⁶⁰³,

réis (e meia arroba que se comprou, antes da chegada das 5 arrobas, 1.500): 3 arrobas, 5.400; (c.a.) liv. 125, fl. 1 (1822): bacalhau, 3.100 réis; a partir de 1822 até 1824 registam em conjunto o bacalhau e o peixe em geral. Com a reestruturação económica de 1824, não discriminam os produtos.

¹⁵⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 104 (dezº 1733): 2.400 réis.

¹⁵⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 23 (outº 1765): 1.570 réis.

¹⁵⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 118v (1699): gastos em peixe 269.144 e em carne 674.657, a carne era mais cara.

¹⁵⁹⁸ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Ed. Jorge Rodriguez, 1610, p. 39.

¹⁵⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 47v (1700): “hua arroba de atum ... comprado na terra”, 490 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 75 (junho 1733): 40 arráteis de atum, 800 réis; (c.a.) liv. 114, fl. 58v (1781): 3 arrobas de atum, 2.880 réis.

¹⁶⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 6v (1732): 1,5 alq. de camarões e 2 vendas de solhas e 2 savelhas 480 réis; fl. 42 (1732) e fl. 104 (1733).

¹⁶⁰¹ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 40v (1735): 1,5 dúzias de canejos 360 réis; fl. 55v (1735): 600 réis de canejos.

¹⁶⁰² AA, (c.a.) liv. 97, fls. 49 e 58 (1709): 400 e 350 todos a 1 real; fl. 81 (1710): 400 carapaus, 480 réis.

¹⁶⁰³ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 142v (1737); liv. 100, fl. 81v (fev.º de 1740): 21 dúzias de choupinhas, 630 réis.

congrós, corvinas, douradas, enguias ou eiróses¹⁶⁰⁴, enxarrocós, fataças, gorazes, linguados, lulas, massacotes, moreias, muges¹⁶⁰⁵, pargos, peixe-espada¹⁶⁰⁶, peixe-rei, pescadas¹⁶⁰⁷, polvos, raias, robalos, robalinhos, sabogas, safios, salemas¹⁶⁰⁸, salmão, salmonetes¹⁶⁰⁹, sardinhas, sáveis, savelhas, solhas e tainhas. O chicharro e a sardinha¹⁶¹⁰ surgiam sobretudo com destino à comida dos servos.

5.2.2.5. As refeições de carne e as festas

A carne fazia a sua entrada nas refeições fora dos dias de abstinência e de jejum. Marcava, de modo particular, a alimentação dos dias gordos dos domingos e festas, em que se comia em maior abundância, qualidade e variedade.

Os dias de carne eram mais numerosos do que os de peixe neste mosteiro de clarissas. Para além dos animais que recebiam das suas herdades e se abatiam no convento, regista-se a compra habitual no açougue de carne de vaca, carneiro e porco, carnes que entravam na alimentação dos habitantes do mosteiro.

As aves de capoeira entravam em grande quantidade na alimentação dos dias “gordos”. Eram servidas como iguarias nas grandes festas, a começar pela da “Nascença do Menino”, que se prolongava até ao dia de Reis. Todos comiam carne nesta efeméride, exceto os sacerdotes franciscanos, se a celebração do Natal caísse a uma sexta-feira¹⁶¹¹. A escritã anota o que se destinava à mesa dos padres, à da comunidade e à dos servos.

No entanto, não se pode esquecer que os dias de festas eram também marcados pela abundância do consumo de caça¹⁶¹². Segundo descreve Duarte Nunes de Leão, a zona de Alcácer era pródiga em *coelhos, perdizes e muitas aves de caça de falcões*. E, a propósito das perdizes portuguesas, afirma *que sam saborosissimas & nomeadas em toda a parte*¹⁶¹³. Estas eram aves abundantes nos campos em redor de Alcácer, o que se confirma pelo registo da compra elevada de perdizes, perdigões e até de perdigotos por

¹⁶⁰⁴ Geralmente as enguias ou eiroseas eram só compradas para as refeições dos padres. Exemplo: AA, (c.a.) liv. 98, fl. 104v (dezº 1733): robalos, enguias e camarões, p/ os Padres, 410 réis.

¹⁶⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 13v (1705): de Setúbal vieram 4 dúzias de muges 1.560 e 15 pescadas, 4.370 réis.

¹⁶⁰⁶ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 130 (1734): 12 tainhas, 2 raias, um peixe-espada e 4 arráteis de atum, 1.340 réis.

¹⁶⁰⁷ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 4v (1705): compradas na feira de Alvito 3,5 dúzias de pescadas, 3.500 réis.

¹⁶⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 75 (1733): 30 arráteis de peixe salema, 600 réis.

¹⁶⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 13v (1705): 1 dúzia de salmonetes os padres (três), 300 réis.

¹⁶¹⁰ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 75 (1733): dois centos de sardinhas e chicharros p/ os servos, 220 réis.

¹⁶¹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 145v (1699): dia de Natal foi à sexta-feira eles [padres] “não tomarão carne”.

¹⁶¹² Foram registadas: perdizes, perdigotos, galinholas, codornizes, pardais, passarinhos, tordos, rolas, ades, faisões, patos reais, pombos bravos, entre outros.

¹⁶¹³ *Descrição do reino de Portugal, ob. cit.*, pp. 39v e 68v.

parte da comunidade, sobretudo nas festas, do Natal às solenidades que, em agosto, honravam Santa Clara e a Virgem¹⁶¹⁴. A mesa dos padres era particularmente favorecida com caça. No Natal, por exemplo, destinaram-se-lhes oito galinholas em 1700 e, em 1723, quatro coelhos, duas perdizes e uma galinhola¹⁶¹⁵.

É também nesta mesa que aparece, em 1704, a menção, na quadra natalícia, a uma perua¹⁶¹⁶, o que nos prova a sua divulgação precoce nesta festa, em Portugal. O peru, ave selvagem, natural de uma zona que se estende do leste da América do Norte até ao México, foi domesticado pelos astecas e trazido para a Península Ibérica pelos Espanhóis¹⁶¹⁷. Com o decorrer do tempo, esta ave foi ocupando um lugar cada vez mais destacado no jantar conventual¹⁶¹⁸. Contudo, a caça e as aves domésticas como as galinhas¹⁶¹⁹, os gansos, os patos¹⁶²⁰, e adens (patos marrecos)¹⁶²¹ continuaram a ser iguarias muito apreciadas. Por exemplo, compraram-se duas galinhas para os padres na festa de Natal de 1724¹⁶²², passando a sete em 1741¹⁶²³. Os cabritos surgem, mais raramente no menu natalício, ao contrário da caça e do peru¹⁶²⁴. Uma única vez, concretamente, em 1734, surge nesse dia, um capão à mesa dos Padres¹⁶²⁵ e um pato-real foi-lhes servido, em 1849, na mesma celebração¹⁶²⁶.

¹⁶¹⁴ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 10 (1708): 5 perdizes, 400 réis, fl.29 (1708): 8 perdizes e 1 galinhola, 680 réis e fl. 32 (1709): 13 perdizes, (80 réis) e 11 galinholas, 4 a 50 réis e 7 a 40 réis, 1.520; fl. 80v (1710): 6 perdizes, 480 réis; (c.a.) liv. 97 A/3 (1723); (c.a.) liv. 98, fl. 1 (1732): 4 perdizes p/ os padres, a 70 réis cada, 280 e fl. 3v (1732) 18 perdizes, 80 réis, 640 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 47 (1735): 2 perdizes (80 réis) e 1 coelho por 40 réis; (c.a.) liv. 100, fls. 31 e 54v (1738): 8 perdizes p/ os padres, 640 réis e 1 perdiz, 80 réis; fl. 61 (1739): 3 perdizes e 1 perdigoto, 170 réis; fl. 79v (1740): 4 perdizes, 310 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 23v (1741): 10 perdizes p/ os padres, 560 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 100v (1743): 39 perdizes p/ dia de Santa Clara, 2.340 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 51v (1755): “duas perdizes, dous perdigotos e dous coelhos para os Padres”, 320 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 9 (1759): 6 perdigotos e 8 frangos, 780 réis.

¹⁶¹⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 55 (1700): 8 galinholas p/ os padres no Natal, 210 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 4v (1722), fl. 44 (1723): 4 coelhos, 2 perdizes e 1 galinhola p/ Padres no Natal, 380 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 38 (1754): 3 galinholas, 3 perdizes, 3 galinhas, 4 pássaros, 1 coelho e 15 frangos p/ os padres, 1.590 réis.

¹⁶¹⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 1 (1704): “huña perua que se comprou para dia de Natal para os Padres e um que veio do Convento”, 400 réis.

¹⁶¹⁷ Isabel Drumond Braga, «A América à mesa do rei», *À Mesa do Rei*, coord. de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Mem Martins, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 337

¹⁶¹⁸ Dia de Natal - AA, liv. 97 (dezº 1707): “hũa perua para os Padres”, 400 réis; liv. 102, fl. 41 (dezº 1744): “hũa pirua para os Padres”, 500 réis e fl. 41 (dezº 1746): “dous Piruns para os Padres”, 900 réis.

¹⁶¹⁹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 90 (dezº 1724): 2 galinhas p/ os Padres pelo Natal, 480 réis; l(c.a.) iv. 105, fl. 41v (janº 1755): 6 galinhas, 3 p/ os Padres em dia de Reys e 3 p/ a doença do P. Vigário, 1.320 réis.

¹⁶²⁰ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 88 (1849): “hu pato Rial para enpascoarem os Padres dia de Natal”, 480 réis.

¹⁶²¹ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 37 (dezº 1741): “seis ades para os Padres”, 360 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 3v (março 1747): “hũa Ade para os Padres” 100 réis.

¹⁶²² AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 90 (dezº 1724).

¹⁶²³ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 43 (contas feitas em janeiro de 1742).

¹⁶²⁴ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 88 (dezº 1749): um cabrito para os Padres, 100 réis; liv. 104, fl. 62 (1752): 1 perua 500 réis, 1 áde, 2 galinholas e 4 coelhos p/ os padres, 390 réis; 4 perdizes p/ os Padres, 320 réis.

¹⁶²⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 155 (dezº 1734): 1 capão.

¹⁶²⁶ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 88 (janeiro 1849): 1 pato real p/ os Padres dia de Natal, 480 réis.

Para a mesa das religiosas, e para a alimentação das moças e dos criados de fora, a documentação é muito menos explícita, pondo a tônica na abundância de aves de criação¹⁶²⁷ e carne assada, consumidas no dia de Natal, com raros detalhes¹⁶²⁸. Era habitual, tal como em outras festas, a comunidade presentear a abadessa, a vigária do coro e a escritã do Convento com lombos de porco, que também se davam ao médico, ao cirurgião, ao sangrador e ao letrado¹⁶²⁹.

No Ano Bom, todos comiam carne, desde a caça, a diferentes aves, incluindo perus¹⁶³⁰. Apenas se regista uma vez lulas, peixe frito e cozido, no próprio dia¹⁶³¹. Era com a festa dos Reis, a 6 de janeiro, que rematava este tempo natalício, sendo também de comida melhorada, entrando a carne nas refeições¹⁶³². Nesse dia, pagavam às moças da casa, as chamadas “Janeiras”.

A carne voltava a ser servida com abundância nas vésperas da entrada no rigor da Quaresma. Assim, tal como acontecia com a população em geral, também em *Aracoeli* se festejava o Entrudo (“palavra derivada do latim *introitus*), desde o Domingo Gordo à Terça-feira seguinte. Consumia-se caça, galinha, ganso e outras variedades de carnes¹⁶³³. Constata-se que a escritã regista, em vários anos, a compra de um peru ou perua para se cozinhar e distribuir nestes dias¹⁶³⁴. A maioria das carnes aparece referida como assada, no Entrudo¹⁶³⁵, mas também as dizem cozinhadas de outras formas, desde cabidelas a

¹⁶²⁷ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 158v (jan^o 1735): 57 galinhas p/ as Religiosas e Moças, 11.400 réis.

¹⁶²⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl.145v (dez^o 1699): contaram 6 dias de carne para as religiosas e fl. 149v (dez^o 1700): “deu-se dia de Natal uma reção assada a todos em que se despendeu 1 arroba e 3 arráteis de carne”.

¹⁶²⁹ AA, (c.a.) liv. 108, fls. 49, 55v, 71v e 85v (dezembro 1763, 1764, 1766 e 1767): destas marrãs ou porcos se tiraram os quartos para as obrigações da Comunidade.

¹⁶³⁰ AA, (c.a.) liv. 113, fl. 39v (jan^o 1779): 1 perua, 1 galinha, 12 frangos p/os Padres e servos, 1.350 réis.

¹⁶³¹ AA, (c.a.) 98, fl. 112 (1734): peixe frito, cozido e lulas p/ dia de Ano Bom e Comunidades 2.690 réis.

¹⁶³² AA, (c.a.) liv. 105, fl. 41v (jan.^o 1755): “de seis galinhas, 3 por dia de Reys comerem os Padres”.

¹⁶³³ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 44v (1699): Deu-se a todos meio arrátel em “hua rassão a ceia a zafra de entrudo às Religiosas, Moças e Servos de fora”; (c.a.) liv. 96, fl.7 (1705): 4 cabritos p/ se dar dia de Entrudo às Religiosas, 370 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 45 (1742): 7 coelhos e 1 adem p/ os Padres entrudarem, 410 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 33v (1748): 27 arrobas e 1 arrátel de porco, a 370 o arrátel, 32.005 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 42v (1755): 1 galinha p/ “entrudarem os Padres”, 200 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 1 (1785): 2 galinhas, 1 pato, 4 frangos, 4 perdizes, 3 cabritos, 3 coelhos p/ o entrudo dos Padres e mãos de vaca e gastos dos servos, 1.850; (c.a.) liv. 118, fl. 22v (1801): 2 galinhas para o Entrudo dos Padres, 780 réis e de 3 frangos e 1 coelho para os mesmos, 370 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 29v (1803): 3 galinhas, a 400 réis cada, e 2 coelhos a 200 réis cada, p/ o Entrudo dos Padres e servos 2.000 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 55 (1806): 4 coelhos p/ os Padres no Entrudo, 620 réis; liv. 120, fl. 79v (fev.^o 1807): gansos, galinhas, coelhos e frangos p/ os Padres, 3.600 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 52v (1815): frangos, coelhos e gansos para os Padres e Servos pelo Entrudo, 1.840 réis.

¹⁶³⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 7 (1705): 1 perua que se comprou para os Padres pelo Entrudo 500 réis; fl. 36v^o (1706): 1 perua p/ “entrudarem” os padres, 400 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 5v (1708): “hũa pirua para os dias de emtrudo”, 400 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 3v (1732): “hũ peru para os padres entrudarem”; (c.a.) liv. 99, fl. 65 (1736): um peru p/ os Padres entrudarem 480 réis; (c.a.) liv. 100 fl. 79v (1740): “hũa perua para os padres entrudarem”, 440 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 43 (1742): “hũa perua para os Padres entrudarem”, 480; “hũa perua para os mesmos entrudarem”, 500 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 67v (1752): 1 perua p/ os Padres no Entrudo, 500 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 42v (1755): um peru e uma galinha “para entrudarem os Padres”, 800 e 200 réis.

¹⁶³⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 149v (1700) Entrudo: deu-se uma ração assada às 39 religiosas, antes do jejum.

versões em que entra “picada”¹⁶³⁶, moída, dando o chamado prato “desfeito” ou em empadas. O Entrudo, antes da Quaresma, manteve-se até ao tempo presente, festejado como Carnaval.

Na Páscoa, comiam cabritos. O preço por unidade oscilou entre 50 e 120 réis¹⁶³⁷; também consumiam, com muita frequência bodes e chibatos, ditos “chibarros”¹⁶³⁸. Claro que os borregos e os carneiros entravam em grande escala na mesa pascal. Nesta época festiva, não só eram destinados à mesa conventual, como também faziam parte das ofertas da comunidade às pessoas a quem deviam favores¹⁶³⁹.

Fora da época da Páscoa, mas ao longo de todo o ano, o carneiro e o cabrito continuavam a aparecer nos dias de carne, bem como nas refeições das doentes. O mesmo acontecia com as aves e caça que poderiam também fazer as honras da ementa no Carnaval em domingo de Páscoa, ou quando vinham os visitantes¹⁶⁴⁰.

A carne de vaca, vitela ou vitelinha era também uma presença habitual nas ementas, quer a resultante do abate no próprio mosteiro, como já vimos, quer a comprada no açougue,¹⁶⁴¹ e ainda a que ofereciam à comunidade¹⁶⁴².

O porco era um animal indispensável à alimentação conventual e dele tudo se aproveitava¹⁶⁴³. Durante os mais de três séculos de vida do mosteiro, a carne de porco desempenhou um papel muito importante na alimentação dos seus habitantes, o que vem

¹⁶³⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 143-143v (1699): tirou-se para ceias dos padres entre túberas e cabidelas 11 arráteis; “hũas vezes a outras para picado”, 11 arráteis.

¹⁶³⁷ *Ibidem*, fls. 12v e 50 (1699 e 1700): 1 cabrito 100 réis e fls. 55 e 65 (1700 e 1701): 1 cabrito” 80 réis; (c.a.) liv. 96, fls. 4 e 7 (1705): 1 cabrito 90 réis e 4 cabritos, 370 réis; liv. 97, fl. 4 (1708): 1 cabrito 110 réis; fls. 67 e 72 (1710): 1 cabrito, 120 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 3v (1732): 3 cabritos, 240 réis; fl. 99 (1740): 1 cabrito 50 réis e fl. 158v (1735): hũ cabrito 70 réis; liv. 100, fl. 77v (1740): 3 cabritos, 130 réis; (c.a.) liv. 105 (1753): 1 cabrito 100 réis; fl. 9v (1756): 1 cabrito, 80 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 17v (1760): 2 cabritos, 120 réis; fl. 38 (1761): 2 cabritos, 160 réis.

¹⁶³⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 6v-7v (1699): 1 cabrito e 3 dezenas de chibarros, entre novos e velhos; fl. 66v (1701): mataram 10 carneiros e 6 “cibarros”, 36.715 réis; fl. 46v (1757): 9 arrobas e 20 arráteis de chibato, a 35 o arrátel, 9.240 réis, fl. 71 (1758): 7 arrobas e 22 arráteis de chibato, a 960, 7.380 réis.

¹⁶³⁹ *Ibidem*, fl. 6v (abril 1699): compraram 46 carneiros, guardados p/ um pastor e foram sendo abatidos; fl. 151 (março 1701): mandaram 4 quartos de carneiro ao médico, sangrador, cirurgião, letrado, todos 4 pesaram uma arroba; (c.a.) liv. 104, fl. 5v (março 1750): “carne que veo do açougue para a Comunidade e propinas dos officiaes da medicina e mais obrigações da Comunidade pela Páscoa”, 10 arrobas e 21 arráteis, a preço de 25 o arrátel, 8.520 réis.

¹⁶⁴⁰ AA,(c.a.) liv. 97, fl. 10 (abril 1708): 1 pirua para os padres em dia de Páscoa, 400 e 2 galinhas, 480 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 3v (março 1747): “hũa Ade para os Padres” 100 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 1 (março 1813): gansos, galinhas, coelhos e frangos, 3.480 réis e gansos para os padres; (c.a.) liv. 123, fl. 14v. (setº 1816): de 2 gansos, 2 galinhas e 3 frangos para o jantar do dia visita, 2.100 réis.

¹⁶⁴¹ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 61 (agosto 1739): vaca, carneiro e capado, a 30 reis o arrátel e a 960 a arroba; fl. 66 (outº 1739): 35 aRobas e 12 arráteis de vaca, capado e carneiro, ao mesmo preço, 33.960 réis.

¹⁶⁴² AA,(c.a.) liv. 111, fl. 42 (abril 1773): “Derão de esmola 4 arrobas de vaca”; fl. 43 (maio 1773): “Deu-se de esmola à Comunidade 5,5 arrobas de vaca”; fl. 45v (junho 1773): Deram de esmola 4 arrobas e 4 arráteis de vaca e 2 arrobas e 27 arráteis de carneiro; fl. 52 (1773): 32 arrobas que deram de esmola.

¹⁶⁴³ Sobre o porco, ver o que diz Iria Gonçalves para a Idade Média: «A alimentação», in *História da Vida Privada*, Dir, José Mattoso, Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Cír. Leitores, 2010, p. 230.

na linha do que acontecia na Idade Média e nos primórdios da Modernidade¹⁶⁴⁴. Ao longo de todo o ano, comia-se carne de porco em *Aracoeli*, fosse fresca, salgada, fumada em presuntos ou lacões, chouriços e toucinho¹⁶⁴⁵. Este último era um manjar muito apreciado e distribuía-se às religiosas nas festas de Páscoa ou Pascoela, dia da Ascensão, dia do Santo Espírito, dia de Santa Clara, de Nossa Senhora da Assunção, de S. João Baptista, de S. João Capistrano, S. Francisco de Assis e de Todos os Santos¹⁶⁴⁶.

A banha entrava em muitas preparações culinárias, substituindo a manteiga e o azeite, sendo, por vezes, vendido o seu excedente cujo montante se anotava na receita.

Em muitas festas no Mosteiro de *Aracoeli*, comia-se carne de porco, que era rainha, por exemplo, na festa de Todos os Santos ou do *Pão por Deus* (1 de novembro), onde se anotou sempre o seu consumo neste dia¹⁶⁴⁷. E, embora fosse costume, em quinta-feira da Ascensão do Senhor, servir à comunidade uma refeição “*de aves de penas*”¹⁶⁴⁸, distribuía-se presunto e às vezes toucinho na ceia dessa festa¹⁶⁴⁹.

Destinados à alimentação dos padres, dos criados e criadas regista-se a compra no açougue de pés de porco e de carneiro¹⁶⁵⁰, mãos de vaca¹⁶⁵¹, tripas e dobrada¹⁶⁵². Estes produtos nunca surgem mencionados, a propósito da mesa das religiosas. Analisando o gráfico nº 2, verifica-se que a carne de porco foi sempre mais cara do que a de vaca e a de carneiro. Os preços parecem oscilar pouco ao longo do tempo, mas registaram uma subida a partir do último quartel do século XVIII. Os valores mais altos foram registados em 1802 e 1812, este último deveu-se possivelmente ao efeito das invasões francesas.

¹⁶⁴⁴ Ver a este propósito o que diz Iria Gonçalves, *à Mesa nas Terras de Alcobaça... ob. cit.* cap. III – 2. «O animal à parte: o porco» e a bibliografia que a historiadora aí cita. Ver p. 183 e seguintes.

¹⁶⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fls. 3v e 58v (fev.º 1732 e 1733): tripas de vaca p/ chouriços de carne p/ os padres, 70 e 60 réis; fl. 111 (jan.º 1734): 6 varas de tripas de vaca p/ chouriços p/ os Padres, 120 réis; c.a.) liv. 101, fl. 2 (fev.º 1741): tirou-se para os de medicina 1,5 arroba e 6 arráteis; lacões e toucinho 2,5 arrobas; (c.a.) liv. 125, fl. 25 (fev.º 1824): gasto em tripa para ensacar carne [chouriços], 200 réis.

¹⁶⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 150 e 154 (dez.º 1700-1701). Mais tarde, (c.a.) liv. 120, fls. 18v, 50 e 77 (dez.º 1804, 1805 e 1806): cada 1 das 8 Religiosas recebeu 1 moeda de ouro p/ compra do próprio toucinho.

¹⁶⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 149v: “Pão por Deus se deu hua ração assada a todos, de carne de porco”; (c.a.) liv. 98, fl. 100v (nov.º 1733): 1 marrã que se comprou p/ se dar no pão por Deus, pesou 1 arroba, 800 réis; (c.a.) liv. 99, fls. 51 e 100v (1735 e 1736): 1 arroba de porco que se comprou no pão por Deus, 1.440 réis.

¹⁶⁴⁸ Como exemplo ver AA, (c.a.) liv. 27/A3, fl. 21 (maio 1723).

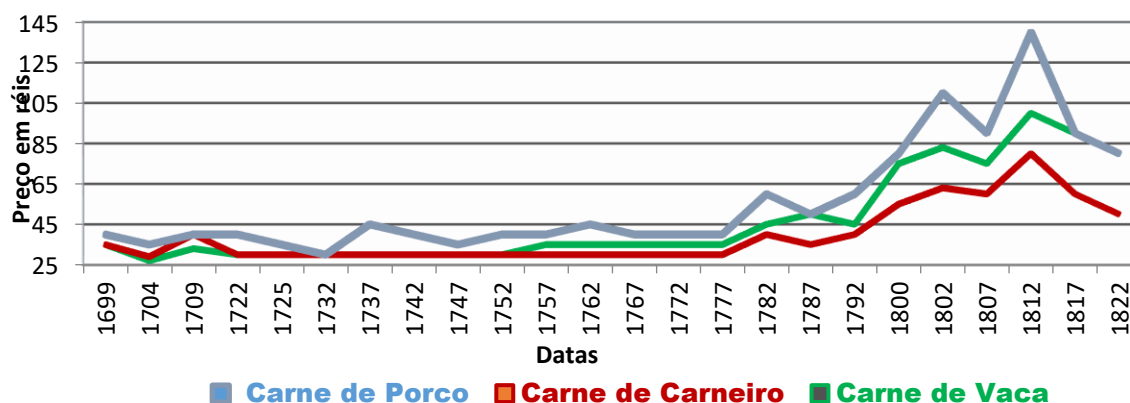
¹⁶⁴⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 143v (maio 1699): tirou-se p/ o dia da Ascensão que se deu a toda a Comunidade 1 arroba e 4 arráteis porque não se deu presunto. P/ pastéis p/ o almoço das madres músicas e dos Padres ao jantar do mesmo dia, 7 arráteis de carne; fl. 154 (1701): p/ a ceia da Ascensão cinco lacões.

¹⁶⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 103, fls. 7v e 9v, (maio e junho 1747): de pés de carneiro, 40 e 20 réis.

¹⁶⁵¹ AA, (c.a.) liv. 106, fls. 5v, 9 e 11 (1756): caça, mãos de vaca e molhinhos p/ os Padres, 290 réis; mãos de vaca e molhinhos, 130 réis; mãos de vaca, 60 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 52v (1761): mãos de vaca e dobradas p/ Padres e servos, 280 réis; (c.a.) liv. 110, fls. 3 e 5v (1768): molhinhos e mãos de vaca p/ padres e servos 220 e 260 réis; (c.a.) liv. 113, f. 34v (1778): 11 frangos e mãos de vaca, 555 réis.

¹⁶⁵² AA, (c.a.) liv. 100, fl. 90 (1740): tripas p/ os servos 30 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 70v (1745): [...] e tripas p/ os servos, 545 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 56 (1761): dobrada p/os servos, 20; (c.a.) liv. 121, fl. 25v (1811): 10 ventres de porco que se costuma dar todos os anos à Vileira e Almocreve.

Gráfico nº 2: A evolução dos preços da carne de vaca, carneiro e porco adquirida pelo mosteiro no açougue, entre 1699-1822.



As lebres¹⁶⁵³, os coelhos¹⁶⁵⁴ e os laparinhos¹⁶⁵⁵ estavam também muito presentes nas refeições da comunidade, variando o seu custo. Os coelhos eram temperados, em “vinho e alhos, vinagre, azeite, sal, pimenta e mais adubos” e, depois cozinhados. Assim, na compra de tigelas para a cozinha, a escritã regista se são tigelas grandes para vários coelhos, tigelas para três coelhos ou para um único coelho¹⁶⁵⁶.

As empadas de caça, consideradas uma iguaria requintada, eram feitas no mosteiro, mas também compradas já prontas em Setúbal, assim como acontecia com outras empadas de peixe ou carne, como já vimos. Consumiam-nas, nas festas e ofereciam-nas “como presentes”.

Quarenta dias depois da Páscoa, tinha lugar a grande festa da Ascensão do Senhor, durante a qual era costume comerem uma refeição de carne “*de aves de pena nem que fossem passarinhos*”¹⁶⁵⁷. Era frequente fazerem o chamado “arroz de passarinhos”, confeccionado sobretudo com aves pequenas, em que entravam rolas, passarinhos,

¹⁶⁵³ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 123v (1734): 1 lebre, 80 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 5v (1735): 3 perdizes e 1 lebre, 300 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 31 (1738): 1 lebre, 60 réis; liv. 101, fl. 92v (1743): 2 lebres, 140 réis.

¹⁶⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 96 (1705): 5 coelhos p/ os padres, 250 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 10 (1708): 9 coelhos, 450 réis; (c.a.) liv. 98, (1732): 1 coelho p/ os servos, 50 réis; fl. 123v (1734): 9 coelhos e 1 lebre, os coelhos, a 40 réis e, a lebre a 80, 440 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 5v (1735): 2 coelhos, 100 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 61 (1740): 2 coelhos p/ os padres, 200 réis; fls. 77v e 79v (1740): 5 coelhos p/ os Padres e Servos, 200 réis e 6 coelhos, 300 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 100v (1743): 30 coelhos, a 40 réis, para dia de Santa Clara, 1.200 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 42v (1755): 6 coelhos e 1 lebre p/ os Padres, 450 réis.

¹⁶⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 69v (abril 1733): 2 coelhos e 4 laparinhos, 110 réis

¹⁶⁵⁶ Por exemplo, ver AA, (c.a.) liv. 97, fl. 41 (abril 1709).

¹⁶⁵⁷ Ver, por exemplo, AA, (c.a.) liv. 97/A3, fl. 21 (maio 1723).

tordos¹⁶⁵⁸, e uma ou outra vez, perdizes e pombos bravos¹⁶⁵⁹. Mas sobretudo para os padres, para além de rolas e outras peças de caça¹⁶⁶⁰, compravam-se galinhas e frangos para essa festa¹⁶⁶¹. Como já vimos, era também usual dar presunto nesse dia às religiosas, moças e servos de fora e, quando não era possível, substituíam-no por carne¹⁶⁶².

Em agosto, tinham lugar, como já vimos, duas grandes festas no mosteiro: Santa Clara e de Nossa Senhora de *Aracoeli*. Neste período festivo, era também costume presentear a abadessa, a vigária do coro e a escritã do convento com lombos de carne¹⁶⁶³ e enviavam também “mimos” aos benfeitores e amigos, bem como aos franciscanos do Convento de Santo António.

As ementas de carne desfilavam nas refeições do dia da festa de Santa Clara e na da Assunção. Entravam nelas galinhas, numerosas peças de caça, mas também carneiro, chibato¹⁶⁶⁴, porco e peru¹⁶⁶⁵. Sobre a caça, sobretudo a miúda, repare-se que, em agosto de 1743, para a festa de Santa Clara compraram-se trinta e nove perdizes e trinta coelhos¹⁶⁶⁶. Só uma única vez aparece a compra de veado para a mesa dos padres¹⁶⁶⁷. O consumo de empadas e pastéis de carne era recorrente à mesa nesta celebração¹⁶⁶⁸.

Acompanhavam muitos dos pratos principais com saladas abundantes e requintadas, em que entravam alfaces, chicórias, pepinos, variadas ervas de cheiro e outros produtos¹⁶⁶⁹ mas, serviam-nos também com diferentes legumes e abóboras, couves

¹⁶⁵⁸ AA, liv. (c.a.) 96, fl. 17 (maio 1705): 8 rolas 160 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 90 (junho 1740): 8 rolas, a 15 réis cada; (c.a.) liv. 103, fl. 7v (1747): 5 rolas na Ascensão, cem réis e fl. 25 (1747): tordos, 60 réis.

¹⁶⁵⁹ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 92v (1743): 4 perdizes, 320 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 72 (1710): 2 pombos, 60 réis.

¹⁶⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 17 (1705): 8 rolas p/ os padres, dia da Ascensão, 160 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 90 (1740): 8 rolas, 15 réis cada, (c.a.) liv. 103, fl. 7v (1747): 5 rolas p/ os Padres na Ascensão, 100 réis.

¹⁶⁶¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 11 (1699): 1 galinha p/ os padres dia da Ascensão, 200 réis; (c.a.) liv. 27/A3, fl. 21 (1723) e fl. 65 (maio 1724): “hũa franga para os dias d’ aSenpção”, “frangos, 200 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 92v (1743): 1 galinha 180 réis; liv. 103, fl. 7v (1747): 32 frangos, 1.180 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 9v (1756): 3 patos, 480; (c.a.) liv. 125, fl. 18v (1823): 2 galinhas p/ o Vigário, na Assunção e Espírito Santo, 680 réis.

¹⁶⁶² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 143v (1699): “tirou-se para o dia da Ascensão que se deu a toda a Comunidade de Religiosas, Moças e Servos de fora hua arroba e 4 arrates de carne porque não se deu presunto”. Pastéis p/ o almoço das madres músicas e Padres, ao jantar no mesmo dia, 7 arráteis de carne; fl. 154 (1701): da chacina deste ano se deu ração de toucinho às Religiosas, Moças e Servos, p/ ceia da Ascensão, 5 lacões.

¹⁶⁶³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 16v (1699): “Derão como he uso 4 lombos às preladas, Vigária do Coro, escritã do Convento que todos 4 pesarão 22 arráteis”.

¹⁶⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): 1 chibato p/ as religiosas em dia de St^a Clara, 2 arráteis cada, 1 arrátel a cada criados/as, 1.600 réis; 1 arroba de carneiro p/ as religiosas, criados/as na Assunção, 1.600 réis.

¹⁶⁶⁵ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 34v (1735): 15 frangos p/ os Padres e Armador no dia de St.^a Clara, 580 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 61 (1739): frangos p/ as Religiosas, 1.400, fl. 95v (1740): 3 capões p/ padres, 150; (c.a.) liv. 101, fl. 100v (1793): 1 galinha, 160 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 49 (1793): “hum pirum” – 600 réis.

¹⁶⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 100v (1743): 39 perdizes 2.430 réis, 30 coelhos 1.200 réis e transporte 480 réis.

¹⁶⁶⁷ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 59 (julho 1787): de veado dos Padres, 2.100 réis.

¹⁶⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 112 (2^a parte), fl. 180 (agosto 1790): 3 dúzias de empadas de carne que se despenderam com a Comunidade na Festividade de Nossa Madre Santa Clara, 4.245 réis.

¹⁶⁶⁹ Agosto - AA, (c.a.) liv. 95, fls. 46 e 72v (1700 e 1701): 150 pepinos p/ dia de N^a Madre e N^a S^a, 400 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 85v (1707): pepinos p/ as Religiosas, 290 réis; (c.a.) liv. 97, fls. 49v (1709) 260 réis e fl. 81v (1710): 70 p/ dia da N^a Madre e 70 / Assunção para toda a Comunidade, servas, servos, 400 réis.

e beldroegas¹⁶⁷⁰. Para enriquecer o sabor e requintar mais estas refeições de festa era utilizada uma grande variedade de especiarias que previamente se compravam¹⁶⁷¹.

Na festa em honra de S. Francisco, logo na véspera, dia 3, e no próprio dia 4 de outubro, em Alcácer do Sal, tal como em todo o mundo cristão, as religiosas celebravam o dia do seu *Pai* fundador, com a igreja cheia de flores, embora os maiores festejos na vila, fossem no convento masculino de Santo António. Talvez por isso a única referência ao consumo de carne nesse dia se ligue aos pastéis de carne que as religiosas ofertavam aos franciscanos¹⁶⁷², juntamente com doces diversos e tabaco¹⁶⁷³.

Quase a encerrar o ciclo do calendário religioso anual, no dia 1 de novembro celebrava-se a festa de “Todos os Santos”, também chamada festa do “Pão por Deus”. Sobre a alimentação, na véspera comia-se sempre peixe¹⁶⁷⁴. No dia, a carne de porco era rainha, como atrás vimos. Era o alimento por excelência do *jantar* do dia do Pão por Deus, ao longo de todo o período aqui estudado. Os registos apontam a carne de porco comprada no açougue, ou a que resultava da matança de um porco ou de uma marrã abatidos, expressamente, para se consumir nessa festa¹⁶⁷⁵. Acrescentam gastos em azeite e banha usados na preparação culinária da carne, fosse ela frita ou assada¹⁶⁷⁶.

Fechado o ciclo litúrgico anual (4 domingos antes do Natal, contados a partir de 26 de novembro) e antes de se entrar no Advento, período em que se impunha a abstinência e o jejum com a obrigatoriedade de comer peixe, havia um outro Entrudo. A título de exemplo, constata-se que em novembro de 1699, no *Entrudo, se deu às Religiosas* que iriam principiar a jejuar *outra ração assada em que se despendeu*

¹⁶⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 97A/3, fl. 33, 76v (agosto 1723 e 1724): abóboras para a Comunidade e couves 400 réis e abóboras, couves e beldroegas e pepinos 480 réis.

¹⁶⁷¹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 32 (1754): cravo do Maranhão 1 arrátel 400 rs, gengibre 2 arráteis 320 rs, açafraão 1/2 arrátel 2.400 rs; (c.a.) liv. 110, fl. 32 (1769): pimenta 460, cravo 3 onças 180 réis; gengibre 60 réis.

¹⁶⁷² “Aos padres do Convento de Santo António, dia de Nosso Padre S. Francisco”: 6 arráteis de carne em pastéis (AA, (c.a.) liv. 95, fl. 144v - out.º 1699).

¹⁶⁷³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3 fl. 40v (1723): aos padres “hũa quarta de tabaco simonte a c/ hũ em véspera de N.º Padre”, 600 réis; fl 85v (1724): deram ao Confessor Fr. Francisco da Nazaré e ao Capelão Fr. António de São José p/ tabaco e 1 caixa redonda de confeitos, 960 réis; (c.a.) liv. 98, fls. 37v e 38v (1732) 2 arráteis de confeitos 200 réis e meio arrátel de tabaco, 600 réis; liv. 102, fl. 37 (1744): “meyo arrátel de tabaco”, 600 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 24v (1747): meio arrátel de tabaco, 600 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 57v (1755): aos Padres pelo Natal 1 arrátel de tabaco, 1.200 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 54 (1761): 3 arráteis 480 réis, e mais tabaco, 900 rs;(c.a.) liv. 113, f. 34v (1778): 1 quarta de tabaco e 1 arrátel de confeitos ao Capelão, 400 réis.

¹⁶⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 32v (out.º 1741): pescadas p/ a véspera dos Santos”, 1.500 réis.

¹⁶⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 52v (1700): “matou-se hũa marrã e hũ porco de pitaça”; (c.a.) liv. 98, fl. 100 (1733): 1 marrã de 1 arroba p/ o pão por Deus; (c.a.) liv. 101, fl. 69 (1742): 3 arrobas pelos Santos; (c.a.) liv. 102, fls. 38 e 134v (1744 e 1746); 1 arroba de porco p/ o pão por Deus, 1.280 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 17 (1753): 1 porco – p/ dia de Todos os Santos, 4.400 réis e de 2,5 arrobas de carne de porco, 3.600 réis.

¹⁶⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 145 (nov.º 1699): “Deu-se dia de Pão por Deus às Religiosas e Moças hua Ressão assada em que se despendeu hũa arroba menos hũ arrátel”.

*dezassete arráteis de carne*¹⁶⁷⁷. No mesmo mês de 1724, só para o confessor “entrudar”, compraram dois arráteis de porco¹⁶⁷⁸. Em todo o século XVIII, vemos este hábito manter-se¹⁶⁷⁹, mas, ao lado da carne de porco, anotou-se o consumo de galinhas, frangos, pombos, cabrito, carneiro e peru a solenizar a despedida de comer carne, tal como vimos acontecer em fevereiro¹⁶⁸⁰. Mas este Entrudo que vemos plasmado na documentação, antes do tempo do Advento, desapareceu completamente, mesmo do calendário religioso.

A festa de Nossa Senhora da Conceição, celebrada em 8 de dezembro, interrompia o jejum do Advento. Já antes, mas sobretudo depois de 1640, o seu caráter festivo intensificou-se muito, com repercussões visíveis nas despesas registadas nos livros de contas do mosteiro. As religiosas faziam jejum na véspera da festa, mas não no dia, em que havia refeições de carne assada para as religiosas. Mas, paira a ideia de que algumas freiras preferiam não interromper o jejum e a abstinência do advento e comeriam apenas peixe¹⁶⁸¹. Os Padres comiam carne nesta festa, nomeadamente de galinha¹⁶⁸².

5.2.2.6. Temperos e especiarias

Não poderemos esquecer o abundante uso de especiarias que tinham a finalidade de tornar os alimentos, mais apetecíveis, saborosos e aromáticos. Surgem designadas, quase sempre como “adubos da cozinha” e “pós de cozinha”, condimentos e temperos. Acreditava-se que a sua adição tornava as refeições mais digestas¹⁶⁸³. Aos ingredientes normais, juntavam-lhes as especiarias, o doce do açúcar, o sabor ácido do vinagre ou dos limões e ervas de cheiro, que melhoravam o sabor original do peixe, da carne e dos legumes. Entre os cheiros, aparecem a salsa, os coentros, os orégãos, a hortelã e o louro, embora, como não os comprassem, apareçam registados menos vezes.

¹⁶⁷⁷ *Ibidem*, fl. 145 e fl. 154 (novº 1699 e 1701): Dia de Entrudo: “hũa ração assada a 50 religiosas e 1 moça que jejuaram em que se despenderam 25,5 arráteis”; (c.a.) liv. 100, fl. 32 (Out.º 1741): 1 arroba e 3 arráteis de porco, a 40 réis o arrátel e a 1.280 réis a arroba, “para as Religiosas e Padres emtrudarem”, 1.400 réis.

¹⁶⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 87 (novº 1724): 2 “aRates” de Carne de porco p/ Frei Francisco da Nazareth.

¹⁶⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 29 (novº 1750): 2,5 arrobas de carne de porco - entrudo das Religiosas, 3.200 rs.

¹⁶⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 97/A/3, fl. 137 (nov.º 1725): 6 arráteis de porco p/ os Padres emtrudarem no Advento, 240 réis, 1 galinha e 1 cabrito, 300; (c.a.) liv. 98, fl. 100v (novº 1733): 3 perdizes e 3 pombos p/ os Padres "emtrudarem", 320; (c.a.) liv. 104, fl. 29 (novº 1750), 3.200 réis; (c.a.) liv. 117, fl. 12 (outº 1791), 1.420; *ibidem*, fl. 53 (novº 1793), 1.100; liv.119, fl. 42v (novº 1803): 1 galinha, 2 coelhos, 2 frangos p/ o Entrudo de Padres e servos, 1.030; (c.a.) liv. 106, fl. 78v (novº 1757): 1 perua p/ os Padres emtrudarem, 480 réis.

¹⁶⁸¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 153v (dez.º 1701): “Dia da Conceição se deu hũa ração assada a 10 religiosas que não jejuarão”; 3 dúzias e 7 doiradas que se deram pela Festa da Conceição, peixe frito e cozido.

¹⁶⁸² AA, (c.a.) liv. 97/A3, fl. 1v (dez.º 1722): 2 galinhas p/ os padres “pella festa da Conceição”, 420 réis.

¹⁶⁸³ Anabela Ramos e Sara Claro, *Alimentar o corpo, saciar a Alma: Ritmos alimentares*, ob. cit. p. 66.

Nos livros de contas, recorrentemente surgem as despesas feitas com a compra destes “adubos”: açafrão, também citado como “açafrão de França”¹⁶⁸⁴, gengibre, pimentão de Castela e cominhos¹⁶⁸⁵, mostarda de Dijon, pimenta¹⁶⁸⁶, cravinhos da Índia¹⁶⁸⁷, pau de cravo¹⁶⁸⁸, cravo do Maranhão¹⁶⁸⁹, erva doce¹⁶⁹⁰, canela ou “canela fina”¹⁶⁹¹ e aplicavam com frequência colherinhas de açúcar, mesmo nos pratos salgados.

Ao lado do sal e da pimenta que se punha na mesa para se poder corrigir o sabor a gosto, são recorrentes os “molhinhos”, geralmente acidulados, para consumo dos padres e servos, explicitando, por vezes, serem para as suas ceias. Talvez também os servissem às religiosas, mas nunca o explicitam. Os gastos com eles eram de pequena monta. Mas a escritã anota também que se venderam “molhinhos”¹⁶⁹².

5.2.2.7. O queijo

Os queijos apareciam com muita frequência na alimentação quotidiana da comunidade, entrando nos dias de jejum e abstinência e nas refeições dos dias de festa. O queijo poderia mesmo funcionar como o único conduto de um dia de abstinência e jejum. Assim, vemos que na véspera de uma festa, em agosto de 1723, deram à comunidade queijinhos, em lugar de peixe¹⁶⁹³. Noutros casos, os queijos complementam, como vimos, a mais austera dieta dos dias de penitência¹⁶⁹⁴ ou fazem parte do remate de uma refeição

¹⁶⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 43 (1706): 4 onças, 960 réis e fl. 46 (1706): 1 quarta de açafrão 600 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 2 (1707) e liv. 103, fl. 2 (1747): 2 onças 800 e 1 arrátel de açafrão de França, 4.000 réis.

¹⁶⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 42v (1706): meio arrátel de gengibre, 100 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 27 (1708): 1 quarta de cominhos, 30 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 6v (1738): cominhos e gengibre, 110 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 107v (1746): gengibre, 30 réis; liv. 109, fl.5 (1765); de pimentão de Castela, e cominhos, 60 réis.

¹⁶⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 42v (1706): 1 arrátel 240 réis; fl. 95 (1704): 1,5 arrátel, 320 réis.

¹⁶⁸⁷ *Ibidem*, 1 onça de cravinhos da Índia, 140 réis; fl. 95 (novº 1707): meia onça, 80 réis.

¹⁶⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 2 (1707): 2 onças, 80 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 2 (1747): 1 arrátel, 480 réis.

¹⁶⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 12v (abril 1738).

¹⁶⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 42v (abril 1706): 1 arrátel, 160 réis; fl. 95 (nov.º 1707): 1,5 arrátel de pimenta, 320 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 107v (abril 1746): “hu arrate”, 160 réis.

¹⁶⁹¹ *Ibidem*: 3 onças de canela a 120 réis a onça, 360 réis; fl. 77v (maio 1707): 2,5 onças de canela, a 120 réis a onça, 300 réis; (c.a.) liv. 114, fl. 60 (julho 1781): de 1 arrátel de canela fina, 1.300 réis.

¹⁶⁹² Geralmente, custavam 10 a 40 réis; 80 a 100 réis, mas por vezes, atingiram 180 a 200 réis. AA, (c.a.) liv. 95, fl. 101 (agosto 1699): receberam de molhinhos que se venderam 300 réis.

¹⁶⁹³ AA, (c.a.) liv. 97A/3, fl. 33v (agosto 1723): 660 réis.

¹⁶⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 17 (maio 1705): queijinhos brancos p/ a véspera da Ascensão, 570 réis e fl. 19v (junho 1739): “deram-nos na Véspera do Baptista”, 850 réis; fl. 74 (abril 1707): de queijinhos que se deram em sexta-feira da Paixão, 340 réis; (c.a.) liv. 97, fl.16 (junho 1708): queijinhos p/ Comunidades e véspera do S. João, 1.280 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 55v (junho 1739, pela véspera de S. João: 1.200 réis.

festiva¹⁶⁹⁵ e ainda podem constituir por si só uma sobremesa, como sucedeu na festa da Conceição, em 1734, em que se deram queijos às religiosas em vez de fruta¹⁶⁹⁶.

Como na área geográfica de Alcácer eram abundantes os rebanhos de ovelhas e de cabras, é normal encontrarmos o consumo frequente de “queijinhos frescos”, “queijinhos brancos”, “queijos”¹⁶⁹⁷, só queijos de ovelha ou “queijos grandes alentejanos”¹⁶⁹⁸. Todos emergem na despesa que se regista nos livros de contas.

Duarte Nunes de Leão, no início do século XVII, afirma que *os queijos do Alentejo em fineza e sabor sam os melhores que há em todo o mundo*¹⁶⁹⁹, não admira, portanto, que a comunidade os comprasse em dias especiais e sobretudo para presentes. Exemplo, em abril de 1758, regista-se o gasto de 3.990 réis na aquisição de dúzia e meia de queijos do Alentejo com que obsequiaram “duas obrigações”¹⁷⁰⁰.

Era recorrente a compra de queijo flamengo, mas apenas destinado às refeições e consumo dos Padres e, por vezes, também às madres músicas e cantoras¹⁷⁰¹.

Embora algumas herdades fornecessem queijos como pitanças ao Mosteiro ou o seu equivalente em dinheiro, como acontecia com a herdade de S. João de Negrilhos¹⁷⁰², verificámos, através das despesas mensais, que a maioria dos queijos eram comprados.

¹⁶⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 8 (fev.º 1705): queijinhos brancos p/ as Religiosas no Entrudo, 480 réis; fl. 34vº (janº 1706): queijinhos p/ o serão do Ano Bom às Religiosas, Entrudo e mais gastos, 1.020 réis; fl. 70v (março 1707): queijinhos pelo Entrudo às Religiosas, servas, servos e mais comunidades, 1.500 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 6 (fev.º 1708): queijos brancos que se deram às Religiosas pelo Entrudo, 400 réis; fl. 70 (março 1707): queijinhos pelo Entrudo às Religiosas, servas, servos e mais Comunidades, 1.500 réis.

¹⁶⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 155 (dez.º 1734).

¹⁶⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 95, liv. 95, fl. 35 (1700): queijinhos p/ 3 comunidades, 1.130 réis; fl. 65v (abril 1701): queijinhos p/ a comunidade, cem; fl. 68v (junho 1701): “queijos para se perfazer hũa comunidade”, 200 réis; fl. 71 (julho (1701): ovos e queijos p/ 2 comunidades e p/ o padre vigário, 850 réis; fl. 72v (agosto 1701): “queijos e ovos para hũa Comunidade”, 480 réis; (c.a.) liv. 96, fls. 5 e 10v (1705): queijinhos brancos para a Comunidade 500 e 1.520 réis; fls. 21v e 31v (julho e dez.º 1705): queijinhos p/ a Comunidade 200 réis; fl. 39v (março 1706): queijinhos p/ Comunidades, 1.420 réis; fl. 42v (abril 1706): queijinhos p/ a Comunidade e gasto dos servos 900 réis; fls. 46 e 48 (junho e julho 1706): queijinhos, 400 e 300 réis; fl. 67 v (fev.º 1707): queijinhos p/ 1 Comunidade e servos, 500 réis; fls. 77v e 80 (maio e junho 1707): queijinhos 1.180 e 880 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 7v (1708): queijos brancos p/ Comunidades 1.850 réis e fl. 34v (1709): queijinhos p/ 1 comunidade, 24 réis; liv. 101, fl. 111 (novº 1743): queijinhos, 200 réis.

¹⁶⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 11v. (1699): 3 queijos do Alentejo p/ os padres; fl. 65v (abril 1701): 2 queijos de Alentejo, 240 réis; liv. 99, fl. 153 (1537): 1 queijo do Alentejo p/ os padres 180 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 60 (1733): um queijo p/ a consoada dos Padres [...] 800 réis; (c.a.) liv. 124, fl. 1 (1819): 2 queijos p/ os Padres, 1.200 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 2, (1804): 2 queijos de ovelha, 1.120 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 31 (1811): [...], 1 queijo de ovelha, a cada padre, 3.000; fl. 35v (1811): “[...] e hu queijo de ovelhas”, 1.440 réis.

¹⁶⁹⁹ *Descrição do reino de Portugal [...], ob. cit., p. 68.*

¹⁷⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 61 (abril 1758).

¹⁷⁰¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 8 (1705): de 2 queijos flamengos p/ os padres 600 réis; fls. 37 e 37v (1706): por 2 vezes 2 queijos flamengos p/ os Padres: 750 e 600 réis; fl. 70, 2 queijos flamengos, um p/ as consoadas do padre confessor e outro que se gastou com as madres músicas 750 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 10 (1723): 1 queijo flamengo p/ as refeições dos Padres na Quaresma”, 240 réis; (c.a.) liv. 104 (1750): 2 queijos flamengos p/ os Padres 700; (c.a.) liv. 120, fl. 53v (1806): 2 queijos flamengos p/ os Padres, 960 réis.

¹⁷⁰² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 113v (setº 1701): Recebemos 2 queijos de ovelhas de pitança; (c.a.) liv. 97, fl. 117 (1710): por 2 velos de lã e 2 queijos que se paga de pitança em Negrilhos, 700 réis.

5.2.2.8. Bebidas

5.2.2.8.1. Vinho, aguardente e água-pé

A compra de canadas de vinho é mencionada todos os meses, a propósito da sua necessidade para as missas e para a mesa do confessor e capelão no Hospício¹⁷⁰³, sendo a quantidade reforçada nos dias de festa¹⁷⁰⁴ ou quando recebiam visitas de importância, como por exemplo, o Provincial da Ordem¹⁷⁰⁵. Há também anotações da compra de vinho para os oficiais ou serventes, nos dias em que trabalhavam nas obras conventuais; para os homens que transportavam os cereais, a palha e outros produtos para o cenóbio, na época das colheitas; para o gasto dos sacerdotes quando viajavam ao serviço do convento; e para os organeiros que puseram a funcionar um órgão novo no coro conventual¹⁷⁰⁶.

Em relação à comunidade feminina, não aparece nunca a referência ao consumo de bebidas alcoólicas, com as únicas exceções: a festa de Santa Clara e de Nossa Senhora de *Aracoeli* de 1814 e também no Carnaval de 1819, quando se anotou a compra de seis canadas de vinho “que se repartiram pelas onze religiosas e seis criadas”¹⁷⁰⁷.

De forma mais fugidia, a água-pé e a aguardente figuram nos registos da escritã, mas estas bebidas destinavam-se sobretudo aos padres¹⁷⁰⁸. A aguardente era também muito utilizada na botica e na enfermaria, entrando na composição de muitos remédios.

5.2.2.8.2. As bebidas exóticas: chocolate, café e chá

Beber chocolate, chá e café vai-se generalizando nos países da Europa, depois das viagens das Descobertas, e acabou por se tornar, progressivamente, num hábito comum.

¹⁷⁰³ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 11 (1708): 2 almudes de vinho e 1,5 canada, a 800 réis o alm., 1.700 réis, fl. 20v (1708): meia canada de vinho p/ os Padres, em Stª Clara, 40 réis; fl. 42 (1709): 23 canadas e 1 quartilho de vinho, a 80 réis a canada, p/o confessor, 1.800; (c.a.) liv. 105, fl. 9 (1753): vinho p/ os Padres, 2.100; (c.a.) liv. 113, fl. 4v (1777): vinho dos Padres, 2.100 e 4 canadas e 3 quartilhos p/ as missas, 285; (c.a.) liv. 123, fl. 40v (1817): mais 1 quartilho de vinho e fruta p/a sobremesa dos Padres em dia de S. João e S. Pedro, 780 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 23 (1810): vinho aos Padres por mez e gasto p/ as missas”, 3.060 réis.

¹⁷⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 24 (1699): 2 almudes de vinho p/ os Padres 1.800 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 96 (1707): 4 canadas de vinho p/ os Padres 400 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): vinho para as missas e padres em dia de Santa Clara e de Nª. Senhora, 1 cruzado novo 480 réis e vinho para o Vigário, 1.200 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 13 (1810): 2 frascos de vinho p/ os Padres do Hospício, 900 réis.

¹⁷⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 6v (setº 1822): vinho para as Missas, 2 canadas, 200 réis; 4 canadas de vinho que se gastaram pela ocasião da visita do Reverendo Ministro Provincial 400 réis.

¹⁷⁰⁶ AA, (c.a.) liv. 110, fl. 67 (1770): pagaram 3.600 réis de vinho ao Vigário por 3 meses que esteve em Lisboa; 900 réis ao Capelão e 14 canadas de vinho para as missas e organeiros que custaram, 1.120 réis.

¹⁷⁰⁷ AA, (c.a.) liv. 123, fl. 86v (fevereiro 1819): 960 réis.

¹⁷⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 60v (1733): meio quartilho de aguardente e água pé p/ o Capelão, 50 réis e fl. 160 (1735): aguardente p/ o Vigário, 80; (c.a.) liv. 100, fl. 102v (1741): 7,5 almudes de água-pé, 1.950 réis.

Teve também como consequência o aumento do gasto do açúcar, uma vez que os europeus preferiam consumir estas bebidas açucaradas e, muitas vezes, acompanhadas de doçaria, nomeadamente bolinhos, biscoitos e compotas.

O chocolate foi “descoberto” na América pelos espanhóis que observaram como esta bebida entrava nas cerimónias astecas e os grãos de cacau funcionavam mesmo como moeda de troca. No entanto, acharam-no muito amargo e de gosto estranho, tanto mais que os índios lhe adicionavam ingredientes, como o pimento. A primeira carga deste produto chegou a Sevilha, em 1585. Mas foi preciso começarem a juntar-lhe açúcar, para a moda desta nova bebida pegar, espalhando-se rapidamente pela Europa, nomeadamente em Portugal. A tradição mexicana atribui às religiosas carmelitas de Oaxaca esta descoberta, quando experimentaram juntar açúcar ao cacau, em vez das substâncias picantes, catapultando-a como uma bebida de eleição¹⁷⁰⁹.

No século XVIII, tornou-se moda beber chocolate. Em Portugal, era uma bebida sobretudo usual nas festas, embora em Espanha esta se generalizasse mais cedo. No resto da Europa, as elites saboreavam-no nos espaços de convivialidade, assim como o café e o chá¹⁷¹⁰. Beber chocolate implicou o aparecimento de um utensílio próprio – a chocolateira – usada para agitar e misturar a bebida, daí só ter a tampa e não um bico como a cafeteira ou bule, como se pode verificar nas chocolateiras expostas nos Museus.

Embora o consumo desta bebida exótica não seja nem muito precoce, nem muito comum em *Aracoeli*, vai aparecer anotada em algumas festas. A referência mais antiga encontrada remonta a abril de 1700, com o registo da compra de uma arroba de açúcar com o qual, entre outras coisas, se fez chocolate¹⁷¹¹. Só meio século mais tarde, o chocolate volta a ser referido¹⁷¹² e, continua a sê-lo, nas décadas seguintes, embora sem grande regularidade e com oscilação de preços.

A partir do século XIX, o chocolate quente passa a ser habitual nos dias festivos do mosteiro, pois, para além da alusão ao concerto e compra de chocolateiras¹⁷¹³, regista-se a aquisição de chocolate para as festas do Carnaval, Páscoa, dia de Santa Clara, Conceição e Natal, podendo uma parte dele entrar também na confeção de doces e bolos. Variaram os preços na compra deste produto. As quantidades também oscilaram, indo do

¹⁷⁰⁹ Jean-Louis Flandrin e Massimo Mointanari, *História da Alimentação, 2. Da Idade Média aos tempos actuais*, Terramar, Lisboa, 2001, pp. 215-217.

¹⁷¹⁰ A este propósito, ver Isabel Drumond Braga, «A América à mesa do rei», *ob. cit.*, p. 337.

¹⁷¹¹ AA, (c.a.) liv. 95 fl. 38 (abril 1700).

¹⁷¹² AA, (c.a.) liv. 105, fl. 9 (junho 1753): “De dous arrates de xiculate” 360 réis.

¹⁷¹³ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 3v (1804): consertar 1 chocolateira, 1 cruzado”, 400 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 49v (1811): “[...] 1 chocolateira, 740; (c.a.) liv. 122, fl. 74 (1815): “[...] estanhar 1 chocolateira [...] 1.820 réis.

mínimo de um ou dois arráteis, até ao máximo de meia arroba¹⁷¹⁴. Esta bebida era distribuída, por vezes, também às criadas e aos dois frades. Depois da Revolução liberal a indicação da compra deste produto passa a ser mais rara. A explicação pode dever-se ao facto de cada membro da comunidade passar a receber dinheiro para a sua alimentação, segundo o plano de reestruturação económica¹⁷¹⁵. Assim, não sendo o chocolate comprado para a comunidade, não havia necessidade de explicitar a sua aquisição.

O último registo encontrado, referente à compra de chocolate no mosteiro, é alusivo ao mês de outubro de 1833, para a festa de S. Francisco, mas o preço do chocolate aparece conjuntamente com o de açúcar e ovos¹⁷¹⁶.

No mosteiro, o primeiro registo de compra de chá (respeitante a folhas secas de uma planta exótica) destinado a preparar uma bebida quente a ser distribuída à comunidade, só apareceu, em agosto de 1736, no dia da festa de Santa Clara. No entanto, lembra-se que só contamos com os livros de contas de *Aracoeli*, a partir de finais do século XVII, logo o chá poderá ter surgido aí mais cedo. No século XIX, o chá preto fazia parte integrante do quotidiano do convento. Bules de chá assim como chávenas e pires são inventariados, aquando da extinção¹⁷¹⁷.

As duas primeiras anotações sobre a compra de café são tardias, remontando só à festa de Santa Clara de 1810 e 1811. Mas não se consegue apurar o seu preço, por fazerem parte de um conjunto global de produtos¹⁷¹⁸. Nos dois anos seguintes, a comunidade comprou meia arroba de café por 3.200 réis. A mesma quantidade subiu para 4.200 réis, em 1818. O último registo da aquisição de café data de 1835, o que se compreende porque as freiras deixaram, desde 1824, de especificar a maioria das compras que faziam para a sua alimentação. É curioso não haver menção à compra de qualquer cafeteira, tendo aparecido registada apenas uma, no inventário da extinção conventual¹⁷¹⁹.

5.2.2.9. A Fruta: fresca e seca

Percorrendo os livros de contas nos vários meses do ano, verificamos que os registos de fruta nos dão a sucessão no calendário do que a natureza oferece nas diferentes

¹⁷¹⁴ O registo de meia arroba só aparece nos anos de 1812, 1813, 1814 e 1815.

¹⁷¹⁵ AA, *CNSA/02/063* (15-2-1824); e liv. 125, fl. 31v (março 1824).

¹⁷¹⁶ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 80v (1833): 2 arráteis de chocolate e 1 arrátel de açúcar e de ovos, 560 réis.

¹⁷¹⁷ ANTT, *Minist^o da Fazenda, Conv. Aracoeli, OFS*, Alcácer, Caixa 1950, capilha 1.

¹⁷¹⁸ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 13v (1810): pratos, copos e 10 arráteis de café, 4.550 réis; fl. 46v (agosto 1811): 11 arráteis de café e outros 11 de chocolate que se repartirão pelas 7 Religiosas e 6 criadas, 4.180 réis.

¹⁷¹⁹ ANTT, *Minist^o da Fazenda, Conv. Aracoeli, OFS*, Alcácer, Caixa 1950, capilha 1.

estações. No Inverno, de dezembro até pouco depois da Páscoa, as peças de fruta mais frequentes na mesa de *Aracoeli* eram as cidras¹⁷²⁰, as “laranjas da China”, as laranjas doces¹⁷²¹, algumas vindas de Montemor-o-Novo que Duarte Nunes de Leão considerava muito boas¹⁷²². Comiam-nas à sobremesa, talvez bebessem o seu sumo e, quando as tinham em maior abundância, faziam com elas doces. Também pelas suas qualidades terapêuticas, as laranjas eram muito usadas na botica e na enfermaria. O seu consumo podia estender-se até às vésperas da época estival, pois ainda no domingo de Pentecostes elas surgem como parte integrante da merenda que, nesse dia, se fazia ao ar livre, na cerca do mosteiro, ofertada pela abadessa às restantes religiosas¹⁷²³.

As cerejas, as ginjas, as ameixas, os pêsegos, as maçãs, peras, abrunhos e figos enchiam a mesa das religiosas, dos criados e padres no Verão, sobretudo nas principais festas. Assim, na solenidade de S. João Batista, a fruta, variada e em abundância, multiplicava-se em cestos de ginjas, de ameixas, de peras, figos e damascos¹⁷²⁴. Em agosto, época de muita e boa fruta, o seu consumo era abundante, sobretudo no ciclo festivo que unia a memória da fundadora da Ordem, Santa Clara, com a da padroeira do mosteiro, Nossa Senhora de *Aracoeli*. A abadessa chegava a oferecer toda a fruta que

¹⁷²⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 2 (maio 1704): uma dúzia de cidras 120 réis.

¹⁷²¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 8v (1699): 200 laranjas doces 360 réis; (c.a.) liv. 96, fls. 14vº e 39v (1705 e 1706): 300 da China, 600; fl. 70 (1707): 150 laranjas da China, 240 réis; fl. 74 (1707): 350 da China nas Endoenças 700 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 11 (1708): 400 da China, 800; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 14 (1723): 300 da China, a 240 réis o cento, 150 das doces, a 100 réis, 870 réis; fl. 62v (abril 1724): 300 laranjas da China 720 réis e 150 das doces, 150 réis e fl. 105 (março 1725): 300 laranjas doces e 100 da China 600; (c.a.) liv. 98, fls. 64 e 125 (março 1733 e abril 1734): 500 da China 1.600 réis e 500 doces 800 réis; liv. 99, fl. 19v (1735): 600 da China 1.440; (c.a.) liv. 99, fl. 69 (março 1736): 10 centos da China, 1.000 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 6v, (março 1738): 500 laranjas da China e 200 doces 1.170 réis; fl. 48 (março 1739): 500 da China 1.100; fls. 87-87v (1740): 400 doces, 560 réis e 300 da China, 600 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 58 (janº 1767): 75 laranjas p/ doce, 360; liv. 125, fl. 1 (março 1822): laranjas p/ sobremesa dos Padres nos Ramos, 160 réis.

¹⁷²² Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal, ob. cit.*, p. 62.

¹⁷²³ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 18v (maio 1823): laranjas p/ sobremesas p/ a Assunção e Espírito Santo, 300 réis. AA, CNSA/02/057 (1819-05-22) Na carta a abadessa pede opinião sobre a organização da tal merenda, relata que só a última abadessa não cumprira a tradição, deduz-se que por falta de meios.

¹⁷²⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 19 (1705): 2 cestos de damascos, 500 réis, 2 cestos de peras, 300 réis, 2 cestos de ameixas, 200 réis, 2 cestos de figos, 200 réis, 1 cesto de ginja p/ conserva, 200 réis; fl. 34v (1705) 1 arroba de ginjas, 800, sendo uma parte p/ doce; fl. 46 (1706): 6 cestos de ameixas, 1.100; (c.a.) liv. 98, fls. 18v, 75 e 130v (1732, 1733 e 1734) - festa de S. João - 5 cestos de peras, a 200 réis, 4 cestos de ameixas, 1.640 réis e 5 cestos de ginjas, 1.800 réis; 7 cestos de ameixas, a 240, 1.680 réis e 5 cestos de peras, mil réis, 3 cestos de ameixas, 420 réis e 1 cesto de ginjas, 300 réis, respetivamente; (c.a.) liv. 99, fl. 130vº (1737): 3 cestos de ginjas p/ o S. João, 900 réis e 4 cestos de ameixas, 480 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 90 (1740): ginjas 1.400, peras 1.000, damascos 1.400 e ameixas 850 réis. (c.a.) liv. 104, fl. 15 (1750): ameixas 480; ginjas 1.350; damascos 950; peras 480 réis; (c.a.) liv. 105, fls. 9 (1753): fruta, 3.890 réis e mais 400 réis de ginjas, 400 réis e fl. 28 (1754): 4.680 réis ; (c.a.) liv. 123, fl. 40v (1817): 1 quartilho de vinho e fruta p/os Padres em dia de S. João e S. Pedro, 780 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 11 (1756): 4 canastras de peras, damascos, ameixas e ginjas, 6.000 réis e fl. 12: 4 canastras de fruta 1.220; (c.a.) liv. 110, fl. 5v (1804): 12 arráteis de ginjas e frete 650 rs. Após 1834, com a diminuição do nº de religiosas e a reestruturação económica, os gastos em fruta são muito menores - (c.a.) liv. 128, fls. 8 e 61 (1835 e 1840): fruta em dia de S. João 800 e 950 réis; (c.a.) liv. 129, fls. 3 e 8v (1841 e 1842): 980 réis; fls. 14 e 19v (1843 e 1844): 1.200 e 1.100 réis.

então se comia, não sendo assim discriminadas as espécies, nem registada a despesa. Os alcacerenses, por vezes, também presenteavam as religiosas com a fruta da terra, sendo muito afamados os melões e melancias de Alcácer. Registam-se, no entanto, algumas notas da sua compra na vila, em Setúbal e em Montemor-o-Novo¹⁷²⁵. Consumiam-se muitos pêssegos, maçãs, peras e ameixas¹⁷²⁶. Chegaram a referir, não só a quantidade como a variedade. Por exemplo, em 1723, comeram-se 200 peras flamengas e, das mesmas, foi comprada uma canastra em Setúbal, algum tempo depois¹⁷²⁷.

Duarte Nunes de Leão afirma, a propósito de maçãs, que “*em Montemôr o novo em Alemtejo há tanta colheita dellas allem de outras frutas que produz que abastece todas as comarcas*”¹⁷²⁸. Assim, verificamos que, realmente, as freiras mandavam comprar nessa vila alentejana muitas maçãs, mas também ameixas brancas e pretas, sem mais nenhuma especificação¹⁷²⁹ e costais de fruta sem a discriminar¹⁷³⁰. Uma ou outra vez, registam que a compra é de maçã branca e barrocinha, de ameixas brancas e “saragoçanas”¹⁷³¹. Mas, na maioria das anotações, indica-se apenas o seu custo, sendo recorrentes as compras de fruta em Montemor e Alcácer, até quase à extinção do mosteiro¹⁷³².

¹⁷²⁵ Agosto: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 46 (1700): 6 melancias e 4 melões p/ dia de Stª Clara e Nª Sª, 280 réis e fl. 72v (1701): meia arroba de melancias por Nª Sª, 600 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 50 (1706): 1,5 dúzia de melões e 2,5 dúzias de melancias p/ dia de Stª Clara e fl. 85 (1707): 2 dúzias e 9 melancias, dia de Stª Clara, 800 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 20v (1708): 2 melancias p/ os Padres no dia Stª Clara 50 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 124v (1725): “hũa talha de melancias” 1.500 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 27 (1744): 8 dúzias de melancias e 2 de melões, 4.000 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): “De fruta que se mandou vir de Montemor e se repartiu pelas Religiosas, Padres, Criadas e Servos do Mosteiro”, 8.200 réis.

¹⁷²⁶ Agosto: AA, (c.a.) liv. 95, fl. 72v (1701): pêssegos p/ a mesa dos padres; fl. 58v (1700) “peras e ameixas que se derão por dia de Santa Clara”, 1.200 réis, fl. 72v (1701): 2 canastras de ameixas; (c.a.) liv. 96, fl. 50 (1706): 250 peras 600 réis, ameixas 1 canastra e 2 de maçãs 1.700 réis; fl. 23 (1705): 1 canastra 620 réis; fl. 85 (1707): 650 peras, 1.40 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 27 (1744): 2 canastras de ameixas, 1.600 réis.

¹⁷²⁷ AA, (c.a.) liv. 97A/3, fl. 33 (agosto 1723): 600 réis; liv. 98, fl. 26 (1732): 800 réis - Setúbal.

¹⁷²⁸ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal*, p. 62v.

¹⁷²⁹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 49vº (agosto 1709): “hũa canastra de ameixas e hũ sacco de masans para a festa de Santa Clara e do aluguel da cavalgadura em que vierão de Montemor 1.660 réis; (c.a.) liv. 98, fls. 26 e 26v: 1 canastra de ameixa branca 600 réis, 1.500 maçãs, a 300 réis o cento, 4.500 réis e uma canastra de peras, 700 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 36vº (1735): maçãs que se deram por dia de Nossa Senhora, mil réis.

¹⁷³⁰ AA, liv. 119, fl. 38 (agosto 1803): de 4 costais de fruta e de quem a conduziu de Montemor 6.000 réis.

¹⁷³¹ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 85v (agosto 1733): 3 canastras de maçã branca e barrocinha e 2 de ameixas brancas “saragoçanas”; fl. 139 (agosto 1734): 3 canastras de ameixa saragoçana, 3.720 réis.

¹⁷³² Agosto: AA, (c.a.) liv. 105, fls. 13 e 32, (1753 e 1754); (c.a.) liv. 106, fl. 45 (1757). Na festa de Stª Clara, em 1753, 1.500 réis em fruta p/ os padres; 8.890: ameixas, peras, maçãs e mais fruta p/ as religiosas; 8.950 réis, em 9 dúzias de melancias e 4 dúzias de melões, 19.340 réis. Em 1754, gastou-se 22.980 réis, mais 6.570 réis por 9 dúzias de melancias e 4 de melões. Em 1757, o gasto em fruta na festa: 19.020; liv. 117, fl. 49 (1793): fruta de Montemor e o frete 3.700 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 13 (1810) e liv. 122, fl. 9 (1813): fruta de Montemor, 10.800 réis. fls. 46-46v (1811); (c.a.) liv. 122, fl. 38 (1814): fruta de Montemor, 6.800 e 1.600 réis de transporte, com 3,5 dúzias de melancias e 1,5 dúzias de melões da terra, 6.300 réis; (c.a.) liv. 124 (1819): fruta de Montemor, 7.742 réis, 1 dúzia de melões e 2 de melancias, 4.400 réis; 5 dúzias de melancias 4.800 e mais fruta, 17.600 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): fruta de Montemor, 8.200 réis.

Em setembro e outubro é frequente a aquisição de figos, uvas, romãs e melões¹⁷³³, fruta que era distribuída na festa de S. Francisco e na de Todos os Santos, pois o “Pão por Deus” era dado a todos, incluindo aos servos¹⁷³⁴. A compra de peros e maçãs é anotada, desde o verão, passando pelo outono e ainda nos meses de dezembro e janeiro, já em pleno inverno¹⁷³⁵.

No mosteiro de *Aracoeli*, para além da profusão e variedade da fruta fresca, dos doces de fruta que, assim, melhor se conservavam, não podemos esquecer também a variedade dos frutos secos. De facto, no suceder dos meses do Verão iam-se secando os frutos ou comprando alguns já preparados, nas feiras dos Santos, a fim de os poderem consumir mais tarde, uma vez que tinham a vantagem de poderem ser armazenados por períodos longos e consumidos nos meses em que a fruta fresca se rarefazia (fim do Outono, Inverno e Primavera).

Alguns frutos secos entravam na confeção de bolos e doces de colher que se faziam nas festas e eram utilizados ainda na botica e na enfermaria¹⁷³⁶. Altamente nutritivos, estes frutos entravam no consumo conventual, nas festas de Outono, como na festa de S. Francisco de Assis, Dia do Pão por Deus, festa de Nossa Senhora da Conceição, nas outras celebrações de Inverno como o Natal, Ano Novo e Dia de Reis, Nossa Senhora das Candeias, Entrudo e na Primavera sobretudo na Páscoa e na Ascensão. Os frutos secos davam nesses dias uma nota de festa e abundância. Contudo, eram também distribuídos nos dias de jejum e abstinência para equilibrar uma alimentação carente em proteínas que o sacrifício e mortificação impunham, quer às religiosas quer aos padres. É o caso do arroz-doce a que se juntavam castanhas piladas que, como vimos, era dado à comunidade em Quinta-feira Santa.

Muita desta fruta seca, nomeadamente figos, nozes, passas e tremoços são comprados na feira dos Santos em Alvito, no começo de novembro¹⁷³⁷ e também na de Montemor-o-Novo. Regista-se a sua aquisição e posterior oferta e distribuição aos

¹⁷³³ Todos os Santos: AA, (c.a.) liv. 98, fls. 102 e 153v (1733 e 1734): maçãs 700 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 33 (1741): 1 canastra de maçãs”, mil réis; fl. 111 (1743): 400 maçãs 540; liv. 105, fl. 17 (1753): Romãs 1.100; (c.a.) liv. 121, fl. 89v (novº 1812): 300 romãs e 100 peros, 3.100; (c.a.) liv. 122, fl. 75 (outº 1815): 2 dúzias de melões, 1.600 réis (c.a.) liv. 124, fls. 10, 22 e 36 (outº 1819, 1820 e 1821): 200 romãs 1.200 e 1.000 rs.

¹⁷³⁴ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 20 (novº 1785): De pão por Deus aos servos, 400 réis.

¹⁷³⁵ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 53v (novº 1766): 150 peros p/ os Padres 450 réis; (c.a.) liv. 111, fl. 8v (setº 1771): maçãs para o Sacristão quando esteve doente e de meio cento de marmelos 570 réis. Sabemos que há peros, como os verdeais da Beira, que duravam o ano inteiro. Cf. Duarte Nunes de leão, *Ob. cit.*, p. 62v.

¹⁷³⁶ Para as ameixas secas ver: AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 80 (agosto 1724); (c.a.) liv. 105, fl. 5 (março 1753); as passas de uva e as amêndoas liv. 105, fl. 44 (1755): 8 arráteis de amêndoa para a Botica, 640 réis

¹⁷³⁷ AA, (c.a.) liv. 96, fls. 5, 6, 29v (1705): 1 arroba de figo da feira de Alvito, 800 réis com o frete; (c.a.) liv. 97, fl. 28 (nov.º 1708): do carroto das encomendas que vieram da feira do Alvito, 100 réis.

membros da comunidade de: amêndoas¹⁷³⁸, ameixas passadas¹⁷³⁹, figos secos¹⁷⁴⁰, nozes¹⁷⁴¹, passas de uva¹⁷⁴², tremoços¹⁷⁴³, castanhas piladas¹⁷⁴⁴ e de casca¹⁷⁴⁵. Estas surgem, por vezes, com a indicação de que eram “fritas em mel”¹⁷⁴⁶, às quais se juntava erva-doce¹⁷⁴⁷. Mais raras são as referências a bolotas¹⁷⁴⁸.

5.2.2.10. Sobremesas e doçaria

Em Alcácer existe uma tradição oral que aponta para um livro com as receitas conventuais de doces de *Aracoeli* que, após a morte da última freira, teria ficado nas mãos de uma família alcacerense, conhecida como a “família das Saras”. Quando, em 2 de fevereiro de 1874, Maria da Conceição de S. José, última religiosa, faleceu, viviam ainda no convento: Elisiária, sua criada pessoal, Mariana de Jesus Silva, última educanda, Rita

¹⁷³⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 79v (1701); (c.a.) liv. 96, fl. 58 (1706): 1 arroba de amêndoa, 2.300 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 81v^o (1710); (c.a.) liv. 97A/3, fl. 33 (1723): meia arroba, 960 rs; (c.a.) liv. 98, fl. 7v (1732): 1 arroba, 3.200; fl. 27 (1732): 1 arroba, 2.880 réis, fl. 102 (1733): 1 arroba, 1.650 réis e fl. 125 (1734): 2 arrobas 3.200 rs; liv. 100, fl.34v (1738); (c.a.) liv. 117, fls. 21: 1 arroba, 2.600 rs; (c.a.) liv. 122, fl. 69v (1815): 1 arroba e 5 arráteis de miolo, 8.880; (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): 9 arráteis de amêndoa, 1.080 réis.

¹⁷³⁹ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 3v (março 1756): “huma quarta de amexas passadas”, 150 réis.

¹⁷⁴⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 24 e 79v (1699 e 1701); (c.a.) liv. 96, fl. 58v (nov^o 1706): 1 arroba, 800; (c.a.) liv. 97, fl. 6 (1708): 1 arroba, 480 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 42 (nov^o 1723): meia de figos, 380 réis; fl. 80 e fl. 88 (1724): 1 arroba p/ as consoadas no Advento e Quaresma, 800 réis; liv. 98, fl. 8 (março 1732): meia arroba, 300; fl. 60 (fev^o 1733): meia arroba de passas e meia de figos, 800; fl. 115 (fev^o 1734): meia arroba, 240 réis; liv. 99, fl. 7v (fev^o 1735): 1 arroba, 600; ; liv. 107, fl. 1v (fev^o 1759): 1 arroba, 600 réis; fl. 12v (nov^o 1760) 650; liv. 117, fls. 21, 40v (fev^o 1792 e 1793): 1,5 arrobas, 1.800 e 675 ; liv. 121, fl. 31 (1811): meia arroba, a c/ padre; (c.a.) liv. 124, fl. 1 (março 1819): 1 arroba, 900 réis.

¹⁷⁴¹ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 153v (nov^o 1744): 6,5 alqueires de nozes, a 260 réis o alq., e fl. 156 (dez^o 1753): 3 alq. de nozes, para a festa de N^a S^a da Conceição, a 250 o alq., 750 réis.

¹⁷⁴² AA, (c.a.) liv. 95, fls. 24 e 79v (1699, 1701); (c.a.) liv. 96, fls. 5, 29v (1705): 1 a^{arroba} de passa[s] da feira de Alvito, 900 rs; fl. 58v (1706): 1 a^{arroba}, 750 rs; liv. 97, fl. 6 (1708): meia a^{arroba}, 240 rs; liv. 97 A/3, fls. 42 e 88 (1723 e 1724): 1 a^{arroba} 800 e meia, 400 rs; (c.a.) liv. 98, fl. 7v (732): meia arroba, 280; fl. 60 (1733): [...] p/ a consoada meia a^{arroba} e [...], 800 rs; fl. 115 (1734): meia a^{arroba}, 300; (c.a.) liv. 107, fl. 1v (1759): 1 a^{arroba}, 750; 12v (1759): 1 a^{arroba}, 600; (c.a.) liv. 117, fls. 21 e 40v (1792 e 1793): meia a^{arroba} de passa, 800 e 525 rs.

¹⁷⁴³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 56 (1700): 1 alq. de tremoços, 120 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 5v^o (1705): 3 alq. p/ serões, 450 réis; fl. 29v (1705): 2 alq. p/ os serões do Natal, 240 réis; fl. 61v (1706): 2,5 alq., 400 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 30 (1705); 2 alq. p/ os serões do Natal, 240 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 45v (1723): 1 alq. p/ o serão da Conceição, 140 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 32 (1732): 2 alq., 160 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 62v (1751).

¹⁷⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 4v (1722) e fl. 44 (dez^o 1723); fl. 45: 3 alq. de castanhas piladas, 1.440 réis; fl. 115 (1734): 8 alq. 3.840 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 80 (1743): 6 alq., 3.120 e mais 3,5 alq. 1.565 réis.

¹⁷⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 58 (1706): 2 alq. de castanhas nos Santos 520; (c.a.) fl. 97 (1707): 2 alq. no serão da Conceição, 500 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 102 (1733): 3 alq. p/ o Pão por Deus, 780 réis e fl. 153v (1744): 1 alq. a 260 réis o alq.; (c.a.) liv. 99, fls. 101v e 149v (1736 e 1737): 3 alq. p/ o Pão por Deus, 840 e 3 alq. p/ o Pão por Deus, 900 réis; liv. 101, fl. 35 (1741): 3 alq. pelos Santos, 720, fl. 43 (jan^o 1742); 3 alq., 960 réis p/ o Ano Bom e fl. 111 (1743): 3 alq. pelos Santos, 960 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 75 (out^o 1815): 6 alq. 1.200 réis; liv. 105, fl. 21v (1754): 4 alq. 1.200 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 42 (1755): 4 alq. 1.200 réis.

¹⁷⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 11v (maio 1699): meia canada de mel p/ as castanhas da véspera da Ascensão e fl. 13 (junho 1699): 2 canadas de mel gastas nas castanhas e nos bolos da véspera do Batista, 280 réis.

¹⁷⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 8-8v (maio 1753): 3 arráteis de erva-doce, 360 réis.

¹⁷⁴⁸ AA, (c.a.) liv. 96, fls. 5 e fl. 65 v^o (jan^o 1705 e 1707): 1,5 alq. de bolotas 150 réis e 2 alq. de bolotas p/ o serão do Ano Bom, 260 réis; fl. 61v (dez^o 1706): 2 alq. de bolotas p/ o serão da Conceição, 260 réis.

de Jesus Rodrigues Silva, recolhida e uma irmã desta Maria do Carmo Rodrigues Silva que foi, até ao fim, “empregada da roda da portaria”. Talvez seja neste pequeno grupo que tenha ficado este “tesouro” de doçaria e culinária. Não será ainda despiciente considerar que este espólio tenha ficado com José Fernandes de Carvalho, último procurador e fiel depositário dos bens conventuais, ou outras pessoas que serviam o mosteiro, como a veleira e/ou carreiro. Admitindo a hipótese de ter havido um livro de receitas de *Aracoeli*, não se sabe se as mesmas passaram para fora do convento de uma só vez, se foram saindo pouco a pouco, ou se ficaram esquecidas e um dia alguém as recuperou. Mas, onde está o tal livro ou os resquícios dessas receitas? Foram feitas alterações aos ingredientes originais? Talvez tudo não passe afinal de uma lenda, sem que se possa fazer prova documental.

De facto, notam-se indícios das receitas conventuais, quando se saboreia a gastronomia e sobretudo a doçaria de Alcácer. Há sobremesas, que ultrapassaram as vicissitudes do tempo. É o caso da “pinhoada de mel em folha de laranjeira” (pinhões fritos em mel, sendo a massa cortada em pedaços e colocada em cima da folha verde), adaptação da receita que as freiras confeccionavam sobretudo com amêndoas “fritas em mel”. Popularizaram-se também em Alcácer as queijadas (com recheio, à base de queijo fresco de ovelha e ovos, enformado dentro de uma deliciosa massa crocante). As freiras referiam que para cada coalhada dar doze queijadas, deveriam juntar-lhe um arrátel (cerca de 450 gr) de açúcar e 7 ovos: e a farinha com que moldavam a massa para as caixinhas. Confeccionavam também os reбуçados de ovo. Hoje o “pudim Visconde de Alcácer”, o bolo real e outros “mimos” continuam essa doce tradição conventual.

Devemos, no entanto, ter em atenção que a cozinha das freiras de *Aracoeli* poderá ter alguma influência regional, mas a sua essência relaciona-a mais com as receitas dos conventos de clarissas em geral, que entre si as trocavam, em particular o de Santa Clara de Évora, de onde as primeiras religiosas terão vindo. A este propósito, lembra-se que existe na Biblioteca Nacional um pequeno receituário manuscrito com dez receitas escolhidas e mandadas registar pela abadessa de Évora Soror Maria Leocádia do Monte do Carmo à escritã da Casa Soror Maria do Rosário. O Mosteiro de Alcácer também poderá ter tido intercâmbio com outros Mosteiros de Clarissas como o de Santa Marta de Lisboa, da Conceição de Beja, de Santa Clara de Moura (fundado por uma freira de

Alcácer), de Vila do Conde, etc. E, como a este propósito, tem demonstrado Isabel Drumond Braga a culinária dos cenóbios não foi estanque à das grandes casas nobres¹⁷⁴⁹.

Neste estudo, só através dos livros de receita e despesa, seguindo os gastos neles registados e os pormenores que a escritã, às vezes, fornece sobre os jejuns, as festas ou os presentes a benfeitores, é que se podem vislumbrar alguns hábitos gastronómicos e de doçaria conventual. No entanto, se tal como no mosteiro de Évora, há em Alcácer broas de milho - Pão por Deus e Natal - de que através dos ingredientes podemos chegar à confeção global, o mesmo só se verifica para as queijadas, as filhós de mel e para o Pão de S. João.

Existiam receitas de doce de colher à base de pinhões e ovos moles, mas como as religiosas não tinham necessidade de comprar os pinhões, estes não nos aparecem nos registos das despesas. Já a amêndoa está sempre a aparecer nos gastos, pois as religiosas tinham de a adquirir em quantidades significativas, uma vez que entravam em muitos doces e bolos e no fornecimento amiúde de frutos secos. Assim, há ingredientes omissos, pelo facto de a comunidade dispor deles, através dos rendimentos diretos, como é o caso do pinhão da farinha, do azeite, dos queijinhos frescos e, em grande parte, do mel, a partir do plano de reorganização económica (1824), mais difícil se torna, pois não há discriminação dos produtos adquiridos nem do seu preço. Contudo, nos registos do último livro, quando era iminente o fim da comunidade com surpresa, reaparecem os gastos com o açúcar, a amêndoa e os ovos nas despesas gerais das grandes festas, sobretudo na de Santa Clara¹⁷⁵⁰.

5.2.2.10.1. Bolos e doces

Os bolos e os doces eram um dos símbolos festivos dos dias santos e das várias efemérides celebradas, ao longo do calendário religioso. Compravam-se ingredientes para a sua confeção, anotados nos livros de contas na sucessão dos meses e nas mesmas festas do ano, mostrando toda uma repetição tradicional, resultante do que era costume fazer, comer, ou oferecer em cada festa. Vinha ao de cima todo um acumular de experiências, a propósito do que se deveria adquirir e de como elaborar as receitas.

¹⁷⁴⁹ Conclusão do livro: *Sabores e Segredos. Receituários conventuais portugueses da Época Moderna*. Coimbra, Imprensa da universidade, 2015 pp. 85-86.

¹⁷⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 102v (agosto 1863): doces 3.600 réis e mais despesas miúdas da casa, 1.800 réis; fl. 114v (agosto 1864): açúcar, amêndoas e ovos para doces, 3.700 réis.

Mas, no decorrer do tempo longo, vão-se notando mudanças e substituições, umas mais ténues, outras que se impõem com força e rapidez, quer nas compras, quer nos hábitos festivos. É o caso do açúcar em relação ao mel. No entanto, o emprego do mel continua a ser dominante em alguns bolos e na doçaria do S. João pela associação deste produto à alimentação do santo no deserto. Faziam um bolo de mel e azeite para a véspera desta festa, para além do recorrente “pão de S. João”¹⁷⁵¹. Aparece como novidade a compra de pastéis de nata nas festas como na de Santa Clara e há o impacto do exótico, como beber chá, café e chocolate a acompanhar os bolos nos dias festivos. Também se poderia experimentar uma nova receita que uma criada, uma visita ou uma noviça transportavam do “mundo lá de fora”. Às vezes, era só um dos ingredientes que mudava, outras, uma nova forma de confeccionar, cozer ou rechear. Assim, as “modas” vão-se infiltrando num “ambiente fechado”, imposto pela clausura.

Entre os doces citados, podemos distinguir:

Os doces de colher – que eram servidos na maioria das vezes como sobremesas: arroz-doce, arroz-doce com castanhas piladas, aletria doce e sopa dourada. Tal também se verifica para outros conventos já estudados.

Os bolos pequenos - biscoitos, queijadas e queijadinhas, broas e broinhas, filhós, amêndoas e castanhas fritas em mel, rebuçados de ovo e até pastéis de nata.

Na festa do Pão por Deus e na época natalícia, regista-se a abundante confeção de broas de milho e bolinhos de azeite¹⁷⁵². Nelas se gastava farinha de milho, azeite, ovos, mel, erva-doce e nozes¹⁷⁵³. No Natal e Entrudo era recorrente a feitura de *filhoses*¹⁷⁵⁴. A noz, mas sobretudo a amêndoa eram ingredientes muito usados na elaboração de muitas

¹⁷⁵¹ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 13 e 41 (1699 e 1700): 2 canadas de mel que se gastaram [...] castanhas fritas em mel e nos bolos da véspera do Batista, 280 réis; “mais hũ alqueire de mel”, 800 réis e em ovos 1.240 réis; 7 canadas de leite p/ o pão da “Véspera do Baptista”, 175 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 15 (1750): 6 alq. de mel, a 950, 5.760 réis; (c.a.) liv. 113, fl. 2v (1777): 4 alq. de mel, 3.810 réis.

¹⁷⁵² Para, no Dia de Reis, cada membro da comunidade receber, pelo menos, um bolinho de mel e azeite, teria de se comprar 4 alqueires de farinha, 4 canadas de mel e 4 canadas de azeite.

¹⁷⁵³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 24 (1699): 2 arráteis de erva-doce 120 réis e 5 alq. de azeite 4.000 réis; fl. 95 (nov.º 1707): 2 arráteis de erva-doce 260; (c.a.) liv. 97, fl. 27 (1708): 1 alq. de mel, 750 réis; (c.a.) liv. 124, fl. 36 (1821) p/ fazer broas: 1 alq. de mel 1.200 réis, 2 alq. de farinha de milho 840 réis e 3 alq. de nozes, 2.100 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 154v (1723): p/ broas do pão por Deus e ceias dos servos, 4 alq. de farinha de milho; (c.a.) liv.119, fl. 42v (1803): meio alq. de mel p/ as broas pelos Santos, 900, 1 alq. de farinha de milho, 600 réis e alq. e meio de nozes, 1.050 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 8 (1822): de 1 alq. e ¼ de farinha de milho p/ broas para se pelos Santos; fl. 139 (agosto 1734): de 2 alq. de farinha de milho, 2.400 réis.

¹⁷⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 104, fl.3 (1750): 2 alq. de mel, 2.400 rs; liv. 125, fl. 25 (março 1824): “ovos, manteiga e mel para filhoses que se deram pelo Entrudo”, 2.400 réis. Não referem açúcar na confeção destes fritos.

receitas de bolos pequenos, das queijadas e das chamadas amêndoas “confeitas”¹⁷⁵⁵ e outra doçaria.

A compra de pastéis de nata, regista-se pela primeira vez, em agosto de 1791, em Setúbal, para se distribuírem às religiosas na festa de Santa Clara. Não se sabe o seu preço, pois estão incluídos na soma com outros produtos e, o mesmo acontece, em outros anos, no dia da santa¹⁷⁵⁶. Em 1815, saiu cada dúzia a 480 réis¹⁷⁵⁷, preço que se mantém aproximadamente nos anos seguintes¹⁷⁵⁸. Em agosto de 1820, anota-se o pagamento a um pasteleiro, mas não se conseguiu apurar se teria chegado a fazer pastéis de nata, pois, na festa de Santa Clara de 1822, voltam a comprá-los, já confeccionados, em Setúbal¹⁷⁵⁹.

Os bolos grandes, bolos de bacia – geralmente cozidos em formas, as bacias – surgem nas principais festas de *Aracoeli*. Levavam muitos ovos e muita amêndoa. São disso exemplo o “bolo de amêndoa”, o “pão de ló de amêndoas”, o “bolo real” e o “bolo podre”. Para o Natal, sabe-se que, para além de alguns destes bolos, faziam os “bolos de Natal”¹⁷⁶⁰ e “bolos de mimo”, destinados às madres músicas e cantoras e aos benfeitores do convento. Em relação à festa da Madre Santa Clara, compravam muitos ingredientes e até enfeites para os bolos, sem nos darem detalhes¹⁷⁶¹. Em geral, aludem ao “bolo de ovos” (com dúzias na sua confeção), ao tabuleiro de massa com amêndoa, cortado em quadrados ou enrolado e os “bolos de gila”.

Para além das memórias, um pouco indefinidas, destes bolos grandes “de mimo”, “de amêndoa” ou “de gila” próprios das festas, ficaram ecos mais nítidos dos rebuçados de ovos, das célebres “amêndoas fritas” em mel e servidas em folha de laranjeira, um certo caramelo e as “capelinhas” que davam às madres músicas e aos padres. Com os ingredientes completos, só nos chegaram as filhós, as broas de milho e os bolinhos de mel.

¹⁷⁵⁵ As amêndoas eram fritas em mel, daí o nome de amêndoas cobertas ou confeitas. Como já vimos, também usavam este método culinário com as castanhas. Mais tarde, em vez do mel usavam açúcar.

¹⁷⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 9v (1791): peixe de Setúbal, empadas e pastéis de nata, 10.940 réis; 49v (1793): “3 dúzias de empadas e pastéis de nata, 5.855 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 38, (1803): 5.060 réis por pastéis de nata e 4 dúzias de empadas; (c.a.) liv. 121, fl. 46 (1811): 40 empadas de carne e 4 dúzias de pastéis de nata, 9.120 e 500 de frete e fl. 81 (1812): 4 dúzias / empadas de carne e o mesmo de pastéis de nata, 11.760 réis.

¹⁷⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 122, fl. 69v (1815): 4 dúzias 1.920 réis, sendo 48 pastéis, custou cada um 40 réis.

¹⁷⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 123, fls. 43v (agosto 1817): 5 dúzias 2.400 réis), cada pastel 40 réis e um pouco menos em 1818), pois a mesma quantidade baixou para 2.240, ficando cada doze pastéis a 448 réis.

¹⁷⁵⁹ *Ibidem* fl. 20 (1820), compra de peixe p/ empadas, 1.720 e 7.920 réis p/ o pasteleiro e p/ os pastéis 4.320 réis. (c.a.) liv. 125, fl. 5 (1822): empadas de Setúbal e pastéis, frete do barco e conduções, 10.285 réis.

¹⁷⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 2 (1704): açúcar, canela e mais especiarias, mel e azeite e manteiga da Flandres; (c.a.) liv. 120, fls. 50v-51 (1805): “15 arrátéis de manteiga p/ os bolos e mais obrigações do Natal” 3.600 réis, meia arroba de açúcar, 1.740 réis e 2 canadas de mel, 800 réis.

¹⁷⁶¹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 21 (1708): açúcar p/ caramelo, 400; (c.a.) liv. 105, fl. 32 (1754): 1 arrátel de canela 2.400; (c.a.) liv. 110, fl. 32 (1769): erva-doce, 50 réis; (c.a.) liv. 124, fl. 33v (1821): enfeites/ bolos, 2.100.

Assim, como acontece nos outros conventos, como os de Beja¹⁷⁶², de Santarém¹⁷⁶³, de Setúbal¹⁷⁶⁴ e da Madeira¹⁷⁶⁵, onde os livros de contas atestam a compra de ingredientes, destacando-se elevadas quantidades de açúcar e mel, muitas dúzias de ovos, bastante manteiga, várias especiarias, abundância de nozes e amêndoas, para além da farinha que o mosteiro possuía em qualidade e quantidade.

Apesar de alguma tradição referir que, nos últimos tempos, as religiosas de *Aracoeli* teriam sido obrigadas para sobreviver, a vender bolos e doces, nunca em toda a investigação encontramos quaisquer registos que comprovem que doçaria constituísse uma fonte de receitas para a instituição, embora saibamos que isso aconteceu em outros mosteiros¹⁷⁶⁶. Se o fizeram não contabilizaram o dinheiro obtido. E o número de pessoas a viver no convento era tão reduzido que seria difícil conseguir mão de obra para os fazer. Por outro lado, como o Estado então lhes pagava, não é de modo nenhum, das épocas mais difíceis em termos económicos. Surgiram sim e, do início até quase ao fim, as notícias da oferta de doces conventuais, motivadas por obrigação, gratidão e desvelo, sobretudo nas épocas festivas.

Com efeito, as clarissas ofereciam aos frades do Convento de Santo António de Alcácer um bolo de amêndoa para a festa de S. Francisco¹⁷⁶⁷. A comunidade confeccionava e mandava entregavam-lhes também caramelo¹⁷⁶⁸ e umas “capelinhas de ovos”, respetivamente, na festa de Santa Clara e na de S. João Batista¹⁷⁶⁹. Mas não se conseguiu encontrar mais nenhum elemento que explicita a sua confeção, a montagem e os outros ingredientes. Era ainda recorrente distribuírem caramelos¹⁷⁷⁰ e confeitos¹⁷⁷¹ aos religiosos

¹⁷⁶² Alfredo Saramago, *Fé e Grandeza. A Boa Vida de uma Casa Monástica. (Para uma história do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja)*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2005, pp. 90-95

¹⁷⁶³ Ver Maria Ângela Beirante, *Santarém Quinhentista*, Lisboa, 1980, pp. 247-252.

¹⁷⁶⁴ Saul António Gomes, “Doces obrigações. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – séc. XVI a XVIII”, *ob. cit.*, pp. 64, 72.

¹⁷⁶⁵ Otlia R. Fontoura, *ob. cit.*, pp. 93, 94, 102, 103.

¹⁷⁶⁶ Cf. Isabel Drumond Braga, p. 40, nota 101 e a bibliografia aí indicada.

¹⁷⁶⁷ Ver, a título de exemplo, AA, (c.a.) liv. 95, fl. 21v (1699): “hũu arrátel [cerca de 459 gr] de amêndoa para hũu bolo que se mandou dia de Nosso Padre S. Francisco aos Padres do Convento”, 120 réis.

¹⁷⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 21v - out.º 1699): mais açúcar p/ caramelo dos padres [dia de S. Francisco]; (c.a.) liv. 97 fls. 21 (agosto 1798): de outros arráteis de açúcar a 100 réis o arrátel p/ caramelo dos padres e das Madres músicas pela festa da Nossa Madre 400 réis.

¹⁷⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 41v (junho 1700): “de ovos de que se fizerão as capelinhas que se mandarão aos Padres dia do Grande Baptista”, 160 réis.

¹⁷⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 128, fl. 113 (junho de 1864): “Por uma porçam de caramellos para a Comunidade”, 400 réis; pelo que se deu à Comunidade pelo festejo de S. João, 3.000 réis.

¹⁷⁷¹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 74 (1707): 12 arráteis de confeitos p/ as M^{es} Músicas nas Endoenças, 1.320 rs; (c.a.) liv. 98, fl. 97v (1733): 2 arráteis de confeitos, p/ o Vigário e Capelão, dia de S. Francisco, 200; (c.a.) liv. 97 A/3 fl. 40v (1723): 2 arráteis de confeitos, Vésp^a de S. Francisco, 300 réis; fl 85v (1724): Confessor e Capelão p/ tabaco e 1 caixa de confeitos, 960; e fl. 135 (1725) “hu aRatel de confeitos” ao Capelão, 150 réis; (c.a.) liv. 98, fls. 37v e 38v (1732) 2 arráteis de confeitos 200 réis e meio arrátel de tabaco, 600 e fl.

que as assistiam espiritualmente no seu dia-a-dia. Quando os pregadores não levavam dinheiro pelos sermões, recompensavam-nos com presentes da doçaria conventual, então aí preparada, como os bolos de Santa Clara, os brincos e caroços de alcorça¹⁷⁷².

Sabe-se ainda que setembro de 1701, aquando do fim de um diferendo contra Pais Cubelos, acerca do trigo da Herdade de Sanchares, a comunidade, para além do pagamento devido, ofereceu ao escrivão, que as auxiliou, dois dos seus melhores bolos¹⁷⁷³. Mais adiante retomaremos outros casos onde foram oferecidos doces produzidos no mosteiro.

5.2.2.10.2. O arroz-doce e a aletria

O arroz-doce era uma das sobremesas mais frequentes nas refeições festivas do mosteiro. Entrava na sobremesa dos dias de celebrações e até na Quaresma quando era maior o rigor do jejum, pois quer na 4ª-feira de Cinzas, quer na Semana Santa comiam arroz-doce a que, por vezes, adicionavam castanhas piladas¹⁷⁷⁴. Para a sua confeção, a comunidade comprava arroz, leite, ovos, açúcar, manteiga, sem esquecer a água de flor¹⁷⁷⁵ - geralmente flor de laranjeira - mas adquiriam também “papéis de cheiro para o arroz-doce”¹⁷⁷⁶. Em dias de festa, enriqueciam-no ainda com amêndoa¹⁷⁷⁷. Pela abundante compra de canela, deduz-se que o polvilhassem com esta especiaria.

97v (1733): 2 arráteis de confeitos: Vigário e Capelão, dia de S. Francisco, 200; (c.a.) liv. 107, fl. 54 (1761): 3 arráteis de confeitos 480 réis; liv. 109; fl. 81: 2 arráteis de confeitos, 270 e 3,5 arrateis de aletria p/ os padres, 280; (c.a.) liv. 113, f. 34v (1778): 1 quarta de tabaco e 1 arrátel de confeitos p/ o Capelão, 400 réis.

¹⁷⁷² AA, (c.a.) liv. 100, fls. 62-62v (1738): ao Pregador do dia de Santa Clara que não aceitou dinheiro pelos Sermões [...], “tres caxhas com brincos de alcorsa”, 900 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 26v (1741).

¹⁷⁷³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 75v (1701): deram-lhe pelo trabalho 2.463 e 800 réis foi o gasto com os bolos.

¹⁷⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl.8v (1699): 6,5 canadas de leite p/ o arroz de Ramos, 166 réis, 6 canadas p/ o arroz de 4ª feira de trevas, 150 réis e 8 canadas p/ o arroz de 5ª feira de Endoenças 200 réis; fl. 37v (1700): 7 canadas de leite p/ o arroz de Ramos 140 réis, 7 canadas de leite p/ o arroz de 4ª feira de Trevas, 140 réis e de 7 p/ o de 5ª feira de Endoenças, 140 réis; fl. 46 (1700), 230, fl. 62v (1701); (c.a.) liv. 96, fls. 8 e 37v (1705 e 1706): 7 alq. de castanhas piladas, 3.360; fl. 14v (1705): 220 réis: 9 canadas de leite, arroz-doce de 5ª feira Santa e o enviado aos Padres; fl. 42v (1706): 15 canadas de leite p/ arroz-doce de 5ª feira Santa e p/ se dar em vez dos legumes às Religiosas, em dia de peixe, 300 réis; e fl. 70 (1706): 10 alq. de castanhas piladas, 5.000 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 7vº (1708): 6 alq. castanhas piladas 3.000 réis e fl. 37 (1709): 6 alq. castanhas piladas a 600 réis o alq., com frete e carroto, 5.400 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 105 (1725): 6 alq. castanhas piladas, 2.760 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 7v (1732): 3 alq. castanhas piladas 1.290 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 2v (1750): 6 alq. de castanhas, 2\$880; (c.a.) liv. 107, fls. 3-3v (1759); fl. 42v (1761); (c.a.) liv. 109, fls. 36 e 64v (1766 e 1767); liv. 110, fl. 22 (1769).

¹⁷⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 23v (1705): 3 quartilhos de água de flor 210 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 46v; (c.a.) liv. 107, fls. 3, 3v, 8v (1759), 28v (1760) e 43 (761); (c.a.) liv. 109, fls. 36v e 47 (1766) e fls. 74v, 82 e 86v (agosto, novº e dezº 1767), fls. 90, 94v e 99 (fevº, março e maio 1768); (c.a.) liv. 110, fls. 6, 10, 10v (agosto e setº 1768), fls. 32e 38 (1769), fls. 45v, 50 e 57v (1770); (c.a.) liv. 117, fl. 10 e 22 (1791 e 1792).

¹⁷⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 7v (1753): “De seis papéis de cheiro para arroz-doce” - 600 réis.

¹⁷⁷⁷ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 81v (agosto 1710): meia arroba de amêndoa p/ o arroz-doce do dia da Nossa Madre e Nª Senhora, 1.750 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 119v (março 1734): 1 arroba de amêndoa 2.000 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 69v (1815): 1 arroba e 5 arráteis de miolo de amêndoa, a 2 vinténs o arrátel, 8.880 réis.

Vem discriminada a distribuição de arroz-doce no Ano Novo¹⁷⁷⁸, no Entrudo¹⁷⁷⁹, no dia de S. José¹⁷⁸⁰, no domingo de Ramos, na Semana Santa, nomeadamente na Quarta-feira de Trevas e na Quinta-feira de Endoenças, no dia ou na tarde de Quinta-feira da Ascensão¹⁷⁸¹, nas festas de S. João¹⁷⁸², de Santa Clara e da Senhora de *Aracoeli*¹⁷⁸³, dia de S. Francisco¹⁷⁸⁴ e, em outras festas, oferecendo-o também de presente nessas celebrações. Estavam na lista conventual, designadas, como “pessoas das obrigações” ou “cumprimentos da comunidade” ou “quem recebia mimos”: os religiosos do convento de Santo António, o médico, o sangrador, o cirurgião, o letrado, os dois padres assistentes, as madres discretas, as madres músicas e ainda outros indivíduos ou entidades.

A aletria doce era também feita e distribuída à Comunidade, aos Padres e aos Servos em determinadas festas, como se vê pelas compras de aletria, açúcar e leite¹⁷⁸⁵.

5.2.2.10.3. O alcorce ou a alcorça

Na época estudada, o alcorce ou a alcorça era um doce muito apreciado. Na sua confeção entrava uma massa feita com farinha, manteiga e muito açúcar fino¹⁷⁸⁶. Para

¹⁷⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 124, fl. 38v, (dezº 1821): meia arroba de açúcar, 1.800 réis; 9,5 arráteis de manteiga, 2.280 réis; 2 arráteis de aletria, 240 réis.

¹⁷⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 70v (1707): “6 canadadas e 1 quartilho de leite para o arroz [...] Entrudo 130 réis.

¹⁷⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 7v (1732): 77 canadadas de leite p/ o arroz do dia de S. José e Comunidade, 2.680.

¹⁷⁸¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 11v (1699): 5 canadadas de leite p/ o arroz da Ascensão à tarde, 125 réis; fl. 39v (1700): 6 canadadas, 150 réis; (c.a.) liv. 96, fl. 44v (1706): p/ o arroz-doce, 3 alq. de castanhas piladas, 1.320 e fl. 80 (1707): 8 canadadas de leite, 160 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 14 (1708): 6 canadadas, 180 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 22 (1723): 69 canadadas p/ o arroz da Ascensão e Comunidades em vez de peixe e p/ os padres, 2.070 réis; fl. 114v (maio 1725): 18 canadadas p/ o arroz da Ascensão e “algũas Ressoins” 540 rtéis (c.a.) liv. 98, fl. 16v (1732): 106 canadadas p/ o arroz da Ascensão e comunidades, a 30 réisc/; fl. 73 (maio 1733): 56 canadadas p/ o arroz da Ascensão que se deu em vez de peixe; (c.a.) liv. 99, fl. 23 (1735): 65 canadadas p/ o arroz da Ascensão e Comum.^{des}, 1.950 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 27 (maio 1754): 1 arroba de açúcar claro, 2.400 e fl. 27v: meia arroba de açúcar trigueiro, 925 réis fl. 27v (maio 1754): 113,5 canadadas, 3.405.

¹⁷⁸² Serviam o arroz-doce, “arroz de mimo em dia do Baptista”, que ofereciam como um “cumprimento” da comunidade. Ver, entre outros, AA, (c.a.) liv. 95, fl. 68 (junho 1701); (c.a.) liv. 100, fl. 90 (1740); (c.a.) liv. 128, fl. 61 (junho 1840): 2s canadadas de leite, 2 arráteis de açúcar e 2 arráteis de arroz, 440 réis.

¹⁷⁸³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 16v (agosto 1699): 2,5 canadadas de leite p/ o arroz que se mandou aos padres do Convento na festa de Nossa Madre e outros cumprimentos, 65 réis; (c.a.) liv 98, fl. 26 (agosto 1732): p/ os arrozes [doces] que se deu em a mesma festa e a de Nª Sª e mais obrigações.

¹⁷⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 21v (outº 1699): “dous aRates de amêndoa para o aRos dosse”, 160 réis

¹⁷⁸⁵ AA, (c.a.) liv. 110, fl. 45v (1770); liv. 116, fl. 44v (1786): 8,5 arráteis de Aletria, 680; (c.a.) liv. 124, fl. fl. 1v (1819): 19 canadadas de leite, 1.900, 3 arráteis de aletria, 560 réis, açúcar, 3.380 réis e ovos, 3.220; fl. 38v, (1821): 1.800 réis; 9,5 arráteis de manteiga, 2.280 réis; 2 arráteis de aletria, 240 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 4v (1822): aletria e açúcar, 500 réis

¹⁷⁸⁶ Ver António de Moraes Silva, *Novo Dicionário compacto da Língua Portuguesa*, Vol. I, Mem Martins, 1992, p.135; AA, (c.a.) liv. 103, fl. 34v (1748): 3 arrobas de açúcar para Alcorce – 7.050 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 3 (1750): 2 arrobas “de açúcar fino para alcorsa” a 2.100 cada, 4.100 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 2v (1753): 3 arrobas de açúcar para Alcorce, 7.050 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 5 (1741): 3,5 “aRobas de açúcar fino para alcorsa”, a 2.800, 8.400 réis. Nessa data, 1 arroba de açúcar normal custava 2.400: réis, (c.a.) liv. 130, fl. 109v (fev.º 1864): Açúcar, amêndoa e alcatira para se fazer a massa do alcorçar 2.440 réis.

além destes ingredientes, é referida também a compra de alcatira destinada à massa de alcorça¹⁷⁸⁷. A apresentação deste doce era muito cuidada. Moldavam o alcorce em forma de “caroços”¹⁷⁸⁸ e de “brincos”¹⁷⁸⁹ recheados com doce de ovos¹⁷⁹⁰, embora em outros mosteiros o recheio fosse de massa de amêndoa¹⁷⁹¹. Eram embrulhados em papéis de cor, picados e pintados a prata e ouro¹⁷⁹². Depois colocavam-nos em tigelinhas de várias cores¹⁷⁹³ e em caixas¹⁷⁹⁴. As embalagens eram distribuídas aos membros da comunidade nas festas e enviadas como presentes a outrem. Como são recorrentes as referências a estes doces, apenas, incluiremos, como exemplo, algumas ofertas das que a Comunidade registou àqueles “da sua obrigação” ou a quem estava grata por qualquer apoio.

Como o alcorce era considerado um doce requintado, em nome do mosteiro, nas datas festivas, a abadessa enviava presentes de alcorce em bonitas caixas. A escritã cita que foram compradas duas caixas para alcorce “que se mandarão a hũ dezenbargador para o negocio da marinha”¹⁷⁹⁵; a comunidade enviou também “hũa caixa e hũa escritvaniña de Alcorsa ao Juiz de Fora desta vila pelas sentenças que deu da demanda da Herdade de Arapouco”¹⁷⁹⁶; várias vezes a abadessa mandou dar alcorce ao pregador do sermão da

¹⁷⁸⁷ AA, liv. 100, fl. 62v (1739): meio arrátel de alcatira 480 réis; liv. 102, fl. 29 (1744): “meyo aRatel de alcatira”; fl. 101 (1746): meio arrátel de alcatira “para alcorsa”, 400 réis; liv. 120, fl. 61 (1806): alcatira p/ [“alcocerres”] 300 réis; liv. 121, fl. 60 (1812): “Alcatira, e agua de flor para maça de alçoçar, sette tostoins”, 700 réis; liv. 122, fl. 1v (1813); “alcatira para a massa de alçoçar”: 1 cruzado 400 réis; (c.a.) liv. 123, fls. 2 (1816): “alcatira para alçoçar”, 1.040 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 109v (1864) e alcatira p/ se fazer a massa do alçoçar, 2.440 réis.

¹⁷⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 46 (1700): 3 arrobas de açúcar que se gastaram na festa de Nossa Madre e N^a S^a com [...] “caxas de carasos”; (c.a.) liv. 97, fl. 63v (1709): “hũa caixa para carossos”, 300 réis; (c.a.) liv. 97A/3, fl. 126v (1725): “hũa Caixa para Carosos para satisfazer hũa obrigação”, 300 réis.

¹⁷⁸⁹ Ver, AA, (c.a.) liv. 100, fl. 62v (1739): “de tres caxhas [...] com brincos de alcorsa” 900 réis.

¹⁷⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 65v (abril de 1701): “ovos para...e hũ cumprimento que se fez”, 900 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 75v (junho 1733): ovos p/ a Comunidade e Padres, 3.230 réis.

¹⁷⁹¹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Arte Nova e Curiosa para Conserveiros Confeiteiros e Copeiros*, Colares Editores, 2004, p. 12. Transcreve que “as religiosas do Salvador de Lisboa os recheavam com ovos em vez de massa de amêndoas”. E publica uma receita com recheio de amêndoas nas pp. 25-26.

¹⁷⁹² AA, (c.a.) liv. 109, fl. 60v (fev^o 1767); (c.a.) liv. 122, fl. 61v (março de 1815): alcatira para a massa de alcorça, de tigelinhas de cor e vermelhão para a mesma, 840 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 68 (1832): 25 arrátéis de açúcar, 2.000 réis, 20 arrátéis de amêndoa, 2.000 réis, ovos e alcatira, 1.240 réis.

¹⁷⁹³ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 29 (1744): “meyo aRatel de alcatira e quatro tigelas para alcorsa...”, 850 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 101 (1746): ... e nove tijelas de cor de Castela para alcorsa..., 530 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 68v (1767); (c.a.) liv. 120, fl. 29v (1805): 2 tigelinhas de cor “para os alcores”, meio quartilho de água de flor e meia quarta de canela, 400 réis; fl. 61 (1806): 10 tijelas de cor p/ “os alcocerres” 480 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 64v (1812): “huma dúzia de tigelinhas de côr para alcôçar, erva doce, gengibre, 1.200 réis; (c.a.) liv. 122, fl. 28v (1814): 1 dúzia de tigelinhas de cor e de alcatira para “alçoçar”, 1080; (c.a.) liv. 123, fls. 2 e 63v (1816 e 1818): alcatira p/ “alçoçar”, e tigelinhas de cor p/ a mesma, 1040 e 960 réis.

¹⁷⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 27 (1699): 2 “caxas de alcorsa para a Comunidade”, 4.800; fl. 72v (1701): 2 arrobas açúcar p/ a festa de Santa Clara e p/ 2 caixas “que se fizerão para hua obrigação da Comunidade”, 6.000 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 11 (1747): “duas caxas para alcorsa”, 540 réis; (c.a.) liv. 104, fl. 7v (1750): 2 caixas de alcorça, 560 réis; fl. 15v (junho 1750): 2 caixas de alcorça, 520 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 60v (1767): 2 caixas p/ “alcorça”, 480 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 59v (1758): “4 caxas para alcorsa”, 960 réis.

¹⁷⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 59 (nov.^o 1709): pagaram 480 réis pelas duas caixas.

¹⁷⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 54v (Out.^o 1761)

feira de Santa Clara¹⁷⁹⁷, explicitando, em certos casos, que era por não ter levado dinheiro; uma vez ofereceu três “caxas com brincos de alcorsa” e outra vez duas caixas¹⁷⁹⁸. Seis caixas de alcorça foram enviadas ao Arcebispo de Évora e a outras obrigações¹⁷⁹⁹. A prelada terá mandado ainda estes e outros presentes doces ao provincial franciscano¹⁸⁰⁰, ao juiz das coutadas, ao coiteiro-mor¹⁸⁰¹ e ao procurador de Setúbal¹⁸⁰².

5.2.2.10.4. O doce de escorcioneira

Este doce, preparado no convento, tinha grande fama. Era feito a partir de uma raiz com o mesmo nome – escorcioneira - que deveria ser abundante na época. As religiosas mandavam comprar essa raiz¹⁸⁰³ e o açúcar necessário para fazer o doce. Depois de confeccionada, a escorcioneira deveria ficar a secar ao sol, para melhor cristalizar e durar mais tempo. Distribuía-na aos membros da comunidade e ofereciam-na como presente às pessoas a quem deviam “obrigações”. Por exemplo, mandaram *três caixas de escorcioneira* ao prelado franciscano que, em 1754, viera fazer uma visitação¹⁸⁰⁴.

Juntamente com a *alcorça*, o doce de escorcioneira era muito apetecido e um dos mais requintados, por isso, era dado como oferta às pessoas de mais destaque.

5.2.2.10.5. Doces feitos com fruta fresca

Nos meses de maior abundância de fruta, são recorrentes as anotações da sua compra, assim como de quantidades de açúcar e de mel, para a confecção de doces e compotas, mais ou menos elaborados. Era uma forma de a conservarem, obtendo assim compotas, doces, geleias, marmeladas e, provavelmente, cascas e frutas cristalizadas que

¹⁷⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 46 (1700): 3 arrobas de açúcar gastas na festa de Stª Clara e de Nª Srª com o arroz-doce, presentes dos padres e oficiais da casa e “caxas de carasos” de alcorce aos pregadores, 7.800 réis

¹⁷⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 100, fls. 62-62v (1738): ao Pregador do dia de Santa Clara que não aceitou dinheiro pelos Sermões, para além de tecido de linho, “tres caxhas com brincos de alcorsa”, 900 réis; gastou-se ainda meio arrátel de alcatira 480 réis e de prata e oiro para se doirar 400 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 26v (1741).

¹⁷⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 18v (agosto de 1747). “Seis caxas de alcorça”, no valor de 6 mil réis.

¹⁸⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 53 (1700): De ovos para hũ mimo que se mandou ao padre provincial 240 réis.

¹⁸⁰¹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 22 (janº 1753): “mandarão-se neste mês presentes ao Juiz das Coutadas, e ao Coiteiro-Mor, porque não levarão dinheiro pelas diligências”.

¹⁸⁰² AA, (c.a.) liv. 130, fl. 144v (1867): gastaram 4.000 réis num doce enviado ao procurador de Setúbal.

¹⁸⁰³ AA, (c.a.) liv. 95, 1v (janº/fev 1699): 6 arráteis de escorcioneira que se comprou p/ doce, 120 réis; fl. 38 (abril 1700): outra [arroba de açúcar] de que se fez escorcioneira, chocolate, açúcar rosado, 2.600 réis; fl. 39v (1700): 8 arráteis de escorcioneira p/ doce, 200 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 67v (março 1710): 8 arráteis de escorcioneira 150 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 19v (abril 1723): 12 arráteis “de escorcioneira para se fazer doce”, 150; (c.a.) liv. 106, fl 34v (abril 1757): “hũa arroba de escorcioneira”, 600 réis.

¹⁸⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 23 (fevº 1754): 7.500 réis.

poderiam ser consumidos, fora da época, nos meses em que a fruta fresca era rara ou inexistente.

A marmelada

Ficou célebre a marmelada deste Convento, embora pelos ingredientes adquiridos seja evidente a existência de mais do que um tipo de preparação. Para a confeccionar, entre setembro e dezembro de cada ano, eram compradas grandes quantidades de marmelos, registrando entre meio cento¹⁸⁰⁵, três quarteirões¹⁸⁰⁶, um cento¹⁸⁰⁷, cento e meio¹⁸⁰⁸ e dois centos ou mais¹⁸⁰⁹. Por vezes, não se consegue saber o seu custo, porque os marmelos estavam inseridos num total de despesa em que entravam outros produtos e também porque era frequente indicar apenas o preço dos marmelos sem dizer a quantidade¹⁸¹⁰.

O seu valor oscilou ao longo dos anos, variando também o custo do açúcar e do próprio mel. Por exemplo, um cento de marmelos custava 300 réis, em novembro de 1700, subindo para 360 réis no ano seguinte, quando foi feita uma porção de *marmelada de mel e de açúcar*¹⁸¹¹. Talvez porque a produção fosse pouca, em 1706, seriam precisos 600 réis para comprar a mesma quantidade, baixando para 480 réis em outubro de 1741¹⁸¹², mas voltando o cento de marmelos a subir, atingindo, cerca de mil réis no início do século XIX¹⁸¹³, diminuindo, depois, por exemplo, em 1815, para 450 réis¹⁸¹⁴.

¹⁸⁰⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 19: meio cento, 150 réis em setº 1699; liv. 96, fl. 55vº: 300 réis em outº de 1706.

¹⁸⁰⁶ Três quarteirões de marmelos custaram 400 réis em setº de 1787 – cf. AA, (c.a.) liv. 116, fl. 61v; e 690 réis em outº 1791 – cf. liv. 117, fl. 123.

¹⁸⁰⁷ Um cento de marmelos custou: 300 réis em novº 1700 - cf. AA, (c.a.) liv. 95, fl. 53; 350 réis em outº 1708, ver (c.a.) liv. 97, fl. 24v; 320 réis em outº 1754, (c.a.) liv. 105, fl. 33; 600 réis em setº de 1763 - (c.a.) liv. 108, fl. 43v; (c.a.) liv. 110, fl. 61 (setº 1770) e (c.a.) liv. 114, fl. 9v (setº 1779): “hũo cento de marmelos”, 400 réis; voltou a custar 300 réis em setembro 1780 – cf. (c.a.) liv. 114, fl. 37.

¹⁸⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 2v (1704): 150 marmelos, 200 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 47 (1757): 150 subiram p/ 750; (c.a.) liv. 107, fl. 30v (1760): 150 – 450 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 16 (1810): e 150 custaram 1.440 réis.

¹⁸⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 18v (1756): 200 marmelos custaram 800 réis; (c.a.) liv. 114, fl. 66 (1781): 200, 800 réis; (c.a.) liv. 120, fl. 11v (1804): 250 marmelos, 1.680; (c.a.) liv. 123, fl. 16 (1816): 250 - 1.000 réis.

¹⁸¹⁰ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 27v (1705): marmelos p/ marmelada, 240 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 55v (1709): marmelos, 575 rs; (c.a.) liv. 99, fl. 91 v (1736): marmelos e peras p/ doce, 420 rs; (c.a.) liv. 111, fl. 8v (1771): maçãs e 50 marmelos, 570 rs; (c.a.) liv. 125, fl. 21v (1823): 36 covilhetes e 150 marmelos, 800 réis.

¹⁸¹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 77v (outº 1701).

¹⁸¹² AA, (c.a.) liv. 96, fl. 55vº (1706): de meio cento de Marmelos para a marmelada que se fez para gasto da Comunidade 300 réis, sendo o cento a 600 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 33 (17421): desceu p/ 480 réis.

¹⁸¹³ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 16 (1785): 150 marmelos 770 réis; (c.a.) liv. 118, fl. 12v (1800): 50 marmelos 600 réis = um cento 1.200 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 40v (1803): 100 marmelos p/ marmelada”, 800 réis.

¹⁸¹⁴ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 11v (1804): 250 marmelos, 1.680 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 7 (1822): 36 arráteis de açúcar, a 90 réis cada, 100 marmelos, 3.600 rs; 24 covilhetes, a 13,5 vinténs a dúzia, 540 rs; fl. 21v (1723): 29 arráteis de açúcar p/ marmelada 2.610, 36 covilhetes e 150 marmelos, 800 rs, 3 canadas de mel p/ marmelada, 720, (c.a.) liv. 122, fl. 73v (1815): 200 marmelos, a cruzado e meio tostão o cento, 900 réis.

Variando o adoçante, registou-se a feitura de três tipos de marmelada: “marmelada de mel”, “marmelada de açúcar e mel”¹⁸¹⁵ e só “marmelada de açúcar”¹⁸¹⁶. No decorrer do tempo, embora continue a confeccionar-se marmelada de mel no cenóbio, o açúcar começa a entrar a meias ou na totalidade da sua preparação. Repare-se que Duarte Nunes de Leão regista que, por causa da expansão marítima dos portugueses, “as marmeladas que os antigos fazião de mel”, no seu tempo, passaram a ser feitas com açúcar, “tocadas de âmbar e almíscar”¹⁸¹⁷.

Segundo o ponto do açúcar, a forma de junção da fruta (descascada ou por descascar) e o apuramento final, assim, obtinham várias qualidades de marmelada: branca, vermelha, mais dura para cortar às talhadas, ou mais mole e macia.

A marmelada, depois da sua confeção, colocava-se em covilhetes ou em tabuleiros. Neste caso, depois de seca ao ar, era dividida em talhadas ou cubos. Destinava-se a toda a comunidade: religiosas, frades franciscanos, educandas, recolhidas, criadas e criados e ainda a ofereciam como presente a pessoas do exterior que queriam obsequiar.

O doce de ginja e o doce de abóbora

Nos meses de junho e julho, a comunidade comprava ginjas para fazer doce ou para conservá-las em calda de açúcar. Dão-se alguns exemplos: o convento adquiriu um cesto de ginjas para doce, em julho de 1700 e 1723, pagando cem e trezentos réis¹⁸¹⁸; em 1771, foram compradas duas arrobas de ginjas para doce¹⁸¹⁹; e, em 1805, as freiras adquiriram uma arroba de ginjas, sendo grande parte dela destinada a fazer doce¹⁸²⁰.

Mais ginjas continuam a ser compradas para doce. Em 1812¹⁸²¹ e, no ano seguinte, na cozinha de *Aracoeli* fez-se doce de quase uma arroba deste fruto¹⁸²². E o mesmo em anos seguintes¹⁸²³. Em 1822 e 1823, no dia da festa de Santa Clara, distribuíram-se às

¹⁸¹⁵ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 19, 53, 77v (1699, 1700 e 1701); (c.a.) liv. 96, fls. 2, 27v e 55v (1705 e 1706); (c.a.) liv. 97, fls. 2, 2v, 24v^o e 55v; (c.a.) liv. 104, fls. 25 e 86 (1750, e 1752); (c.a.) liv. 105, fl. 32 (1754); (c.a.) liv. 106, fls. 18v, 47 e 53 (1756, 1757, 1761); (c.a.) liv. 107, fl. 9v (1759); liv. 109, fls. 24v e 50v (1765 e 1766); (c.a.) liv. 110, fls. 11, 37v e 61 (1768, 1769 e 1770); l(c.a.) iv. 116, fl. 16 e 61v (1785 e 1787); (c.a.) liv. 117, fls. 12 e 30v (out^o 1791 e set^o 1792); (c.a.) liv. 121, fl. 16 e 49 (1810 e 1811).

¹⁸¹⁶ AA, (c.a.) liv. 117, fl. 54 (nov^o 1754): “De meya aRoba de Asucar para Marmelada” -1.920 réis.

¹⁸¹⁷ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Ed. Jorge Rodriguez, 1610, p. 42v.

¹⁸¹⁸ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 44 e liv. 97A/3, fl. 30; liv. 102, fl. 25 (1744), pagou 120 réis p/ 6 arráteis de ginjas.

¹⁸¹⁹ AA, (c.a.) liv. 111, fl. 3v (julho 1771): a 360 réis cada arroba, custaram 720 réis.

¹⁸²⁰ AA, (c.a.) liv. 110, fl. 34v (junho 1805) 1 arroba de ginjas, 800 réis.

¹⁸²¹ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 78v (junho 1812): abóboras brancas e ginjas para doce, 1.520 réis.

¹⁸²² AA, (c.a.) liv. 122, fl. 8 (julho 1813): 24 arráteis de ginjas para doce a 2 vinténs o arrátel, 960 réis.

¹⁸²³ *Ibidem*, fl. 78v (julho 1815): gastaram 960 réis numa arroba de ginjas p/ doce; (c.a.) liv. 123, fl. 8 (julho 1816): 1 arroba de ginjas p/ doce e [...], 1.630 réis.

religiosas ginjas em calda cuja confeção implicou alguns quilos deste fruto e arrátéis de açúcar¹⁸²⁴. Certamente terão feito mais doce, nos anos posteriores, mas em junho de 1831, foi a última vez que se anotou a compra de ginja e de açúcar para fazer este doce¹⁸²⁵.

Através destes registos, pode verificar-se que quer a calda quer o doce de ginja eram apreciados e elaborados, com frequência, no Convento, daí aquisição do pequeno fruto vermelho para a sua confeção. Nunca apareceu a referência a licor de ginja.

Quanto ao doce de abóbora, verifica-se nos meses de Verão e no Outono, a compra recorrente de abóboras e de açúcar para se confecionar conservas e doces para o Inverno¹⁸²⁶. As variantes incluem a abóbora branca e a abóbora gila cujo doce era muito apreciado, entrando como ingrediente em vários bolos conventuais e nos seus recheios¹⁸²⁷; e outras abóboras, às vezes, ditas grandes para doce, sem especificarem o nome (poderiam ser a moganga, a menina, etc.), nem a qualidade ou a sua cor¹⁸²⁸.

O doce de abóbora era feito com frequência e em abundância. Tinha diferentes destinos que iam desde a sua distribuição como sobremesa, acompanhando o queijo fresco, comido com pão, até à preparação do recheio e cobertura de outras sobremesas. Também o ofereciam como presente.

O doce de cidra, de laranja e de limão

As escritãs, ao longo do século XVIII, vão referindo o gasto em cidras compradas para fazer doce para a comunidade e também para as fornecer à botica¹⁸²⁹. Em 1786, a

¹⁸²⁴ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 4, (julho 1822): 1,5 arroba de ginjas por 1.000 réis e 24 arrátéis de açúcar, 2.400; fl. 19v (junho de 1823): açúcar p/ se fazerem as ginjas (calda) 34 arrátéis, 3.400 réis e as ginjas, 900 réis.

¹⁸²⁵ AA, (c.a.) liv. 125, fl. 55v (1831): ginja: 8 arrátéis, a 30 réis e 6 arrátéis de açúcar, a 60 réis, 600 réis.

¹⁸²⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 16v (1699) e fl. 72 (1701); (c.a.) liv. 96, fl. 21 (1705): abóboras p/ conserva, 310; (c.a.) liv. 97A, fl. 76v; liv. 101, fl. 24v (1741): 3 dúzias de abóboras p/ doce e mais no dia de Santa Clara 1.230 réis; (c.a.) liv. 102 (1744): [...] abóboras que vieram de Setúbal p/ doce [...], 1.540 réis; liv. 104, fls. 49v e 79 (1751); (c.a.) liv. 109, fl. 74 (1767); (c.a.) liv. 110, fls. 3v, 9v (1768) e fls. 32, 57v (1769 e 1770) e fls. 64 e 67v (1770); (c.a.) liv. 111, fl. 3v (1771): abóboras brancas p/ doce; fl. 76v; liv. 117, fl. 9v; liv. 98, fl. 22v (1732); (c.a.) liv. 112, fl. 3 (1774); liv. 116, fls. 13 e 60 (1785 e 1787); (c.a.) liv. 118, fl. 10v (1800): abóboras p/ doce e hortaliça 2.605 réis; (c.a.) liv. 119, fl. 38 (1803): abóboras brancas, 340 réis.

¹⁸²⁷ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 27 (1757); (c.a.) liv. 119, fl. 21v; liv. 120, fl. 67v (1806): abóboras brancas / doce e [...] 3.270 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 78v (1812); (c.a.) liv. 122, fl. 69v (1815): abóboras brancas p/ doce, 700 réis; (c.a.) liv. 124, fl. 33 (1821): abóboras brancas e gilas 1.200 réis.

¹⁸²⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 22v (1732): 6 abóboras p/ doce, 195 réis; fl. 85v (1733) 1.100 réis; (c.a.) liv. 99, fls. 88v e 135v; (c.a.) liv. 103, fl. 16 (1747) e fl. 44v (1748); (c.a.) liv. 108, fls. 12 e fl. 65 (1764); (c.a.) liv. 109, fl. 50v (1766); (c.a.) liv. 116, fls. 13 e 60; (c.a.) liv. 117, fls. 9v e 49v (1791 e 1793); (c.a.) liv. 119, fl. 37 (1803): abóboras p/ doce, 580 réis e liv. 123, fls. 11v, 14v (1816) e fl. 42v (1817), 1.580 réis.

¹⁸²⁹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 65v (1710): 200 réis na compra de cidras; (c.a.) liv. 101, fl. 35 (1741, 1 dúzia de cidras p/ doce, 140 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 3v (1756): de meio cento de cidras, 480 e fl. 48v (1757): 1 cento de limões e 1 dúzia de cidras, 1.280 réis; (c.a.) liv. 107, fl. 13v (1759): despesa em cidras 480, (c.a.) liv. 108, fls. 2 e 24 (1762) 2,5 dúzias de cidras p/ doce, 500 e 180 réis; fl. 29 (1763): cidras p/ doce, 170; fls. 45 e 49 (out.º e dez.º 1763): meia dúzia de cidras 80 e 1 dúzia, 120 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 23v: gastou 360

comunidade ainda adquire cidras para doce¹⁸³⁰, mas desde essa data, até à extinção do convento, as escritãs não voltam a registar a aquisição deste fruto.

Respigou-se uma ou outra alusão à feitura do doce de laranja no mosteiro. Em fevereiro de 1757, a Comunidade comprou cento e cinquenta laranjas para fazer doce¹⁸³¹. Dez anos depois, três quarteirões de laranjas são adquiridos para o mesmo fim¹⁸³² e, em fevereiro de 1768, regista-se a compra de um cento de laranjas para doce¹⁸³³. É provável que também aproveitassem a casca de laranja, cristalizando-a, mas nada é anotado. O limão, com o seu sumo ou a sua casca entrava em muitas outras preparações culinárias, algumas delas respeitantes à doçaria conventual. Alguns registos de 1751 a 1785, indicam-nos que se fazia em *Aracoeli* “doce de limão”¹⁸³⁴.

O doce de pera, a perada, o doce de pêsego e de ameixa

Assinala-se a compra de peras pela comunidade, sobretudo nos meses que vão de julho a setembro. Esta fruta entrava na alimentação conventual de forma simples como sobremesa, mas também na preparação de doces e compotas, sobretudo no doce de pera e na chamada “perada”.

Os preços oscilaram ao longo do tempo, tendo a ver com vários fatores, sobretudo com a fartura ou raridade da colheita. Por vezes, é difícil apurá-lo, pelo facto de não se discriminarem as variedades e incluírem na despesa mais do que uma qualidade de fruta¹⁸³⁵. Só a título de exemplo, citamos que, em agosto de 1699 e julho de 1710, compraram meio cento de peras por 70 e 50 réis respetivamente¹⁸³⁶. Um cento de peras para doce custou à comunidade 280 réis em 1750¹⁸³⁷ e 180 réis dois anos depois¹⁸³⁸.

réis em cidras p/ fazer doce; (c.a.) liv. 105, fls. 9 e 18 (junho e dez.º 1753): 50 arráteis de açúcar, 300 réis, meio cento de cidras para a Botica, 900 réis e um cento de cidras p/ a Botica e p/ doce, 2.000 réis.

¹⁸³⁰ AA, (c.a.) liv. 116, fls. 23v e 46 (jan.º e dez.º 1786): cidras para doce, 360 e 1.490 réis, incluindo cidras para doce, cebolas e mais hortaliça p/ os Padres e Servos.

¹⁸³¹ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 32 (fevº 1757), gastando 300 réis.

¹⁸³² AA, (c.a.) liv. 109, fl. 58 (janeiro 1767): despenderam 360 réis.

¹⁸³³ *Ibidem*, fl. 90 (fevereiro 1768): 200 réis

¹⁸³⁴ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 47 (maio 1751) e (c.a.) liv. 109, fl. 41v (julho 1757): 150 limões p/ fazer doce, 750 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 1v (junho 1768): gastaram em limões p/ doce, 200 réis; (c.a.) liv. 116, fl. 2 (fev.º 1785): um cento de limões destinado a doce, 120 réis.

¹⁸³⁵ AA, (c.a.) liv. 99, fl. 91v (setº 1736): marmelos e peras para doce, 420 réis; (c.a.) liv. 106, fl. 11v (junho 1756): 4 canastras de peras, damascos, ameixas e ginjas para a mesma função, 6.000 réis.

¹⁸³⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 16v e liv. 97, fl. 79.

¹⁸³⁷ *Ibidem*, fl. 16v. e (c.a.) liv. 104, fl. 16v (julho 1750).

¹⁸³⁸ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 79 (1752): por 200 peras despenderam 360 réis.

No mosteiro, faziam também a “perada”¹⁸³⁹. A diferença em relação ao doce de pera estaria no ponto de açúcar que, nesta última preparação, seria apurado quase até chegar ao ponto de caramelo.

Foi sobretudo no mês de setembro que mais vezes surgiu anotada a compra de pêssegos e de ameixas. Por exemplo, em 1709, a comunidade comprou 200 pêssegos por 240 réis, para os transformar em doce¹⁸⁴⁰ e, depois, pagaram cem réis por meio cento de pêssegos para o mesmo fim. Seiscentas ameixas para fazer doce custaram 160 réis¹⁸⁴¹.

5.3. A saúde, a doença e a morte

5.3.1. O cuidado posto na alimentação das doentes

Havia entre as Clarissas em geral e em *Aracoeli*, em particular, um grande cuidado com as doentes, como mandava a Regra e as constituições Gerais de 1639.

Era dada uma atenção especial ao que as doentes podiam e deviam comer, confeccionando e dando-lhes a dieta adequada como era receitado pelos médicos. Dentro do prescrito, mimavam-nas com pratos e sobremesas especiais nos dias festivos. Faz parte do espírito franciscano o cuidar atento dos enfermos, sendo frequente dispensá-los do jejum e abstinência, perante a necessidade da recuperação da saúde. A Regra determina que no tempo de jejum *a Abadessa dispense as fracas, segundo vir que convém à fraqueza, convenientemente possam usar de ovos e de queijo e de comer de leite*¹⁸⁴².

As aves dominavam na alimentação dos doentes. Frangos e galinhas entravam na confecção dos caldos e canjas¹⁸⁴³. Por vezes, alude-se a que deitavam no caldo de galinha

¹⁸³⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 23v (agosto 1705): 240 réis p/ 1 cento de peras para fazer perada p/ a comunidade.

¹⁸⁴⁰ *Ibidem*, fls. 2, 27v; (c.a.) liv. 97, fl. 52v. Custaram 240 réis.

¹⁸⁴¹ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 84; (c.a.) liv. 111, fl. 8v (set.º 1771: 600 ameixas para doce, 160 réis.

¹⁸⁴² *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. XI: Jejum e abstinência das Irmãs.

¹⁸⁴³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 39 (1700): 1 galinha p/ o Confessor doente, 220 réis; fl. 52v (1700): frangos p/ Frei António, 190 réis, 1 galinha e 1 franga, 460 réis; fl. 58 (1701): 4 galinhas p/ Frei Antonio, doente, 1.050 réis; 5 frangos p/ ele, 660 réis; fl. 13 (1705): 13 galinhas, 3 que para Frei António e 2 religiosos do Convento e 10 p/ o Vigário, doente, 2.880 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 20 (1708): 13 frangos: Padres e P. Glória, doente, 690 réis e 4 galinhas, 800 réis; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 67v (1724): 20 frangos p/ o Vigário, doente, e ceia do Capelão, 900 réis; fl. 72 (1724): 3 galinhas p/ Frei António de S. José, doente, 740 réis; 12 frangos p/ ele e ceias do Confessor, 480 réis; fl. 96v (1725): 2 galinhas p/ o Vigário, doente, 400 réis; mais 1 galinha p/ o Vigário doente, 240 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 81v (1833): 21 frangos p/ o Vigário, doente: 1.050 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 54v (1739): 5 galinhas p/ o Vigário, doente, 1.320 e fl. 69 (1739): frangos p/ o Capelão, molesto, 305 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 43 (1741-1742): 7 galinhas p/ os padres e Vigário, doente, 1.320 réis, fl. 72v :15 frangos p/ os Padres e p/ o Moço doente, 600 réis e 1 galinha p/ o Moço, 240 réis; fl. 110v (1743): 1 galinha p/ os doentes 190 réis; 15 frangos p/ os mesmos 610 réis; (c.a.) liv. 107, fl.14v (1760): 15 frangos p/ os doentes, 620 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 93 (1768): 6 galinhas p/ o Capelão doente, a 240 réis cada, e 2 frangos, 1.500 réis; (c.a.) liv. 110, fl. 25v (1769): 2 galinhas p/ Francisco, doente, 340; fl. 37 (1769): 24 frangos p/

uma ou duas colheres pequenas de “sustança” obtida a partir de galinha gorda (prensada ou tutano). Mais raramente, serviam-lhes perdiz. Por exemplo, quando, em fevereiro de 1710, o padre capelão esteve doente, compraram para a sua alimentação uma galinha e duas perdizes¹⁸⁴⁴. Para a doença da abadessa, em 1732, foi comprada uma galinha¹⁸⁴⁵. Numa festa de agosto (1743), a refeição comunitária foi confeccionada à base de caça (perdizes e coelhos), mas às doentes deu-se-lhes galinha¹⁸⁴⁶.

Durante a Quaresma e o Advento, consumia-se muito menos carne no mosteiro, as compras e os gastos eram mínimos neste setor, exceto com galinha, frango, carneiro¹⁸⁴⁷ e vaca¹⁸⁴⁸ que se destinavam aos enfermos. Surge ainda um ou outro registo da compra de carne de porco para as religiosas doentes e para o padre capelão quando não podiam jejuar¹⁸⁴⁹. Davam-lhes também peixe, sobretudo pescadas e solhas¹⁸⁵⁰ e alguns pastéis eram recorrentes nas refeições das religiosas enfermas¹⁸⁵¹.

Compravam ovos para as rações dos/das doentes e para gemadas¹⁸⁵² fornecidas a quem sofria da garganta e sobretudo, aos mais débeis, como forma de recuperarem as forças. É recorrente a compra de açúcar para o gasto dos enfermos¹⁸⁵³. Na Quaresma de 1754, a comunidade gastou a elevada quantia de quase 4.000 réis, só em ovos para os doentes¹⁸⁵⁴. Era habitual a aquisição de fruta da época para ser consumida fresca pelos enfermos: peros em janeiro¹⁸⁵⁵, “laranjas da China”, laranjas doces de fevereiro a abril¹⁸⁵⁶

a doença dos Padres e Francisco, 1.150; (c.a.) liv. 117, fl. 33v (1792): 2 galinhas, 21 frangos e mais p/ doentes; fl. 41 (1793): 1 galinha e 5 frangos p/ o Capelão doente, 410 réis.

¹⁸⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 97, fl. (fev^o 1710).

¹⁸⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 24 (julho 1732): pagaram a uma moça por 1 galinha que ficou a dever a Madre Soror Brites Maria de S. Francisco, “que Deus tem”, da sua doença, 300 réis.

¹⁸⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 100v (agosto 1743).

¹⁸⁴⁷ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 50v (1724): 1 arroba e 6 arrátéis de carneiro, a 28 réis o arrátel, p/ o Capelão e Religiosas doentes, 1.064 réis e fl. 100v (1725): “Meja ARouba de carneiro p/ as doentes”, 480 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 2 (1738): 1 arroba e 6 arrátéis p/ as doentes, 1.140 réis; fl. 5 (1738): “2 aRobas e 20 arrates” p/ as doentes, a 30 réis o arrátel e a arroba a 960 réis, 2.520 réis e fl. 82 (1740); (c.a.) liv. 107, fl. 2v (1759): 6 arrobas de carneiro / as doentes”, 5.640; (c.a.) liv. 120, fl. 28 (1805): 2 arrobas e 9 arrátéis, a 1.920 a arroba p/ o Capelão e enfermas, 4.380 réis; fl. 55 (1806): 7 arrates p/ 1 enferma na Quaresma, 420; fl. 61 (1806): 28 arrátéis p/ uma doente, a 60 réis, 1.680 réis; fl. 79v (1807): 17 arrátéis p/ outra, a 60, 1.020 réis.

¹⁸⁴⁸ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 155 (dez^o 1734): 1 arroba e 24 arrátéis de vaca e carneiro p/ as doentes 960 réis.

¹⁸⁴⁹ AA, l(c.a.) iv. 97 A/3, fl. 44 (1723): 2 arrobas, 28 arrátéis de capado, a 30 réis o arrátel, e a arroba a 960 réis, 2.760; liv. 101, fl. 14v (1741) ovos: Comunidade, Padres e doentes, 3.520 e 4.240 réis.

¹⁸⁵⁰ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 24 (out^o 1747): solhas que se derão às doentes 750 réis.

¹⁸⁵¹ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 1 (1732): ovos p/ religiosas doentes e Padres, 1.720 rs; fl. 18v (1732): ovos e queijos [...] e rissóis das doentes, 2.400 réis; fl. 22v (732); fl. 26 (1732): ovos [...] p/ as doentes 3.200 réis.

¹⁸⁵² AA, (c.a.) liv. 95, fl. 58-58v (1701): ovos p/ 1 comunidade e completar outra, p/ os padres e Fr. António (doente) p/ caldos e gemadas e obrigações, 1.050 réis; (c.a.) liv. 98, fl. 118v (1734): ovos p/ a comunidade, Padres e doentes, 5.280 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 1v (1738) ovos, 500 réis; (c.a.) liv. 101, fl. 43 (1742).

¹⁸⁵³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 68 (1724): “3 aRates de asucar que se comprarão na terra para o gasto da doenssa do Padre Vigário” 480 réis; fl. 73v (1724): “6 aRates de açúcar” p/ os doentes, 960 réis.

¹⁸⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 24 (1754): “ovos que se derão às doentes pela Quaresma”, 3.780 réis.

¹⁸⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 38 (janeiro 1767).

¹⁸⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 8v (1699): 200 laranjas doces, 360 réis; (ca.) liv. 100, fl. 37v (1738).

e no resto do ano, a fruta que o calendário agrícola ia fornecendo. Muitos legumes verdes e saladas faziam também parte da comida dos enfermos.

5.3.2. Tratar das doentes na enfermaria

Na enfermaria, enfrentava-se a doença, a convalescença e a cura, assim como a agonia final e a morte. Nela o silêncio obrigatório e o rigor do jejum poderiam ser dispensados face à necessidade e ao bem-estar das religiosas enfermas que deveriam ser tratadas “com caridade e misericórdia”. A doença longa e sofrida, aceite com resignação, era vista como expiação dos pecados. A abadessa deveria tomar providências para que nada faltasse às enfermas, ainda que, em situação extrema, se tivesse que recorrer à venda dos vasos sagrados¹⁸⁵⁷. Quer a abadessa quer a vigária deveriam visitar as doentes, “a meúdo”, consolando-as espiritualmente. Este desvelo, fez com que a Madre Abadessa fosse, muitas vezes, elogiada nas sentenças dos franciscanos, que fiscalizavam as contas, por ser “caritativa com as enfermas” e velar “pelas irmãs quando precisavam de cuidados, especialmente nas doenças, fraquezas e debilidades da idade”. Considerava-se que dar atenção a uma irmã doente ou idosa era o mesmo que fazê-lo a Jesus Cristo. As religiosas da comunidade faziam as camas da enfermaria. E, se, por qualquer razão, não podiam comparecer, a Mestra com as suas noviças executaria a função¹⁸⁵⁸.

Para a enfermaria, iam as doentes temporárias, mas também as religiosas acamadas que aumentaram em número, a partir de finais do século XVIII, com a subida da média das idades. Isto implicou um acréscimo de dificuldades inerentes ao seu cuidado e higiene, uma vez que a população religiosa estava toda muito envelhecida, pesando no serviço os casos de inválidas e “entrevadas”, como a abadessa relata em carta ao regente¹⁸⁵⁹.

Entre as várias doenças, salientam-se furúnculos, infeções, os males de pele¹⁸⁶⁰, fraquezas, falta de forças e dores. Muitas religiosas sofriam de problemas relacionados com a dentição e artroses como foi provado nos esqueletos que a arqueologia revelou¹⁸⁶¹.

¹⁸⁵⁷ Ver, por exemplo, o plano de reestruturação económica - AA, CNSA/02/063 (fev.º 1824), art.º 14.

¹⁸⁵⁸ *Constituições Gerais, ob. cit.*, p. 122 e AA, (c.a.) liv. 100, fl. 169, contas (1738-1741).

¹⁸⁵⁹ TT, *OFM, Prov. Algarves, Conv. de Arocoeli de Alcácer do Sal*, maço 101, doc. 54 (8-9-1792).

¹⁸⁶⁰ E a título de exemplo: AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 141 (nov.º 1725): pagaram 10.000 réis pelos medicamentos para a cara de hua Religiosa [...] porquanto ella não quis da Botica da Comunidade.

¹⁸⁶¹ Ver Lucília do Carmo dos Santos Ruas Marrafa, *ob. cit.*, p. 14, 1996.

O tratamento das enfermas estava então muito ligado à convicção de que era necessário tratar do espírito, antes de mais nada, mas também cuidar do corpo, sobretudo procurando expulsar do mesmo os humores prejudiciais. E, para isso, davam-se “suadouros”, diuréticos, purgantes, clisteres e faziam-se sangrias.

Em geral, havia um ou dois médicos, um cirurgião e um sangrador externos que, nos casos de doença, tratavam os membros da comunidade. A Regra, as normas gerais e as visitas estabeleciam os procedimentos a ter na entrada daqueles profissionais na clausura. “A sangria, como prática terapêutica e cirúrgica, surge como modo de eliminação do excesso de sangue, o humor principal, corrigindo-se desta forma as alterações humorais que provocavam as enfermidades”¹⁸⁶². Daí a chamada frequente dos sangradores e da aplicação de sanguessugas. Contudo, é interessante verificar que, por causa da fraqueza que provocava, a abadessa não deveria autorizar às religiosas mais do que quatro sangrias por ano, exceto se fosse muito grande a necessidade. Neste caso, deveria exigir-se uma atenta vigilância à pessoa que a fosse fazer e também à doente¹⁸⁶³.

Salienta-se a obrigatoriedade de ser dado conhecimento prévio ao confessor e às religiosas porteiras, quando se chamava o facultativo, sendo estas obrigadas a envergar os seus mantos brancos e a cobrir-se com os véus¹⁸⁶⁴. Estes agentes de medicina deveriam ir diretamente para junto da enferma, sem se deter ou conversar pelo caminho, a não ser sobre o estado e os sintomas da doente. Como já vimos, se a visita fosse durante o dia, a religiosa porteira tinha que tocar o sino ou campainha, para avisar as outras freiras de que alguém de fora entrava na clausura.

Ao tratar das mazelas do corpo, não se poderia nunca esquecer a prioridade da cura da alma. Se houvesse religiosas doentes, o capelão, autorizado pela abadessa, poderia ir à enfermaria administrar os sacramentos, nomeadamente a confissão e a santa unção, mas tinha de se paramentar e ir sempre acompanhado¹⁸⁶⁵. Era mesmo permitida a celebração da Eucaristia na enfermaria¹⁸⁶⁶, havendo um altar próprio para o efeito. Pensamos que o chamado dormitório da Capelinha poderia funcionar com essa particularidade, mas vem sempre referido como dormitório e não como enfermaria.

¹⁸⁶² Paulo Basso, “A Botica do Real Convento de Tomar”, in *A Botica do Real Convento de Thomar*, Tomar, ed. Convento de Cristo de Tomar, 2017, p. 44

¹⁸⁶³ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, Cap. XI.

¹⁸⁶⁴ AA, CNSA, 03/001, fl. 1 (dezº 1688), 2 (novº 1689), fls. 4-4v, 6v e 11 (1694).

¹⁸⁶⁵ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, cap. XIV, 1618, Cap. VII “De quem devem as Religiozas receber os Sacramentos da Igreja”.

¹⁸⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 118, fl. 21v (1801): Missa da Santa Unção da M^{adre} Francisca Clara de Assis, 240 réis.

A enfermaria era provida de objetos necessários à higiene e destinados a prevenir contágios, desde as camas, colchões, cobertores, lençóis, camisas, toalhas, ligaduras, paninhos de linho, porções de estopa e varas de pano¹⁸⁶⁷. Tinha louça própria: pratos, tigelas, canecas, bacias, sendo algumas para sangrias¹⁸⁶⁸. Adquiriam resmas de papel para uso da enfermaria¹⁸⁶⁹, compravam cera e rolos para a iluminação¹⁸⁷⁰, mas distinguiam estes rolos dos outros de cera para as sangrias¹⁸⁷¹. Requeriam o transporte de cargas de água, quando esta escasseava no edifício. Cuidavam que a roupa suja fosse separada da geral e entregue a uma lavadeira exterior que a vinha buscar e entregar na portaria¹⁸⁷².

5.3.3. Os remédios da botica conventual e os comprados fora

Em profunda interação e próxima da enfermaria, estava a botica, compartimento onde se preparavam e guardavam os remédios, muitos deles confeccionados com produtos naturais, existentes no convento ou comprados fora¹⁸⁷³. Outros, já prontos a serem usados, eram adquiridos nas boticas exteriores. Uma religiosa exercia a função de boticária, ajudada por uma moça.

Como a estrutura física da botica e quase todos os utensílios desapareceram, é necessário analisar o que diz a documentação que anota objetos, instrumentos, medicamentos e listas de produtos adquiridos. Por exemplo, em 1751, só por uma caixa para guardar remédios foram pagos cinquenta e seis mil réis e o seu transporte custou mais de dois mil¹⁸⁷⁴.

A botica tinha ao seu serviço uma cozinha com uma chaminé¹⁸⁷⁵, alimentada a carvão e lenha¹⁸⁷⁶. Para ela compraram um alambique, onde se destilavam os chamados

¹⁸⁶⁷ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 3v (1741); (c.a.) liv. 109, fl. 60v (1767); (c.a.) liv. 114, fl. 60v (1781) e (c.a.) liv. 105, fl. 5 (1553).

¹⁸⁶⁸ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 8 (1765): 1 bacia nova, dando a velha e mais 300 réis; (c.a.) liv. 121, fl. 67v (1812): conserto de 2 bacias da Enfermária.

¹⁸⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 109, fl. 81 (1767); (c.a.) liv. 110, fls. 64v e 74v (nov.º 1770 e março 1771); (c.a.) liv. 125, fl. 84v (fev.º 1834): 5 cadernos de papel p/ a Enfermária e para..., 200 réis.

¹⁸⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fls. 2v, 10v e 59v (1699 e 1701)); (c.a.) liv. 96, fl. 3 (1704); (c.a.) liv. 97, fls. 20vº e 70; (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 4v (1722), fl. 63v (1724), fls. 46v, 92 (1723 e 1724), fls. 106v e 125v (1725); (c.a.) liv. 100, fl. 44v (1739); (c.a.) liv. 103, fl. 27v (1747): Rolos p/ as M^{adres} Músicas e enfermária, 2.800 réis.

¹⁸⁷¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 38v (abril 1700).

¹⁸⁷² Ver, por exemplo, AA, (c.a.) liv. 128, fl. 29 (1837): a quem lavou a roupa da enfermária, 120 réis e fl. 42 (setº 1838): a quem lavou as toalhas da Enfermária, 80 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 24 (setº 1844).

¹⁸⁷³ Por exemplo, ver AA, (c.a.) liv. 104, fl. 4 (fev.º 1750).

¹⁸⁷⁴ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 57v (outº 1751): “custo da caixa da Botica em que entrou a madeira e todos os necessários”, 56.960 réis; frete do barco que a trouxe 2.000 réis.

¹⁸⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 65 (1758): argolas e 1 cadeado p/ a porta da cozinha da botica, 120rs; (c.a.) liv. 104, fl. 57v (1751): “pedreiros que fizeram a casa nova e chaminé da botica”... e serventes, 295.160 réis.

¹⁸⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 5, 8, 9, 9v, 21v, 24.

“espíritos” (álcool)¹⁸⁷⁷, os quais se obtinham a partir de vários produtos como flores¹⁸⁷⁸ e chicórias¹⁸⁷⁹, e ainda duas trempes, uma tenaz e um ferro¹⁸⁸⁰. Também destinados à botica, adquiriram-se coadores¹⁸⁸¹, funis, tachos, púcaras¹⁸⁸² ampulhetas¹⁸⁸³, bilhas de barro¹⁸⁸⁴, almofarizes, bacias, boiões, potes, frascos designados “vidros”¹⁸⁸⁵, uma balança pequena, instrumentos para administrar clisteres, seringas¹⁸⁸⁶ e sabão para a limpeza.

Preparavam-se aí mezinhas, xaropes para a tosse, cataplasmas, bálsamos, unguentos¹⁸⁸⁷, pomadas para curar chagas, cáusticos, enxúndias, papas, “sanapismos” (de mostarda e linhaça)¹⁸⁸⁸, loções para os olhos, remédios para a diarreia e purgas¹⁸⁸⁹. A escritã anota o envio de cereais para a botica, sobretudo aveia¹⁸⁹⁰ e cevada para “se fazerem cozimentos”¹⁸⁹¹. Em 1709, foi consumido um alqueire de cevada¹⁸⁹², em outros anos alqueire e meio¹⁸⁹³ ou meio alqueire¹⁸⁹⁴, uma ou mais quartas¹⁸⁹⁵ e ainda outras medidas de cevada¹⁸⁹⁶. Depois da matança do porco, há banha a ser encaminhada para a botica e enfermaria, mas também a compravam. Em 1735, adquiriram-se quatro arrátéis

¹⁸⁷⁷ *Ibidem*, fl. 8v (maio 1753): “hũa Cozinha para se estilarêem na botica os Espiritos”, 600 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 8 (1765): “hũa bacia que se comprou”, com desconto de outra velha e um alambique, 300 réis.

¹⁸⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 102, fl. 18 (maio 1744): de 1 alqueire “de flor para se estilar”, 130 réis.

¹⁸⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 5 e 26v (março e abril 1753): “de xicorias para se estilarem” 200 réis.

¹⁸⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 57v (1751).

¹⁸⁸¹ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 95v (1753): 2,5 varas de pano de linho p/ coadores da botica, 400 réis.

¹⁸⁸² AA, (c.a.) liv. 105, fl. 5 (março 1753).

¹⁸⁸³ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 88v (1812): 1 ampulheta para a Enfermaria, e 1 pá para o forno, 350 réis.

¹⁸⁸⁴ AA, (c.a.) liv. 127 (maio 1825): duas quartas de barro.

¹⁸⁸⁵ Ver, por exemplo, liv. 105, fl. 9v (junho 1753): “dous vidros de espirito (álcool), 1.040 réis.

¹⁸⁸⁶ AA, (c.a.) liv. 120, fl. 37 (1805): concerto de 1 seringa; fl. 71 (1806): 1 seringa”, 700 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 43 (1825); (c.a.) liv. 129, fl. 55v (1847): 1 nova seringa e conserto da velha, 1.460 réis.

¹⁸⁸⁷ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 36 (outº 1754): unguentos, 1.420 réis.

¹⁸⁸⁸ AA, (c.a.) liv. 128, fl. 4 (nov.º 1834): mostarda para sinapismos, 60 réis.

¹⁸⁸⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 97 (1707): deram à boticária das medicinas deste mosteiro, entrando nelas uma purga que veio da botica de Miguel Lopes p/ o Padre Confessor, 18.700 réis.

¹⁸⁹⁰ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 88 (1752): 1 alq., 200 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 56v (1755): 1,5 arrátel, 150 réis.

¹⁸⁹¹ Ver, entre outros, AA, (c.a.) liv. 98 fl. 208 vº; (c.a.) liv. 99, fl. 197vº e (c.a.) liv. 116, fl. 89; (c.a.) liv. 121, fl. 41 (1810): “tirou-se para a Enfermaria a [cevada] que foi preciza, segundo o costume”.

¹⁸⁹² AA, (c.a.) liv. 97, fl. 161 (1709); (c.a.) liv. 104, fl. 142 (1751); (c.a.) liv. 105, fl. 76v (1753); (c.a.) liv. 106, fl. 104v (1757).

¹⁸⁹³ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 81 (1754) e fl. 84v (1755).

¹⁸⁹⁴ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 153 (1738); (c.a.) liv. 101, fl. 179v (1743); (c.a.) liv. 107, fl. 84v; (c.a.) liv. 117, fl. 111 (1792).

¹⁸⁹⁵ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 159v (1739); (c.a.) liv. 101, fl. 169 (1742): p/ a enfermaria 3 quartas; (c.a.) liv. 104, fl. 135v (1750): p/ a enfermaria 1 quarta de cevada, (c.a.) liv. 117, fls 115v (1793); *ibidem*, fl. 63v (1794): 3 quartas para a Enfermaria; (c.a.) liv. 122, fl. 5 (1713): 2 quartas p/ a enfermaria.

¹⁸⁹⁶ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 149 (1752): p/ a botica 7 oitavas; liv. 105, fl. 85v: p/ a enfermaria 1,5 arrátel.

de banha¹⁸⁹⁷ e um arrátel em fevereiro de 1785¹⁸⁹⁸. Compravam outros unguentos¹⁸⁹⁹, bexigas de porco para fins medicinais¹⁹⁰⁰, frangos para fazer xaropes e leite para soros¹⁹⁰¹.

Regista-se a compra de melaço e mel¹⁹⁰², mel rosado, água de mel para o gasto da botica¹⁹⁰³ e da enfermaria¹⁹⁰⁴. O mel era muito usado em unguentos, mas sobretudo no combate à doença. Considerado cicatrizante nas feridas, fortificante para as pessoas débeis, calmante para as nervosas entrava em várias receitas, desde tisanas a xaropes, para tosses e resfriados, sendo chamado de “doce medicina”¹⁹⁰⁵. O açúcar era também adquirido para a confeção de remédios¹⁹⁰⁶. Em 1705, mandaram vir açúcar rosado, dito “de Alexandria” para uma doente¹⁹⁰⁷. Em 1708 e 1709, adquiriu-se uma joieira de rosa para açúcar rosado¹⁹⁰⁸ e, em 1747, comprou-se também açúcar mascavado¹⁹⁰⁹.

Alguns produtos exóticos foram sendo adquiridos para a botica: em agosto de 1700, estoraque em pó, almíscar e meio arrátel de alcatira¹⁹¹⁰; em abril e agosto de 1748, registou-se a aquisição de maná, jalapa, quina, sene (chá) e sal tártaro. Foram todos transportados para a botica dentro de uma “buceta” (caixa)¹⁹¹¹ para se fazerem remédios. O mais caro foi o “maná”, respetivamente seis e quatro mil réis¹⁹¹². Vieram muitas

¹⁸⁹⁷ AA, (c.a.) liv. 98, liv. 99, fl. 5v°. (fev°. 1735).

¹⁸⁹⁸ AA, (c.a.) liv. 116, fl. 2.

¹⁸⁹⁹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 36v (out.º 1754).

¹⁹⁰⁰ AA, (c.a.) liv. 98, fl. 46v “duas bexigas para uma medicina” 30 réis.

¹⁹⁰¹ AA, (c.a.) liv. 114, fls. 28-28v (1780): 12 frangos p/ xaropes 420 e 16 canadas de leite p/ soros 480 réis.

¹⁹⁰² AA, (c.a.) liv. 103, fl. 14 (1747): “hũ alqueire de Melaso”, 670 réis; (c.a.) liv. 105, fls. 5 e 11v (1753).

¹⁹⁰³ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 2v (1704): meio alq. de água de mel para gastos da enfermaria 300 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 51 (1709): “hũ alqueire de agoa de mel para a enfermaria” 600 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 11 (1735): 1 alq. de água de mel, 600 réis (nessa data 1 alq. de mel custava mil réis): (c.a.) liv. 101, fl. 21 (741); (c.a.) liv. 102, fl. 9 (1744): “meyo alqueire de Agoa de mel para gasto da emfremaria” 240 réis; (c.a.) liv. 103, fl. 1v (1747): “hũa canada de Agoa de mel para a emfremaria cem réis”.

¹⁹⁰⁴ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 2v° (1704), fl. 48v° (1706), fls. 83, 84v e 92 (1707); (c.a.) liv. 97, fl. 51 (1709); (c.a.) liv. 97 A/3, fls. 33v, 77 e 129, fl. 138 (1723, 1724 e 1725); (c.a.) liv. 98, fl. 37v (1732): 4 alq. de mel, 3.000 réis e 1,5 alq. de água mel para ceias dos moços e p/ a enfermaria; (c.a.) liv. 99, fls. 66, 114 (1735); (c.a.) liv. 100, fls. 3v e 102v (1738 e 1740); (c.a.) liv. 105, fl. 30v (1754); (c.a.) liv. 106, fl. 10 (1756); (c.a.) liv. 107, fl. 12v (1759); liv. 116, fl. 13v (1785).

¹⁹⁰⁵ Ver M. Teresa Lopes Pereira «O mel e a cera em Portugal na Idade Média», *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 447-467.

¹⁹⁰⁶ A título de exemplo: AA, (c.a.) liv. 105, fls. 5, 8, 9 e 27v (março, maio e junho de 1753 e abril de 1754).

¹⁹⁰⁷ *Ibidem*, (c.a.) liv. 96, fl. 24v° (1705); fl. 92 (out.º 1707). Era feito com açúcar e rosas de Alexandria.

¹⁹⁰⁸ AA, (c.a.) liv. 97, fls. 14 e 42v° (1708 e 1709): “de hũa joieira de rosa para açúcar rozado”, 60 réis.

¹⁹⁰⁹ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 6v (abril 1747), açúcar mascavado em 1747.

¹⁹¹⁰ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 46 (1700): “asteraque” pó, 120 réis, almíscar 100, 1/2 arrátel de alcatira, 480 réis.

¹⁹¹¹ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 38v (1748): 8 “aRates de Mana”, a 750 réis, 6.000 réis; 2 “aRates” de jalapa, a 800 réis, 1.600; 1 “aRatel” de quina, 1.500 réis; “Cene”, 750 réis; 1 onça de sal tártaro e 1 vidro em que veio, 140 réis; 1 Boceta onde vieram estes Remédios, 120 réis e (c.a.) liv. 103, fl. 49v (1748): 5 “aRates de Manã”, a 800 réis, 4.000 réis; 1 “aRatel de Cenne” 750 réis; 1/2 “aRatel de jalapa”, 400 réis; 2 onças de sal tártaro, com seu vidro e 1 boceta p/ mais medicamentos 300 réis; 1,5 “aRatel de quina”, 2.400 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 21v, (1754) 1 arrátel de quina, 1 arrátel de maná e outro de sene, 15.540 e fl. 36 (1754): 1 arrátel de quina, 600 réis; liv. 112 (1ª parte), fl. 5 (1744): 1,5 arrátel de quina, 2.400 réis; (c.a.) liv. 123, fl. 87 (1819): 82 oitavas de quina, 6.580; (c.a.) liv. 125, fl. 43v (1825): 1 arrátel de quina vindo de Lisboa, 4.000.

¹⁹¹² AA, (c.a.) liv. 103, fls. 38v (1748) e 49v (agosto 1748) e (c.a.) liv. 105, fl. 21 (1754).

especiarias, canela, cravo-da-Índia, gengibre, açafraão, cominhos, erva doce¹⁹¹³, mostarda, e algum âmbar. Anota-se a compra de outros ingredientes ainda mais estranhos e exóticos: quatro onças de crânio humano, aljôfar, jacintos e coral¹⁹¹⁴.

Em 1749, sem discriminar os produtos, a escritã anota apenas o gasto total de 8.000 réis em compras destinadas à botica¹⁹¹⁵. No ano seguinte, os medicamentos, para se confeccionar chás, xaropes e outros preparados, atingiram quase quinze mil réis¹⁹¹⁶. Depois, regista-se a aquisição de alguns sais necessários ao abastecimento da botica¹⁹¹⁷. Em diferentes datas, chegaram ao Convento vindos de Lisboa, vários remédios já confeccionados muitos dos quais eram designados *simplices*¹⁹¹⁸.

Os ovos, para além do seu interesse alimentar, tinham um importante papel na preparação de vários remédios¹⁹¹⁹. O mesmo acontecia com a fruta fresca, desde ameixas¹⁹²⁰, laranjas, limões, cidras, cerejas¹⁹²¹, marmelos¹⁹²², mas também com os frutos secos, como ameixas passadas, passas de uva e amêndoas¹⁹²³.

É preciso não esquecer também o uso das ervas medicinais, secas ou verdes¹⁹²⁴, de algumas folhas, raízes, catos do tipo do aloé e de flores, como a de laranjeira¹⁹²⁵. Estes elementos entravam na confeção de muitos remédios, xaropes e tisanas.

Adquiria-se aguardente para massagens, gargarejos e mais tratamentos. A aguardente e o vinagre aparecem também ligados à higienização e desinfeção¹⁹²⁶. Como base de remédios recorria-se a azeite, óleo, leite¹⁹²⁷, água, vinho, vinagre, aguardente,

¹⁹¹³ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 95 (1707): 4 onças de açafraão, 1.320 réis; (c.a.) liv. 105, fl. 5 (1753) “hũa onça de cravo da Índia e outra de Canela, 400 réis; 1,5 arrátel de “xenixibre”, 480 réis e 1,5 onça de canela, e 40 réis de cravo”, 190 réis, e ainda “3 onças de canela, hũa de Cominhos e outra de Erva doce”, p/ a comunidade.

¹⁹¹⁴ *Ibidem*, fl. 9 (1753); 1.600 e 6.920 réis; fl. 36v (out^o 1754): mais 1 arrátel de quina por 600.

¹⁹¹⁵ AA, (c.a.) liv. 103, fl. 73 (junho 1749).

¹⁹¹⁶ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 4 (janeiro 1750): 14.960 réis.

¹⁹¹⁷ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 8v (1753): “huns saes, que não havia na botica”, 380 réis e fl. 52v (1755): Sal [perunel?] para a Botica 240 réis.

¹⁹¹⁸ *Ibidem*, fl. 5 (1753): 1,250 réis; fl. 18v (dez^o 1753): mais remédios vieram de Lisboa por 2 vezes, 16.630 e quase 9.000 réis. Os *simplices* eram as drogas que entravam na composição dos medicamentos.

¹⁹¹⁹ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 8v (1705); (c.a.) liv. 105, fl. 7 (1753): ovos p/ a Com^{de}, Padres e botica 3.300 réis.

¹⁹²⁰ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 5 (março 1753): meio arrátel de ameixas, 150 réis p/ a botica.

¹⁹²¹ *Ibidem*, fl. 28 (junho 1754): “De hũa arroba de cerejas pretas para a Botica” - 425 euros.

¹⁹²² AA, (c.a.) liv. 111, fl 8v (set^o 1771): meio cento de marmelos 570 réis.

¹⁹²³ AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 80 (1724); (c.a.) liv. 105, fl. 5 (1753): meio arrátel de ameixas passas p/ a Botica, 150 réis e fl. 44 (1755): de oito arrátéis de amêndoa para a Botica, 640 réis.

¹⁹²⁴ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 21v (jan^o 1754): “De hũas Ervas que vierão da Botica”, 60 réis.

¹⁹²⁵ *Ibidem*, fl. 26v: de 5 quartas de flor de laranja para a Botica - 300 réis.

¹⁹²⁶ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 68 (1739): aguardente p/ tratar a mão do Vigário”, 40 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 141 (1747): duas canadas de aguardente p/ a perna do Padre Vigário, 800 réis; (c.a.) liv. 103, fls. 8v e 11 (io e junho 1747): 1 canada de aguardente p/ remédio do Vigário”, 360 réis e mais cem réis; (c.a.) liv. 103, fl. 54v (out^o 1748), um quartilho de aguardente p/ o pedreiro que caiu do andaime; (c.a.) liv. 105, fl. 8 (1753): “meia canada de agoa ardente para hũ remedio”, 240 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 52 (out.^o 1766); (c.a.) liv. 110, fl. 52 (maio 1770): aguardente p/ o Sacristão, quando esteve doente, 90 réis.

¹⁹²⁷ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 28v (1780): 16 canadas de leite para os soros do Padre Capelão, 480 réis.

ovos e outros ingredientes. A cera servia também como isolante na tampa dos recipientes¹⁹²⁸. Eram comprados “vidros” (frascos), uns largos, outros estreitos, para guardar os remédios na botica e para os poder distribuir¹⁹²⁹.

Até quase à extinção, muitos medicamentos continuaram a ser elaborados na botica conventual, seguindo a tradição, a experiência e o saber das religiosas, que o iam passando às mais novas. Chegaram mesmo a obter ganhos com a sua venda. Por exemplo, na receita do segundo quartel de 1751, recebeu o convento 50.000 réis pelo ofício da botica¹⁹³⁰. No último quartel de 1755, entraram na receita do convento: 3.060 réis pela botica de algumas religiosas e 10.480 réis pelas “receitas aviadas para casa de António Fonseca”¹⁹³¹. No último quartel de 1758, somaram à receita do convento 3.130 réis obtidos pelo fornecimento de remédios ao exterior, mais quase 2.000 réis resultantes da venda de uns utensílios da botica e de uma porção de banha¹⁹³². Em 1760, regista-se uma maior parcela, 30.000 réis, proveniente da venda de remédios da botica conventual para fora do cenóbio¹⁹³³.

A terapêutica continuava a ser a tradicional galénica com medicamentos à base de sangrias, clisteres e purgas. Mas no mosteiro também se foram generalizando, depois das viagens das Descobertas, a salsaparrilha¹⁹³⁴, a quina¹⁹³⁵ e as especiarias, como atrás vimos. Compravam também benjoim, uma espécie de resina perfumada do benjoeiro¹⁹³⁶ e um bálsamo denominado estoraque¹⁹³⁷, avançando para os remédios químicos de segredo, uma realidade depois do século XVII.

Um medicamento que passou a estar muito em voga foi a Água de Inglaterra ou Água Inglesa¹⁹³⁸. Esta tinha na sua composição “secreta” a quina. Castro Sarmiento (1691-1762) na sua obra *Matéria Médica Physico–Historico Mecânica* (1758), logo na folha de

¹⁹²⁸ Ver M. Teresa Lopes Pereira «o mel e a cera em Portugal, na Idade Média», *ob. cit.*, pp. 453-454.

¹⁹²⁹ AA, (c.a.) liv. 97 A/3; (c.a.) liv. 105, fl. 9v (1753): 2 “vidros de espírito para a Botica”, 1.040 réis.

¹⁹³⁰ AA, (c.a.) liv. 104, fl. 80v (1751): “Recebemos de Francisca Catarina de Baronia pelo ofício da Botica”, 50.000 réis.

¹⁹³¹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 61v.

¹⁹³² AA, (c.a.) liv. 106, fl. 84: recebemos por uns tachos e 1 candeeiro da Botica: 1.100 e 360 réis; por umas receitas da mesma 3.130 réis e recebemos por 33 arrates e meio de banha, a 40 réis o arrátel, 340 réis.

¹⁹³³ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 33 (outº 1760).

¹⁹³⁴ AA, (c.a.) liv. 123, (2ª parte), fl. 98 (agosto 1834): de 13 onças de salsa parrilha 180 réis.

¹⁹³⁵ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 59v (1762): 3 onças de quina, 1.200 réis; (c.a.) liv. 125, fl. 43v (1825): 1 arrátel 4.000 réis; liv. 125 (2ª parte), fl. 78 (1833): quina, 9.640 réis; liv. 123, fl. 87 (1840): 82 oitavas, 6.580 réis.

¹⁹³⁶ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 14 (1708): 350 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 8vº (1735): meio arrátel de benjoim 600 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 4v (1738): um arrátel de benjoim para pivetes, 500.

¹⁹³⁷ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 14 (maio 1708): 100 réis; (c.a.) liv. 99, fl. 7 (fev.º 1735): 100 réis.

¹⁹³⁸ AA, (c.a.) liv. 127, fl. 1 (1825) e fl. 22v (1828): no triénio, 50 garrafas de água inglesa 30.000 rs; (c.a.) liv. 125 (2ª. pº), fl. 83v (1833): água inglesa: 2 garrafas; liv. 129, fl. 15v (1844): 2 garrafas, 1.200 réis.

rosto diz o seguinte: “os principais remédios do presente estado da matéria médica são: sangria (...), sanguessugas, quina-quina e, em especial, as minhas Águas de Inglaterra”.

Progressivamente, um maior número de remédios vai sendo comprado em boticas exteriores, a começar pelas de Alcácer, Setúbal e Lisboa¹⁹³⁹. Os montantes despendidos na compra destes medicamentos eram elevados, como se verifica no fim dos triénios das diferentes abadessas, em que a dívida pendente aos boticários encabeçava, com alguma frequência, a lista das importâncias que ficavam por pagar¹⁹⁴⁰. Uma das razões apontadas poderá ser a grande fama dos chamados remédios “de segredo”, muito mais caros e que só nelas se vendiam. Acontecia, algumas religiosas enfermas, aconselhadas pelos seus médicos, preferirem os remédios de fora aos da botica conventual¹⁹⁴¹.

Na ausência do cirurgião que servia o convento, acontecia ser o boticário da vila a vir “curar” as freiras doentes, trazendo consigo os medicamentos da sua própria botica. É o caso da Madre Brites Helena das Chagas que, em 1724, foi tratada pelo boticário Bartolomeu Pais, por não se encontrar nenhum cirurgião em Alcácer¹⁹⁴².

Vários nomes de boticários e de boticas, exteriores ao mosteiro, aparecem nos registos das contas por causa do peso das dívidas que se acumulavam, passando de triénio em triénio. Quando a escritã refere só “botica” ou “boticário”, ficamos sem saber quem são os envolvidos e quais os estabelecimentos. De qualquer modo, parece-nos ter interesse conhecer alguns mais significativos cujos nomes vão desfilar nos registos.

Em 1700-1701, o boticário Diogo Correia destaca-se como fornecedor do mosteiro¹⁹⁴³. Surge anotada uma “botica nova” em 1710¹⁹⁴⁴. Em 1723, o boticário Bartolomeu Pais entregou medicamentos a uma religiosa doente¹⁹⁴⁵. Já antes, em 1707, surge, pela 1ª vez, designada a botica de Miguel Lopes que volta a aparecer, em 1725¹⁹⁴⁶.

¹⁹³⁹ AA, (c.a.) liv. 105, fl. 5 “Simplices que vierão de Lixboa” para a Botica – 8.770 réis.

¹⁹⁴⁰ Ver, entre outros, TT, *OFM*, mç. 101, nº 41; (c.a.) liv. 95, fl. 36 (1700): a M^e Abadessa pagou 11.580 réis do seu 1.º ano à frente do Convento e ainda 5.650 réis do tempo da Madre Soror Simoa de S. Francisco; *ibidem*, fl. 76 (1701): pagou o Convento 16.240 réis, correspondente a 63 receitas anteriores.

¹⁹⁴¹ Exemplo: AA, (c.a.) liv. 97 A/3, fl. 141 (nov.º 1725): “Derão a Botica de Luís Barreto de medicamentos para a cara de hua Religiosa [...] porquanto ella não quis da Botica da Comunidade, 10.000 réis.

¹⁹⁴² *Ibidem*, fl. 74 (julho 1724). Já, entretanto, falecida.

¹⁹⁴³ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 36: (até 15-1-1700): 11.580 réis; fl. 119v: pagaram-lhe 30 receitas do tempo da Madre Simoa de S. Francisco; fls. 106v (1700) e 119: pagaram-lhe do resto “de hũa dívida antiga como consta da quitação que está no archivo”, 14.197 réis; fl.76 (1701): “derão ao Boticário de 63 receitas”, 16.240 réis, sendo talvez o mesmo; fl. 82 (1701): pagaram-se 11 receitas que se deviam desde agosto.

¹⁹⁴⁴ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 91 (1710), referente a (22-7 até 18-11-1710), 6.480 réis, 15 receitas p/ tratar o Confessor Penha da França e umas religiosas e devendo mais 24 receitas, 5.600 réis, à boticária conventual.

¹⁹⁴⁵ AA, (c.a.) liv. 97, fl. 74 (1723): “medicamentos que deu à Madre Brites Helena das Chagas que Deus tem que trazia da sua botica e por a vir curar, por não estar o cirurgião na terra”, 550 réis.

¹⁹⁴⁶ AA, (c.a.) liv. 96, fl. 97 vº (1707): Deram à boticária das medicinas, entrando nelas uma purga que veio da botica de Miguel Lopes p/ o Padre Confessor 18.700 réis; liv. 97 A/3, fl. 140v (1725): 76.025 réis de todo o triénio e 36.599 réis da dívida do tempo da R^a M^{dre} M^a Teresa da Conceição.

No mesmo ano, registam-se as compras na botica de Luís Barreto¹⁹⁴⁷ e nos anos seguintes, vai ser a botica de Maria do Espírito Santo a maior fornecedora da comunidade¹⁹⁴⁸.

A partir de 1735, são as boticas de José da Costa e de José Capela as que abastecem *Aracoeli*. O primeiro vende tantos medicamentos ao mosteiro de 1735 a 1738 que, no fim desse triénio, o cenóbio lhe fica a dever uma soma considerável¹⁹⁴⁹. Em janeiro de 1744, a dívida da comunidade só a José da Costa já ascendia a 404.570 réis¹⁹⁵⁰. Este boticário pertencia à Misericórdia de Alcácer¹⁹⁵¹. Embora sem atingir os montantes devidos ao seu concorrente, a botica de José Capela fornece o cenóbio com remédios, a partir de finais da década de trinta¹⁹⁵², continuando na de quarenta¹⁹⁵³, em 1759¹⁹⁵⁴ e nos anos sessenta¹⁹⁵⁵.

Verificamos que, apesar dos gastos feitos nas boticas externas, em determinados triénios as despesas com a botica da comunidade superavam as que se fizeram fora¹⁹⁵⁶. Olhando para o abadessado que terminou em janeiro de 1756, do total de quase 179.000 réis que as religiosas enfermas gastaram em remédios, cerca de 102.300 réis foram despendidos na botica do mosteiro, ultrapassando o que a comunidade pagou na botica de José da Costa em Alcácer que chegou quase a oitenta mil réis¹⁹⁵⁷.

Como, progressivamente, vai aumentando o abastecimento do Convento em sais e remédios já feitos¹⁹⁵⁸, alguns de *segredo*, assim como de pastilhas¹⁹⁵⁹, todos vindos das boticas externas, nomeadamente de Setúbal e de Lisboa¹⁹⁶⁰, acontece o mesmo às dívidas

¹⁹⁴⁷ *Ibidem*, fl. 141 (1725): Deram 10.000 réis à botica de Luís Barreto de medicamentos p/ aplicar no rosto da religiosa que rejeitou os da botica da comunidade.

¹⁹⁴⁸ AA, liv. 98, fl. 112v (1734): dívida da Soror Brites de S. Francisco, 4.050 réis (s/ nome da botica); fl. 160v (1735). Medicamentos da botica de M^a do Espírito Santo, 29.635 réis; fl. 160v (1735): 97.287 réis. Medicamentos p/ as religiosas, moças, padres e servos; fl. 167v (1735): 29.626 réis, mais remédios.

¹⁹⁴⁹ AA, liv. 99, fl. 161: De medicamentos que se deram às Religiosas, Padres e servos da botica de José da Costa, 195.310 réis, ficando a dever este total no fim do triénio (Jan^o 1738).

¹⁹⁵⁰ AA, liv. 101, fl. 125v (janeiro 1744).

¹⁹⁵¹ ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 95, fl. 183 (15-6-1739): confirmação de escritura do contrato do boticário da Misericórdia de Alcácer a José da Costa.

¹⁹⁵² AA, (c.a.) liv. 99, fl. 161 (jan.^o 1738): para algumas Religiosas 18.580 réis; (c.a.) liv. 100, fl. 108 (dez^o 1739); 12.000 réis de medicamentos (vieram antes da ordem do Provincial).

¹⁹⁵³ AA, (c.a.) liv. 101, fl. 119 (1744): do que veio da botica do Capela 9.571 réis; medicamentos que se pagaram do tempo da Ab^a Antónia M^a da Encarnação, 314 réis; (c.a.) liv. 102, fl. 110v (1746): 18.840 réis.

¹⁹⁵⁴ AA, (c.a.) liv. 106, fl. 82 (1759): 2 receitas “que se pagarão na botica de Miguel Capela”, 700 réis.

¹⁹⁵⁵ AA, (c.a.) liv. 107, fl. 59 (1762): 4.900 réis - remédios p/ a M^{dre} Francisca Josefa e sobrinha; fl. 59v por 3 onças de quina da mesma botica, 1.200 réis; (c.a.) liv. 108, fl. 73v (1765): das receitas da botica do Capela p/ a M^{dre} Francisca Josefa, 1.800; (c.a.) liv. 109, fl. 99 (1768): 15 receitas da botica do Capela, 4.980 réis.

¹⁹⁵⁶ AA, (c.a.) liv. 100, fls. 54: “De medicamentos da botica”: 118.218 réis e fl. 108v (1740) 12.000 réis da botica de Miguel Capela, ao passo que na botica interna, na mesma altura, gastaram 252.552 réis.

¹⁹⁵⁷ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 60 e 61v (dívida de 79.676 réis).

¹⁹⁵⁸ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 42 e 43 (1755): remédios: botica, (c.a.) liv. 129, fl. 53: rec^{as} de 1847, 16.800 rs.

¹⁹⁵⁹ AA, (c.a.) liv. 130, fl. 143v (1867): remédios e pastilhas que vieram do boticário, mil réis.

¹⁹⁶⁰ AA, (c.a.) liv. 105, fls. 45 e 52 (1755): remédios de Setúbal (9.800 réis) e de Lisboa (10.600).

do convento que se vão acumulando. Assim, por 784 receitas aviadas na botica de José da Costa em todo um triênio, a comunidade teve que lhe entregar nove moios de trigo da Herdade de Arapouco recebidos no mesmo tempo¹⁹⁶¹. Por ter falecido a Madre Vicência Teodora, nos fins de 1760, a Comunidade veio a receber da sua herança 200.000 réis, mas verificou-se que, pagas todas as suas dívidas, incluindo a que a mesma religiosa contraíra na botica externa, só ficou para a Comunidade 95.430 réis, ou seja, menos de metade¹⁹⁶².

As dívidas do mosteiro, nomeadamente aos boticários, atingiram de tal forma um montante elevado que a comunidade, devidamente autorizada, recorreu à venda de propriedades para lhes poder fazer face. Assim, no outono de 1770, as religiosas fizeram várias vendas e com o produto obtido que, ascendeu a um pouco mais de dois contos de réis (2:088.400), a prelada Soror Catarina Filipa da Anunciação, em 1771, saldou algumas das dívidas mais prementes. Destaca-se pelo seu montante o que pagou aos herdeiros do boticário José da Costa: 1:252.000 réis acrescentando-se mais 60.000 réis à sua viúva Crispina e 60.000 réis ao Dr. Joaquim José da Silva, filho deste casal¹⁹⁶³.

Nas décadas de setenta e de oitenta, o boticário que domina as compras dos medicamentos para a comunidade de *Aracoeli* é José Joaquim da Silva¹⁹⁶⁴, embora em 1790, surja também nomeada a boticária Mariana Isabel¹⁹⁶⁵. Em 1813, sabemos que as receitas da comunidade importaram em 59.665 réis, mas não citam o nome da botica¹⁹⁶⁶.

Já depois da Revolução liberal, nos anos vinte e trinta do século XIX, por causa das dívidas do Convento, nos livros de contas anotam-se vários boticários, dos quais destacamos em 1825 e 1826, José Manuel¹⁹⁶⁷ e Cândido Amâncio Feio¹⁹⁶⁸. Em 1833, surgem mencionadas as boticas de Francisco António Grenho e do Lança¹⁹⁶⁹. Em 1835, as finanças do mosteiro continuavam tão deficientes, que a colheita de trigo da Herdade

¹⁹⁶¹ AA, (c.a.) liv. 108, fl. 75 e 78 (janº 1765):

¹⁹⁶² AA, (c.a.) liv. 107, fl. 61 (dezº 1761). Saldadas as dívidas, entrou só 95.430 réis na receita do mosteiro.

¹⁹⁶³ AA, (c.a.) liv. 110, fl. 78v e 93v (1771); (c.a.) liv. 115, fl. 79 (1785): pagou-se a este último mais 15.600 rs. Será o mesmo que José Joaquim da Silva? (c.a.) liv. 112, fls. 70v e 80v e (c.a.) liv. 114, fl. 29v.

¹⁹⁶⁴ AA, (c.a.) liv. 110, fl. 95v (1771): deu-se a José Joaquim da Silva, Boticário na vila, pelas receitas que assinou à Abadª Catarina Felipa da Anunciação (e mais em dívida), 9 moios de trigo de 1768, a 400 réis o alq., o de 1769, a 550 réis e o de 1770, a 360 réis, faz o total de 235.800 referente às receitas que se aviaram; (c.a.) liv. 112, fls 70v e 80v (1777): a Abadª Francisca Clara de Assis pagou 28.640 réis, de dívida antiga. (c.a.) liv. 114, fl. 29v (1780): 82.586 réis: a Abadª Cecília Francisca Xavier pagou as receitas do seu 1º ano.

¹⁹⁶⁵ AA, (c.a.) liv. 112 (2ª parte), fl. 168 (janº 1790): 60.000 réis.

¹⁹⁶⁶ AA, (c.a.) liv. 121, fl. 97 (fev.º 1813).

¹⁹⁶⁷ *Ibidem*, fl. 45 (março 1825): dívida 22.175 réis; liv. 127, fl. 6 (fev.º 1826): 63045 réis, dívida do tempo da Abadessa Soror Maria José de Santa Ana.

¹⁹⁶⁸ *Ibidem*, fl. 45 (março 1825): dívida 42.700 réis, tendo já pagado, antes, 12 mil réis. *Ibidem*, havia a dívida do tempo da Abadessa Soror Maria Vitória de Assis (1813-16): 72.000 réis.

¹⁹⁶⁹ AA, (c.a.) liv. 125 (2ª parte), fls. 78 e 80v (1833): dívida 2.080 réis e 2.020 réis à botica do Lança.

de Vale de Figueira de Baixo foi embargada para pagar a dívida ao Boticário Joaquim José¹⁹⁷⁰. A fechar esta lista, a última botica citada pertencia a António da Gama¹⁹⁷¹.

É este o quadro possível, devido ao desaparecimento de alguns livros de contas, mas que nos dá elementos para o conhecimento da botica do mosteiro e atesta o recurso a boticas de fora, para complementar o labor da boticária conventual. A dependência externa foi-se agravando, pois a comunidade tornou-se mais envelhecida e doente.

5.3.4. A morte

A morte era algo presente no quotidiano conventual, desde há muito encarada como natural, preparada e vivida dentro da comunidade desde a entrada no convento, em que a religiosa “morria para o mundo”, até ao momento da morte propriamente dita, ou seja, da partida para uma nova vida para a qual caminhara com esperança, ao longo dos anos. As clarissas falavam muito sobre a morte, como um hino à vida, em trânsito para o céu. A doença longa e sofrida, aceite com resignação, era vista como uma oportunidade, um meio, para expiar os pecados. Ansiavam por uma “boa morte”, preparavam-na com muito cuidado, recorrendo à confissão, comunhão e à “extrema-unção” ou “unção dos doentes”, por isso, receavam a morte súbita que as podia apanhar desprevenidas¹⁹⁷².

Os gestos e os rituais referentes à morte estendiam-se da agonia até à sepultura. Quando se pressentia a sua aproximação, procurava-se a vinda atempada do sacerdote para os últimos sacramentos (confissão, comunhão) e a “unção” à religiosa doente. Na iminência do desenlace final, tocava-se uma campainha para que as irmãs pudessem acompanhar a moribunda e lhe cantassem o Credo, símbolo da fé¹⁹⁷³. Era habitual rezarem ou cantarem hinos e cânticos em ação de graças pela vida da religiosa falecida. Os sinos “dobravam a finados” comunicando à envolvente o acontecimento. Era o fechar de um ciclo de pertença, pois da tomada de hábito até à morte, tudo se fazia em comunidade fraterna, como era carisma das clarissas. Todos os gestos, perante a morte, eram aceites,

¹⁹⁷⁰ AA, (c.a.) liv. 123, (2ª. parte), fl. 106v (1835): 118.625. Em 1835, a colheita de trigo da Herdade de Vale de Figueira de Baixo foi embargada para pagar esta dívida. Ver também (c.a.) liv. 125, fl. 86 (1834): ao Boticário Joaquim José pelo ano de 1831 e 1832 do receituário fica a dívida de 118.625 réis e (c.a.) liv. 128, fl. 10 (1835): pagou-se ao escrivão que fez embargo no trigo de Vale de Figueira de Baixo p/ pagamento da dívida a Joaquim José Boticário, (tempo da M^o Imediata M^a Vitória de Assis, 5.485 réis).

¹⁹⁷¹ AA, (c.a.) liv. 129, fl. 22 (1844): deviam-lhe 66.000 réis. Depois falam em botica em geral.

¹⁹⁷² A este propósito, ver Antónia Morel d'arleaux, “Arte de bien morir en los conventos femeninos del siglo XVII”, in *Congreso Internacional del monacato Femenino en España, Portugal y America (1492-1992)*, Tomo II, pp. 91-94.

¹⁹⁷³ *Constituições Gerais, ob. cit.*, Cap. X, pp. 64-66.

com simplicidade, entendidos na continuidade de uma vida que preparava e antecedia a eternidade. Tratava-se do conceito de morte familiar ou “mort apprivoisée” no dizer do historiador Ariès¹⁹⁷⁴. Era habitual nos conventos e também *Aracoeli* pôs por escrito a vida das religiosas que poderiam ser um exemplo pelas suas virtudes.

Nos livros de contas perpassam as cerimónias nas despesas inerentes à santa unção e missa da agonia¹⁹⁷⁵, pelas exéquias, discriminando gastos com o aluguer de brandões¹⁹⁷⁶, com a compra de vinho para os padres¹⁹⁷⁷, pivetes para a essa¹⁹⁷⁸, o caixão, a cera, a cal, o vinagre e o pagamento ao homem que abria e tapava a cova e, por vezes, ao pedreiro¹⁹⁷⁹. Para além do Ofício de Defuntos, também a missa de corpo presente, era cantada com mais ou menos solenidade¹⁹⁸⁰, as despesas prolongavam-se, depois do enterramento, nos sufrágios em benefício das almas das defuntas, com registos de missa do terceiro e sétimo dias, trintários, missas do mês e aniversários¹⁹⁸¹. Havia distribuição de esmolas aos pobres, feitas por alma de quem partia¹⁹⁸².

¹⁹⁷⁴ Philippe Ariès, *Essais sur l'histoire de la morte n Occident du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Editions du Seuil, 1975, pp. 28-29.

¹⁹⁷⁵ AA, (c.a.) liv. 111, fl. 60 (1774): 1 colherinha de prata para o vaso da Santa Unção, 120 réis; (c.a.) liv. 118, fl. 21v (1801): Missa da Santa Unção da Ab^a Francisca Clara de Assis, 240 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 84v (1862): pagou-se ao P.^{dre} da Matriz pela “missa da agonia” da Ab^a Ana José Adelaide, 1.200 réis.

¹⁹⁷⁶ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 9 (1699): ofício do corpo presente da M^e Maria Evangelista aluguer de 6 brandões e gasto da cera, 1.200 réis. fl. 25 (1699): o mesmo p/ o ofício da M^e Simoa de S. Francisco, 1.230 réis.

¹⁹⁷⁷ *Ibidem*, fl. 9 (abril 1699): “De duas canadas de vinho que se gastarão em 5 dias que se disserão de missas pela alma da Madre Soror Maria Evangelista 200 réis.

¹⁹⁷⁸ AA, (c.a.) liv. 100, fl. 68 (1739 – 4^o trimestre).

¹⁹⁷⁹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 9 (1699): tapar a cova, 60 réis; cal e um caminheiro que trouxe o caixão, 100 réis; (c.a.) liv. 95, fl. 22 (1699): 5 alq. de cal e tapar a cova da m^{dre} Soror Simoa, 100 réis e mais 100 a quem a abriu; (c.a.) liv. 104, fl. 63 (1752): abrir a Cova da m^{dre} Mariana Rosa, 240 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 12v (1765): abrir e tapar a cova da m^{dre} Margarida Angélica da Degolação, 240 réis; (c.a.) liv. 118, fl. 4v (1800): abrir 1 cova, 240 réis e fl. 20 (1801): abrir a cova da m^{dre} Francisca Inácia e 1 alq. de cal, 290 réis; (c.a.) liv. 129, fl. 25v (1844): abrir 1 cova 960 réis e 1 canada de vinagre p/ essa sepultura, 80 réis; (c.a.) liv. 130, fl. 84v (1862): abrir a cova da Ab^a Ana José Adelaide, 600 réis e 5 arrobas e 1 quarta de cera, 2.520 réis.

¹⁹⁸⁰ AA, (c.a.) liv. 114, fl. 25v (1780): Deu-se de esmola à Comunidade dos Religiosos pela intenção da Missa que cantaram do corpo presente da Madre Antónia Jacinta, 1.020 réis; (c.a.) liv. 127, fl. 1 (abril 1825): do ofício e missa cantada pela Madre Soror Ângela; (c.a.) liv. 130, fl. 84v (1862): a cada um dos 3 cantores que assistiram à missa de corpo presente da Ab^a Ana José Adelaide, 720 réis, 2.160 réis.

¹⁹⁸¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 25 (1699): 30 missas p/ Soror M^a Evangelista e 30 p/ M^{dre} Simoa Luísa, a 90 réis cada, 5.400; liv. 97 A, fl. 34v (1723): 60 missas pelas M^{dras} Mariana Teresa e Serafina Maria, 6.000 rs; liv. 100, fl. 68 (1739): 2 trintaíros pelas M^{dre} Helena e da M^{dre} Isabel, a cem réis cada, covas, pivetes p/ a essa, a 120, 6.240 réis; liv. 104, fl. 63 (1752): 30 missas pela M^{dre} Mariana Rosa, 3.000 réis; (c.a.) liv. 109, fl. 12v (1765): Missas p/ M^{dre} Margarida Angélica da Degolação, 3.000 réis; (c.a.) liv. 111, fl. 54v (1773): no enterro da M^{dre} Caetana M^a gastou-se com 6 covilhetes p/ os Padres, e missas do 3.^o e 7.^o dia, 2.220 réis; (c.a.) liv. 118, fl. 4v (1800): Missas p/ M^{dre} M^a Perpétua, 4.500 réis; fl. 21 (1801): 30 missas p/ M^{dre} Francisca Inácia, 4.500 réis; fl. 23 (1801): 2 trintaíros de Missas p/ M^{dras} Francisca Clara e Joana Umbelina, 9.000 réis e p/ abrir as suas sepulturas, 480 réis; (c.a.) liv. 127, fl. 1: 1 trintário de missas p/ madre Ângela; (c.a.) liv. 130, fl. 84v (1862): a cada 1 dos padres da missa de corpo presente da Abadessa e enterro, 1.200 réis a cada e mais 1.200 réis ao Pároco da matriz; deu-se a este pela missa do mês da Abadessa, 1.200 e 7.200 réis por um trintário de missas; fls. 69 e 69v: missas de natal e 2 missas pelo aniversário da morte da Ab^a. 5.000 e 1.000 réis; fl. 109 (1864): 3 missas pela mesma Ab^a, quando fez 2 anos de falecida, 1.440 réis.

¹⁹⁸² Exemplos: AA, (c.a.) liv. 111, fls. 15v (dez^o 1771), fl. 37v (dez^o 1772) e fl. 54v; (c.a.) liv. 130, fl. 84v (jan^o 1862): esmolas aos pobres pela alma da Ab.^a Ana José Adelaide, 13.000 réis.

Poder-se-ia assistir à missa, mas ninguém de fora era autorizado a entrar na clausura para assistir ao funeral, nem sequer a própria família, só os membros da comunidade e um dos padres. Em geral, era o capelão, sempre acompanhado, que deitava água benta, acompanhava o ritual da encomendação da alma e ofício fúnebre¹⁹⁸³, mas pedia-se-lhe que não fosse muito demorado, que tudo fosse sem grande “tardança”¹⁹⁸⁴. Era habitual cantarem ou rezarem o salmo *De profundis*, finalizando com “requiescat in pace”. Após os sons duros do trabalho do coveiro, caíria um silêncio pacífico.

Era obrigatório existir um livro de óbitos com o registo do nome das defuntas, a naturalidade, a filiação, as circunstâncias da morte e também as virtudes e os elementos de santidade evidenciados. No inventário da extinção, aparece um livro desses, mas, até agora, não foi encontrado. Também não apareceu o registo memorial, escrito por Soror Maria da Apresentação, freira em *Aracoeli* com as biografias das religiosas que a precederam no Convento mais as que tinham professado depois da sua entrada. Era muito devota das almas do Purgatório, criando no mosteiro uma Irmandade com essa invocação. Segundo Diogo Barbosa Machado, esta freira escritora, de origem algarvia, faleceu cerca de 1654, “com evidentes sinais de Predestinada”¹⁹⁸⁵.

A Regra refere sobretudo o enterramento no claustro¹⁹⁸⁶ mas, para além deste, também a sala do capítulo revelou a existência de sepulturas¹⁹⁸⁷. Todas as segundas-feiras, depois da Missa, as religiosas dirigiam-se em procissão para o claustro, aspergindo as covas com água benta e rezando responsos pelas defuntas¹⁹⁸⁸.

Depois da extinção do Convento, já no início do século XX, concretamente, em 26 de Abril de 1901, o escrivão da fazenda do Concelho de Alcácer dirigiu-se ao Conselheiro Diretor Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais a dar conta que *o edifício do suprimido Convento de Aracoeli [...], em parte desmoronado e quase em completo estado de ruína, começa agora a ser invadido, com o fim de penetrar no claustro, onde estão as sepulturas das falecidas freiras e de outras pessoas, parecendo que já algumas dessas sepulturas têm sido violadas*. Pedia ao Ministério das Obras Públicas que mandasse proceder às vedações indispensáveis no local, prevenindo futuros

¹⁹⁸³ ANTT, OFM, *Província dos Algarves, Província*, mc. 87, «Patentes», doc. 36.

¹⁹⁸⁴ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. VII.

¹⁹⁸⁵ Citado, como M.S. 4., por Diogo Barbosa Machado, *ob. cit.*, p. 429.

¹⁹⁸⁶ *Regra Urbanista do Mosteiro de Aracoeli*, 1618, cap. II: “As que morrerem serão enterradas asy as Irmãs, como as servidoras, segundo convem, dentro em na claustra”.

¹⁹⁸⁷ Ver a propósito destes enterramentos, Lucília do Carmo dos Santos Ruas Marrafa, *ob. cit.*, p. 14, 1996.

¹⁹⁸⁸ Ver *Constituições Gerais*, *ob. cit.*, p. 82.

atos de vandalismo. A despesa para o Estado seria pouca comparada com o benefício de impedir que os ladrões ali se introduzissem e pilhassem¹⁹⁸⁹.

Na campanha arqueológica dos anos noventa do século passado, no Convento de *Aracoeli*, foram escavadas diversas sepulturas, tendo-se encontrado 59 esqueletos do sexo feminino, variando a idade entre os 13 e os 70 anos¹⁹⁹⁰. Na sala do Capítulo foram encontrados 35 esqueletos com algum espólio: contas, tiaras, alfinetes, pregos, etc. No claustro, foram exumados e estudados 18 esqueletos e das suas sepulturas emergiram também alguns objetos. No museu da Cripta Arqueológica do Castelo, pode observar-se parte do que foi encontrado. São abundantes os botões, os utensílios de costura (tesouras, -se alfinetes, agulhas e dedais), os terços, as medalhas religiosas e outros objetos (consulte-se a figura 20 no subcapítulo 5.1.9.1.2. e a figura nº 4 do vol. II: Anexos).

Numa das sepulturas do claustro, os arqueólogos descobriram uns sapatos fabricados em Paris, pouco próprios para quem fez voto de pobreza, embora as freiras de *Aracoeli*, como a maioria dos conventos de então, seguissem a regra urbanista, com uma certa atenuação do voto de pobreza. As religiosas podiam *receber, possuir e reter em comum rendas e possessões*, para sua própria subsistência, para além de terem de aceitar o que lhes ofereciam, como pode ter sido o caso dos referidos sapatos.

Sobretudo na igreja do mosteiro foram enterrados não só os fundadores como outros beneméritos que deixaram bens à comunidade para esse fim, assim como para deles e dos seus familiares se fizesse memória nos aniversários com missas simples ou cantadas, conforme estivesse instituído. Havia ainda muitos outros benfeitores que entregaram à comunidade determinados valores para também lhes rezarem por alma¹⁹⁹¹.

Epílogo do mosteiro – a extinção

O triunfo do regime liberal e o avanço das medidas tendentes a uma disciplina e controle sobre o universo monástico-conventual viriam necessariamente a afetar a comunidade de clarissas de *Aracoeli*, também ela proibida, em função do decreto de 5 de agosto de 1833, de se renovar por meio da entrada de noviças. O célebre decreto de extinção das ordens religiosas, publicado por Joaquim António de Aguiar, ministro da

¹⁹⁸⁹ ANTT, *Convento de Aracoeli, Ordem de S. Francisco, Alcácer do Sal*, Caixa 1950, capilha 2.

¹⁹⁹⁰ Cf. *Roteiro Cripta Arqueológica*, Coord. Cient. M. Filomena Barata, Lisboa, IGESPAR, 2007, p. 71 e Lucília do Carmo dos Santos Ruas Marrafa, *ob. cit.*, p. 14, 1996.

¹⁹⁹¹ AA, (c.a.) liv. 95, fl. 109v (1700): ofício p/ João Rodrigues de Siqueira, 2.000 réis; (c.a.) liv. 97, fl. 111 (1708).

Justiça, em 30 de maio de 1834 (com a data de 28 de maio), determinava a imediata supressão de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares masculinas, bem como a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, à exceção dos vasos sagrados e paramentos, que seriam entregues aos responsáveis das dioceses. Houve então alguma contemporização com as ordens religiosas femininas. Só em 1862 a lei foi regulamentada, decretando que qualquer mosteiro ou convento feminino acabaria, naturalmente, com a morte da última freira, uma vez que, desde 1833, nenhuma noviça podia ser admitida.

Dois anos volvidos, segundo um ofício enviado à comunidade de *Aracoeli*, datado de 27 de outubro de 1864, já apenas existiam duas religiosas: Maria da Conceição de S. José que aí residia e Francisca Máxima de Nossa Senhora do Carmo que, havia já vários anos estava fora, primeiro em casa de parentes e, depois, no Convento da Esperança em Lisboa¹⁹⁹², pelo que não se podia falar de uma comunidade, mas de uma única religiosa. As autoridades determinaram a supressão do Convento, atribuindo uma pensão de vinte mil réis a cada uma das duas religiosas¹⁹⁹³. Por razões que desconhecemos, quase uma década depois, ainda o convento resistia, tendo apenas a viver nele uma freira e mais quatro mulheres.

No dia 2 de fevereiro de 1874, festa de Nossa Senhora das Candeias, celebração que tantas vezes inundara de luz a igreja do cenóbio, apagou-se a vida de Maria da Conceição de S. José, última religiosa, que mantivera acesa a chama da fé do Mosteiro de Clarissas de Nossa Senhora de *Aracoeli*, a funcionar desde 1573. Viviam ainda no convento: Elisiária, sua criada pessoal; Mariana de Jesus Silva, última educanda; Rita de Jesus Rodrigues Silva, recolhida; e Maria do Carmo Rodrigues Silva, sua irmã, que foi, até ao fim, “empregada da roda da portaria”. Tiveram que partir para a casa de familiares.

Extinguia-se, assim, esta comunidade religiosa, ao fim de quase 301 anos de funcionamento. E, apesar das dificuldades económicas, o espólio deixado foi significativo¹⁹⁹⁴.

Com o fim de tomarem posse, em nome da Fazenda Nacional, por ter falecido a última religiosa, compareceram aí, no dia 3 de fevereiro de 1874, o Administrador do

¹⁹⁹² Arquivo Distrital de Évora, cx. 2, doc. 0060, fl. 5 (carta de 1858.03.30).

¹⁹⁹³ ANTT, *Ministério da fazenda*, caixa 950, *Convento de Aracoeli*. Ver também os ofícios de 28 e 30 de Novº, 2ª *Repartição dos Próprios Nacionais*, aí inseridos.

¹⁹⁹⁴ ANTT, *Ministério das Finanças*, caixa 950, *Convento de Aracoeli*. Inventário das alfaias, vasos sagrados, imagens, e outros objectos que foram encontrados no Convento d’Ara Coeli por fallecimento da última religiosa” (1874). No 1º item do quarto da falecida regista-se a existência de “trinta e quatro mil e novecentos e sessenta reis, sendo cinco libras em oiro e doze mil e quatrocentos e sessenta reis, em prata”.

Concelho Daniel de Lima Trindade, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, António de Faria Gentil, Escrivão de Fazenda do Concelho de Alcácer, os oficiais de Diligências da Administração Cristóvão da Cruz Barreto e Francisco António Aires de Sousa e presente também o Padre Francisco Maria Correia, Vigário interino da Vara. Cumprindo “todas as formalidades legais, mansa e pacificamente sem contradição de pessoa alguma”, foi lavrado um auto de posse assinado por todos os oficiais envolvidos e por várias testemunhas presentes ao ato.

Poucos dias passados, a 6 de fevereiro, é nomeado pelo administrador do Concelho o último procurador das religiosas, José Fernandes de Carvalho, um negociante estabelecido em Alcácer, como fiel depositário das pratas, alfaias, livros, móveis e mais objetos existentes no Convento que constam dos inventários então feitos.

Aí encontramos a abundância de objetos que serviam o culto divino no mosteiro e o adornavam de dignidade, beleza e esplendor, mesmo em tempos de dificuldades, como os vividos pela comunidade desde meados do século XVIII. No inventário, então elaborado, desfilam alvas, dalmáticas e casulas, capas de asperges e véus de ombros, amitos, peitorais, sobrepelizes, manustérgios, corporais e sanguíneos, véus de cálice, toalhas as mais diversas – de credência, para o altar, para as mãos -, frontais, panos de púlpito e de estante, reposteiros. Mas também uma pedra de ara, pavilhões para o sacrário, panos, essa e esquifes, almofadas, umbelas para o Santíssimo, um Santo Sudário, alcatifas... Os tecidos sucedem-se, dos mais modestos aos mais ricos - do linho e da lã aos tafetás, sedas e damascos -, entretecidos com fios de ouro e diversas decorações, às vezes pintadas ou bordadas, outras com rendas, borlas, franjas e galões, em cores variadas que acompanhavam os diferentes tempos e festas do ano litúrgico e vestiam as imagens, desde a Virgem de *Aracoeli* ao famoso Menino Jesus do trono. Juntavam-se ainda os candeeiros, de metal amarelo ou de madeira – um deles, triangular, usado na Semana Santa, para o Ofício de Trevas – e outros suportes para círios, bancos, varas de pálido, arcas, “lâmpadas” em prata, ostensórios... Era a memória material, certamente não completa, de uma longa história de mulheres a viver na clausura do mosteiro que agora morria, ao encerrar as suas portas¹⁹⁹⁵. Foi uma pena não ter surgido uma irmandade, por exemplo, como a que foi criada no Convento de Arouca, que poderia ter evitado a dispersão e a perda deste espólio. Assim, seria mais fácil reconstituir melhor o quotidiano da comunidade religiosa de *Aracoeli*.

¹⁹⁹⁵ Cf. inventário citado na nota anterior.

Em 3 de junho de 1874, segundo as instruções da lei de 31 de maio de 1862, o vigário da Vara José Quaresma de Paula, em representação do arcebispo de Évora, tomou posse de todos os objetos religiosos constantes do inventário do Convento¹⁹⁹⁶ que ficaram à guarda de José Fernandes de Carvalho. Estavam presentes Daniel de Lima Trindade Carvalho, administrador do Concelho, Cristóvão da Cruz Barreto, oficial de diligências e mais duas testemunhas idóneas¹⁹⁹⁷. No Ofício de 30 de junho de 1874, refere-se que as alfaías, vasos sagrados e mais objetos de culto foram passados de facto para a mão do referido vigário da Vara José Quaresma de Paula.

Efetivada esta entrega, para onde levaram os paramentos, as pratas, as imagens e objetos de valor, pouco ou nada se sabe porque da maioria se perdeu por completo o rasto. Pode pôr-se a hipótese de algum deste espólio ter como destino as igrejas de Alcácer, sabendo-se como a legislação então em vigor mandava ao bispo diocesano redistribuir tais objetos pelas igrejas mais necessitadas da sua diocese. Aliás, algumas raras imagens ou alfaías podem ainda ser reconhecidas entre os acervos das igrejas de Santa Maria e Santiago de Alcácer.

Do arquivo, da livraria (não descrita aquando da extinção) e dos livros que serviam a liturgia e de todos os outros, podem identificar-se hoje 36 livros de contas, 4 livros de ordenações e patentes e ainda documentos avulsos guardados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, que nos serviram em larga medida de base para este estudo, uma cópia manuscrita da Regra urbanista, datada de 1618, no acervo da Paróquia de Santiago, e três livros de canto gregoriano no da Paróquia de Santa Maria do Castelo.

Das herdades e outros bens pertencentes ao Mosteiro de *Aracoeli*, conhece-se a avaliação, confrontações, resultados do leilão em hasta pública e alguns episódios da negociação e disputa por estas propriedades. Quanto ao edifício conventual ficou abandonado, definhando aos poucos. Alastraram as ruínas e os escombros, cresceram as ervas daninhas que abafaram as flores. Nenhum dos destinos propostos pela autarquia foi aprovado pelo Estado, desde a hipótese de um hospital para os atingidos pela pneumónica até ao projeto de um museu arqueológico. Em vão, a Câmara Municipal diligenciou, junto do governo, a obtenção da sua posse. Avançava-se para ter de recuar logo de seguida. A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos anos trinta e quarenta, não só não preservou o que ainda restava, como ainda agravou a situação ao promover a retirada

¹⁹⁹⁶ ANTT, *Ministério da Fazenda*, caixa 1950, capilha 1, nº 644 (1859) e *ibidem*, capilha 2, nº 5 (1874). Confirmado em ofício de 30 de junho do mesmo ano.

¹⁹⁹⁷ *Ibidem*.

da igreja de *Aracoeli* dos azulejos e da talha dourada oferecidos a edifícios de outras vilas e lugares.

A reconversão em Pousada (1998)¹⁹⁹⁸, mais de um século depois da morte da última freira (1874), recuperou e pôs à vista arcos góticos e outras estruturas e materiais escondidos ainda do tempo dos espatários, mas demoliu algumas partes do arruinado edifício e certas construções anexas; alterou e adaptou a outros usos algumas divisões, tornando-se mais difícil fazer a leitura e interpretação, na procura da reconstituição do conjunto edificado da comunidade de *Aracoeli*.

Por baixo da atual Pousada, dando vida a um velho sonho dos alcacerenses, foi construído o Museu da Cripta Arqueológica que mostra ao público as marcas de sucessivos povos que, em longas diacronias, habitaram Alcácer do Sal e aí deixaram estruturas arquitetónicas e materiais oriundos da Idade do Ferro, dos romanos, da Idade Média muçulmana e cristã. Das clarissas, as escavações revelaram um leque representativo de objetos do quotidiano como louça em barro e faiança, objetos de costura, pentes, anéis, moedas, objetos religiosos, desde cruzes, medalhas e terços que a exposição museológica permite ver e outros que esperam, nas reservas, um estudo mais aprofundado e a sua vez de serem mostradas aos visitantes.

¹⁹⁹⁸ No dia 16 de maio de 1998, em Alcácer do Sal, o Eng.º António Guterres, Primeiro-Ministro de Portugal, inaugurou a Pousada D. Afonso II, destacando-se entre as personalidades presentes, o Presidente da Câmara Municipal de Alcácer Eng.º Rogério de Brito e o Presidente da ENATUR Dr. Eduardo Âmbar.

Conclusão

Chegados ao fim do itinerário proposto, retoma-se agora as questões que deram mote a esta investigação, procurando devolver o palpitar da vida de um mosteiro, nos seus múltiplos significados. Recordar-se, porém, que a reconstituição da comunidade, do espaço e do seu quotidiano nem sempre foi fácil. Se a documentação se revelou mais generosa a partir dos finais do século XVII, o mesmo não se verificou para o período anterior, o que dificultou conhecer alguns aspetos nos primeiros tempos de vida do cenóbio. Por sua vez, a escassez de estudos sobre conventos e mosteiros para o período pós-tridentino privou-nos de pontos de apoio seguros para comparações ou estudos mais aprofundados.

Apesar disso, foi possível aferir que *Aracoeli* foi um mosteiro localizado num espaço ocupado desde há muito, integrando no seu edifício materiais de construção provenientes de diferentes povos e épocas. A nova casa de clarissas, construída sobre as ruínas do antigo complexo espatário, foi apoiada pelo rei D. Sebastião, enquanto administrador da Ordem de Santiago. Embora o mosteiro tenha sido consagrado a um novo patrono – Nossa Senhora de *Aracoeli* (escolhido pelos fundadores), a investigação realizada permitiu concluir que se continuou a perpetuar a memória dos freires, a devoção a Santiago e o apoio aos peregrinos. Com efeito, os mestres foram sufragados, o culto ao Apóstolo continuou a ser repetidamente celebrado, se bem que na primeira capela lateral do templo, imediatamente antes da capela-mor. Além disso, o mosteiro acolheu alguma parentela feminina ligada aos Espatários, algo que tinha sido estipulado, aquando da fundação. Tal leva-nos a questionar se estamos perante um caso único ou se haverá outros semelhantes. Ou seja, se os mosteiros femininos fundados nos antigos cenóbios masculinos continuaram a perpetuar a memória e cultos anteriores?

A comunidade de clarissas seguia uma forma de vida que se queria apartada e bem distinta de todo o mundo envolvente. Sujeitas à Regra Urbanista, sob a vigilância hierárquica feminina, acima da qual se impunha também a ordem franciscana masculina, no mosteiro tomaram votos e viveram as religiosas professoras e noviças. Embora obrigadas a respeitar a clausura, houve situações onde as religiosas tiveram de sair desse encerramento. Algumas estavam definidas na normativa, como era o caso da fundação de outras casas, de desastres naturais e de razões de saúde. Outras resultaram de situações que não foram previstas nas regras que geriam a comunidade, como a construção sem licença de uma casa no interior do mosteiro que levou a hierarquia a mandar derrubá-la,

o que provocou a amotinação das religiosas; a prisão de freiras pelo Tribunal da Inquisição e o desterro de uma religiosa por defender ideias liberais. Embora considerando a constante preocupação e quase obsessão pelo respeito da clausura e o carácter pontual destes casos, estas situações levam-nos a refletir sobre os limites da reclusão das freiras, sobretudo a nível do pensamento e da circulação de ideias. No mesmo sentido, as repetidas determinações dos visitantes sobre a quebra do silêncio e a vigilância do parlatório revelam como este era utilizado como forma de romper o isolamento, de troca de ideias e de saber notícias do exterior. Estariam as freiras tão encerradas para o mundo que as rodeava como a normativa obrigava? A clausura feminina não seria sobretudo uma barreira para impedir a intromissão exterior na vida privada das religiosas? Não seria uma forma de melhor as isolar das pressões exteriores?

As Clarissas de *Aracoeli* apresentavam uma hierarquia e organização interna semelhantes às que se podiam encontrar em outros cenóbios da Ordem. A Abadessa governava o mosteiro, sendo apoiada pela Vigária, a Escrivã e as Discretas, mas a maioria das decisões tinha de ser aprovada no Capítulo, onde tinham assento todas as professoras, desde que não estivessem a cumprir castigos. As freiras deviam seguir uma visão da vida religiosa que, na própria sequência das determinações tridentinas e das determinações gerais, fazia das superiores e da obediência que lhes era devida a sua pedra fundamental. Daí decorria todo um quotidiano comunitário organizado, entre os tempos votados à liturgia – esse verdadeiro Ofício que fazia das religiosas intercessoras pelas necessidades do mundo e as predispunha a um caminho interior de seguimento de Cristo – e os tempos dedicados ao trabalho manual, à oração mental e silenciosa, à leitura e à meditação, que prolongavam no concreto do quotidiano monástico essa procura de identificação com Cristo. No complexo monástico, viviam ainda as educandas, as recolhidas e as criadas, a que se somavam os homens os que no exterior, muito próximo, apoiavam o seu viver monástico, como os dois franciscanos, o criado da portaria, o carreiro, a veleira e a lavadeira que ajudavam ao funcionamento da casa. Assim, o caso de *Aracoeli* leva-nos a questionar o que seria uma casa conventual no Portugal moderno?

Se o *corpus* documental reunido nos permitiu reconstituir a hierarquia e a organização da comunidade das clarissas, revelou-se mais parco em informações sobre o seu recrutamento geográfico e social. Apesar disso, as freiras parecem ser oriundas, sobretudo, de Alcácer do Sal e da região envolvente (Setúbal, Évora, Beja, Redondo e outras terras do Alentejo), se bem que também se noticie a presença de algumas provenientes de Lisboa, de terras algarvias (Tavira e Faro) e, até mesmo, do Brasil. As

religiosas que ingressaram em *Aracoeli* eram de famílias ligadas às elites urbanas, como oficiais régios e concelhios, membros da pequena nobreza e militares (capitães e alferes), se bem que também surjam algumas ligadas às gentes do mar (calafates, pilotos), mesteres (pedreiro) e “profissionais liberais”, como médicos. Somavam-se ainda a estas as parentes dos fundadores, de Diogo Lameira e dos cavaleiros da Ordem de Santiago. As freiras eram alfabetizadas, tendo-se encontrado apenas uma descrita como “não sabendo ler nem escrever”. Algumas religiosas copiaram livros, iluminaram-nos e colaram gravuras neles. Sabiam ainda latim e, em alguns casos, tinham conhecimentos musicais, como a leitura de pautas e o saber tocar instrumentos, como o baixão. Consideramos que o estudo de outros cenóbios de clarissas permitirá contribuir para clarificar algumas questões ligadas à comunidade e à suas ligações com outros mosteiros, como por exemplo: o recrutamento das primeiras religiosas em Santa Clara de Évora e a procura de apoios económicos em Santa Marta de Lisboa.

Como *Aracoeli* se regia pela Regra Urbanista, era permitido à comunidade possuir bens de raiz e assim o património conventual foi, de um modo geral, crescendo desde o período da fundação graças aos dotes das noviças, heranças, legados pios e compras de propriedades, permitindo assegurar a manutenção do cenóbio e das suas instalações. Embora o estudo do património adquirido e a sua gestão não tenha sido um dos nossos objetivos, a investigação realizada permitiu verificar que as freiras vivenciaram períodos de dificuldades económicas graves, sobretudo após o Terramoto de 1755, motivadas por dívidas, empréstimos contraídos e os pesados juros que lhes estavam associados. Tal levou o cenóbio a registar, por exemplo, a penhora de colheitas ainda nas suas propriedades e a aprovação de pedidos pela hierarquia para vender imóveis a fim de saldar as dívidas mais asfixiantes. Assim, o que aconteceu em *Aracoeli* leva-nos a refletir sobre o impacto dos desastres naturais, como o Terramoto de 1755, e a capacidade tida pelos cenóbios femininos para responder aos problemas por eles potenciados.

Entre o património da comunidade destacava-se o complexo monástico onde residiam as freiras. Contudo, o *corpus* documental compulsado forneceu poucos dados e, por vezes, de difícil interpretação para reconstituir e conhecer a configuração do antigo espaço espatário e, sobretudo, a sua adaptação a um cenóbio feminino de clausura. Todavia, a informação disponível revela a preocupação quase obsessiva em assegurar que o complexo edificado respeitasse a clausura, restringindo os lugares de comunicação entre o convento e o mundo exterior, como a portaria e a criação do locutório e do torno, o que se traduziu na imposição de barreiras materiais e estratégias de vigilância múltiplas. Estas,

porém, nem sempre foram eficazes, como o atestam as repetidas proibições alusivas ao uso excessivo da palavra e aos contactos com o exterior.

Enquanto foi possível reconstituir com rigor os edifícios situados em frente à igreja, o templo e as alas sul e oeste do mosteiro, o mesmo não aconteceu para as partes viradas a norte e este, onde apenas podemos apresentar algumas hipóteses que nos pareceram verossímeis. Tal resultou de duas dificuldades com que nos deparamos. Por um lado, a documentação compulsada fornece poucos dados sobre a localização precisa de determinados espaços, como, por exemplo, a casa dos labores, da abadessa e do sepulcro. Por outro lado, o antigo espaço monástico registou profundas alterações, devido ao abandono do edifício por mais de um século fruto da extinção do convento, o seu avançado estado de degradação, sobretudo na ala norte e este, e as obras de construção da Pousada, na década de 1990. Assim, estas limitações impediram-nos, por vezes, de proceder a uma análise mais fina sobre algumas alterações registadas no edificado, como por exemplo conhecer certas modificações introduzidas no complexo monástico após o Terramoto de 1755.

No quotidiano, emergem os muitos momentos de oração, de contemplação e de labor da comunidade, no dia a dia, assim como os momentos mais festivos, as principais festas do ano litúrgico, ligadas ao Natal, à Páscoa e a outros momentos da vida de Cristo, da Virgem, com a invocação de Nossa Senhora de *Aracoeli*, a quem o mosteiro era dedicado, assim como o Pão por Deus, Santa Clara, S. Francisco e outros santos. Os ofícios e as missas alargavam-se em textos, rituais e cantos solenes, em cheiros e cores e nas palavras dos pregadores. Os objetos devocionais, a música, que irrompia como sinal de júbilo e de festa, e as ornamentações floridas davam magnificência e beleza. A festa podia mesmo irromper em momentos mais simples, evocando tradições mais antigas, como as fogueiras acesas pelo S. João, os teatros e mimos e o canto que nestes momentos devia evocar não só o sagrado, mas também o profano.

Num calendário marcado pelos tempos da liturgia, alternavam-se os períodos de dura penitência, jejum e abstinência com os de festa e abundância. Os livros de contas referem uns e outros, uma vez que neles se registavam as despesas efetuadas no abastecimento alimentar do cenóbio. Com esses dados foi possível conhecer os alimentos consumidos pela comunidade, como o pão, peixe, carne, legumes, leite, ovos, especiarias, queijo, fruta e doçaria. Mas mais ainda foi possível verificar que as clarissas confeccionaram e mandaram entregar doces e bolos a algumas pessoas. Se a umas foi por

obrigação, como os médicos, as cantoras e tangedoras, a outras foi como sinal de gratidão, como aos franciscanos, ao arcebispo de Évora, a juízes, procuradores e escrivães.

Apesar da clausura, o quotidiano do mosteiro era marcado também pela sua ligação ao exterior. Não podia subsistir sem ele: aí tinha muito do seu património; daí lhe provinham os bens de que a comunidade precisava, os clérigos que a assistiam, os médicos e outros oficiais que, mesmo com todas as cautelas, entravam na clausura para tratar as almas e os corpos. Aí se faz eco das necessidades dos fiéis que solicitavam orações, fundavam confrarias ou pediam para se fazer sepultar na igreja e lhes confiavam a intercessão pelas suas almas e, muitas vezes, assistiam na igreja às celebrações religiosas. Em tempos de carestia ou penúria, é ao exterior que apelavam em busca de ajuda. Contudo, na abundância ou na frugalidade, não deixaram de apoiar as gentes que as rodeavam, sobretudo os pobres, os presos e os peregrinos que puderam beneficiar da sua caridade. Em alguns momentos, apoiaram também as obras promovidas pela edilidade para o bem comum da vila, como a construção de uma fonte nova.

Em suma, o estudo de uma comunidade como a de *Aracoeli* abre para uma diversidade insuspeita de dimensões e problemáticas que poderão vir a suscitar outras incursões. Novos estudos permitirão abrir paralelos e clarificar contextos. Cremos que a porta que aqui se abriu permitirá aos mais curiosos espreitar para dentro da clausura e acompanhar a vida de uma comunidade que deixou rasto e, como Clara de Assis, procurou, pelo rigor e pela radicalidade da sua entrega, afirmar o Absoluto de Deus nas suas vidas e na vida do mundo.

Para mim, ressoa ainda a frase com que Bernardim Ribeiro, um autor natural do Torrão, vizinho de Alcácer, abre a sua famosa *História* e que serve de pórtico e de título a este itinerário pelo mosteiro de clarissas de *Aracoeli*: “Menina e moça me levaram de casa”. Esta frase inspirou-me no que significava, para raparigas por vezes muito jovens, quase crianças, deixar a casa paterna e a tutela da família para ingressar num mosteiro que, a todos os títulos, e sobretudo após o Concílio de Trento, as separava definitivamente do mundo. Espero que o que aqui fica escrito, fruto de um labor intenso e apaixonado, e que por isso quisemos também rigoroso e tão documentado quanto possível, leve outras e outros a olharem de modo diferente para este lugar e para os vestígios que hoje nos restam da história desta casa e das mulheres que a habitaram.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Manuscritas

1.1. Arquivos de Lisboa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

1. Arquivo da Família Gama Lobo Salema¹⁹⁹⁹

- Caixa 1 – pasta 2
- Caixa 09 – pastas, 061 e 065
- Caixa 17 - pasta 137
- Caixa 31, mç. 1, doc. 220

2. Chancelarias Régias

- Chancelaria de D. João III*, liv. 73
- Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, livro 43
- Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, livro 3
- Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, livro 5.
- Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, livro 6.
- Chancelaria Régia de D. Pedro II*, livro 63
- Chancelaria Régia de D. João V*, livros 30, 95 e 112.

3. Mesa da Consciência e Ordens, Convento de Palmela

- MCO/CP*, livros 52, 198, 204 e 356
- MCO/OS/CP*, maço 53, doc. 3
- TT, *MCO/OS/CP*, caixa 77, maço1 (documentos não numerados).

4. Ordem dos Frades Menores (OFM)

- Província dos Algarves*, mç. 82
- Província dos Algarves*, mç. 101, doc. 9, 25, 52, 54, 99
- Província dos Algarves*, mç. 102
- Província dos Algarves*, liv. 1, «Livro das Patentes»
- Província dos Algarves*, liv. 4
- Província dos Algarves*, liv. 22 - Fr. Rodrigo de Santiago, *Memorial da Província dos Algarves* (1615-1618)
- Província dos Algarves*, liv. 23

5. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

- Convento de Aracæli, Ordem de S. Francisco, Alcácer do Sal*, caixa 1950 (cota antiga caixa 75); consultável em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224404>

6. Tribunal do Santo Ofício

- Tribunal do Santo Ofício de Évora*
- Maço 1, doc. 1
- Processos: 8288, 8548 e 1902.

Biblioteca Nacional de Lisboa,

Reservados: Convento de Nossa Senhora de Aracæli de Alcácer do Sal

¹⁹⁹⁹ As referências a este arquivo reportam-se à organização que este tinha no período anterior à sua transferência para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, altura em que procedemos à sua consulta.

Código 6292
Código 10763
Caixa 10, 1, mç. 1
Caixa 13
Caixa 65, nº 3, doc. 44
Caixa 66, nº 2, doc. 9
Caixa 67, nº 2, doc. 44
Caixa 67, nº 3, doc. 45
Caixa 69, nº 2, doc. 1

Biblioteca Nacional do Palácio da Ajuda

Decreta, Super Congregationis Episcoporum, et consultationibus Preposita, ad Moniales Lusitaniae Pertinentia, Tomo I (1588-1679)-VIII, 15, fls. 183-203.

Arquivo da Província Franciscana (Lisboa)

Listas das nomeações dos Capítulos e Congregações, de 1786 a 1834

1.2. Arquivos de Évora:

Arquivo do Cabido da Sé

A.C.S.E. - pasta 7

Arquivo da Biblioteca Pública

Códice CXXXI/1-3, doc. nº 3

Arquivo Distrital de Évora

Câmara Eclesiástica de Évora, Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, 1711-1859

PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00001
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00002
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00003
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00004
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00005
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00006
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00007
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00008
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00009
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00010
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00011
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00012
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00013
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00014
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00015
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00016
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00017
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00018
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00019
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00020
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00021
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00022
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00023
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00024
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00025
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00029
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00030
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVVR/K-A/001/00031

PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00032
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00033
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00034
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00035
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00036
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00038
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00039
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00040
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00041
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00042
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00043
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00044
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00045
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00046
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00047
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00048
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00049
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00050
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00051
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00052
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00053
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00054
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00055
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00056
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00057
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00058
PT/ADEVVR/FE/DIO-CEEVR/K-A/001/00060

1.3. Arquivo Distrital de Setúbal

Fundo Notarial, Alcácer

Liv. 3/9.

Liv. 4/14.

1.4. Arquivos de Alcácer do Sal

Arquivo Histórico Municipal de Alcácer do Sal / Câmara Municipal

Fundo do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli

1.3.1 - Livros de Contas de Despesa e Receita entre 1699 e 1874 (01)

PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/001 [cota antiga livro 95]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/002 [cota antiga livro 96]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/003 [cota antiga livro 97]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/004 [cota antiga livro 97/A3]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/005 [cota antiga livro, 98]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/006 [cota antiga livro, 99]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/007 [cota antiga livro, 100]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/008 [cota antiga livro, 101]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/009 [cota antiga livro, 102]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/010 [cota antiga livro, 103]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/011 [cota antiga livro, 104]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/012 [cota antiga livro, 105]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/013 [cota antiga livro, 106]

PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/014 [cota antiga livro, 107]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/015 [cota antiga livro, 108]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/016 [cota antiga livro, 109]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/017 [cota antiga livro, 110]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/018 [cota antiga livro, 111]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/019 [cota antiga livro, 112]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/020 [cota antiga livro, 113]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/021 [cota antiga livro, 114]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/022 [cota antiga livro, 115]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/023 [cota antiga livro, 116]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/024 [cota antiga livro, 117]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/025 [cota antiga livro, 118]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/026 [cota antiga livro, 119]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/027 [cota antiga livro, 120]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/028 [cota antiga livro, 121]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/029 [cota antiga livro, 122]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/030 [cota antiga livro, 123]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/031 [cota antiga livro, 124]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/032 [cota antiga livro, 125]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/033 [cota antiga livro 127]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/034 [cota antiga livro 128]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/035 [cota antiga livro 129]
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/01/036 [cota antiga livro 130]

1.3.2. Documentos avulsos (02)

PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/002
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/003
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/004
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/005
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/006
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/007
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/008
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/009
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/010
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/011
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/013
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/016
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/038
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/048
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/056
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/057
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/02/063

1.3.3. Livro de Ordenações religiosas (Patentes) (03)

PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/03/001
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/03/002
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/03/003
PT/AHMALCS/CMALCS/CNSA/03/004

1.4. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal

Convento de «Ara Coeli» de Alcácer do Sal
Família Salema, cód.28, mç.1
Carta de doação de 1573.

1.5. Arquivo da Paróquia da Igreja de Santiago

Regra de Santa Clara do Mosteiro de Aracoeli, (1618) PT/AS.ST-CAST/01/Liv. 288
Caixa 67, Ordem de Santiago
Caixa 72, Ordem de Santiago [Livro das Atas das] “Visitas do Ordinário do Arcebispado” [às Igrejas de Alcácer do Sal] - (1745 -1777).

2. Fontes Impressas

- BELÉM, Frei Jeronymo de, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves, da Regular Observancia de Nosso Padre S. Francisco*, Lisboa, Ignácio Rodrigues, 1750- 1758.
- CONCEIÇÃO, Frei Apolinário, *Claustro Franciscano, Erecto no Domínio da Coroa Portuguesa*, Lisboa Occidental: na Offic. De Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.
- CONSTITUIÇÕES *Geraes pera todas as Freiras, e Religiosas sogeitas a obediência da Ordem de N.P.S. Francisco, nesta Família Cismontana. De novo recopiladas das antigas, E acrescentadas, com acordo, consentimento, & aprovação do Capitulo Geral, celebrado em Roma a onze de Junho do Anno de Mil, seiscentos & trinta & noue. Traduzidas do Espanhol em Portuguez, & acrescentadas com as nouas ordenaçoens, que se fizeram em os Capitulos Geraes, que se seguirão, por mandado do N.R.P. Fr. Ioseph Ximenes Samaniego, Ministro Geral, que se celebrou em Roma, no Anno de 1676.* – Lisboa: na Officina de Miguel des Landes, 1681.
- LEÃO, Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Ed. Jorge Rodriguez, 1610.
- LOPES, Fernando Félix, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, Vol. I, *Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*; Vol. II, *A Ordem franciscana na História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, Tomo III, Lisboa, Officinas de Ignácio Rodrigues, 1752, reimpressão: Coimbra, Atlântida Editora, 1965.
- PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Mesiricordiarum*, vol. 4, *Crescimento e Consolidação: de D. João III, a 1580*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005.
- As Regras da Regra de Santa Clara. Códice do século XVI.* Ed. e estudo de Maria José Azevedo Santos, colaboração Francisco Pato de Macedo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- RIBEIRO, Bernardim, *Menina e Moça*, Reprodução fac-similada da edição de Ferrara, 1554, Estudo Introdutório por José Vitorino de Pina Martins, Lisboa, Fundação Calouste, Gulbenkian, 2002.
- Santa Clara de Assis. Escritos – Biografia – Documentos.* Tradução, Introduções, Notas e Índices de Frei José António Correia Pereira, Braga, Editorial Franciscana, 1985.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, E das milagrosamente aparecidas, Em graça dos Pregadores, & dos devotos da mesma Senhora*, Lisboa, Na Officina de António Pedrozo Galram, 1707-1723, 10 vols.
- SOUSA, António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem*, tomo VI, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1739.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Artes industriais e indústrias portuguesas, Ourivesaria, quinquilharia e bijutaria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914-

3. Dicionários e obras de referência

- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1970.
- AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000.
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário Portuguez e Latino*, 8 volumes (1712-1721), Lisboa, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Oficina de Pascoal da Silva.
- CARDOSO, P. Luiz, *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas*

- as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas.* Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747.
- FONTES, João Luís Inglês, SERRA, Joaquim Bastos, ANDRADE, Maria Filomena, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Edição Colibri, 2010.
- Ordens monástico/conventuais. Ordem de São Bento. Ordem do Carmo. Ordem dos Carmelitas Descalços. Ordem dos Frades Menores. Ordem da Conceição de Maria.* Inventário, coord. José Mattoso, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha; Elab. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. Lisboa, IAN/TT, 2002.
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. José Pedro Paiva, vol. 4, dir. Ângela Barreto Xavier e José Pedro Paiva, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005.
- RIBEIRO, P. Bartolomeu, *Guia de Portugal Franciscano Continental e Insular*, Leixões, 1946.
- SILVA, António Morais da Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Confluência, Ld.^a, 5 volumes, 7ª edição, 1992.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem*. Tomo VI, Lisboa, Regia Officina Sylvia e da Academia Real, 1739.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das Palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, edição crítica de Mário Fiúza, Poto/Lisboa, Livraria Civilização, Vol. I e II, 1966.

4. Estudos

- ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho, *In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura: A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII e XIV)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011, policopiada. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/6119> [Consultado a 7/11/2018]
- _____, «Mulheres sob custódia: as comunidades de clarissas como espaços de obediência e autonomia (séculos XIII e XIV) in *Lusitânia Sacra*, 31 (Janeiro-Junho 2015), pp. 33-50.
- _____, Ana Maria S. A. Rodrigues e João Luís Inglês Fontes, “La(s) reforma(s) en el franciscanismo portugués en la Edad Media”. *Hispania Sacra*, ano 72, nº 145, 2020, pp. 51–63. <https://doi.org/10.3989/hs.2020.004>
- ARAÚJO, António Sousa, “Nota Histórica”, in *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*, dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- _____, “A Crise da Ordem Franciscana em Portugal com o Absolutismo (séc. XVIII) e a sua supressão com o Liberalismo (1834), confirmada pela República (1910)”, in *Os 800 anos da Ordem Franciscana, (1209-2009)*, Coord. Miguel Corrêa Monteiro, Lisboa, Academia Portuguesa de História pp. 126- 193.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dotes de Freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII)*, Braga, Universidade do Minho, (texto policopiado).
- ARIÈS, Philippe, *Essais sur l’histoire de la morte n Occident du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Editions du Seuil, 1975.
- ARLEAUX, Antónia Morel d’, “Arte de bien moriren los conventos femininos del siglo XVII”, in *Congresso International del monacato Feminino en España, Portugal y America (1492-1992)*, Tomo II, pp. 91-94.
- ATIENZA LÓPES, Ângela, *Tiempos de Conventos. Una historia social de las fundaciones en la Espana Moderna*, Marcial Pons, Ediciones de Historia, MADRID, Univers. de La Rioja, 2008.
- _____, «El mundo de las monjas y de los claustros femeninos en la edad moderna: perspectivas recientes y algunos retos», in: SERRANO, Eliseo (Coord.). *De la tierra al*

- cielo: líneas recientes de investigación en historia moderna*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2013. p. 89-105. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10261/79184>. Acesso em 5/3/2018
- BARATA, Paulo, *Os Livros e o Liberalismo. Da Livraria Conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*. Lisboa: BNP, 2003.
- _____, “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer”, in *Lusitania Sacra*. 24 (Julho-Dezembro 2011), pp. 125-152.
- BASSO, Paulo, “A Botica do Real Convento de Tomar”, in *A Botica do Real Convento de Thomar*, Tomar, ed. Convento de Cristo de Tomar, 2017, pp. 43-59.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, *Santarém Quinhentista*, Lisboa, [s.n.], 1981.
- BÉRIOU, Nicole, “Les sermons sur sainte Claire et dans l’espace français (1255-vers 1350)”, », dans *Sainte Claire d’Assise et sa postérité, à l’occasion du centenaire de la naissance de Sainte Claire*, U.N.E.S.C.O. (29 september- 1^{er} octobre 1994), publication du comité du comité du VIII^e centenaire de Sainte Claire, Paris, 1995, pp. 118-141.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (Coordenador Científico), *Inventário Artístico no Concelho de Alcácer do Sal*, Fundação Eugénio de Almeida, 2011.
- BRAGA, Isabel Drumond, «A América à mesa do rei», *A mesa dos reis de Portugal*, Coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, 2011, Temas e Debates / Círculo de leitores.
- _____, *A Arte Nova e Curiosa para Conserveiros Confeiteiros e Copeiros*, Colares Editores, 2004.
- _____, *Sabores e segredos: receitas conventuais portuguesas da Época Moderna*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2015.
- BUESCU, Ana Isabel e David Felismino, à *Mesa dos Reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, Coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2011.
- _____, *A Livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- CAEIRO, Maria Margarida C. N. Mascarenhas, *Clarissas em Portugal. A Província dos Algarves, da fundação à extinção: em busca de um paradigma religioso feminino*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 2006, 2 vols.
- _____, “Rostos Femininos da Ordem Franciscana: a Ordem de Santa Clara e outras vivências clarianas – contributo para o estudo da sua presença em Portugal”, in *Os 800 anos da Ordem Franciscana, (1209-2009)*, Coord. Miguel Corrêa Monteiro, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 53-88.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *A ordem das Ordens em Portugal (séculos XII-XVIII): um roteiro identitário*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 255-256.
- CARVALHO, António Rafael, Ver PAIXÃO, António Cavaleiro
- CASTELLANO I TRESSERA, Anna, *Pedralbes a L’Edat Mitjana. Història d’un monestir Femení*, Barcelona, Abadia de Montserrat, 1998.
- CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, «Conventos», in Carlos Moreira de Azevedo, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2.^o vol., p. 25.
- CLARO, Sara, ver RAMOS, Anabela.
- CONDE, Antónia Fialho, *Cister a Sul do Tejo. O Mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça*, Lisboa, Ed. Colibri, 2009.
- _____, Antónia Fialho, «O quotidiano na clausura feminina eborense e a presença de população escrava», *Revista Portuguesa de História*, nº 47, Coimbra, Pub. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- _____, «Expressões de religiosidade e misticismo no jardim fresco e ameno de S. Bento de Cástris», *Vozes da Vida Religiosa Feminina, Experiências, Textualidades e Silêncios (séculos XV-XXI)*, Coord. João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques, C.E.H.R., Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015, pp. 91-106.
- CORREIA, Vergílio, «Alcácer do Sal (Esboço de uma Monografia)», *Obras*, vol. IV, Estudos Arqueológicos, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1972, pp. 127-200.

- CREMASCHI, Chiara Giovanna *Clara de Asís, Un silencio que grita*, Sevilha, Versión Castelhana, Ediciones Franciscanas Arantzazu, Oñti, 2011.
- CRESPO, Hugo Miguel, "«Ihe nam faltou mais que não nascer Rei»: *splendore et magnificentia* no «tesouro» e guarda-roupa do infante D. Luís", *Artis*, 9-10, 2010-2011, pp. 163-186.
- DIAS, José Sebastião da, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, Universidade de Coimbra – Instituto Filosófico, 1960.
- DUBY, George, «Saint Bernard. L'Art Cistercien. 3. Création» in *L'Art et la Societé. Moyen Âge. XX^e*, Paris Gallimard, 2002, pp. 321-389.
- FARIA, João Carlos, Ver PAIXÃO, António Cavaleiro
- FERNANDES, Cristina, "A música no contexto da cerimônia da Profissão nos mosteiros femininos portugueses (1768-1828)", in *Revista Portuguesa de Musicologia*, 7-8, Lisboa, 1997/98, pp. 59-94.
- FERNANDES, Maria Eugénia, Maria Eugénia Matos Fernandes, *Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-1780)*, Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1992.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, "Uma clarissa ilustre do século XVI: Ana Ponce de Leon, Condessa de Faria e Monja de Santa Clara de Montilla", in *Las Clarissas en España e Portugal, Congresso Internacional*, Actas I, Vol. I, Salamanca, 1993, pp. 331-340.
- _____, "Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade", Carlos A. Moreira Azevedo (dir), *História Religiosa de Portugal*, vol. II – *Humanismos e Reformas*, coord. João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 15-38.
- FERREIRA, Manuel Pedro, «Notas franciscanas (séculos XIII-XVII): Identidade dos livros litúrgicos menoritas. Iconografia e música no culto dos Mártires de Marrocos», in *A Música na Província Portuguesa da Ordem Franciscana*, Revista *Itinerarium*, Lisboa, Ano LX /N.º 209, Maio-Agosto 2014, pp. 411-449.
- FERREIRA, Marisol – Ver GOMES, Esmeralda
- FIGUEIREDO, Gonçalo, «Nota de apresentação», in *A Música na Província Portuguesa da Ordem Franciscana*, Revista *Itinerarium*, Lisboa, Ano LX /N.º 209, Maio-Agosto 2014, pp. 405-409.
- FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo, *História da Alimentação 2. Da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa, Terramar, 2001.
- _____, e HUYGHENS, Claude, *Fêtes Gourmandes au Moyen Âge*, Paris, Imprimerie Nationale, 2^e édition, 1998.
- FONTES, João Luís Inglês – ver ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho.
- FOUTOURA, Otilia Rodrigues, OSC, *As Clarissas na Madeira - Uma presença de 500 anos*, CEHA, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2000.
- GODINHO, Vitorino Magalhães *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, vol. II, Lisboa, Arcádia, 1965.
- GOMES, Esmeralda Helena, FERREIRA, Marisol, A. "Detalhes da vida privada no Convento de Aracaeli", in *Alcácer do Sal: Terra de Deusas*, Alcácer do Sal, Gabinete de Arqueologia do Município de Alcácer do Sal, 2008, pp. 7-14.
- _____; REGALA, Frederico Tátá; Património Arqueológico de Alcácer do Sal: Relatório Geral das Intervenções 2000-2004, IPPAR.
- GOMES, Paulo Varela, «A Fachada Pseudo-Frontal nas Igrejas Monásticas Femininas Portuguesas», in *Conversas à volta dos conventos*, coordenação da edição Virgínia Fróis, Évora, Casa do Sul Editora, 2002, pp. 229-242.
- _____, Aspectos do Classicismo na Arquitectura Portuguesa dos séculos XVI e XVII, Anais do VI Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte, Vol II, Rio de Janeiro: 2004.
- _____, *14,5 Ensaios de História e Arquitectura*, Coimbra, Almedina, 2007.
- GOMES, Saúl António, *Visitações a mosteiros Cistercienses em Portugal, séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998.
- _____, e SOUSA, Cristina Maria André de Pina e, *Intimidade e Encanto, O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Edições Magno, 1998.

- _____, “*Doces obrigações*. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal . Séculos XVI a XVIII”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, Coimbra, n.º 9, 2009, pp. 43-85.
- GONÇALVES, Iria, *À Mesa nas terras de Alcobça em finais da Idade Média*, Alcobça, Direção-Geral do Património Cultural Mosteiro de Alcobça, Cooperativa Agrícola de Alcobça e Instituto de Estudos Medievais, 2017.
- _____, «A mesa itinerante dos nossos primeiros reis», à *Mesa dos Reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, Coordenação de Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2011, pp. 286-303.
- _____, «A alimentação», in *História da Vida Privada*, Dir, José Mattoso, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 226-259.
- _____, «Sal», *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1979, p. 417.
- GONÇALVES, Rolando Lima Lalanda – Ver LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira
- GOUVEIA, António Camões, «O Controlo do tempo», *Sensibilidades e representações religiosas*, in *História Religiosa de Portugal*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2º vol., 2000, pp. 317-322.
- _____, «Contra-Reforma», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, - vol. C-I - Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000, pp. 15-19.
- _____, «O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso», in MATTOSO, J. (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 4, pp. 290-299.
- HUYGHENS, Claude, Ver FLANDRIN, Jean-Louis.
- JAQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, “O Concílio de Trento e a Implementação da Clausura Monástica: O caso da Ordem de Santa Clara em Portugal – Subsídios para um Estudo”, in *Concílio de Trento. Innovar en la tradición. Historia, Teología y Proyección*, dir. José Eduardo Franco, José Ignacio Ruiz Rodriguez, José Paulo Leite de Abreu e Beata Cieszynoka, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 2016, pp. 591-603.
- LACOUR, Francesca, «L’architecture des monastères de clarisses en France aux XVII^e et XVIII^e siècles», dans *Sainte Claire d’Assise et sa postérité, à l’occasion du centenaire de la naissance de Sainte Claire*, U.N.E.S.C.O. (29 september- 1^{er} octobre 1994), publication du comité du comité du VIII^e centenaire de Sainte Claire, Paris, 1995, pp. 313-338.
- LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira, *A Admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI-XVII)*, dissertação de mestrado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.
- _____, e GONÇALVES, Rolando Lima Lalanda, *Regra e comunidade: os poderes das Constituições Gerais de 1641 para os mosteiros de Clarissas*, Arqueologia do Estado, 1.as Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, séculos XIII – XVIII. Lisboa: História & Crítica, 1988. Tomo 2, p. 969-994.
- _____, “Clarissas”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Tomo I, Rio de Mouro, Círculo de leitores, 2000, p. 354.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano, *A Presença Islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal) – Uma análise sobre o urbanismo e o sistema defensivo*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.
- LESSA, Elisa, «As Senhoras Músicas, Cantoras, e Tangedoras de Órgão: Um olhar sobre a Actividade Musical nos Mosteiros Femininos Portugueses nos séculos XVII e XVIII», in *Conversas à volta dos conventos*, coordenação da edição Virgínia Fróis, Évora, Casa do Sul Editora, 2002, pp. 243-249.
- _____, «Conventos de Religiosas Franciscanas em Braga: Pompa, Cerimonial e actividade musical quotidiana (séculos XVII a XIX)», in *A Música na Província Portuguesa da Ordem Franciscana*, *Revista Itinerarium*, Lisboa, Ano LX / N.º 209, maio – agosto, 2014, pp. 546-562.
- _____, «Cantochão ou polifonia? Música e devoção nos Mosteiros Femininos Portugueses, no período moderno», in *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos*

- e práticas, coordenação de João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques Lisboa, 2017, pp. 159-168.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, ed., *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. I (1729-1731), Lisboa, Colibri, CIDEHUS.UE, CHC.UNL, 2002.
- LOPES, Fernando Félix, “As primeiras clarissas de Portugal”, *Colectânea de estudos*, Braga, II série, 2, 1952, pp. 210-234.
- _____, “Fontes narrativas e textos legais para a história da Ordem Franciscana em Portugal”, IV, Província dos Algarves, in *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 45-54.
- MACEDO, Francisco Pato de, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Lisboa, Caleidoscópio, 2017.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974.
- MARQUES, José, *Regalismo e a Mulher em Religião*, Separata de *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio realizado de 20 a 22 de Março de 1985, Coimbra, Coimbra Editora, 1986, pp. 5-23.
- MARRAFA, Lucília do Carmo dos Santos Ruas, *Vida e morte no Convento de Aracoelli Alcácer do Sal*, séc. XVII a XIX, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, especialização de Paleoambiente, Braga, Universidade do Minho, 1996.
- MATTOSO, José, “Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto», in *Religião e Cultura na idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, pp. 553-557.
- _____, “Regras Monásticas”, in *Dicionário de Literatura Medieval galega e portuguesa*, org. e coord. De Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Caminho, Lisboa, 1993.
- METELO, Miguel de Seixas, «HERÁLDICA FRANCISCANA», in *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, n.º 3.
- MIURA ANDRADES, José Maria, *Frailes, Monjas y Conventos. Las Ordenes Mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*, Sevilha, Diputation de Sevilha, 1998.
- MONTANARI, Massimo, Ver FLANDRIN, Jean-Louis, 2001.
- MORACCHINI, Pierre, “Les Clarisses de l’Ave Marie de Paris aux XVIII^e Siècle”, in *Sainte Claire d’Assise et sa posterité à l’occasion du centenaire de la naissance de Sainte Claire*, U.N.E.S.C.O. (29 september- 1^{er} octobre 1994), publication du comité du comité du VIII^e centenaire de Sainte Claire, Paris, 1995, pp. 287-312.
- MOREIRA, António Montes, “Breve Historia das Clarissas em Portugal”, in *Las Clarisas en España y Portugal – Congresso Internacional* (Salamanca, 20.25 septiembre, 1993 *Actas*, II/1, Madrid, 1994, *Archivo e Historia*, 1994, pp. 211-231.
- MORUJÃO, Isabel, «Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos». *Rever. Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, ano 11, n.º1, p. 36 (2011).
- _____, *Por Trás da Grade. Poesia Conventual Feminina em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2013.
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História, área de especialização de Arquivística Histórica apresentada à FCSH da UNL, policop., 2016.
- NUNES, David, «Regra de Santa Clara, Mosteiro de Aracoeli», in *Arte Sacra no Concelho de Alcácer*, coordenação científica de Artur Goulart de Melo Borges, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2011, pp.78-79.
- OLIVAL, Fernanda, ver LISBOA, João.
- PAIXÃO, António Cavaleiro, FARIA, João Carlos e CARVALHO, António Rafael, «O Castelo de Alcácer do Sal, Um projecto de Arqueologia Urbana», *Bracara Augusta*, Vol. XLV, n.º 97 (110), *Actas do Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, 1994, pp. 215-255;
- _____, “Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli” in *Actas do Colóquio Lisboa Encruzilhada de Cristãos, Judeus e Muçulmanos, Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, 2001, pp. 197-209.

- PAIVA, José Pedro, “Os Mentores”, in *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 201-237.
- PARREIRA, Sofia Delgado Parreira, *A Fainça Portuguesa do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli (Alcácer do Sal)*, Dissertação de Mestrado apresentada em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019, p. 70
- PEREIRA, Fernando António Baptista, «O retábulo-mor do Convento de Jesus de Setúbal no contexto dos conjuntos retabulares atribuídos à oficina do pintor régio Jorge Afonso», in *Retábulo do Convento de Jesus de Setúbal*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 2013, pp. 15-48.
- PEREIRA, M. Teresa Lopes, «Feira e festas em Alcácer nos tempos tardo-medievais, in *Ordens Militares: Guerra, religião, poder e cultura: atas do III Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Vol I, 1999, pp. 193-200.
- _____, M. Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri, 2ª ed. 2007.
- _____, *Pedro Nunes. Em busca das suas Origens*, Lisboa, Ed. Colibri, 2009.
- _____, «O Santuário de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal, séculos XIII a XVI», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente, Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, GESOS e Município de Palmela, 2009, pp. 635-676.
- _____, «O castelo espatário de Alcácer do Sal», in *Castelos das Ordens Militares. Actas do Encontro Internacional*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, vol. I, Lisboa, DGPC, 2013, pp. 287-315.
- _____, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal*, Lisboa, Ed. Colibri, 2015.
- _____, «Que as irmãs estejam continuamente no mosteiro encerradas. Entre a observância e o abandono da clausura no mosteiro de Nossa Senhora de Aracoeli de Alcácer do Sal (1573-1874)», in *Oito séculos de presença franciscana em Portugal. Memória e Vivência. Itinerarium*, Lisboa, ano LXV, nº 221/222, Jornadas 2018, pp.165-184.
- QUEVEDO, José, *História del Real Monasterio de San Lourenzo del Escorial*, Madrid, 3ª ed., Libros Hipérior, 1986.
- KUBLER, George (1972), edição portuguesa, *A Arquitectura Portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*, (tradução Jorge Henrique Pais da Silva com prefácio de José Eduardo Horta Correia), Lisboa, Veja, 1988.
- RAMOS, Anabela e CLARO, Sara, *Alimentar o Corpo, saciar a alma: Ritmos Alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, Vila Real, Ed. Afrontamento, 2013.
- RAU, Virgínia, «A técnica salineira no vale do Sado e o sal de Setúbal», *Estudos sobre a História do Sal Português*, (reimpressão), Lisboa, ed. Presença, 1984, pp. 39-53.
- _____, «As marinhas de Setúbal e de Alcácer do Sal», pp. 66-88.
- As Regras da Regra de Santa Clara. Códice do século XVI. Ed. e estudo de Maria José Azevedo Santos*, colab. Francisco Pato de Macedo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- REGALA, Frederico Tátá – ver Esmeralda Gomes
- REMA, Henrique Pinto, “A Ordem Franciscana no Alentejo”, in *Congresso de História no IV Centenário de Évora – Actas*, vol. I, Évora, Instituto Superior de Teologia, - Seminário Maior de Évora, 1994, pp. 361-388.
- _____, «A Música na Província Franciscana dos Algarves (1532-1834)», in *A Música na Província Portuguesa da Ordem Franciscana*, Revista *Itinerarium*, Lisboa, Ano LX / N.º 209, Maio – Agosto, 2014, pp. 535-546.
- RICO, Maria João Toscano, *Santos e Milagres na Idade Média em Portugal*, SÃO SEBASTIÃO, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013.
- ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in Carlos A. Moreira Azevedo (dir), *História Religiosa de Portugal*, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, pp. 480-492.

- _____; *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.
- ROTEIRO, Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal, Coordenação Científica de Maria Filomena Barata, Lisboa, Direção Regional de Évora/IPAAR, 2007.
- RUSSO, Laura, *Santa Maria in Aracoeli*, Roma, Elio de Rosa editore, 2007.
- SÁ, Isabel dos Guimarães «Os espaços de reclusão e a vida nas margens», in *História da Vida Privada*, Dir. de José Mattoso, *A Idade Moderna*, Coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 276-287.
- Santa Clara e as Clarissas em Portugal, VIII Centenário do Nascimento de Santa Clara 1193/94-1993/94*, Catálogo da exposição, Coord. Francisco Leite de Faria, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1994.
- SARAMAGO, Alfredo, *Fé e Grandeza, A Boa Vida de uma Casa Monástica (Para uma História do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2005.
- SERRÃO, Vítor, *Portugal em Ruínas*, fotografias de Gastão de Brito e Silva, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da, *Estudos sobre o Maneirismo*, Org. e Coord. Ana Júlia Pais da Silva e Fernando António Baptista Pereira. Lisboa, Editorial Estampa, 1983.
- SIMÕES, J. M. Santos, *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- SIMÕES, João Miguel, *O Convento das Flamengas ao Calvário, monografia histórico-artística*, Lisboa, 2003 (online / junho 2021).
- SOUSA, Cristina Maria André de Pina e, GOMES, Saul António Gomes, *Intimidade e Encanto, O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Edições Magno, 1998.
- TAMANTI, Giulia e TEMPESTA, Claudia, *Basilica di Santa Maria in Aracoeli, Icona della “Madonna Advocata”*, Roma, Gangemi Editore, 2009.
- TAVARES, Domingos, *António Rodrigues, renascimento em Portugal*, Colaboração de João Pedro Xavier, Porto, Dafne Editora.
- TEIXEIRA, Nuno Miguel d’Assunção Teixeira, *Aspectos do quotidiano de Nossa sra. da Assunção [de Faro]: a cerâmica de vidro estanífero, dissecação de mestrado em Arqueologia*, Universidade do Algarve, Faro, 2015.
- TEMPESTA, Claudia, ver TAMANTI, Giulia .
- TIXIER, Frédéric Tixier, *La Monstrance Eucharistique, XIII^e - XVI^e Siècle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2014.
- VALENTE, Maria Teresa Graça, *O espaço das igrejas dos conventos das clarissas da província dos Algarves*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve, policopiada, 2007.
- VOLTI, Panayota, *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Âge*, Paris, CNRS Éditions, 2003.